

Reabilitação integrada da cidade consolidada a partir da sua periferia

O caso da Quinta do Mitra no Vale de Campanhã

Ricardo Jorge Nogueira Fernandes

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Orientação
Professor Doutor Joaquim José Lopes Teixeira

Porto
2016

Aos docentes dos estabelecimentos de ensino que frequentei, pela contribuição para a minha formação até ao momento.

A Francisco Flório, José Inácio, Fernando Pinto, Patrícia Neto, Nuno Moutinho, Alípio de Sousa, entre outros, da Associação Movimento Terra Solta por toda a disponibilidade, simpatia, interesse e partilha do entusiasmo demonstrados ao longo do trabalho.

Ao Centro Cultural de Atletismo de Bonjória, à Associação Desportiva e Recreativa do Bairro Monte da Bela, à Associação Recreativa Os Malmequeres de Noêda e à Associação Nun'Álvares de Campanhã pela gentileza em conversar e responder às perguntas a quem lhes apareceu à porta sem aviso prévio.

A Ernesto Santos, presidente da Junta de Freguesia de Campanhã pela disponibilidade, simpatia, prontidão e partilha do trabalho efectuado pela junta.

A José Alberto e Óscar, funcionários da Junta de Freguesia de Campanhã pela disponibilidade e pela partilha dos meios da junta.

A Orquídea do Céu Ferreira Félix, técnica superior da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, pela disponibilidade e interesse demonstrados.

A Isabel Oliveira e Henrique Nogueira, da Divisão Municipal de Informação Geográfica da Câmara Municipal do Porto, pela facilidade de acesso aos processos cujos registos iconográficos enriqueceram a análise evolutiva do objecto de estudo.

A Luís Aguiar Branco, consultor da Divisão do Património Cultural para o Inventário do Património Arquitectónico do Porto do Inventário do Património Arquitetónico do Porto (IPAP), pela disponibilidade e gentileza demonstradas.

Ao professor Joaquim Teixeira pelo acompanhamento, pelo rigor, e pela partilha da paixão pela arquitectura como forma de pensar, reflectir e agir na sociedade nas suas dimensões cultural, ecológica e social.

A Ana Nogueira, mãe, pelo apoio, pela paciência e pela preocupação ao longo do trabalho.

A Carlos Guedes, pelas conversas e pela partilha de informações que vieram a enriquecer a dissertação.

A Cláudia Lopes, pelos afectos, pela paciência e pela motivação, sem os quais este trabalho existiria com menor qualidade e pertinência.

A presente dissertação não segue o Novo Acordo Ortográfico.

As referências bibliográficas estão de acordo com a Norma Portuguesa 405, sistema (autor, data). Quando existem dois ou mais documentos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, é adicionada, a seguir à data, uma letra minúscula, em ordem alfabética, sem espaçamento. Exemplo: (Fundação Robinson, 2013a), (Fundação Robinson, 2013b) ou (Hoskins Architects, s.d.a), (Hoskins Architects, s.d.b) caso a data não seja mencionada.

As citações transcritas em português referentes a edições de língua não portuguesa foram sujeitas a uma tradução livre pelo autor.

Algumas imagens apresentadas foram tratadas, dimensionadas ou cortadas pelo autor, com referência nos créditos iconográficos.

As plantas encontram-se orientadas a Norte, salvo indicação em contrário, no topo superior direito da respectiva figura.

Resumo

Esta investigação pretende estudar soluções que façam face ao cariz periférico da freguesia de Campanhã, situada na cidade do Porto, Portugal, influenciando mutuamente o desenvolvimento da cidade consolidada a partir da zona Oriental deste município.

Partindo-se do caso particular da Quinta do Mitra, é salientada a necessidade de inclusão das intervenções de reabilitação numa conjuntura integrada que as situe no contexto urbano em que se inserem, pela via do trabalho de conjunto de entidades ligadas à administração local, à educação, à cultura e à recreação.

Para além do estudo da evolução e caracterização da Quinta do Mitra, é efectuada uma abordagem à evolução do conceito de Património, sob a perspectiva cultural, ecológica e social. Tendo por objectivo a fundamentação da proposta de intervenção, são analisados casos de estudo cujas propostas se consideram enriquecedoras da metodologia apresentada no final do trabalho.

O estudo culmina numa proposta de intervenção assente na via da reabilitação integrada do património edificado, tendo em conta as componentes culturais, ecológicas e sociais do território da freguesia de Campanhã, procurando uma operação participada pelas instituições e pela comunidade local, com repercussão ao nível urbano.

Palavras-chave

Porto; Património rural; Processos participativos; Associativismo; Boas práticas

Abstract

This research aims the study of coping solutions regarding the peripheral character of the Parish of Campanhã, located at the city of Porto, Portugal. At the same time it intends to influence the development of the inner city from the Eastern part of this council.

Starting from the particular case of Quinta do Mitra, this dissertation stresses the need for rehabilitation interventions in an integrated environment that locates them either in space or in time and the urban context in which they operate and in all components that they inherent. This goal is attempted via collaboration of a working set of entities linked to the local administration, education, culture and recreation.

In addition to the evolution and characterization of the subject of study, is carried out the same procedure on the evolution of the concept of Heritage in its cultural, ecological and social components. The analysed case studies allow the enrichment of the methodology development process presented at the end of this dissertation.

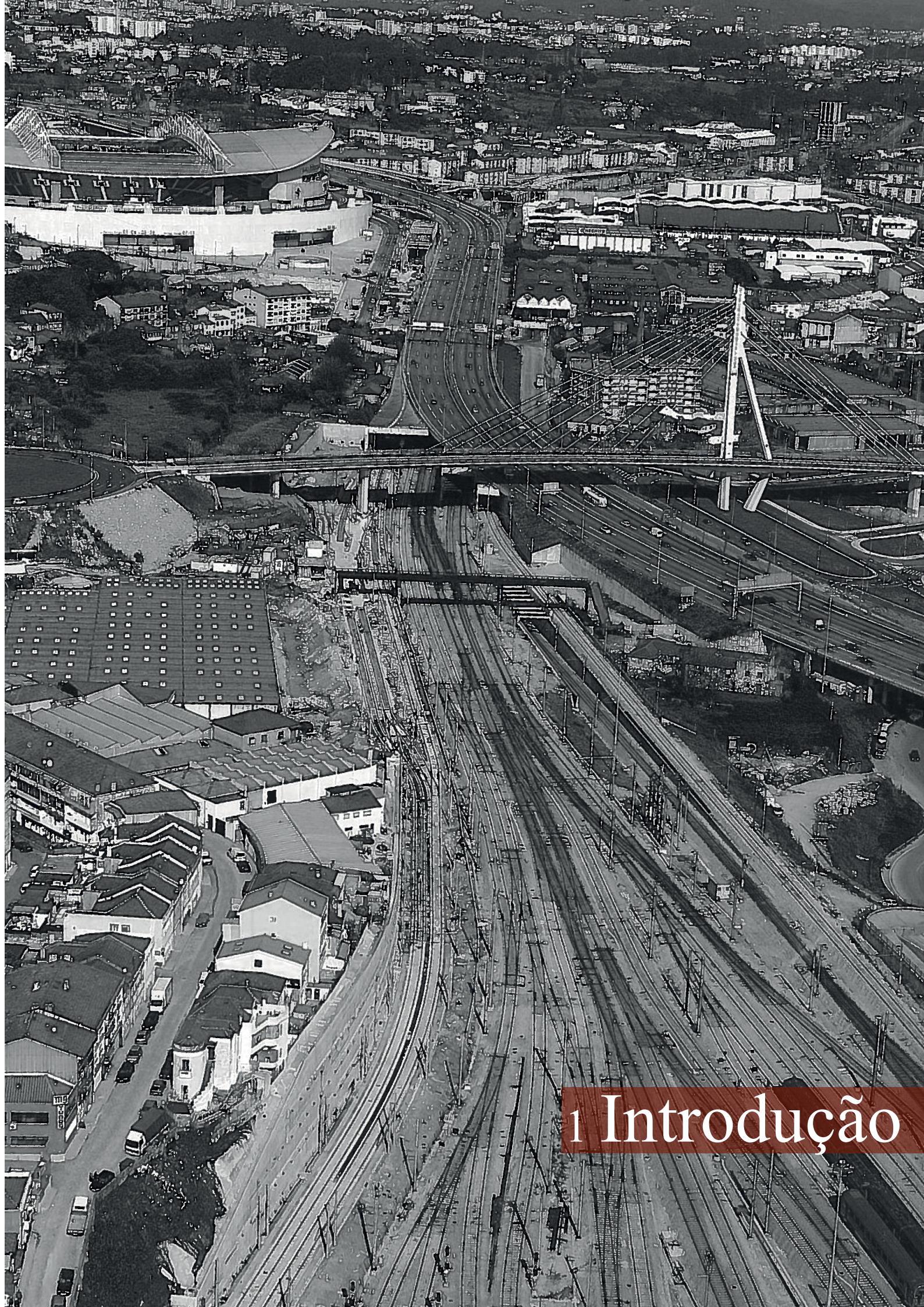
The study culminates in an intervention proposal centred around the concept of the built heritage integrated rehabilitation. This is made by taking account the cultural, environmental and social aspects of the territory of Campanhã, looking for participation of institutions and the community in this operation, seeking a citywide repercussion.

Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
1 Introdução	11
1.1 Objecto	13
1.2 Objectivos	15
1.3 Metodologia de investigação (abordagem)	16
1.4 Estrutura do trabalho	17
2 Contexto existente	19
2.1 Desenvolvimento Urbano do Vale de Campanhã (do Paleolítico à contemporaneidade)	21
2.2 Edificado	49
2.2.1 O edificado rural no Norte de Portugal (o edificado rural suburbano da cidade do Porto) - enquadramento do objecto de estudo na tipologia da casa popular atlântica	49
2.2.2 Evolução da Quinta de Vila Meã	55
2.3 Os movimentos associativos de génese no Vale de Campanhã	69
2.3.1 Movimento Terra Solta	73
2.3.2 Estudo de ocupação da Quinta do Mitra pela Associação Movimento Terra Solta	75
3 A evolução do conceito de Património nas suas componentes cultural, ecológica e social	81
3.1 Introdução	83
3.1.1 Breve abordagem histórica	87
3.2 Casos de estudo	105
3.2.1 Introdução	105
3.2.2 Casos de estudo nacionais	111
3.2.3 Casos de estudo internacionais	139
4 Proposta de intervenção	173
4.1 Caracterização do existente	175
4.1.1 Inventário da documentação existente	179
4.1.2 Alterações introduzidas, elementos de valor e identificação das anomalias existentes	189
4.2 Proposta de Programa Base	229
4.2.1 Levantamento e análise das necessidades das associações e da Junta de Freguesia de Campanhã	229
4.2.2 Definição do Programa Base	233
4.2.3 Impacto urbano	235
5 Proposta de intervenção (metodologia)	237
6 Conclusões	267
Fontes bibliográficas	275
Anexos	309

“O urbanismo e a arquitectura sempre falaram de poder e de política. As suas formas actuais, a multiplicação de zonas de miséria, de campos, de subprodutos do urbanismo selvagem à sombra do brilhante emaranhado das auto-estradas, dos lugares de consumo, dos quarteirões de negócios, das singularidades e das imagens nascidas da espectacularização do mundo mostram suficientemente a cínica franqueza da história humana. São as nossas sociedades que temos diante dos olhos, sem máscara, sem artificios. E se alguém desejar saber o que nos reserva o futuro, não deve perder de vista as áreas em construção e os terrenos ao abandono, os escombros, os estaleiros.”

(M. Augé, 2003, p. 155)

1 Introdução



1 Introdução

1.1 Objecto

A Quinta do Mitra, antiga Quinta de Vila Meã - situada entre a Via de Cintura Interna e a ferrovia da Estação Ferroviária de Porto-Campanhã, na freguesia de Campanhã da cidade do Porto, encontra-se num contexto que, apesar de desqualificado, apresenta uma grande potencialidade de regeneração.

O geógrafo Alberto Rio Fernandes (1997, pp. 137-139) defende que o mercado habitacional de preços baixos, acessível pela rede de transporte públicos, contribuiu para a diminuição da densidade populacional nas freguesias do centro e para o aumento na orla da cidade, com ênfase na zona para lá desta. Todavia, a zona de Campanhã não tem beneficiado deste êxodo. Com efeito, segundo dados recentes (INE, 2011a), tem-se verificado a diminuição da sua população residente. Entre 2001 e 2010 registaram-se menos 6.098 habitantes, menos 16%, que no período anterior, sendo esta redução maior do que a do concelho do Porto, que perdeu 10% da população, correspondente a 25.540 habitantes.

Por outro lado, a freguesia tem vindo a acompanhar a tendência de envelhecimento da população da cidade do Porto. Se, segundo Ribeiro e Amaral (1999b, p. 17), em 1991, 36,7% dos habitantes tinham menos de 25 anos, com uma percentagem superior à média do concelho do Porto (33,4%), os dados recentes do INE (2011b) remetem para 23%, percentagem igual à do resto da cidade. De acordo os mesmos autores (Ribeiro e Amaral, 1999b, pp. 16-19), o perfil económico da freguesia também se alterou profundamente, devido à substituição da agricultura pela indústria e esta pelos serviços, o que levou a que, com 16% da população do Porto (49.107 habitantes), em 1991, o sector primário ocupasse 0,3% da população activa de Campanhã, o secundário 37,9% e o terciário 61,7% nesse ano. Já em 2011, segundo as estatísticas (INE, 2011c), o primário e o secundário desceram para 0,2% e 17,9%, respectivamente e o terciário aumentou para 81,9%, sendo 29,9% deste de natureza social.¹

A fragmentação do espaço, distante das características sócio-culturais do passado rural da freguesia, são apontadas por Fernando Rodrigues (2005, pp. 232-241) como características de uma sociedade pós-industrial e pós-contemporânea, onde o declínio social e cultural é catalisado pela subjugação da administração do território à especulação e a sobrevalorização do espaço urbano. O estado de degradação da freguesia é resultante do choque entre o modelo de uma prática rural ancestral enraizada e a industrialização tardia de implementação

¹ Enquanto que o sector primário se trata de um conjunto formado pela agricultura e pelas actividades económicas produtoras de matérias-primas, em particular a agricultura e as indústrias extractivas, como a pesca e a caça, o sector secundário é o conjunto das actividades económicas que envolvem a transformação de produtos e matérias-primas, como a indústria ou a construção civil. Por último, o sector terciário integra o conjunto das actividades económicas que envolvem a comercialização de produtos (Priberam, 2013j).

acelerada, criando uma sensação de marginalidade nos habitantes da freguesia. A especulação levou à substituição de terrenos agrícolas pela construção de núcleos habitacionais onde os trabalhadores da indústria - maioritariamente emigrantes - não possuem um sentimento de pertença perante um território de identidade transmutada. Como resultado, o autor enumera: i) as quintas abandonadas e decepadas pelas vias rodoviárias; ii) os soutos fora do seu sistema ecológico; iii) a poluição nas linhas de água; iv) a dispersão desenquadrada de azenhas e moinhos; e v) vales descaracterizados por construções de baixa qualidade arquitectónica. O estado de degradação social, ambiental, paisagística, urbanística e arquitectónica deve-se à falência, ocorrida durante os anos 1950-80, do modelo funcionalista de criação de uma zona industrial na periferia da cidade, originando um espaço com uma morfologia não consolidada e dispersa.

À semelhança de outras cidades, a metodologia da organização social e espacial é progressivamente regida pela lei do mercado que especula os preços da habitação. Neste contexto, segundo Sousa e Pimenta (2001, p. 12), a polarização social e territorial projecta para os arredores uma ampla porção dos seus habitantes. Segundo a Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã² (1997, pp. 7 e 8), entre os diversos problemas sócio-urbanísticos destacam-se a decadência e abandono da indústria e das actividades tradicionais, o estado de degradação da habitação e do património classificado, a precariedade económica e a exclusão social, as taxas elevadas de desemprego, a criminalidade, a dependência da assistência social, os poucos equipamentos sociais e a poluição dos rios Torto e Tinto e as insuficiências graves na rede pública de saneamento básico.

O desenho de espaços que enfatizam a segregação e a polarização social e espacial, criados pela matriz de crescimento urbano e económico, tem acentuado a precariedade do nível de vida dos habitantes, levando à concentração de habitação social na freguesia, com 12 bairros de 3.528 fogos e 8.475 residentes, segundo os dados da Domus Social (2014). Com efeito, trata-se de uma zona onde a intervenção é prioritária, no sentido de valorizar o potencial humano, natural e patrimonial que assegurará a auto sustentabilidade do investimento na reabilitação urbana e económica, fomentando a promoção social da população.

Ainda assim, segundo Ribeiro e Amaral (1999b, p. 81), as vastas áreas arborizadas e o legado da actividade agrícola ao longo das bacias dos rios Tinto e Torto, no vale de Campanhã - que resistiram à indústria e à construção dos anos 60/70 - constituem uma das maiores manchas verdes no concelho do Porto. Deste modo, a agricultura de subsistência - a par de empresas agrícolas como os hortos - pode fomentar a realização dos investimentos em tecnologia aplicada à agropecuária e à agricultura biológica, como referiram os mesmo autores (Ribeiro e Amaral, 1999b, p. 21).

² “O Vale de Campanhã está situado na parte mais oriental da cidade do Porto, ocupando uma área total de 374 hectares. É limitado a sul pelo rio Douro e a nascente pelo concelho de Gondomar. A norte e a ocidente os seus limites acompanham, grosso modo, a linha de caminho de ferro (Minho e Douro).” (Terras de Portugal, 2010)

1.2 Objectivos

Os objectivos, considerados desafios, da presente investigação, podem-se sintetizar da seguinte forma:

- Identificar, conservar e valorizar o património rural do Porto na zona da periferia como incentivo a um desenvolvimento urbano equilibrado e integrado na cidade. Propor uma metodologia de intervenção no espaço edificado e envolvente da Quinta de Vila Meã (Quinta do Mitra), como catalisador de melhoria urbana do Vale de Campanhã, área que possui uma parca qualidade urbana e um alto nível de degradação patrimonial, social e ambiental.

- Demonstrar que, além dos centros históricos, que já possuem algum grau de protecção legislada, também o património das zonas periféricas necessita de protecção, por se encontrar em alto risco de sofrer danos e perdas irreversíveis. Assim sendo, pretende-se promover a regeneração destes espaços, integrando valores sociais, ecológicos e de identidade patrimonial na intervenção arquitectónica em património construído, contribuindo para a sua conservação e evitando o impacto económico e ambiental da desregulação de uma expansão insustentável, que tem por base unicamente a especulação imobiliária.

- Expor que a falta de integração da população nos processos de reabilitação da cidade do Porto tem levado à perda contínua de residentes do concelho. As diversas intervenções de reabilitação de grande escala no centro da cidade efectuadas nos últimos anos, motivadas por um pressuposto economicista, negligenciam quer a qualidade arquitectónica dos espaços intervencionados quer os interesses dos habitantes ou do público interessado em habita-los. Desta feita, é pretendida a demonstração de um conceito de reabilitação mais holístico, que seja não só eficaz na reabilitação do objecto arquitectónico *per se*, mas também no seu impacto para a vivência urbana e comunitária, demonstrando perspectivas de melhoramento do contexto em que se insere, e contribuindo - em vez da valorização de um objecto único - para a conexão à cidade. Esta perspectiva, como parte de um processo de reabilitação integrada, promoveria uma economia de escala dirigida para a população local.

- Versar uma investigação acerca de uma zona degradada da cidade do Porto que carece, por um lado, de investimento por parte do município, e, por outro, de uma análise aprofundada sobre a qualidade do espaço urbano e, posteriormente, de propostas para o seu melhoramento de forma sustentada, tendo em conta as necessidades da população residente. Valorizar o património social, promovendo a integração dos habitantes no processo da salvaguarda do património, de modo a evitar fenómenos de gentrificação.

1.3 Metodologia de investigação (abordagem)

A metodologia de investigação seguida na elaboração da dissertação foi pontuada pelas seguintes etapas:

- Caracterização do contexto arquitectónico, urbano, social, e ambiental. A pesquisa e análise efectuadas nestes sectores permitiram uma perspectiva global e completa acerca do objecto de estudo. A recolha histórica permitiu compreender o modo como o papel da quinta no contexto da freguesia se alterou e evoluiu consoante as necessidades decorrentes da evolução urbana do Vale de Campanhã e da cidade do Porto, possibilitando uma reflexão acerca de que função poderá exercer num enquadramento contemporâneo. Esta recolha foi enriquecida com o desenvolvimento de um inventário dos objectivos e necessidades da Câmara Municipal do Porto, da Junta de Freguesia de Campanhã, dos habitantes da zona, da Associação Movimento Terra Solta, entre outras instituições ligadas ao Vale de Campanhã.

- Estudo da evolução do contexto em que se insere o objecto de estudo. Analisando as temáticas urbana, patrimonial, ambiental e social e ecológica de forma interrelacionada, foi efectuada uma recolha dos planos existentes para a zona envolvente, de modo a entender-se o possível desenvolvimento urbano num futuro próximo. A recolha abrangeu ainda os processos em curso. A percepção dos objectivos e impacto que as actividades da associação³ Movimento Terra Solta provocaram na Quinta de Vila Meã e sua envolvente abre uma possibilidade de enriquecimento da proposta do programa a propor no fim do estudo. A recolha das actividades dos diversos colectivos e associações situadas no Vale de Campanhã permitirão uma compreensão acerca de quais são os âmbitos a que dão resposta e apontar lacunas que possam ser integradas na proposta. Tendo por base a própria diminuição de impacto ambiental pela via da reabilitação de edifício existente, a valorização das diversas zonas permitirá uma reflexão acerca das suas potencialidades, integrando-as nos processos de regeneração urbana.

A consciência da evolução do conceito de Património permite uma forte base teórica onde a proposta final se irá alicerçar. Serão identificados os problemas e principais deficiências, procurando, estudando e explanando o contexto, a metodologia e os meios envolvidos na concretização de casos semelhantes a nível nacional e internacional.

Por fim, após o estudo efectuado e com base no conhecimento teórico e prático adquirido, será desenvolvida uma proposta de metodologia de intervenção. Esta será esquemática, focando

³ Uma associação é uma organização resultante da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objectivo comum (CM Matosinhos, s.d.).

os principais pontos críticos e apontando propostas de actuação. Terá uma forte componente urbana e social tendo em vista a melhoria das condições de vida dos habitantes do Vale de Campanhã, favorecendo a integração desta zona na cidade.

1.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho divide-se em três momentos diferentes, em torno dos quais se estrutura:

- Caracterização do contexto do objecto de estudo;
- Fundamentação teórico-prática da metodologia de intervenção;
- Proposta de intervenção.

O capítulo 2 “Contexto existente” divide-se igualmente em três secções, iniciando-se com a reflexão acerca da evolução urbana da freguesia, desde as primeiras ocupações humanas conhecidas até aos desenvolvimentos mais recentes. De seguida, efectua-se o estudo da evolução e enquadramento da Quinta do Mitra no edificado rural do Norte do país, desde a sua relação intrínseca com as condições culturais, climáticas à distribuição no território e caracterização tipológica deste tipo de edificado. Ainda no âmbito do contexto, elabora-se a análise do papel dos movimentos associativos na freguesia e, mais precisamente, do trabalho realizado pela Associação Movimento Terra Solta na Quinta do Mitra.

De seguida apresenta-se uma leitura da evolução do conceito de Património nas suas componentes cultural, ecológica e social, referindo-se de forma cronológica, os diversos momentos desde os anos 60 do século XX à primeira década do século XXI, contemplando desde os movimentos inorgânicos às diversas Cartas e Convenções Internacionais sobre Património. Acto contínuo, é analisada uma sequência de casos de estudo que contêm, no seu geral ou em aspectos particulares, metodologias de intervenção que serviram de exemplo para a proposta a desenvolver.

Por fim, tendo por base o estudo efectuado, é desenvolvida uma proposta de intervenção de reabilitação integrada e participada, a partir do cruzamento de depoimentos recolhidos em inquéritos com as intenções da Câmara Municipal do Porto para a zona estudada. Com esta proposta pretende-se fomentar a regeneração desta zona da freguesia de Campanhã, promovendo a sua interligação à parte consolidada da cidade, qualificando deste modo a sua zona Oriental, fornecendo à cidade uma série de novas infra-estruturas. Entre as quais destacam-se: um espaço de apoio e difusão das actividades das associações da freguesia, um pólo de investigação da Universidade do Porto, a criação de um projecto-piloto para habitação direccionada a jovens e o desenho de uma via pedonal e ciclável com que se tenciona realizar a ligação do Parque Oriental e do Bairro do Lagarteiro à rede viária da cidade.

“Porque cria circunstância - positiva ou negativa - a sua acção pode ser benéfica ou maléfica e daí que as suas decisões não possam ser tomadas com leviandade ou em face de uma visão parcial dos problemas ou por atitude egoísta de pura e simples satisfação pessoal. Antes de arquitecto, o arquitecto é homem, e homem que utiliza a sua profissão como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence.

(...)

Para ele, porém, projectar, planear, desenhar, devem significar apenas encontrar a forma justa, a forma correcta, a forma que realiza com eficiência e beleza a síntese entre o necessário e o possível, tendo em atenção que essa forma vai ter uma vida, vai constituir circunstância.”

(Távora, 2006, p. 74)

2 Contexto existente

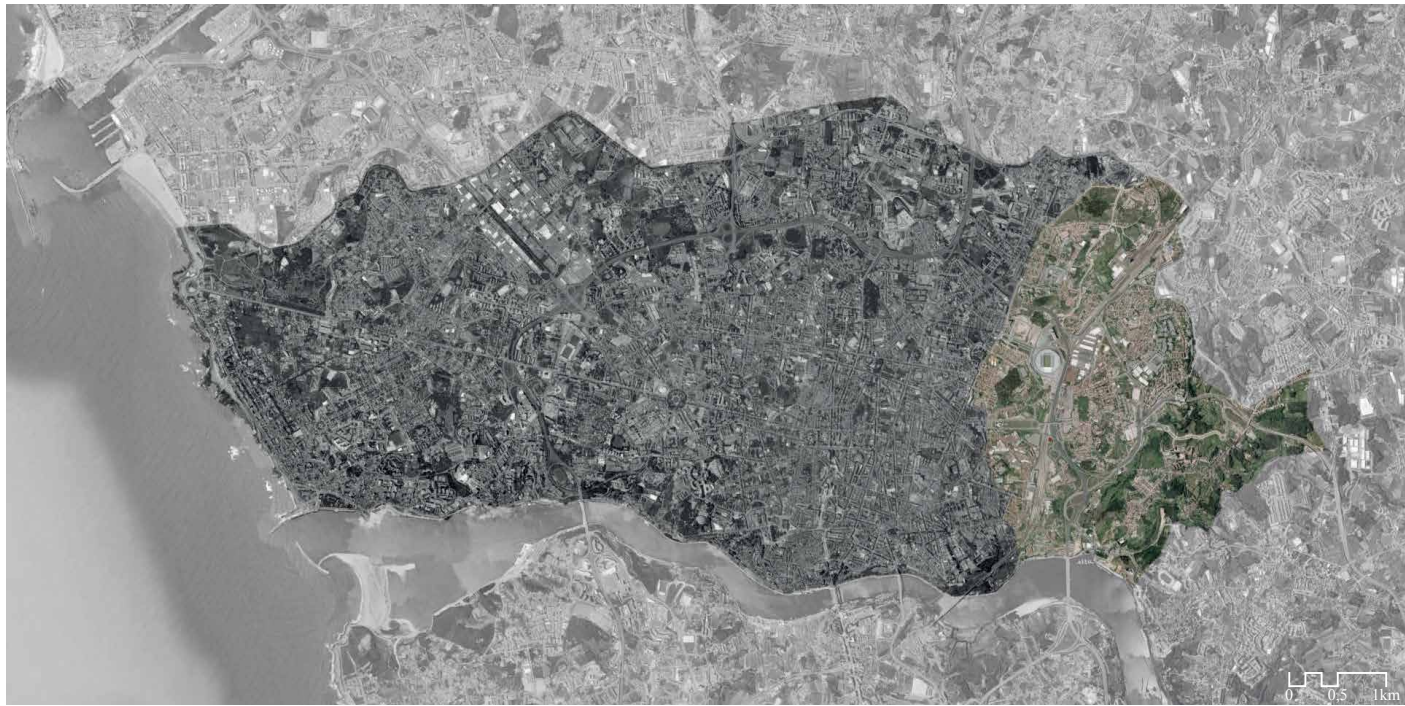
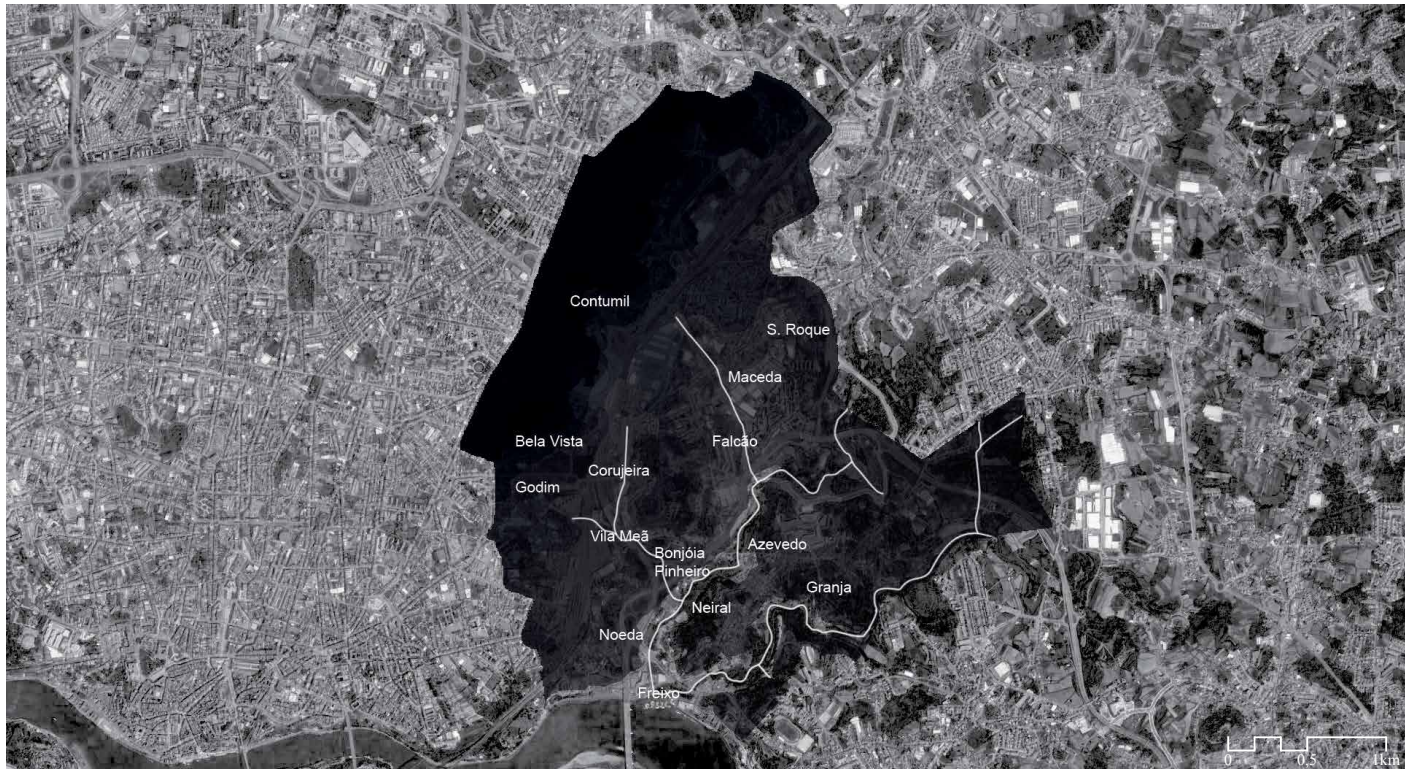


Figura 1 - Limites do concelho do Porto e da freguesia de Campanhã na actualidade, 2015



Altitude (m) 180-160 160-140 140-120 120-100 100-80 80-60 60-40 40-20 20-0

Figura 2 - Mapa Hipsométrico de Campanhã com indicação das linhas de água da zona em destaque, 2015



Figura 3 - Vista de Campanhã junto ao Rio Douro, s.d.

2.1 Desenvolvimento Urbano do Vale de Campanhã (do Paleolítico à contemporaneidade)

A localização e limites da freguesia de Campanhã¹ variaram ao longo da sua história. A geógrafa Elsa Pacheco (1991, pp. 157-163) traça as características do território que contribuíram para a sua morfologia. Na actualidade situa-se no extremo oriental do concelho do Porto, delimitada a Sul pelo Rio Douro, a Este e Nordeste pelo município de Gondomar e a Oeste pelas freguesias de Bonfim e Paranhos, e com uma área de 8,13 km² - um quinto do território concelhio -, é a maior freguesia da cidade.² A sua superfície abrange uma fracção da encosta norte do Rio Douro até à linha de cota correspondente 160-180 m, delimitada pelos Montes da Bela Vista, Antas, Contumil, Cruz e Currais, como se verifica nas figuras 1 e 2.

Características físicas do território

O contraste entre o resto da margem direita do Douro, de declives acentuados, e a de Campanhã, mais suaves - com cotas que variam entre os 0 e 20 metros no Esteiro de Campanhã, foz dos rios Tinto e Torto -, deve-se às suas características geomorfológicas - como o substrato rochoso - e a factores hídricos. A erosão, provocada pela escorrência³ ao longo de milhões de anos, provocou o deslizamento de materiais ao longo da encosta até ao rio Douro, nível base local -, contribuindo para o alargamento dos vales. Nas margens destes rios, nas altitudes entre 60 e 80 metros, as habitações são espalhadas pelos caminhos construídos consoante a topografia.

Na zona do Freixo existe uma linha Oeste-Este de contacto entre granito - mais resistente aos agentes modeladores - e xisto - mais frágil -, formando uma zona de cotas mais baixas, com uma topografia mais subtil e com menos contrastes, ficando a Oeste a área mais irregular, a da China, e a Este, a de Azevedo. Estes terrenos propiciaram a prática agrícola numa área a nascente, quase justaposta com a actual Estrada da Circunvalação.

A altitudes médias de 80 a 140m, nos lugares de Currais, Cruz, Contumil, Antas, Lameira, Bela Vista e Godim, existiam zonas florestais com árvores de grande porte - como carvalhos e pinheiros -, e lameiros - terras pantanosas com pasto. Em Azevedo, Freixo, Granja, Meiral, Pego Negro e Outeiro do Tine,

1 Alberto Sampaio (1979, p. 45) indica a designação *campaniana* como um exemplo de um gentílico romano adjectivado com o sufixo *-anus* a designar prédio. O nome *campaniana* evolui para *campanaan* e, a posteriori, *campanhã*, com nasalação de influência sueva. Ana Patrício (1991, p. 19) indica que a toponímia da zona de Campanhã revela também influência semita e germânica.

2 Apesar da criação de “Unições” de freguesias, resultantes da reforma administrativa concretizada em 2013, Campanhã mantém-se como a freguesia com maior área (CMP, 2014a).

3 Água das chuvas que corre sobre a superfície do terreno e vai alimentar directamente os cursos de água. É um dos principais agentes de erosão (Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, 2007)

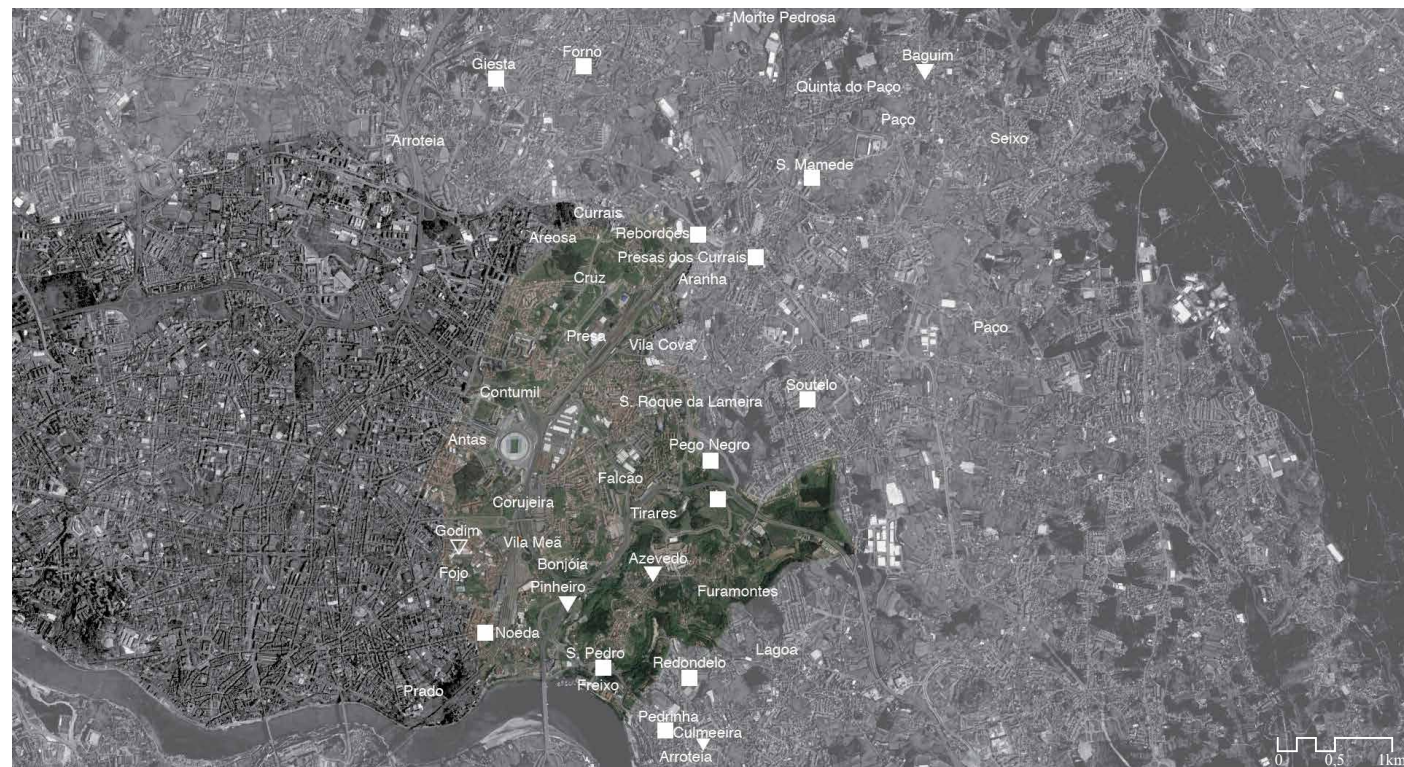


Figura 4 - Toponímia antiga, 2015

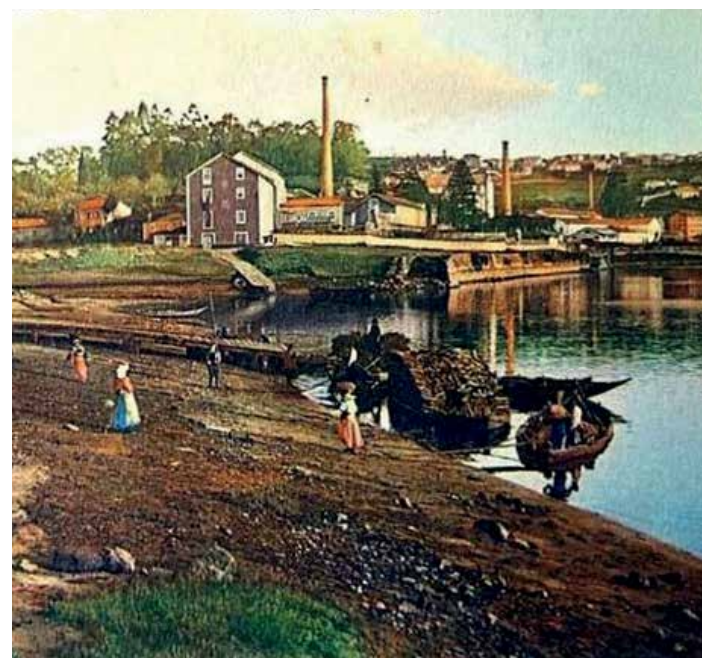


Figura 5 - Descarga de lenha no esteiro de Campanhã, s.d.



Figura 6 - Barcos valboeiros, escadas das padeiras, Ribeira, 1939



Figura 7 - Foz do Rio Tinto, Campanhã, 1890



Figura 8 - Ponte romana de Tirares, s.d.

as cheias de Inverno promoveram o crescimento de árvores de folha caduca, como choupos, freixos, amieiros, ou de menor porte e de folha persistente, como o azevinho. Apesar da ocupação humana ter levado à substituição das espécies florestais - a introdução do castanheiro é um exemplo -, a toponímia comprova esta diversidade arbórea, com as ruas do Freixo, do Pinheiro de Campanhã ou Souto de Contumil, possíveis elementos de referência numa paisagem predominantemente rural (fig. 4).

A fixação humana no território foi regada pelos seus factores físicos, como o relevo, a qualidade dos solos para exploração agrícola ou a existência de áreas defensivas. Ainda que, como afirmam Ribeiro e Amaral (1999b, p. 7), a toponímia revele que o território da freguesia tenha sido povoado no III e II milénios a.C.⁴, vestígios do Paleolítico descobertos no Esteiro de Campanhã (fig. 5) apontam para uma ocupação anterior. A influência fluvial é determinante no desenvolvimento da freguesia, refere a historiadora Ana Patrício (1991, p. 18) exemplificando com o Castro de Noeda que, no posicionamento característico da Idade do Ferro, no topo do monte, domina a intersecção dos rios Tinto e Torto com o Douro.

Por outro lado, Elsa Pacheco (1991, p. 165) adianta que, além do esteiro - onde a população prosperou na relação com a pesca e o comércio fluvio-marítimo, os terrenos férteis da margens e a abundância de água proporcionada pelos rios Tinto e Torto terão influenciado o estabelecimento da população. Os valboeiros (fig. 6), barcos que, além de servirem a pesca do sável, transportavam passageiros e mercadorias - como o pão trazido por padeiras até à Ribeira -, percorriam o Douro, contornando a dificuldade de atravessamento por terra. Todavia, a mudança de hábitos de consumo e a exigência de alta rentabilidade na pesca levou ao abandono das técnicas tradicionais.

Ana Patrício (1991, pp. 38 e 39) aponta que também a toponímia, verificável na figura 4, remete para a existência de actividades artesanais ligadas ao cultivo nas margens dos referidos rios, com nomes como Currais, Tiraz (pano de linho com desenhos), Tevilhe (azinha de Teville, no rio de Campanhã) e Pego (de *pelagus*, qualquer rego de água, ainda que de acordo com o cónego Arlindo da Cunha o termo “pego” refere-se ao acto de curtir o linho).

⁴ A presente denominação Antas, tal como Arca de Samigosa e Mamoa Pedrosa, referidas em documentos medievais, referem-se a sepulturas megalíticas. Apesar de não existirem vestígios arqueológicos, a localização destes topónimos coincide com zonas de cota elevada e zona plana, local de preferência para a implantação destes monumentos (Ana Patrício, 1991, p. 17).

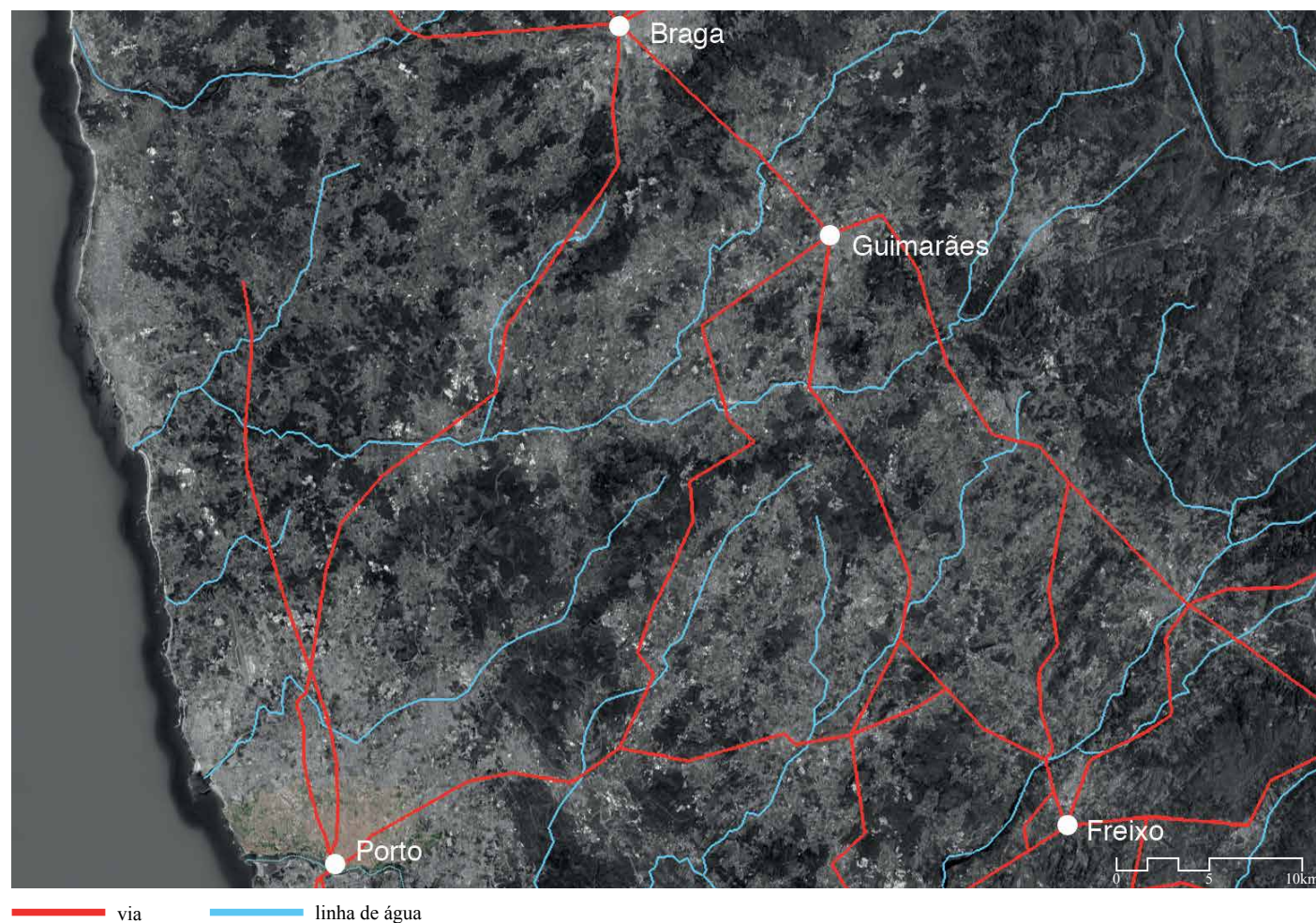


Figura 9 - Traçado das vias romanas, 2015



Figura 10 - Planta do Couto Episcopal, 2016

Os vestígios da presença romana no vale fornecem dados acerca das ocupações que lhes sucederam nesta zona. C. A. Ferreira de Almeida (1968, pp. 53-55) sugere que as demarcações de algumas paróquias românicas poderão ser recriadas a partir do levantamento do traçado dos caminhos antigos, visto estas se terem sucedido às explorações luso romanas. Ana Patrício (1991, p. 24) clarifica que o perímetro das *villae*⁵ era marcado pelos caminhos públicos. Em Campanhã, o mais primitivo trata-se do caminho Porto - Trás-os-Montes, documentado na Idade Média, coincidente com o traçado da actual estrada de Valongo (fig. 9).

Ribeiro e Amaral (1999b, pp. 7 e 8) indicam que apesar da referência mais antiga a Campanhã ser um topónimo de origem latina existente num documento de 994, mencionando o *ribulum campaniana* (Rio de Campanhã, actualmente Rio Torto), a *villa campaniana*, com origem no século IV, propriedade rural de tradição romana, é já referida no século XI. Esta *villa*, pertencente a uma antiga família nobre, abrangia uma grande porção das actuais freguesias de Campanhã, Rio Tinto e Valbom. Este registo, segundo Elsa Pacheco (1991, p. 168), tratar-se-á de um documento datado de 1058⁶ onde é referida a igreja de Santa Maria de Campanhã, cuja implantação estará relacionada com a “Estrada do Pão”, que do centro da cidade partia para Este. Para além destes documentos também existe a alusão à derrota do Rei de Córdova, Abderraman, perto do Rio Tinto, durante reinado de D. Afonso I, no século XII.

Em 1120, D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, doa o território que constituía na altura os limites do Porto ao bispo D. Hugo, passando o burgo a ser gerido pela Sé Portucalense. É assim que, explicam Ribeiro e Amaral (1999b, p. 8), se forma o limite oriental do couto (fig. 10), usufruindo a sua população das mesmas regalias que os residentes do burgo, na doação que, segundo Elsa Pacheco (1991, p. 168) englobou uma fracção do vale de Campanhã, contendo outeiros com edifícios agrícolas e indústria primitiva ligada ao linho.

Apesar deste contexto de aproximação ao centro do poder, Armindo de Sousa (1994, p. 130) relata que, em 1147, entre outras zonas, Campanhã ainda tinha colinas e matas a separá-la do burgo portuense. Ribeiro e Amaral (1999b, p. 10) esclarecem que, vigorando o senhorialismo - em que o poder municipal e senhorial são distintos -, as terras do couto de Campanhã são livres do poder do município. Porém, apesar de Campanhã estar dividida em duas partes -

⁵ As *villae* são moradias rurais, cujo os edifícios formavam o centro de uma propriedade agrícola. Construídas em grandes propriedades, rodeadas de jardins, pomares, fontes e outros elementos paisagísticos, podendo também serem construídas em pequenas fazendas dependendo dos trabalhos e das famílias (Reis, 2001, p. 376).

⁶ A carta trata da doação de bens diversos ao Mosteiro de Santa Maria, na *villa campaniana*, erigido pelos avós do doador, de seu nome Gomes, abade do Mosteiro. Segundo o documento, a *villa* localiza-se sob o castro de Gondomar, rio de Campanhã (Ana Patrício, 1991, pp. 24-27).



Figura 11 - Jardins, logradouros, zonas de floresta, cultivadas, entre outras, da cidade do Porto com a freguesia de Campanhã em evidência, 2015



Figura 12 - Sacha do milho nos arredores do Porto, s. d.



Figura 13 - Celeiro e seca de milho, arredores do Porto, s.d.

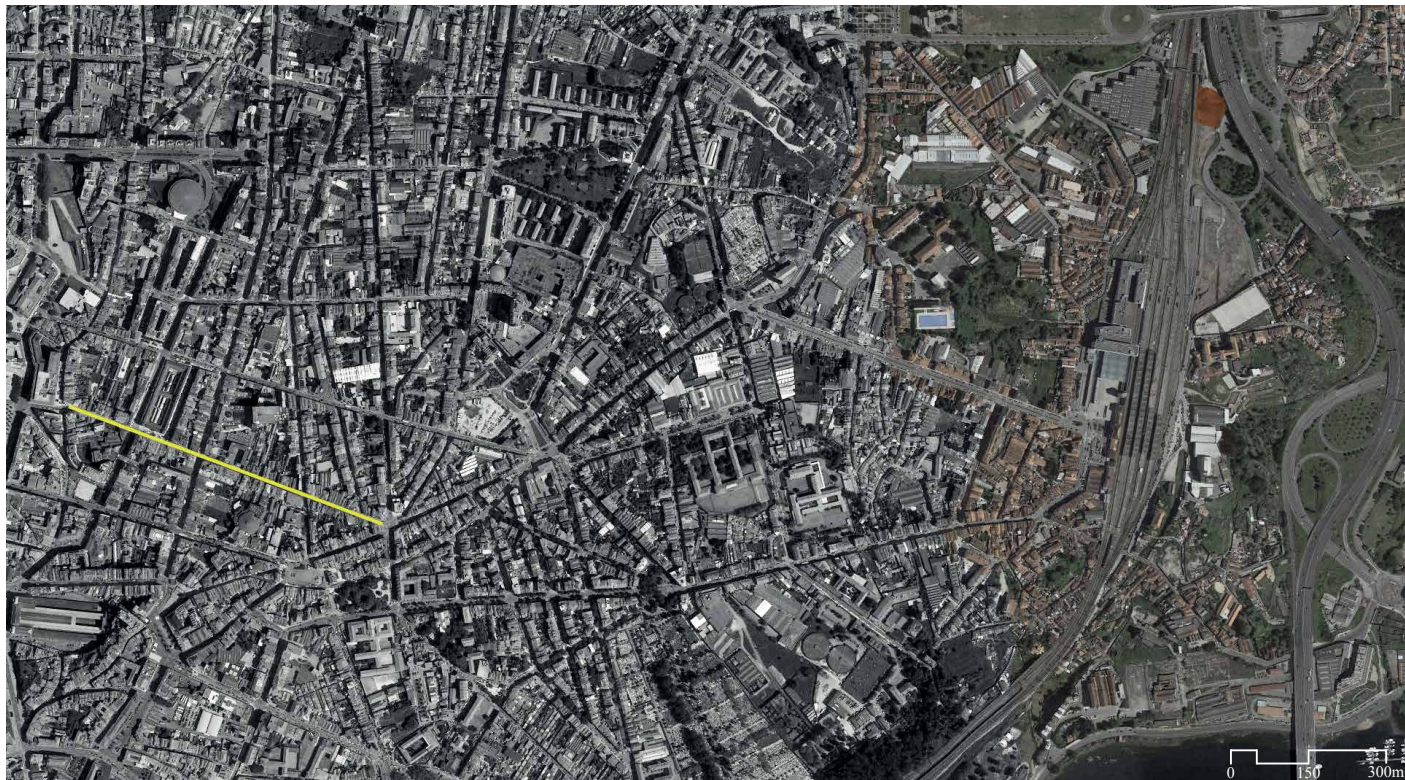


Figura 14 - Relação entre a Rua Formosa, destacada a amarelo e a freguesia de Campanhã, a cores, 2015

ocidental, próxima do centro do burgo, no interior dos limites do couto da Sé do Porto, e oriental, no reguengo⁷ -, estas são unidas simbólica, social e culturalmente pela igreja; divisão institucional que se mantém sem grandes alterações até ao século XIX.

O cultivo e manutenção de jardins e quintas na cidade do Porto existirá desde o final da Idade Média, século XV, com fins medicinais, alimentares e ornamentais. Contudo, dada a escassez de espaço no interior da muralha e o facto dos quintais de maiores dimensões serem exclusividade dos conventos, as práticas agrícolas desenvolviam-se em talhões nas traseiras e no interior dos quarteirões ou em terrenos adquiridos na orla do fortificado, criando uma cintura de espaço cultivado à sua volta, enuncia Ilídio de Araújo (1979, pp. 376 e 377).

Em contraste, Ribeiro e Amaral (1999b, pp. 10 e 11) acrescentam que o regime administrativo assente nos últimos séculos da Idade Média permite um crescimento expressivo da população e do território cultivado em Campanhã⁸, tornando o vale numa reserva de produtos agrícolas do burgo que abastece a cidade com sua a produção. Durante a Idade Moderna⁹ esta especialização - enraizada permanentemente no início do século XX -, evolui com aumento do negócio de produtos agrícolas com zonas urbanas, exponenciando os lucros dos minifundiários numa população que envolvia essencialmente agricultores, pescadores e moleiros.

O desenvolvimento de Campanhã está intrinsecamente ligado à expansão do Porto. Elsa Pacheco (1991, pp. 168 e 169) defende que, nos séculos XV e XVI, o crescimento dos arredores foi regulado por pequenas massas de construção que se foram agregando às vias que irradiavam do centro, onde escasseava a área de construção livre. Porém, no início do século XVII, Campanhã era um dos locais com menos habitantes no Porto, com 657 residentes (3,5% do total da população portuense), valor que aumentou no fim do século XVIII para 3.184 (5,1% do total da cidade).

Dada a necessidade de regar a espontaneidade da expansão urbana aliada ao crescimento da população, em 1784, a Junta de Obras Públicas, administrada por João de Almada, determina o Plano de Melhoramentos, com as regras que irão fazer parte da estrutura da organização urbana da cidade. Este plano determina a reparação de caminhos e o rasgamento novas ruas, como a Rua Formosa - do Bonjardim a Santo Ildefonso -, que influencia o desenvolvimento da freguesia, como se verifica na figura 14.

⁷ Terra que (por conquista ou por confiscação) era incorporada no património real (Priberam, 2013h).
⁸ Na Idade Média, ao principal eixo romano Norte-Sul, destinado ao intercâmbio de cereais, castanha, azeite, mel, cera do interior e pescado e sal da zona costeira, acresce a ligação Este-Oeste (Ana Patrício, 1991, p. 45).
⁹ “Período da História que sucede à Idade Média, compreendendo os séculos XV, XVI, XVII e XVIII. Convencionalmente, inicia-se com a queda do Império Bizantino, em 1453, e termina com a Revolução Francesa de 1789.” (Pinto, Meireles e Cambotas, 2000, p. 4).

Passado agrícola

Expansão

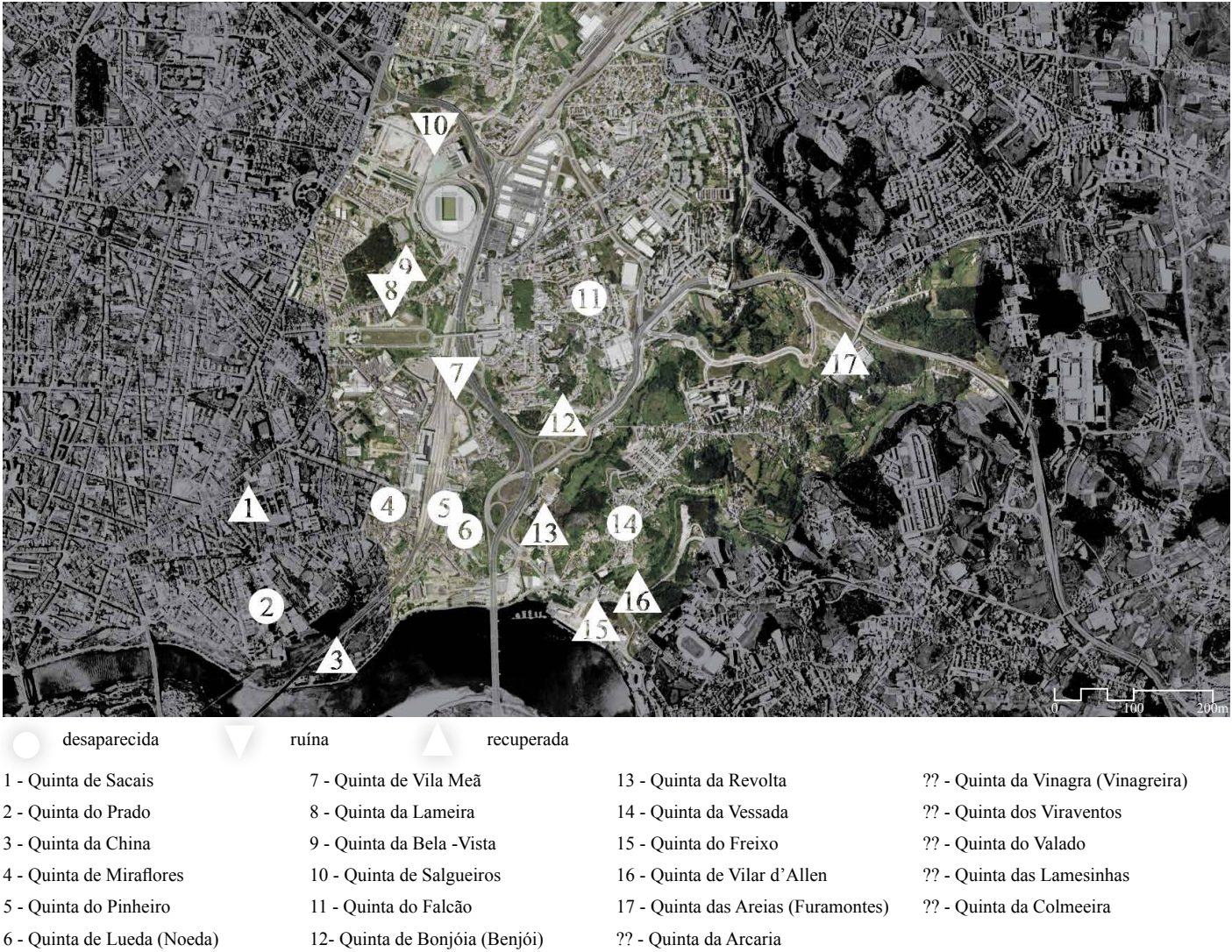


Figura 15 - Distribuição das quintas em Campanhã e Bonfim, 2015



Figura 16 - Vista panorâmica da Quinta da China, rio Douro e Gaia, s.d. Figura 17 - Casa da Quinta da Revolta, 1961

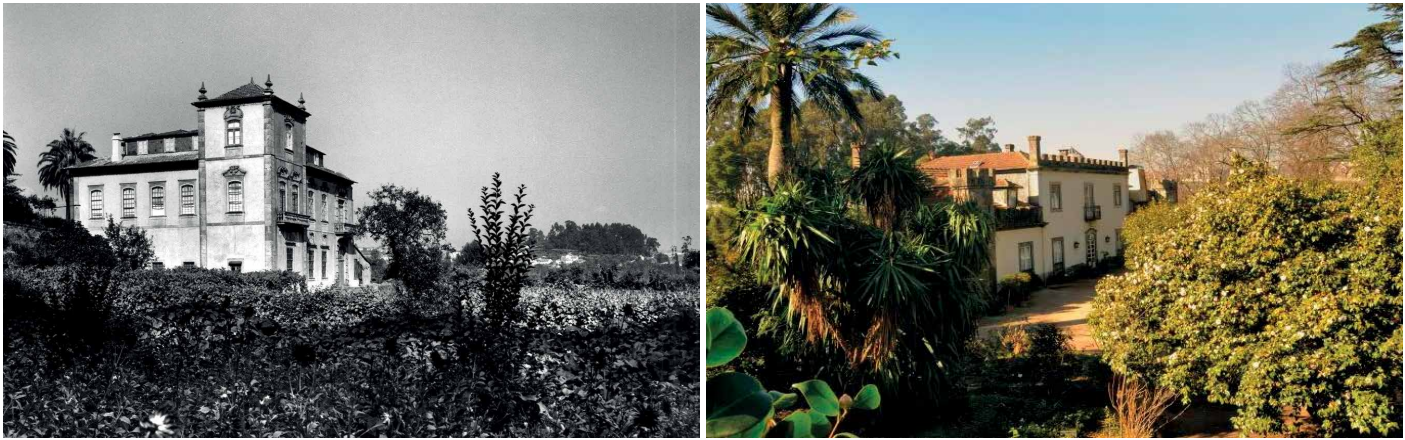


Figura 18 - Casa da Quinta da Bonjóia, 1969 Figura 19 - Quinta Vilar D'Allen, 2010

Por volta do século XVIII a denominada arquitectura solarenga¹⁰ aumenta exponencialmente no Minho e Douro Litoral. Dado este não se tratar de um período de guerra ou de expansão colonial, os nobres dedicam-se à sua propriedade, investindo o dinheiro ganho em negócios nas colónias no melhoramento, acréscimo ou construção das suas casas. Com função direccionada para os trabalhos agrícolas ou com maior imponência urbana, a riqueza dos solares barrocos foi adicionada a construções quinhentistas, mais despojadas (Távora, Pimentel e Menéres, 1988, pp. 25-27).

A geógrafa Elsa Pacheco (1991, p. 170) refere que foi devido às vistas privilegiadas - consequência da topografia acidentada - e à densa arborização, que a freguesia de Campanhã foi disseminada por palacetes de gosto brasileiro, inglês e alemão¹¹ no interior de quintas burguesas (figs. 15-19). O surgimento dessas quintas e solares de veraneio das famílias burguesas e nobres do Porto, que segundo Andresen e Marques (2001, p. 13), aliando o espaço produtivo ao de recreio, se desenvolvem longitudinalmente a eixos guiados pela topografia e recursos hídricos, é apontado por Ribeiro e Amaral (1999b, pp. 11-41) para o século XVIII e alteram o cariz agrícola do vale até ao advento da sua industrialização no século XIX.

Até às primeiras décadas do século XIX, a população do Vale de Campanhã era dispersa por casais, pequenas aldeias rurais com identidade e hábitos próprios. Dentro destes destacavam-se os palácios de veraneio da alta burguesia e habitação de trabalhadores agrícolas. Até finais deste século, a agricultura era a primeira fonte de riqueza de Campanhã. Esta actividade tem um papel preponderante no vale durante vários séculos, com quintas e extensas zonas verdes distribuídas pela zona, revelando a importância que o sector primário teve na economia local, ocupando quase toda a população residente.¹² O clima húmido e o solo muito fértil possibilitaram uma agricultura intensiva baseada no milho, batata e feijão, e nas árvores de fruto como laranjeiras, pereiras, pessegueiros e macieiras.

Com o crescimento industrial e urbano, a expansão da cidade entra em conflito com a agricultura na ocupação dos solos, garante Elsa Pacheco (1991, pp. 166-170), e as culturas, até aí efectuadas em vales, planaltos ou socacos, para ultrapassar a topografia acidentada, foram sendo isoladas e excluídas. É ainda no início do século XIX que Francisco de Almada (filho), acompanhando a expansão da cidade para fora da muralha fernandina, fomentada pelo crescimento económico, desenha o prolongamento da Rua do

10 Relativa a solar (casa nobre) (Priberam, 2013k).

11 “Os ingleses, franceses, holandeses, hamburgueses, e outras famílias estrangeiras comerciantes, são os que arrendam estas quintas, e nelas vivem a maior parte do ano; mas os portugueses reservam para o seu uso e divertimento as melhores, e as mais custosas” (Costa, 1945, p. 66)

12 “(...)nas eleições para deputados, realizadas em 1836, os lavradores e moleiros constituíam a parte mais representativa das listas de cidadãos de Azevedo com direito a voto.” (Ribeiro e Amaral, 1999a, p. 29)

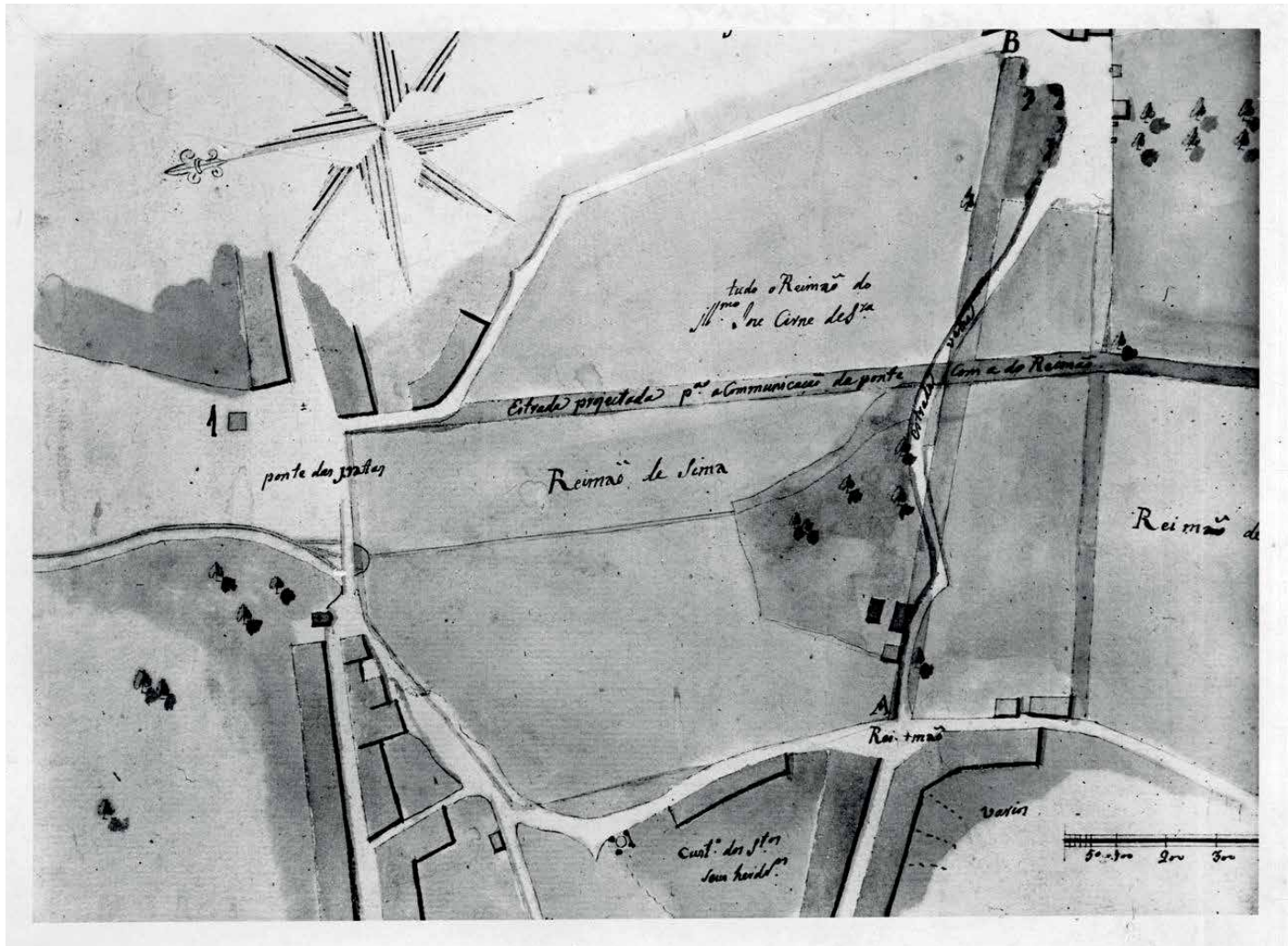


Figura 20 - Alinhamento da Rua do Reimão na 1ª metade do séc. XIX, Arq. Teodoro de Sousa Maldonado, s.d.



Figura 21 - Lápide comemorativa do Cerco do Porto, Contumil, s.d.



Figura 22 - Carta do distrito do Porto, Lit. da Imprensa Nacional, 1885

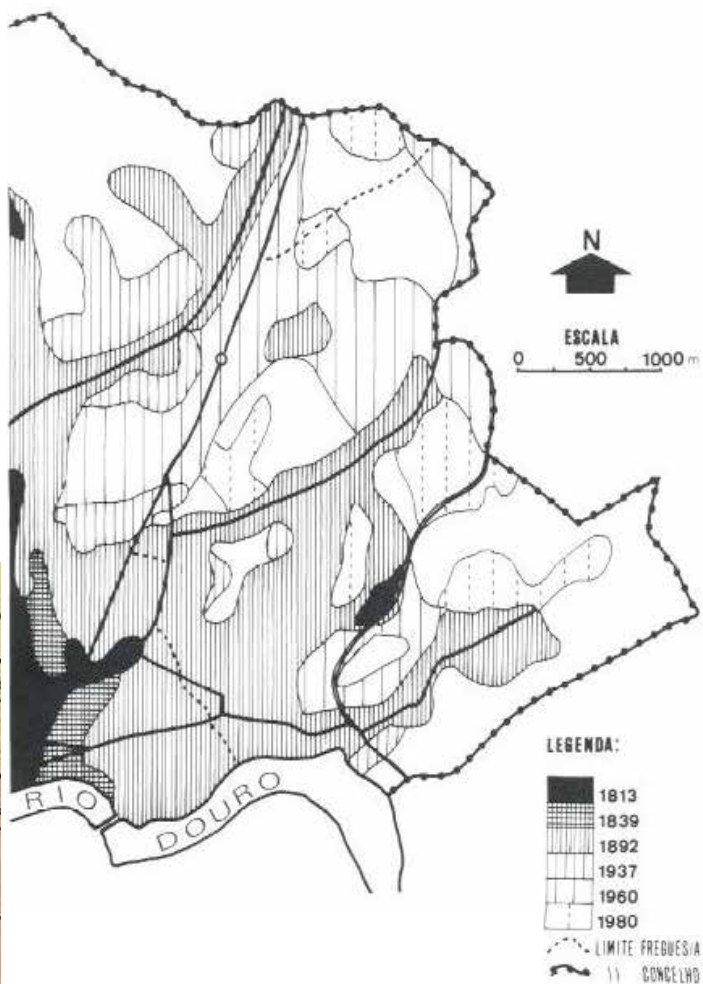


Figura 23 - Evolução da Mancha Construída, Campanhã, 1813 a 1980, s.d.

Reimão (Avenida Rodrigues de Freitas) até à Estrada de Campanhã (Rua do Heroísmo), como é demonstrado na figura 20.

Apesar do desenvolvimento, a freguesia passou por momentos de instabilidade no decorrer desse século. As invasões napoleónicas provocam o saque da igreja de Campanhã em 1809 e, durante a Guerra Civil de 1832-34 (fig. 21), a cidade do Porto é cercada por volta de um ano, resultando em vários danos materiais e patrimoniais na zona do vale (Ribeiro e Amaral, 1999b, p. 11).

A área construída mais antiga de Campanhã data de 1813 (fig. 23) e encontra-se no extremo oeste da Rua de Bonjóia e zona de Azevedo. Elsa Pacheco (1991, pp. 170-173) indica que, ainda que a freguesia tenha sido anexada ao Porto em 26 de Novembro de 1836, devido a uma reorganização administrativa, a mesma não é influenciada pelo crescimento da cidade até ao século XIX, quando a zona sul e centro são ocupadas, nas décadas de 1840/50 e final de século, na extensão longitudinal da Rua de S. Roque da Lameira, Bonjóia, Pinto Bessa, Heroísmo, Freixo, Monte Belo (Av. Fernão Magalhães) e transversais. Porém, mesmo nessa altura, Campanhã ainda era um acréscimo suburbano de cariz rural onde os caminhos existentes, traçados segundo a topografia, orientavam o crescimento da construção. As indústrias desenvolvidas a partir da segunda metade do século XIX promovem uma oferta de emprego mais diversificada levando a que uma parte da população da freguesia aliasse a prática agrícola à industrial e outra se visse forçada a retirar-se dada a alteração da conjuntura.

A grande quantidade de moinhos que existia perto dos cursos de água - 76 rodas -, aliada ao facto de a primeira referência à indústria se tratar de uma carta relacionada com uma venda de uma levada de moinhos, levam Ribeiro e Amaral (1999b, pp. 11-25) a concluir que a moagem foi a primordial e principal actividade industrial até ao século XIX, antes do crescimento da indústria têxtil na década de 1870.

Apesar deste contexto industrializante, os residentes Campanhã viviam maioritariamente da agricultura de subsistência, da criação de gado e da pastorícia. As ruas do Freixo, Meiral, Azevedo, Bonjóia e S. Roque da Lameira, irradiando do núcleo da cidade, propiciavam o contacto dos lavradores, disseminados pelo território, com o centro, mas a distância e a escassez de meios de transporte faziam com que as deslocações a este não fossem amiúde, originando a realização de feiras.

Grande parte das feiras e dos mercados públicos, um factor social e económico basilar do vale, de acordo com Ribeiro e Amaral (1999b, p. 23), eram, segundo Azevedo et al. (1994, p. 11), ligados à pecuária e à lavoura, como a Feira do Gado do Bonfim - transferida para a Corujeira em 1890, onde veio a usufruir

Mancha construída

Persistência da agricultura



Figura 24 - Vendedor de porcos, Feira dos Moços, P. da Corujeira, 1913



Figura 25 - Ilha da Rua de Vila Meã, s.d.



Figura 26 - Trajes típicos no trabalho agrícola em Campanhã, 1905



Figura 27 - Palhoça e carro de terra, Campanhã, 1910



Figura 28 - Zona de Campanhã, s.d.



Figura 29 - Lavadeiras em Pego Negro, Campanhã, s.d.

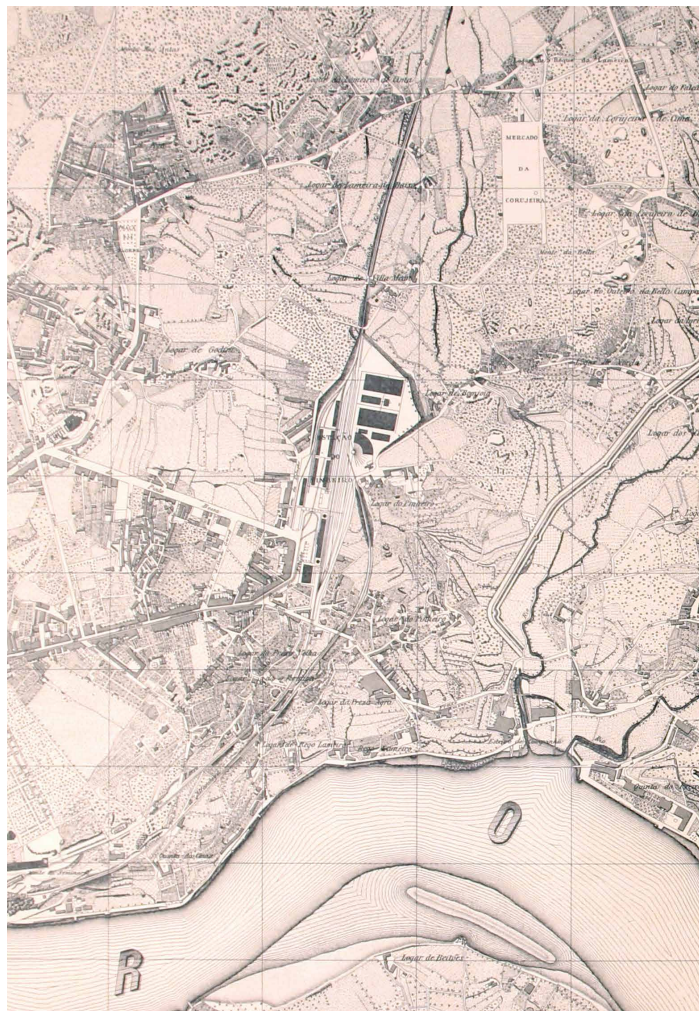


Figura 30 - Carta Topographica do Porto, Folha 6, Telles Ferreira, 1892

da proximidade do Matadouro Industrial do Porto¹³ -, ou a Feira dos Moços (ou dos Criados) na Praça Carlos Alberto. Esta última é deslocada para a Alameda da Corujeira em 1892 e, mais tarde, para a Praça da Corujeira (fig. 24), tendo-se extinguido definitivamente na década de 1930 (Ribeiro e Amaral, 1999a, p. 67).

O crescimento demográfico, o dinamismo da indústria e a expansão de infra-estruturas de circulação levou ao desenvolvimento de novas tipologias de habitação. Ribeiro e Amaral (1999b, pp. 41 e 42) recordam que as ilhas¹⁴ - situadas nas zonas industrializadas, como Rua de S. Roque da Lameira ou Rua de Bonjónia - se tornaram, até meados do século XX, na tipologia habitacional popular mais comum no Porto, albergando em 1900 um terço da população da cidade (fig. 25). Segundo Elsa Pacheco (1991, pp. 166-182), este cenário de eclosão levou a que diversas tipologias habitacionais da freguesia derivassem deste tipo de iniciativas, privadas no caso das ilhas, e governamentais ou cooperativistas noutros casos. Na freguesia de Campanhã as ilhas ainda estão presentes nas ruas do Freixo, de Contumil, do Heroísmo, de Justino Teixeira e das Antas.

O congestionamento populacional do centro levou a várias intervenções urbanísticas nesta zona tida como um arrabalde do Porto onde, salienta a mesma autora, era notório o contraste entre novas ruas com fábricas e os caminhos que faziam a ligação do centro a Campanhã (figs. 26-29). Dada a parca rentabilidade da agricultura, a população das zonas planas ribeirinhas (Freixo, Meiral, Pinheiro, Bonjónia e Azevedo) dispersa para as zonas de cota alta (Currais, Cruz, Contumil, Antas e Godim) na procura de residência. Este êxodo é corroborado por Fernando Rodrigues (2005, pp. 239 e 240) que, com base na análise da Carta Topographica do Porto de 1892 (fig. 30), aponta que o território da freguesia era estabelecido por dois eixos de função topológica e morfológica complementar, formados pelas ruas de Pinto Bessa e Bonfim - urbano e comercial - e de Montebello e de São Roque da Lameira - rural e agrícola -, cuja estrutura serve de base para a configuração do desenvolvimento da zona.

O problema do alojamento, um dos principais da cidade dado que, segundo Sousa e Pimenta (2001, p. 12), desde o século XIX, com o aumento da pressão demográfica causada pela industrialização, as famílias com rendimentos baixos tiveram que escolher entre as suas habitações insalubres e desconfortáveis e serem realojadas em bairros sociais na periferia. Como consequência, a suburbanização foi intensificada pela reorganização sócio-económica de determinadas zonas que levou à sua valorização, tornando-as inacessíveis a classes com menos capital, pelo envelhecimento da população e pelo aumento do sector terciário.

¹³ Localizado no Largo da Corujeira, com uma área total de 30000 m², construído com influência alemã, tipo Offenbach, contendo vários pavilhões para diferentes funções, substitui o matadouro de S. Diniz em 1923 (JFC, 2016).

¹⁴ Fruto da intervenção almadina no século XVIII, as residências burguesas extra-muros, construídas à face da estrada, parceladas em lotes estreitos, de 5 metros de largura, e profundidade acentuada, fomentam o aluguer de construções em bateria situadas no logradouros das propriedades. Com estas habitações precárias os proprietários pretendem lucrar com a procura de casa motivada pela revolução industrial (Pacheco, 1991, p. 182).

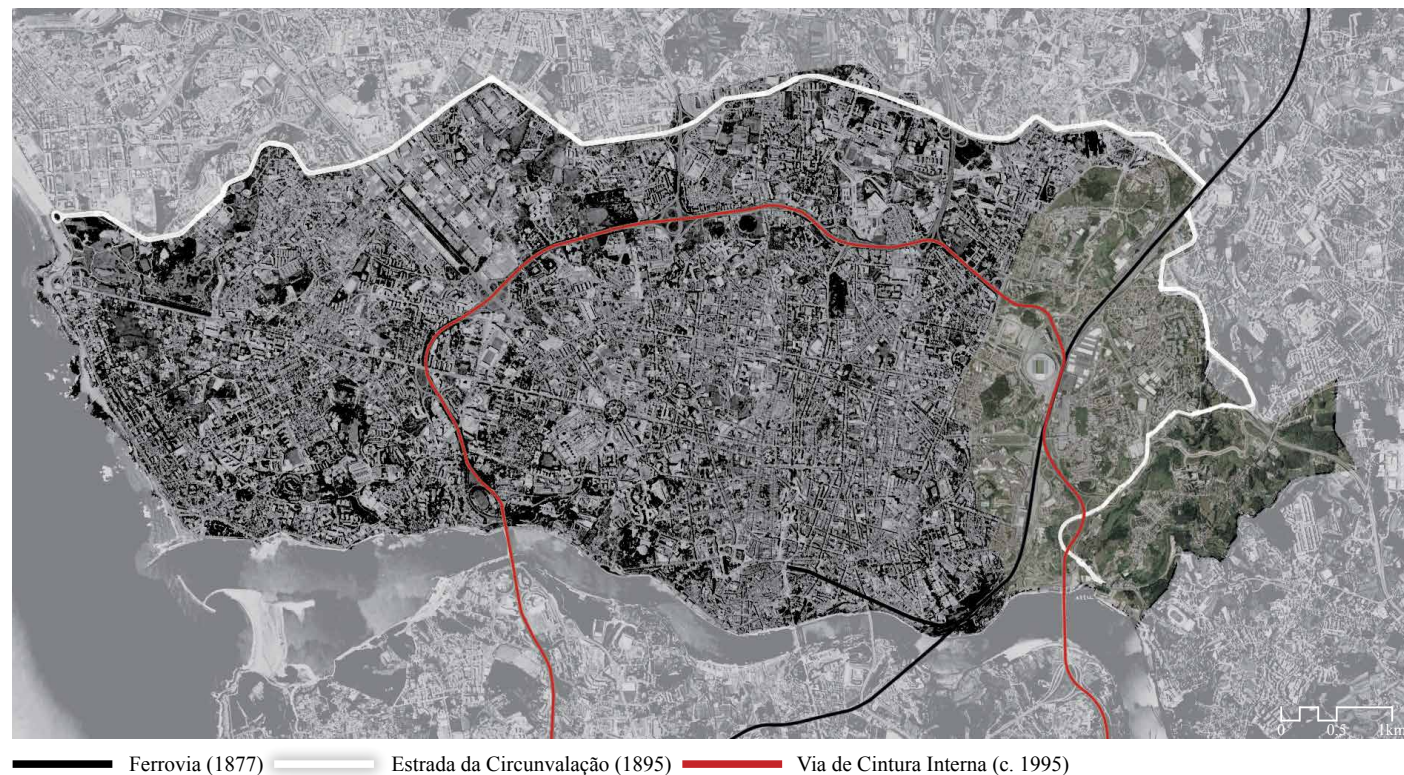


Figura 31 - Relação da Estrada da Circunvalação e via ferroviária com a freguesia de Campanhã, 2015

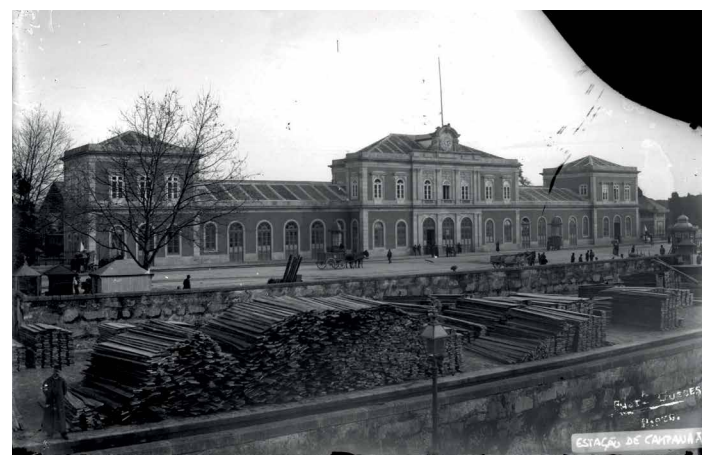


Figura 32 - Fachada Oeste da Estação Ferroviária de Campanhã, s.d.

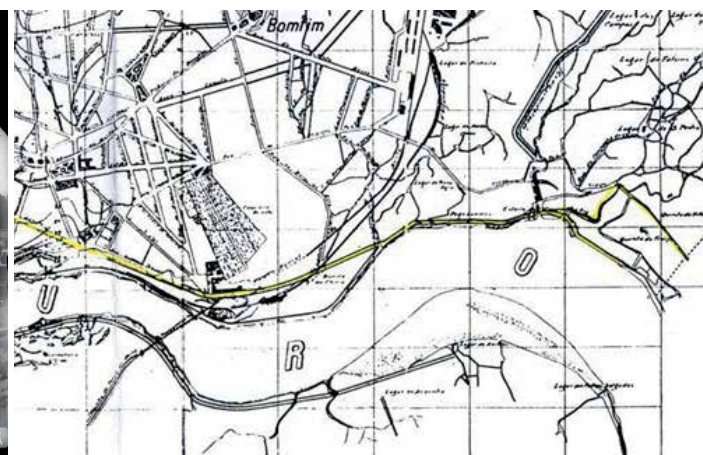


Figura 33 - Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, E. de Campos, 1932

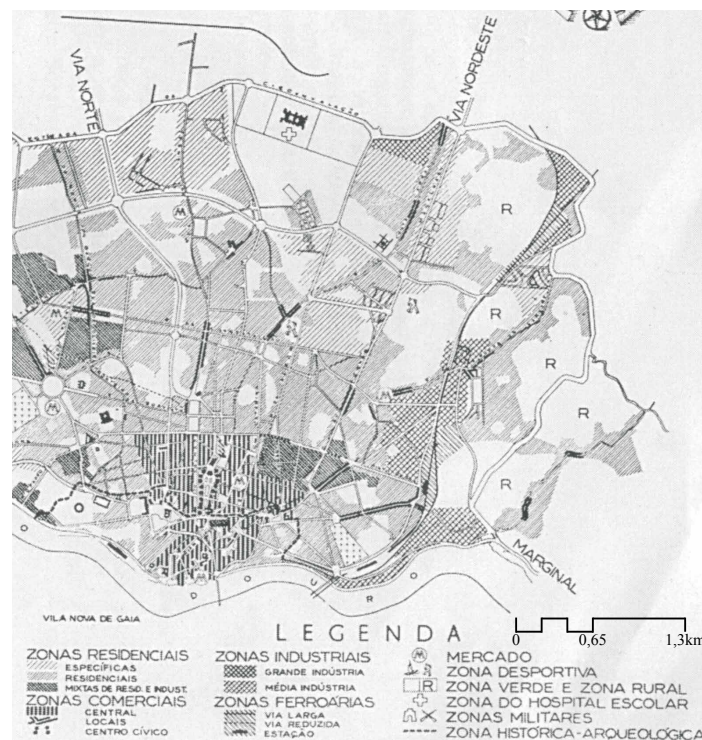


Figura 34 - Plano Regulador da Cidade do Porto, zonamento, 1952

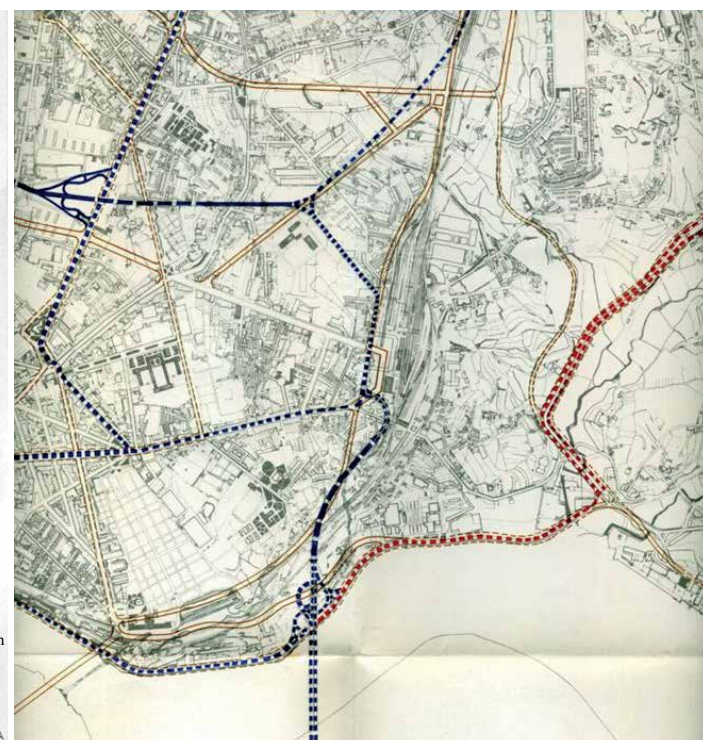


Figura 35 - Plano Director da Cidade do Porto (detalhe sist.viários), 1962

A Estação Ferroviária de Campanhã - o principal centro ferroviário da Região Norte -, é inaugurada, afirmam Ribeiro e Amaral (1999b, p. 27), a 4 de Novembro de 1877, no Pinheiro, e a Estrada da Circunvalação, em 1895. Todavia, Elsa Pacheco (1991, pp. 173-181) atenta que apesar da estação ser um catalisador de movimento na área em que se localiza, tanto a via férrea como a rodoviária - Estrada da Circunvalação -, criaram uma barreira ao desenvolvimento urbanístico do extremo Este da freguesia (figs. 31 e 32). É a partir deste século que aumenta a poluição atmosférica com as indústrias e com o consumo de combustíveis fósseis - o carro americano, de tracção animal, é suplantado pelo carro eléctrico nas primeiras décadas do século XX.

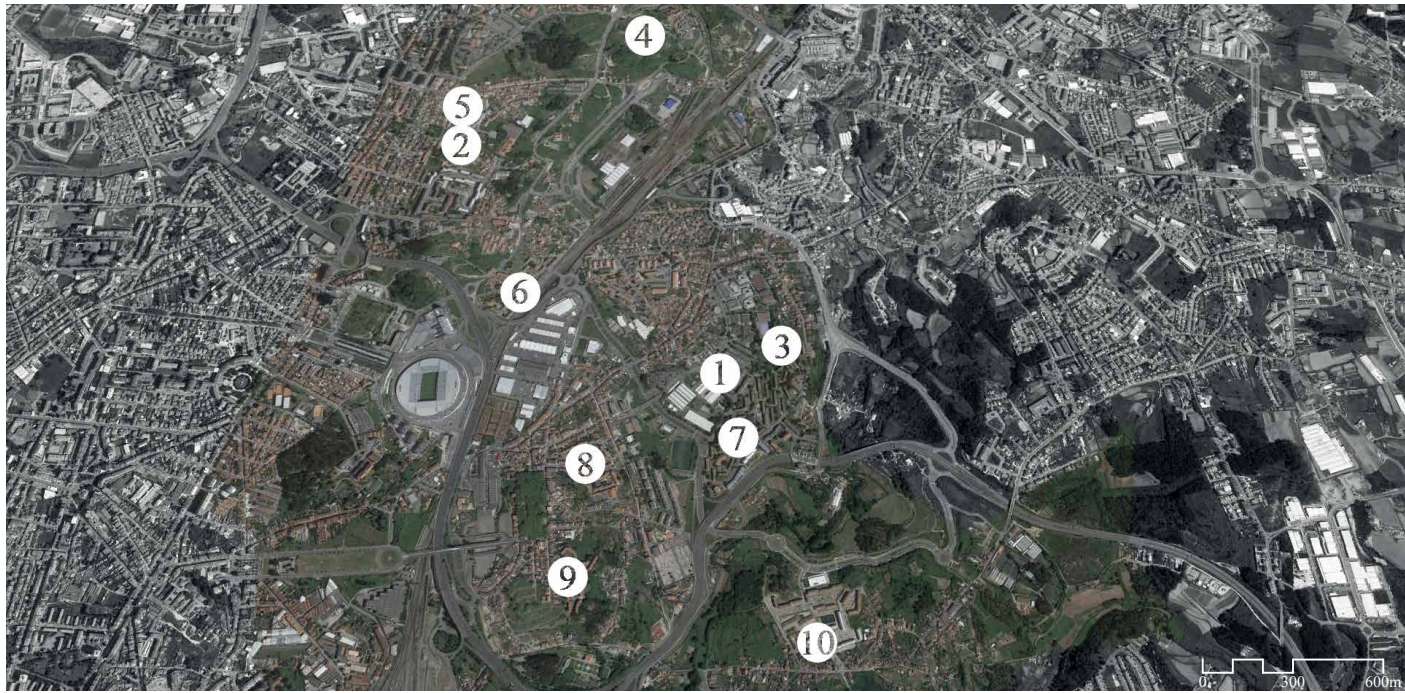
Ainda assim, a freguesia possuía um cariz rural com uma indústria implantada de forma não enquadrada, cuja população aumentava devido ao êxodo rural e à migração do centro da cidade para a zona limítrofe onde, dada a reduzida oferta de espaço, os princípios do crescimento urbano eram estabelecidos pelo preço do solo e pela capacidade financeira dos habitantes. O desenvolvimento da indústria, dos meios de comunicação e do transporte durante o século XIX, são apontados por Ribeiro e Amaral (1999b, p. 16), como factores para que, em 1930, 10,5% da população do Porto - 24.508 habitantes - fosse de Campanhã.

Neste contexto, Elsa Pacheco (1991, pp. 177-180) caracteriza os planos urbanísticos que se seguiram, começando por Ezequiel de Campos que, em 1932, no Prólogo ao Plano da Cidade do Porto (fig. 33) - onde aponta a desorganização funcional e sugere a definição de zonas especializadas, reconsiderando as estruturas funcionais existentes -, e menciona a precariedade dos acessos à cidade por Campanhã, afirmando: "...de Gondomar pela Rua do Freixo, íngreme; de Penafiel pela Rua de S. Roque da Lameira, estreita e tortuosa..." Por conseguinte, sugere a construção de um acesso vindo de Gondomar, pela marginal de Campanhã, Fontainhas até à Rua Alexandre Herculano; e outro de Penafiel à Avenida Camilo e Campo 24 de Agosto. A proposta de construção da marginal de Campanhã à Foz, contida no plano - com o intuito de descongestionar trânsito à cota baixa - mais tarde realizada, corresponde, em Campanhã, à Avenida Paiva Couceiro.

Em 1952, Antão de Almeida Garrett¹⁵, com o Plano Regulador da cidade do Porto (fig. 34), introduz uma concepção de cidade de países no pós-guerra e, baseando-se em Ezequiel de Campos, define as principais vias de comunicação e o zonamento de áreas com funções específicas. Propõe o prolongamento da Avenida de Fernão de Magalhães até à Estrada da Circunvalação, que substitui os caminhos para norte e contribui para a urbanização da zona com cota mais elevada - Cruz, Antas, Contumil - durante os anos 60. Garrett propõe também o uso da ponte D. Maria para utilização rodoviária, salientando a pertinência de um novo atravessamento ferroviário.

Enquanto em Campanhã, em 1962, Robert Auzelle planeia a ponte rodoviária do Freixo (fig. 35), em 1987, o Plano Geral de Urbanização, com o intuito

¹⁵ Engenheiro civil e urbanista, 1896-? (Sigarra, 2014).



1 - Ilhéu (1935) 3 - S. Roque da Lameira (1942) 5 - Bairro Pio XII (1958) 7 - Cerco do Porto (1966) 9 - Monte da Bela (1970)
2 - Costa Cabral (1942) 4 - S. João de Deus (1968) 6 - Engenheiro Machado Vaz (1966) 8 - Falcão (1973) 10 - Lagarteiro (1973)

Figura 36 - Primeiros Bairros Sociais do século XX em Campanhã, 2015



Figura 37 - Concurso para o Parque Lúdico e Tecnológico do Freixo, 2º Prémio (1º prémio não foi atribuído), Arq. Jorge Patrício Martins, 1994

de evitar a descida da baixa densidade de jardins públicos no Porto, sugere a criação de um parque urbano na envolvente dos rios Tinto e Torto e a definição da área verde já existente no Monte da Bela Vista. O plano situa as zonas industriais no sentido longitudinal da ferrovia, com incidência na Corujeira e Contumil, e os serviços e equipamentos no Freixo, Pinheiro, Vila Meã e Currais. No que concerne às vias de comunicação, a ligação à futura ponte Freixo-Areinho - o 3º troço da Via de Cintura Interna - é sobreposta à linha ferroviária de modo a evitar o acrescento de um obstáculo à circulação dentro da freguesia. O conceito de intermodalidade é aplicado na estação de caminho de ferro com o transbordo de passageiros de transportes urbanos para suburbanos, periféricos e de longo curso.

Apesar deste crescimento, mantinha-se um elevado número de habitações com condições precárias, situação que impeliu, segundo Ribeiro e Amaral (1999b, p. 42), a realização do Plano de Salubridade das Ilhas, em 1956, resultando na construção de bairros sociais na área entre Lordelo e Campanhã. Elsa Pacheco (1991, pp. 182 e 183) relata as sucessivas tentativas, iniciadas pelo Estado Novo, de criar casas unifamiliares com espaço na envolvente. No entanto, a inviabilidade económica deste modelo fez com que viessem a ser construídas casas com tipologia semelhante às anteriores, mas que deveriam ser adquiridas pelos moradores num período de 20-25 anos, modelo também abandonado por não ser exequível para sujeitos economicamente desfavorecidos (fig. 36).

Nos anos 60 e 70, são construídos blocos habitacionais com três ou mais pisos que, reduzindo à área de construção, diminuem o seu custo e acolhem um número maior de famílias. Fazem, no entanto, surgir um imbróglio social com o isolamento e a revolta vivencial pela privação de referenciais de vida por parte de pessoas vindas do núcleo da cidade ou zonas rurais. Como tal, para fazer face às dificuldades, grupos de indivíduos criam uma série de cooperativas que constroem blocos de quatro e seis pisos. No entanto, por serem pensados a curto prazo, não visavam as infraestruturas necessárias a uma vivência qualificada, como por exemplo, a manutenção e a construção de espaços verdes e de vias de acesso e de circulação.

Em 18 de Fevereiro de 1992, segundo Fernando Rodrigues (2005, pp. 232-241), o executivo da CMP menciona o Vale de Campanhã como futura entrada principal da cidade e estabelece a urgência de uma intervenção na zona oriental da cidade, lançando em Julho de 1994 um Concurso Público de Ideias (fig. 37) com o intuito de colaborar no estabelecimento de estratégias de qualificação do ambiente urbano construído e natural e assim promover uma mudança no âmbito lúdico-cultural, com repercussões inter-municipais.

Para tal baseia-se numa série de vectores estruturantes, como o Complexo Lúdico-Tecnológico, o Pólo Cultural do Freixo (Museu da Imprensa, Museu

O problema da habitação

Estratégias de renovação

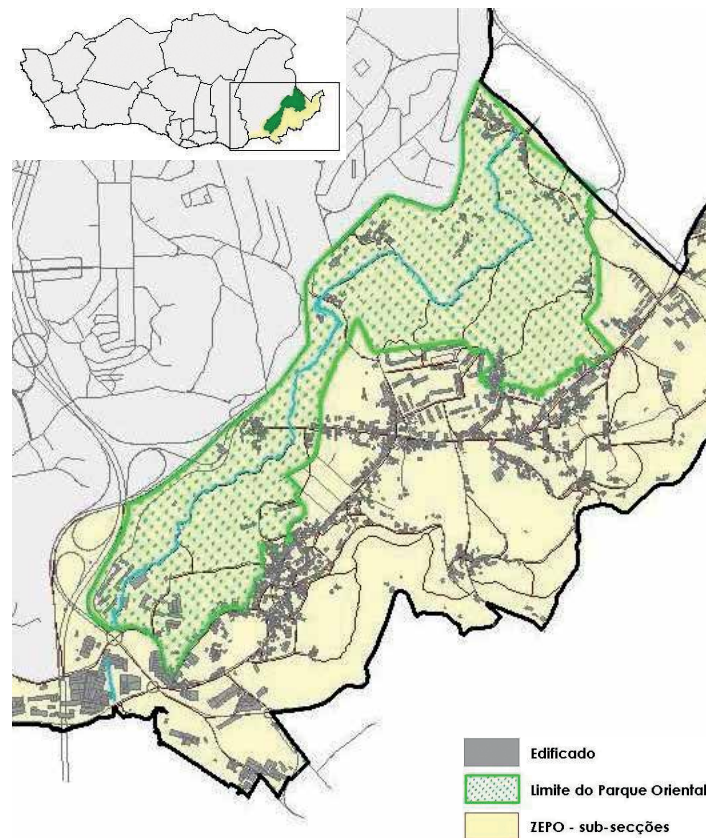


Figura 38 - Zona de enquadramento do Parque Oriental, CMP, 2009

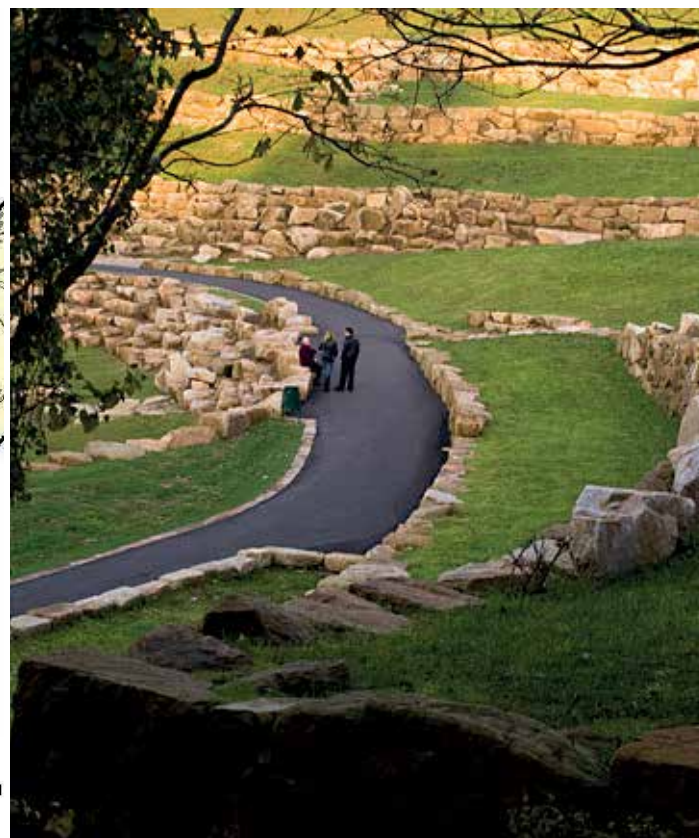


Figura 39 - Vista do Parque Oriental, 2011



Figura 40 - Planta do limite da área do Parque Oriental, 2010



Figuras 41 e 42 - Representação da proposta das Calçadas do Douro, 2005

da Ciência e Indústria, Núcleo de Apoio a actividades Náuticas e exploração do Palácio do Freixo), o Plano de Urbanização (VCI, Circunvalação, Av. Fernão de Magalhães, Praça das Flores, Azevedo, Interface de Campanhã e Heroísmo), o Parque Oriental (figs. 38-40), o Plano de Pormenor das Eirinhas, a requalificação do quarteirão Heroísmo-Nova Sintra, a Integração Urbanística do Bairro do Cerco do Porto, Infraestruturas de Ensino Superior, e a Estação de Tratamento de Águas Residuais do Porto (ETAR). Cerca de um ano depois, no Fórum Campanhã - Porto Oriental Cidade Nova, a 17 de Julho, a organização do evento observava que, com esta acção, a CMP, apoiando-se na rede de acessos a ser construída na altura, contribuía para o debate público acerca do planeamento da freguesia, promovendo a sua renovação.

David Mandim (em DN, 2006) informa que, em 4 de Abril de 2006, a Assembleia Municipal do Porto, perante a probabilidade de a autarquia ter de indemnizar o investidor, aprova o projecto imobiliário Quinta da China, empreendimento do grupo Mota-Engil. Este complexo habitacional de luxo, desenhado com três torres de 16 andares, foi aprovado em 2002 pela autarquia após a pressão do Pelouro do Urbanismo para a redução das torres para 8 pisos. No entanto, vem a ser chumbado pelo mesmo órgão em 2005 por não cumprir o Plano Director Municipal (PDM), levando a uma impugnação judicial pela empresa.

Este recuo por parte do executivo foi criticado, indica Carla Luz (em Jornal de Notícias, 2006), dado o alegado incumprimento dos processos necessários à desafectação e a cedência de dois terrenos públicos à empresa - o que anularia a necessidade de indemnização -, e a referida infracção dos regulamentos urbanísticos. Devido ao diálogo entre o executivo e a empresa, passados cerca de dois anos, Patrícia Carvalho (em Público, 2008) relata que o empreendimento, agora com o nome Calçadas do Douro, passava a contar com menos de cerca de 60% da área e volume total e os edifícios de apartamentos passariam a ter um máximo de 5 pisos, respeitando assim o PDM (figs. 41 e 42). Entretanto, a obra ainda não foi realizada.

Rui Moreira, presidente da CMP à data, afirmou que pretende reindustrializar a cidade a partir de Bonfim e Campanhã, dada a abundância de arqueologia industrial e de espaços onde novas empresas se podem estabelecer, fomentando a atracção dos recursos humanos entretanto perdidos (Redacção e Lusa, em Porto 24, 2015). No dia 28 de Julho de 2015 foi aprovado, por unanimidade em reunião pública de Executivo, o início do processo de delimitação de três novas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) nas zonas envolventes à Praça da Corujeira e Cerco do Porto, em Campanhã, a par da área histórica do Ouro, na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, e Foz Velha, na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde. A escolha das ARU - relacionadas com o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Empreendimentos privados de grande escala

Área de Reabilitação Urbana (ARU)

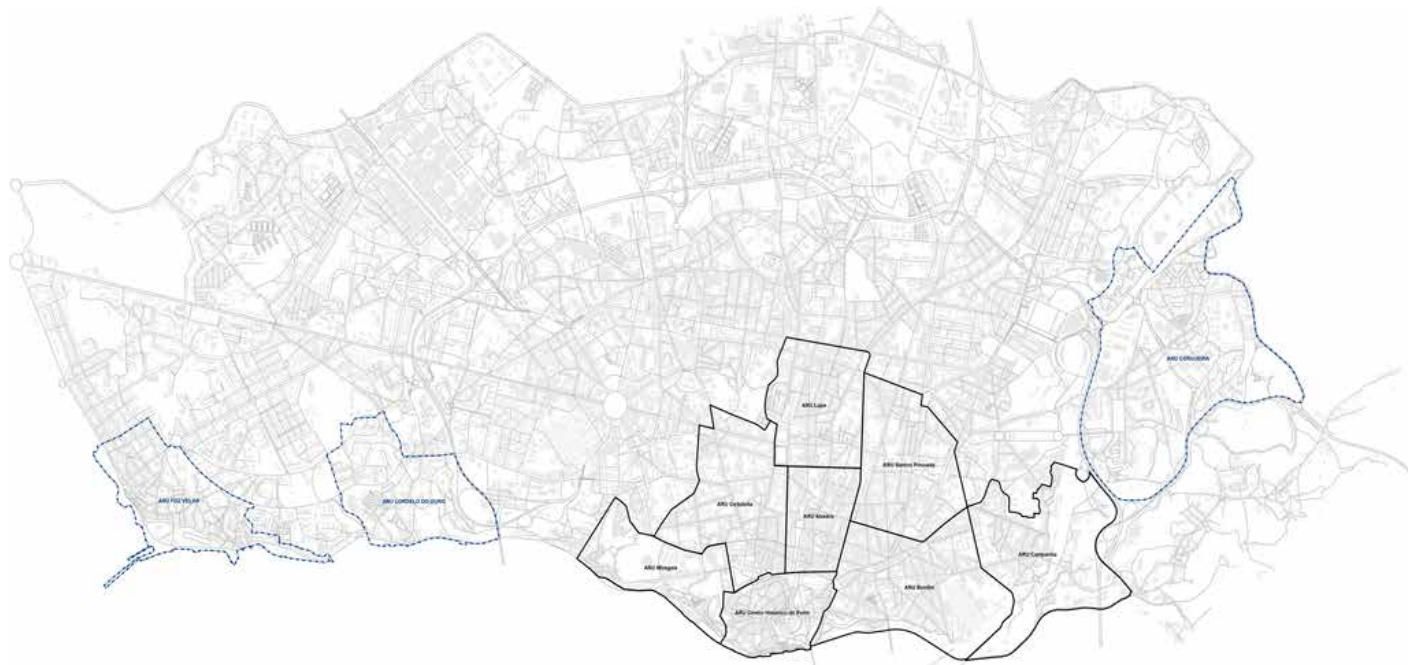


Figura 43 - ARUs do Porto, 2015

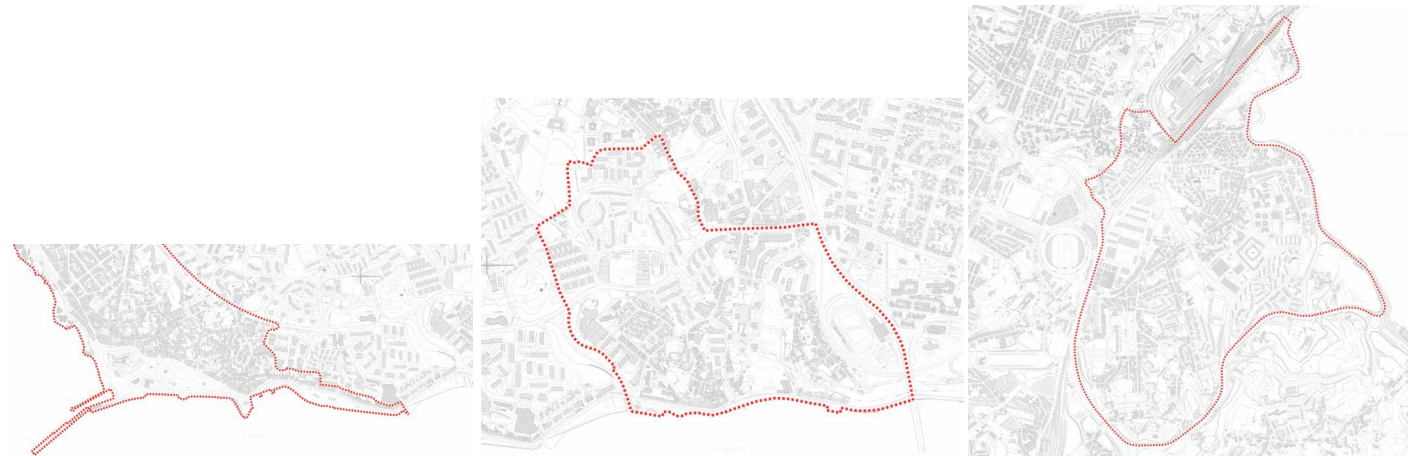


Figura 44 - ARUs de Foz Velha, Lordelo do Ouro e Corujeira / Cerco do Porto, 2015



Figura 45 - Fábrica de Esmaltagem Mário Navega, demolida em 2011 Figura 46 - Planta do limite da ARU de Campanhã - Estação, 2015

Urbano (PEDU)¹⁶ em execução - deve-se ao reconhecimento da necessidade de promoção de acções de reabilitação e regeneração urbana. Com esta tomada de posição, o executivo pretende alargar o conceito de reabilitação urbana a todo o território do concelho em detrimento de o limitar somente ao centro histórico, ficando a cidade, com a aprovação das ARU, como se verifica nas figuras 43 e 44, com 11 ARU delimitadas num período de um ano (CMP, 2015b).

Tendo em vista a promoção da reabilitação urbana da envolvente da Estação de Campanhã pela via dos efeitos imediatos desta designação - como benefícios fiscais que fomentem a atracção de capital -, no dia 25 de Maio de 2015, a Assembleia Municipal do Porto aprovou por unanimidade a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Campanhã-Estação (Assembleia Municipal do Porto, 2015).

Na introdução da proposta de delimitação da ARU de Campanhã - Estação é afirmado que este projecto se inscreve da preocupação relativa ao entendimento de que o conceito de reabilitação deve ser adoptado numa perspectiva abrangente, além das intervenções nos centros históricos e zonas centrais das cidades, e que este se deve alargar a outros espaços consolidados em que se verifique a necessidade de se desenvolverem estratégias integradas de requalificação e revitalização do tecido urbano. Salienta-se igualmente que o território que envolve a Estação de Campanhã revela problemas ligados à degradação acentuada de grande parte do edificado, à desqualificação do espaço público, à debilidade económica, cultural e social, cujo combate não deverá passar por medidas isoladas de política sectorial (fig. 45).

Em contrapartida, são reconhecidas vantagens e oportunidades, como condições para um desenvolvimento sustentável, nomeadamente: circunstâncias muito favoráveis à conectividade interna e externa, aos valores patrimoniais e simbólicos susceptíveis de projectar uma nova identidade local, aos recursos ambientais e paisagísticos, às grandes unidades industriais desactivadas e aos vazios urbanos que tenham potencial para a instalação de funções e actividades novas e ao volume expressivo de edificado com interesse para reabilitar (CMP, 2015a, pp. 5 e 6).

Com a ARU de Campanhã-Estação (fig. 46) pretende-se o melhoramento das condições habitacionais e de bem-estar dos actuais residentes, contribuindo para o reforço da atractividade residencial, da estruturação do território e requalificação dos tecidos urbanos, da dinamização das actividades económicas e indução de um novo pólo de criatividade urbana, da renovação

¹⁶ Documento exigido no suporte de candidaturas a fundos para as zonas urbanas, que elenca nas áreas da mobilidade sustentável e da redução de emissões na cidade que, num total de 263 milhões - dos quais 177 milhões públicos, necessitando-se de 168 milhões de fundos comunitários, e 86 milhões privados -, aponta para intervenções de reabilitação urbana - com ênfase na requalificação da Estrada da Circunvalação - e regeneração de núcleos e comunidades desfavorecidas, com destaque para os bairros (Coentrão, em Público, 2015).



Figura 47 - Vista aérea abrangendo as antigas Central Termoelectrica do Freixo, ao centro e Instituto Empresarial do Porto, 2015

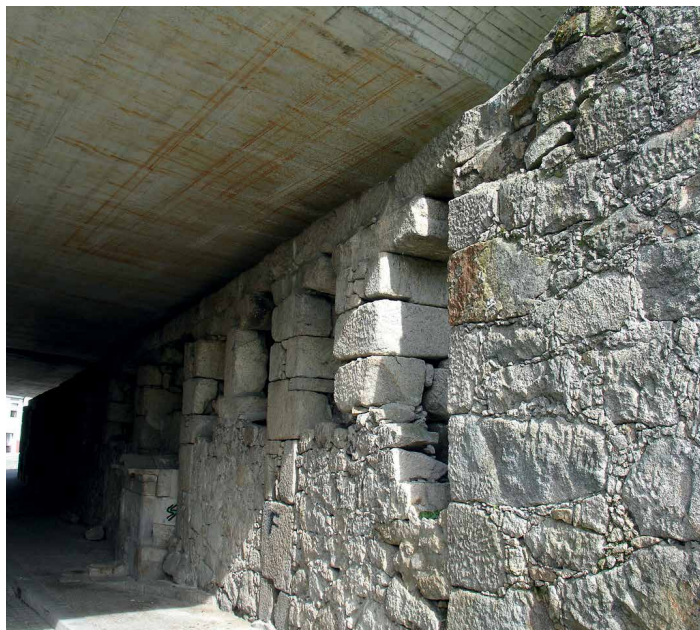


Figura 48 - Relação entre aqueduto e viaduto da VCI, 2013



Figura 49 - Rua do Freixo, 2015



Figura 50 - Antigo Matadouro Industrial do Porto, 2015



Figura 51 - Ramal de Campanhã, s.d.

da imagem da zona oriental mediante o desenvolvimento de iniciativas e de projectos inovadores e da implementação de um modelo de intervenção integrado eficiente e participado (figs. 47-51).

A zona abrangida usufrui de benefícios fiscais e outros incentivos à reabilitação, nomeadamente no âmbito dos Impostos Municipais, com a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 5 anos, renovável por igual período se reconhecida a valorização energética do imóvel. Aplica-se igualmente a isenção da primeira transmissão do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) nos prédios ou fracções autónomas reabilitados que se destinem em exclusivo a habitação própria e permanente. Estas regalias aplicam-se em acções de reabilitação urbana empreendidas desde a aprovação da ARU e concluídas até 31 de Dezembro de 2020.

Relativamente às Taxas Municipais, aplica-se a redução em 80% do montante das taxas devidas pelo licenciamento de ocupação do domínio público devido a obras que estejam directamente relacionadas com obras de reconstrução, conservação, recuperação ou reabilitação do parque edificado, e a redução em 50% do montante das taxas devidas pelo licenciamento/autorização/admissão da comunicação prévia de operações urbanísticas.

Além destes incentivos, o Sistema Multicritério de Informação da Cidade do Porto (SIM-Porto), sistema de incentivos para a realização de obras de reabilitação na Baixa da cidade, permite a atribuição de direitos construtivos extraordinários a quem promover operações de reabilitação na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU). Estes direitos adquiridos através do SIM-Porto podem ser sempre transaccionados e fruídos no interior ou exterior da ACRRU, nas áreas de habitação colectiva determinadas na carta de classificação de solos do PDM (CMP, 2015a, pp. 38-47).

No fim de 2015, a CMP anunciou o programa preliminar do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC), mediante o investimento de 6,8 milhões de euros, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2019. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Porto (PEDU), o TIC poderia vir a receber 5,7 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Terminal Intermodal de Campanhã (TIC)

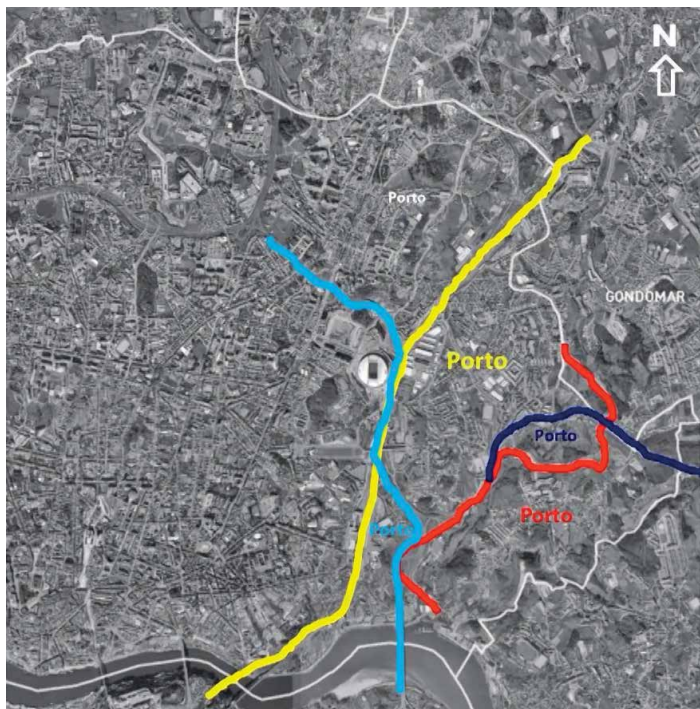
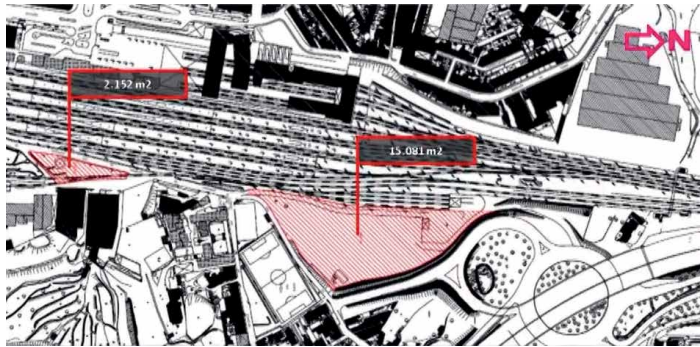
O arquitecto Manuel Paulo Teixeira, envolvido no estudo efectuado pela autarquia, conta com 10 meses para a elaboração do projecto e de 26 meses de obra, e prevê que o espaço tenha em conta os autocarros, as bicicletas e os utilizadores de transporte individual, com parques de estacionamento e estações de serviço, englobando serviços para os passageiros, os visitantes e os trabalhadores.



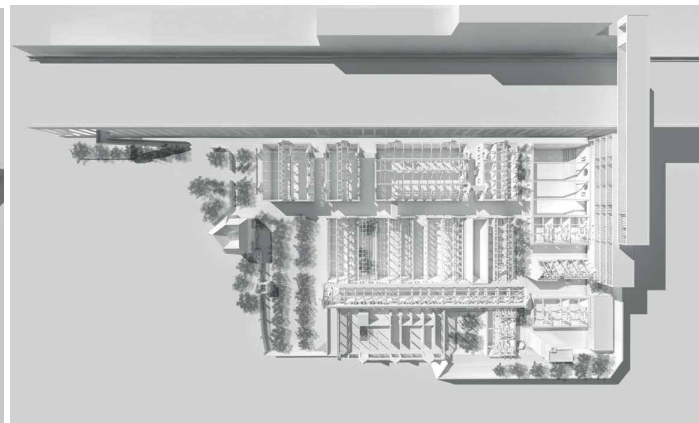
Figura 52 - Vista aérea da proposta de Castro Calapez, s.d.



Figura 53 - Vista aérea da Estação de Campanhã, 2011



Figuras 54-57 - Programa Preliminar do Terminal Intermodal, 2015



Figuras 58 e 59 - Renderização de vista aérea, 2016

Rui Moreira indica que o prazo será contado a partir da conclusão da transferência dos terrenos para a CMP, actualmente propriedade da Infraestruturas de Portugal (antiga Refer), num projecto de investimento municipal no qual certos recursos, afirma o autarca, podem vir a ser concessionados. O mesmo afirma que este projecto realizado há mais de 10 anos foi desbloqueado pelo executivo em Junho de 2015, através da assinatura do Acordo do Porto entre o Governo e a CMP¹⁷ (CMP, 2015c).

Segundo o arquitecto Manuel Paulo Teixeira, o programa apresentado difere do plano que a Refer encomendou há mais de uma década - realizado pelo gabinete Castro Calapez -, e que se encontrava ligado intrinsecamente ao projecto imobiliário previsto por esta empresa pública, e que apenas foi realizado parcialmente (figs. 52 e 53). A nova abordagem pretende reanalisar o processo, tendo em conta a evolução ocorrida entretanto, como o aumento do turismo e do número de utilizadores dos vários tipos de transporte, e conciliar a acessibilidade e conforto nos transbordos no terminal rodoviário que se pretende construir. Como tal, irá ser aproveitado um terreno de 15 mil metros quadrados situado a nascente da estação e outro de menor dimensão (fig. 54), o que permitirá que o eixo de acesso e de saída do tráfego rodoviário seja o Nó da Bonjóia da VCI.

A autarquia, assumindo-se como dono da obra, pretende a exploração das ligações pedonais e cicláveis, tanto entre espaços adstritos a cada meio de transporte na infraestrutura, como ao resto da cidade. Neste âmbito, irá ser implementada uma infraestrutura que a Refer não chegou a concluir: um túnel de 150 metros que unirá os lados nascente e poente da estação (figs. 55-57) De acordo com Rui Moreira, a gestão do próprio interface estará a cargo da autarquia, que depende da conclusão da transmissão da titularidade dos terrenos para efectuar o lançamento do concurso de concepção (Coentrão, em Público, 2015).

A requalificação do Matadouro Municipal do Porto foi apresentada por Rui Moreira no dia 14 de Abril de 2016 na 21.ª Trienal de Artes, Design e Arquitectura, que decorreu em Milão, Itália. Esta apresentação de uma obra com o custo previsto de cerca de 10 milhões de euros, assente nos eixos coesão social, economia e cultura, é fruto de uma parceria com a Escola Superior de Artes e Design (ESAD).

O complexo (figs. 58 e 59) - que Rui Moreira espera que tenha um impacto significativo na freguesia de Campanhã e áreas limítrofes - comportará uma aposta na diversidade de serviços. O programa contém uma área de

¹⁷ Acordo realizado entre a CMP e o Estado com o intuito de pôr fim a vários contenciosos entre as duas partes, o que induziu à libertação de cerca de 40 milhões de euros para a autarquia -, relativos ao financiamento da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), indemnização pelos terrenos do Aeroporto de Sá Carneiro, acertos relacionados com a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP), Metro do Porto e Ponte do Infante -, o que possibilitará a construção do terminal intermodal de Campanhã, anunciado desde 2003 (Carvalho, em Público, 2015).

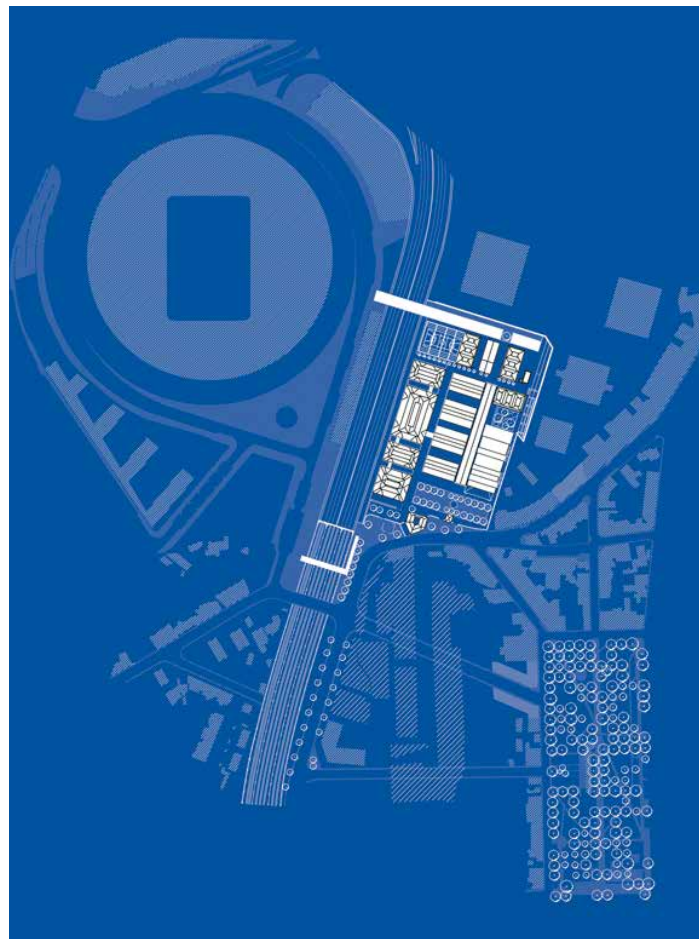


Figura. 60 - Planta de implantação, 2016

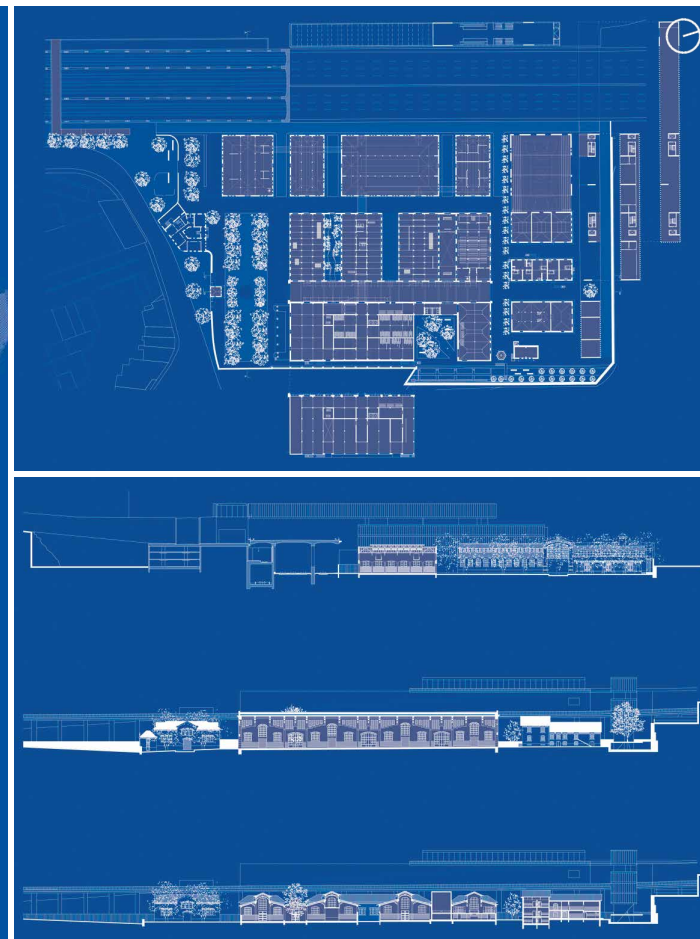


Figura 61 - Planta e cortes, 2016



Figuras 62 e 63 - Perspectivas renderizadas, 2016

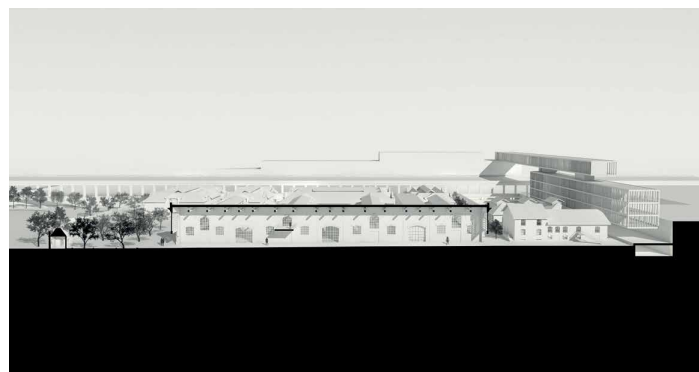


Figura 64 - Corte perspectivado, 2016



Figura 65 - Maquete do Plano Pormenor das Antas, 1999-2003

empresas criativas e tecnológicas nacionais e internacionais, o Museu da Indústria, e articula a infraestrutura com o tecido social de Campanhã através de um projecto dedicado à arte e à comunidade, com coordenação de operadores multidisciplinares. Atendendo a uma necessidade expressa por colecionadores e artistas da cidade, o projecto contará com uma reserva de arte contemporânea, assim como de espaços para recepção de artistas nacionais e estrangeiros, contando assim também com áreas de residência e de apresentação pública.

A nave-multiusos acolherá conferências, cinemas, eventos sociais e as actividades desportivas poderão ser efectuadas no campo multiusos coberto, equipado com as respectivas instalações de apoio. O Antigo Matadouro irá também acolher espaços destinados ao arrendamento comercial e a projectos pedagógicos, como os estúdios média e audiovisual designados para a produção e gravação de cinema, rádio, televisão e música, um laboratório de gastronomia e locais de trabalho para encadernadores, estofadores, carpinteiros e outros artesãos de artes e ofícios tradicionais.

O gabinete Garcia & Albuquerque, Arquitetos, responsável pelo projecto de arquitectura da reconversão do equipamento, apresenta uma proposta que mantém a maioria da construção original - em estado de degradação -, conciliada com uma intervenção discreta de elementos necessários ao programa descrito. Será também criado um pequeno bosque e plantadas novas árvores, de forma a diminuir o impacto das edificações na paisagem (figs. 60-64).

De modo a ligar visitantes, trabalhadores e residentes da zona da Corujeira, será criado um atravessamento pedonal sobre a VCI - já enunciado no Plano de Pormenor das Antas (fig. 65), ligando o complexo à estação de Metro do Estádio do Dragão (CMP, 2016c).



Figura 66 - Relevo e hidrografia, Arquitectura Popular em Portugal, 1988

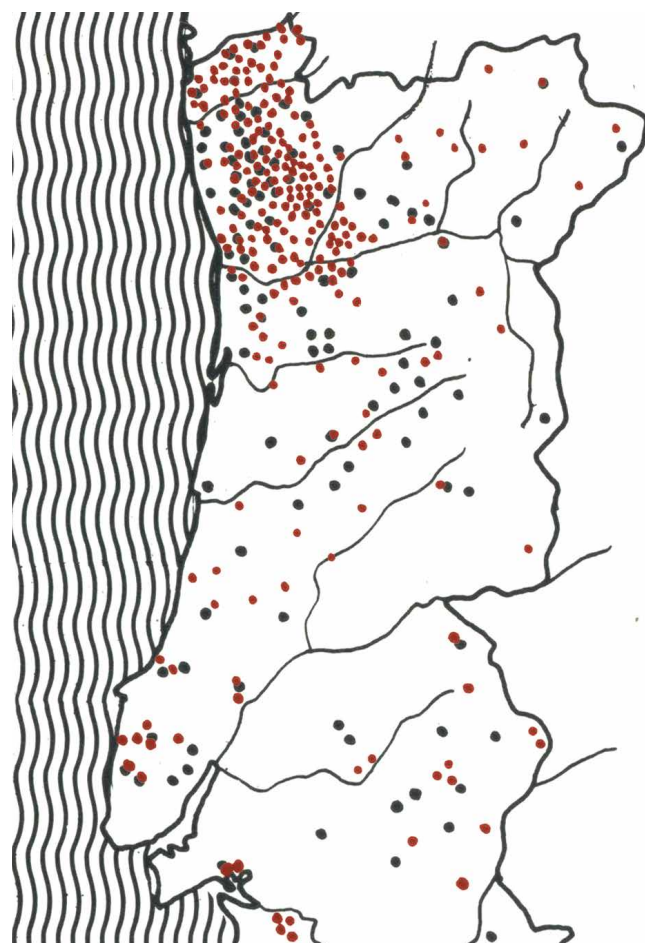


Figura 68 - Carta Pré-histórica, 2016



Figura 67 - Geologia, Arquitectura Popular em Portugal, 1988

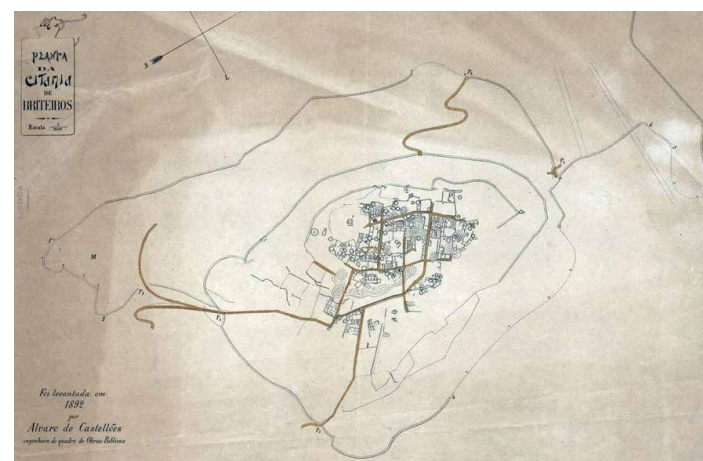


Figura 69 - Planta da Citânia de Briteiros, Álvaro de Castelões, 1892



Figura 70 - Vista aérea da citânia de Briteiros, 2014

2.2 Edificado

2.2.1 O edificado rural no Norte de Portugal (o edificado rural suburbano da cidade do Porto) - enquadramento do objecto de estudo na tipologia da casa popular rural atlântica

Para Oliveira e Galhano (1992, pp. 13-30), a casa é um produto cultural do Homem, sujeita às influências históricas, civilizacionais, económicas, profissionais e psicológicas do grupo de indivíduos que a constroem e a habitam, relacionadas muitas vezes com a região onde é erigida. Concretamente, a casa rural trata-se de um instrumento agrícola, estando as suas dimensões e distribuição espacial subordinadas aos agricultores, animais e arrumos de alfaías. Albert Demangeon, chega a definir as habitações rurais a partir do plano interior - onde a casa exprime o meio geográfico da economia agrícola -, em detrimento de se basear nos materiais ou formas exteriores.

A casa rural

Contudo, apesar da construção da casa tradicional ser influenciada, além dos condicionalismos já referidos, pelo contexto geográfico e social, pela disponibilidade local de materiais e pelo clima, os factores culturais são determinantes na escolha dos materiais. Tal significa que em regiões diferentes - com condições atmosféricas, climáticas e economia agrícola semelhantes - os mesmos materiais, com a mesma função, possuem tipo, forma e pormenores decorativos diferentes. Por outro lado, também o próprio material limita ou amplifica a plasticidade das decorações, uma vez que, por exemplo, o granito e o xisto não permitem a riqueza de forma e fantasia que o barro, a taipa ou o calcário proporcionam. Portanto, para efectuar uma análise equilibrada deste edificado, é necessário caracterizar globalmente a zona em estudo.

Influência da cultura

O Noroeste português, segundo os autores (Oliveira, Galhano e Pereira, 1995, pp. 16-19), é litorâneo, com pequenos relevos abertos sobre o oceano, vales amplos e rios numerosos orientados no sentido Nordeste-Sudoeste. As terras verdejantes, densas, com culturas variadas entre montes arborizados, devem-se às temperaturas moderadas, com uma amplitude diferencial¹⁸ baixa e ao facto de se tratar de uma das zonas com maior precipitação do país, consequência da humidade trazida pelos ventos do mar, condensada no topo das montanhas a Este (figs. 66 e 67).

Condições climáticas da zona

Nos tempos castrejos (figs. 68-70), as terras fundas eram de floresta, com o solo inundado por águas não drenadas, vivendo a povoação nos montes numa economia pastoril com produtos do gado, landes (pão), castanhas e alguns cereais de sequeiro como trigo, centeio e cevada - no Inverno -, milho alvo e

¹⁸ A amplitude térmica é a diferença entre a temperatura máxima e a temperatura mínima registadas num período de tempo (geografia7, 2015).

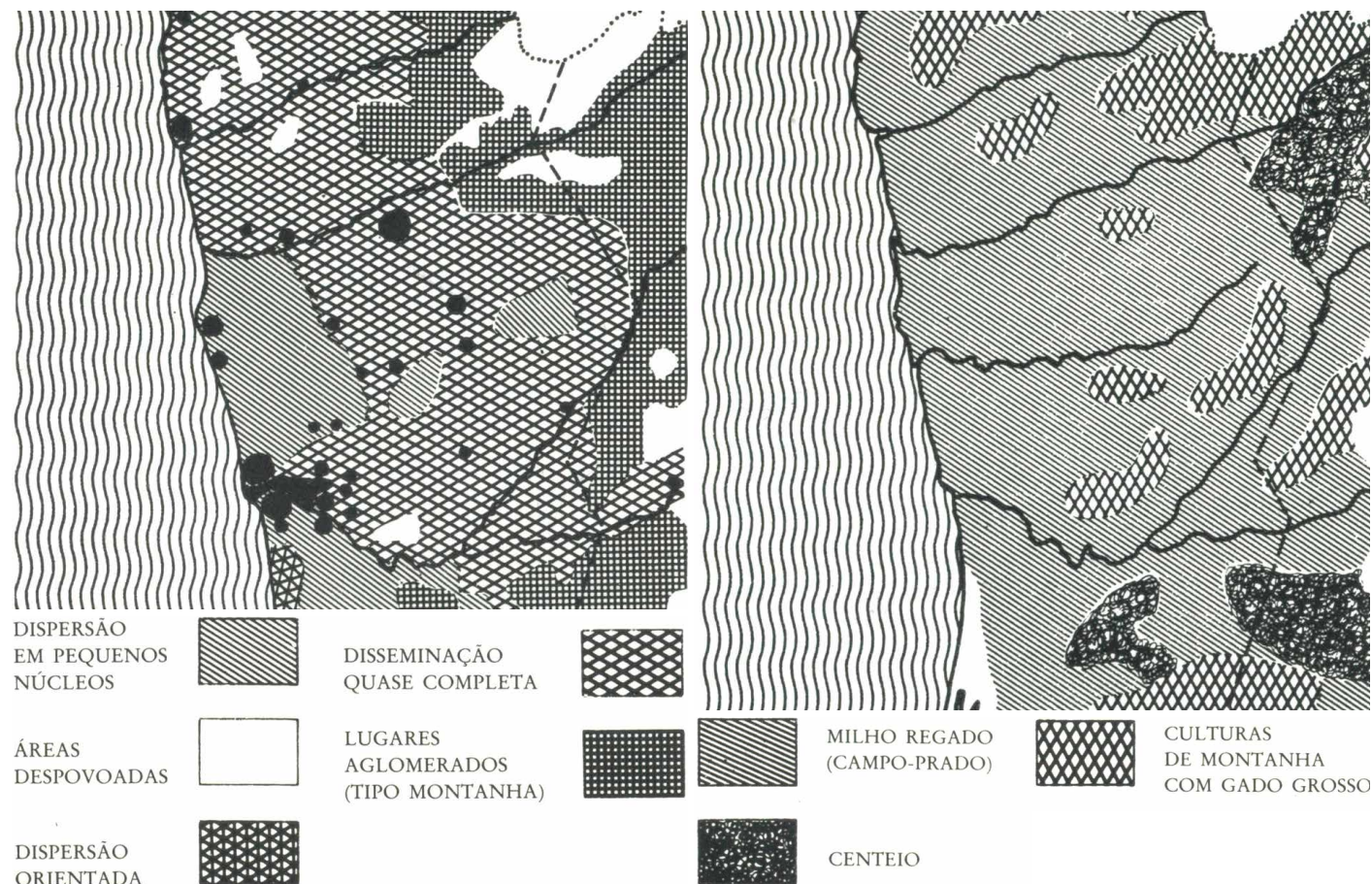


Figura 71 - Tipos de povoamento, Arquitectura Popular em Portugal, 1988



Figura 72 - Tipos de culturas agrícolas, Arquitectura Popular em Portugal, 1988



Figura 73 - Esquema do povoamento concentrado, Arq. Pop. em Portugal, 1988

painço - no Verão - em agramas¹⁹ e terras enxutas. Os castros, estrategicamente colocados nos topos por questões de defesa, são abandonados após a *pax romana*²⁰, devido aos seus escassos recursos e cariz agreste, o que levou ao desenvolvimento de uma agricultura mais regrada nas terras baixas, em vales devidamente desarborizados para o propósito. Todavia, as habitações, em detrimento de se juntarem em aglomerados (fig. 73), desenvolveram-se em vilas senhoriais, quintas e casais, dando frequentemente origem a núcleos populacionais dispersos pelo território.

De acordo com Oliveira et al. (1995, pp. 23 e 24), o povoamento disseminado (figs. 71 e 75), próprio do Portugal Atlântico, deve-se ao clima onde a já referida abundância de recursos hídricos - que possibilita uma policultura intensa alimentada pelo estrume da criação de gado grosso em quantidade - gera um rendimento constante, impondo um acompanhamento permanente nos campos (fig. 72). Este contexto leva a que a casa e a família se liguem aos seus próprios terrenos, induzindo a uma menor vida comunitária, menos ligada a outras famílias e casas, exceptuando quando existem trabalhos colectivos, efectuados de forma gratuita e recompensados de forma recíproca.

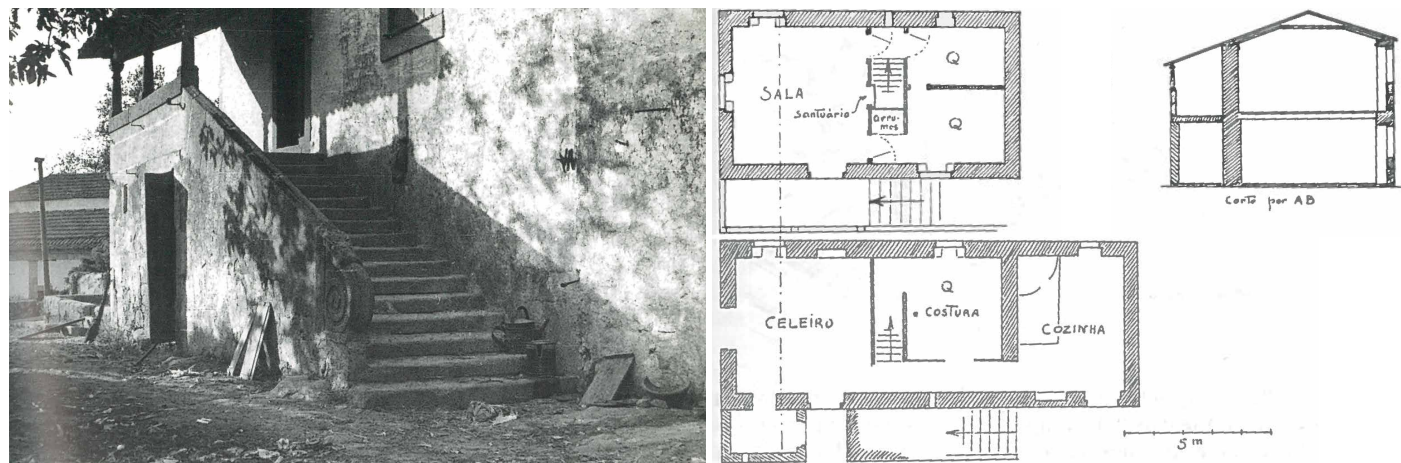
Por conseguinte, nesta zona não existem aldeias compactas, havendo só algum adensamento na sede de freguesia, com pequenos núcleos pontuais, ou perto de estradas, com casas separadas, isoladas - na lateral ou meio das terras - e no centro da freguesia, marcado pela torre sineira da igreja. Contudo, apesar da sua distribuição na paisagem diferir de outros modelos de ocupação, Távora et al. (1988, pp. 45 e 46) referem que, apesar da dispersão, a Freguesia serve de entidade administrativa, religiosa e social, com sede na igreja e cemitério.

As propriedades, severamente recortadas, são aglutinadas pelos caminhos nas cercanias, onde se fixam as casas de lavrador, organismos unifamiliares auto-suficientes com habitação e construções anexas, de uma expressão arquitectónica situada entre a subordinação a regras herdadas e a apropriação de fórmulas contemporâneas à sua construção. A independência relativa às condicionantes características dos povoados densos cria uma implantação livre, guiada pelo mestre pedreiro em diálogo com o lavrador. Em função da orientação solar, viram para o sol as fachadas mais abertas e deixam para as vias públicas as ilhargas²¹ dos cobertos, que também ficam expostas às chuvas de Sudoeste. O portão faz o acesso ao quinteiro, e o pátio, (também chamado eido), rodeado pelo complexo, serve de sala exterior - cujos telhados contínuos, com pendente baixa, rematam a folhagem das ramadas - que comunica com todas as dependências, como os cobertos e o sequeiro onde se armazenam milho, feijão e outra produção agrícola.

¹⁹ Campo cultivado ou cultivável (Priberam, 2013b).

²⁰ Estado de relativa tranquilidade em todo o mundo Mediterrâneo a partir do reinado de Augusto (27 aC-14 dC) até ao de Marco Aurélio (161-180 dC) (Encyclopædia Britannica, 2015)

²¹ Lado, parte lateral (Priberam, 2013e).



Figuras 77 e 78 - Fotografia, plantas e cortes de casa em Aldoar, Porto, Arquitectura tradicional portuguesa, s.d.

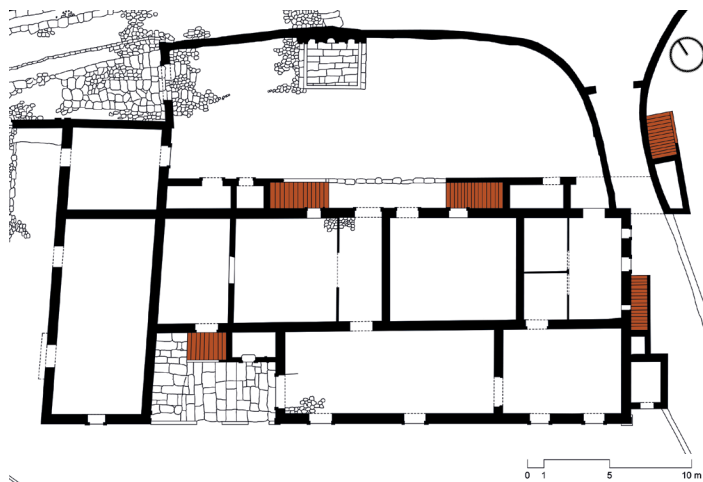


Figura 79 - Andar sobradado da Casa com acessos verticais destacados, 2016



Figura 80 - Piso Térreo da Casa com acessos verticais destacados, 2016



Figura 82 - Cortes da Casa com acessos verticais destacados, 2016



Figura 81 - Escadaria da casa da Quinta de Vila Meã, s.d.



Figura 83 - Capela da Quinta de Vila Meã, s.d.

Com base na classificação de Oliveira e Galhano (1992, pp. 19-27), a edificação que se encontra na Quinta do Mitra é um exemplo da casa do Norte, mais especificamente, da casa popular da área rural atlântica. Nas zonas de povoamento disperso, situadas em geral Entre-Douro-e-Minho, o edificado rural é construído em granito, pontuado por fileiras de janelas corridas em fachadas lisas, encimado por um telhado, com beiral, de três e quatro águas. Esta casa-bloco, linear, com paredes lisas, ou mesmo toscas, de pedra, surgiu como consequência das necessidades sócio-económicas da região, onde o pequeno ou médio proprietário rural trabalhava com escassos assalariados e pequena quantidade de gado e alfaías.

Neste edificado é característica a distinção espacial e funcional dos dois pisos independentes, ligados por uma escadaria exterior de pedra com patamar em frente à porta, rematada com uma varanda aberta em madeira, utilizada como logradouro, sequeiro ou arrumo (figs. 77-82). Esta estrutura, apoiada em pilares, cachorros salientes, topos de trave ou num patim, nas casas mais abastadas, tem a cobertura do alpendre suportada por guarda, colunas ou pilares lavrados (fig. 81). Ainda que não se verifique nesta casa, existe, com alguma frequência, uma escada interior suplementar em madeira.

No que diz respeito à distribuição funcional, a casa cumpre a tipologia-modelo, com as lojas com cortes, aidos, estábulos, currais, pocilgas, adega, lagar, palheiros e outras arrumações situados no rés-do-chão, e a habitação, com quarto, sala e cozinha destinados ao andar sobradado.²² A capela da casa (fig. 83) destaca-se da composição, e denota uma riqueza intrínseca, dado que, segundo Távora et al. (1988, pp. 49-51), quando a casa de lavoura pertencia a um lavrador abastado, apesar de serem mantidos a sobriedade e o esquema, era ampliada consoante a necessidade e era-lhe por vezes adicionada uma capela de desenho genérico, exteriorizando a posição social da família residente nessa propriedade.

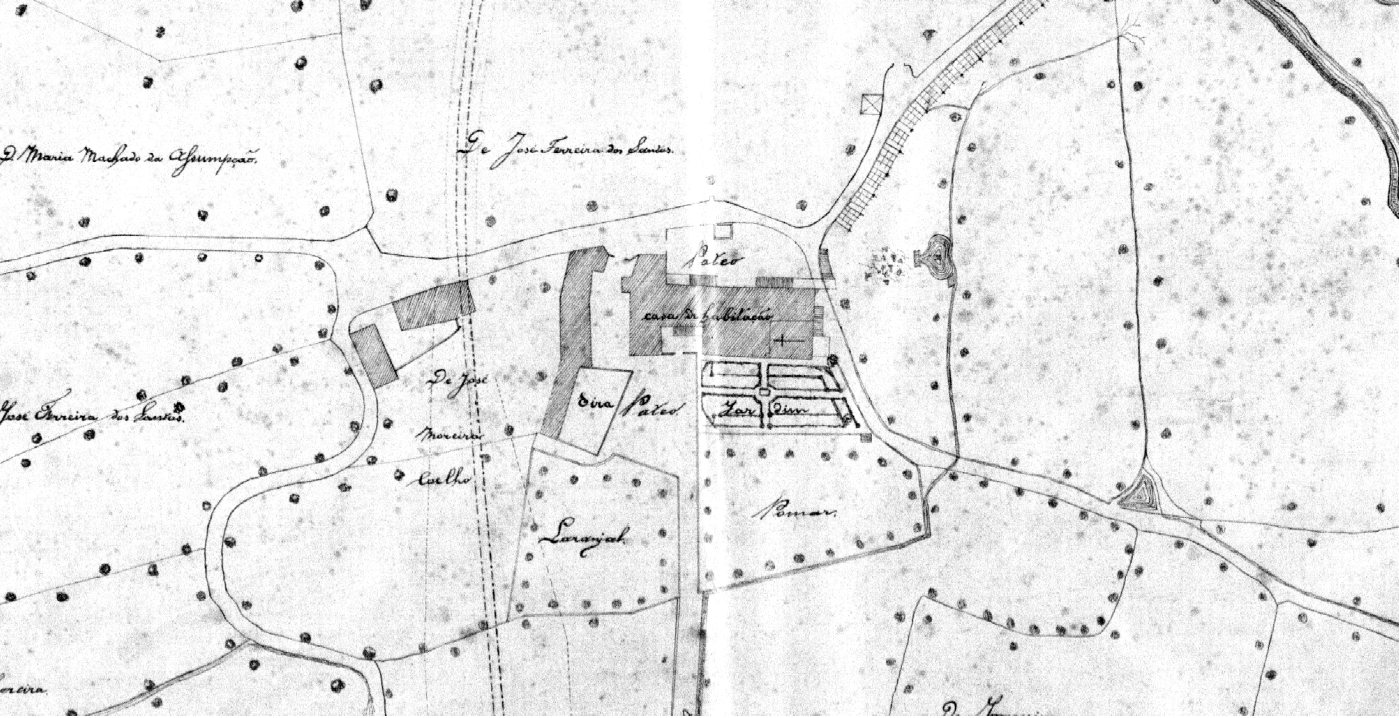
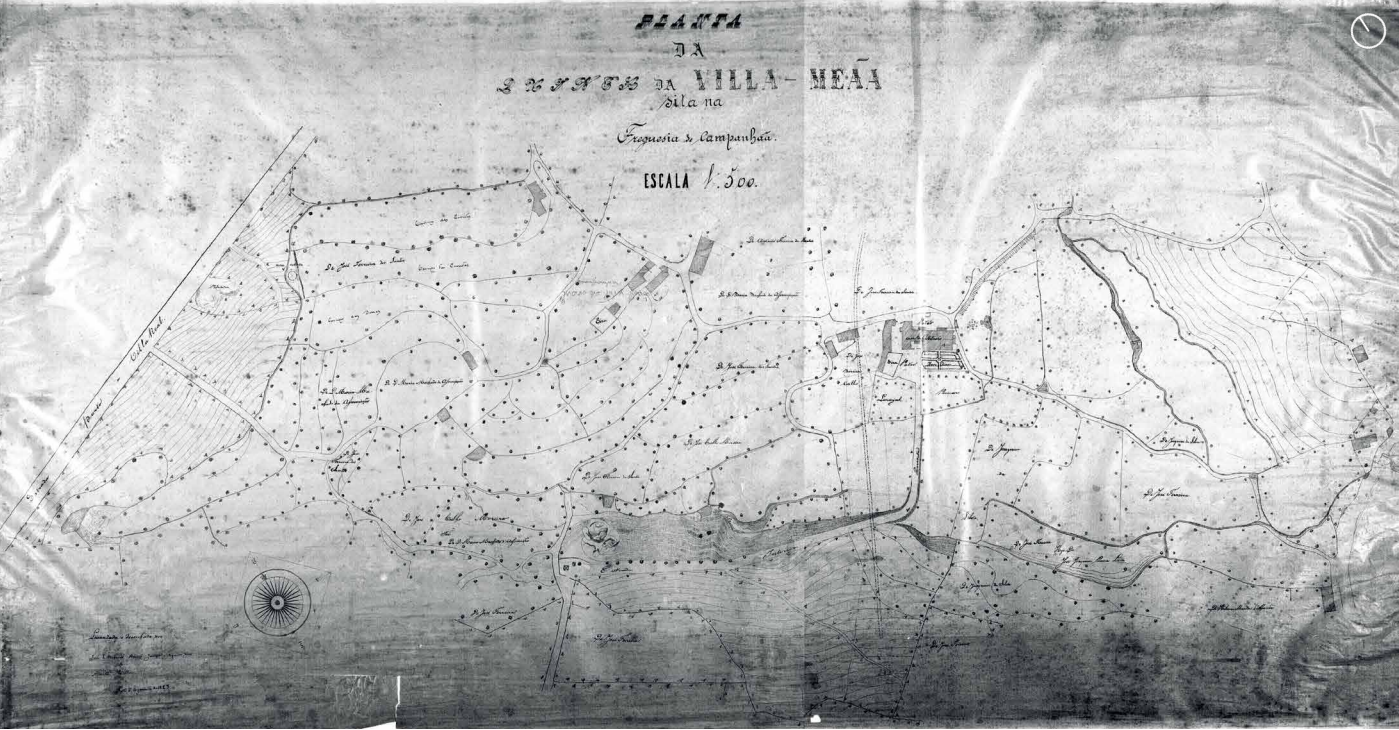
Luís de Azeredo (1993) confirma estas características, pelo que refere a ligação da varanda, por escadaria - à grande área agrícola -, a capela com a sua escadaria de acesso, e uma das varandas voltadas ao terreiro murado que ladeia a casa pelo lado Nascente-Sul. O terreiro é fechado pelos muros altos e pela fachada Nascente-Sul da casa. As escadarias são de pedra afeiçoada, com corrimão adaptado à mão, rematados pelo patamar com colunas e cobertura em telhado, com o patim do lado Sul a prolongar-se em salto sobre o muro.

Apesar da Quinta possuir características notórias da tipologia de povoamento disseminado, a sua implantação trata-se de um caso sintomático das vilas e cidades da costa e interior, descrito por Távora et al. (1988, pp. 41 e 42).

²² No entanto, em alguns casos, a cozinha pode estar situada no piso inferior.



Figura 84 - Planta da cidade do Porto (detalhe “The environs of Oporto”), W. B. Clarke, 1833



Figuras 85 e 86 - Planta da Quinta de Vila Meã, 1873

Esta tipologia surge relacionada com a intersecção de vias resultantes de actividades comerciais, industriais ou administrativas que, circunscritas por muralhas, derramam em estradas radiais para fora destas, levando ao contraste entre o núcleo - denso e orgânico - e a sua orla, com vias de circulação onde permanecem alguns atavismos relacionados com a cultura dos residentes, o que se sucede no caso em questão, como se verificará no ponto seguinte.

2.2.2 Evolução da Quinta de Vila Meã

Com base no estudo de Pedro Soutinho (2014), a presença mais remota da Quinta estará relacionada com a via romana secundária *Cale ad Tongobriga* - que servia a exploração de minas da região, ligando a extinta Porta de Vandoma, no Porto, ao Freixo, freguesia do concelho de Marco de Canaveses -, que passava onde actualmente se encontra a Quinta do Mitra, denominada nos registos como *villa Minhao* (fig. 84).

Se, no ano de 1169, de acordo com o Inventário do Património Arquitectónico do Porto (IPAP)²³ (em JN, 1999, p. 4) todos os bens de D. Pedro Senior, Bispo do Porto, foram deixados à Mitra do Porto, incluindo a Quinta de Vila Meã - cujo nome se deve ao facto desta se encontrar entre os lugares de Godim, de Bonjónia e de Noeda²⁴ -, nos finais do século XV a informação é mais difusa. Enquanto Freitas (1999, p. 340) aponta que o Casal de Vila Meã, inserido no Couto de Campanhã, era pertença do Cabido do Porto que o emprazou, em 1474, a Gonçalo Reimão e, em 1495, a Diogo Girão - ficando na família deste até ao século XVI e passando depois para a família dos Couros -, Germano Silva (2000, p. 234) indica que a primeira referência escrita à Quinta se trata de um foro da propriedade, de 1473, em nome de João Lordelo Vieyra Annes.²⁵ O já referido artigo (IPAP, em JN, 1999, p. 4) aponta que o sobrinho deste - Álvaro Vasques Diniz, que originou os Cunha Araújo, um ramo da família - viveu na quinta até 1866, momento em que este deixa de pertencer aos Vieyras e é vendida a José Joaquim Pereira de Lima, pai de Wenceslau Pereira de Lima, presidente do Conselho e marido de uma neta de D. Antónia Ferreirinha.²⁶

Como se verifica nas figuras 85 e 86, a Quinta, representada em 1873, antes da construção do caminho de ferro, é delimitada a Oeste pela Estrada Porto-Vila

Limites da Quinta

²³“Projeto da responsabilidade direta da Divisão Municipal do Património Cultural, foi iniciado em 1998, com o apoio PRONORTE/FEDER, como projeto-piloto para a criação de um programa metodológico-tipo de inventário municipal do património.” (CMP, s.d.)

²⁴ meã: adj. fem. sing. de meão, Que está no meio. (Priberam, 2013f)

²⁵ A família Vieyra é originária da Província do Minho, meados de 1220. Ruy Vieira - contemporâneo dos reinados de D. Afonso II e de D. Sancho II, Senhor da Quinta de Villa Seca, pertencente à freguesia de S. João, comarca de Vieira (Minho) -, terá sido o primeiro membro desta família (Martins, 1969, p. 706).

²⁶ Joaquim Ferreira dos Santos, mais conhecido como Conde de Ferreira, terá nascido e vivido na Quinta de Vila Meã. Contudo, os registos encontrados não são consensuais quanto a este facto (Alves, 1992, pp. 200 e 206) (Zúquete, 1989, p. 588) (Samagaio, 2008, pp. 7-12) (Capela, 2012, pp. 19 e 98).



Figura 87 - Registo da Quinta da Villa Mião, 1890

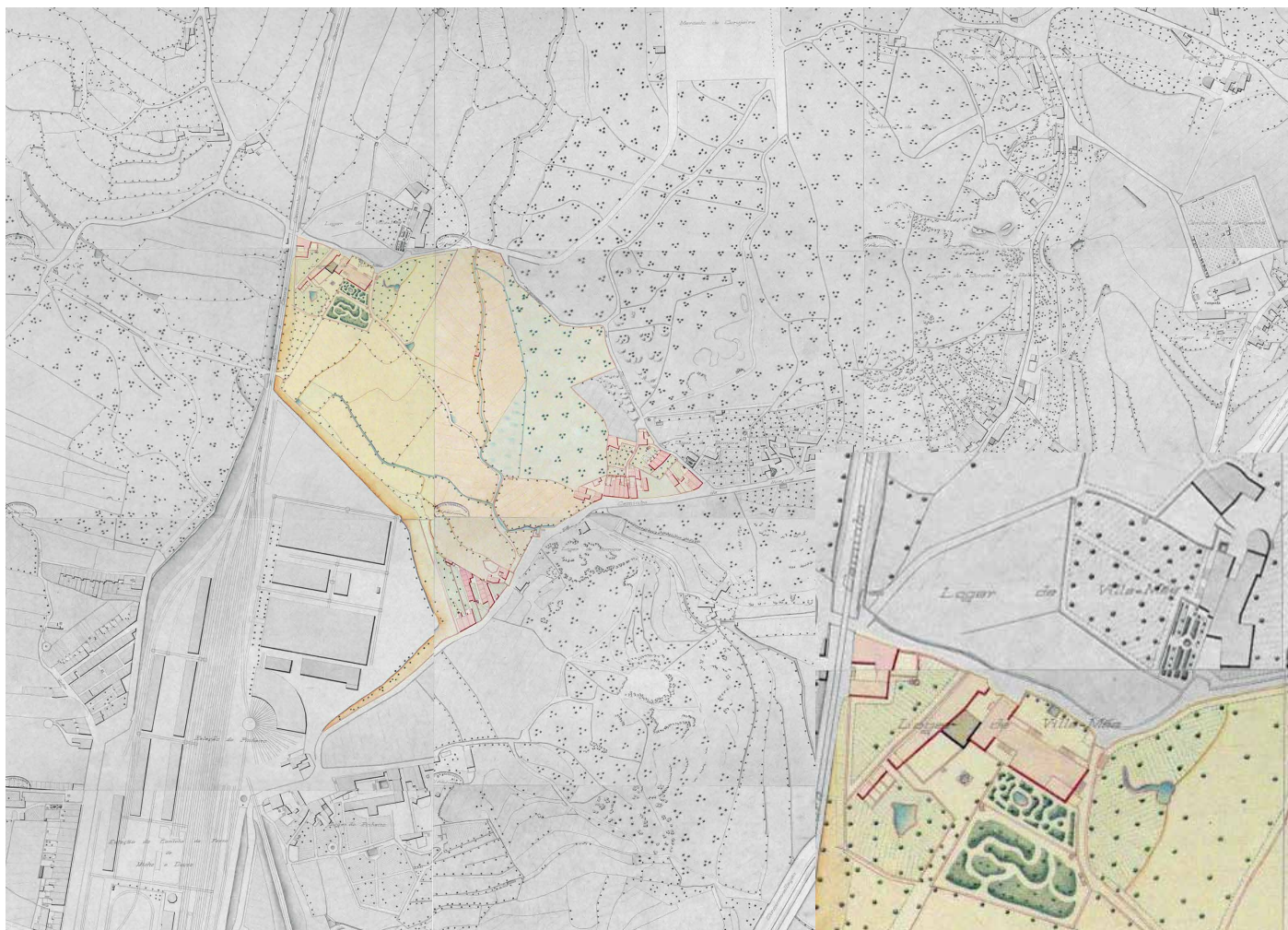


Figura 88 - Carta Topographica da Cidade do Porto (Folha 6) com a Quinta de Vila Meã em evidência, Telles Ferreira, 1892

Real, sendo as restantes demarcações imprecisas. Contudo, esta representação não deverá abarcar a extensão total da propriedade dado que, em 1884, o monógrafo Padre Tavares Martins (1969, p. 709) faz alusão à Quinta que, já adulterada, era composta pelo Casal de Baixo e Casal de Cima, com casa nobre, capela, jardins, pomar e lago. A estas adicionavam-se as propriedades de Godim à Praça das Flores, até Bonjóia e do local da estação de caminhos de ferro até Contumil. Por outro lado, Fernando Silva (1989, p. 46) acrescenta que, na data anteriormente referida (1884), além dos locais mencionados e das casas de caseiro, existiam mais de 25 propriedades situadas entre Lameira, Corujeira e Monte Escoural. A estas adicionava-se um parque de recreio murado, situado entre a linha férrea da Estação de Campanhã e a Ponte de Contumil.²⁷

Apesar da qualidade bucólica e quase pictórica da fotografia proveniente do arquivo de Germano Silva, representada na figura 87, onde se observa duas crianças a posar junto de um portão e de um ribeiro - ambos de difícil localização -, segundo o folheto “As Quintas da Zona Oriental: Porto”, (Graça, 2001), a propriedade estaria já sob forte pressão urbana. Neste documento a quinta é representada sobre a Planta Topographica de Telles Ferreira, de 1892, com os limites representados na figura 88, notoriamente menos extensos que os referidos pelos autores anteriores, o que leva a deduzir que a quinta tenha sofrido uma redução drástica no fim do século XIX, possivelmente devido ao crescimento da indústria, como já exposto no capítulo 2.1.

Apesar de não indicar uma época específica, Quaresma (p. 53, 1995) refere que a desaparecida Quinta de S. Roque - cujo terreno foi ocupado pelo Matadouro Municipal, pela Fábrica Invencível, pela Rua de S. Roque e por outras construções - era uma das propriedades que formavam a Quinta de Vila Meã.

A mudança de nome da propriedade para Quinta do Mitra deu-se no início do século XX, em consequência da sua venda, em 1920, à família Mitra, ficando o local com o nome desta ascendência (Martins, 1969, p. 709).

O anteriormente referido decréscimo da extensão da Quinta deveu-se, de acordo com Fernando Silva (1989, p. 46), à expansão urbana e à negligência na conservação do património, de que são exemplo a destruição do Casal de Cima, com a passagem da linha do caminho de ferro; ou as construções que obliteraram, na Rua do Monte da Estação, um portão - com pedra esculpida em estilo barroco - que serviria de entrada nobre neste casal. A estes exemplos

²⁷ Por outro lado, (Graça, 2001) faz uma descrição semelhante, referindo-se a um período anterior: “Em 1864, já depois de muitas mutilações, era composta pelos Casais de Cima e de Baixo (que eram a Casa Nobre), Capela de Nossa Senhora dos Anjos, jardim, pomar, lago, casas de caseiros e outras 25 propriedades, que ligavam a Praça das Flores a Bonjóia. Entretanto, o Casal de Cima foi destruído para a construção do caminho-de-ferro.”



Figura 89 - Planta cadastral com a Quinta de Vila Meã, 1909



Figura 90 - Vista do Bairro do Mitra, s.d.



Figura 91 - Fotografia aérea da cidade do Porto, 1939-1940



Figura 92 - Registo da fonte com estátua no terceiro nicho, 1972



Figura 93 - Vista Sudoeste da casa, 1972



Figura 94 - Fachada da capela, 1972



Figura 95 - Interior da capela, 1972

acresce a doação de uma parcela de terreno, em 1961²⁸, e a aquisição, por parte da CMP, da quinta já degradada, cerca de nove anos depois²⁹ e com diversos habitantes, com a consequente construção de um bairro de casas pré-fabricadas para desalojados, o denominado Bairro do Mitra (fig. 90) .

No ano de 1990, o chefe da Divisão da Carta da Cidade, da Direcção dos Serviços de Urbanização da CMP (o nome manuscrito do autor é ilegível), comunica ao Chefe da 4ª Divisão dos Serviços Centrais e Culturais que a capela e outros elementos patrimoniais, nomeadamente o chafariz de granito, se encontravam em avançado estado de degradação, que, se não fosse travado, levaria à perda de património com inegável interesse. Com este despacho seguem fotografias (figs. 92-95) dos elementos referidos, onde é possível observar uma estátua bastante deteriorada num dos nicho da fonte e a cobertura e interior da capela, apesar de lhes faltarem vários elementos. Note-se que as fotografias são datadas de 1972, pelo que se deduz que na altura do comunicado estes elementos estivessem em pior estado de conservação (DSU-CMP, 1990).

Três anos mais tarde, em 1993 o arquitecto Luís de Azeredo, da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais da CMP (DSCC), a propósito da interferência da construção dos acessos da A.E. à futura ponte do Freixo com a Casa de Vila Meã, propôs ao Chefe de Divisão de Museus e Património H. A da Câmara Municipal do Porto a preservação do património existente. Para tal, foram recolhidos elementos fotográficos e históricos - que se seguem nas páginas seguintes -, compilados no documento.

Apesar das referências documentais que a antecedem, o arquitecto destacava a fonte, datada de 1710, a fachada da capela e o chafariz, que situam as qualidades arquitectónicas mais relevantes da casa no século XVIII. Como tal, e apesar do estado de degradação desta propriedade municipal, afirma que esta deveria ser recuperada e preservada no seu local, adaptando-a, por exemplo, a uma instituição cultural ou sócio-cultural, de modo a enfrentar as carências da zona. Quer a abertura do caminho de ferro quer a referida passagem dos acessos, determinavam, na opinião do autor, a urgência do encontro de uma solução de pormenor, em que a casa e sua envolvente - composta pelo terreiro, fontes e eira -, fosse considerada Imóvel de Valor Concelhio (Azeredo, 1993).

28 A 30 de Novembro de 1961 é celebrada a escritura da doação de um terreno pertencente à quinta. Na credencial é referido que o Abade da freguesia de Campanhã, Padre António Augusto Tavares Martins é autorizado a aceitar a doação que Serafim Ferreira Mitra, Teresa dos Santos Vieira e Marido, Quintino Monteiro, Conceição dos Santos Vieira e Amélia dos Santos Vieira, fazem. Trata-se de uma parcela de terreno com 6,30 m de frente por 5 m de fundo, tendo a Rua de Bonjónia a Sul e o terreno dos proprietários a toda a volta, indicando que do inscrito na matriz rústica da Freguesia de Campanhã, sob o artigo n.º 1221, do qual é uma centésima parte, e do n.º 45 522 a fls. 14 do livro B-130 da competente Conservatória do Registo Predial. Este terreno destina-se à construção de uma capela pública dedicada ao culto da Nossa Senhora de Campanhã, preservando a Memória da Fonte da Senhora (Martins, 1964, pp. 107 e 108).

29 Na escritura de 25 Janeiro de 1970 a CMP adquire a Conceição dos Santos Vieira, viúva de Francisco Ferreira da Mota; a Quintino Monteiro, viúvo de Teresa dos Santos Vieira; a Maria Teresa dos Santos Monteiro e marido José Alfredo Pinto Machado; a António dos Santos Vieira e mulher, Etelvina Alice da Conceição Magalhães; a António Nogueira, casado, as parcelas B a J. A 12 de Maio de 1977 as parcelas A e B são adquiridas a Agustin de la Llave Braco, casado com Generosa Fuertes Monrabl (DSU-CMP, 1996)

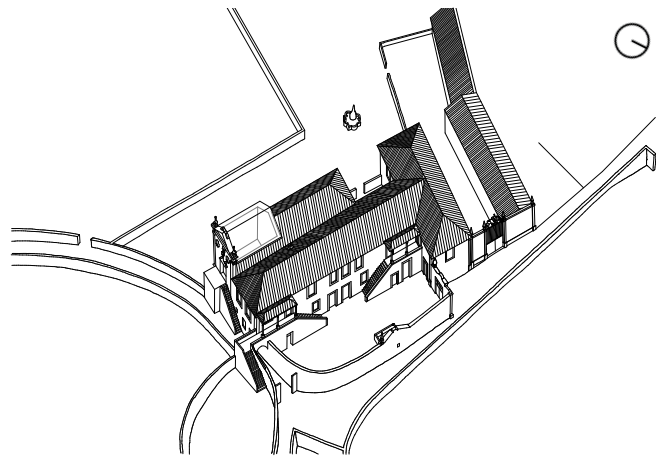
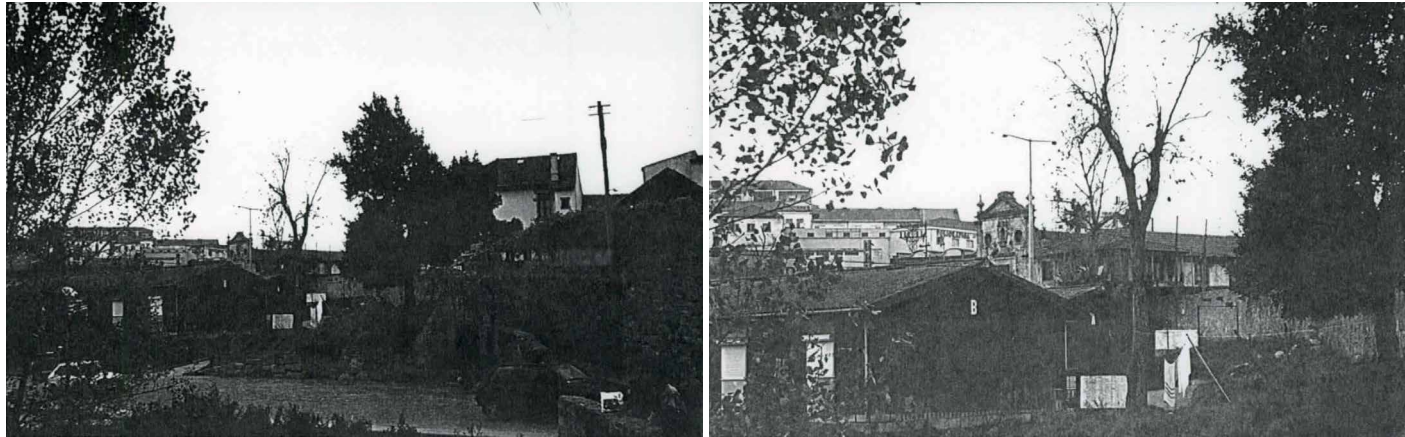


Figura 96 - Sentido do percurso fotográfico contrário ao dos ponteiros do relógio, iniciado no topo Nordeste da quinta, 2015



Figuras 97 e 98 - Fotografia tirada da Rua Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto, de Sul para Noroeste, e acesso ao Bairro do Mitra (construções provisórias), com a capela e a Casa de Vila Meã no centro.

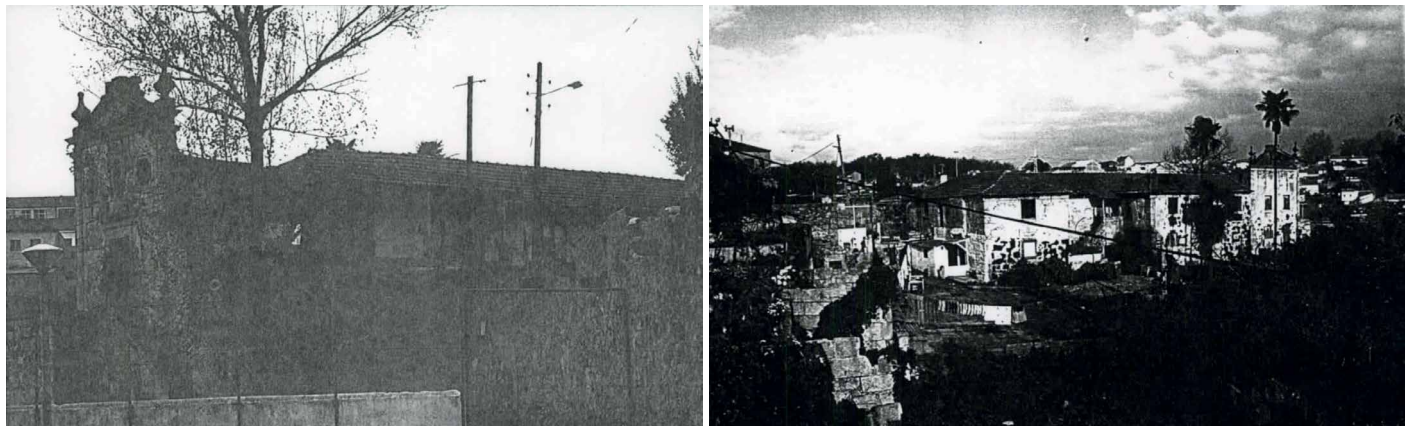


Figura 99 - Vista Nordeste da capela e da casa, onde se nota a ligação que, por escadaria, unia a varanda à parte agrícola desaparecida.

Figura 100 - Fachadas Noroeste e Sudoeste da casa, com destaque para o portão de ferro, a eira lajeada, ruínas de anexos junto à plataforma dos caminhos de ferro que atingiu grande parte da quinta.



Figuras 101 e 102 - Vistas da entrada e fachada Noroeste. No prolongamento do alinhamento do topo Norte da casa encontra-se um portão mais recente, cuja parte em ferro será do século XIX ou início de século XX. Este portão trata-se de um acesso de serviço à zona Norte da casa-cozinha, eira, palheiros, entre outros.



Figura 103 - Vista dos portões de acesso à quinta, em que o que se encontra em frente, com aparente maior antiguidade, é encimado por uma forte torsa de pedra de onde terá sido retirado o remate superior, que seria o brasão da família Vieira Annes ou Cunha Araújo. Falta ainda um coruchêu do lado esquerdo.

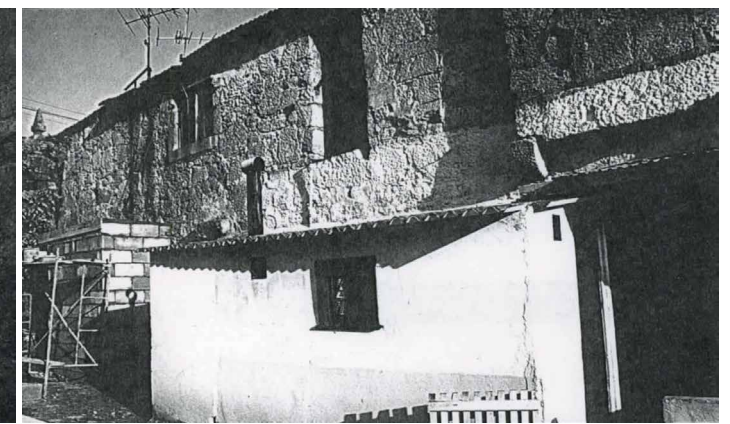
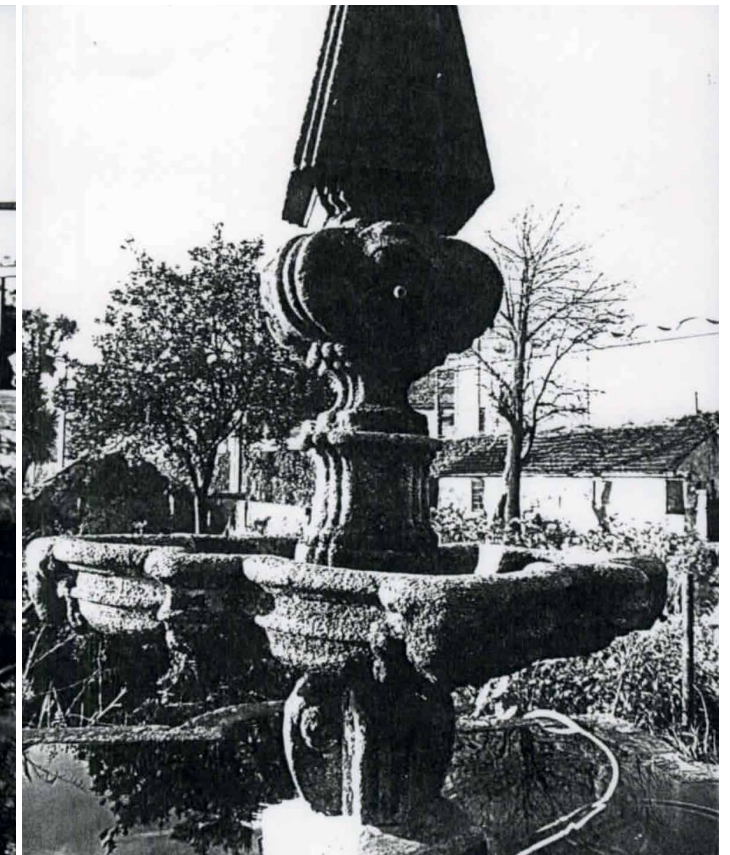
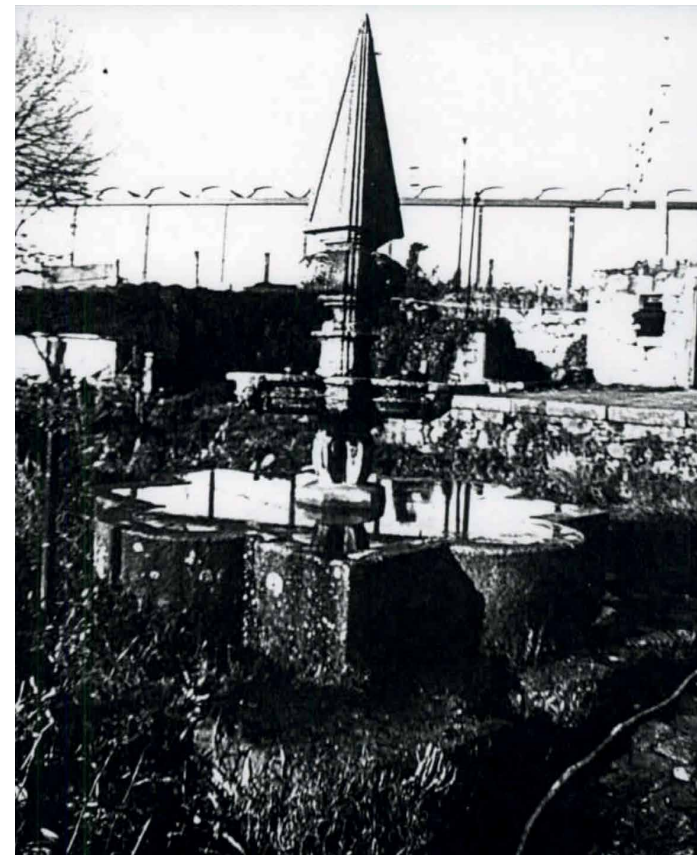


Figura 104 - Vista da fachada Noroeste com construção anexa, supostamente autorizada por algum responsável, funcionário da CMP. No andar superior verifica-se o arranque da lareira e do que terá sido a chaminé da cozinha.



Figuras 105 e 106 - Fachada Sudoeste com fontanário em primeiro plano, eira, escadaria com pátio coberto, janelas do andar com banquetas de pedra no interior e, à direita, o arranque sobreelevado da capela, em ruína.



Figuras 107 e 108 - Vistas do chafariz que terá tido origem no século XVII, com taça superior polilobada, rematada no topo por quatro carrancas com bicas e obelisco pontiagudo quadrangular



Figura 109 - Vista aproximada da fachada Sudoeste, em que se verifica um anexo do lado esquerdo, em baixo, e as duas janelas superiores, do lado direito, que correspondem à única nave da capela, situada no andar superior.



Figura 110 - Escada de acesso à capela, com parapeito rematado com perfil adaptado à mão. Apesar de faltarem pedras neste elemento e no patamar superior da capela, estas eram visíveis nos terrenos, a servir de muretes, o que possibilitaria a sua reposição.



Figuras 111 e 112 - Vistas aproximadas da fachada Sudeste da casa, com as janelas da casa e o pátio de uma das escadarias de acesso ao andar nobre e, do lado direito, da passagem directa do pátio para os quintais. Debaixo desta existia um acesso directo da rua para a capela. Verifica-se também o patamar fronteiriço da capela, que permitia a realização de cerimónias litúrgicas ou sermões orientados para o exterior. Esta tipologia adaptava-se ao costume de se realizarem festas no dia do orago de cada capela ou igreja onde se juntava muita gente, pelo que, nos templos pequenos, as pessoas tinham que ficar no exterior.

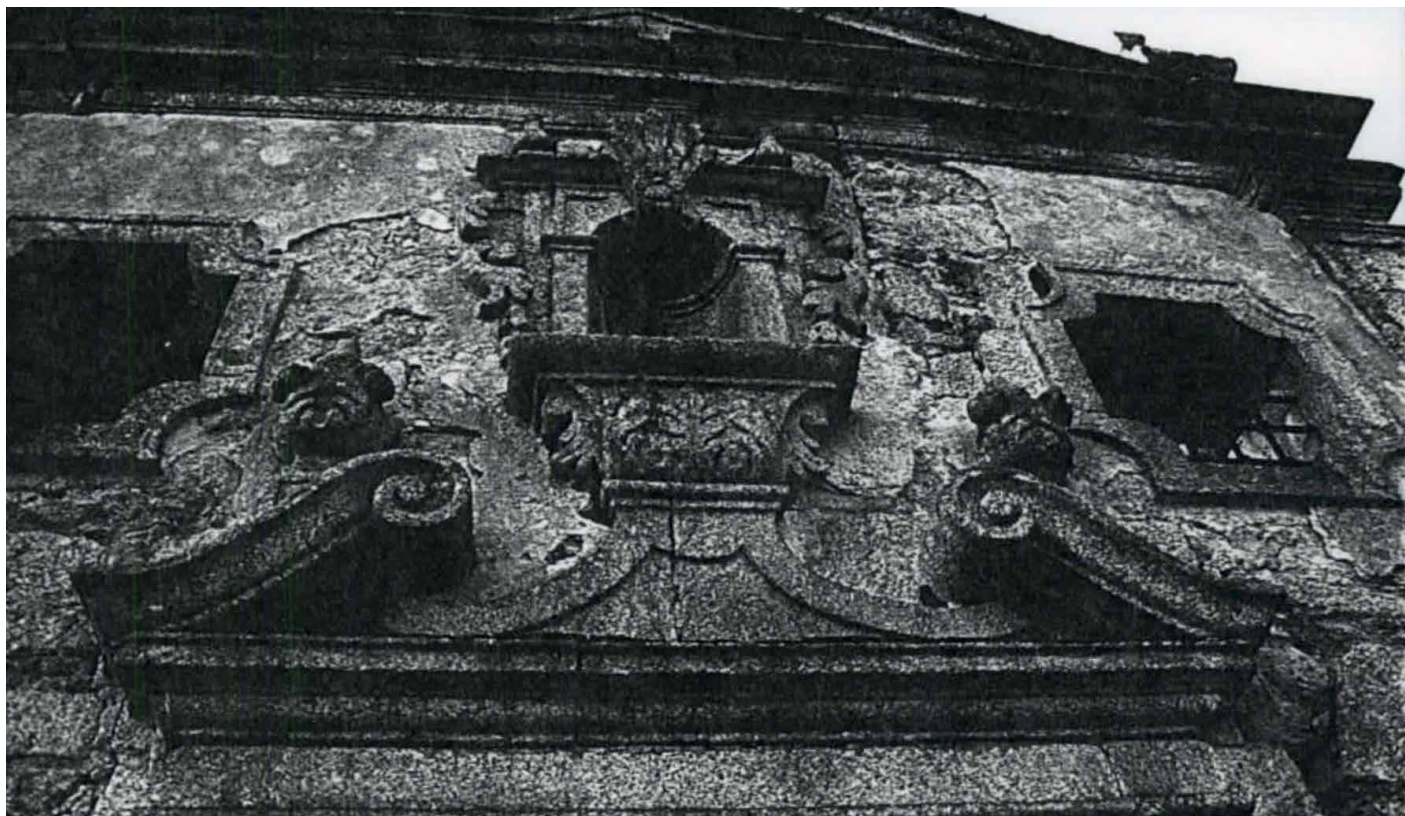
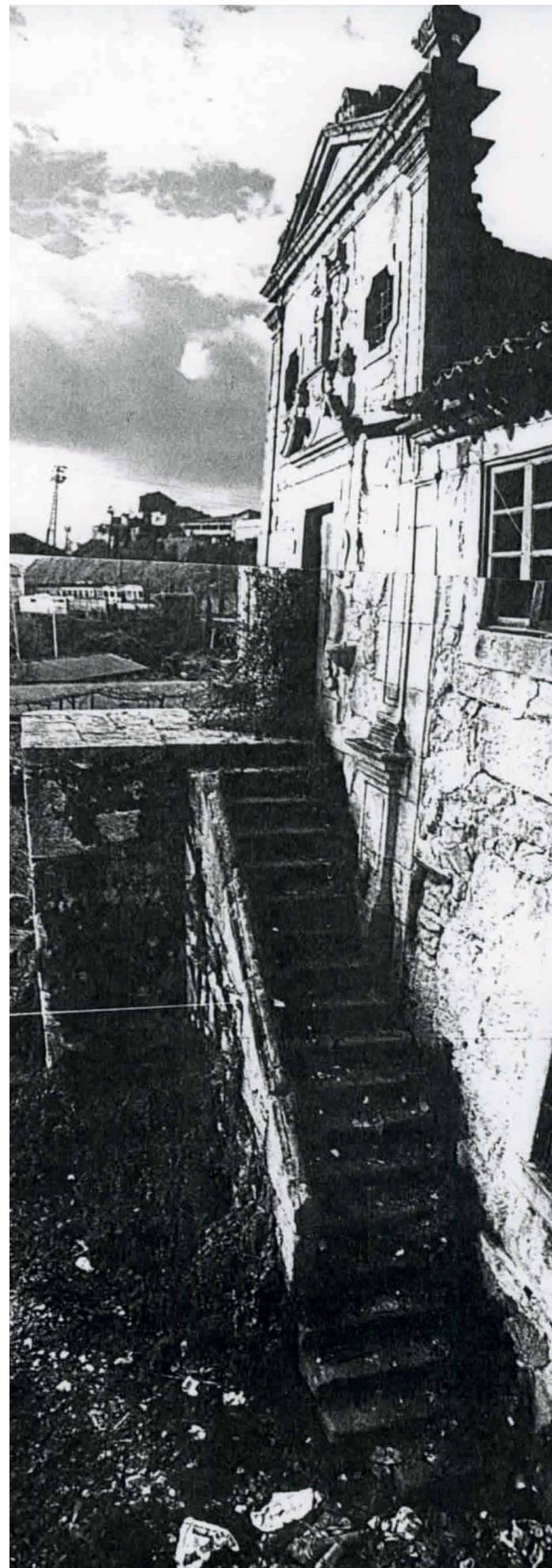


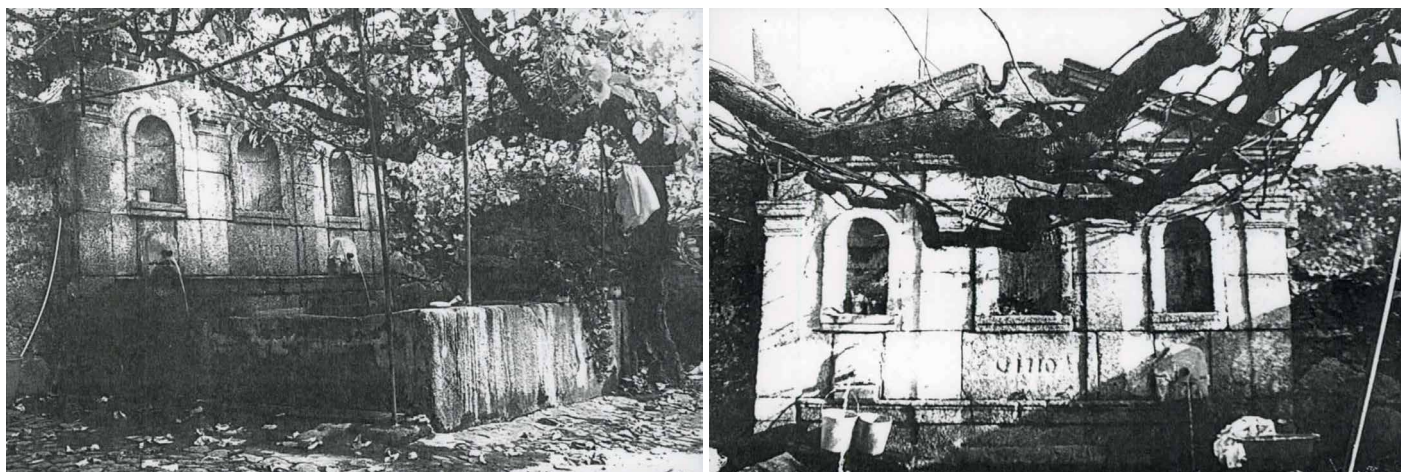
Figura 113 - Vista de pormenor da parte superior da capela, com janelas gradeadas, nicho decorado com elementos vegetais, tímpano do portal com volutas e amarração arquitectónica ao nicho.



Figuras 114-116 - Vista superior da fachada Sudeste da capela e vista de pormenor da sustentação do embasamento da capela, com desenho clássico, justaposto à escadaria, que possui degraus com focinho avançado em redondo. A porta é adornada com motivos envolventes na ombreira e ladeada por uma pianha avançada, em forma de pia de água benta, cavada por cima, que deveria ser utilizada nos já referidos dias de festa.



Figuras 117 e 118 - Vista da passagem debaixo da escadaria que faria o acesso do povo aos actos litúrgicos, e da passagem superior que permite o acesso do andar nobre da casa aos terrenos da quinta. Quer o passadiço quer a escada avançam e ultrapassam a passagem, com muros altos, entre o terreiro e a antiga zona agrícola da quinta.



Figuras 119 e 120 - Vista de fonte e tanque, com data de 1710, à qual faltaria o remate superior da fonte e as estátuas nos respectivos nichos.

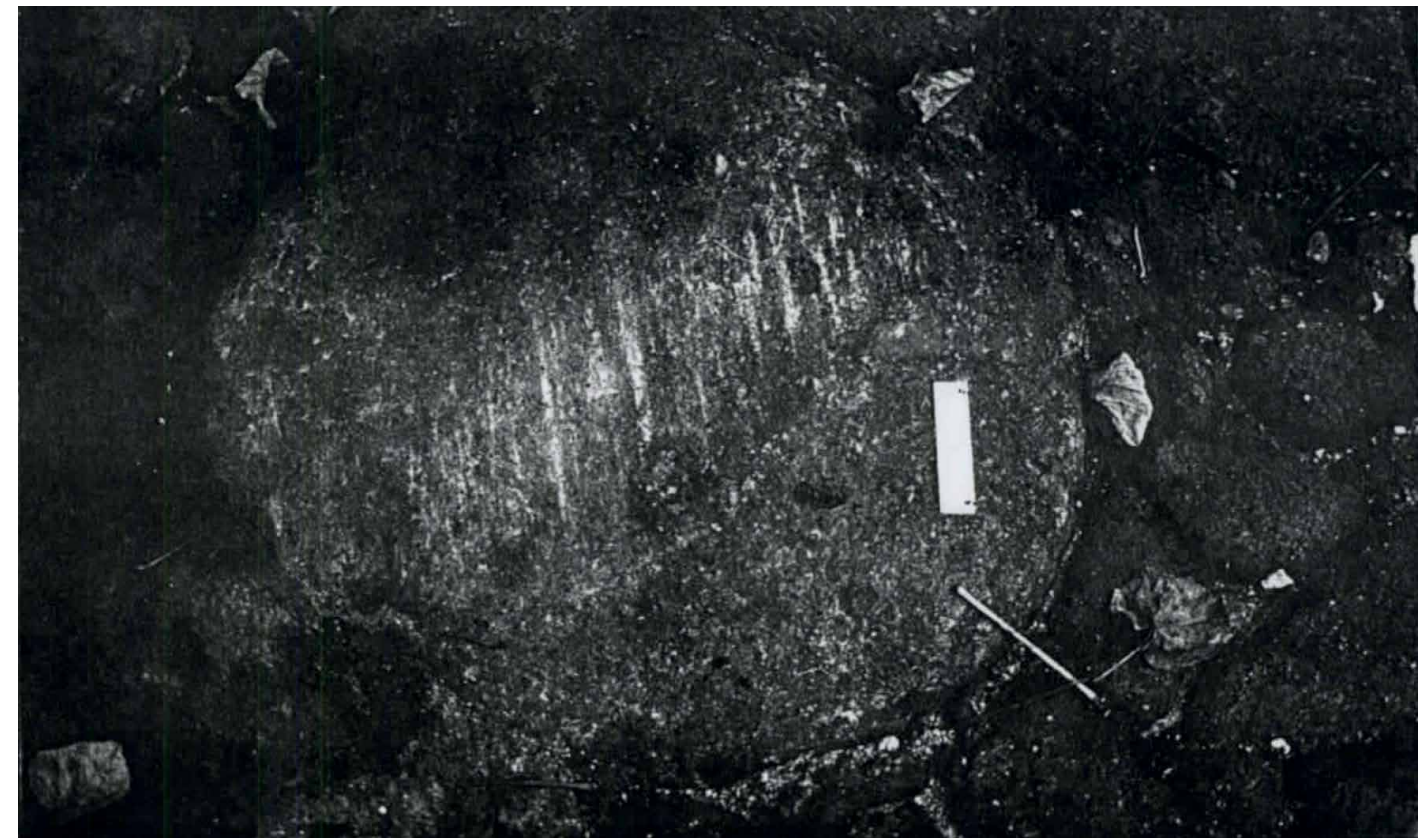
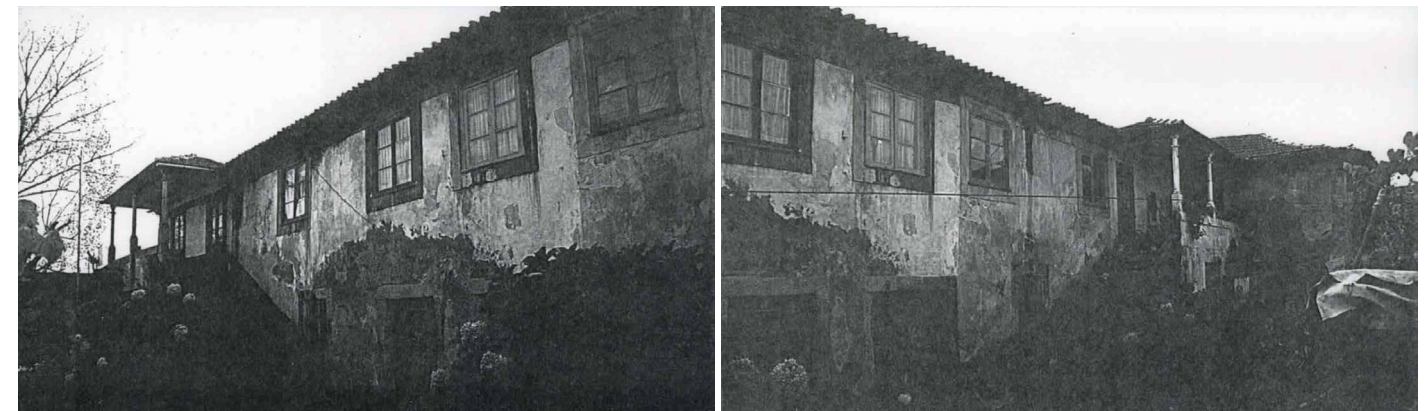


Figura 121 - Pormenor de topo de cilindro de 90 cm de diâmetro, que se trata possivelmente de um segmento de um marco miliário.



Figuras 122 e 123 - Vistas da fachada Nordeste que, a par dos muros altos, encerra o terreiro. As janelas simples sobrepõem-se às entradas para as lojas no rés-do-chão numa fachada que contém duas escadarias de acessos opostos - de pedra afeiçoada, com corrimão adaptado à mão -, rematados por patamar com colunas e cobertura em telhado. Como referido anteriormente, o patamar do lado sul - esquerdo, na figura - prolonga-se em salto sobre o muro, ligando-se à zona agrícola mediante uma outra escada.

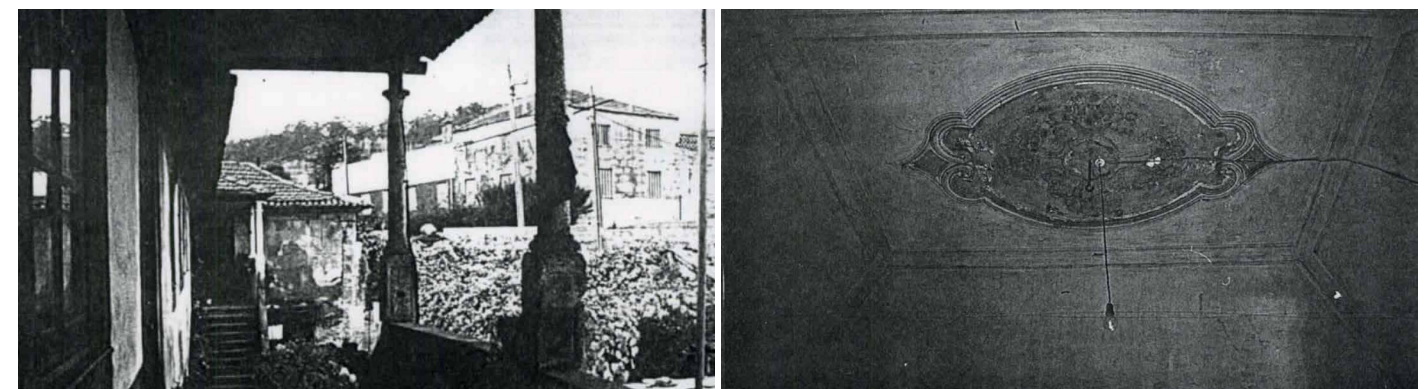
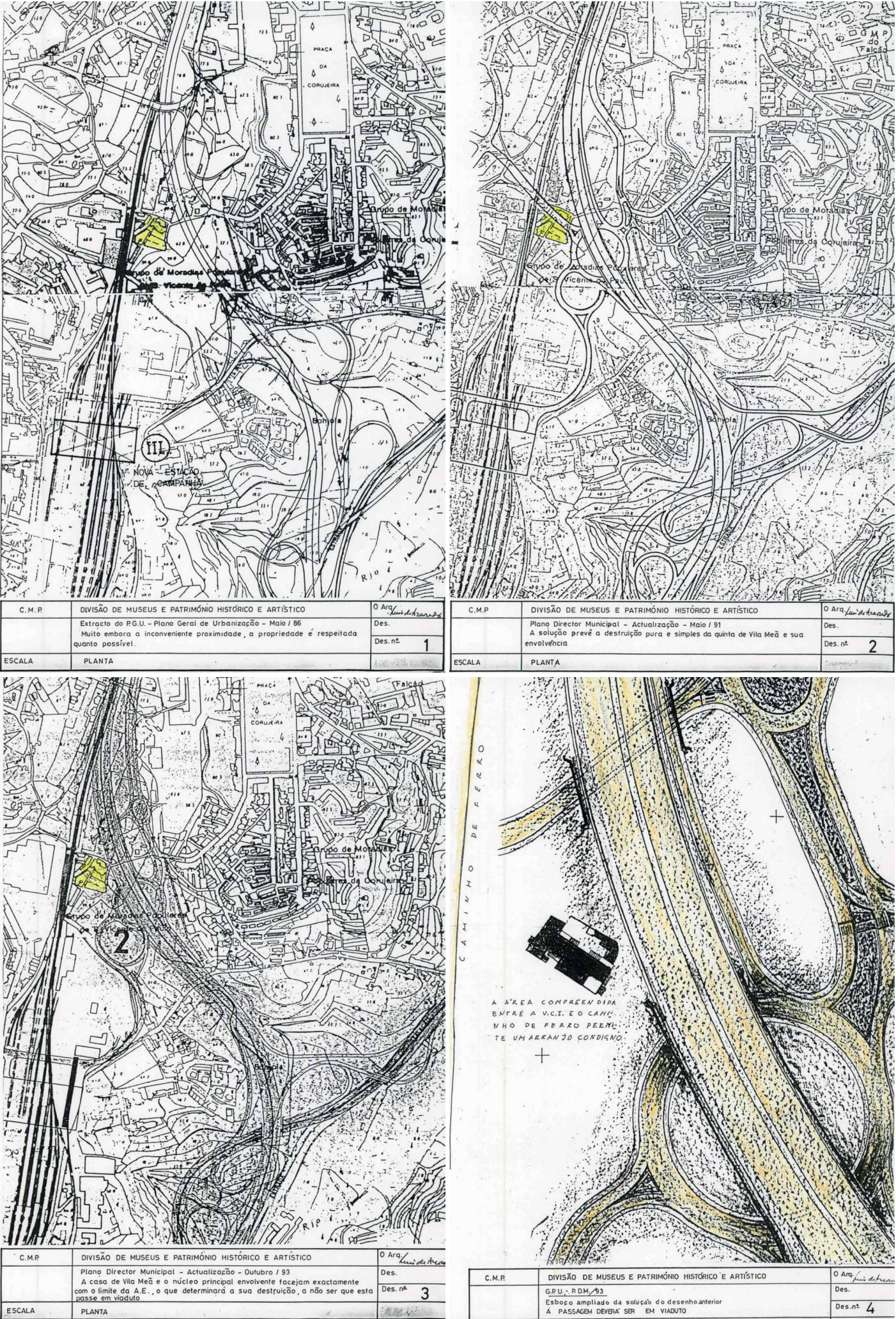


Figura 124 - Vista do andar sobradado, registada do pátio do lado sul para a escada e pátio do lado norte. É possível observar flores e a ramada a cobrir o terreiro dentro dos limites da quinta e uma casa, do outro lado da rua, que viria a ser destruída pelos acessos à ponte do Freixo.

Figura 125 - Registo de tecto em masseira com ornatos em estuque. No interior são referidas as já mencionadas banquetas de janela, inseridas na espessura - 70 cm - das paredes exteriores, a lareira, a cozinha e o interior da capela, onde se deduz que a tribuna terá sido retirada ou destruída, por baixo dos escombros do tecto e da cobertura. Por outro lado, refere-se a existência de lagares e manjedouras em granito no piso inferior.



Figuras 126-129 - Plantas que demonstram evolução do planeamento da relação da Quinta de Vila Meã com a VCI, 1993

Ainda neste processo, Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves (1993), Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, especialista em arquitectura dos séculos XVII e XVIII, indica que o conjunto arquitectónico deveria ser preservado, visto que alia o seu valor artístico intrínseco ao facto de se tratar de um dos raros exemplos que chegaram das quintas do período referido.

No fim do processo, Luís de Azevedo (1993) apresenta um documento denominado “Quinta de Vila Meã versus V.C.I.” onde é indicado, de forma aproximada, a evolução das propostas para o local (figs. 126-129). Com base nas mesmas, conclui que se deveria tentar afastar ao máximo a directriz da autoestrada (A.E.) para o lado nascente e que esta passagem deveria ser efectuada em viaduto, permitindo a transparência ao nível do terreno e a preservação da possibilidade de arranjo e reutilização futuras do imóvel, em detrimento da solução em aterro que o autor depreendia dos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Planeamento Urbanístico (GPU), que iria fazer desaparecer o que se pretendia preservar. Uma das hipóteses pensadas por este gabinete seria a desmontagem e a reedificação do imóvel noutra local, hipótese da qual a equipa da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais da CMP (DSCC) discorda.

De acordo com a CMP (Seabra, em Anexos, 2015, pp. 330 e 331):

História recente da Quinta

“Consultados os elementos cadastrais existentes neste Serviço, verifica-se que o local foi municipal e cadastrado pelo processo 1270 parcelas 1, 2 e 10, este prédio veio à posse da Câmara Municipal do Porto através da Aquisição no 96/71, tendo em vista o “Plano de Habitações da Fundação³⁰ Salazar – Sector de Vila Meã - Bonjóia”. Este prédio foi cedido à junta de Freguesia de Campanhã, tendo em vista a Construção da Sede da Junta de Campanhã e Serviços de Apoio Sócio-cultural, através outorga de escritura de 14/04/2000, rectificada em 05/07/2002.”

Recentemente, no ano de 2012, a Associação Movimento Terra Solta (AMTS) celebrou um protocolo com a Junta de Freguesia de Campanhã (JFC), com o intuito de criar uma quinta pedagógica na Quinta do Mitra, dando apoio a projectos com objectivos convergentes desta entidade (AMTS, 2014). Segundo os membros da associação, a quinta encontrava-se em avançado estado de degradação, com a casa a ter sido utilizada como habitação precária e o terreno circundante repleto de entulho e lixo proveniente das obras de construção da Via de Cintura Interna (VCI).

³⁰ Instituição não lucrativa, dedicada à beneficência, à ciência, ao ensino ou a outros fins de interesse público, criada a partir de legado ou doação (Priberam, 2013d).

“As fundações são organizações sem fins lucrativos criadas por iniciativa de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas (fundadores) para a gestão de uma massa patrimonial que lhe é cedida definitivamente pelos fundadores e que deve ser substancialmente preservada, para a satisfação de certas finalidades de interesse social.” (Centro Português de Fundações, s.d.)

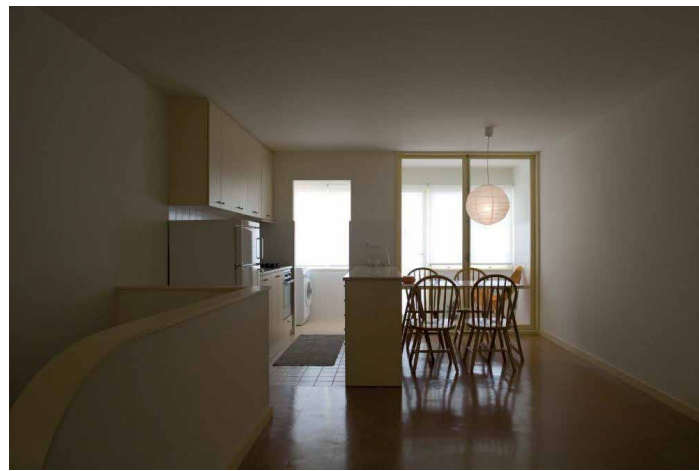


Figura 130 - Empreendimento SAAL Bouça, Porto, 2006



Figura 131 - Centro de Artes Contemporâneas, Ribeira Grande, 2015

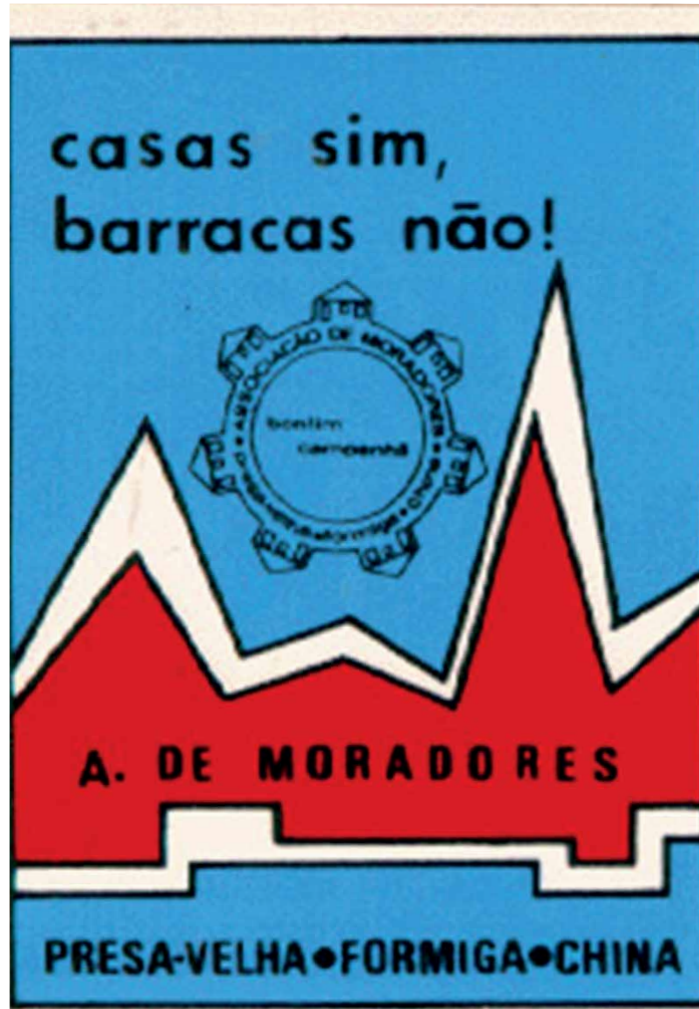


Figura 132 - Autocolante produzido por Associações de Moradores, s.d.



Figura 133 - Estudo para carro alegórico, Assembleia de Campanhã, 1954



Figura 134 - Baile da Assembleia de Campanhã, 1961

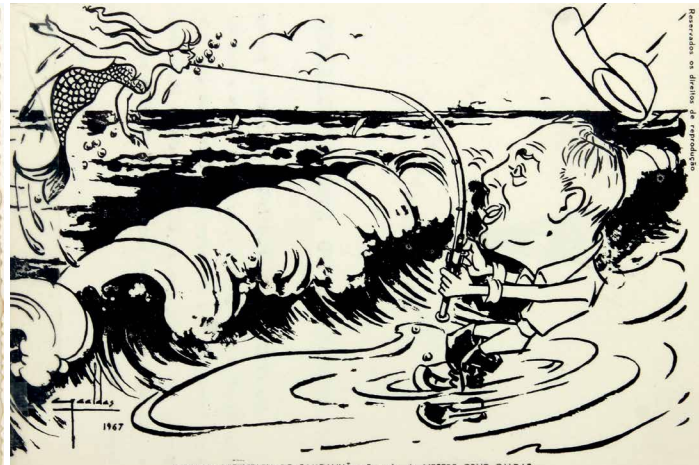


Figura 135 - Postal comemorativo da Assembleia de Campanhã, 1967

2.3 Os movimentos associativos de génese no Vale de Campanhã

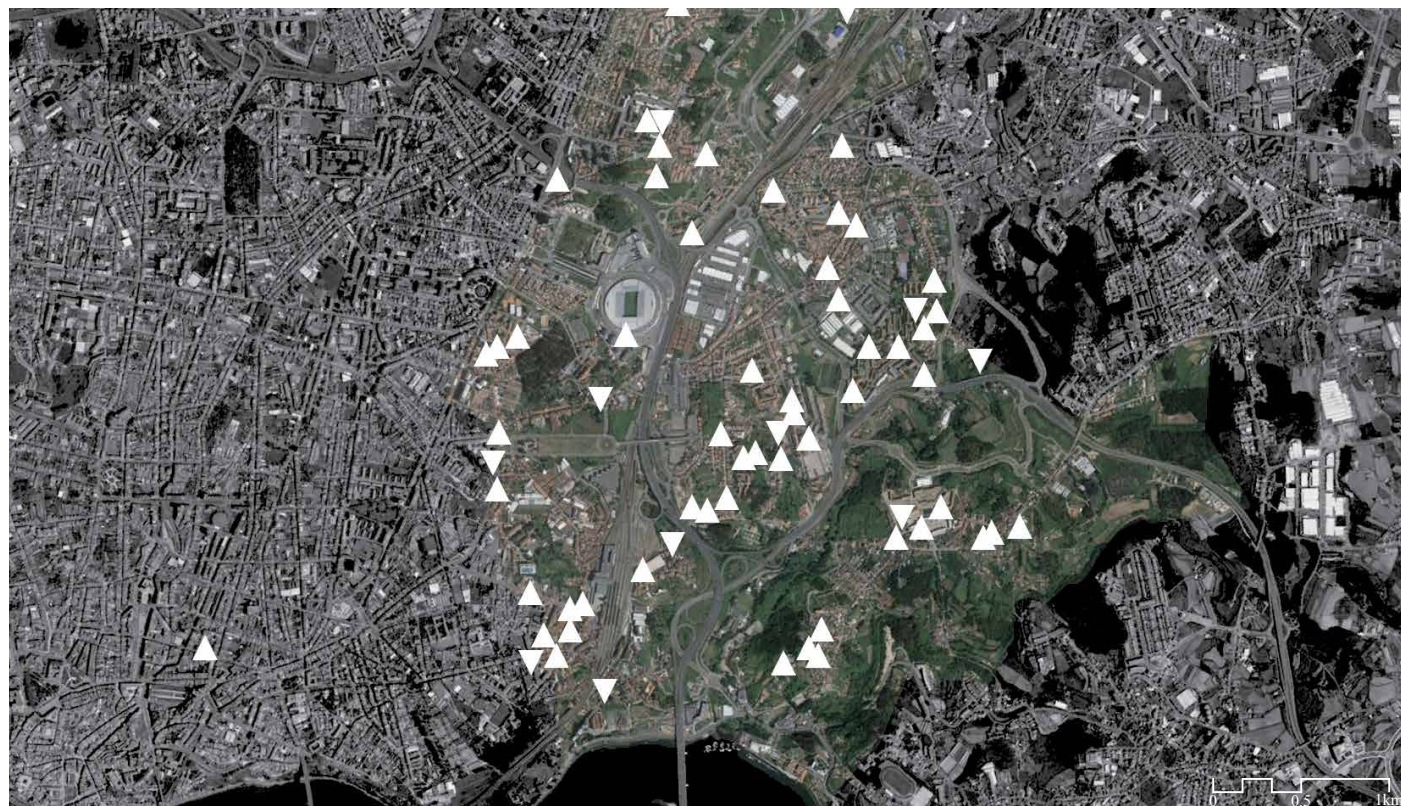
O envolvimento das populações no planeamento do contexto em que vivem é imprescindível para um desenvolvimento urbano equilibrado. Esta relação - entre utilizadores e projectistas - leva a um melhor entendimento das necessidades de quem usufrui dos espaços e das decisões tomadas por quem projecta, que podem ser discutidas, alteradas e melhoradas.

Giancarlo de Carlo (2010, pp. 753-756) declara que a arquitectura no futuro será caracterizada por uma participação crescente do utilizador na sua definição em termos de organização e forma; e salienta que os arquitectos contemporâneos devem fazer com que a arquitectura represente o seu utilizador em detrimento do seu criador. Este arquitecto critica o facto do trabalho ser classificado independentemente da utilização final, do usufruto das pessoas e da correspondência às suas necessidades. Nas revistas de arquitectura, o editor, o arquitecto e o fotógrafo têm necessidade de “eliminar pessoas como se fossem germes contaminantes” sendo os edifícios fotografados e publicados sem a presença humana (figs. 130 e 131). Por conseguinte, o trabalho é valorizado por outros valores, principalmente estéticos, tanto que nos livros, escolas e conferências, a questão do utilizador é evitada, como se de mau gosto se tratasse, como que se os assuntos do quotidiano não devessem entrar em contacto com o exercício artístico que é a arquitectura. Em contraponto, o autor sugere uma relação que pressuponha o acompanhamento do utilizador durante o processo integral da obra.

Álvaro Siza (2009, pp. 169-186) aponta que, tratando-se a arquitectura de uma arte colectiva, não comporta uma postura arrogante, de pouca ambição e de conformismo social com o medíocre. A fuga ao elitismo manifesta-se pela resposta da obra ao desejo colectivo, indo de encontro ao sublime, que se prende com a sua função social. Além disso, o contacto, por vezes conflituoso, é imprescindível à arquitectura, visto que o conhecimento dos problemas depende da aproximação directa do arquitecto à especificidade destes.

Contudo, como refere o mesmo autor (Siza, 2000, p. 107), existe alguma desconfiança subjacente em relação a este tipo de abordagem, e explica que o projecto do Bairro da Bouça, integrado no Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), encontrou dificuldade na sua aprovação por não ser considerado construção popular. Siza aponta esta situação como sintomática do preconceito perante o que se entende como habitação social, em que a própria designação pressupõe uma autonomia em relação ao resto das obras, subentendendo-se que seja necessariamente de qualidade inferior dado o seu baixo preço.

Participação na arquitectura



▲ activa ▼ encerrada

Figura 136 - Associações da freguesia



Figura 137 - Instalações da Associação Nun'Álvares de Campanhã, s.d.



Figura 138 - Instalações da Associação Nun'Álvares de Campanhã, s.d.



Figura 139 - Os Zangados de Campanhã, passeio, 2011



Figura 140 - Associação Recreativa Os Malmequeres de Noêda, 2015

A Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã (1997, p. 51) defende que a iniciativa e a actividade das associações é essencial para motivar a cooperação dos habitantes de determinado local para a auto-organização e benefício dos respectivos recursos. Por sua vez, Azevedo et al. (2000, pp. 9-14) indicam que em Portugal o movimento associativo foi marcado por três momentos altos: a Implantação da República em 1910; o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945; e o pós-25 de Abril em 1974. Este contexto engloba milhares de associações de matriz popular que enfatizam o voluntariado, o amadorismo, a democraticidade, a solidariedade, a autonomia e a inexistência de propriedade e de lucro individual. As associações são um meio elementar para a identidade das comunidades, na expressão autêntica da sua criatividade, seja na cultura, desporto, recreio ou educação.

O Vale de Campanhã possui um património associativo de grande relevância, quer pelo seu número, quer pela sua especificidade da conjuntura em que se insere, que marca a sua história recente em termos sociais, culturais e ambientais. A história e a memória relativa a esta herança serve de base para o reencontro, recuperação e revitalização da cultura e identidade local, de modo a consolidar a auto afirmação dos seus habitantes (figs. 136-140).

Património associativo de Campanhã

Apesar da semelhança no modelo de gestão interna, as associações de freguesia apostam em diversas actividades no âmbito do excursionismo, das festas, dos bailes, do teatro e do desporto. Grande parte destas organizações encontravam-se abertas todas as noites, e lá, com o comparecimento de membros da direcção, jogavam-se cartas e conversava-se entre copos de vinho, num espaço vedado aos menores de idade, onde excepcionalmente era aceite a entrada de familiares, de amigos e de mulheres. Os mesmos autores (Ribeiro e Amaral, 1999b, p. 75) afirmam que o seu início se deu com a formação de grupos informais em tabernas, organização de bailes, excursões e jogos de cartas. Enquanto a Associação Recreativa Avante, fundada em 1933, e Os Zangados de Campanhã, em 1934, são resultantes de grupos excursionistas, a Associação Gabinete de Recreio de Azevedo de Campanhã que, em actividade desde 1908, é das mais antigas da cidade, tinha apenas membros das elites locais.

Com o aparecimento dos bairros de habitação social, nos anos 50 e 60, surgem associações de moradores, que desempenham um papel preponderante na rede associativa de Campanhã. Após o cruzamento do contacto com as entidades com o esclarecimento por parte da Junta de Freguesia de Campanhã (Anexos, 2016, pp. 311-314), concluiu-se que, das 73 associações registadas, 57 encontram-se activas, tendo-se algumas deslocado para fora da freguesia, estando as restantes inactivas ou incontactáveis.

Não obstante a fragmentação territorial destes organismos, a sua base de influência é circunscrita. A sua histórica capacidade organizativa e mobilizadora de pequena escala trata-se de um exemplo de cooperação entre cidadãos na resolução de questões, servindo de mediador entre a população e o poder executivo.

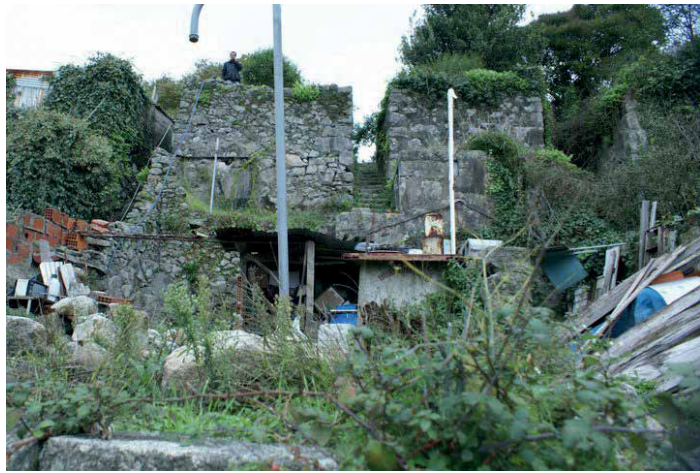


Figura 141 - Vistas da cota inferior para lote de cota intermédia, 2010



Figura 142 - Vista da Avenida Principal da Quinta Musas da Fontinha, 2013



Figura 144 - Domingo Comunitário, Horta da Lada de Cima, 2011



Figura 146 - Limpeza para criação da Horta do Barredo, 2012

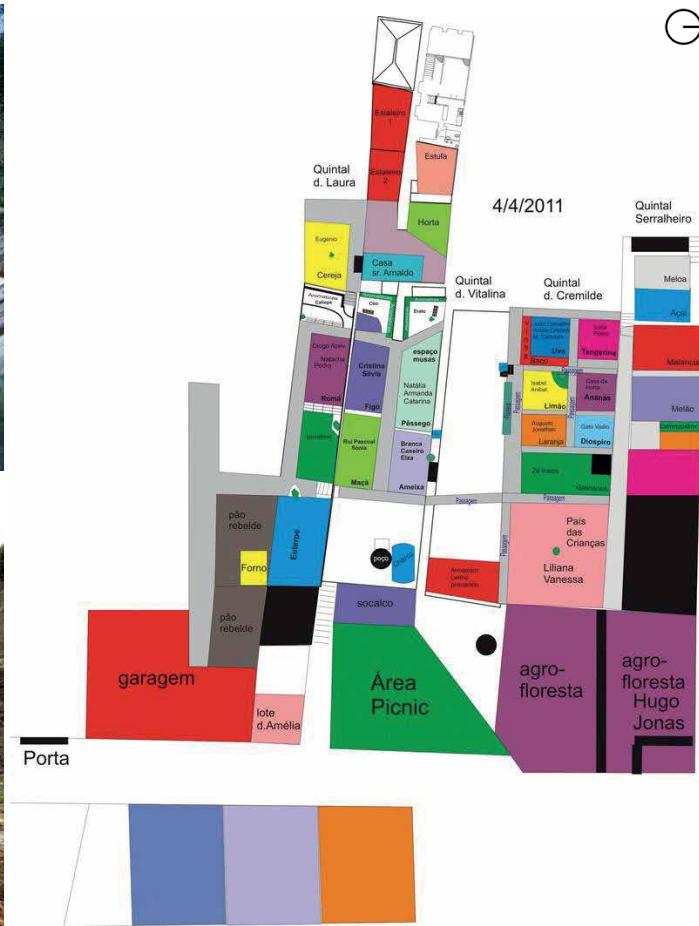


Figura 143 - Planta da Horta, 8 de Abril de 2011



Figura 145 - Vista da Horta da Lada de Baixo, 2013



Figura 147 - Vista da Horta da Vitória, 2012

2.3.1 Movimento Terra Solta

A origem da Associação Movimento Terra Solta (AMTS), constituída como associação a 23 de Novembro de 2011, advém da tomada de consciência das possibilidades de expansão do projecto de actividades, após as primeiras aplicações práticas do movimento, para uma abordagem mais eficaz de resposta social, no desenvolvimento de uma economia solidária (AMTS, 2014a). Francisco Flório (2010), membro fundador da associação, afirma que esta se trata de um movimento apolítico - embora com aproximação ao Anarco-Ecologismo -, um encontro de amigos que promove o ideal de uma sociedade mais justa.

O movimento indica que o sistema de produção agrícola actual tem um impacto social e ambiental insustentável, visto ter sido criado no século XIX, altura em que a população mundial era de 3 mil milhões de pessoas.³¹ Com base nesta premissa, é proposto um modelo que tem como génese a solidariedade, o cooperativismo e a sustentabilidade com recurso à reutilização e à negação do excesso. É promovida a produção de bens de forma próxima em meio urbano e rural, utilizando a permacultura³² e a agricultura biológica e biodinâmica³³ que, aliados à tecnologia disponível, são susceptíveis de fomentar o desenvolvimento da indústria local. Esta associação, atendendo aos problemas urbanísticos contemporâneos, pretende atenuar a desertificação das aldeias e dos centros das cidades com a ocupação de espaços abandonados e o desenvolvimento de comunidades urbanas partilhadas, reafirmando os métodos de construção tradicional com a recuperação do edificado.

A primeira aplicação destes preceitos foi efectuada, ainda como movimento informal, na colaboração no projecto Quinta Musas da Fontinha, criado pelo Espaço Musas, secção cívica e Cultural do Sport Musas e Benfica - associação desportiva e recreativa da zona do Bonjardim com cerca de 50 anos - e visava o trabalho agrícola numa encosta abandonada, entre o Bonjardim e a Fontinha, como se verifica nas figuras 141 a 143 (Quinta Musas da Fontinha, 2015). No âmbito da iniciativa realizaram-se eventos que abriram este espaço à comunidade, tais como o Hortas Biológicas na cidade do Porto, em Janeiro de 2011 (AMTS, 2011) ou, em Julho do ano seguinte, o CCV Musas da Fontinha, que englobou uma conversa sobre Alimentação Vegetariana Natural, concerto de Lost Gorbachevs e churrasco de vegetais (AMTS, 2012).

No âmbito do projecto Porto Verde, criado pela S.P.O.T.³⁴ - e inserido no Manobras no Porto -, no fim do ano de 2012, esta associação participou na criação das hortas da Lada, do Barredo e da Vitória (figs. 144-147), cujos lotes foram

31 Actualmente são cerca de 7 mil milhões (World O Meters, 2014)

32 Sistema, inspirado nos ecossistemas naturais, que visa a construção de comunidades humanas ecológicas ou de sistemas agrícolas estáveis, equilibrados, auto-suficientes e que causem reduzido impacto ambiental (Priberam, 2013g).

33 A agricultura biológica trata-se de um sistema de produção agrícola que utiliza métodos (como rotações de culturas, uso de adubos e fertilizantes não sintéticos, etc.) que promovem o equilíbrio dos ecossistemas naturais e dos ciclos biológicos (infopédia, 2016). Já a agricultura biodinâmica é, historicamente, o primeiro movimento organizado de Agricultura Biológica e surgiu em 1924, a partir de um curso dado por Rudolf Steiner a agricultores (Biodinâmica Portugal, s.d.).

34 Sociedade promotora e produtora de ideias, eventos e iniciativas culturais no âmbito da realidade cultural urbana contemporânea, surgida de uma vontade urgente de trabalhar o contexto cultural urbano da cidade do Porto e aberta a colaborar com instituições culturais nacionais e internacionais do foro público e/ ou privado (S.P.O.T., s.d.).

História da associação

Objectivos da associação

Aplicação prática dos conceitos



Figura 148 - Panorâmica Norte da quinta antes da intervenção da AMTS, Julho 2012



Figuras 149 e 150 - Panorâmicas Sul da quinta antes da intervenção da AMTS, Julho 2012



Figura 151 - Vista aérea, lado Norte, 2015



Figura 152 - Iniciativa Semear para Alimentar, Janeiro 2013



Figura 153 - Agricultura Biodinâmica para crianças, Outubro 2013

cultivados e entregues a famílias do Centro Histórico (Porto Verde, 2013). Noutro domínio, cerca de um ano depois, e após o corte da electricidade dos bairros do Lagarteiro e Contumil, Rafael Ferreira (em Porto24, 2013) informa que a AMTS propôs, no âmbito do Fórum 2013 “O Voluntariado em Tempos de Crise”, a utilização de painéis solares fotovoltaicos, aliando a resolução do problema com a questão ambiental, e recorrendo à sociedade civil e a empresas para o financiamento deste projecto.

2.3.2 Estudo de ocupação da Quinta do Mitra pela Associação Movimento Terra Solta

A associação pretende, com a Quinta de Vila Meã, dinamizar, respeitar e reavivar o espaço, recorrendo a actividades que incentivem o progresso equilibrado. Para isso, pretendem criar sinergias de trabalho - com habitantes da zona ou de outras localidades que pretendam implementar projectos -, fomentando, como menciona Daniel Sousa (2012), a troca de conhecimentos práticos de agricultura local e de sustentabilidade (figs. 148-151).

Em 2012, para além de efectuada a limpeza e recuperação do terreno e do lago, foi também instalado um bar em madeira, construída uma estufa hidropónica de raiz - que segundo Patrícia Neto (2014), tem a finalidade de demonstrar a produção de alimentos em espaços limitados - e foi recuperada uma sala para formação em educação de ciências de sustentabilidade ambiental.

Consciente das carências do contexto em que a Quinta se insere, esta associação, através da acção Semear para Alimentar, realizada em parceria com a Junta de Freguesia de Campanhã e com recurso a voluntariado, tenciona rentabilizar a área cultivável de 3000 m² da Quinta do Mitra, com árvores de fruto, plantas aromáticas e hortícolas (Flórido, 2013). Os produtos resultantes deverão reverter para instituições de solidariedade e de apoio à população carenciada. No primeiro evento aberto ao público, realizado a 26 de Janeiro de 2013 (fig. 152), foram semeados e plantados cerca de 2000 m² (Flórido, 2014).

Assim que atingidas as condições mínimas, foi desenvolvida uma oferta formativa, de que são exemplo o Curso Intensivo em Agricultura Biológica, leccionado por Francisco Flórido e a parceria estabelecida com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), na realização de cursos de formação em Operador em Agricultura Biológica e Operador em Jardinagem. Por outro lado, os cursos de Permacultura, de Agricultura Biodinâmica para Crianças (fig. 153), e o Dia do Espantalho, em colaboração com a Escola da Corujeira e com a presença de cerca de 160 alunos, fomentam a presença de uma população mais jovem (Sousa, 2013).

Objectivos da associação para a quinta

Actividades realizadas

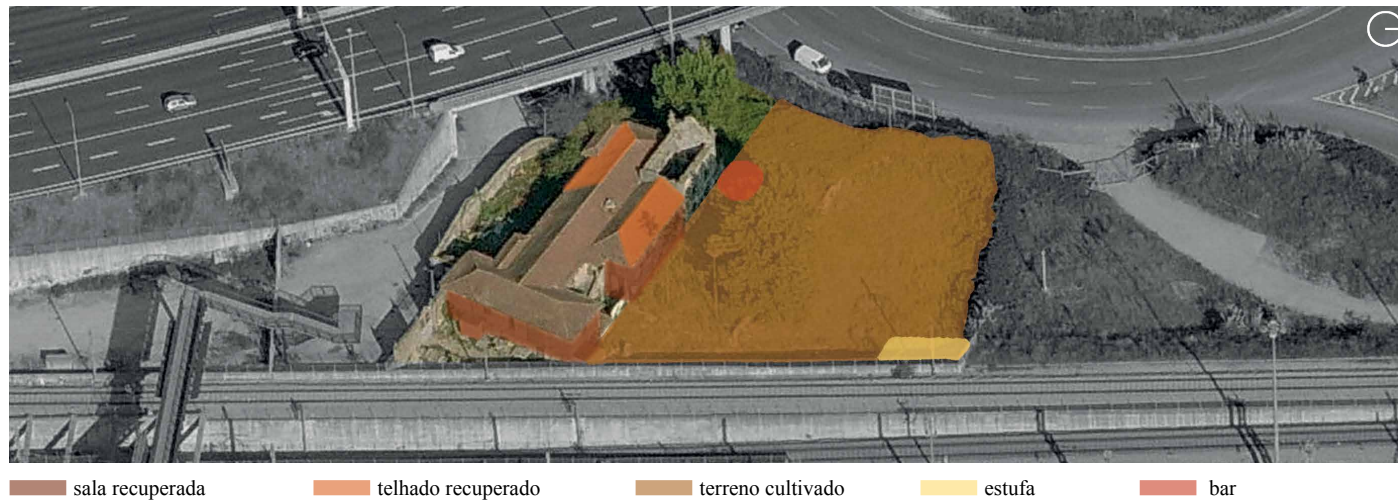
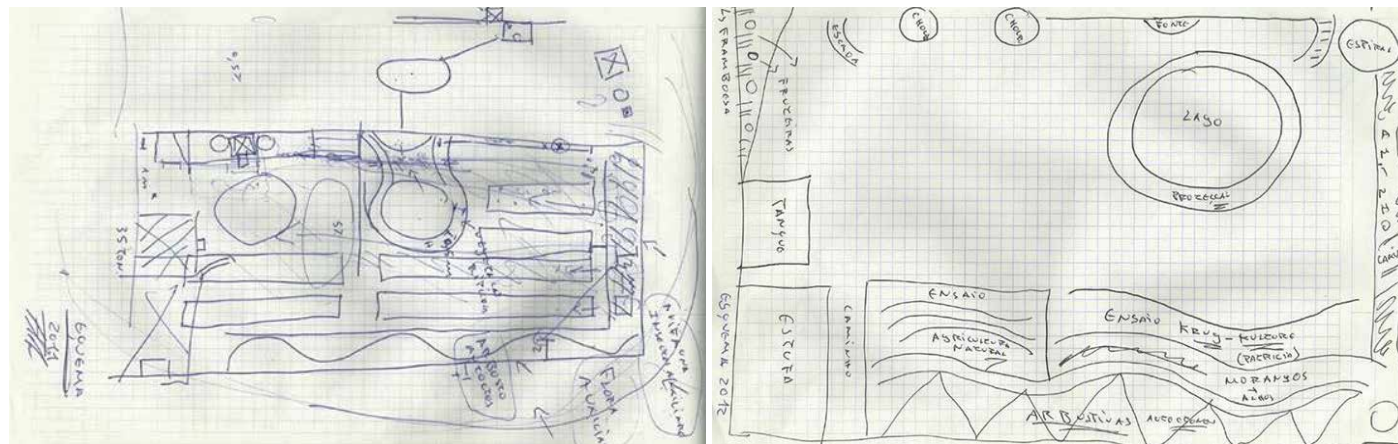


Figura 154 - Espaços utilizados e recuperados pela associação, 2015



Figuras 155 e 156 - Propostas de utilização do terreno, Francisco Flório, 2011 e 2012



Figura 157 - Remoção dos revestimentos interiores, Setembro 2012



Figuras 158 e 159 - Recuperação do telhado e interiores, Agosto 2014



Entretanto, os membros da associação, com recurso a mão de obra proveniente de um acordo com o IEFPP, tinham iniciado o processo de limpeza e recuperação dos telhados e fachadas, respeitando as técnicas tradicionais utilizadas. Com o intuito de instalar espaços de formação no piso térreo e primeiro piso do volume Oeste, pretendem realizar e acolher cursos teóricos - ou que possuam uma componente teórica - aliados à aplicação prática dos conhecimentos no terreno a Sul da Casa (figs. 154-159).

Para tal, partindo do estudo das intervenções e cruzando-as com a análise científica de Teixeira (2004, pp. 85-104), verifica-se que, de modo a evitar a contínua degradação do interior provocada por infiltrações, o telhado foi reparado pontualmente, com a reposição de telhas e a substituição de elementos da estrutura de madeira - tabuado e ripado - em certos pontos, visto que, devido ao estado de deterioração, não cumpriam as funções estruturais.

No piso térreo do volume Oeste, o mau estado de conservação e a presença de pragas no interior das paredes, motivou a remoção do reboco e a aplicação de novo revestimento da alvenaria de pedra com argamassa de saibro, utilizada ainda no nivelamento do pavimento. Inclusive, por questões de higiene e segurança, a estrutura em madeira que suporta o sobrado foi limpa, desparasitada e envernizada.

A já referida estufa foi construída no extremo Sudoeste da Quinta, enquanto o bar de apoio foi erigido a Sul da capela, libertando a restante área para cultivo e formação prática, onde se processam grande parte das actividades da associação, como se verifica na vista aérea (fig. 154) e nas plantas desenhadas por Francisco Flório (figs. 155 e 156). Em contrapartida, até ao momento, a zona a Norte, entre o muro e Casa, é a que se encontra com menor utilização por parte da associação, o que se sucede igualmente com o volume da Casa que ladeia esta área.

Tal como referido anteriormente, as intenções da associação não se esgotam na relação directa com a agricultura. Francisco Flório refere, em entrevista ao jornal online Porto 24 (Ferreira, 2013), que a associação pretende a formação e criação de emprego na área de recuperação de edifícios e a realização de protocolo com o IEFPP e a Câmara Municipal do Porto. Pretende-se também a criação de uma marca de linho de topo de gama com a matéria-prima produzida em Campanhã, enriquecida com o convite de artistas portugueses para o desenho das peças. A estas actividades juntam-se outras de índole cultural, como a implementação de aulas de Yoga, de guitarra e Cavaquinho, a realização de um seminário sobre a cultura sérvia, as conversas sobre astronomia, a organização de exposições (ATMS, 2015c) ou o acolhimento dos ensaios da Orquestra Comunitária Mundo em Campanhã, formada no Cerco e Lagarteiro (AMTS, 2015e).



Figura 160 - Inicialmente Replantar para Alimentar, Setembro, 2013



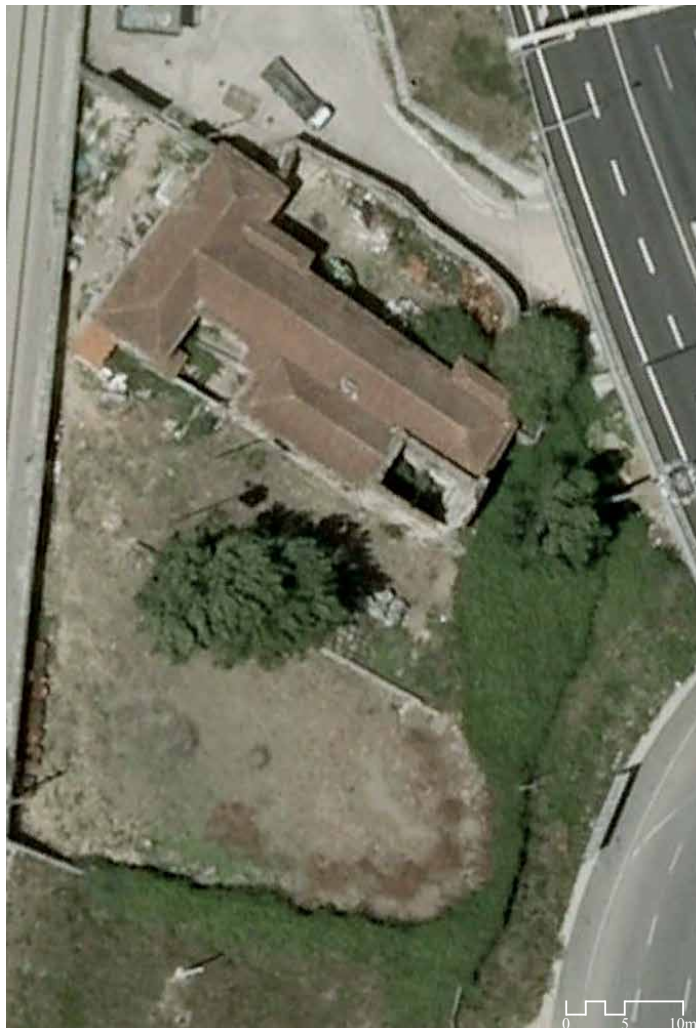
Figura 161 - Feira Livre de Natal, Dezembro 2014



Figura 162 - Inicialmente Sopa de Pedra, Maio 2015



Figura 163 - Desfolhada, Setembro 2015



Figuras 164 e 165 - Vista aérea da Quinta, 2007 e 2015



De modo a promover e enriquecer o conteúdo dos referidos eventos, têm sido efectuadas parcerias com entidades exteriores. Em Setembro de 2013, com o apoio da Vadeca e da Junta de Freguesia de Campanhã, foi realizado o “Replantar para Alimentar” e foi feita a construção de um charco em parceria com o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO), como se observa na figura 160 (AMTS, 2013b). Nas visitas realizadas à Quinta, em Janeiro de 2014, os formandos do Curso de Gestão Orçamental e Doméstica da Associação CAOS e Tecla-Formação Profissional, além de tomarem conhecimento das actividades da associação, participaram nas oficinas de Vermicompostagem, Sabão Natural e Hortas Verticais (AMTS, 2014b). Em Junho do mesmo ano, no âmbito do Projecto Sinergias, vinte crianças visitaram a Quinta com o objectivo de tomarem contacto com a natureza, com a produção biológica de alimentos e com o trabalho cooperativo (AMTS, 2014c).

Apesar da maioria das actividades serem efectuadas na propriedade da Quinta, algumas iniciativas foram realizadas nas proximidades, como a participação na Feira Livre de Natal no Auditório da Junta de Freguesia de Campanhã, em Dezembro de 2013 (AMTS, 2013a), ou no centro da cidade, na Fonte e Largo da Rua Chã, em Maio 2015, no evento “Sopa de Pedra” - em parceria com diversas entidades culturais e institucionais da cidade (AMTS, 2015d). Neste âmbito a associação deu a conhecer o seu trabalho, vendeu materiais relativos às práticas da Quinta e participou directamente na gestão e realização dos eventos (figs. 161 e 162).

Não obstante o corte físico com a cidade, a renovação, a frequência de actividades realizadas e a presença nos meios mediáticos e nas redes sociais - Facebook, principalmente - levou a que a Quinta do Mitra passasse de um local abandonado e sem função, para a criação de uma identidade. A aparente espontaneidade e informalidade do projecto é balanceada com um objectivo claro do que é pretendido com o espaço. A título de exemplo do esforço na criação de uma rede de entidades locais, motivando a parceria entre agentes da freguesia e o envolvimento da população nos rituais agrícolas do passado da zona, foi patente na desfolhada do milho (fig. 163), semeado na Quinta das Cavadas em Contumil pela iniciativa do Projecto Grão a Grão³⁵ (AMTS, 2015a) o entendimento entre várias instituições com um fim comum. Apesar das manifestas limitações de um trabalho dependente de voluntariado e com escassos recursos financeiros, é de relevar que, com uma intervenção pontual, regrada e objectiva, é possível realizar um processo de regeneração urbana num espaço de cerca de 2600 m², que se pode observar nas figuras 164 e 165.

³⁵ Projecto da Associação Movimento Terra Solta dedicado à cultura, à promoção e ao resgate de tradições em Campanhã (AMTS, 2016).

A arte pela arte é uma aberração, a arquitectura pela arquitectura é um crime.

(F. Hundertwasser, 2003, p. 43)

3 A evolução do conceito
de Património nas suas
componentes cultural,
ecológica e social





Figura 166 - Destruição provocada pela 1ª Guerra Mundial, Ypres, Bélgica, 1921



Figura 167 - Destruição intencional de património, Hatra, Iraque, 2015



Figura 168 - Destruição provocada por desastre natural, Amatrice, Itália, 2016

Relatório do Icomos-Portugal arrasa intervenção nas Cardosas do Porto

PATRICIA CARVALHO 01/04/2015 - 12:52
Documento faz duras críticas à acção da SRU Porto Vivo e foi enviado para a UNESCO, que classificou o centro histórico do Porto como Património da Humanidade. Câmara do Porto desconhece o relatório



Reabilitação em edifícios apagou identidade histórica da Alta de Coimbra

LUSA 06/01/2015 - 12:02
Utilizaram-se "técnicas modernas que não são compatíveis" com os revestimentos tradicionais existentes nos edifícios, conclui estudo.



Figuras 169 e 170 - Notícias acerca de críticas a intervenções no património edificado, 2013 e 2015

3 A evolução do conceito de Património nas suas componentes cultural, ecológica e social

3.1 Introdução

O património construído está sujeito a vários tipos de deterioração, entre os quais a erosão, o processo de envelhecimento natural, o desgaste provocado pelo uso, as alterações motivadas pela mudança de função ou de gosto estético, os desastres naturais - como terremotos ou cheias -, os conflitos armados, guerras, revoluções e conquistas e os danos intencionais e demolições (Jokilehto, 1999, p. 2). Como tal, para Ignacio González-Varas (2008, p. 15), a defesa do testemunho histórico do passado e presente das sociedades trata-se de um dos grandes problemas contemporâneos, dado o nivelamento provocado pela globalização e impulsionado pelo progresso tecnológico das telecomunicações, que torna imperativo a salvaguarda e difusão do património cultural. Da mesma forma, o equilíbrio ecológico é fulcral para a continuidade da memória histórica e, em última instância, para a perpetuação da continuidade da vida humana no planeta.

Opinião distinta tem Javier Rivera Blanco (1997, p. 103), para quem o conceito de restauro, apesar da sua variabilidade ao longo da história, se refere às relações produzidas - nas mais variadas épocas - entre a concepção que cada momento tem do tempo e do passado a partir do presente. Isto leva a que o dilema basilar do restauro arquitectónico resida na decisão entre a conservação da artisticidade e do carácter documental da obra - com o risco de congelar a arquitectura - e a reintegração funcional na contemporaneidade, para a preservar e legar ao futuro, o que pode levar a uma alteração em que a artisticidade seja sacrificada pela exigência da sua adaptação ao uso exigido no momento do restauro.

Sob outro ponto de vista, Paiva, Aguiar e Pinho (2006, pp. 88-91) entendem que o conceito de reabilitação urbana, proveniente da política de protecção do património cultural, abre o espectro às implicações de ordem social, económica e ambiental, evoluindo nos objectivos, âmbito de actuação, método e abordagem de intervenção. A integração da salvaguarda do património arquitectónico na vida dos cidadãos e no planeamento urbano e regional é elementar na protecção dos meios urbanos antigos. O esclarecimento acerca do que é considerado e procurado em determinado exercício de reabilitação urbana é basilar para a concepção do processo de intervenção e para a divulgação dos recursos e critérios a aplicar. Tal é necessário, dado que, em consequência do conceito de reabilitação ser recente e ter tido uma evolução acelerada, é propalado várias vezes em intervenções que não integram as premissas e metas subentendidas ao termo (figs. 169 e 170).

As regalias produzidas pela reabilitação suportada por capitais públicos devem ser distribuídas transversalmente, sendo responsabilidade dos órgãos intervenientes a contenção da gentrificação - êxodo de habitantes mais desfavorecidos -, provocada pelo aumento de rendas em regime de mercado livre. Para tal, as políticas de planeamento urbano e regional devem localizar actividades económicas compatíveis e incentivar a fixação de novos usos. Nas zonas em declínio deve-se prevenir a desertificação e deterioração dos edifícios e reduzir a pressão sobre os tecidos antigos através de políticas de transportes e emprego.

Por outro lado, é vital para o êxito da conservação integrada que os cidadãos tenham o direito de participar em todas as fases do processo, de aceder a informação completa e objectiva e de efectuar propostas ou alternativas ao planeamento nas decisões que os afectam. Com a inclusão de questões culturais, urbanísticas, sociais, económicas, funcionais e ambientais nas justificativas da reabilitação urbana, a percepção de segurança dos cidadãos perante as oscilações sociais aumenta, devido à estabilidade e sentido de identidade criados pela conservação do tecido histórico.

Mais do que ser considerada uma política cultural de protecção do património arquitectónico, para Paiva et al. (2006, pp. 95 e 96), a reabilitação urbana é entendida como política de qualificação do ambiente urbano e rural, que favorece o desenvolvimento económico, social e cultural. Deste modo, quer a reabilitação urbana quer a conservação integrada, contemplam todo o edificado, independentemente da sua classificação, desde que este seja benéfico para a qualidade de vida e para o ambiente urbano. Apesar de, tradicionalmente, a reabilitação urbana ser tida como uma actividade inviável do ponto de vista económico, tem sido comprovado o contrário, com a comprovação da sua viabilidade e o poder catalisador de desenvolvimento.³⁶

Por outro lado, as características originais dos bens patrimoniais e as suas alterações ao longo da história - tal como a evolução do seu significado -, são determinantes no atestar da confiabilidade dos pareceres técnicos, dado que estes servem de base à compreensão e aceitação dos valores dos indivíduos e das comunidades que, respeitando o património de terceiros, têm o direito à auto-determinação da sua cultura e identidade. Esta tomada de posição evita que a resposta à globalização e homogeneização seja efectuada por uma visão nacionalista agressiva, que tem em vista a extinção da cultura das minorias. Desta forma, é tida em conta a prevenção de conflito num contexto de globalização e de sociedade de informação, onde o acesso à cultura, além de se tratar de um direito humano, é um meio de prevenir a violência juvenil em meios desfavorecidos.

³⁶ Como é exemplo: o aumento da atractividade para o turismo, para o investimento empresarial e, consequentemente, o crescimento de necessidade de mão-de-obra e a redução de matéria-prima e infra-estruturas necessárias, mediante o recurso a meios locais; tendo por base um planeamento de gestão do turismo e da cultura, que envolva a população, privados, representantes da indústria e autoridades locais (Paiva et al., 2006, p. 96).

González-Varas (2008, p. 16) explica que é necessário que o conhecimento técnico profissional - como o ordenamento do território, projecto de obras públicas ou gestão de turismo cultural - esteja presente nas diversas esferas. Esta dinâmica sócio-cultural levou à inclusão da temática nos planos curriculares e ao aumento do seu estudo em mestrados e pós graduações das instituições de ensino superior, o que induziu a formação de profissionais versados na conservação de património histórico. No mesmo sentido, Alexandre Alves Costa (2007, pp. 5 e 6) afirma que a intervenção regeneradora da arquitectura necessita de uma discussão que abranja técnicos, arquitectos, arqueólogos, historiadores, autarcas, agentes económicos e culturais.³⁷ Nesta lógica, a criação e a recuperação complementam-se, em detrimento de serem vistos de forma individualizada, dado que a história é necessariamente intrínseca ao acto arquitectónico, que envolve, invariavelmente, um contexto que o precede.

Rodgers (2007, sumário) critica, inclusive, o desperdício das possibilidades de reutilização, reprocessamento e reciclagem dos componentes e materiais dos edifícios, devido a outras prioridades e ambições dos projectistas. A negligência do passado - e, como consequência, do futuro, visto que a avaliação da relevância cultural de determinado edifício será efectuada pelas gerações vindouras - é provocada pelo domínio dos valores económicos e políticos, e pela prática de agentes que não estão a par das consequências das suas escolhas, situação que se agrava quando determinado edifício não se encontra classificado oficialmente.

Segundo Paiva et al. (2006, pp. 101-105), para o Conselho da Europa, a reabilitação urbana trata-se, sobretudo, de um acto político que, a longo prazo, pretende o melhoramento do espaço urbano e da qualidade de vida das populações. As políticas locais - de conservação integrada no património, coesão e ordenamento territorial, ambiental e de desenvolvimento sustentável - são imprescindíveis na resposta a este compromisso para o desenvolvimento urbano.

Contudo, esta percepção global e integrada da reabilitação urbana é recente, tendo tido o seu início por volta dos anos 60 do século XX, fruto da necessidade e do contexto, como se verificará no ponto seguinte.

³⁷ A intervenção de reabilitação como parte integrante da política urbana deve incluir uma série de estudos multidisciplinares, como a identificação dos valores patrimoniais, o estudo da situação habitacional, a compreensão da vida em comunidade, o entendimento do modo de funcionamento da área, a análise das acessibilidades, a integração da intervenção no quadro urbano global, a consideração das transformações urbanas, a coordenação das políticas de reabilitação e das políticas urbanas e a integração da estratégia de reabilitação no plano de desenvolvimento urbano global (Paiva et al., 2006, pp. 171-180).

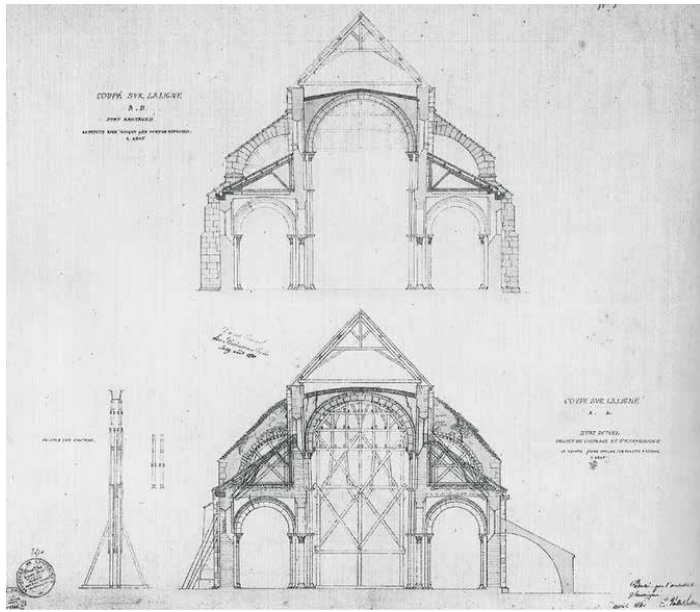
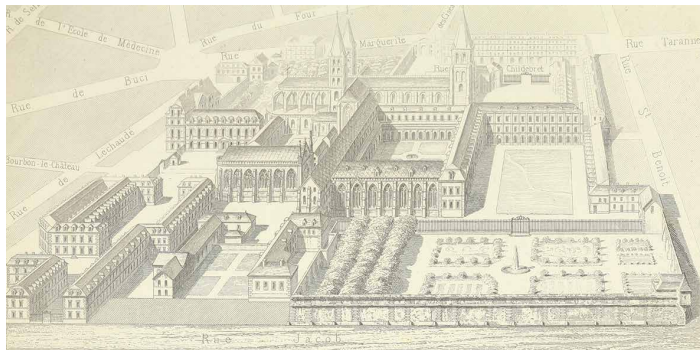


Figura 171 - Cortes com a proposta de restauro (primeira imagem), 1840



Figuras 172-174 - Desenhos incluídos no “Itinéraire archéologique de Paris”, pp. 222, 140 e 12, Charles Fichot, 1855



Figura 175 - Rio Bièvre, Paris, 1865



Figura 176 - Avenue des Champs-Élysées, 1952



Figura 177 - Edifícios em ruínas após bombardeamento, Londres, 1945



Figura 178 - Remoção de detritos, Dresden, Alemanha, 1945

3.1.1 Breve abordagem histórica

Segundo Choay (2000, p. 142-157), à exceção de experiências precursoras efêmeras, a prática de conservação de monumentos históricos manteve-se praticamente inalterada entre 1860 e 1960, limitando-se substancialmente aos grandes edifícios religiosos e civis, em que o restauro era maioritariamente seguidor dos cânones de Viollet le-Duc³⁸, desconsiderando a cidade como elemento a preservar (fig. 171). A representação e descrição da cidade, até ao século XIX, era restringida aos monumentos, estando o espaço em si afastado dos registos, como é exemplo o *Itinéraire archéologique de Paris* que, traçado por Guilhermy, em 1855, com o intuito de inventariar minuciosamente os monumentos considerados sob ameaça, ignora o conjunto e tecido urbano que os liga (figs. 172-174). O conceito de património urbano histórico como proveniência de um projecto de conservação, aparece na Grã-Bretanha, por Ruskin, na década de 1860, e Paris, com Haussmann (figs. 175 e 176), sensivelmente no mesmo período.

Todavia, afirma Blanco (1997, pp. 147 e 148), a conjuntura altera-se no período pós-Segunda Guerra Mundial. Perante cidades completamente destruídas e monumentos arruinados (figs. 177 e 178), os critérios e teorias aplicados na Europa durante as décadas de 1920 e 1930 - o restauro moderno e científico³⁹ -, revelaram-se ineficientes, pois o levantamento e análise detalhados tornavam o processo de restauro lento e complexo, não respondendo à urgência de fomentar a economia e a criação de emprego.

Não obstante, Ana Pinho (2009, pp. 49-53) refere que fundos de reparação dos estragos da guerra foram desviados para a construção de edifícios na periferia urbana - de forma a colmatar as carências habitacionais -, negligenciando os tecidos antigos, cuja degradação física e abandono eram agravados pela insuficiência infra-estrutural das habitações. A isto adicionavam-se questões de ordem social, tecnológica, económica e funcional, tais como o desemprego, o envelhecimento da população, a sobre-população, a desertificação, a maior exigência relativa à salubridade, a deterioração dos meios urbanos - provocada pela pressão do tráfego automóvel - e as mutações profundas nas actividades. Este contexto levou a que o próprio planeamento urbano, alimentado pela pressão económica e pela mobilidade, se tornasse uma potência destrutiva. Como tal, a salvaguarda dos tecidos antigos e o incentivo à reabilitação urbana pertence à política cultural e social europeia, visto as entidades internacionais ligadas ao tema terem saído reforçadas neste contexto, com a sua prática desenvolvida em múltiplos sectores.

³⁸ Segundo Viollet le-Duc, o arquitecto, como restaurador, deveria livrar-se de atitudes personalizadas, aplicando somente a arqueologia e a técnica, suprimindo adições posteriores à construção do monumento, na procura de uma unidade estilística original (Blanco, 1997, p. 126).

³⁹ Como é exemplo a Carta de Atenas, de 1931, onde se pretendeu regular o restauro com um método geral unificado, promovendo a reciprocidade e a colaboração, numa síntese de dez artigos, que são entendidos como os critérios do restauro moderno, valorizando todo o património de todas as épocas (Justicia, 2008, p. 373).

Antecedentes

Anos 60 e 70



Figuras 179 e 180 - Renovação da Place Plumereau, Tours, s.d.

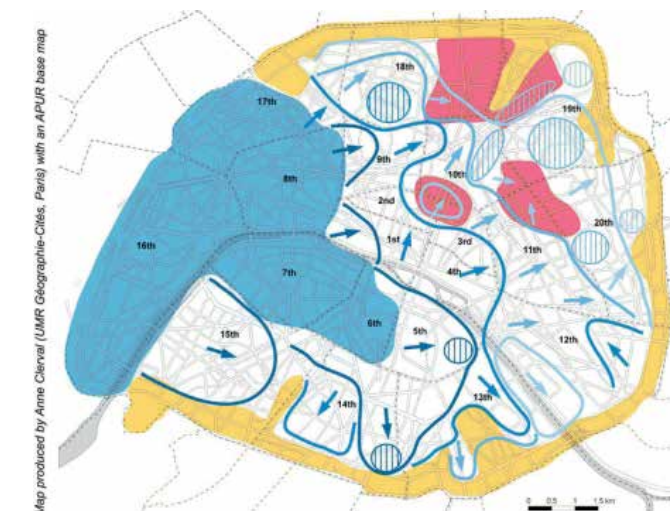


Figura 181 - Evolução da gentrificação em Paris, s.d.



Figura 182 - Plano de intervenção no centro histórico de Bolonha, 1969

Na década de 60 do século XX, a referida mudança drástica da paisagem europeia, impulsionada por novas técnicas de construção, levou a que - dada a consciência da dimensão da pressão social, da destruição dos enquadramentos das actividades humanas e dos próprios espaços antigos - a iniciativa pública protegesse, impulsionasse e tutelasse a reabilitação. A conservação passa assim a atingir uma dimensão global, relacionando-se com o planeamento urbano na criação de áreas de intervenção, incluindo a protecção de espaços públicos e ruas. Embora a diferenciação entre renovação e conservação não fosse ainda clara, nos Países Baixos, com o “Monument Act” (1961), em França, com a “Loi Malraux” (1962) - figs. 179 e 180 - e no Reino Unido, com o “Civic Amenities Act” (1967), definem-se critérios de classificação de edifícios e dever estatal na preservação, desenvolvem-se mecanismos alternativos de recuperação e criam-se áreas de conservação para contornar a facilidade de demolição.

Neste âmbito, de acordo com R. Bustamante Montoro (1999, pp. 323-339), a Carta de Veneza (1964) engloba, para além da obra arquitectónica isolada, o local urbano ou rural que seja testemunho de determinada civilização, de uma etapa representativa de evolução, de progresso ou de um acontecimento histórico. Isto aplica-se não somente às criações de grande escala, mas também às obras mais modestas que, com o tempo, obtiveram significado cultural. Com este documento é também afirmada a indispensabilidade da colaboração multidisciplinar e da distinção entre elementos substituídos e originais - com a documentação integral da intervenção efectuada.

A crise do petróleo levou, no fim da década de 60 e início da de 70 do século XX, à percepção de que os recursos naturais são finitos, aumentando a atenção dada à ecologia, concluem Paiva et al. (2006, pp. 17 e 18). Diante desta conjuntura, e perante o reconhecimento do resultado insuficiente do acelerado processo de renovação e expansão suburbana da cidade, foram alterados os modelos de produção, que tinham levado - entre outros indícios de crise económica e social - a uma regressão da demografia. As intervenções de restauro e de conservação arquitectónica que não contemplavam as questões de índole socioeconómica e da cultura local, resultaram na expulsão da população residente. Esta foi substituída por novas classes que podiam atender à especulação dessas zonas, como aconteceu com o aclamado bairro parisiense Le Marais (fig. 181). A exigência da articulação entre a reabilitação física e o apoio social, com a melhoria socioeconómica das zonas históricas, consistiu um princípio essencial nos novos planos de reabilitação urbana na passagem dos anos 70, cujo precursor foi o plano definido para a cidade de Bolonha em 1969 (fig. 182).

Segundo Ana Pinho (2009, p. 94), as políticas de habitação - operações de renovação urbana e realojamento - começaram através da contestação pela opinião pública, sendo criadas associações de defesa do património, que levaram à discussão acerca da possibilidade de mudança das políticas. A título



Figura 183 - Coberturas de “bairros de lata”, Itália, 1974

Figura 184 - Manifestação pela abolição das rendas, Itália, 1974



Figura 185 - Cartaz com a inscrição “As casas são nossas - toda a cidade é nossa”, Itália, 1974



Figura 186 - Manifestação nas ruas, cartaz com a inscrição “Proletários, vamos tomar a cidade”, Itália, 1974

de exemplo, o movimento francês “Propagande et Action Contre les Taudis” (PACT), tinha como objectivo informar, mobilizar e sensibilizar a população e o poder local acerca dos problemas económicos, sociais e físicos criados pelas operações; enquanto, a greve geral de 1974, em Itália, foi gerada pela segregação causada pela reabilitação urbana (figs. 183-186).

Nesta época, indica a autora (Pinho, 2009, pp. 81 e 82), o conceito de reabilitação era intrínseco às questões da cidade histórica visto que, com os conjuntos de edifícios de diversas escalas e funções que compõem o tecido urbano a passarem a ser considerados património, surgiram problemas funcionais e sociais anteriormente inexistentes. Dado que este edificado se encontrava habitado, a reabilitação introduziu a dimensão social nas intervenções, resultado da necessidade de os habitantes continuarem a residir no mesmo local. Somente nos finais dos anos 70 é que se inicia uma tendência para a distinção entre reabilitação urbana e conservação integrada, que visa a extensão da reabilitação a edificações e áreas não identificadas como património cultural e integra no processo de intervenção, de aspectos pertencentes ao sistema urbano. Apesar desta predisposição apenas se revelar mais tarde, foi criado o primeiro e único documento deste período admitido pelas instituições europeias - a Recommendation 764 (1975) -, que salientava a reabilitação como um meio priorizado de resposta aos problemas físicos, económicos e sociais pela via da habitação, coesão social, ambiente e planeamento urbano.

Todavia, na reabilitação, a questão social só se manifestava, efectivamente, pela manutenção das populações nos edifícios, descurando o apoio ao desenvolvimento social e económico da comunidade. O espaço público e o ambiente urbano eram recuperados em função da reabilitação dos edifícios e dos grupos de edifícios com valor patrimonial, não existindo propriamente uma dimensão urbana nas intervenções. Como tal, foi necessário criar documentação em áreas específicas que orientasse os programas de intervenção⁴⁰, dado que a reabilitação, tendo nascido associada à protecção do património na conservação de monumentos isolados, envolvia habitualmente uma menor variabilidade de sectores e critérios do que no âmbito urbano e regional. Paiva et al. (2006, pp. 89 e 90) acrescentam que esta inclusão de conjuntos de edifícios urbanos e rurais, contextos paisagísticos e ambientais levou ao surgimento do conceito de conservação integrada, em 1975, com a Carta Europeia do Património Arquitectónico, aprofundada depois na Declaração de Amsterdão.⁴¹

40 O sistema criado neste contexto baseava-se na iniciativa pública, através do departamento de protecção do património do governo central, responsável pelas políticas de conservação integrada, pelo inventário do património, pelo lançamento de programas de intervenção para zonas específicas, e pelo financiamento, abrindo alguns programas a candidaturas de autoridades locais (Pinho, 2009, pp. 82 e 83).

41 Segundo a Carta Europeia do património arquitectónico - Amsterdão, 1975 - a estrutura dos centros e lugares históricos é uma via para alcançar um equilíbrio social harmonioso. Ao oferecer as condições adequadas para o desenvolvimento de um amplo espectro de actividades, as cidades e aldeias favorecem a integração social, a expansão de actividades benéficas e uma mistura social mais satisfatória (Montoro, 1999, p. 359).

Em 1976, o Comité de Ministros do Conselho da Europa enquadrou o conceito de reabilitação na Resolução (76)28, através de uma concepção mais vasta e de uma abordagem mais humana, com políticas de planeamento regional e urbano. Deste modo, aposta-se na reabilitação urbana com uma política de conservação integrada que pretende dar resposta ao declínio físico, social e económico dos tecidos históricos, integrando-os na vida e requisitos contemporâneos e incutindo-lhes uma função actual e socialmente útil, preservando assim os elementos de relevância cultural.

Anos 80 Na década de 1980, a dimensão urbana das reabilitações cimentou-se e alargou a sua esfera e objectivos de actuação. Como indica Ana Pinho (2009, pp. 157-159), é neste contexto que a reabilitação, de subjacente à política de conservação do património arquitectónico passa a um método de intervenção em zonas degradadas, que sustenta e coordena as políticas de habitação, do ambiente, do património e do desenvolvimento urbano, reconhecendo os aspectos do território e do sistema urbano, como o social, económico, físico, funcional, cultural, entre outros.

Nesta década, a esfera social e ambiental impulsionaram a reabilitação urbana. A segregação, a ausência de vínculos relacionais e identitários, a tensão social, a desertificação nocturna e o sentimento de insegurança gerados pela gentrificação levaram ao reconhecimento da existência de uma crise habitacional, cuja solução não passava pela construção nova, mas pela qualificação da existente. Entendeu-se como necessária a melhoria das condições e perspectivas de vida da comunidade, a preservação das memórias urbanas e a continuidade da população desfavorecida no centro da cidade. Simultaneamente, o conceito de habitar foi enriquecido com a noção de que este não se limitava ao abrigo físico, mas encontrava-se dependente da existência de serviços públicos e de uma rede formada pelo sentido de identificação com o contexto, pela socialização e pela apropriação - vinculados a espaços públicos, verdes, culturais, desportivos e de lazer, que fomentem esta inter-relação -; factores anteriormente descurados pelas políticas de habitação.

O crescimento económico e urbano, mutuamente dependentes, entrou em declínio quando os problemas causados por esse mesmo desenvolvimento urbano, como a diminuição da qualidade de vida dos cidadãos, se transformam em factores pouco atractivos para o investimento. A renovação urbana, a expansão da cidade, a fragmentação dos tecidos urbanos, o abandono de antigas áreas industriais, a degradação dos centros, o aumento do tráfego, a sobrecarga das infra-estruturas, a redução de espaços verdes, a desqualificação dos espaços públicos e o aumento da poluição e do ruído foram os principais agentes desta conjuntura que, conseqüentemente, reorientou o investimento para o controlo da expansão urbana, através da qualificação do existente. Esta tomada de posição rentabilizou os recursos efectivos e amenizou a necessidade

de matérias primas, proporcionando a redução do tráfego automóvel - especialmente as deslocações pendulares -, das emissões de gases poluentes e da pressão sobre os terrenos agrícolas; concluindo-se que os benefícios eram sentidos numa área extensa, para lá dos limites físicos das intervenções.

A reflexão acerca da aplicabilidade da conservação e reabilitação do património no combate ao desemprego é adoptada no 4º Simpósio Europeu de Cidades Históricas (1981) com a Declaração de Fribourg, onde é referida a garantia de emprego directo nas áreas de serviços e turismo e o contributo da manutenção das pequenas indústrias e oficinas artesanais para a preservação dos conhecimentos e técnicas antigas, refere Ana Pinho (2009, pp. 132 e 133).

Em França, indica esta arquitecta (Pinho, 2009, pp. 408-420), no ano de 1988, foi criada a “Politique de la Ville” - demonstrando uma aposta numa visão global da reabilitação urbana, em vez desta se centrar em determinados bairros - que compreende medidas no âmbito da habitação, emprego, desenvolvimento económico, segurança, prevenção de delinquência, ensino e fomento à igualdade de oportunidades. Esta política, oficializada em 1990, com a criação de um Ministre de la Ville, possibilitou a colaboração entre várias instâncias governamentais e autárquicas, envolvendo entidades públicas e privadas, instituições de acção social, investidores e proprietários. Contudo, esta política não motivou a cooperação do sector privado - dado a iniciativa não se focar no desenvolvimento económico -, tendo sido necessário, dois anos mais tarde, celebrar protocolos de parcerias público-privadas (PPP).

O intuito do governo incentivar a actividade económica e o emprego materializou-se na concepção de categorias de zonamento, que, a partir de 1995, usufruíam de benefícios fiscais - Zones Urbaines Sensibles (ZUS), Zones de Redynamisation Urbaine (ZRU) e Zones Franches Urbaines - e, em cinco anos, levaram à criação de 10.000 empresas e de 45.000 empregos. Contudo, por vezes, esta abordagem, além de ter criado conflitos de usos, contribuiu para a estigmatização destes territórios, levando a alguma resistência do investimento num sistema ainda demasiado centralizado, que se foi adaptando consoante a monitorização dos resultados.

Por outro lado, o Reino Unido, mais orientado para a economia e o sector privado, apostou, durante a década de 80 do século passado, na atracção de investimento privado, com estímulos e subsídios para empresas e actividades económicas, estratégia que foi repensada por não ter respondido às necessidades das zonas a intervir. Como tal, foi criado o “City Challenge” que, liderado pela autarquia, equilibrava o papel do sector privado e das comunidades, com a definição de objectivos concretos. Esta política diferenciou-se da experiência francesa - em que a relação era contratual - pelo seu cariz de competição e pelo financiamento ser baseado na qualidade das propostas,

e não nos problemas e necessidades. Com a duração de cinco anos, estes programas aproximaram - na tradição britânica - a reabilitação urbana do mercado e apostaram na competitividade, o que estimulou a comunicação e relação entre vários sectores, empresas e autarquias e conduziu a uma gestão mais controlada e a uma maior criatividade de propostas. Todavia, a falta de atenção dada à coesão social levou a uma disparidade no acesso às iniciativas, agravada, segundo o relatório interino, pelo curto período de tempo, que não permitiu maior consulta pública, planeamento e elaboração de parcerias.

Anos 90

Segundo Ana Pinho (2009, p. 195-202), durante a década de 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável, formulado em 1987⁴², teve bastante relevância. Organizada pelas Nações Unidas, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) - mais conhecida como Cimeira da Terra -, lançou a Declaração do Rio, que encerrava a pretensão de conciliar as necessidades do desenvolvimento com a protecção ambiental e de reduzir as disparidades dos padrões de vida. Por outro lado, no mesmo ano, a Agenda 21 procurava, a nível global, nacional e local, reverter o processo de degradação ambiental provocada por todas as actividades que têm impacto no ambiente, facilitando a cooperação entre as autoridades locais, privados e comunidade. Quatro anos depois realizava-se a Conferência Habitat II, que resultou na Agenda Habitat, plano de acção global para o desenvolvimento dos aglomerados urbanos. Nesta agenda, foram assumidos compromissos relativos à reabilitação urbana⁴³ e enunciaram-se várias acções para que estes se materializem; como a manutenção da sua viabilidade social, cultural e económica, o apoio legal, financeiro e a promoção do sentido comunitário, ambiental e integracionista da conservação e da reabilitação.

A autora (Pinho, 2009, pp. 366 e 367) afirma que os conceitos de desenvolvimento sustentável e de exclusão social encerram o aprofundamento da integração de políticas relativas à matéria ambiental e social. Esta evolução consistiu na integração de preocupações e objectivos sociais e culturais específicos da comunidade, respondendo de uma forma global - tornando indissociável a inclusão social e o desenvolvimento sustentável no processo de reabilitação -, em detrimento de meramente conciliar o crescimento económico com a salvaguarda ambiental. É neste âmbito, contrastando com as políticas nacionais que se introduziram a reabilitação urbana pela via da política cultural, que surgem as primeiras iniciativas de apoio da UE relativas a esta questão, como recurso das políticas sociais e ambientais. Esta tendência deve-se ao facto de,

42 “[...]desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades da geração actual, sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações vindouras.” (Paiva et al., 2006, p. 252).

43 “Proteger e manter o património histórico, cultural e natural, incluindo o alojamento e os tipos de aglomerados tradicionais das pessoas autóctones e outras, bem como as paisagens, a flora e a fauna urbanas nos espaços abertos e verdes; promover a reutilização de áreas comerciais e habitacionais já servidas, mas deficientemente utilizadas nos centros das cidades, de modo a revitalizá-las e reduzir a pressão de desenvolvimento sobre os solos agrícolas e as periferias.” (Pinho, 2009, p. 201)

no início da década de 1990, se ter reconhecido que, apostando somente nas políticas sociais e económicas, dificilmente se erradicaria a exclusão social.

O enfoque na reabilitação urbana deveu-se também à intensificação da influência da cidade no desenvolvimento global - que engloba, tanto o desenvolvimento económico e a inovação tecnológica, como os problemas sociais e ambientais -, tornando-se este um campo fulcral para o singrar do desenvolvimento sustentável. Com a consciência da necessidade de uma visão universal e partilhada para o desenvolvimento urbano, ao nível comunitário, a UE elegeu um tratamento global do ambiente urbano, através das Iniciativas Comunitárias URBAN - consistindo na sua génese em reabilitação urbana, com um método multisectorial, local, participado e em parceria -, de forma a impulsionar a coesão económica e social.

Neste sentido, Paiva et al. (2006, p. 93) informam que, segundo a Carta Urbana Europeia e Declaração dos Direitos Urbanos: Resolução 234 (1992), a constituição dos centros históricos propicia o equilíbrio e a inclusão social, dado esta ser uma circunstância apropriada para o incremento de uma multiplicidade de profissões. Uma vez que a identidade de um bairro pode ser conservada pela preservação de um edifício antigo, contrastando com a acelerada mutação dos contextos, a reabilitação do património arquitectónico e urbano, pela via da salvaguarda dos valores sociais e culturais da comunidade, garante a estabilidade.

Por outro lado, Ana Pinho (2009, pp. 374-376) entende que a apologia da descentralização do poder administrativo, com a cooperação e distribuição de responsabilidades, influencia o desenvolvimento da comunidade através de uma lógica de autonomia e de pensamento a longo prazo. A necessidade de conciliar uma resolução célere ao contexto em acelerada mudança levou a uma maior flexibilização dos processos, definindo objectivos transversalmente sectoriais com base nos problemas, meios e interesses locais. Desta forma, aproximam-se e integram-se estas zonas em declínio nas dinâmicas sociais, culturais e económicas do contexto urbano em que se enquadram, em detrimento de simplesmente se deslocar os problemas para outra localização.

Como tal, afirma a autora (Pinho, 2009, pp. 418-425), em 1994, o “Single Regeneration Budget” (SRB) conjugou vários sectores, à semelhança do “City Challenge”, e optou por uma maior flexibilidade, não dependente da autarquial, enquanto o “Local Government Act 2000” fortaleceu o poder das autoridades locais na procura do bem-estar económico, social e ambiental. Três anos depois, o Partido Trabalhista, com a intenção de apoiar a reabilitação do património habitacional público de baixa qualidade, criou o “Estate Renewal Challenge Fund” e os “Housing Action Trusts”, atitude que levou a que o English Heritage se afastasse da conservação e passasse

a apostar, como agência de reabilitação, na qualidade ambiental. Contudo, com o “Local Government Act 2003” - com a Urban Task Force liderada por Richard Rogers -, foi reforçado o papel do sector privado, o que levou a críticas por este descurar as questões económicas e sociais e centrar-se nos aspectos físicos e visuais.

Segundo afirmam Paiva et al. (2006, pp. 22 e 23), no final do século XX e em paralelo com a reabilitação urbana, surgiu uma consciência ecológica, a par de uma forte diminuição das taxas de crescimento demográfico a nível europeu, o que motivou a recuperação do edificado produzido nas décadas anteriores, que se encontrava desintegrado, na periferia, sem ligação com os espaços antigos.⁴⁴

Resumidamente, Ana Pinho (2009, pp. 408-410) entende que, nos anos 90 e devido ao avanço da exclusão social, diversos países europeus tiveram a sua agenda política direccionada para as questões sociais, apesar das medidas terem sido somente dirigidas a determinadas áreas, sem se ter tido em conta a visão da cidade de uma forma integral, mesmo que diversas vezes os problemas sociais e económicos tivessem origem fora dos seus limites.⁴⁵ Contudo, concluiu-se a eficácia dos planos de reabilitação criados e geridos localmente, visto que, os poucos casos de sucesso contra a exclusão social se sucederam no domínio dos processos locais e integrados de reabilitação urbana.

Esta situação levou à melhoria da coordenação entre políticas, à integração das intervenções no método de desenvolvimento global urbano e ao enfoque nas oportunidades locais - recursos materiais, humanos, geográficos, económicos, culturais -, numa maior escala, o que resultou numa abordagem economicista que não respondeu à necessidade de coesão social. Por outro lado, o foco sobre os problemas, normalmente aplicado a pequena escala, tratou-se de uma reposta temporária, que não inverteu o declínio, levando à tomada de consciência da indispensabilidade do equilíbrio entre perspectivas.

Século XXI

Ao contrário das décadas antecedentes, o início do século XXI assistiu a uma série de avanços e recuos, entre os quais a contradição entre tendências e o distanciamento entre a teoria e a prática, informa Ana Pinho (2009, pp. 717 e 718). O agravamento dos problemas ambientais, sociais e económicos - provocados por transformações sociais e demográficas, reestruturação económica, globalização e movimentos migratórios, e agravados pelo

⁴⁴ “Iniciam-se assim as primeiras operações de reabilitação e reformulação do parque moderno, como foi o caso da iniciativa REHAB-HLM, ou seja, a sistemática melhoria dos imensos bairros de habitação de baixo custo construídos pelo Estado Francês (através da organização HLM) melhorando os espaços exteriores e reformulando as tipologias habitacionais (por exemplo pela anexação vertical ou horizontal de pisos).” (Paiva et al., 2006, p. 23)

⁴⁵ Todos os sectores da cidade fazem parte de um sistema global com o qual se inter-relaciona, fazendo com que a origem dos problemas dos espaços urbanos degradados possa ser externa a essa zona e, reciprocamente, as dificuldades sentidas não se circunscrevem à área afectada (Pinho, 2009, p. 372).

incumprimento dos compromissos políticos adoptados na década de 1990, levaram à intensificação dos problemas das zonas urbanas degradadas e em declínio. Apesar do enfraquecimento do apoio à divulgação do desenvolvimento sustentável e dos equívocos criados quanto à sua definição e aplicação durante a década de 1990, este conceito influenciou a política de conservação, não se centrando apenas nas áreas naturais e culturais, como era prática no passado, mas abrangendo todo o meio ambiente.

A UE destacou-se na promoção das energias renováveis, da eficiência energética - inclusive nos edifícios -, de métodos de avaliação de impacto ambiental e da integração transversal das questões ambientais em outras políticas sectoriais. Contudo, estas tomadas de posição relativas à conservação dos recursos e impacto ambiental revelam uma insuficiência no âmbito social e cultural do meio ambiente, centrando-se maioritariamente nos aspectos económicos e ambientais do desenvolvimento sustentável.

Como tal, Ana Pinho (2009, pp. 433-435) afirma que a Convenção Europeia da Paisagem (2000) teve como objectivo aliar a política de protecção de património cultural e natural à política de desenvolvimento sustentável, abrangendo as dinâmicas social, económica, ambiental e cultural. Esta estratégia surgiu como inovadora, ao ter-se baseado no tratamento da paisagem como componente essencial para a qualidade de vida das comunidades, independentemente das características do território e dos objectivos iniciais da reabilitação. A paisagem é entendida como um meio de preservação do bem-estar, da identidade, dos recursos e da produtividade das populações e encontra-se protegida com directrizes teóricas, metodológicas e operativas, adoptadas a partir do ano de 2008.

Apesar de, no início do século XXI, ter existido um entendimento da UE acerca da busca da coesão territorial pela via da diminuição de assimetrias⁴⁶, esta unanimidade começou a desintegrar-se a partir de 2004, quando a política regional passou a dar enfoque a uma lógica de competitividade. Ao nível europeu, discutia-se a legitimidade da intervenção pública nas denominadas áreas de oportunidade - susceptíveis de criar desenvolvimento -, dado o pressuposto de que o mercado não atende aos problemas das áreas desfavorecidas, tendo o Estado que contrabalançar o desequilíbrio existente de forma a inverter a dinâmica de declínio destas zonas (Pinho, 2009, pp. 718 e 719).

⁴⁶ Como são exemplo os Princípios orientadores para o desenvolvimento territorial sustentável do continente europeu (CEMAT), o segundo relatório sobre a coesão económica e social da Comissão Europeia - *Unidade da Europa, solidariedade dos povos, diversidade dos territórios* -, o Projecto de Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa e o Tratado de Lisboa (Pinho, 2009, p. 718).



Figura 187 - Smog em Paris, 2014



Figura 188 - Colocação da estrutura de madeira da cobertura e respectivo isolamento térmico, Casa Andresen, Porto, 2011

Ana Pinho (2009, pp. 439-450) indica que, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Setembro de 2000 na sede da ONU, 147 líderes mundiais, mediante a Declaração do Milénio das Nações Unidas, se tinha comprometido a atingir um grupo de objectivos. Entre eles, destacam-se a erradicação da pobreza e a sustentabilidade ambiental, com metas específicas relevantes para a reabilitação urbana, como a melhoria de vida de pelo menos 100.000 habitantes de bairros degradados, até 2020. Em Hanôver (2000), deu-se o lançamento dos Princípios orientadores para o desenvolvimento territorial sustentável do continente europeu, que afirmavam a reabilitação urbana como meio privilegiado para o fomentar.

Em suma, a reabilitação urbana promove o desenvolvimento local e ajuda a contrabalançar os efeitos da reestruturação económica ao actuar sobre as áreas degradadas e em declínio, contribuindo para o controlo da expansão urbana e para a gestão eficaz dos recursos ao promover a melhoria, a reutilização e o aproveitamento dos edifícios e infra-estruturas urbanas existentes. Facilita ainda a criação de um sistema de transportes públicos eficaz e a mobilidade sustentável, ao contribuir para controlar a expansão urbana, e é considerada o melhor mecanismo para se obter, de forma integrada, a requalificação dos bairros degradados e a diversificação de actividades e de grupos sociais dentro da estrutura urbana, permitindo a conservação e valorização do património cultural. Como tal, o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo a Declaração de Ljubljana, de 2003, comporta, além da componente ambiental, a sustentabilidade económica e social.

De acordo com Ana Pinho (2009, pp. 405-407), um inquérito da European Environment Agency indica que 70 a 80% das cidades europeias com mais de 500.000 habitantes não respeitam os padrões de qualidade do ar estipulados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Enquanto o “*smog* de inverno” atinge 70 milhões de cidadãos da UE (fig. 187), as concentrações de ozono afectam, no mínimo uma vez por ano, cerca de 80% da população, o que poderia ser minimizado com a aplicação de isolamento nos edifícios antigos, resultando numa redução de 42% das emissões de CO₂ (fig. 188).

Assim sendo, o facto de mais de 40% dos habitantes dos países candidatos e subsequentes a aderir à UE viverem em conjuntos habitacionais pré-fabricados e executados em massa, tornou necessária, para além da aposta na reabilitação em lugar da construção de raiz, a redução do impacto ambiental, independentemente do processo utilizado. Nesse seguimento, em 2004, na IV Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, “Aalborg+10: Inspirando o Futuro”, foi adoptado o documento *Compromissos de Aalborg*, que se destacou por ter definido metas explícitas e quantitativas e acções práticas para um período de dez anos.

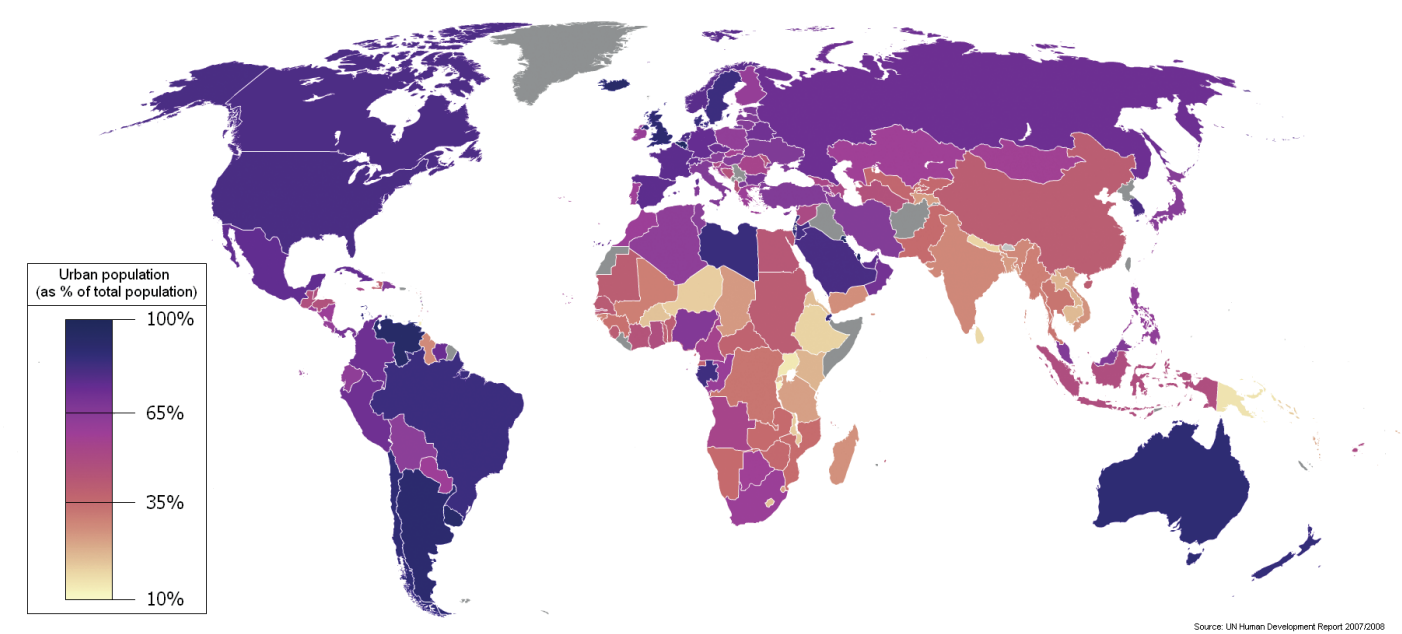


Figura 189 - Planta demonstrativa da percentagem de cidadãos que vivem em ambiente urbano em 2005

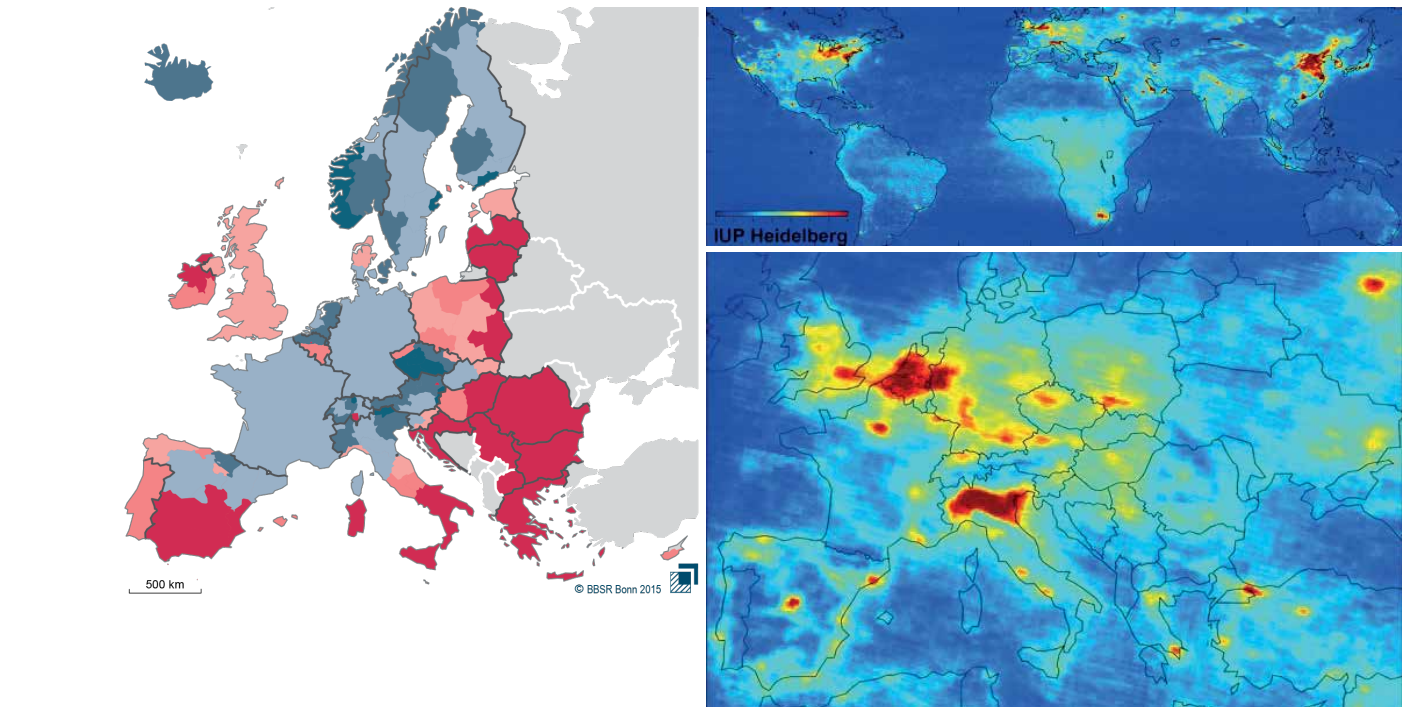


Figura 190 - Pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social em 2013 Figuras 191 e 192 - Plantas demonstrativas da poluição atmosférica, 2004

TSF

NOTICÍARIOS POLÍTICA SOCIEDADE ECONOMIA DESPORTO INTERNACIONAL CULTURA VÍDEOS OPINIÃO EVAÇÕES PROGRAMAS

Ambiente Ciência e Tecnologia Educação Saúde Justiça Segurança

AMBIENTE

Seis cidades portuguesas excedem limite para poluente do ar

12 DE MAIO DE 2016 - 06:30

Metade das 12 cidades portuguesas analisadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) excediam em 2014 o limite fixado de PM2.5.

Qualidade do Ar
Foto: Henriques da Cunha / Global Images

INTERNATIONAL

These 20 Cities Have The Worst Poverty Problems In Europe

Nick Jardine

Dec. 12, 2011, 10:00 PM 129,183 7

FACEBOOK LINKEDIN TWITTER EMAIL PRINT

Eurostat has just released its [annual statistics yearbook](#), detailing interesting facts and figures about the continent.

One of the aspects that the publication covers is urban poverty and residents' perception of such poverty. In order to find this, the researchers posed the following statement to residents of 75 major cities in Europe — **"In this city poverty is a problem."**

FOTOGALERIA DO DIA

150 mil quilos de tomate, 22 mil pessoas e um festival

Apoie a sua TSF

Apoie o jornalismo, desative o seu ad blocker para o nosso site.

Obrigeado

Figuras 193 e 194 - Notícias acerca da concentração de poluição e de pobreza nas cidades, 2016 e 2011

Segundo Ana Pinho (2009, pp. 720-722), no início do século XXI, as cidades ganharam um papel de destaque para o desenvolvimento urbano sustentável; quer pela sua relevância para o crescimento económico, quer pela sua concentração substancial dos problemas ambientais e sociais (figs. 189-194). Este contexto levou à criação de cartas sobre o direito à cidade, sobre os direitos humanos nas cidades, sobre o modelo de cidade e sobre o desenvolvimento sustentável das cidades, com dois pontos principais: a colocação das pessoas no cerne dos processos de desenvolvimento e a garantia da sustentabilidade do próprio desenvolvimento. A referida importância dada às cidades levou ao acréscimo de poder das autoridades locais, o que influenciou a percepção da relevância das áreas urbanas e da reabilitação urbana para o desenvolvimento, pensadas transversalmente no financiamento comunitário para 2007-2013 e mediante processos como a integração, a participação e a adaptação ao contexto local, de forma semelhante à aplicada na Iniciativa Comunitária URBAN.

Apesar da proposta do Parlamento Europeu para a substituição da expressão “reabilitação urbana” por “desenvolvimento urbano sustentável” - dado o reconhecimento da reabilitação urbana como catalisador do desenvolvimento urbano sustentável -, a estratégia, centrou-se na criação de empresas, na inovação, no empreendedorismo, entre outros. Os problemas de inclusão social ou de reabilitação física foram, em parte, negligenciados, mesmo nos Programas direccionados para as áreas desfavorecidas, devido aos condicionalismos estabelecidos pela Comissão.

Deste modo, no início do século XXI, verificou-se um recuo em comparação com a década de 1990, situação que foi agravada pelos Quadros de Referência Estratégico Nacional (QREN), que enfatizaram a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação, o empreendedorismo e a melhoria do capital humano, que concentravam, em média, 80% dos recursos em Portugal e Espanha, e 90% na Áustria, Dinamarca e Suécia.

Consoante indica Ana Pinho (2009, pp. 710-712), em 2006, o Intergrupo URBAN-Housing, do Parlamento Europeu, tentando inverter a situação, adoptou a *Proposta de Carta Europeia para a Habitação* - relacionada com o direito à habitação -, que englobava a reabilitação, a construção de habitação social, a elegibilidade para os Fundos Estruturais das despesas relativas à reabilitação da habitação social e o incentivo à reabilitação através de PPP e privados. Este documento foi apoiado por várias entidades, como o Comité das Regiões, que emitiu um parecer - *Habitação e política regional* - onde recomendava a inclusão da reabilitação do património habitacional como prioridade da UE nas questões de eficiência energética. Com esta medida, pretendia-se evitar a expansão urbana pela via do aumento da densidade das cidades, de forma a evitar a pressão urbana sobre as zonas rurais. Este relatório aconselhava também o incentivo da participação dos cidadãos nos processos

de reabilitação, com destaque para os bairros degradados, onde a recuperação do espírito de comunidade é frequentemente necessária. As associações de moradores foram reconhecidas como agentes flexíveis, próximos das comunidades e foi salientada a importância da aposta na formação da população local, com habilidades que lhes permitisse a melhoria do contexto onde vivem.

A autora (Pinho, 2009, pp. 699 e 700) afirma que, na Reunião Informal de Ministros sobre Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial (2007), foi aprovada a *Carta sobre cidades europeias sustentáveis* (Carta Leipzig), que preconiza o reforço da utilização de abordagens integradas às políticas de desenvolvimento urbano - pela via da criação de espaços públicos de qualidade -, da modernização das redes de infra-estruturas, da melhoria da eficiência energética, das políticas de educação e da inovação. Este documento refere, igualmente, a importância da visão dos bairros desfavorecidos das cidades como um todo, promovendo a melhoria do ambiente físico, a consolidação da economia local e do mercado de trabalho, a aposta na formação, na eficiência e no baixo custo dos transportes urbanos.

Para Ana Pinho (2009, pp. 725-729), a conservação do património traz também a si a questão ética de conciliar os aspectos da economia, da preservação da diversidade cultural, do património e do direito de acesso de todos os cidadãos à cultura. Não obstante a relevância dada a esta temática durante a década de 90, o potencial económico do turismo cultural trouxe o conflito entre uma abordagem aplicada pelos sectores da economia cultural, gerindo o desenvolvimento do turismo de forma a que reverterse para a conservação do património, qualificação ambiental e melhoria das condições de vida, e as políticas que privilegiaram a *Agenda para um turismo europeu sustentável e competitivo*, priorizando o interesse lucrativo destas zonas.

Esta última aproximação é, inclusive, escolhida pela política cultural, que canalizou os recursos para as áreas com maior potencialidade de criação de emprego e de crescimento económico - as criativas e audiovisuais -, agravada com o estímulo da transferência de propriedade e gestão do património cultural e público para o sector privado, com parcerias público-privadas (PPP), devido ao aumento da despesa pública com a conservação. Como tal, com a criação da iniciativa Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas (JESSICA,) nos projectos de reabilitação urbana, os Fundos Estruturais podem financiar despesas relativas a fundos de investimento em PPP e outros relacionados com o desenvolvimento urbano. Apesar de ser uma forma de evitar a falta de capital para estes investimentos, a responsabilidade estatal na protecção do património e no acesso à cultura não deve ser transferida, de modo a evitar técnicas e usos incompatíveis com o património em questão, motivadas pela necessidade de rentabilização do investimento.

Apesar de se ter verificado uma melhoria da reflexão do papel da reabilitação urbana na coesão social, persistindo como ferramenta essencial desta política, ao alavancar o envolvimento de zonas e populações urbanas desfavorecidas, não existiu uma consequência directa nas políticas europeias, ainda centradas na competitividade. Na década de 2000, a conjuntura habitacional europeia piorou, com o aumento dos sem abrigo e de habitações precárias, dado o contexto social e económico⁴⁷, o que induziu a mudança da orientação das políticas de habitação, através da democratização do acesso à habitação e do incremento de habitação pública e privada com preços reduzidos. Os problemas provocados pelas políticas nas décadas de 1960 e 1970, com a concepção de “áreas de habitação social”, foram evitados, tendo-se recorrido à distribuição equilibrada da habitação por toda a extensão urbana. Com este objectivo, o sector público procedeu à reabilitação de edifícios designados para cidadãos com carências, incentivou o privado a colocar os imóveis reabilitados a preços acessíveis e a guardar quotas para alojamentos de baixo custo, em reabilitações e construções novas.

⁴⁷ “Este agravamento tem na sua origem factores como o aumento do desemprego e da exclusão social, os fortes movimentos migratórios, a diminuição da disponibilidade de alojamento privado a custos acessíveis, a dificuldade de acessibilidade de certos grupos sociais à habitação, a retirada do Estado da promoção de habitação social, e a privatização do parque habitacional público.” (Pinho, 2009, p. 729)



Figura 195 - Imagem do folheto acerca do progresso do plano, 2014



Figura 196 - Protesto com cartaz “não à demolição”, 2010

La Casa de Vargas y la ciudad

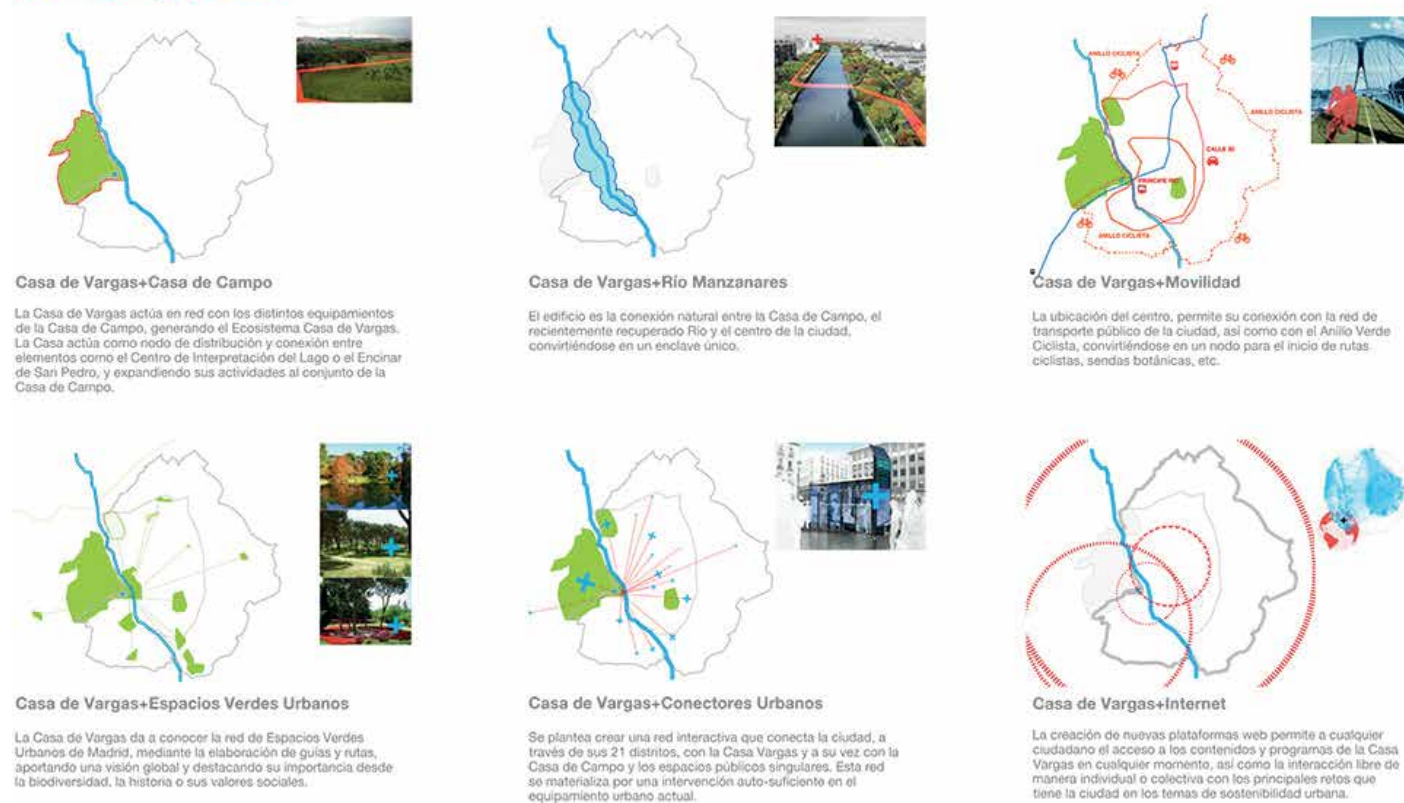


Figura 197 - Esquema de integração urbana da Casa Vargas, 2011

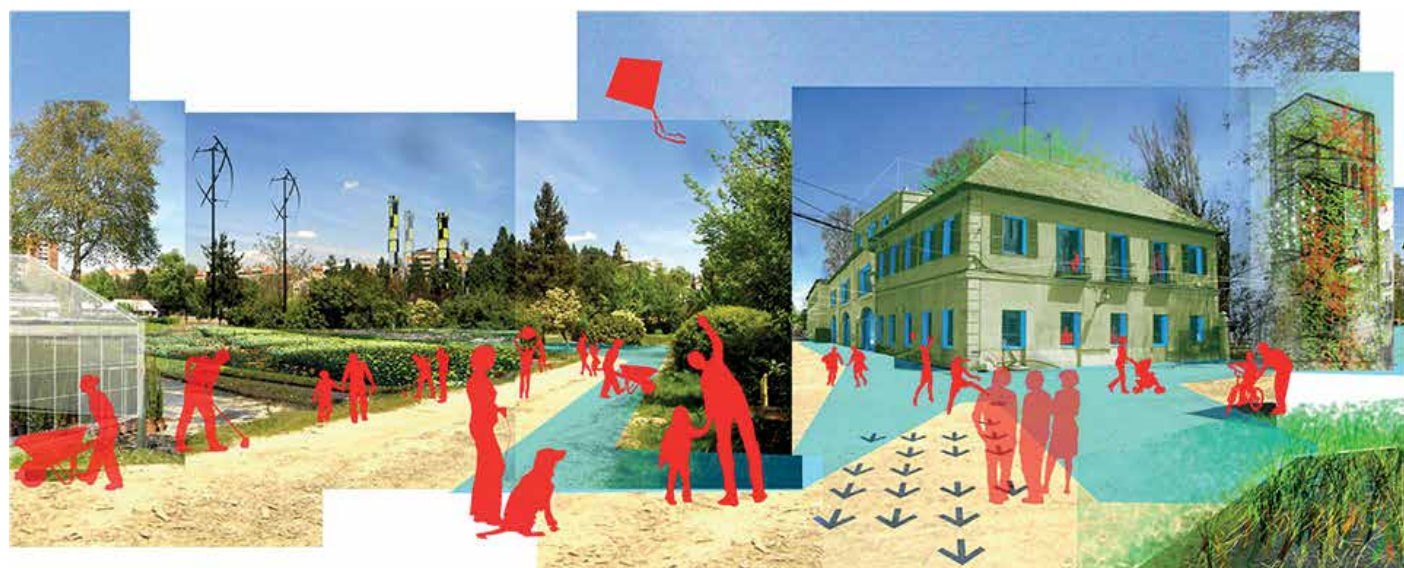


Figura 198 - Fotomontagem do projecto para a Casa Vargas, 2011

3.2 Casos de estudo

3.2.1 Introdução

Como analisado no capítulo anterior, o conceito de reabilitação integrada é relativamente recente na história da arquitectura. Os casos de estudo que possam ser úteis à presente dissertação, e cuja concretização seja plena, são escassos, factor que se vê agravado pela escala territorial e temporal das intervenções. Logo, alguns dos casos que porventura poderiam figurar como exemplos, não foram incluídos, dado ainda não se ter verificado a sua eficácia.

Um destes casos é o do plano de desenvolvimento para Gellerupparken e Toveshøj em Aarhus, Dinamarca, a aplicar entre 2007 e 2030 (fig. 195), elaborado para dar resposta aos problemas graves de desemprego e guetização que se verificavam numa zona exclusivamente residencial. Tendo por objectivo o desenvolvimento social, o plano procurava uma abertura física para a cidade em volta através do fomento da variedade de usos, numa plataforma criada pela associação de moradores Brabrand Boligforening e pela administração da cidade de Aarhus em parceria com a população, mediante políticas de emprego, empresariais, culturais e sociais (Aarhus Kommune, 2012).

Contudo, segundo Johansen e Hvid (em Jyllands-Posten, 2010) este plano tem gerado alguma controvérsia entre os moradores afectados pela demolição de blocos residenciais. Estes dizem não terem sido ouvidos nem representados pelas entidades (fig. 196). Deste modo, verifica-se que mesmo nos casos em que as premissas possam aparentar seguir uma ética de representatividade, os métodos utilizados podem não respeitar esses preceitos, como foi verificado, no capítulo anterior, relativamente à apropriação do termo reabilitação urbana.

O projecto de remodelação da Casa Vargas, em Madrid, Espanha, de 2011, trata da reabilitação de um edifício histórico situado na denominada Casa de Campo, no âmbito de uma estratégia conceptual, programa e esquema arquitectónico sustentável. A abordagem pretende reforçar o valor urbano do parque natural da casa e da frente ribeirinha do rio Manzanares, enfatizando a qualidade ambiental, histórica, cultural e recreativa da zona. Esta proposta abrange uma estratégia de componente urbana, com um esquema de reabilitação arquitectónica que contém soluções eco-eficientes, transformando o edifício num mostruário de arquitectura sustentável (ecosistema urbano, 2011).

Todavia, apesar dos preceitos pertinentes de utilidade para o desenvolvimento da proposta para a Quinta do Mitra, Jose Luis Vallejo (Anexos, 2015, p. 327), do gabinete ecosistema urbano, clarificou que este projecto se tratou de uma proposta para um concurso de ideias organizado pelo Departamento Ambiental da Câmara Municipal de Madrid, ganho pelo escritório em questão (figs. 197 e 198).



Figura 199 - Quinta de Bonjóia, sede da fundação Porto Social, 2015

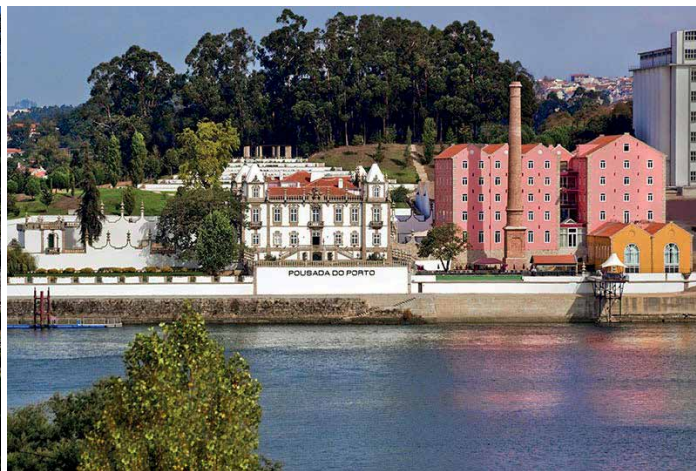


Figura 200 - Quinta do Freixo, Pousada do Porto, s.d.



Figura 201 - Quinta Pedagógica da Companhia das Lezírias, s.d.



Figura 202 - Quinta Pedagógica Portimão, 2015



Figura 203 - Catete92, espaço criativo auto-gerido, Rio de Janeiro, 2015



Figura 204 - The WabashLights, Chicago, 2015



Figura 205 - Unmonastery, Matera, Itália, 2015



Figura 206 - Summer School 2012 Open House, com Marina Abramović

Atendendo à especificidade do objecto de estudo, os casos analisados não representam uma transposição literal das possibilidades de intervenção na quinta, mas antes uma série de exemplos que contêm os componentes éticos e processuais da lógica de intervenção a definir. Isto deve-se ao facto de, tradicionalmente, a reabilitação de quintas se direccionar para o sector da habitação, da restauração, da hotelaria, ou, em algumas situações, dos serviços administrativos (figs. 199 e 200).

Por outro lado, também a actividade das denominadas quintas pedagógicas não se enquadra propriamente na problemática do objecto de estudo (figs. 201 e 202). Apesar da componente formativa que lhes é inerente, esta geralmente não passa pela dimensão arquitectónica dos espaços, geridos de forma empresarial e sem uma componente associativa ou cooperativa. Consequentemente, e exceptuando alguns casos, estas intervenções carecem de um pensamento de dimensão urbana.

Desta forma, alguns dos casos de estudo seleccionados relacionam-se com a procura de soluções para locais afectados pela crise da indústria ou contextos que padecem de problemas semelhantes aos de Campanhã, como a desertificação, desemprego, falta de investimento autárquico, entre outros. As propostas apresentadas caracterizam-se por: procura de financiamento de uma forma não convencional, envolvimento das comunidades e instituições locais no processo, flexibilidade da estratégia, procura da sustentabilidade de forma transversal ou rentabilização de recursos anteriormente desaproveitados.

A génese de determinados casos encontra-se em iniciativas informais, cuja pertinência conduziu ao apoio institucional, ao nível das autarquias, das fundações, das associações e da investigação científica e artística na procura de resolução de problemas causados por infra-estruturas semelhantes às encontradas no contexto da Quinta do Mitra. Outra particularidade transversal aos casos de estudo diz respeito à relevância da consulta pública durante o processo de desenvolvimento da intervenção, seja através de sessões de esclarecimento, assembleias, acordos com associações ou oficinas de discussão.

Dentro deste âmbito pode-se destacar o Catete92 (fig. 203), um espaço de *coworking* auto-gerido, aberto em 2012 no Rio de Janeiro, Brasil; a WabashLights (fig. 204), requalificação da zona inferior das linhas de comboio elevadas de Chicago, EUA, com recurso a *crowdfunding*; o Unmonastery (fig. 205), rede internacional cuja ambição trata de desenvolver a cidadania activa e pretende recriar o melhor das funções sociais dos mosteiros (Agile City, 2016); e o MoMA PS1 (fig. 206), uma das maiores e mais antigas instituições de arte contemporânea sem fins lucrativos dos EUA, que iniciou a actividade a organizar exposições em espaços abandonados da cidade de Nova Iorque (MoMA PS1, 2015).



Figura 207 - Vista sobre o Glasgow Canal, s.d.



Figura 208 - Galeria da Fábrica Social, 2016



Figura 209 - Entrada do Tramway Theatre, 2016



Figura 210 - Fábrica Robinson vista do miradouro, Portalegre, 2014



Figura 211 - Vista do bairro Prodac, 2012



Figura 212 - Vista do A8erna, s.d.



Figura 213 - Quinta Ecológica da Moita, 2015

Não se pretende uma análise profunda da história do contexto, do edificado, e da metodologia técnica utilizada, mas uma síntese que faça o enquadramento do caso de estudo em questão, identifique a problemática que lhe era inerente, caracterize a respectiva tomada de posição e exponha o impacto da intervenção; salientando os pontos que se poderão revelar úteis para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção que tenha por base a Quinta do Mitra. Para que exista uma comunicação clara dos elementos de cada caso, os exemplos irão ser sistematizados segundo uma série de itens: contexto histórico, localização, escala, enquadramento urbano, plano de intervenção, programa e análise crítica.

De forma a clarificar a análise, será apresentada uma figura representativa - colocada na coluna direita - que contém os intervenientes envolvidos no caso de estudo em evidência. Os agentes podem ser o poder local - que envolve autarquia, poder municipal e de junta de freguesia -, fundações, associações, como representação das necessidades de determinada comunidade, pessoas singulares ou colectivos informais, e técnicos, que pode envolver arquitectos, urbanistas, engenheiros, geógrafos, entre outros. De igual modo analisar-se-á a origem do financiamento que tornou a obra possível, como o recurso a fundos de entidades externas ao processo.

Deste modo, os casos seleccionados para análise - explanados e analisados criticamente - comportam quatro dimensões diferentes de intervenção:

i) Reabilitação de áreas degradadas mediante planos urbanísticos, caso: - Glasgow's Canal Regeneration, Glasgow, Escócia, 2004-2020 (fig. 207).

ii) Reabilitação pontual de edifícios para fins culturais, com impacto urbano, casos:

- Fábrica Social, Fundação José Rodrigues, Porto, 2009 (fig. 208);
- Tramway Theatre, Glasgow, Escócia, 1998-2000 (fig. 209);
- Requalificação Urbana do Espaço da Antiga Fábrica Robinson, Portalegre, Portugal, 2010 (fig. 210).

iii) Reabilitação estratégica de elementos que causem um corte ou afastamento em relação ao seu contexto, exemplificada pelos casos:

- Prodac Norte e Sul, Marvila, Lisboa, Portugal, 2012-2015 (fig. 211);
- A8erna, Koog aan de Zaan, Zaanstad, Holanda, 2003-2006 (fig. 212).

iv) Reabilitação autogerida, traduzida pelo caso:

- Quinta Ecológica da Moita, Aveiro, Portugal, 2012 (fig. 213).

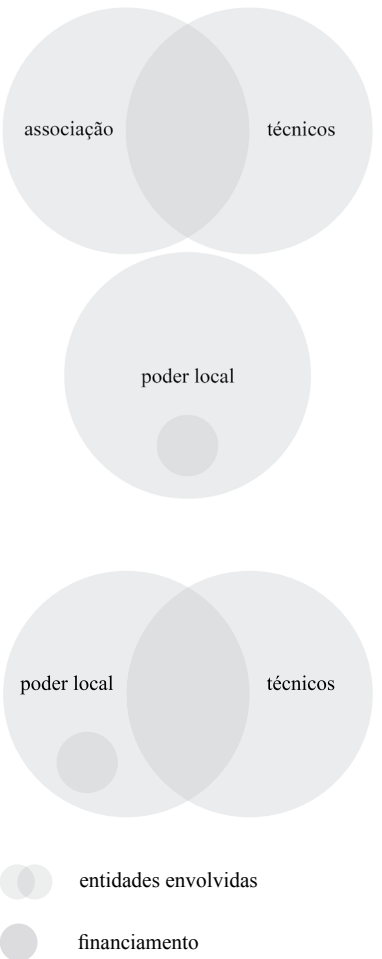




Figura 214 - Localização do bairro, s.d.



Figuras 215 e 216 - Vale Fundão antigamente, s.d.



Figura 217 - Início da Construção do bairro da PRODAC, s.d.



Figura 218 - Bairro PRODAC Norte, 2013

3.2.2 Casos de estudo nacionais

Prodac Norte e Sul, Marvila, Lisboa, Portugal, 2012-2015

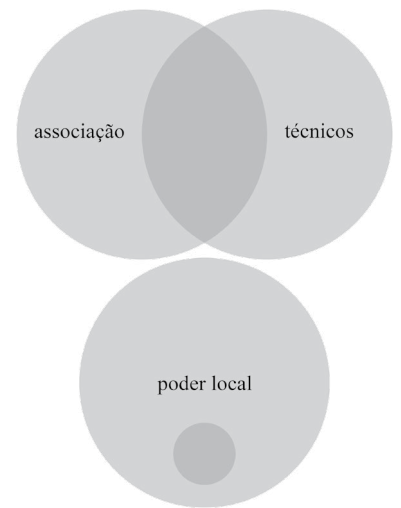
O PRODAC, bairro localizado no Vale do Fundão - Chelas, em Lisboa (figs. 214-218) -, foi edificado com mais de 580 fogos destinados a realojar os moradores da Quinta das Claras e do Bairro do Chinês. O seu nome advém da PRODAC (Associação de Produtividade de Auto Construção, Instituição Particular de Solidariedade Social) - extinta em 1983 - a quem a Câmara Municipal de Lisboa (CML) cedeu, em 1971, um terreno para construção de casas, tendo a associação contraído um empréstimo para a execução das mesmas. No entanto, esse empréstimo veio a ser pago pela CML, que processou esta entidade por incumprimento, tendo vindo a autarquia a assumir a gestão do bairro a partir de 1990 (CML, 2013a).

O bairro foi cedido para que as famílias provenientes dos bairros de classe trabalhadora, situados em volta da principal estação de comboios, construíssem as suas próprias casas, mediante o pagamento mensal do lote. Em consequência da construção ter sido somente efectuada por operários, após o horário laboral (dado que não era permitido que as mulheres requisitassem lotes), com os trabalhadores da indústria da construção a ensinarem os construtores que não tinham experiência, o desenho das casas teve que se reger por um modelo restrito. Contudo, este módulo - em que na zona norte se situavam as casas de um piso e na sul as de dois, com escada partilhada por quatro famílias - foi sofrendo adaptações, tendo-se exteriorizado as diferenças entre as habitações.

Após 40 anos de luta pelo direito dos habitantes serem reconhecidos como proprietários legítimos das casas - altura em que o montante pago pelos residentes já ultrapassava o valor do lote -, foi alcançado o momento em que seria somente necessário o projecto de arquitectura para que fosse efectuado o registo. Este processo foi facilitado pelo ateliermob⁴⁸, que trabalhou em conjunto com a associação de moradores e com o município.⁴⁹ Apesar da ausência das autoridades públicas, o espaço encontrava-se cuidado graças ao sistema de auto-gestão, que tratava dos jardins, dos recreios e das ruas; tendo sido a quantidade de casas vazias (abandonadas pela indefinição da propriedade, falecimento ou mudança dos residentes), em avançada degradação, o principal problema com que o gabinete se deparou (Celeste Prize, 2012).

⁴⁸ O ateliermob, constituído em 2005, em Lisboa, é uma plataforma multidisciplinar de desenvolvimento de ideias, de investigação e de projectos nas áreas da arquitectura, design e urbanismo, que tem vindo a desenvolver projectos de várias escalas e tipologias para entidades públicas e privadas (ateliermob, 2005).

⁴⁹ Em 2009 a Associação de Moradores do Bairro Vale Fundão contactou a CML com o intuito de regularizar os fogos e, no ano seguinte, em colaboração com o ateliermob, a população iniciou o processo de regularização dos edifícios, criando um Bilhete de Identidade (B.I.) com base na área de cada fogo e informações acerca de espaços comuns (Lusa, em Público, 2015).



Legalização do Bairro Prodac Norte

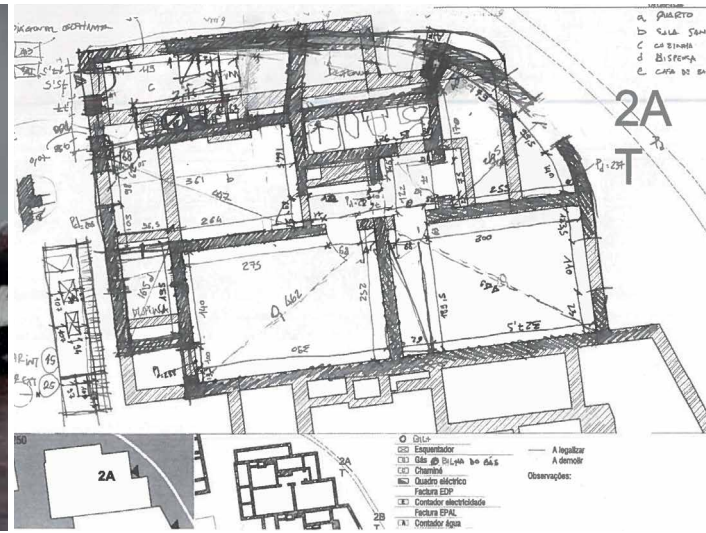


Figura 219 - Assembleia de Moradores do Bairro da Prodac Norte, 2013

Figura 220 - Planta exemplificativa dos trabalhos, Prodac Norte, 2015



Figuras 221 e 222 - Reabilitação do espaço público, Junho 2014



Figura 223-226 -Reabilitação dos Espaços Públicos da Prodac Norte, 2014

Segundo o ateliermob (em ArchDaily, 2012), a crise financeira não implica uma diminuição das necessidades arquitectónicas - contrariamente à convicção popular -, uma vez que, apesar do mercado imobiliário ter abrandado, as famílias com menos possibilidades têm vindo a deslocar-se com mais frequência. O gabinete inverte o problema, afirmando que não existe falta de trabalho, mas sim de meios para pagar a um profissional qualificado, como um arquitecto, devendo este ter um papel mais significativo na vida das pessoas, como instrumento de melhoria das condições de vida da comunidade. Com o caso de estudo PRODAC, o gabinete pretende salientar que, apesar da Declaração dos Direitos do Homem e do quadro constitucional consagrarem o direito à habitação, este não é consagrado em Portugal, contexto que, dada a conjuntura financeira, torna pertinente o debate político e arquitectónico.

Karissa Rosenfield (em ArchDaily, 2012) afirma que a iniciativa Working with the 99%, um caso de estudo acerca do trabalho comunitário no referido bairro auto-construído lisboeta, desenvolvido pelo gabinete ateliermob, venceu a competição Future Cities, na 13ª Bienal de Veneza, em 2012, a par de mais dois participantes. O júri baseou a decisão perante a abordagem de redefinição do papel do arquitecto, dado que o gabinete imaginou, para si, uma função central, que decorreu da tentativa de responder aos problemas que viram em seu redor, trabalhando para clientes que não possuem dinheiro para pagar os seus serviços. Para tal, colocaram-se no centro do processo - em que o arquitecto se torna no mediador e angariador de fundos - criando uma ligação entre a administração pública, o sistema financeiro e a comunidade, possibilitando o direito de status social e dignidade dos residentes carenciados.

Em Março de 2013, realizou-se uma reunião com os moradores do Bairro PRODAC Norte e com responsáveis da Câmara, numa escola do Vale de Fundão (fig. 219), após o bairro ter concorrido ao Programa de Parcerias Locais dos Bairros de Intervenção Prioritária/Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), e ter sido premiado com 50 mil euros. A referida assembleia - conduzida pelo presidente da Associação de Moradores, na presença de um arquitecto do ateliermob e de um elemento do Grupo de Trabalho BIP/ZIP, da CML -, teve em vista a atribuição das licenças de utilização das casas e dos títulos de propriedade dos 88 lotes do bairro, na sequência da conclusão do levantamento dos mesmos (CML, 2013b).

Em nova assembleia, os moradores traçaram a lista das intervenções em espaço público que entendiam como prioritárias, seguidamente projectadas e orçamentadas, tendo por base o apoio do BIP/ZIP. Em Setembro, avançaram com a reparação de muros, guardas, escadas e, caso economicamente viável, a criação de um espaço público de reunião em espaço aberto (figs. 221-226). Dado que a maior parte do financiamento reverteu para a remuneração dos trabalhadores



Figura 227 - Votação das propostas para o Prodac Sul, 2014



Figuras 228 e 229 - Assembleia de Moradores do Bairro Prodac Sul, Abril 2014

do bairro⁵⁰, foram estabelecidas parcerias com empresas, tendo-se obtido, por exemplo, acções de formação com o apoio da Secil (ateliermob, 2013a).

O projecto, com a denominação “Prodac Norte, Fora de Portas - Requalificação do espaço público do Bairro da PRODAC Norte” foi nomeado para os Prémios Construir 2014, na categoria Melhor Projecto Público (ateliermob, 2014b). No ano seguinte, no dia 9 de Julho foram dadas as primeiras vinte e quatro licenças de utilização das casas do referido bairro (ateliermob, 2015b).

Em Abril de 2013, o ateliermob, em conjunto com a associação de moradores, conseguiu o financiamento de 65% do montante necessário para a reabilitação do bairro da PRODAC Sul (que alberga 458 famílias), mediante uma plataforma de apoio da CML a associações locais, que se revelou determinante para a conclusão do processo de auto-construção (ateliermob, 2013b). Cerca de um ano depois, foi realizada uma Assembleia de Moradores, com a presença de cerca de trezentas pessoas onde, entre outros pontos de discussão, foram explanadas as informações relativas ao licenciamento das casas e à candidatura ao programa BIP-ZIP (ateliermob, 2014a). Nesta assembleia, foi enumerada a totalidade das propostas de intervenção para o espaço público a efectuar pelos moradores, cujo financiamento ficou garantido passados três meses, através do projecto BIP-ZIP, que permitiu que mais de 50% do montante obtido - 50 mil euros - servisse para a criação de uma bolsa de moradores, o que possibilitou a remuneração do trabalho.

No dia 15 de Novembro, os projectos desenvolvidos e orçamentados pelo ateliermob foram a votos e durante o ano de 2015, foi construída a proposta mais votada, Proposta 06, como se pode observar nas figuras 227-229 (ateliermob, 2015a). De acordo com Inês Boaventura (em Público, 2015), a proposta vencedora visou a construção de um pequeno anfiteatro ao ar livre, situado no jardim central, a regularização do acesso entre a cota alta e baixa do bairro e a marcação de lugares de estacionamento em espaço público. Neste processo, disponibilizaram-se para ir a votos 178 pessoas, num universo de cerca de dois mil moradores. No entanto, foi também garantido o financiamento da 2^a, 3^a e 4^a propostas mais votadas (ateliermob, 2015a)

Duas das intervenções - o anfiteatro e os acessos de ligação das zonas sul e norte do bairro - foram inauguradas a 30 de Julho de 2015, quando ainda existiam 450 fogos não licenciados, em processo de regularização urbanística, de acordo com a vereadora da Habitação, Paula Marques. Na altura, 98% dos moradores do bairro Prodac Sul, tinham aderido ao propósito da criação do B.I. da sua casa (Lusa, em Público, 2015). Enquanto o representante da Associação de Moradores do Bairro do Vale

⁵⁰ De forma complementar, cada morador pagou 50 euros dado que os 50 mil não chegavam para concretizar as plantas todas (ateliermob, 2012).



Figuras 230 e 231 - Construção do anfiteatro, Prodac Sul, 2015



Figuras 232-235 - Inauguração do anfiteatro, Prodac Sul, 2015



Figura 236 - Assembleia de moradores de 12 de Abril de 2014

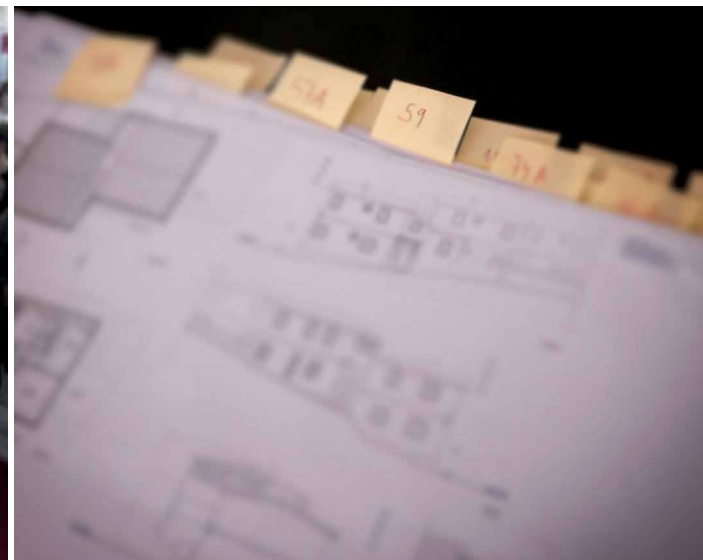


Figura 237 - Processos de regularização das casas, 2015

Fundão referia que existiam estruturas em falta, manifestando a expectativa de que as desenvolvidas auxiliassem a proximidade, aumentassem a auto-estima e contacto entre os residentes (figs. 230-236); Tiago Mota Saraiva, do ateliermob, entendia que a intervenção iria incrementar o zelo perante o espaço onde os moradores residem (em Público, 2015). No fim do mesmo ano, a 22 de Dezembro, foi comunicada (fig. 237) a entrega dos últimos processos de regularização das casas do bairro (ateliermob, 2015c).

Neste caso de estudo, fica demonstrada a viabilidade da acção do arquitecto como entidade mediadora entre a comunidade e os poderes locais, em que a resposta aos objectivos específicos - metas legais, mediante o estudo técnico e a renovação física do espaço em questão - passou pelo poder decisório dos habitantes. Mediante um processo democrático, de representação directa, foram atendidas não só as necessidades básicas dos residentes, mas também das suas ambições.

A associação de moradores cumpriu a função de moderador, ou seja, de entidade gestora dos interesses dos residentes, que o gabinete de arquitectura converteu em matéria aplicável à necessidade directa dos residentes. Como tal, tendo-se colocado o arquitecto no papel de angariador de fundos, para além das responsabilidades intrínsecas à sua actividade, acresce o compromisso de exequibilidade económica, evitando que se torne num caso de trabalho não remunerado, quer para os construtores, quer para o próprio gabinete. Deste modo, foi obtido o trabalho qualificado necessário à legalização dos lotes, com vista a assegurar este direito a clientes que, de outro modo, não o seriam, dado não possuírem o poder económico para tal.

Esta atitude evitou o êxodo que rapidamente poderia levar à desertificação desta zona; tendo a agilidade do processo no primeiro caso, conduzido à discussão da aplicação no PRODAC Sul, ainda numa fase primitiva. Neste caso, e dadas as características da intervenção, a necessária procura activa de fundos resultou na obtenção de capital, por parte do município, destinado a associações locais, para além do fundo obtido no âmbito do PRODAC Norte, destinado a bairros e zonas de intervenção prioritária.

A intervenção arquitectónica surge no quadro da necessidade de solução dum problema específico, conciliando o acto de legalização dos títulos de propriedade com as necessidades práticas e ambições dos moradores, mediante a sua participação no decorrer do processo. Este caso representa ainda um exemplo de procura de resposta ao problema da crise no sector da construção, fruto da crise financeira, que afecta tanto a indústria, como os cidadãos que dela necessitam, mas da qual se vêem cada vez mais afastados.

Análise crítica

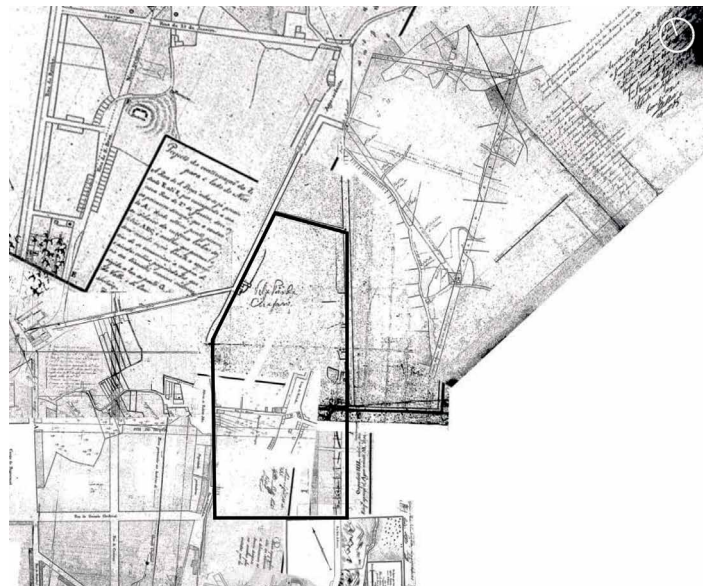


Figura 238 - Planta de localização da fábrica, s.d.

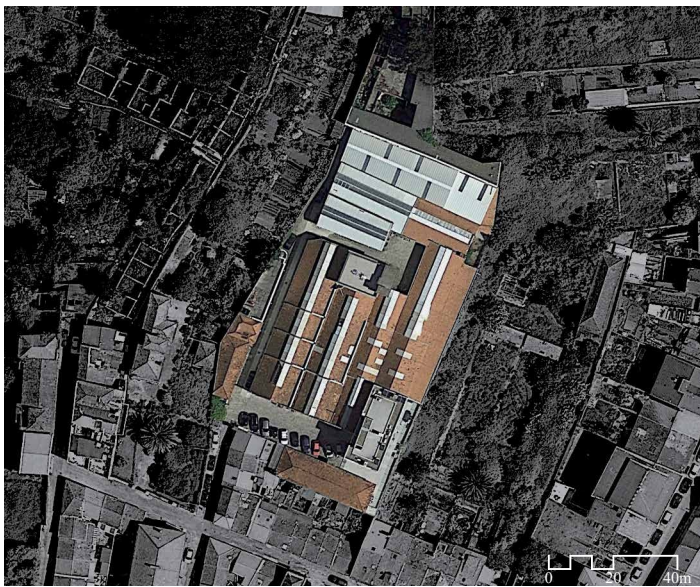


Figura 239 - Planta de localização da fábrica, 2013

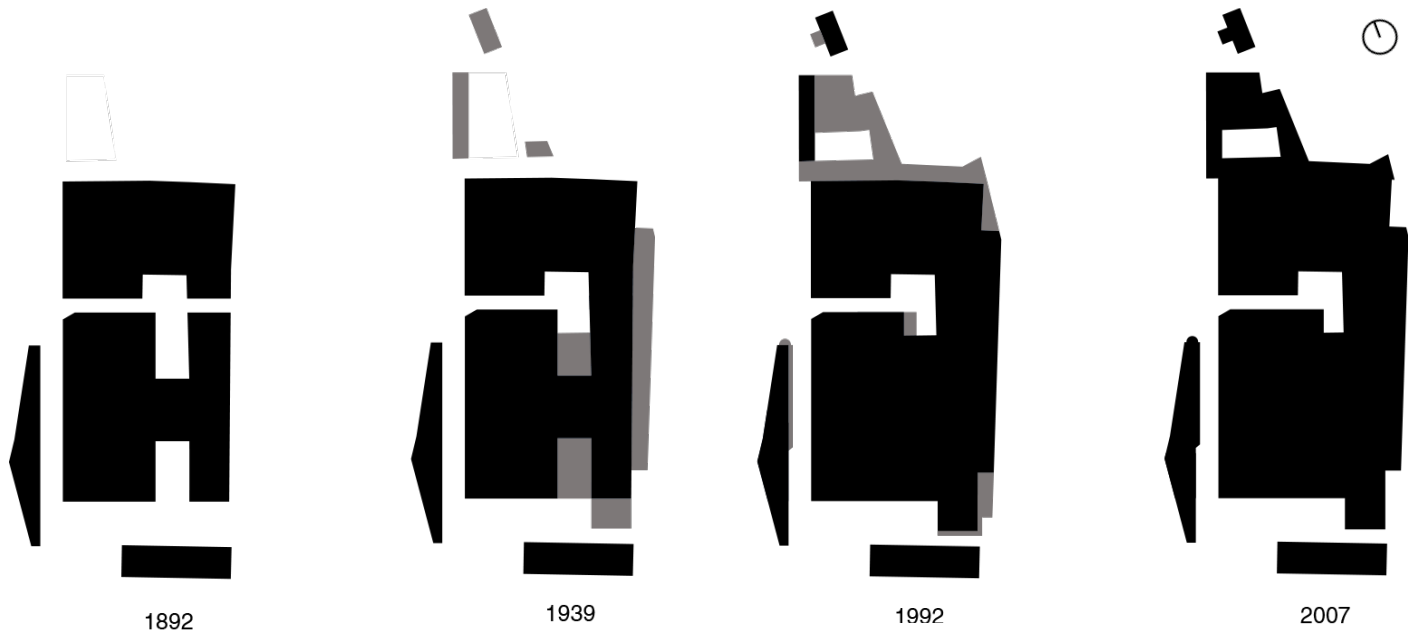


Figura 240 - Evolução da Fábrica, 2008

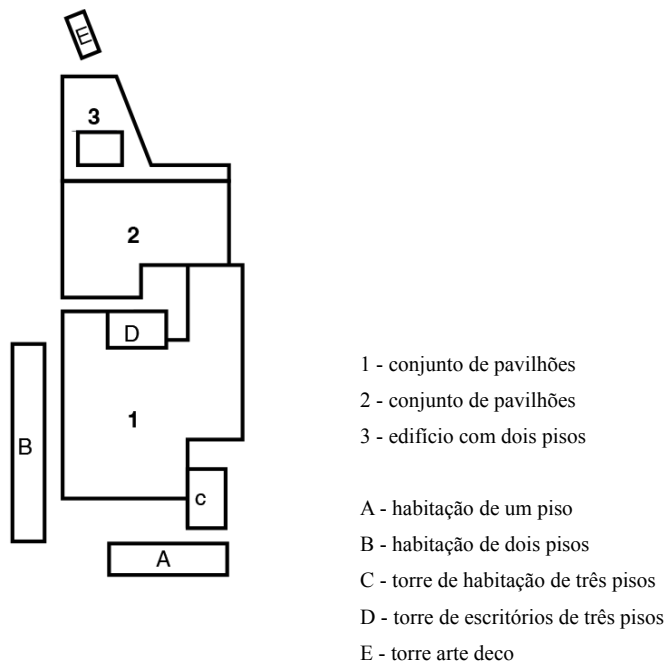


Figura 241 - Caracterização dos volumes, 2008



Figura 242 - Complexo visto a a partir da Cooperativa dos Pedreiros, s.d.



Figura 243 - Vista sobre o complexo, s.d.

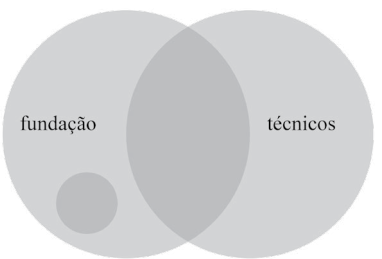
Fábrica Social, Fundação José Rodrigues, Porto, 2009

A Fábrica Social situa-se na Fontinha, localidade que teve o seu pico de crescimento na segunda metade do século XIX com o estabelecimento de um pólo fabril que, devido à proliferação de ilhas, a transformou num conjunto urbano de cariz operário. Inserida numa unidade fabril implantada num patamar, ocupa cerca de meio hectare e possui uma entrada única para pessoas e veículos acedida a partir da Rua da Fábrica Social (figs. 238 e 239).

O complexo é composto por um aglomerado de edifícios e por cinco construções singulares (figs. 240 e 241). O conjunto 1, composto pelas primeiras construções, é o elemento principal, central e de maior dimensão e é composto por pavilhões amplos orientados norte-sul, munidos de uma continuidade espacial mediante ligações transversais. O alçado sul, com duas entradas em arco, é salientado pela sua escala e pela relação que estabelece com a praça em frente. Por outro lado, o conjunto 2, ligado ao 1, tem uma área mais circunscrita, com os respectivos pavilhões orientados a este-oeste. Já o conjunto 3, mais recente e situado no sector norte da fábrica, tem a dimensão mais reduzida e intimista dos três, com uma tipologia aproximada da residencial, e é constituído por um edifício de dois pisos organizado em torno de um pátio e de um tanque.

Estabelecendo uma ligação singular com a paisagem (figs. 242 e 243), o complexo é caracterizado pelo predomínio da estrutura pavilhonar que, a par do cariz orgânico do espaço, consequência de acrescentos e ampliações, resultou numa ocupação densa do terreno. Exceptuando os caminhos de circulação, como o eixo principal que liga o acesso ao extremo norte da fábrica, e os espaços exteriores comuns, formados pela praça da entrada, pelo espaço contíguo ao edifício D e pelo pátio do conjunto 3, o lote encontra-se maioritariamente ocupado.

O primeiro registo do complexo fabril surge no levantamento de Telles Ferreira, de 1892, e representa a primeira fase, correspondente à fábrica de chapéus constituída pelos edifícios A e B e pelos conjuntos 1 e 2 que, possivelmente, possuíam uma estrutura pavilhonar. O futuro conjunto 3 instalou-se posteriormente em redor de uma cisterna localizada a norte. A segunda fase, realizada em 1939, refere-se à permanência da fábrica de acessórios para a indústria têxtil. Nesta data, verificavam-se diversas ampliações e a adição de um volume a nascente, da torre C e do edifício E. Em 1992, dá-se início à terceira fase do processo, com a remodelação e ampliação do complexo que passaria a ser utilizado como armazém de plásticos. Finalmente, em 2007, sucede-se a quarta fase, correspondente à do atelier de José Rodrigues, que registou a demolição de alguns volumes e o estado de ruínas do conjunto 3 (Ruivo, Carvalho, P., Carvalho, S. e Rodrigues, 2008, pp. 36-46).



Evolução do complexo



Figura 244 - Interior de pavilhão deteriorado, s.d.

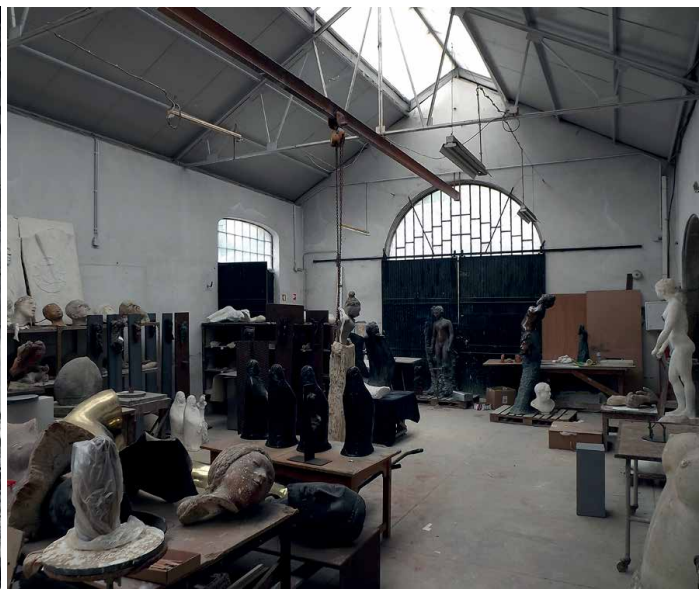


Figura 245 - Atelier de José Rodrigues, 2012

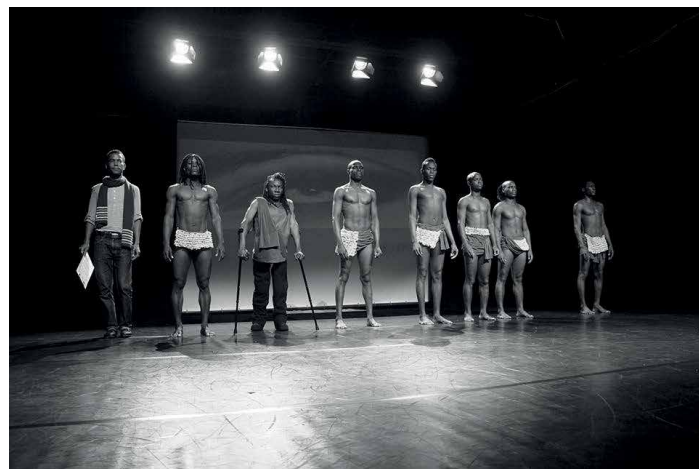


Figura 246 - Peça “Solos para um dó maior”, 2015



Figura 247 - Aula na Professional Ballet School of Porto, 2015



Figura 248 - Cafeteria da fundação, 2015



Figura 249 - Inauguração da exposição “Retrato de uma amizade”, 2015



Figura 250 - Pintura ao vivo com Mar, 2010



Figura 251 - Galeria de *graffiti*, 2015

A Fundação Escultor José Rodrigues (FEJR) é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que deu início à sua actividade em Fevereiro de 2009, no espaço da antiga fábrica (FEJR, 2015a). Ana Isabel Pereira (em Porto 24, 2011a) refere que nesta infraestrutura funcionou a antiga confecção de chapéus Real Fábrica Social - “real” devido ao interesse demonstrado por D. Manuel II - entre 1846 e 1914, dando lugar à fábrica de têxteis Topim Lda., que encerrou em 1976. José Rodrigues instalou aqui a sua oficina⁵¹ (figs. 244 e 245). Tendo vindo a adquirir todo o espaço em 2008, escultor instalou aí também a sua residência, tendência já existente no passado, com a residência da família da empresa Topim, construída à esquerda do portão principal.

Fundação Escultor José Rodrigues

O espaço, com 5 mil metros quadrados⁵², situado da Rua da Fábrica Social, serve actualmente de local de desenvolvimento de múltiplos projectos artísticos que procuravam um lugar na cidade, como companhias de teatro, estúdios de design, de arquitectura, de design multimédia e de comunicação, escultores, formadores em fotografia, ballet. Ana Fernandes, da companhia Teatro Bruto, salienta a possibilidade de neste espaço ser possível produzir e apresentar os espectáculos no mesmo local, ao contrário do escritório onde antes a companhia se situava. Os edifícios também albergam, além de três galerias, a loja da fundação, uma cafeteria e uma zona adjacente à oficina do escultor onde estão expostas obras de autores portugueses contemporâneos como Vieira da Silva, António Augusto Gomes, Júlio Resende, António Carneiro, Almada Negreiros, Cruzeiro Seixas, Dórdio Gomes e Ângelo de Sousa (figs. 246-249).

Programa do espaço

Segundo a mesma autora (Pereira, em Porto 24, 2011b), o espaço da Fábrica tem vindo a receber diversas actividades. Nos volumes anteriormente legendados como E e 3, existe uma galeria aberta de *graffiti*, fruto do evento de 2010 Visual Street Performance, em que vários artistas nacionais fizeram *street art* ao vivo (figs. 250 e 251). Por outro lado, de acordo com a FEJR (2015b), o Serviço Educativo desenvolve acções educativas direccionadas a jardins-de-infância, escolas, lares de 3^a idade, instituições de ensino superior, entre outras entidades ligadas à educação e solidariedade social. Com estas iniciativas a fundação procura informar o público acerca da história da Fábrica Social e do percurso pessoal e artístico de José Rodrigues, tendo como referência os currículos escolares de várias disciplinas. Estas actividades, além de envolverem uma série de visitas guiadas a elementos da fábrica, como o atelier do escultor, a galeria de *graffitis* e as exposições temporárias, compreendem percursos pelas obras públicas do escultor na cidade, assim como concursos, festas de aniversário e workshops com os artistas residentes.

⁵¹ José Rodrigues instala o seu atelier na Fábrica em 1998, tendo decidido proceder em 2006 à reabilitação deste espaço para a criação da Fundação - espaço cultural de divulgação e conservação da sua obra e promoção de novos artistas (Ruivo et al., 2008, p. 34).

⁵² Dos quais 1300 m² são de área coberta (FEJR, 2015a).



Figura 252 - Entrada da fundação, 2015



Figura 253 - Alçado Sul da fundação, 2015



Figura 254 - Vista da Rua das Musas, 2010



Figura 255 - Centro de Recursos Sociais do Porto, 2013



Figuras 256 e 257 - Atelier de José Rodrigues, 2015



Figura 258 - Conversas na Fábrica Social, 2013

A zona que, segundo o escultor, se encontra “rodeada de miséria e tristeza”, com as casas arruinadas e abandonadas do antigo bairro operário, obteve, segundo José Rodrigues, uma concretização fácil da ideia, dado que a solução já lá estava, tendo sido necessário somente “lavar a cara ao edifício” (figs. 252 e 253), adquirido pelo escultor, a um banco (em DN, 2008).

Mais recentemente, em 2013, a zona da Fontinha foi alvo de duas intervenções. De acordo com Ana Isabel Pereira (em Porto24, 2013c), foi reabilitado - no âmbito do realojamento dos moradores do Bairro do Aleixo - um edifício na zona e, segundo Patrícia Carvalho (em Público, 2013), foi criado pela CMP o Centro de Recursos Sociais, após o despejo do colectivo Es.Col.A. da antiga escola do Alto da Fontinha (figs. 254 e 255).

João Ferreira (Anexos, 2016, p. 328), da fundação, salienta que o processo de reabilitação, projecto do arquitecto Tiago Castro se encontra ainda em execução, dado que ainda decorre a construção de um parque de estacionamento, exigência da CMP, devido à mudança de uso de fábrica para fundação.

A Fábrica Social passa de um período inicial, em que o artista necessitava de um espaço para efectuar o seu trabalho, para uma fase que, com a aquisição e reabilitação do complexo, lhe confere uma dimensão de impacto cultural, social e urbana. A iniciativa de se criar a fundação salienta o interesse e tomada de responsabilidade, por parte do escultor, da manutenção e preservação do património construído, numa zona visivelmente degradada. A reactivação desta antiga indústria como pólo cultural leva a que tanto os indivíduos directamente relacionados com o trabalho da fundação e das empresas lá sediadas, como o próprio público, se desloquem a uma zona da cidade que provavelmente não visitariam noutras circunstâncias; fomentando o conhecimento deste lugar, das suas características, qualidades e problemas.

Análise crítica

O acto do escultor residir no mesmo espaço pode igualmente ser entendido como uma tomada de posição acerca das qualidades da zona, não só como espaço de trabalho, mas também como habitação. As características do espaço industrial, além de rentabilizadas, são enaltecidas pela intervenção subtil, não descaracterizadora, que fortalece a ideia de necessidade de preservação deste património. Por outro lado, convive-se com a ruína, com a galeria aberta de exposição permanente de uma expressão artística tendencialmente efêmera. A adesão ao espaço é, em parte, demonstrativa do seu sucesso, dado a fábrica se situar numa zona de difícil acesso.

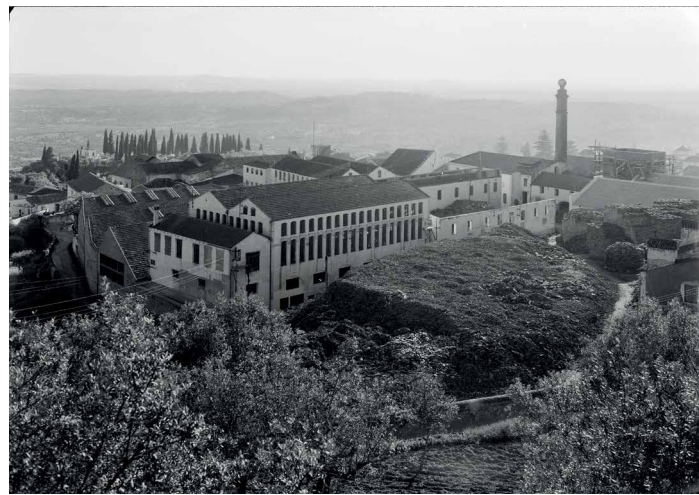


Figura 259 - Vista panorâmica do exterior da fábrica, s.d.



Figura 260 - Exterior da fábrica, s.d.



Figura 261 - Interiores da fábrica - selecção de rolhas, s.d.

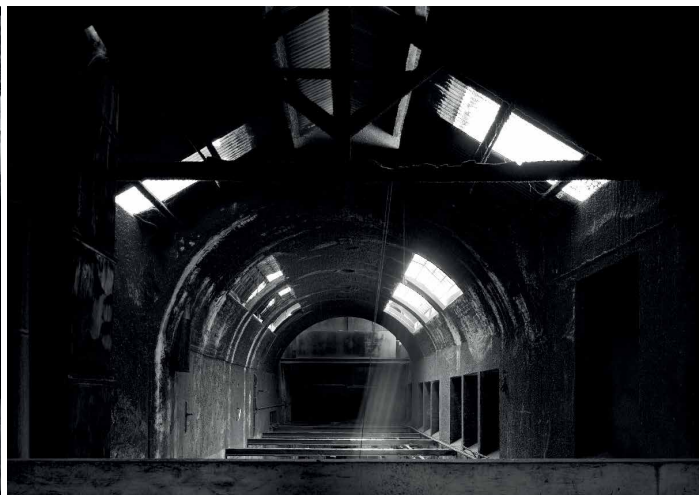


Figura 262 - Registo do espaço interior s.d.

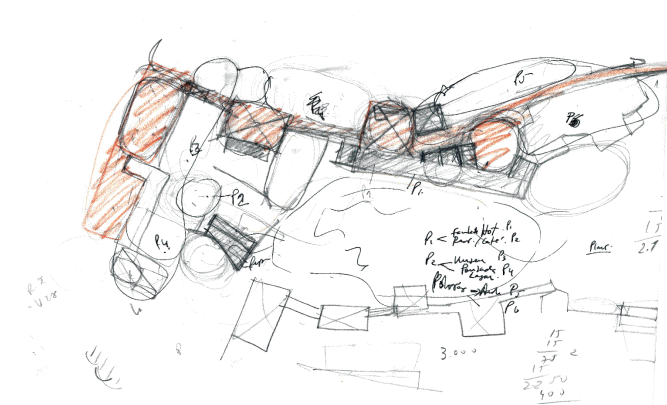


Figura 263 - Desenho de estudo, s.d.



Figura 264 - Desenho de estudo, s.d.

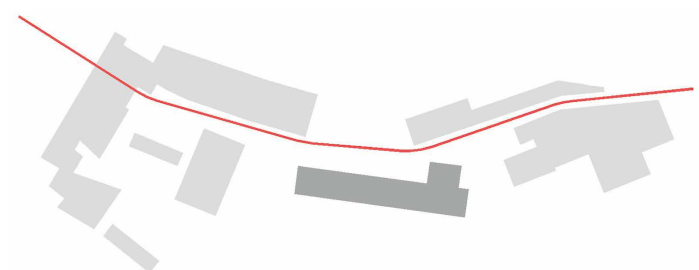


Figura 265 - Esquema de via de ligação à cidade, s.d.

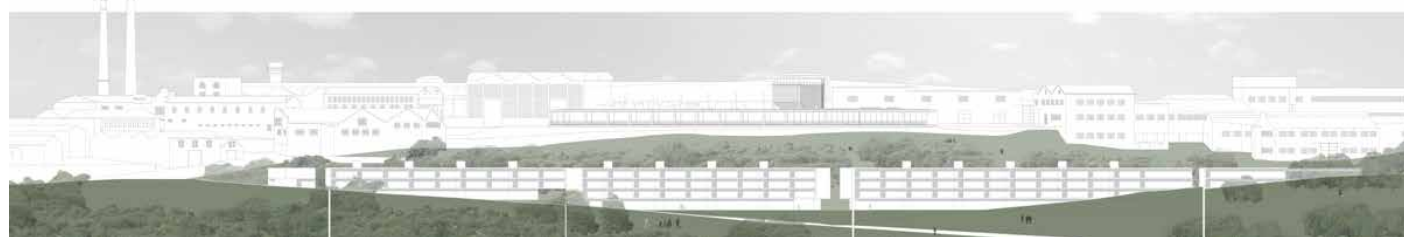


Figura 266 - Alçado Sul do complexo, s.d.

Requalificação Urbana do Espaço da Antiga Fábrica Robinson, Portalegre, Portugal, 2010

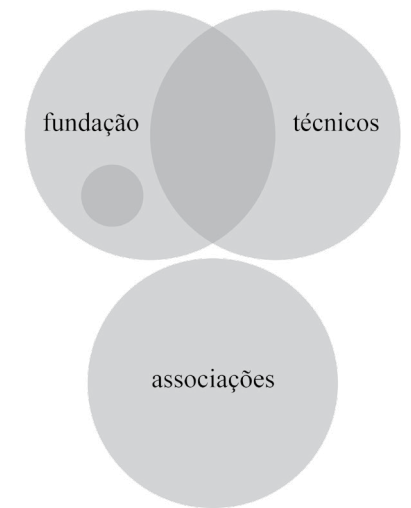
A Fábrica Robinson, fundada em 1848 por uma família inglesa que lhe deu o nome, destacou-se na história de Portalegre pela criação de conceitos inovadores de indústria e de tecnologia, que a tornaram numa das maiores empresas corticeiras à escala mundial. Esta fábrica foi responsável pelo desenvolvimento social e cultural da cidade, pela melhoria das condições de trabalho dos operários e pelo patrocínio de actividades de apoio social e cultural, como o teatro. De entre as suas práticas inovadoras, destaca-se a criação do primeiro sindicato operário da história do sector corticeiro, de uma creche destinada aos filhos dos operários, de uma cooperativa de abastecimento operário e de uma corporação de bombeiros.

Tendo-se modernizado desde 1900 até à década de 40, a fábrica viu-se forçada a encerrar durante 3 anos devido à 2ª Guerra Mundial e ao contexto nacional. Em sequência, foi vendida em 1946 a um grupo empresarial português, o que ajudou à recuperação da sua vitalidade, que se manteve durante as décadas de 60 e 70 do mesmo século. Todavia, durante os anos 80 ocorre o desgaste das máquinas e da força laboral, vai ditar o encerramento da fábrica em 2009, após 160 anos de actividade. Quando este complexo industrial já se tinha tornado numa referência da história da arqueologia industrial europeia, surge o Espaço Robinson⁵³, um programa multidisciplinar que pretende aliar a preservação da história do complexo às necessidades históricas, sociais, científicas, culturais e recreativas da cidade de Portalegre (figs. 259-262) (Fundação Robinson, 2013l, pp. 6-8).

Com o intuito de incrementar diversos projectos que conduzissem ao Espaço Robinson, a fundação recorreu a candidaturas e a fontes de financiamento variadas, apoiadas em fundos comunitários⁵⁴; tendo em vista a rentabilização e articulação das propostas (Fundação Robinson, 2013e). O projecto do Espaço Robinson - classificado como Imóvel de Interesse Municipal, como Conjunto de Interesse Público (CIP) e como Zona Especial de Protecção (ZEP) -, da autoria dos arquitectos Souto de Moura e Graça Correia (figs. 263-266), é constituído por reabilitação, como o Auditório B e as Abóbodas - que albergam o parque de estacionamento e multiusos -, e por construção de raiz, como são exemplo a Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre e o Auditório A. A par destes, existem locais designados ao acolhimento das Associações Culturais e Recreativas da cidade (Fundação Robinson, 2013l, pp. 6-11).

⁵³ A Fundação Robinson - fundação pública de direito privado, com sede em Portalegre -, tem como missão a promoção de acções de cariz cultural, educativa, social, científico, desportivo e filantropo que se encontra a desenvolver um projecto integrado que entende a cultura como factor de desenvolvimento de um concelho caracterizado pelo património construído e móvel de relevância histórica e artística (Fundação Robinson, 2013g).

⁵⁴ INTERREG III A [Portugal-Espanha], Programa Operacional da Cultura, Instituto de Turismo de Portugal, I.P., Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça, Inalentejo e Instituto do Emprego e Formação Profissional (Fundação Robinson, 2013e).



Espaço Robinson

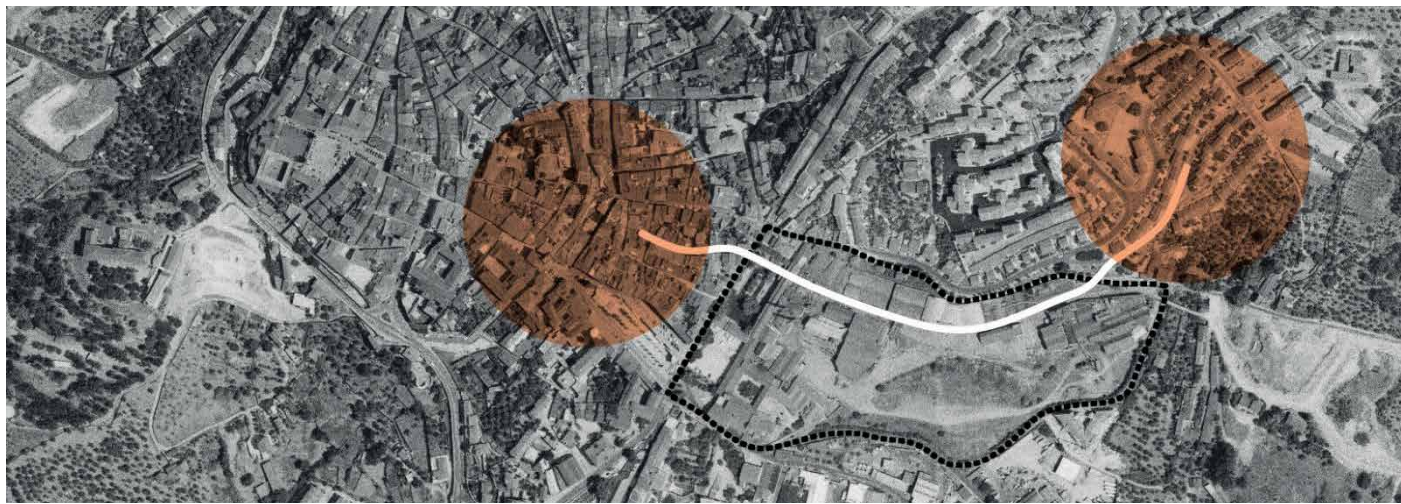


Figura 267 - Estratégia de Ordenamento Espaço Robinson, s.d.



Figura 268 - Relação de Espaço Robinson com a cidade, s.d.



Figura 269 - Vista das abóbadas, s.d.



Figura 270 - Queima das Fitas e Semana Académica nas abóbadas, 2013

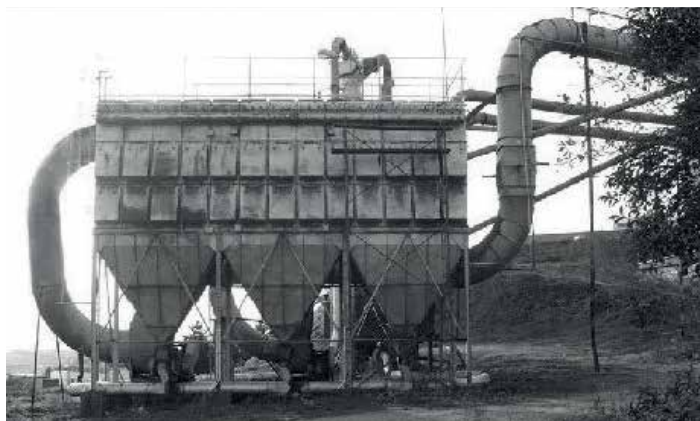


Figura 271 - Silo industrial, s.d.



Figura 272 - Auditório A - A Máquina, s.d.

A revitalização do Património através da Educação, da Formação e do Conhecimento, mediante a recuperação de espaços culturais, trata-se da estratégia aplicada na reabilitação arquitectónica e paisagística do Espaço Robinson, que abrange o perímetro da Fábrica, do Convento e Igreja de São Francisco e do Lagar contíguo - onde se encontram actualmente as instalações da Manufatura de Tapeçarias de Portalegre (Fundação Robinson, 2013k).

Dado que a envolvente se encontra intrinsecamente ligada à sua história, a área de intervenção da unidade fabril possui mais do que os 7 hectares da mesma, pois, em volta da fábrica, surgiram bairros de operários, ruas com comércio, a Casa Museu José Régio, a Adega Cooperativa de Portalegre e a Praça da República. Deste modo, a requalificação do eixo de ligação entre a zona alta da cidade e a baixa, a recuperação das ruas do antigo bairro operário e a rede viária de acesso ao Espaço Robinson favoreceram a sua ligação à cidade e criaram uma nova centralidade (figs. 267 e 268). Com o intuito de dotar a rede viária de infraestruturas qualificadas, em resposta às necessidades de mobilidade e acessibilidade, procedeu-se à criação de passeios, à colocação de mobiliário urbano e de contentores de resíduos sólidos e à reorganização do estacionamento (Fundação Robinson, 2013l, p. 12).

Dimensão urbana da intervenção

Os edifícios que compõem a Fábrica Robinson são articulados com a envolvente através da criação de uma nova via e respectivos equipamentos; elementos de cariz urbano que reforçam o envolvimento entre a fábrica e a cidade. Neste sentido, pretende-se que o espaço seja aberto a todos, num contexto em que persiste a presença industrial através dos edifícios recuperados, das máquinas, das caldeiras, dos fornos e das tubagens, o que possibilita a reconstrução do circuito da cortiça no museu da Fábrica Robinson. Como tal, o Caminho de Cultura - designado no passado pelos operários como “a linha” - é o eixo estruturante de um programa de arquitectura que pretende valorizar o elemento humano e quotidiano da fábrica, para além dos seus factores económicos, empresariais e laborais (Fundação Robinson, 2013n).

Projecto de Arquitectura

O antigo espaço de trituração e de armazenamento da cortiça - denominado de “As Abóbadas” no presente -, foi convertido num espaço de dupla funcionalidade (figs. 269 e 270): serve como estacionamento, a proporcionar a ligação à rua e, consequentemente, à cidade, durante grande parte do ano, e como Espaço Cultural Multiusos de forma pontual, albergando festivais, concertos e espectáculos ao ar livre (Fundação Robinson, 2013o). Por outro lado, o Auditório A, “A Máquina” (figs. 271 e 272), com capacidade para 120 lugares, trata-se de um elemento construído de raiz para albergar a Sala de Aula de apoio à Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre - partilhadas com outros utentes do espaço - e é dotado de um sistema construtivo e imagem que pretende aproximar-se da configuração dos silos industriais que existiam neste complexo (Fundação Robinson, 2013q).



- | | |
|--|-----------------------------------|
| A - Museu da Cortiça | G - Auditório B |
| B - Museu dos Bombeiros | H - Centro de Realidade Virtual |
| C - Estacionamento | I - Escola de Hotelaria e Turismo |
| D - Museu de Arte e Residência de Artistas | J - Praça dos Estudantes |
| E - Convento de S. Francisco, Pousada | K - Associações Culturais |
| F - Auditório A | L - Área Residencial |

Figura 273 - Planta do programa, s.d.

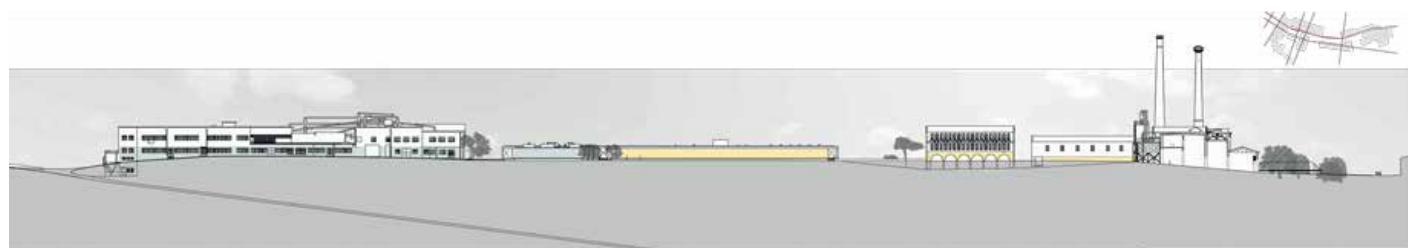


Figura 274 - Cortes transversais do complexo, s.d.



Figura 275 - Performance no âmbito do IX Dia Robinson, 2015



Figura 276 - Conversa "As Chaminés da Fábrica", Dia 17 Acontece, 2015

Uma vez que, ao projecto de preservação do passado industrial da cidade deve estar aliado um plano de acção que o complemente, com várias áreas de intervenção, o Serviço de Educação, a Formação e Profissionalização, o Programa de Estágios, as visitas à zona de intervenção, os seminários, as conferências, os workshops, as exposições e a edição de publicações, abrem a fábrica a um público alargado (Fundação Robinson, 2013l, p. 14). Com a nova sede das associações, localizada na antiga zona de produção de Aglomerado Branco, a fundação pretende conservar e integrar o património arqueológico industrial e trazer ao conhecimento geral o complexo fabril (figs. 273 e 274).

A Escola de Artes do Norte Alentejano - Conservatório Regional de Música, a Associação Juvenil Verdade, a Sociedade Musical Euterpe, o grupo de cantares tradicionais "O Semeador", o Orfeão de Portalegre, o Grupo Folclórico e Cultural da Boavista e o Teatro de Portalegre são denominados os "Novos Habitantes" do Espaço Robinson (Fundação Robinson, 2013p).

Associações

De modo a fomentar a proximidade entre a população de Portalegre e o projecto de reabilitação do espaço, a Fundação criou uma iniciativa mensal de dinâmica cultural (figs. 275 e 276) - denominada Dia 17 Acontece -, que engloba conversas sobre património, narração de histórias por parte dos operários, entre outras (Fundação Robinson, 2013c); e que tem como ponto alto, em Setembro, o Dia Robinson (Fundação Robinson, 2013d). Da mesma forma, através do Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2007-2013, a Fundação, estabelecendo parcerias com diversas entidades portuguesas e espanholas, pretendeu incentivar a criação artística contemporânea ao nível transfronteiriço, mediante o fornecimento de recursos, infraestruturas e espaços aos jovens artistas (Fundação Robinson, 2013b).

Além da ligação física que se estabeleceu em relação à cidade, com base numa via estruturante da fábrica, entendeu-se que seria necessário uma relação multisectorial que ampliasse as potencialidades do conjunto. Deste modo, em paralelo com a reabilitação do património e a adição de elementos novos que complementassem o uso destinado - em conjunto com um programa cultural próprio - foi efectuado o convite para que diversas entidades da cidade criassem pólos ou deslocassem os seus serviços para este espaço, de forma a fomentar a curiosidade e o desejo de conhecimento do complexo.

Análise crítica

Além do programa museológico inerente às actividades dos "novos habitantes", os espaços encontram-se abertos a iniciativas externas, como concertos ou outros eventos que possam usufruir e rentabilizar as qualidades espaciais da fábrica. Desta forma, é encontrado o equilíbrio entre a valorização e conservação do património com as necessidades culturais, logísticas e sociais da cidade de Portalegre, abrindo esta interacção a um espectro internacional.



Figura 277 - Relação entre a Quinta da Moita e o centro da cidade de Aveiro, 2011



Figura 278 - Limite aproximado da Quinta da Moita, 2011



Figura 279 - Lago da quinta, 2015



Figura 280 - Divulgação do projecto Adote uma Horta na QEM, s.d.

Quinta Ecológica da Moita, Aveiro, 2012

A Quinta da Moita encontra-se localizada no lugar da Moita e ocupa uma área de 24 hectares, repartida pelas freguesias de Oliveirinha e Sta. Joana, a 6 km de Aveiro (figs. 277 e 278). A sua extensão engloba a Mata da Moita - onde surgiram os primeiros vestígios de ocupação humana neste lugar, durante o Paleolítico Superior -, terrenos agrícolas e o Complexo Social da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro (SCMA). A casa existente, denominada como “casa velha”, “casa dos lagares” ou “casa dos caseiros”, é o que resta de um complexo agrícola de maiores dimensões, que teria contido uma casa senhorial. No terreno foram encontrados materiais comuns à construção urbana da região de Aveiro dos séculos XVI e XVII, tais como pedras xistosas e grês vermelho de Eirol, presentes nos muros e em noutras edificações.

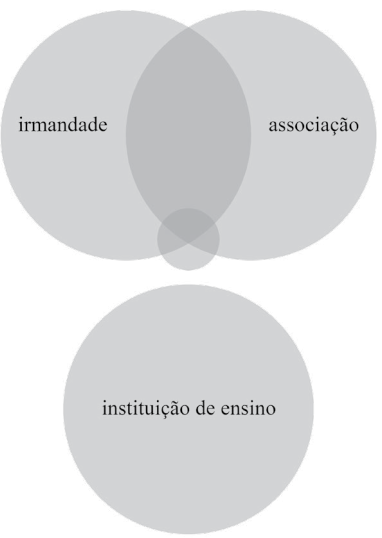
Apesar de não existir informação sobre a desaparecida Capela da Nossa Senhora da Piedade, que continha uma pia baptismal do século XVI, retirada nos anos 40 do século XX, esta estaria incorporada na casa senhorial e teria uma posição de destaque no contexto, dado ter-lhe sido atribuída licença para celebrar missa no ano de 1732. A quinta pertenceu à família Ferraz Barreto, no século XVII - (que possuía outros terrenos na zona de Aveiro), tendo sido utilizada pelos seus descendentes durante o século XIX para períodos de descanso, o que terá influenciado a melhoria e a reorganização deste espaço (fig. 279).

No início do século XX, a quinta era constituída por habitações, capela, abegoarias⁵⁵, pomares, jardins, terras para lavrar, olivais, pinhais, matos, duas azenhas, água de rega e vinha. Nesta época, a “casa velha” foi sujeita a um início de recuperação para que fosse habitada, processo que foi abandonado por questões económicas. Já no final do mesmo século, a intenção de instalar indústria nesta área levou à destruição da eira, do que restava da capela e do portal da entrada - cujo brasão de família poderia ser útil ao estudo da história da quinta -, o que originou um abandono póstumo, do qual resultou a perda do que tinha sobrevivido. A Quinta da Moita, constituída, na altura, por uma casa com quatro espaços e quatro vãos, milheiral, videiras, pinhal, 28 árvores de fruto e lameiro, veio a ser adquirida pela SCMA, em 1980, por 12.500 contos, com o objectivo de nela construir um Lar e Centro de Dia, o que só se realizou em 1998, com a inauguração do Complexo Social da Moita.

Devido à riqueza ambiental da propriedade, a SCMA solicitou um projecto de recuperação ambiental e dinamização da educação ambiental, que veio a dar origem à Quinta Ecológica da Moita (QEM). Contudo, o custo elevado da empreitada, que compreendia a gestão da zona de floresta, a recuperação da casa dos caseiros para acolher o Centro de Educação Ambiental (CEA) e

⁵⁵ Pessoas que exploram um terreno agrícola, a cujo proprietário pagam uma renda (Priberam, 2013c).

⁵⁶ Dependência onde se alojam os animais e alfaías agrícolas (Priberam, 2013a).



Centro de Educação Ambiental (CEA)



Figura 281 - Biodiversidade da QEM, Novembro 2014

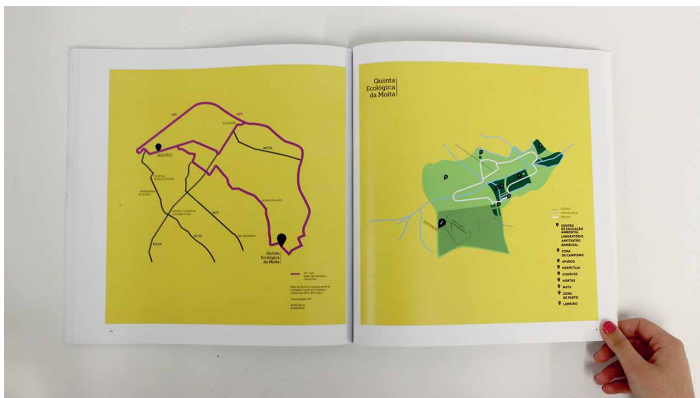


Figura 282 - Dossier de Projecto, Herpetília, 2015



Figuras 283 e 284 - Apresentação pública do projecto Herpetília, Julho 2013



Figura 285 - Recuperação e manutenção dos charcos, Setembro 2013



Figura 286 - Reparação e limpeza da casa dos caseiros, Setembro 2013



Figuras 287 e 288 - Inauguração da exposição de fotografia, Novembro 2013

das azenhas e das pocilgas, para que abrissem ao público, levou ao abandono do projecto. Contudo, com o intuito de fomentar a consciência ambiental dos cidadãos, em Julho de 2013, nove anos depois, foi celebrado um protocolo entre a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) e a SCMA, tendo em vista a dinamização do projecto de educação ambiental da QEM.⁵⁷

A recuperação da mata e do edificado tem sido efectuada através da colaboração de funcionários da SCMA e do Voluntariado Ambiental da QEM. Entretanto, procedeu-se à recuperação da rede de charcos - à construção de um charco para anfíbios -, (incluindo o lago, o fontanário e o tanque), e à monitorização e limpeza da linha de água, através do apoio do projecto “Charcos com Vida” e do “Projecto Rios”⁵⁸. Entre outras zonas que se encontram a ser recuperadas, sinalizadas e geridas nas actividades anuais do “Florestar Portugal”⁵⁹, destaca-se a remoção da vegetação exótica invasora, e a sua substituição por vegetação ribeirinha autóctone.

A Mata da Moita possui uma biodiversidade de riqueza assinalável ao nível da flora e da fauna, na sua floresta mista situada nas margens da Ribeira do Carvão (fig. 281). A Universidade de Aveiro (UA) tem efectuado um trabalho de parceria com a quinta no inventário das espécies existentes, através da colaboração com os alunos de Biologia e com os voluntários da Unidade de Vida Selvagem. Por outro lado, os alunos e docentes responsáveis do Departamento de Comunicação e Arte desenvolveram o projecto “Herpetília”, uma iniciativa de divulgação dos anfíbios e dos répteis existentes na propriedade, que pode ser consultado, quer no Facebook, quer na própria Quinta e que tem como objectivo a informação e a reaproximação entre a população e estes animais (figs. 282-284). A par destas actividades, têm-se desenvolvido, por estagiários de diversas nacionalidades, outros projectos académicos em contexto de trabalho na quinta.

Na casa dos caseiros, onde ainda existem vestígios de antigos lagares e uma inscrição com a data 1827, foi criada a Sala Tyto alba (cujo nome advém da coruja-das-torres que habitava no local), recuperada e inaugurada em Novembro de 2013, com uma exposição de fotografia acerca da floresta portuguesa, realizada em parceria com a UA (figs. 285-288). Existe ainda a intenção de se construir um edifício polivalente, em construção natural, adjacente à casa. Em paralelo, no âmbito do evento Construção Natural, foi construída uma casa-de-banho seca, conciliando a necessidade deste tipo

57 “(...) o encontro de três partes tornou possível este projecto: Joaquim Ramos Pinto, Presidente da Direcção Nacional da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), professor e investigador procurava um espaço natural para desenvolver actividades da ASPEA; Ana Jervis Cunha, Eng. Zootécnica, Educadora Ambiental, apicultora e voluntária na ASPEA, procurava uma quinta onde desenvolver actividades e Bernardo Conde, agora técnico na SCMA, continuava esperançado em desenvolver o projecto.” (QEM, 2015c).

58 Iniciativas que desenvolvem programas de participação, sensibilização, manutenção e construção associados a linhas e massas de água (Charcos com Vida, s.d. e Projecto Rios, s.d.).

59 Iniciativa da Associação Mãos à Obra, criada em 2012, com vista na reforestação massiva de espécies autóctones para a diminuição dos incêndios, do impacto da poluição atmosférica e da plantação de eucaliptos e pinheiros, de modo a preservar os ecossistemas associados (António Gonçalves, em JPN, 2012).

Processo de recuperação do lugar

Características, parcerias e divulgação



Figura 289 - Construção da casa de banho, Outubro 2013



Figura 290 - Actividades no Bambuzal, Agosto 2015



Figuras 291 e 292 - Eco Outono Festival, Outubro 2015



Figura 293 - Desenho da Horta Mandala pedagógica, Novembro 2013



Figura 294 - Construção da Horta Mandala, Novembro 2013



Figura 295 - Instalação do Apiário Pedagógico da QEM, Fevereiro 2014



Figura 296 - Inauguração do Apiário Pedagógico da QEM, Março 2014

de equipamento para os visitantes (fig. 289) (inclusive para utilizadores de cadeiras-de-rodas), com o facto deste servir como exemplo de economia de água e de produção de composto para a horta e para a floresta (QEM, 2015c).

Os principais objectivos da QEM são a requalificação de uma zona com potencial ao nível da conservação da natureza, do turismo, da agricultura biológica e tradicional, da educação ambiental, da cultura, da ciência e das actividades de tempos livres (figs. 290-292). Pretende-se a criação de um espaço que tenha a capacidade de enriquecer a qualidade de vida, ao nível pedagógico, educacional, lúdico e cultural dos visitantes, por intermédio do fomento de uma relação de maior interactividade com a população local e do estabelecimento de actividades de educação ambiental para idosos, visto a quinta partilhar o seu espaço com o referido lar de 3ª idade.

Para tal, a QEM procura a revitalização da mata, que se encontra em estado de degradação, evitando que as zonas próximas de linhas de água se transformem em pântanos, mediante um processo de conservação e gestão ambiental. Enquanto a manutenção dos espaços da quinta é assegurada pelo programa de voluntariado, a sustentabilidade económica é apoiada pela cobrança das visitas e das actividades dirigidas a escolas ou grupos (QEM, 2015b).

Em suma, a QEM é composta por cinco equipamentos principais: o Centro de Educação Ambiental (CEA), as Hortas, o Apiário Pedagógico, a Mata e o Parque de Merendas. O CEA, inserido na sala Tyto alba, é um centro de interpretação das espécies observáveis nos trilhos da mata e restante espaço da propriedade. O centro, equipado com uma biblioteca-ecoteca e com um espaço de exposição e de projecção de documentários, é aberto a acções de formação e a actividades pedagógicas, lúdicas e laboratoriais.

A horta pedagógica, denominada também de horta mandala (figs. 293-294), possui uma estrutura de canteiros elevados, que permitem o acesso fácil por cadeira de rodas, e possibilitam a visita e o contacto com as espécies cultivadas de acordo com princípios de agricultura biológica e biodinâmica. Por outro lado, enquanto as hortas familiares podem ser solicitadas e cultivadas em talhões com cerca de 60 m², (após ser ministrada formação com base nos preceitos de agricultura referidos), a horta comunitária é utilizada em regime de partilha por um pequeno grupo de agricultores.

O Apiário Pedagógico (figs. 295 e 296), proveniente da parceria com a Abelha Azul e a Timberbee⁶⁰, relaciona a função pedagógica - mediante acções de formação acerca da relevância de abelhas e outros insectos polinizadores na alimentação - com a produtiva, através da produção de mel.

⁶⁰ Empresas que prestam serviços e venda de produtos relacionados com apicultura, floresta e sustentabilidade ambiental (Timberbee, 2012 e A abelha azul, 2016).



Figura 297 - Exposição Canina e Felina de Aveiro, Setembro 2014

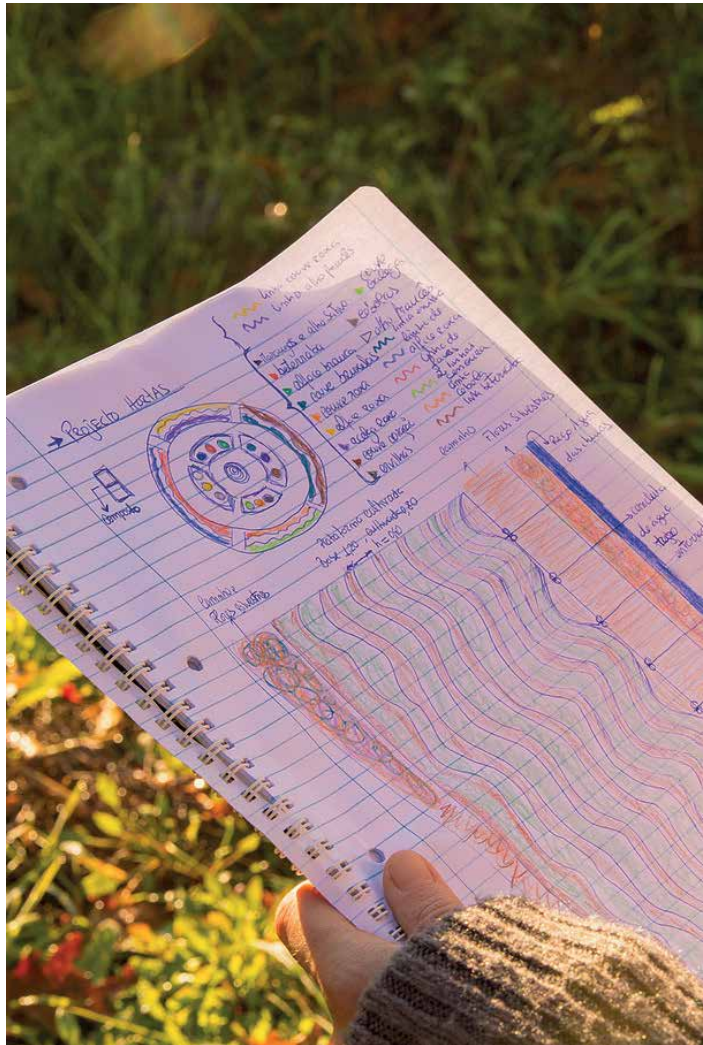


Figura 298 - Desenho de planeamento do Projecto Hortas, s.d.



Figura 299 - Apresentação do livro “A Menina e a Sábia”, Março 2015



Figura 300 - Actividade Há Vida na Água, Janeiro 2016



Figura 302 - À Descoberta da Mata com Arte, Janeiro 2016

A Mata corresponde ao espaço da quinta com maior dimensão - cerca de 15 hectares de floresta mista e de vegetação ripícola⁶¹ -, com uma rede de água constituída por valas de drenagem de águas de nascente e pluviais, por um pequeno ribeiro permanente, que alimenta vários charcos, um fontanário e um tanque de lavar a roupa construído há cerca de 200 anos; e pelos vestígios de duas azenhas, que seriam alimentadas por um sistema de valados. Devido à diversidade de ambientes, esta área relativamente pequena alberga uma grande diversidade de espécies, como já referido, o que levou ao desenvolvimento de aulas de natureza e outras actividades ao ar livre no local, como os trilhos interpretativos. Por fim, o Parque de Merendas, localizado na parte da mata junto do ribeiro, permite que os visitantes possam efectuar refeições, usufruindo das qualidades deste espaço (QEM, 2015a).

A Quinta Ecológica da Moita pretende também divulgar o seu trabalho fora do espaço da quinta (fig. 297). Contudo, como indica Joaquim Pinto (em Público, 2015), presidente da ASPEA, o único apoio financeiro atribuído até à altura tinha sido efectuado pelo Centro Económico e Cultural de Taiwan, destinado ao financiamento de um sistema de rega. Assim sendo, a intervenção e dinamização dos 17 hectares da quinta terá que ser faseado, com o apoio de interessados em desenvolver projectos que se enquadrem na filosofia do espaço.

A QEM corresponde ao caso de estudo cujas características espaciais e programáticas mais se aproximam da Quinta do Mitra. Criada através da parceria directa entre as entidades que detêm o espaço (SCMA) e a interessada (ASPEA) em desenvolver um projecto para a sua rentabilização, esta iniciativa usufrui da proximidade da cidade de Aveiro. Este factor permite-lhe conciliar o acesso aos serviços de cariz predominantemente urbano, como é o caso da UA, com o contexto de economia rural da quinta. Deste modo, efectua-se a ligação com a cidade pela via institucional, influenciando o interesse pelos recursos da quinta e assim auxiliando a sua preservação, mediante a conjugação do trabalho científico com o artístico (figs. 298-302).

Ao colocar-se em actividade determinados equipamentos e funções tradicionais da quinta - sob um ponto de vista e método de aplicação contemporâneos - alia-se a sua função produtiva aos objectivos informativos e formativos da associação. A reabilitação da casa dos caseiros, para alojamento das actividades desenvolvidas pela QEM na propriedade, confere um benefício duplo: enquanto serve de espaço de trabalho para as actividades, a casa preserva a historicidade do terreno e serve como material de estudo para técnicas de construção tradicional, matéria que pode vir a ser usada como objecto pedagógico.

61 Que vive nas ribas ou margens dos rios (Priberam, 2013i).

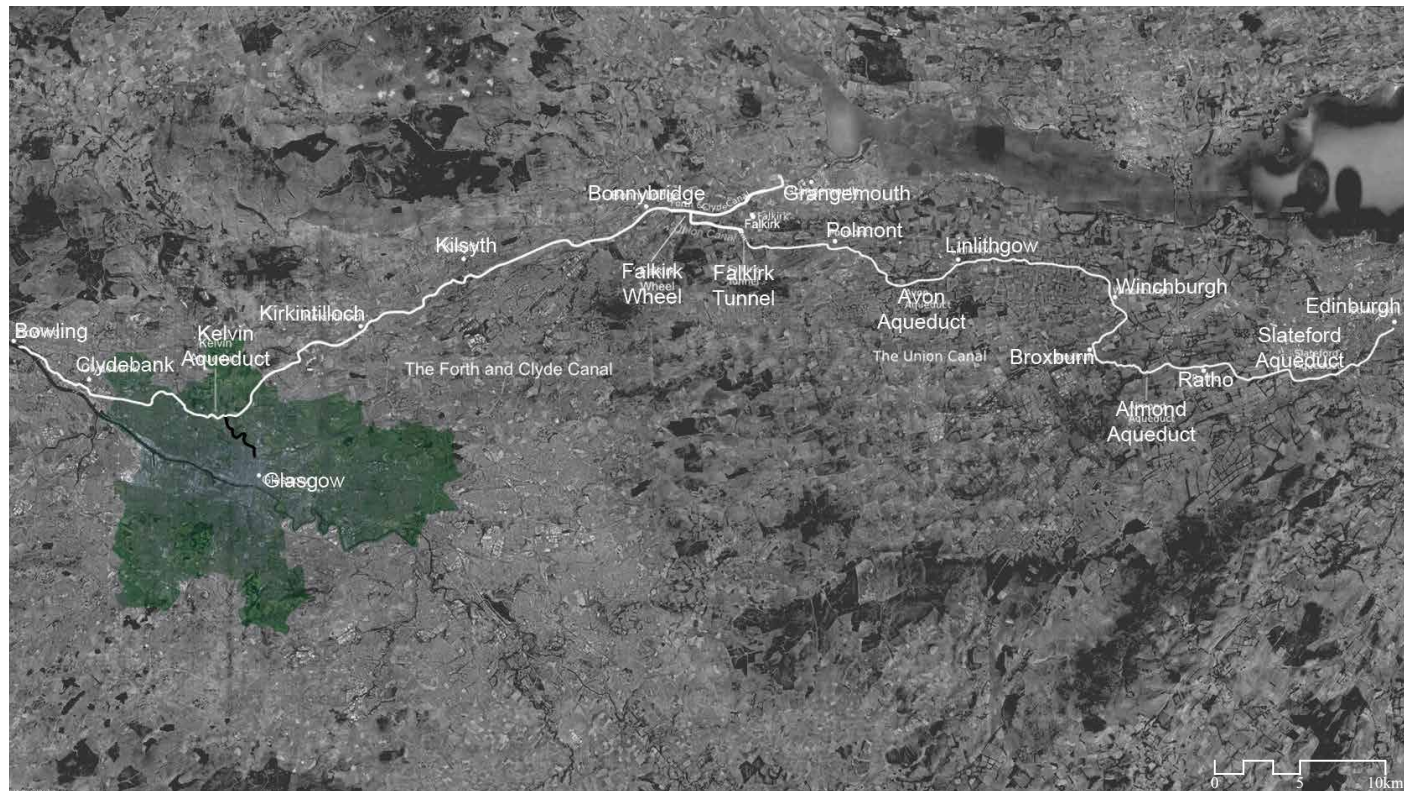


Figura 303 - Relação territorial do Great Canal com Glasgow e Edimburgo, Escócia

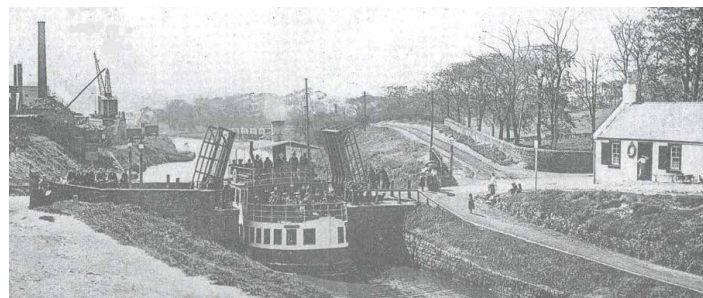


Figura 304 - Canal Forth and Clyde em Lambhill, Glasgow, s.d.



Figura 305 - Falkirk Wheel, Falkirk, Escócia, 2013

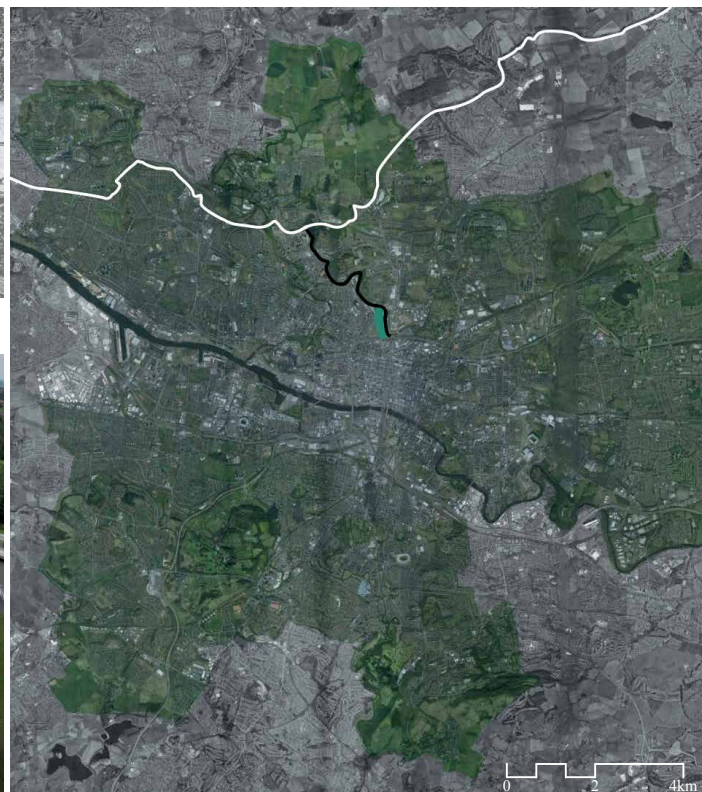


Figura 306 - Relação entre o Forth and Clyde Canal e Speirs Locks



Figura 307 - Forth & Clyde Canal, 2011

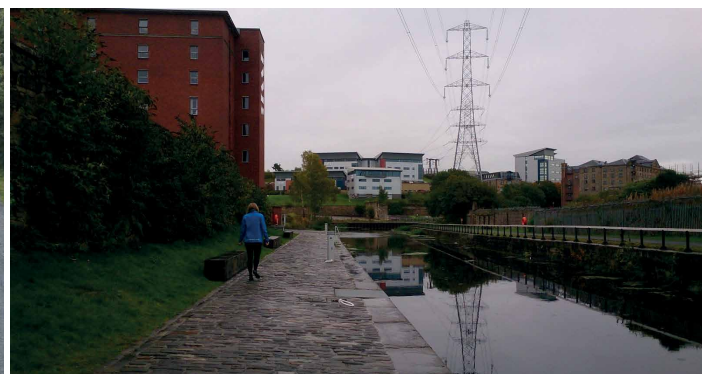


Figura 308 - Caminho marginal junto ao Glasgow Canal, Outubro 2015

3.2.3 Casos de estudo internacionais

Glasgow Canal Regeneration, Speirs Locks Masterplan, Glasgow, Escócia, 2004-2020

Inaugurado em 1790, o Great Canal - o maior empreendimento na Escócia até àquela data - proporcionava uma ligação de comércio vital, transportando em meados do século XIX mais de 3 milhões de toneladas de mercadorias e de 200 mil passageiros anualmente. O canal era o cerne da indústria da madeira, do vidro e das fundições, a que se seguiram as cervejarias e as destilarias - Port Dundas era a maior do mundo na época.

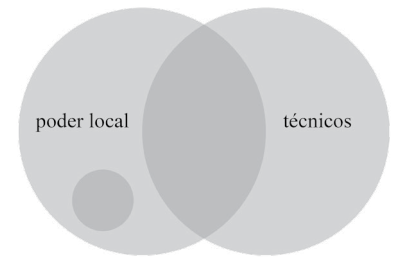
Contudo, a velocidade de transporte proporcionada pelo comboio levou a que o canal caísse em desuso, acabando por deixar de ser uma via navegável em 1963. Em 2001 é reaberto como parte do Millenium Link. Este investimento de £78 milhões, o maior restauro de um canal na Grã-Bretanha, englobou a construção da Falkirk Wheel, que reconectou os canais Forth & Clyde ao Union, pela primeira vez em 70 anos (figs. 303-307). Em consequência, esta obra tem promovido uma renovação das comunidades no Norte de Glasgow (Glasgow's Canal, s.d.d).

Após o auge desta infraestrutura, a população situada ao longo do Glasgow Canal tem sofrido um declínio social considerável, enfrentando no presente alguns dos desafios mais significativos da Europa Ocidental. O colapso da indústria pesada, aliado à demolição e ruína dos conjuntos habitacionais, deixou um legado de muitos hectares de terra abandonada. Além disso, esta zona sofre de vários obstáculos físicos - como os postes e as linhas de alta tensão que, além de danificarem a saúde e a paisagem, limitam as possibilidades de requalificação urbana (fig. 308). À ausência de oportunidades de acesso e de atravessamento, acresce a pobre visibilidade do canal, o que levou a uma generalizada falta de consciência da sua existência por parte dos próprios habitantes de Glasgow (Glasgow's Canal, s.d.b).

Em virtude da dimensão da iniciativa, foi seleccionado para análise o caso específico do Speirs Locks Masterplan, junto ao Forth & Clyde Canal, em Glasgow. No âmbito deste plano, a Glasgow Canal Regeneration Partnership (GCRP) (2008, pp. 5-42) - formada pela Câmara Municipal de Glasgow e pela ISIS Waterside Regeneration Limited⁶², com o apoio da British Waterways Scotland⁶³ -, redigiu um relatório em resposta a um pedido de propostas do

⁶² Formada em 2002, propriedade conjunta do Canal & River Trust - órgão de solidariedade criado para cuidar dos cursos de água - e do Muse Developments, trata-se de uma empresa especializada na regeneração de zonas ribeirinhas que, tendo em vista uma abordagem virada para o renascimento urbano, investe 50% dos seus lucros nas vias navegáveis da Grã-Bretanha, (ISIS Waterside Regeneration, 2013).

⁶³ Apesar de, em 2012, ter sido extinta e substituída em Inglaterra, a British Waterways continua a existir na Escócia como entidade jurídica para tratar dos canais, sob o nome Scottish Canals (British Waterways, 2012).



Problemas do contexto

Speirs Locks Masterplan



Figura 309 - Speirs Wharf, Port Dundas, 2007



Figura 310 - Edington Street, Glasgow, 2016



Figura 311 - Garscube Road, Glasgow, 2016



Figura 312 - Construção da M8, Garscube Road, Cowcaddens, c. 1970



Figura 313 - Vista de Speirs Locks, 2011-2012

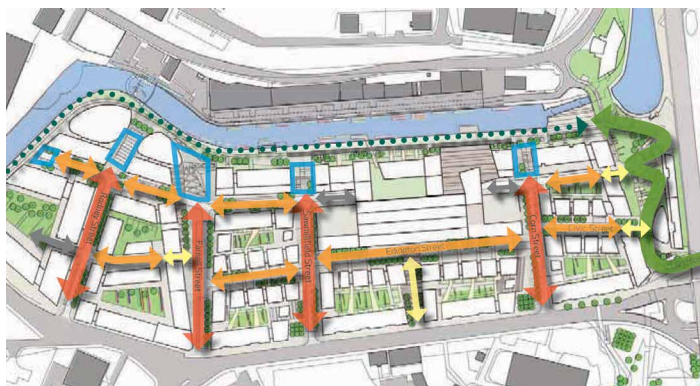


Figura 314 - Planta com esquema de circulação, 2008



Figura 315 - Landscape Link, s.d.

governo escocês, no âmbito da Scottish Sustainable Communities Initiative⁶⁴. Este plano pretende criar uma comunidade sustentável através dum compromisso com as comunidades locais e partes interessadas, em todos os estados de desenvolvimento, com datas previamente calendarizadas.⁶⁵ A GCRP pretende que, em 2020, o canal esteja transformado num ambiente ribeirinho com qualidade, tendo adoptado, para garantir a dimensão europeia da intervenção ao nível da sustentabilidade, a Sustainable Regeneration Charter, baseada nos pilares People, Planet and Places (Pessoas, Planeta e Lugares).

No entanto, a intenção de renovar esta zona não é recente, dado que os antigos armazéns Speirs Wharf, construídos nos anos 50 do século XIX - e que dominam a paisagem do lado Este (fig. 309) -, foram renovados e convertidos, no início dos anos 90, em escritórios, unidades para pequenas empresas e apartamentos, conferindo um sentido de lugar, de identidade e de dimensão urbana ao local. Esta situação contrasta com a maioria dos espaços da zona, que têm pouca relação com edifícios adjacentes, o que cria uma percepção de afastamento e de falta de segurança, provocados pela falta de sensação de envolvimento (figs. 310 e 311). Contudo, apesar desta renovação ter sido o precedente da regeneração do canal, não contribuiu para colmatar a significativa falta de consciência da presença desta linha de água, não obstante a sua protecção como Scheduled Ancient Monument.

Esta zona, localizada na orla central de Glasgow, entra em contacto com o centro através da Garscube Road, passando debaixo de um viaduto da auto-estrada M8, que delimita o lado Sul de Speirs Locks (figs. 312 e 313). Esta via transversal à estrada constitui um trajecto-chave para infraestruturas, em que, apesar de os cabos e as tubagens passarem, maioritariamente, por baixo das ruas, estão dispersos em determinadas zonas.

O traçado das vias propostas no plano baseia-se na manutenção da matriz das ruas existentes e na melhoria do acesso ao canal, mediante o incentivo do movimento em torno desta zona. Para esse efeito, é estabelecida uma hierarquia de percursos, dando prioridade às ruas que fazem o trajecto Este-Oeste, pela encosta até ao canal, pontuadas com acessos pedonais à zona ribeirinha. Por outro lado, de forma a criar um ambiente mais tranquilo, as ruas com orientação Norte-Sul têm prioridade pedestre, enquanto as estritamente pedonais, de menor escala, possibilitam o movimento de menor tráfego entre os blocos (fig. 314). Junto ao canal, o denominado “Landscape Link” trata-se de um corredor verde para peões e ciclistas que, além de ligar o centro directamente com a via marginal, cria um filtro vegetal entre Speirs Locks e a estrada (fig. 315).

⁶⁴ Iniciativa criado em 2008 para encorajar a criação de lugares onde uma elevada qualidade de vida possa ser alcançado convidando à participação entidades públicas e privadas (The Scottish Government, 2015).

⁶⁵ O Speirs Locks Masterplan Framework, com um orçamento de £100 milhões, que abrange uma área de aproximadamente 4.000 m² em volta do canal, motivou um programa de consulta que envolveu mais de trezentas pessoas durante o período de dez meses (Welch, em Glasgow Architecture, 2008).

Speirs Wharf

Traçado do plano (Lugares)

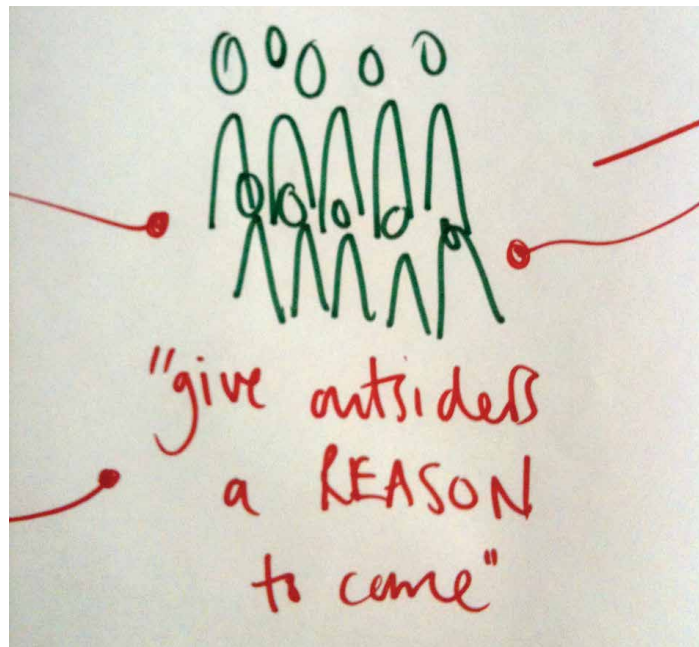


Figura 316 - Frase “Dar aos forasteiros uma razão para virem.”, 2010

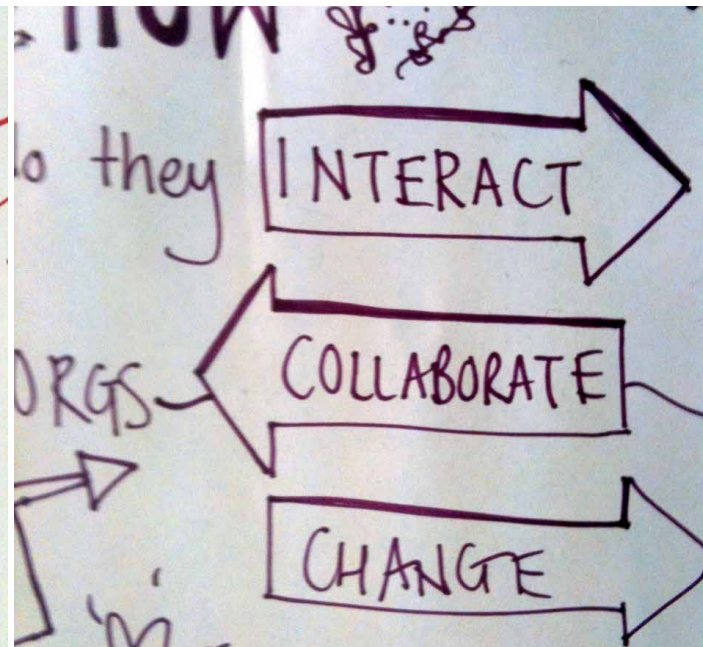


Figura 317 - Esquema “Interagir, Colaborar, Mudar”, 2010

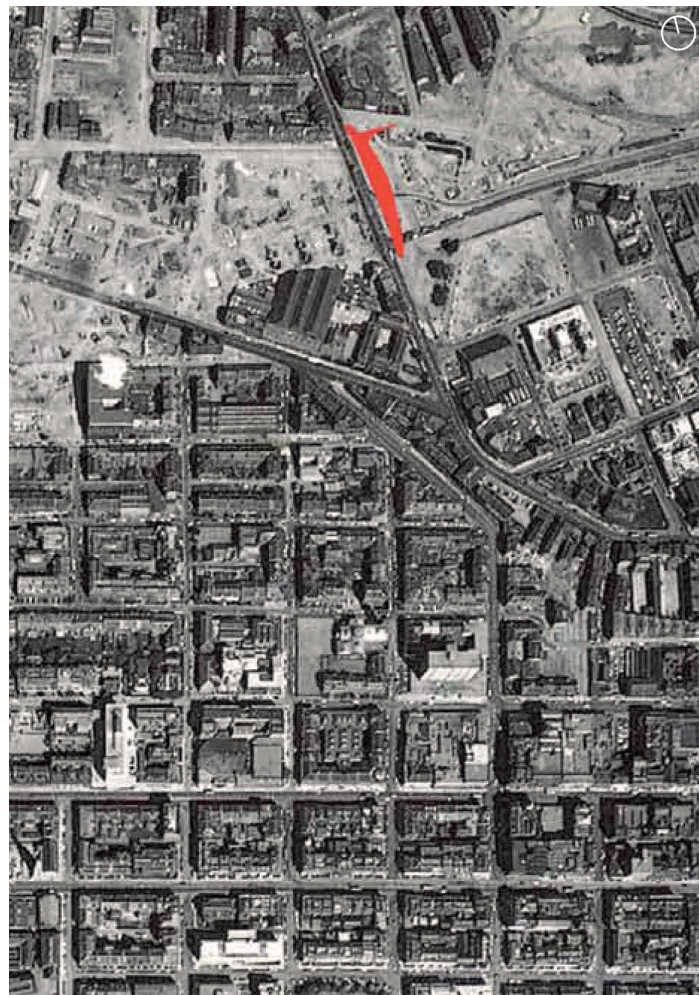


Figura 318 - Garscube Landscape Link sobre construção da M8, s.d.



Figura 319 - Marginal do Forth & Clyde Canal, s.d.

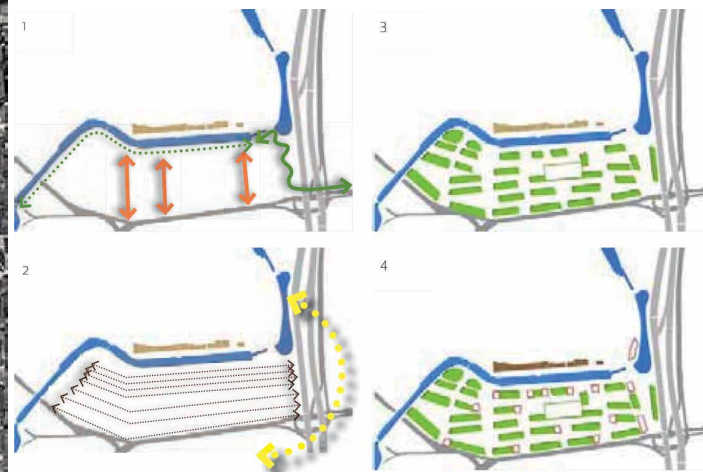


Figura 320 - Marginal do Forth & Clyde Canal, 2008



Figura 321 - Corte transversal do plano, 2008

Enquanto a implantação dos volumes propostos foi pensada de modo a não obstruir a relação visual da zona ribeirinha com elementos reconhecíveis da cidade, o desenho dos edifícios permite a flexibilidade de uso ao longo do tempo, conjugando-os com os existentes na zona. A opção pelos usos comerciais e de venda a retalho no piso térreo cria uma frente urbana que fomenta o interesse e a actividade pública e privada, em simultâneo com um eixo cultural e criativo que respeite e fomente as actividades existentes.

O GCRP efectuou um estudo acerca da zona de Port Dundas - onde Speirs Locks está inserida -, com o objectivo de examinar a indústria e o comércio existentes e reflectir sobre o modo de catalisar o crescimento económico e a diversidade. Com o intuito de garantir que as intervenções contribuíssem para colmatar as necessidades de habitação identificadas na zona - procurando uma renovação social, com facilidade de acesso a todo o tipo de serviços por parte de todos os residentes, independentemente da sua circunstância -, a entidade reuniu com a Glasgow Housing Association e a Queens Cross Housing Association (figs. 316 e 317). Como tal, o plano fomenta o desenvolvimento dos lugares vazios através do uso público, comercial, hoteleiro, cultural, recreativo e residencial - com várias tipologias -, de forma a possibilitar a diversidade de acesso.

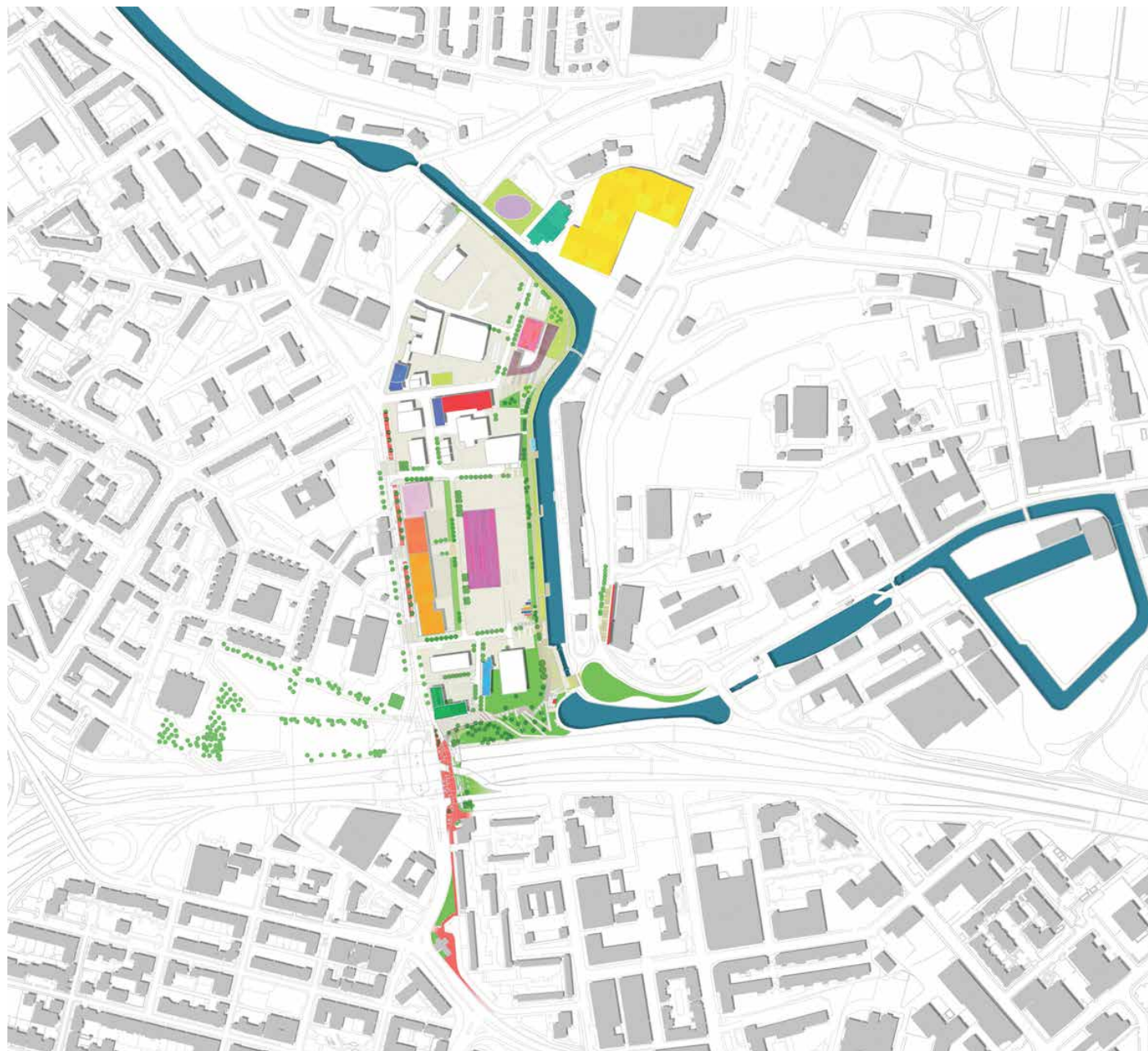
Adicionalmente, com a consciência das estatísticas que relacionam directamente a privação de recursos com o desenvolvimento de problemas de saúde, o plano aposta na oferta de locais para lazer, passeio e ciclismo, e na diminuição do desemprego - por intermédio do aumento do número de postos de trabalho - optando por caracterizar esta área como uma zona de trabalho, em detrimento de impor a deslocação de serviços para outra localização.

A proximidade de Speirs Locks com o centro de Glasgow - a 1,6 km da George Square, a praça principal da cidade - permite que serviços, postos de trabalho e lojas estejam acessíveis a pé, de bicicleta ou de transportes públicos, em detrimento do carro privado, característica fomentada pelo reforço e pela definição dos trajectos marginais e de ligação à cidade (fig. 318). Este plano fomenta a conversão do canal numa paisagem-chave e num corredor de vida selvagem que interage com o tecido urbano e os espaços verdes adjacentes, cujas terras, contaminadas desde o declínio da indústria, se encontram em tratamento, através do auxílio do fundo governamental Vacant & Derelict Land.

De forma a garantir qualidade e sustentabilidade a longo prazo, apostou-se na variedade, na flexibilidade e na inovação da tipologia das intervenções incorporadas no desenho do plano. A implantação adoptada tenciona rentabilizar e compatibilizar a topografia, promovendo, ao mesmo tempo, a privacidade entre blocos e o aproveitamento da luz natural como meio primário de iluminação dos espaços internos. A redução do desconforto das zonas ribeirinhas expostas ao vento e o ruído vindo da auto-estrada foi também um dos objectivos (figs. 319-321).

Política social (Pessoas)

Sustentabilidade ambiental (Planeta)



Figuras 322 e 323 - Speirs Locks Regeneration Framework and Masterplan, s.d.

Para a construção dos volumes, apostou-se na utilização de tecnologias de baixo carbono - como energia solar e eólica -, no uso de materiais com baixo impacto ambiental, na ventilação natural, nas coberturas verdes, nos sistemas de redução de perda de água da chuva para os sistemas de drenagem, na catalogação energética e na redução do desperdício. Este processo foi monitorizado durante o decorrer do projecto, tendo sido criado um plano de sustentabilidade, consoante a anteriormente referida Sustainability Charter (Glasgow Canal Regeneration, 2008, pp. 5-42).

A estratégia de aplicação do Speirs Locks Masterplan, “Growing The Place”, levada a cabo pelo gabinete 7N Architects⁶⁶, tem conduzido ao rejuvenescimento de 14 hectares desta zona negligenciada.⁶⁷ O método de intervenção teve a sua origem na reflexão acerca de espaços urbanos existentes que foram transformados por grupos criativos que procuram sectores da cidade que sejam baratos mas, ao mesmo tempo, suficientemente centrais e com uma atmosfera diferente da norma.

Growing The Place, 7N Architects

O desenho baseou-se na criação de lugares - com a tónica num investimento inicial limitado a iniciativas culturais de alto perfil -, de modo a derrubar as percepções negativas acerca do local, e a impulsionar o valor social, cultural e económico da zona (figs. 322 e 323). O plano, aprovado como Supplementary Planning Guidance⁶⁸ pela Câmara Municipal de Glasgow, recebeu o BURA Award for Strategy and Masterplanning e é um dos onze projectos exemplares seleccionados pela anteriormente referida Scottish Sustainable Communities Initiative (7N Architects, s.d.c).

No processo de fomentar um sentido de lugar das comunidades ribeirinhas, foi realizado, em Fevereiro de 2012, um documento de consulta com as intenções da British Waterways Scotland para a recuperação dos canais, incentivando à participação das populações na intervenção (Glasgow’s Canal, 2012). Após este processo, a GCRP disponibilizou um Plano de Acção, que continha as intervenções a realizar durante um prazo de cinco anos (Glasgow’s Canal, s.d.c).

⁶⁶ Gabinete sediado em Edimburgo, Escócia, onde a arquitectura, o planeamento urbano, o urbanismo, o paisagismo e o empreendedorismo social, mediante uma abordagem dinâmica de regeneração ambiental, aposta numa abordagem holística, de forma a melhorar os lugares através de estratégias baseadas no próprio contexto físico, social e económico (7N Architects, s.d.a).

⁶⁷ Como é exemplo a mudança da The Royal Scottish Academy of Music and Drama (RSAMD), The National Theatre of Scotland e da Glasgow Academy of Musical Theatre Arts (GAMTA) para três edifícios industriais da zona, motivada pela oferta de grandes áreas a um preço de arrendamento que estas companhias puderam suportar (Welch, em Glasgow Architecture, 2009).

⁶⁸ Apoia e clarifica as políticas de planeamento e os planos, com guias para o desenvolvimento residencial e para a conservação, ou com os critérios e técnicas padrão a serem consideradas quando se lida com categorias específicas ou aspectos particulares do desenvolvimento (Planning Portal, 2015).



Figura 324 - Apresentação do plano no Bigman Festival, s.d.



Figura 325 - Garscube Underpass, s.d.

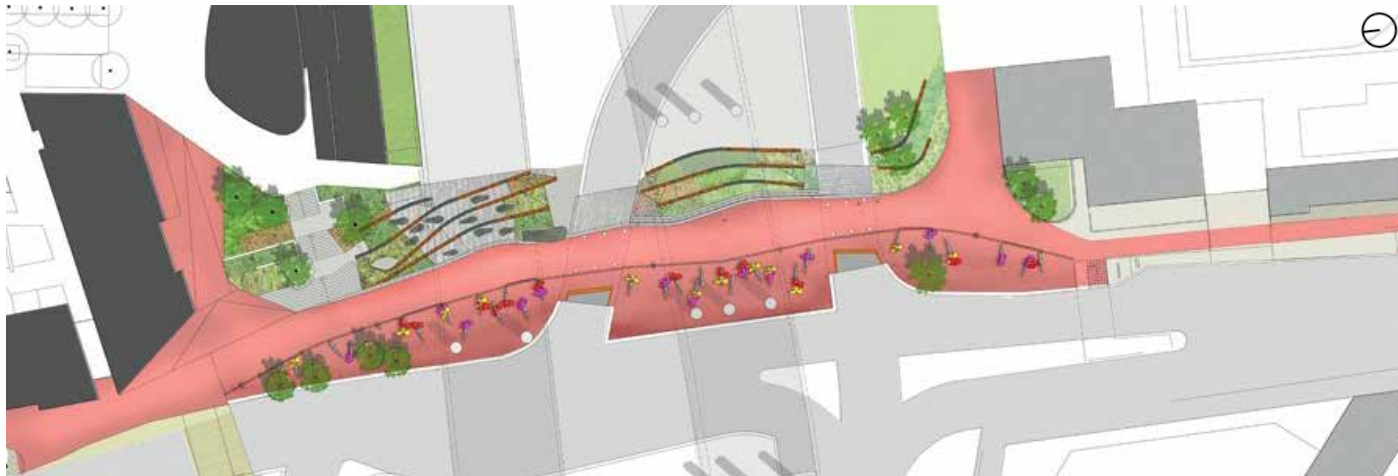


Figura 326 - Garscube Landscape Link, 2010



Figura 327 - Corte transversal, s.d.

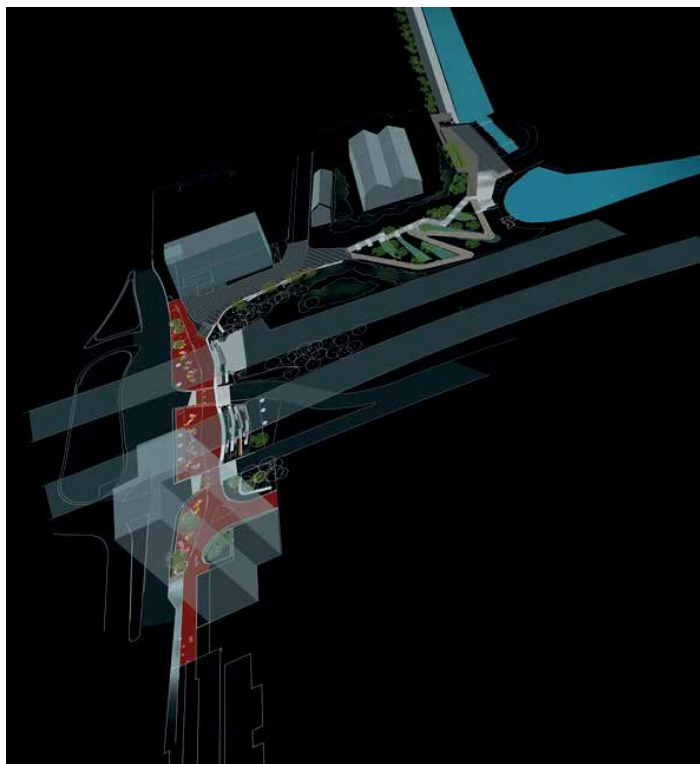


Figura 328 - Representação axonométrica do Landscape Link, 2010

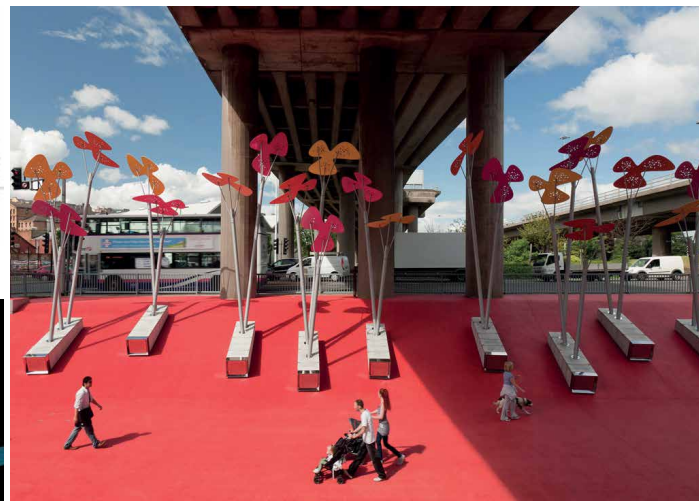


Figura 329 - Garscube Landscape Link, 2010

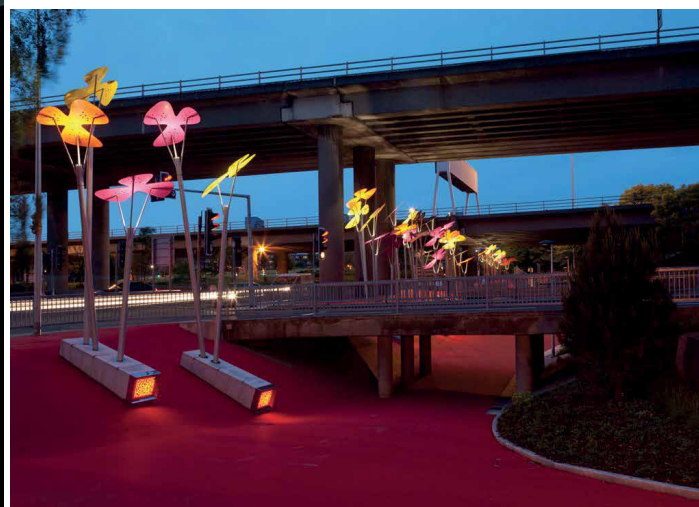


Figura 330 - Garscube Landscape Link, 2011

A iniciativa de participação com mais destaque realizou-se em Fevereiro de 2015, no Firhill Stadium, onde a população foi convidada a ajudar a definir o futuro da comunidade. Acompanhados por uma equipa especializada de projectistas, e em paralelo com um programa cultural complementar, que envolveu as crianças da escola local e artistas, os cidadãos participaram numa série de oficinas de design, onde partilharam as suas ideias. Este evento obteve o apoio de agências, de grupos comunitários e de várias entidades, como a Câmara Municipal de Glasgow, o Governo escocês, o NHS Scotland⁶⁹, o Scottish Canals, o Partick Thistle Football Club, associações de moradores, entre outros. As ideias e conceitos foram discutidos ao longo dos quatro dias do evento, e exibidos no último dia (Glasgow's Canal, 2015).

No âmbito das iniciativas de comunicação do plano, o Bigman Festival, evento direccionado à comunidade em volta do canal, tem permitido igualmente uma maior ligação dos residentes com a água e ao conhecimento dos objectivos de regeneração da zona (fig. 324). Este festejo engloba diversas actividades ao ar livre, como canoagem, viagens de barco ao longo do canal, pesca, dança, concertos, confecção de comida, conto de histórias, teatro de rua, exposições, entre outras (Glasgow's Canal, s.d.a).

A primeira fase da regeneração da zona de Speirs Locks passou pela intervenção na já referida ligação crucial ao centro da cidade, cortada, nos anos 60, pela construção da auto-estrada. Este interface tinha-se convertido numa barreira inóspita, um local hostil, escuro, sujo, barulhento e intimidante (fig. 325). O Garscube Link, projectado pelos gabinetes 7N Architects e Rankin Fraser Landscape Architecture, é uma intervenção de domínio público destinada aos pedestres e aos ciclistas, que volta a conectar o Norte de Glasgow com o centro da cidade⁷⁰ (figs. 326-330). Este espaço público - substancialmente mais largo do que a passagem subterrânea antecedente -, unido por uma superfície de resina vermelha, é iluminado por cinquenta flores de alumínio colorido, de 8 metros de altura, que contrastam com a firmeza do betão. O GarscubeLinkfoidenominado de “ThePhoenixFlowers”, aludindo ao antigo Phoenix Park, que existia neste local antes da construção da estrada (7N Architects, s.d.b).

O edifício original do The Glue Factory, projectado por John Keppie - com a colaboração de Charles Rennie Mackintosh - e cuja construção foi iniciada em 1891, foi utilizado pela indústria da água mineral, das bicicletas e da cola, a que se sucederam 12 anos sem ocupação. Em 2010, o FINN Collective foi o primeiro a utilizar o equipamento para fins artísticos, no Glasgow International Festival of Visual Art, tendo sido explorado de forma intermitente até à criação do The Glue Factory CIC, em Fevereiro de 2011. Desde então, a Community Interest Company arrendou o edifício e desenvolveu o programa, os espaços para eventos e os estúdios, com o apoio de voluntários, parceiros e colegas.

⁶⁹ Serviço Nacional de Saúde escocês (Scotland's Health On The Web, 2015).

⁷⁰ Mediante o investimento de £1.2 milhões, a obra foi realizada entre 21 de Setembro de 2009 e 28 de Junho de 2010 (Contemporist, 2010).



Figura 331 - Empena do The Glue Factory, 2013



Figura 332 - The Glue Factory Bazaar, Glue Factory, 2011

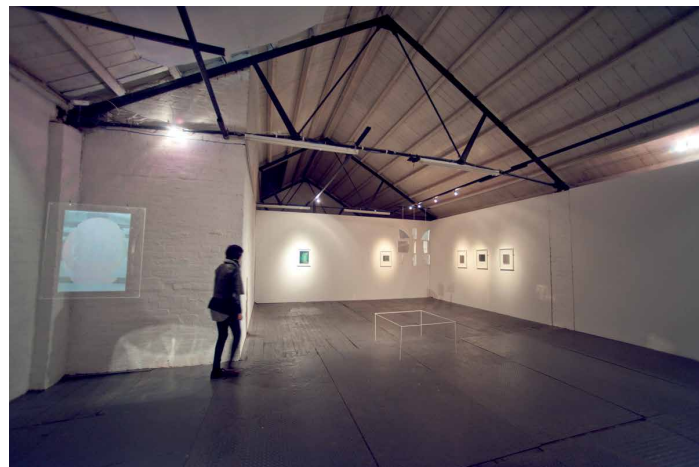


Figura 333 - Holography Unit exhibition, Glue Factory, 2012



Figura 334 - Bar do Glue Factory, 2012



Figura 335 - Armazéns da BBC antes da intervenção, Glasgow, s.d.



Figura 336 - Royal Conservatoire of Scotland, Glasgow, 2010

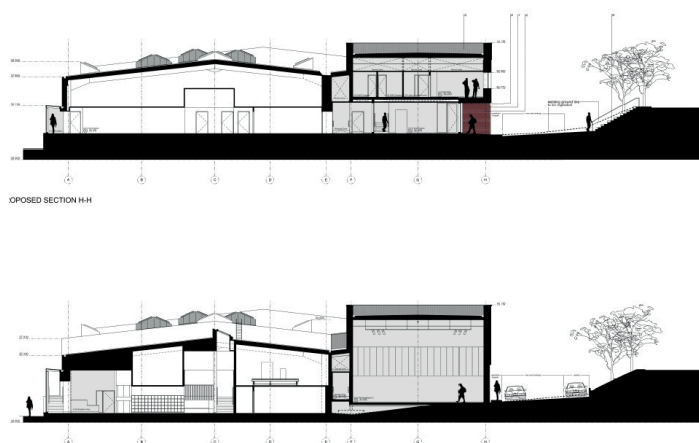


Figura 337 - Cortes transversais, s.d.



Figura 338 - Sala de ensaios, 2015

O The Glue Factory, companhia de interesse comunitário sem fins lucrativos formada por um comité de pessoas que trabalham em arte, design, arquitectura, música e produção de eventos, trata-se de uma plataforma independente, para eventos artísticos, e de um espaço de trabalho. O edifício, desde a sua abertura, acolheu mais de 140 eventos, visitados por mais de 20.000 pessoas.

Inserido numa iniciativa de regeneração cultural, o The Glue Factory explora e questiona a pertinência o seu próprio papel no contexto social, analisando a necessidade e razões para a própria existência deste tipo de equipamento na zona (figs. 331-334). O espaço procura uma perspectiva de implementação de um processo contínuo de pesquisa, de disseminação e de discussão de modelos alternativos de desenvolvimento de dispositivos para produção cultural, num espaço que salienta a importância da sua própria sustentabilidade financeira, procurando ser independente de financiamento público, através das receitas provenientes de eventos realizados e do arrendamento dos seus estúdios (The Glue Factory, 2014).

O Royal Conservatoire of Scotland, considerado um dos mais importantes conservatórios da Europa, abriu em 2011 o The Speirs Locks Studios, uma intervenção do gabinete Malcolm Fraser Architects⁷¹ que, com instalações que estão entre as melhores a nível europeu, proporciona um ensino especializado nas Artes de Técnica e Produção, Teatro Musical e Ballet Moderno, desenvolvido em quatro estúdios: de dança, de teatro musical - ambos para ensaio -, de desenho e de construção de cenários e de caracterização (Glasgow's Canal, s.d.f).

Royal Conservatoire of Scotland

Mediante uma abordagem de baixo custo, o conservatório resulta da reabilitação de umas instalações industriais em Speirs Locks, através da reutilização de grande parte do tecido existente (figs. 335-338). O exterior foi alterado e procedeu-se ao acrescento de um volume lateral com dois pisos, no lado Este do edifício, revestido a tijolo e folhas de aço, juntamente com o reencaminhamento da ventilação existente e da inserção de clarabóias, utilizando a mesma prática que foi bem recebida no Scottish Ballet, referido nas páginas 169-171 (Urban Realm, 2012).

Segundo a entidade (The Whisky Bond, 2016), este edifício foi construído em 1957 para servir de entreposto aduaneiro das Highland Distilleries e, mais tarde, de acordo com Amanda McCall (em stv News, 2012), com as janelas tapadas para criar um espaço escuro e húmido, foi utilizado para cultivo de cogumelos, tendo depois permanecido vazio e sem uso durante 10 anos. David Watt, director dos Glasgow Sculpture Studios (GSS), refere que a British Waterways pretendia reabilitar a estrutura e convertê-la em habitação. Contudo, devido à crise financeira, os planos foram alterados, dando a oportunidade a organizações culturais de se mudarem para lá.

The Whisky Bond

⁷¹ Gabinete de arquitectura sediado em Edimburgo, Escócia, que, após 22 anos de actividade, premiada em vários momentos, entrou em liquidação no ano de 2015 (Waite, 2015).



Figura 339 - The Whisky Bond, Speirs Locks, Glasgow, 2015



Figura 340 - Oficina de madeiras do Glasgow Sculpture Studios, 2015

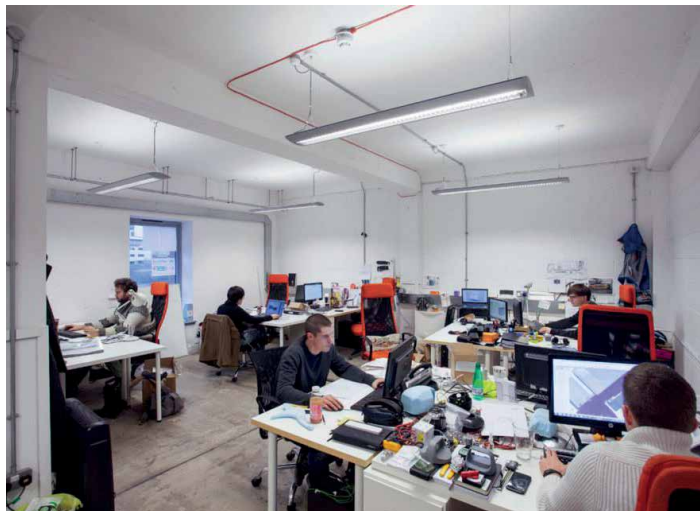


Figura 341 - Estúdio do gabinete Fearsomengine, 2013



Figura 342 - Exposição de Josephine Sweeney, 2014

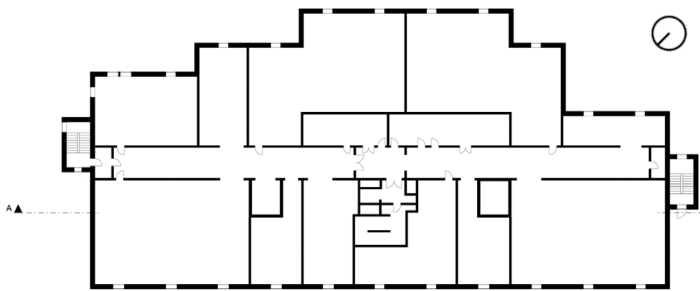


Figura 343 - Piso Tipo, 2014

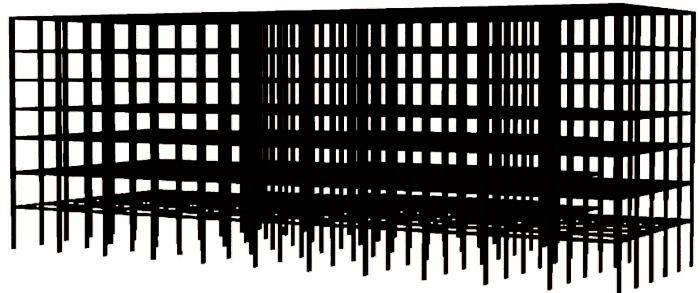


Figura 346 - Representação da estrutura, 2014

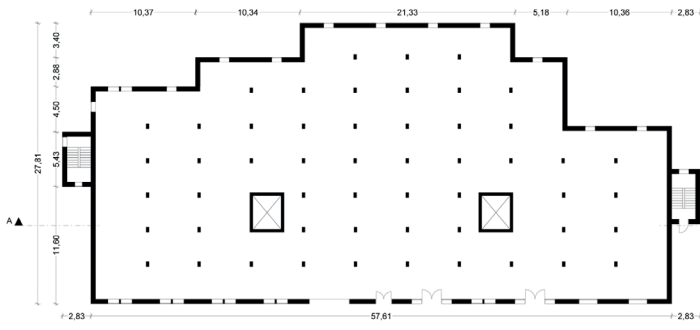


Figura 344 - Piso térreo, 2014

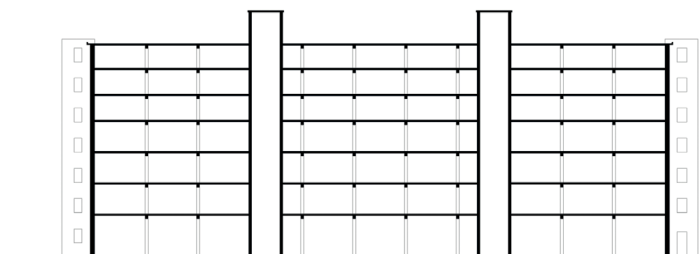


Figura 345 - Corte AA, 2014



Figura 347 - Summer Party 2015, Maryhill Community Garden

Scott Wright (em Herald Scotland, 2014) noticia que, com de cerca de 9.300 m², distribuídos por sete pisos, mediante o investimento de £5 milhões, esta obra, liderada pela GCRP, teve início em 2010. O GSS, inquilino original, levou à aposta noutros arrendatários dentro das indústrias criativas, que empregam 25.000 pessoas em Glasgow. Durante a realização da primeira fase, concluída em 2012, surgiram sensivelmente em simultâneo a Scottish Opera, o The Royal Conservatoire of Scotland e a The Glue Factory.

O gabinete Network Five⁷² (2013) refere que, com um orçamento escasso, optou por aplicar materiais simples e por manter à vista a estrutura de betão e as novas infraestruturas mecânicas e eléctricas, o que resultou num espaço de trabalho robusto e sem adições supérfluas. Os primeiros três pisos foram reabilitados e convertidos num complexo de estúdios para os GSS, com oficinas de metais, madeiras e resina, estúdio de projecto e espaços de galeria (figs. 339-342). Em contrapartida, os pisos superiores foram reservados para o desenvolvimento de espaços de trabalho flexível, destinados a empresas de pequena dimensão ou em início de carreira. Adjacente ao edifício foi criado um parque de estacionamento com 80 lugares para inquilinos e visitantes.

David Watt (em stv News, 2012) indica que a obra demorou cerca de 10 meses a ser concluída, dado as alterações à estrutura existente terem sido mínimas. Estas consistiram na inserção de uma caixa de escadas central, de um elevador, do sistema de aquecimento e de iluminação artificial - monitorizados por sensores de movimento -, de uma cobertura nova e da abertura das janelas que se encontravam encerradas. Watt acrescenta que o edifício, cuja estrutura em betão, sem paredes estruturais (figs. 343-346) e concebida para suportar o peso dos barris, é ideal para artistas e designers, quer pelo ambiente de trabalho proporcionado, quer pela capacidade de suportar esculturas de grande peso.

No final da Primavera de 2013, após um pedaço de terreno sem uso do Whisky Bond ter sido arrendado à Maryhill Climate Challenge⁷³, o espaço foi transformado num jardim comunitário para uma série de grupos locais, tais como residentes idosos, um infantário e centros de estudo, mediante um orçamento reduzido proveniente de subvenções e doações. Com a ajuda de voluntários do Glasgow Sculpture Studios e do Glasgow Wood Recycling, este terreno foi transformado num espaço verde, com as plantações cultivadas em barris de *whisky* e em estruturas compostas por sacos e pranchas de andaimes descartadas (fig. 347).⁷⁴ Complementarmente, têm sido realizadas sessões

⁷² O próprio gabinete tem sede no edifício, estando a efectuar o projecto para que o último piso receba a deslocação dos escritórios do Scottish Canals para o Oeste da Escócia (Network Five, 2013).

⁷³ Projecto comunitário que pretende reduzir as emissões de carbono na zona Noroeste de Glasgow pela via da alimentação saudável, redução de défice de combustível, aumento da biodiversidade e da qualidade do ambiente construído (The Whisky Bond, 2014)

⁷⁴ Mediante a colaboração do gabinete artístico f-ind, do The Maryhill Climate Challenge, do The Whisky Bond e das Frankland Industries (F-ind, 2013).

Maryhill Community Garden

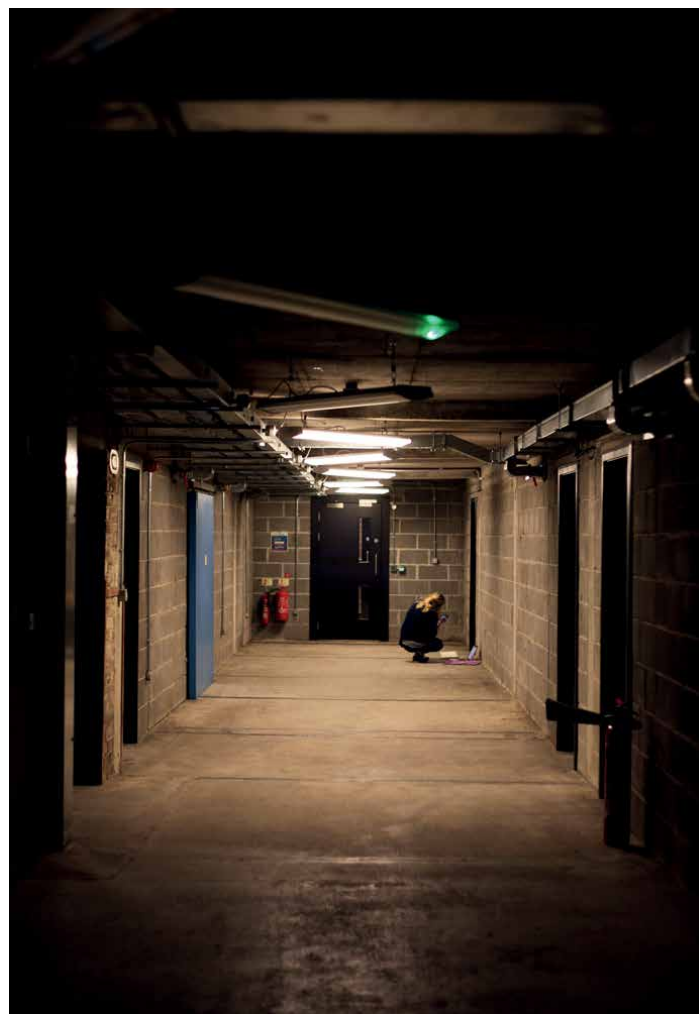


Figura 348 - Vista de corredor, 2014

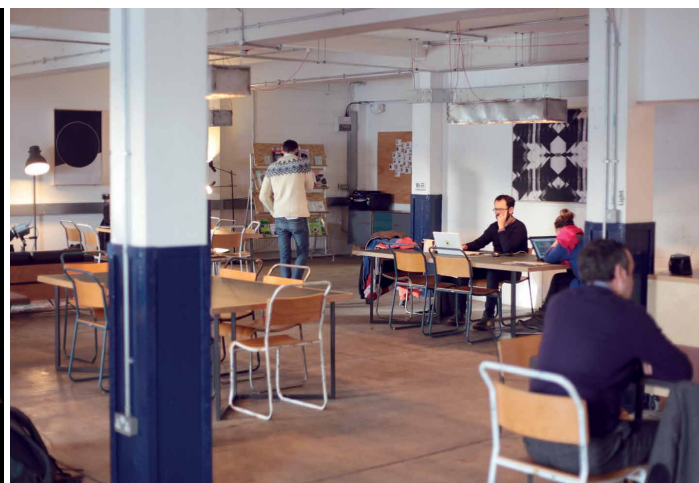


Figura 349 - The Distillery, The Whisky Bond, s.d.



Figura 350 - The Whisky Bond Summer Party, Glasgow, 2015



Figura 351 - Modelação 3d com vista aérea da proposta, 2012



Figura 352 - Fotomontagem com vista a partir de Speirs Warf, 2013

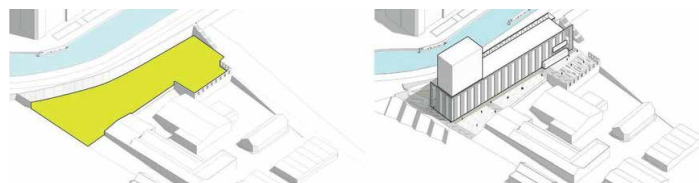


Figura 353 - Fases de desenvolvimento do Speirs Locks Students Campus, 2013

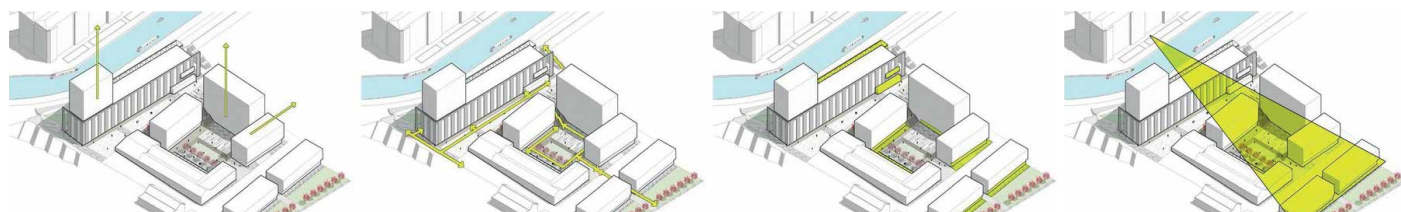


Figura 354 - Diagramas da estratégia para o Speirs Locks Students Campus, 2013

educativas de forma a consciencializar e a ensinar pessoas de todas as idades o cultivo da própria comida com baixo impacto ambiental, compostagem e cozinha sustentável (The Whisky Bond, 2014).

Segundo o gerente de desenvolvimento Gary Watt (em Herald Scotland, 2014), o projecto realizado em duas etapas, com a conversão dos quatro pisos inferiores, abertos em 2012, e dos três pisos superiores no fim de 2014, deve o seu sucesso à atracção dos inquilinos pelo contraste que o espaço faz com os escritórios tradicionais, seja pela sua estética industrial, espaços crus, pavimentos em betão e infra-estruturas à vista, seja pela burocracia simples. Um mês após o lançamento, cerca de 50% destes espaços de trabalho já tinham inquilinos, designadamente arquitectos, designers e empresas de tecnologia (figs. 348 e 349).⁷⁵

Watt aponta que a recessão de 2008 surgiu como uma oportunidade para repensar os edifícios e espaços vazios quando, anteriormente, os projectos de regeneração se concentravam em construir novos blocos de apartamentos, e espera que, actualmente, o compromisso assumido pelas empresas vá aumentar o conhecimento acerca de Speirs Locks, dado antes não existirem razões para que as pessoas se deslocassem àquele local (fig. 350).

O co-fundador do gabinete Stellan-Brand, Paul Stellan (em Glasgow Architecture, 2013), indica que o facto do plano ter sido efectuado durante o pico do mercado conduziu a que progressivamente o local se tornasse atractivo para companhias de arte locais e nacionais. Esta evolução do contexto, que levou à afirmação do local como um núcleo criativo, motivou a alteração do plano original, levando à aposta na área da educação e da arte. Deste modo, as propostas pretendem a consolidação e o reforço das zonas com um carácter accidental ou *ad hoc*, mediante a introdução de novos espaços públicos, da melhoria das conexões pedonais, e de usos alternativos (figs. 351-354).

Tendo em consideração o plano do gabinete 7N Architects, o escritório Stellan-Brand reconsidera o espaço, a forma e a função, de maneira a fomentar a vida estudantil e o ambiente local como um todo. Estepólo localiza-se a uma distância a pé de uma série de instituições de ensino como University of Strathclyde, University of Glasgow, New Glasgow College, The Royal Conservatoire, The Glasgow School of Art e Stow College (Speirs Locks Student Campus, 2012b).

De forma a rentabilizar o espaço aberto, todas as actividade sociais do *campus*

⁷⁵ O The Distillery, *open space* flexível para *coworking*, situado no 3º piso, organizado e desenhado por designers de Glasgow, estimula a conversa, o debate, e a partilha de ideias entre diferentes membros activos das empresas através da partilha do espaço da cozinha e das áreas comuns. A elevada afluência levou a que, no ano de 2015, os usos se tivessem expandido para os pisos superiores, para espaços maiores (Benmakhlouf, em The Skinny, 2015).



Figura 355 - Planta da proposta, 2013

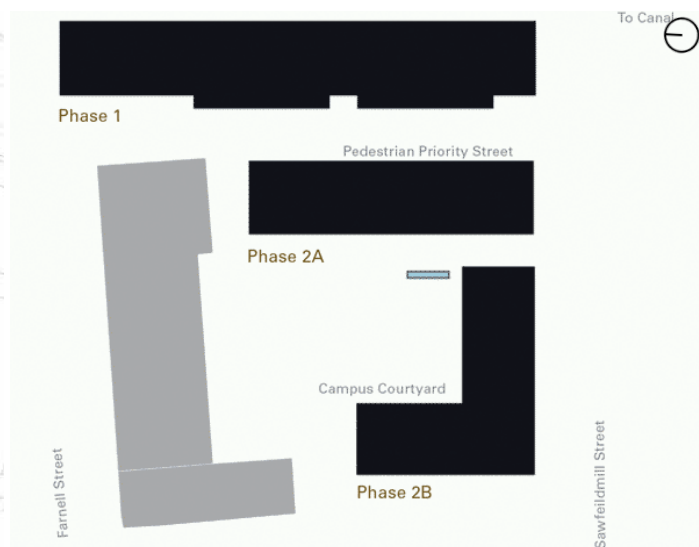


Figura 356 - Fases da obra, 2012

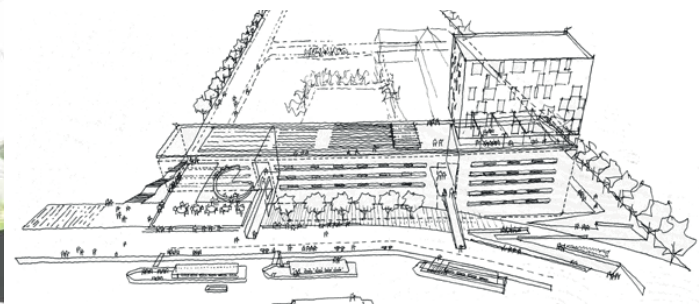


Figura 357 - Desenho de estudo do enquadramento urbano, 2012



Figura 358 - Corte transversal da proposta, 2013



Figura 359 - Fotomontagem que demonstra a relação da residência de estudantes com o canal, 2013

são viradas para um pátio com ligação visual às ruas circundantes, motivando a movimentação nos pisos térreos e o desenvolvimento diversificado nos níveis superiores (figs. 335-359). Enquanto no lado Norte do edifício se situam os serviços de gestão das instalações, no extremo Sul fica localizada uma loja com café/bar, que faz a ligação entre o nível do solo e a cota do caminho marginal, encorajando o atravessamento (Speirs Locks Student Campus, 2012a).

As preocupações de sustentabilidade ambiental residem igualmente nesta proposta, tendo o complexo obtido a designação “Muito Bom” pelo Building Research Environmental Assessment Method (BREEAM), o método mais utilizado a nível mundial para avaliação ambiental de edifícios, cujas medidas passam pela poupança passiva de energia, eficiência energética, tecnologias renováveis, controlo da água e dos resíduos, tratamento das águas sujas, painéis solares e compra de utilidades (Speirs Locks Student Campus, 2012e).

A Primeira Fase do Speirs Locks Student Campus, a primeira construção de raiz, parte do Speirs Locks Masterplan Adopted Framework, da Câmara Municipal de Glasgow, foi entregue em Fevereiro de 2013, após uma reunião de consulta pública realizada quatro meses antes, que contou com a presença de habitantes e de negócios locais, envolvidos activamente na discussão da proposta.⁷⁶ Está prevista a criação de residências de estudantes e a inclusão de outras tipologias, numa segunda fase, tais como instalações para pós-graduados e famílias (Speirs Locks Student Campus, 2013c).

Ao passo que, em Maio de 2013, o projecto foi galardoado na categoria ‘Placemaking and Master Planning’ dos Scottish Design Awards, em Julho seguinte, a Câmara Municipal deu permissão para a construção do primeiro edifício de raiz, a que correspondem 9,300 m², englobando 235 quartos privados para estudantes - uma mistura de instalações privadas, partilhadas e familiares - além de espaços de exposição, de trabalho e de lazer, entre outros.⁷⁷ Por outro lado, as propostas para a segunda fase serão entregues durante a construção da primeira, e após sua aprovação irão ser adicionados 336 quartos de estudantes em Setembro de 2016 (Speirs Locks Student Campus, 2013a).

O gabinete Stallan-Brand actualizou o plano existente, feito pelos 7N, de forma a incorporar um conjunto de habitações. Tirando partido da posição elevada do local, a primeira fase passa pela colocação de um plinto em tijolo, de 4 pisos, respondendo ao lado Oeste e Norte, enquanto no seu topo é colocada uma torre de 8 andares, que aborda a amplitude da paisagem

⁷⁶ A 11 de Novembro de 2012 foi realizada uma reunião de consulta pública, na presença de representantes da autarquia, de associações de moradores e da assembleia comunitária, onde se destacou o reconhecimento do impacto positivo do investimento no processo de regeneração contínua da zona, e a falta de alojamento estudantil de qualidade em Glasgow (Speirs Locks Student Campus, 2012d).

⁷⁷ Com o custo de £40 milhões (Adrian Welch, em Glasgow Architecture, 2013b).



Figura 360 - Fotomontagem com vista aérea, 2013



Figura 361 - Fotomontagem que demonstra o espaço público, 2013



Figura 362 - Imagem promocional do NTS "Teatro sem paredes", 2015



Figura 363 - Performance na South Rotunda, Glasgow, s.d.



Figura 364 - Fotomontagem de representação do NTS, 2015



Figura 365 - Renderização dos interiores do NTS, 2014



Figura 366 - Vista do armazém a converter no NTS, Outubro 2015



Figura 367 - Obras do National Theatre of Scotland, Janeiro 2015

urbana. Tendo em conta que uma das pretensões do projecto seria a ligação histórica ao local, o espaço de chegada dos edifícios é definido pelas paredes de alvenaria do antigo Concelho do Departamento de Limpeza da cidade, que emoldura esculturas a colocar no seu interior (figs. 360 e 361). Com esta proposta é pretendida a extensão do Phoenix Flowers, com a criação de uma nova "Avenida das artes", conectada com a praça em frente ao Glue Factory (Adrian Welch, em Glasgow Architecture, 2013a).

Em Outubro de 2014, Stellan-Brand architects submeteram as propostas da segunda fase para o Speirs Locks Masterplan. Dois blocos revestidos a tijolo e aço corten, em referência à estética do passado industrial da zona. Segundo o atelier, o alçado Este do Bloco A dá a sensação de envolvimento que faltava na primeira fase e cria um ambiente de escala residencial, semelhante às dimensões das ruas com *tenements*⁷⁸ na zona (Urban Realm, 2014b).

Segundo o gabinete Hoskins Architects⁷⁹ (s.d.b), encarregado de desenvolver o projecto, a conversão de um armazém industrial na sede do National Theatre of Scotland (NTS) aposta numa estética industrial, sensível à história do local, e responde, ao mesmo tempo, às necessidades de desempenho de uma companhia de teatro contemporânea. As instalações terão salas de ensaio, grupos de aprendizagem e de trabalho comunitário, departamento de figurinos, oficina de produção, armazenamento técnico, escritórios e áreas sociais. Este equipamento não irá, contudo, receber espectáculos públicos. Respeitando o conceito da companhia de "teatro sem paredes" (figs. 362 e 363), este espaço, que se pretende concluído em 2016, é encarado como uma "fábrica criativa", facilitadora da expansão nacional e internacional.

De acordo com o portal Urban Realm (2014a), nas instalações de 3.700 m² - onde se prevê um investimento de cerca de £6 milhões⁸⁰ - os espaços interiores são uma mistura de áreas abertas e de células de escritórios, onde as placas de metal perfuradas e revestidas em pó permitem segurança e protecção do sol no alçado Sul, moldando a luz em diferentes ambientes (figs. 364-367).

⁷⁸ Grandes edifícios divididos em pequenos apartamentos, situados especialmente nas áreas pobres das cidades (Steel, 2004, p. 677).

⁷⁹ Gabinete com sede em Glasgow e Berlim, acredita que a boa arquitectura beneficia as pessoas de uma maneira profunda, procurando esse objectivo mediante a compreensão do potencial único de cada projecto, desenvolvido com soluções elegantes, através de uma pesquisa cuidadosa, pensamento criativo e execução rigorosa (Hoskins Architects, s.d.a).

⁸⁰ Dos £5,875,000, £3,454,481 tinham sido assegurados; incluindo £2 milhões do Governo escocês, £500,000 da Câmara Municipal de Glasgow, perto de £470,000 do Vacant and Derelict Land Fund, e £400,000 do The Robertson Trust. A The Wolfson Foundation doou £75,000 e foram recebidos £10,000 do The Binks Trust. Além disso, o Governo escocês aceitou fornecer um mecanismo de financiamento de empréstimo, de forma a que o projecto fosse iniciado. A companhia, que trabalha com teatros por toda a Escócia, tentaria angariar dinheiro adicional através de fundos financeiros e de fundações (Miller, em Herald Scotland, 2015).



Figura 368 - Speirs Wharf, 1955



Figura 369 - Braço de Glasgow do Forth Clyde Canal, 2005



Figura 370 - Fotomontagem com vista junto a Speirs Wharf, 2012



Figura 371 - Colocação de ponte em Speirs Wharf, 2014



Figura 372 - Oficina de metais dos Glasgow Sculpture Studios, 2013



Figura 373 - The Whisky Bond, Speirs Locks, Glasgow, s.d.



Figura 374 - Desportos náuticos no Glasgow Canal, 2014

Por fim, de acordo com Phil Miller (em Herald Scotland, 2015), após a sua criação em 2006, o NTS terá a sua primeira casa permanente, concentrando todos os departamentos num edifício que se encontrava sem uso desde 2002. Com as maiores salas de ensaio da Escócia, este espaço necessitará de uma equipa de 43 trabalhadores a tempo inteiro. Logo, para Chris Coleman-Smith, director do gabinete Gareth Hoskins Architects, as novas instalações permitirão ir ao encontro quer das necessidades imediatas, quer das de longo prazo, contribuindo tanto para a evolução da companhia como para a regeneração sustentável da zona. Por outro lado, Fiona Hyslop, secretária de estado da cultura da Escócia, entende que a actividade da companhia em si e a reutilização de um edifício sem uso irão ajudar a regenerar esta marginal.

Este caso de estudo incorpora um plano urbanístico que conjuga a intervenção mínima em espaços abandonados, de pequeno investimento, com a reabilitação de maior escala de elementos-chave, como o Whisky Bond. Deste modo, dadas as características do contexto, optou-se por uma abordagem expansiva e cirúrgica, em detrimento de uma intervenção centrada num único elemento, de grande investimento.

Ao aliar a historicidade do local com as actividades e necessidades contemporâneas, o passado do canal é pensado sob um ponto de vista prático.⁸¹ À semelhança de outros casos apresentados, dado que a actividade motriz da zona não se encontra activa com a mesma preponderância - ou é mesmo inexistente - os agentes de dinamização cultural, impulsionados pelo anúncio das intenções do plano, apostaram em Speirs Locks.

Este caso, inserido num plano de maior escala, implementa uma intervenção transversal, que envolve a iniciativa pública, associativa e privada, na regeneração desta zona descaracterizada. Esta obra, que contém uma multiplicidade de escalas, usos e de balizas temporais para as sucessivas concretizações, pretende dotar esta zona com serviços inexistentes até então.

Complementarmente, a variedade de usos, com o estímulo a serviços fisicamente relacionados com o contexto urbano, permitem a diversificação da oferta de postos de trabalho numa comunidade com problemas de desemprego. Ao mesmo tempo, existe um pensamento e reflexão acerca de intervenções anteriores, registando-se o que resultou e o que impediu o estímulo da ligação da cidade com o canal. Por conseguinte, o plano alia a determinação de uma série de directrizes que permitem evitar que surjam propostas contrárias às intenções e aos valores nele contidos com um desenho flexível e adaptável às mudanças do contexto em que é aplicado. Esta capacidade foi comprovada quando as circunstâncias de Speirs Locks se alteraram e foi necessário repensar a proposta previamente aprovada num processo que se demonstrou fluído e bem aceite pela comunidade e instituições locais.

⁸¹ O projecto “Unlocking the Story” é liderado pela Scottish Waterways Trust em parceria com Scottish Canals, Câmara Municipal de Glasgow, Maryhill Burgh Halls Trust, Lambhill Stables, Glasgow Sculpture Studios e o National Theatre of Scotland, e financiado pelo programa ‘Your Heritage’ do Heritage Lottery’s e pela Câmara Municipal de Glasgow. O projecto, de £114,000, pretende a criação de uma aplicação para o telemóvel que permita fornecer conteúdo audiovisual acerca do Canal (Speirs Locks Student Campus, 2013b).



Figura 375 - Planta geral do terreno, s.d.



Figura 376 - Construção da auto estrada, s.d.



Figura 377 - Zona inferior do viaduto, 2004



Figura 378 - Campo de jogos, 2005



Figura 379 - Vista do estacionamento e supermercado, 2009



Figura 380 - Mercado de frescos, 2009

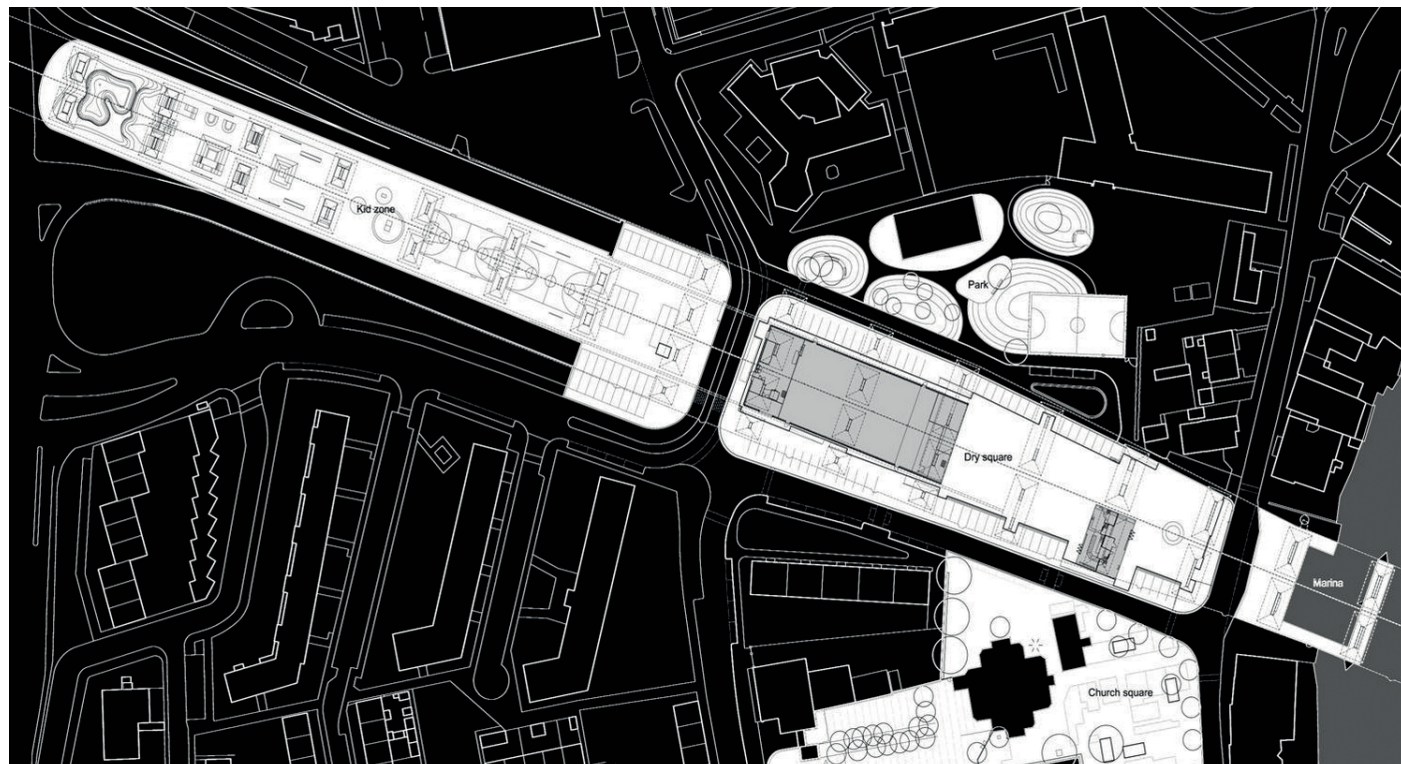


Figura 381 - Planta do piso térreo do projecto, s.d.

A8erna, Koog aan de Zaan, Zaanstad, Holanda, 2003-2006

De acordo com o gabinete NL Architects (s.d.), a construção da autoestrada A8, no início dos anos 70, resultou num corte abrupto na malha urbana de Koog aan de Zaan, Zaanstad, perto de Amesterdão, Holanda, separando literalmente a Igreja do Estado, dado que de um lado ficou uma capela e do outro a antiga Câmara Municipal (figs. 375 e 376).

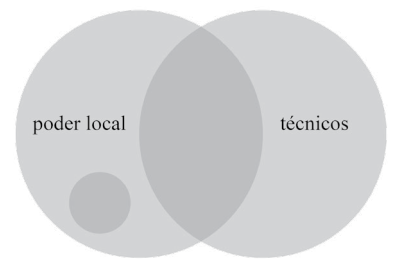
Trinta anos depois, este espaço foi encarado como uma oportunidade, colocando a hipótese da criação de um novo tipo de vivência urbana. Para tal, o gabinete de arquitectura NL Architects, em colaboração com o governo local e com a população, desenvolveu o programa para esta faixa em viaduto, denominando-a, dada a monumentalidade do espaço coberto (fig. 377), de “Catedral esticada”.

A aplicação do projecto A8ernA - nome relacionado etimologicamente com a estrada (A8) -, potenciou a criação de infraestruturas urbanas nos espaços cobertos, tais como um *skatepark*, uma galeria de *graffiti*, campos de desporto e uma pequena marina. A par destes, existe a denominada “Praça Seca” - ligeiramente elevada para facilitar a relação visual com o parque, que redistribui em anel os lugares de estacionamento (120) -, constituída por um supermercado, uma peixaria, uma florista e uma fonte iluminada (figs. 378-381).

Contudo, a intervenção não se limita ao perímetro definido pela estrada. Com o intuito de fomentar a utilização da praça em frente à igreja, esta foi desprovida dos espaços verdes redundantes, e transformada num espaço utilizável para mercados e feiras, tendo em conta as festividades locais. No pavimento deste espaço, o plano original da cidade é realçado com tijolos mais claros que demarcam a configuração das casas que ali estiveram, com plataformas de madeira a indicar onde se encontravam as suas salas de estar.

A falta de interacção pública com o rio provocada pela densidade de construção ao longo das margens é contornada com a introdução de um pequeno porto escavado no terreno debaixo da estrada, ligando a água com a rua principal. Este ponto, mediado por um pontão, permite reatar a ligação da aldeia com a origem da sua própria existência.

Apesar do cariz pragmático da obra, esta também reserva espaço para inovação. É exemplo a rampa de skate com a forma do “Mickey Mouse” que, para ter o aspecto de uma gota escavada, foi desenvolvida com blocos de poliestireno fatiados com um cortador de espuma controlado por



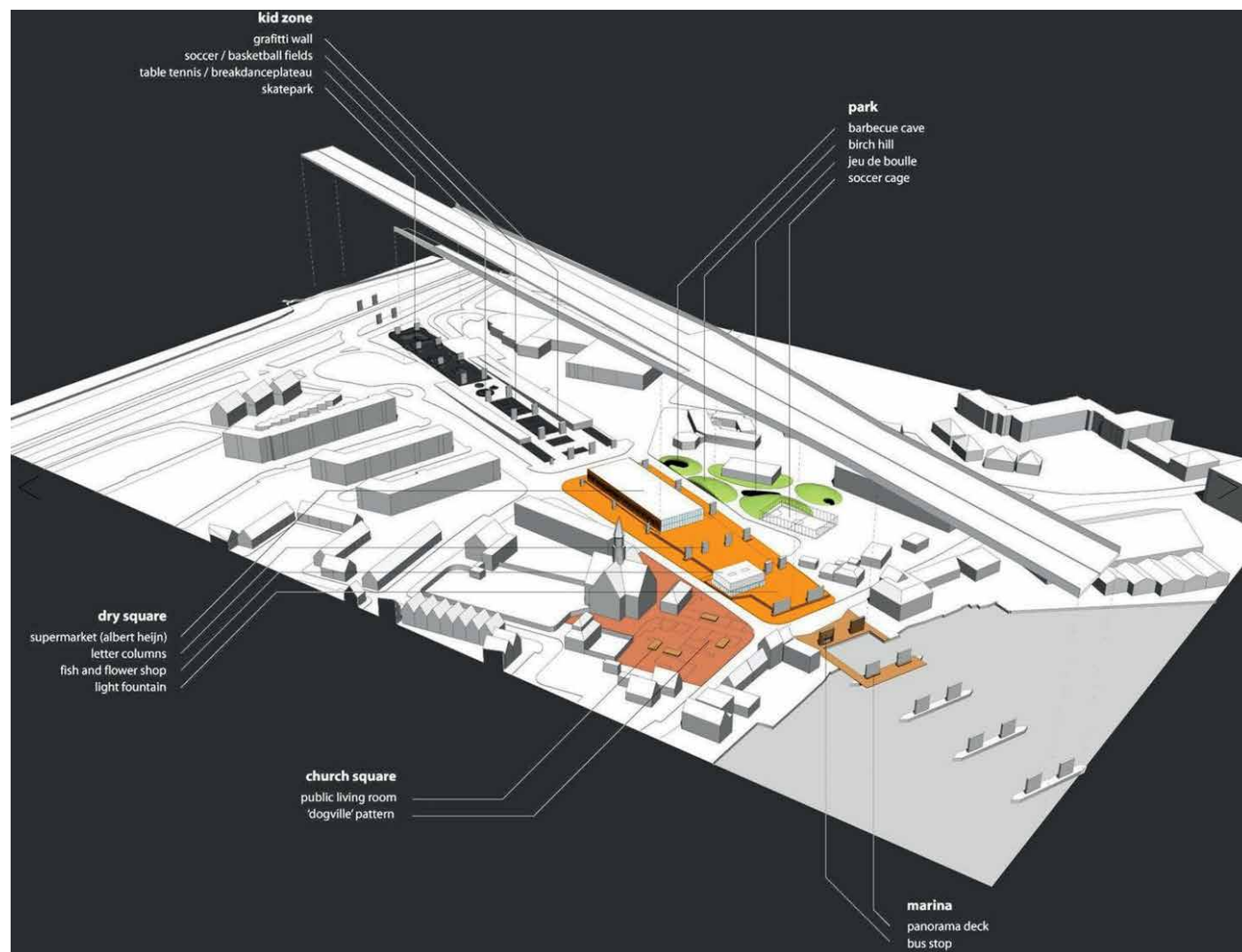


Figura 382 - Axonometria com designação de funções, s.d.



Figura 383 - Construção do skatepark, s.d.

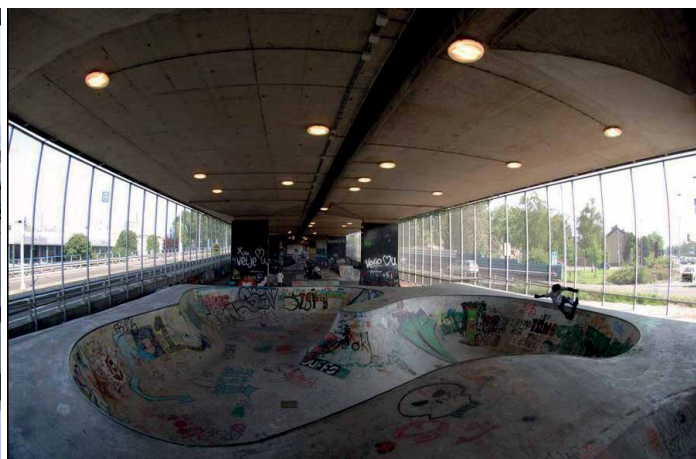


Figura 384 - Skatepark, 2013



Figura 385 - Corte transversal mostrando a relação entre os dois níveis, s.d. Figura 386 - Supermercado com o respectivo estacionamento, 2013



computador, posteriormente pulverizados com betão (figs. 383 e 384). Por outro lado, as paredes exteriores do supermercado foram revestidas com placas personalizadas de 6 m altura de aço corrugado, cuja ondulação permite aumentar a estabilidade e desencorajar o *graffiti* neste espaço (fig. 386).

Deste modo, neste espaço residual resultante de uma divisão abrupta, foi criada uma zona de uso misto, um pólo de atracção onde se criou um novo centro a partir de uma zona periférica. Trata-se de uma obra com 22.500m² de espaço público e 1.500m² de comércio, realizado entre o ano de 2003 e 2006, que contou com um orçamento de 2.100.000 €.

Neste exemplo, a obra ligou e regenerou duas margens que, apesar do corte da estrada, se encontravam activas de forma independente. O contexto da Quinta do Mitra necessita, além da ligação, de um plano abrangente que englobe toda a freguesia e estabeleça uma conexão com a cidade recorrendo ao desenho de acessibilidades e meios.

Análise crítica

Este caso de estudo, à semelhança do Garscube Landscape Link, integrado no Speirs Locks Masterplan, é um exemplo de procura de uma solução para um forte corte provocado pela abertura de uma autoestrada. Neste âmbito, além do estímulo ao atravessamento, requalificando-se o espaço sob o viaduto, é fomentada a catalisação das actividades económicas e culturais pré-existentes, a potencialização das mesmas através de novos usos ou o reordenamento de situações já existentes.

Contudo, apesar do pragmatismo da resposta, são procurados elementos que respondem às necessidades da população, recorrendo à alta tecnologia e criatividade no desenho das soluções, o que demonstra que nem só as obras de grande escala e orçamento contribuem para o desenvolvimento técnico e científico do sector da construção, demonstrando o desafio de aplicar essas tecnologias dentro do orçamentado.

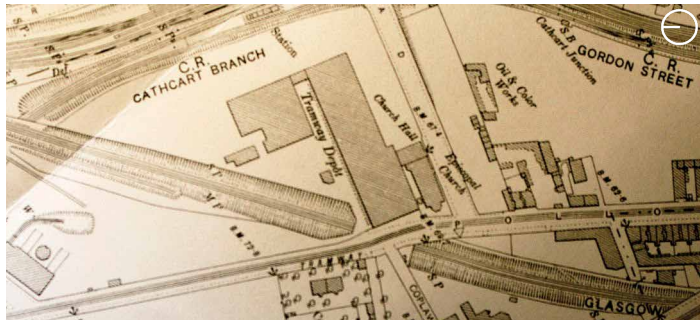


Figura 387 - Coplawhill horse tram depot, 1894

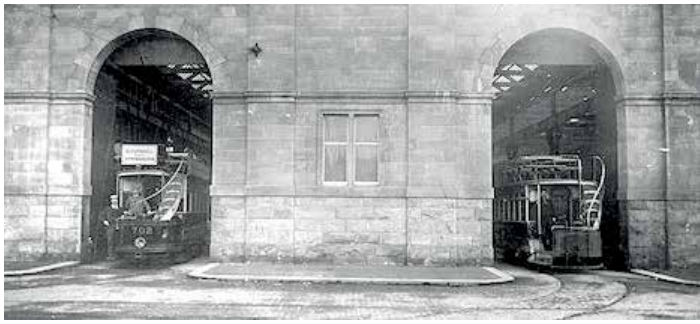


Figura 388 - Vista do alçado Sudoeste, s.d.



Figura 389 - Vista aérea sul do complexo, Coplawhill, Glasgow, 1966



Figura 390 - Interior do complexo, s.d.



Figura 391 - Vista da zona Oeste do complexo, 1970



Figura 392 - Museu dos Transportes, 1974

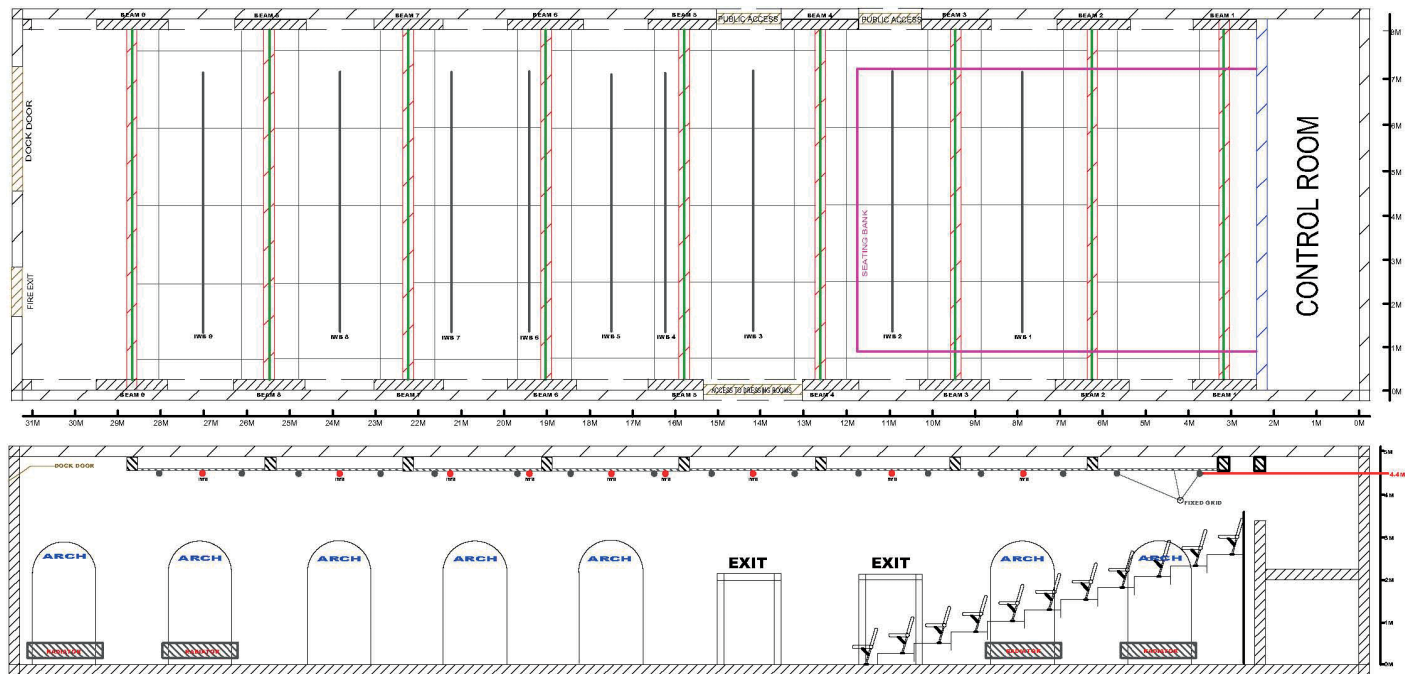


Figura 393 - Planta e corte do Tramway 1, s.d.

Tramway Theatre, Glasgow, Escócia, 1998-2000

No passado, Glasgow foi uma cidade com uma forte presença de carros eléctricos - a última do Reino Unido, exceptuando a costa de Blackpool -, existindo em 1947 mais de 1200 veículos, número que começou a decair a partir de 1953. A intensidade do seu tráfego chegou a ser tal que o intervalo médio entre veículos era de dois minutos, chegando a atingir-se 12,5 segundos na Renfield Street. Esta sobrevivência tardia deveu-se ao facto da Corporation Transport Department construir os próprios carros, segundo o seu desenho, no Coplawhill Car Works (Ian Stewart, em BBC News, 2012).

Segundo a entidade (Tramway cit. em Canmore, s.d.), o terreno, de 1820 a 1862, era ocupado por uma horta de 16 hectares denominada Coplaw Nursery. The Theatres Trust (s.d.) acrescenta que, entre 1893 a 1912, o engenheiro e arquitecto William Clark, projecta o complexo de dois pisos, constituído pelo terminal, depósito e fábrica de carros eléctricos, e que se vem a construir por etapas. O piso térreo servia originalmente para guardar eléctricos e o piso superior para albergar estábulos (figs. 387-391).⁸²

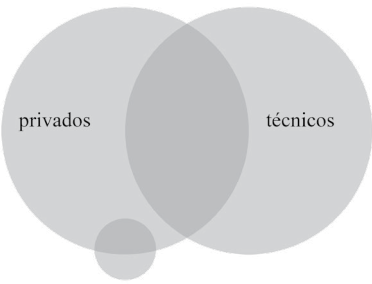
Por outro lado JR Hume (cit. em Canmore, s.d.) afirma que as oficinas principais foram construídas entre 1899 e 1912, em piso único, com asnas em aço e tijolos vermelhos e brancos. A frente principal, virada para Albert Drive - também deste período - era de cantaria de arenito com onze portas encimadas por semicírculos, nove delas emparedadas aquando da construção do Museum of Transport.

De acordo com a organização (Tramway, s.d.), o Coplawhill Glasgow Corporation Tramways depot foi o principal terminal, depósito e fábrica de eléctricos da cidade nos primeiros anos do século XX⁸³, até inícios dos anos 60, altura do fim deste transporte em Glasgow. Chegou-se a prever a sua demolição, dado que permanecia vazio desde que, em 1986, deixou de acolher o Museum of Transport (fig. 392), que foi transferido da Albert Drive - onde se situava, no lado Sul de Glasgow - para Kelvinhall, na zona Westend da cidade. Contudo, a sua destruição foi evitada pelo surgimento de planos para o local, durante o fim dos anos 80, devido à preparação de Glasgow como Capital Europeia da Cultura de 1990. O jornal Independent, chegou a noticiar, em 1991, que o legado mais brilhante da cidade como Cidade da Cultura era certamente a sobrevivência do Tramway.

A escala da estrutura e a flexibilidade permitida pela sua arquitectura industrial (fig. 393) foram factores decisivos para que fosse o local escolhido para receber performances exclusivas. A partir de 1990, o espaço focou-se no desenvolvimento,

⁸² A electrificação dos carros deu-se em 1901 (Tramway, cit. em Canmore, s.d.).

⁸³ O local foi também utilizado, no período de 1914-18, como escritório de recrutamento, tendo chegado a fabricar asas de aviões durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945 (Tramway cit. em Canmore, s.d.).



História do complexo

Coplawhill Tramways depot



Figura 394 - Vista aérea das margens do rio Clyde, 2012



Figura 395 - Vista do alçado Sudoeste, 2013



Figura 396 - Tramway 2, s.d.



Figura 397 - Performance de teatro no Tramway 1, s.d.

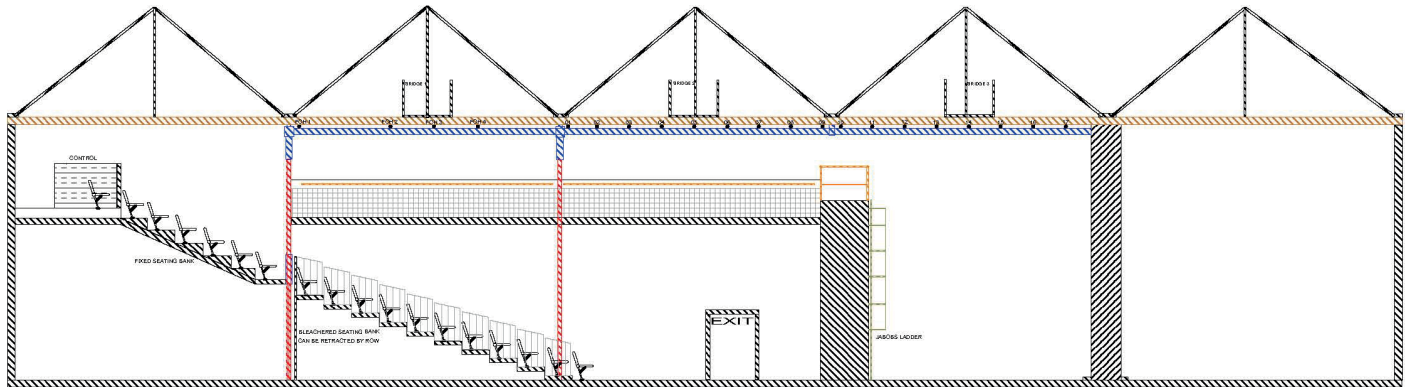


Figura 398 - Corte do Tramway 1, s.d.

promoção e apoio aos artistas locais, fazendo trabalho de comissariado com as artes performativas e visuais, o que levou a que os criadores tivessem uma exposição externa.

A zona de Glasgow onde o Tramway Theatre se insere contém uma circunstância específica, contrastante com a área da cidade junto à margem direita do rio. Para Richard Williams (2005, p. 134), o atravessamento do rio Clyde para a margem esquerda equivale a uma sensação de recuo de duas décadas, dado o contraste entre a prosperidade do centro e a margem esquerda (Sul) abandonada e em decadência (fig. 394). Em Pollokshaws, uma *inner city* sem pessoas que o autor compara com King's Cross, Manchester ou Liverpool, encontram-se ruínas de indústria, arame farpado, torres distantes em formações de baixa densidade, fragmentos de casas de habitação, de terraços e espaços a céu aberto.

Contexto urbano

Conforme indica o portal Open Buildings (2012), no ano de 1997, a Câmara Municipal de Glasgow iniciou uma competição, convidando quatro arquitectos de Glasgow para encetar a iniciativa. A Primeira Fase do Tramway Theatre terminou em Junho de 2000⁸⁴, onde o conceito de deixar as texturas do edifício antigo (fig. 395) causou bastante debate, dado o seu cariz de novidade, e terá levado a que, nesse mesmo ano, a proposta tivesse ganho o Scottish Design Awards Architecture Grand Prix. A Segunda Fase, os Hidden Gardens, projectados pelo gabinete NVA, abriram em Junho de 2003.

Reabilitação do espaço

Segundo Richard Williams (2005, pp. 135 e 136), o projecto do gabinete sediado em Glasgow, Zoo Architects - com o custo de £3.6 milhões, cerca de £420 por metro quadrado - levou à remodelação e conversão do Tramway num espaço dedicado às artes (figs. 396 e 397). Com o projecto pretendeu-se restaurar o tecido-base do edifício, com a reparação das infiltrações na cobertura e a adição de lavabos, de um bar e com a melhoria dos acessos.

Foi solicitado, pelo cliente, que a intervenção deixasse o carácter industrial do edifício o mais intocado possível. Assim sendo, a fachada principal, virada para Albert Drive, não aparenta ter tido qualquer intervenção: as paredes de tijolo, estabilizadas mas não restauradas, mantiveram-se inalteradas e a única presença contemporânea é a das folhas de vidro das portas. A parte traseira do edifício - com aspecto desalinhado e não reconstruído -, aparenta, de forma semelhante, não ter sido alterada: as portas de vidro abrem para um jardim formal, que incorpora uma chaminé alta, de tijolo, que pertencia ao complexo original.

Método de intervenção

Todavia, no interior, as intervenções são mais claras, tendo sido a principal alteração a introdução de um eixo que atravessa o edifício longitudinalmente - a denominada *Street*, uma *art promenade*, segundo os arquitectos -, que liga a

⁸⁴ Em 1998, o Tramway recebeu o fundo da Scottish Arts Council National Lottery para ajudar a redesenvolver o edifício, obra efectuada pelo gabinete Zoo Architects entre 1998 e 2000, com o objectivo de o munir com espaços equipados para performance, ensaios, exposições, oficinas e um café e um bar (The Theatres Trust, s.d.).



Figura 399 - The Hidden Gardens, The Tramway, Glasgow, 2010



Figura 400 - Compostagem nos The Hidden Gardens, 2013



Figura 401 - Tramway 2 com obra de David Mach, 1990



Figura 402 - Tramway 2 com obra de Richard Hughes, 2012



Figura 403 - Vista da rampa de acesso aos estábulos, 1987



Figura 404 - Vista da antiga rampa de acesso aos estábulos, s.d.

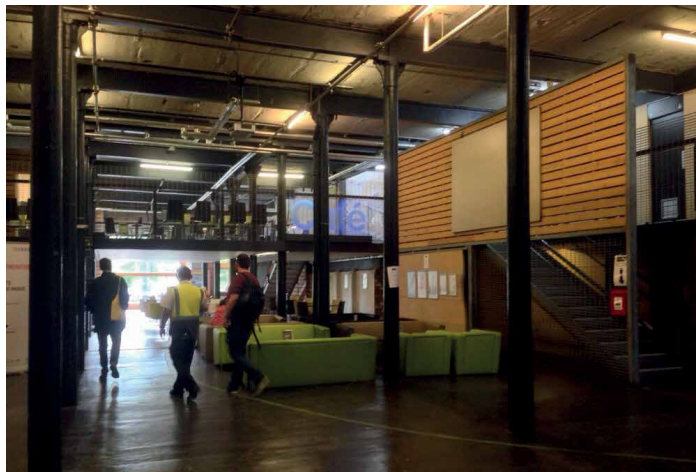


Figura 405 - Café Bar, s.d.

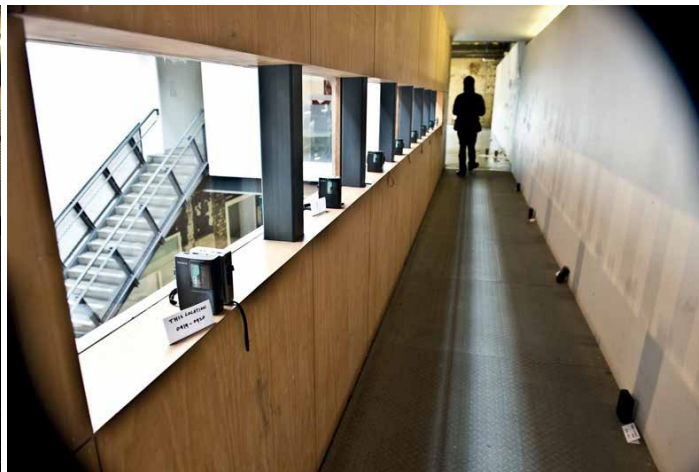


Figura 406 - Piso superior, Tramway Theatre, s.d.

entrada ao bar e aos jardins traseiros; e os Hidden Gardens (figs. 399 e 400), que convertem o terreno industrial em uso cultural, com espaços contemplativos baseados em obras de arte referentes às grandes religiões mundiais.

Transversalmente a este eixo encontram-se as galerias, incluindo o armazém de eléctricos, maioritariamente inalterado, denominado Tramway 2 (fig. 401 e 402), onde a preservação dos carris dos eléctricos se trata da indicação mais clara quer do passado industrial do edifício, quer, em última instância, do museu de transportes. Entre o bar, virado para os jardins, e os espaços de exposição, encontra-se uma rampa que transporta para o piso superior. Esta é uma reconstrução da rampa para cavalos, usada para que estes tivessem acesso aos estábulos no fim do dia (figs. 403 e 404). No primeiro piso, a *Street* proporciona o acesso superior às galerias, mediante a varanda que se debruça sobre o Tramway 2, e uma série de espaços de menor escala, utilizados como oficinas e salas de exposição.

De acordo com o Open Buildings (2012), o Scottish Ballet tinha mudado as suas instalações, em 1979, para um edifício convertido pertencente ao Exército Territorial, cujo espaço não era suficiente para a envergadura daquela companhia. Foi nesse contexto que o Scottish Ballet viu aprovado o seu requerimento ao fundo Scottish Arts Lottery Fund, de forma a ajudar a desenvolver os planos para um centro de dança apropriado, como parte do complexo do Tramway⁸⁵. Deste modo, o projecto ficou no coração de um centro de artes performativas e visuais de dimensão internacional, com instalações que tornam possível uma produção de escala e variedade artística inigualáveis no Reino Unido.

Scottish Ballet

Os planos iniciais foram sendo desenvolvidos desde 2003, tendo-se chegado a uma opção que não comprometia os espaços de arte existentes.⁸⁶ Esta transformaria os espaços não utilizados pelo Tramway em estúdios, oficinas, e espaços para ensino e escritórios, criando, deste modo, o maior centro da Escócia dedicado à dança, que colmata a necessidade de espaços de ensaio, essenciais aos dançarinos profissionais independentes e às companhias. O projecto iria igualmente beneficiar a comunidade local com programas de acesso e de divulgação, que fazem parte integrante da mudança da companhia para o Tramway.

O The Theatres Trust (s.d.) informa que, em 2009, as restantes partes abandonadas do edifício foram reabilitadas pelo gabinete Malcom Fraser Architects⁸⁷, para acolher o Scottish Ballet, com salas de ensaio, oficinas

⁸⁵ Detido e gerido pela Câmara Municipal de Glasgow.

⁸⁶ A solução inicial previa a ocupação do Tramway 2 pela companhia, decisão que motivou o protesto por parte da comunidade artística e do director da Glasgow School of Art, o que levou à alteração do plano (Herald Scotland, 2003).

⁸⁷ Hanne Vanreusel, dos Malcom Fraser Architects (cit. em Canmore, s.d.) refere que as cinco faixas que rematavam a face da Pollokshaws Road, que faziam parte do depósito de carros puxados por cavalos original, colapsaram parcialmente em Julho de 2006, tendo sido necessário demolir o restante dada a falta de segurança.



Figura 407 - Vista do Tramway 1, Tramway Theatre, s.d.



Figura 408 - Exposição de Bedwyr Williams no Tramway 2, 2014



Figura 409 - Vista do Tramway 3, Tramway Theatre, s.d.



Figura 410 - Vista do Tramway 4, Tramway Theatre, s.d.



Figura 411 - Vista do Tramway 5, Tramway Theatre, s.d.



Figura 412 - The Work Room, Tramway Theatre, s.d.

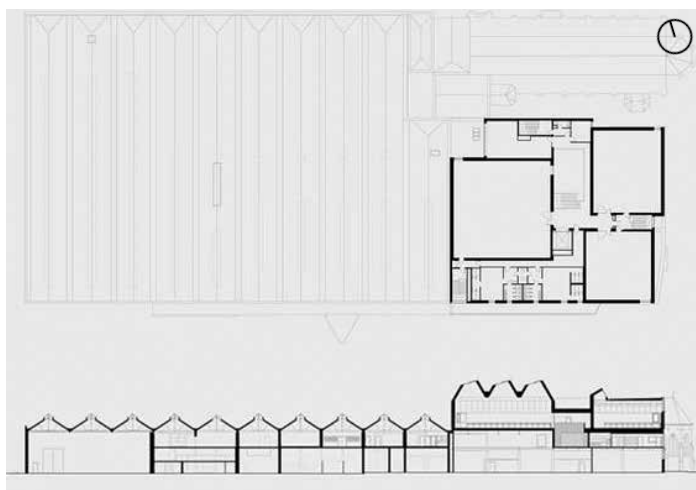


Figura 413 - Relação do Scottish Ballet com o Tramway Theatre, s.d.



Figura 414 - Vista do lado Este do Scottish Ballet, 2011

técnicas, um departamento de figurinos e áreas de administração. A sua conversão num centro multiusos fez com que o edifício fosse convertido em diferentes espaços para dança, drama, entre outros.

O Tramway 1 (fig. 407) corresponde à maior área de espectáculos, com assentos removíveis perto do palco e seis filas de lugares, ligeiramente inclinados. É um espaço de grande dimensão, cortado por uma parede de tijolo vermelho com quase a altura do pé-direito, sem teia. O Tramway 2 (fig. 408) é utilizado como espaço para exposições e concertos, com capacidade para mil pessoas, e retém as linhas do eléctrico originais e os pilares de aço. Em contrapartida, o Tramway 3 (fig. 409) é o espaço público entre a área de exposição e os espaço de teatro, que inclui a bilheteira e a zona da *Street*, enquanto que o Tramway 4 (fig. 410) é um espaço formado por uma caixa preta adaptável. Finalmente, o Tramway 5, criado em 2009, corresponde à intervenção mais recente e destina-se a galeria de exposições (fig. 411).

Além dos espaços referidos, existe ainda o Visual Arts Studio, gerido pelo Glasgow Education Department, que tem utilizado este espaço desde o ano 2000 para organizar uma vasta variedade de cursos dirigidos a estudantes provenientes de diferentes meios. Por outro lado, o Work Room (fig. 412) é um estúdio criado em Janeiro de 2009, cujo espaço de performance se encontra equipado com pavimentos próprios para dança contemporânea, com espelho em todo o comprimento de um lado da sala e barra dupla no outro, entre outras instalações como lavabos, chuveiros, cozinha e camarins.

Contudo, como afirma o Scottish Ballet (2013), a presença do Tramway tem vindo a contornar a problemática descrita inicialmente. A companhia, após a relação de proximidade que manteve com o espaço, escolheu o complexo do Tramway (figs. 413 e 414), de entre 180 locais dentro do país, para fazer parte das suas novas instalações, projectadas por Malcolm Fraser Architects e inauguradas em 2007.

Como referido anteriormente, a zona onde se situa o Tramway possui um contexto contrastante - fortemente institucional e comercial - com o que se observa do outro lado do rio Clyde. À semelhança dos serviços criados no contexto do Glasgow Canal Masterplan, e na Fundação Escultor José Rodrigues, o teatro tem motivado a visita a um local da cidade que, por não ser zona de passagem ou possuir actividades singulares ou de destaque, se caracterizava por ser uma zona maioritariamente habitacional, com excepção de algum pequeno comércio.

Como se pode verificar, a introdução de um programa novo numa zona pré-existente, com problemas urbanos e sociais não deve ser efectuada sem se assegurar o seu entrosamento com a comunidade local, correndo o risco de causar desconforto e protesto perante um uso com que os residentes não se identificam ou encontram utilidade. Deste modo, a aplicação é feita do plano local ao internacional, de forma multidisciplinar.

Espaços interiores do Tramway Theatre

Análise crítica

“(...) quero que a casa fique desenhada:

quarto, escada, despensa, sala,

casa de banho, corredor corredor,

cozinha cozinha, escritório.

depois, subia as escadas:

despensa, quarto, quarto,

despensa, corredor, casa de banho,

despensa, escadas, quarto.

depois, descia as escadas.(...)”

José Luís Peixoto (2002, p.10)

4 Proposta de intervenção



Figura 415 - Quinta classificada como Área Verde Privada a Salvar na Carta de Qualificação do solo, 2014

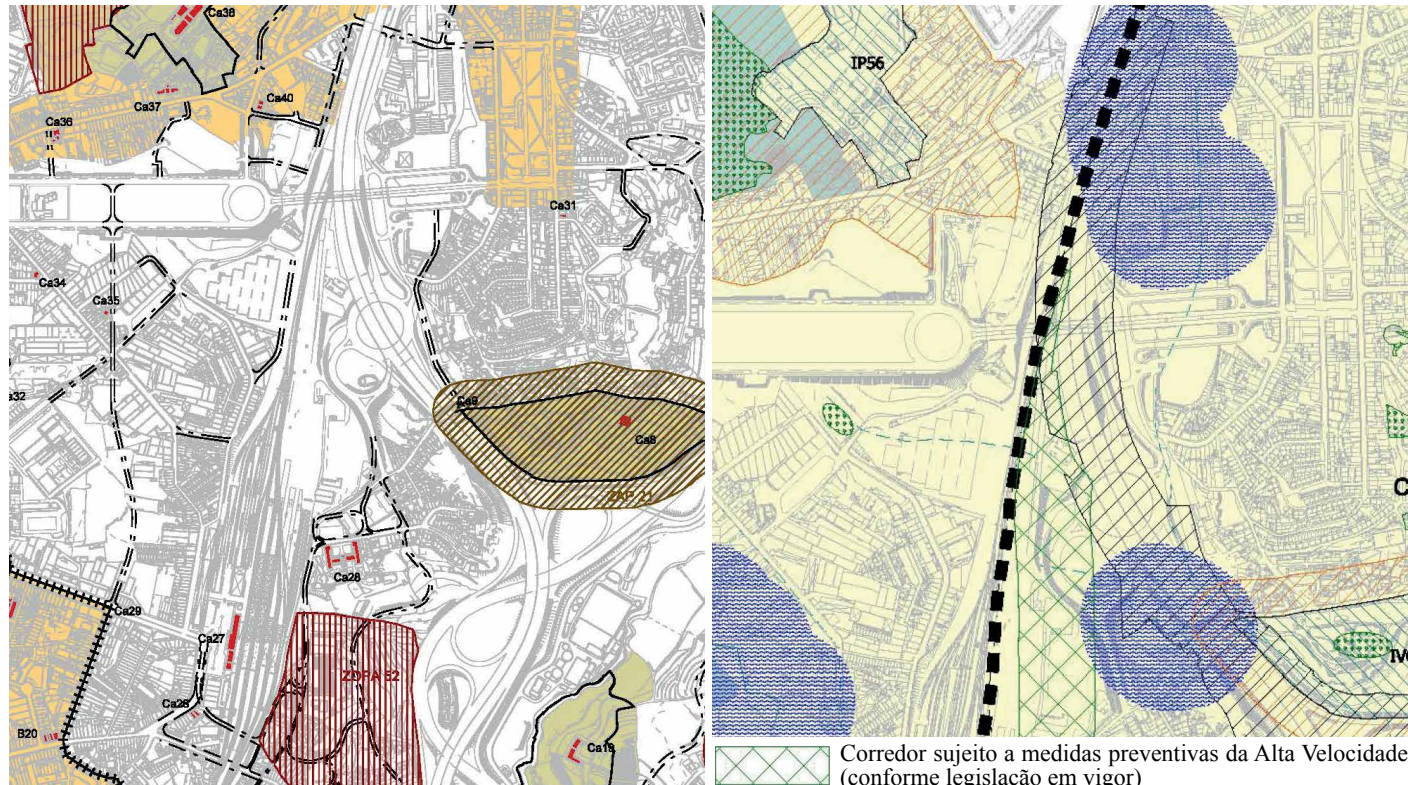


Figura 416 - Carta do Património, 2012

Figura 417 - Planta de Condicionantes, 2012

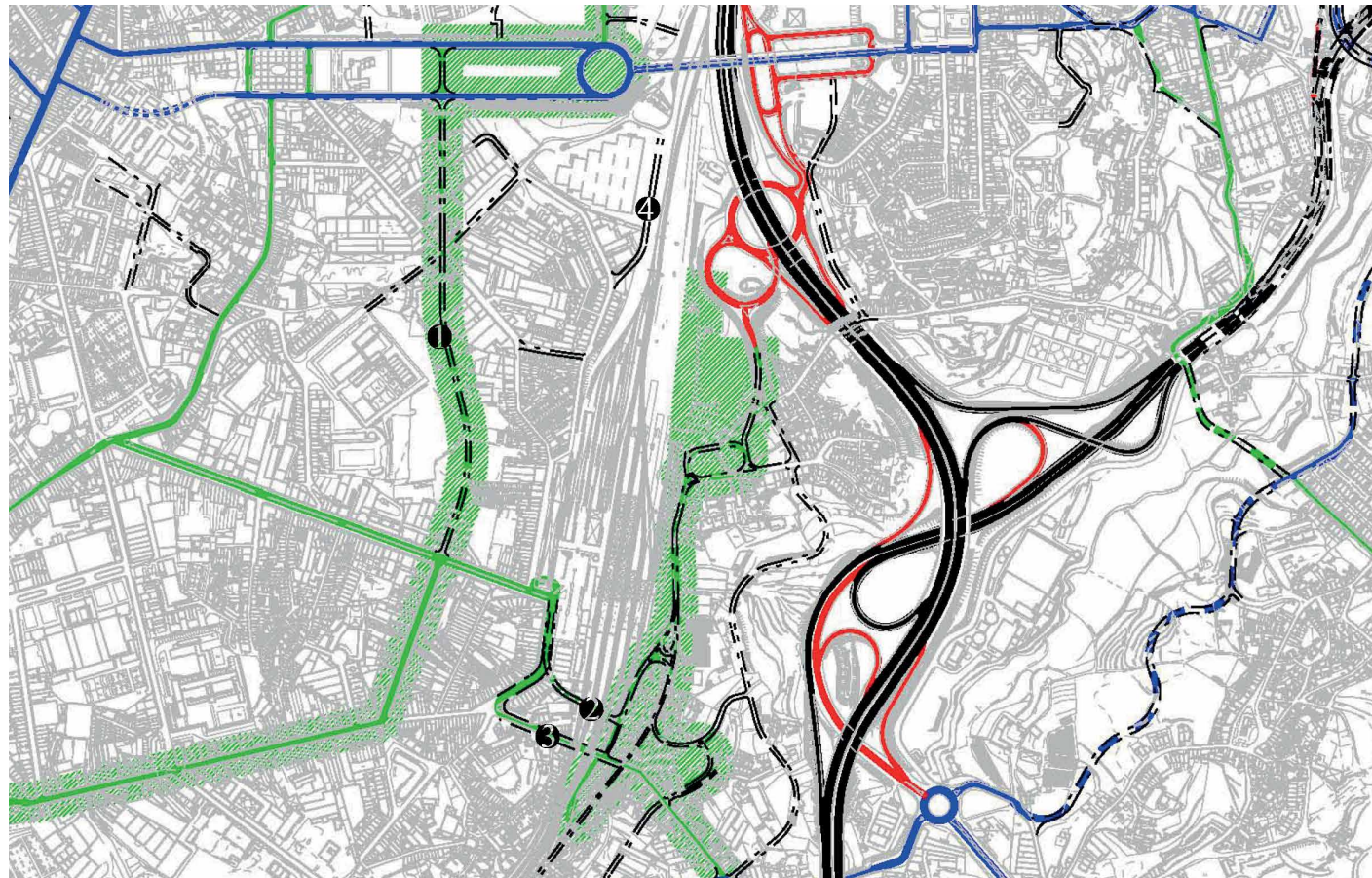


Figura 418 - Carta de Hierarquia Rodoviária, 2012

4 Proposta de intervenção

4.1 Caracterização do existente

Como se verificou anteriormente, a Quinta do Mitra encontra-se na convergência de diversas infraestruturas de transporte, nomeadamente, rodoviárias, ferroviárias e metropolitanas. Contudo, este facto não se traduz numa acessibilidade fácil, dado os seus acessos serem pouco claros e desqualificados. Assim sendo, o levantamento dos meios de acesso à quinta possibilitará a discussão e proposta de ligação ao centro da cidade e ao extremo Este da freguesia de Campanhã, procurando mitigar-se os efeitos do corte provocado pela VCI, pela Estrada da Circunvalação e pela linha ferroviária.

Apesar de actualmente o Plano Director Municipal (PDM) se encontrar em processo de discussão (CMP, 2016b), é relevante a análise das normas de gestão urbanística em vigor, de forma a ter-se percepção quer das condicionantes, quer das intenções do município para a zona em estudo.

Plano Director Municipal (PDM)

Segundo os regulamentos da Carta de Qualificação do Solo (fig. 415) a quinta surge classificada como Área Verde Privada a Salvar, e segundo a Carta do Património (fig. 416) não apresenta qualquer tipo de classificação em nenhuma das suas designações ou respectiva área de influência.⁸⁸ Já de acordo com a Planta de Condicionantes do PDM (fig. 417), encontra-se inserida na zona de “corredor sujeito a medidas preventivas da Alta Velocidade (conforme legislação em vigor)”, adjacente à linha da ferrovia, representada a tracejado preto.

Por fim, a Carta de Hierarquia Rodoviária (fig. 418) planifica uma série de acessos que facilitariam o tráfego nesta zona. Enquanto a ligação entre a Rua Padre António Vieira e a Praça das Flores (1) permitiria o acesso à zona da Corujeira, a Norte, o aparente esvaziamento subterrâneo entre a Rua da Estação e a Rua do Pinheiro de Campanhã requalificada (2), possibilitaria o acesso ao ramal de acesso da VCI evitando o congestionamento da Rua do Freixo (3). Acrescente-se a proposta de abertura de uma ligação entre a Rua Justino Teixeira e a Rua do Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto (4), que facilitaria o acesso rodoviário e pedonal pela sua proximidade à passagem sobre a linha ferroviária que faz a ligação à Quinta.

⁸⁸ Segundo Marta Cunha (Anexos, 2016, p. 336) a Quinta do Mitra fez parte do conjunto de construções que, pelas suas características de valor patrimonial, foram identificadas, em sede de Regulamento do Plano Director Municipal, como Imóveis de Interesse Patrimonial na Planta de ordenamento do Território – Carta do Património, do Plano Director Municipal do Porto, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2006, publicada em Diário da República, série 1, n.º 25, de 3 de Fevereiro de 2006. A quinta fazia parte deste conjunto, referenciada com o n.º de carta Ca30.

Em 2012, na 1ª Alteração ao Plano Director Municipal, a quinta, visto tratar-se de um imóvel municipal sobre o qual, já à época, recaía a intenção de realização de obras de conservação com vista à sua futura reutilização, foi, por opção estratégica, desindexada do Anexo I-A, lista dos Imóveis de Interesse Patrimonial do Regulamento do Plano Director Municipal do Porto. Contudo, é salientado que a sua despublicitação não diminuiu ou anulou o valor patrimonial anteriormente identificado.

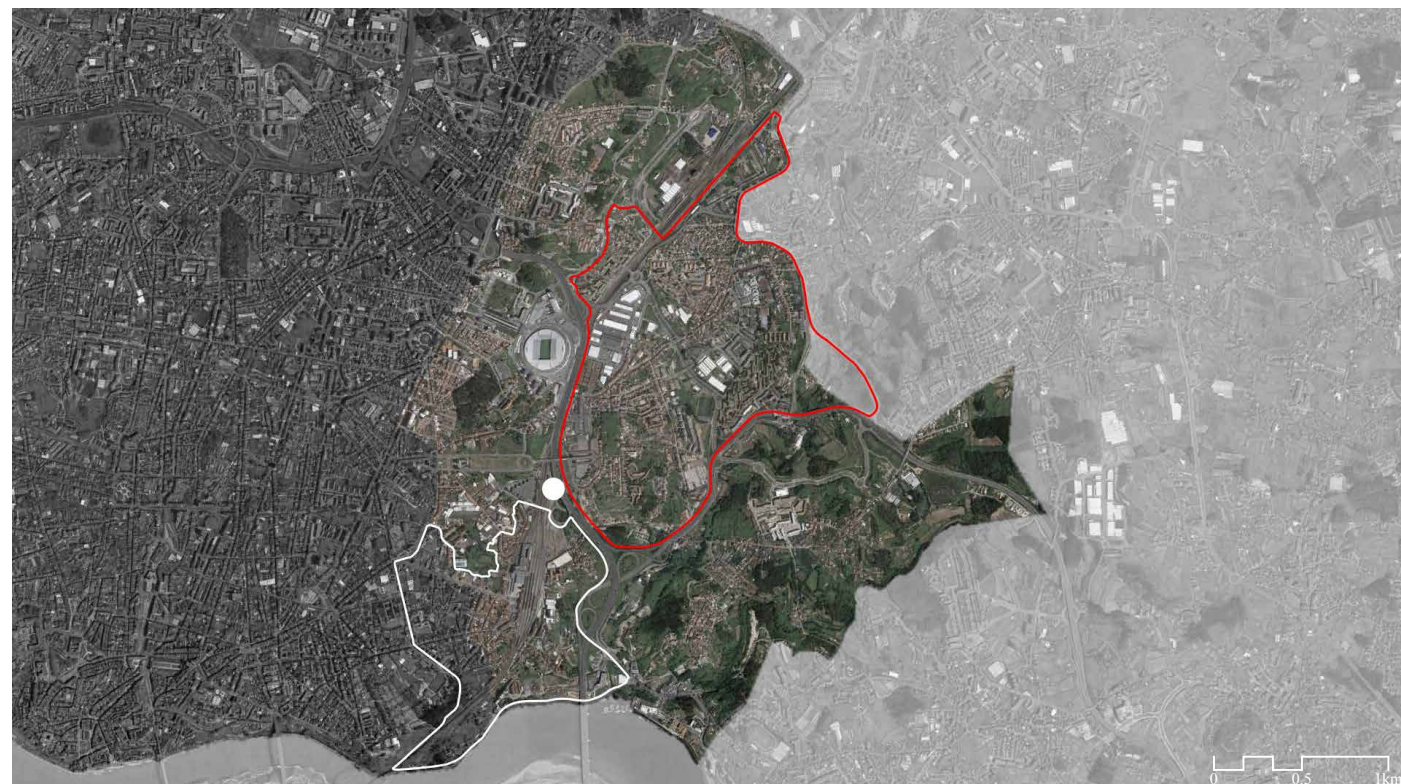


Figura 419 - Imagem da apresentação do Programa Preliminar do Terminal Intermodal de Campanhã, 2016

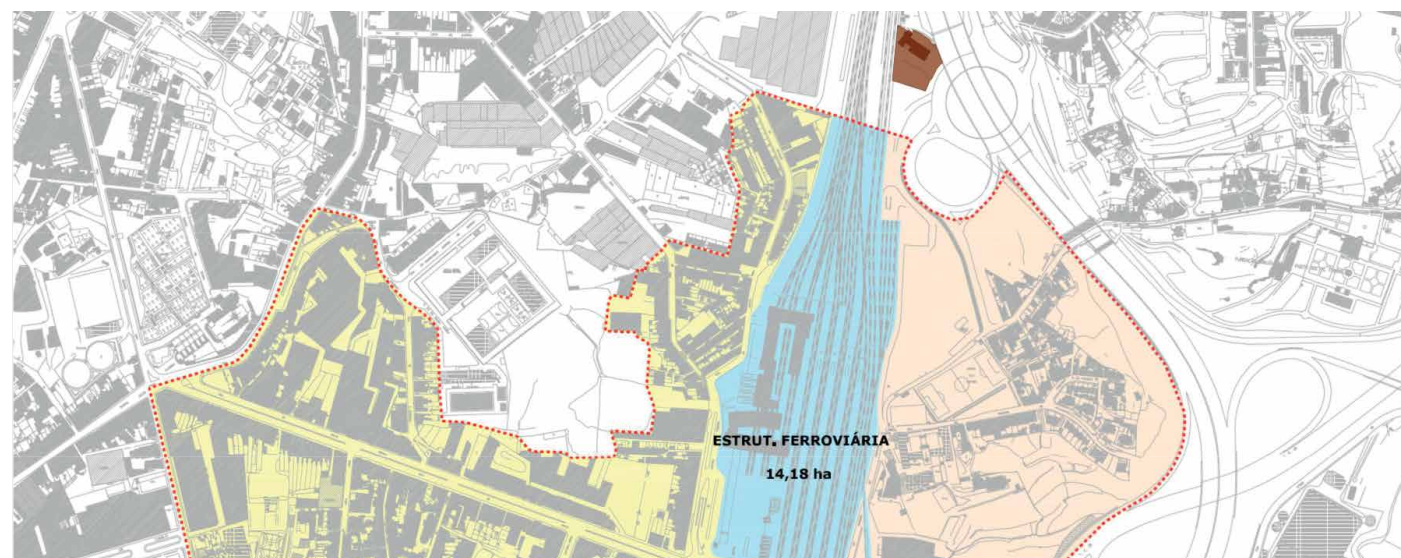


Figura 420 - Zonamento da ARU de Campanhã - Estação, 2015



Figura 421 - Imagem da apresentação do Programa Preliminar do Terminal Intermodal de Campanhã, 2015

Como anteriormente referido no capítulo 2.1, durante o ano de 2015, observou-se a delimitação e o início de processo de delimitação de duas ARU, cujos limites abrangem a freguesia de Campanhã. Contudo, como se observa nas figuras 419 e 420, a Quinta do Mitra não é incluída neste enquadramento.⁸⁹ Mesmo a ARU Campanhã-Estação, que tem como eixo a linha ferroviária, expande-se para nascente e poente, abrangendo inclusive uma parte da freguesia do Bonfim.

Dado o papel central no Nó de Bonjóia para o interface de Campanhã, a Quinta do Mitra beneficiará da exposição que esta infraestrutura irá trazer a este local. Com base nas imagens da apresentação do Programa Preliminar (fig. 421), o terreno da quinta é contemplado no projecto.

Manuel Rocha Ribeiro (Anexos, 2016, p. 329), arquitecto da Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território/Departamento de Planeamento Urbano/Direção Municipal de Urbanismo da CMP, descreve as intenções do Município para a Quinta do Mitra:

“Os estudos em curso para a definição da Operação de Reabilitação Urbana de Campanhã (ARU de Campanhã-Estação), propõem que a Quinta do Mitra seja objeto de uma ação de reabilitação, cuja intervenção compreende:

- Reabilitação do edificado, para acolher atividades que dinamizem a ARU, um lugar aberto ao público e que possa tirar partido do espaço exterior;

- Atualmente a Quinta, com a colaboração da Junta de Freguesia de Campanhã, é gerida pelo Movimento Terra Solta com o objetivo de reabilitar e reconverter o espaço para transformá-la na Quinta Pedagógica da Mitra, explorando-a como local de cultivo biológico, respeitando os preceitos de maior coerência e sustentabilidade da agricultura urbana.

- Prolongamento do viaduto pedonal que liga à Quinta do Mitra, inserindo-o de nível na encosta a sul da Avenida 25 de Abril, possibilitando a criação, a norte, de uma ligação direta entre zona nascente e poente da ARU e, particularmente, com o novo interface rodoviário.

- Articulação da zona da estação (interface rodoviário) com a Avenida 25 de Abril e com a zona oriental (Corujeira), através da requalificação do espaço público envolvente à Quinta do Mitra e criação de novos espaços verdes públicos estruturados no talude da Avenida 25 de Abril.

- Articular o desenho do espaço público junto à Quinta do Mitra com a envolvente da estação rodoviária, bem como contemplar o arranque do troço norte da ecopista oriental da cidade e espaço de ligação ao viaduto sobre a linha ferroviária.”

⁸⁹ Não existe referência a zonas de influência para lá da delimitação da área de reabilitação urbana (CMP, 2015a).

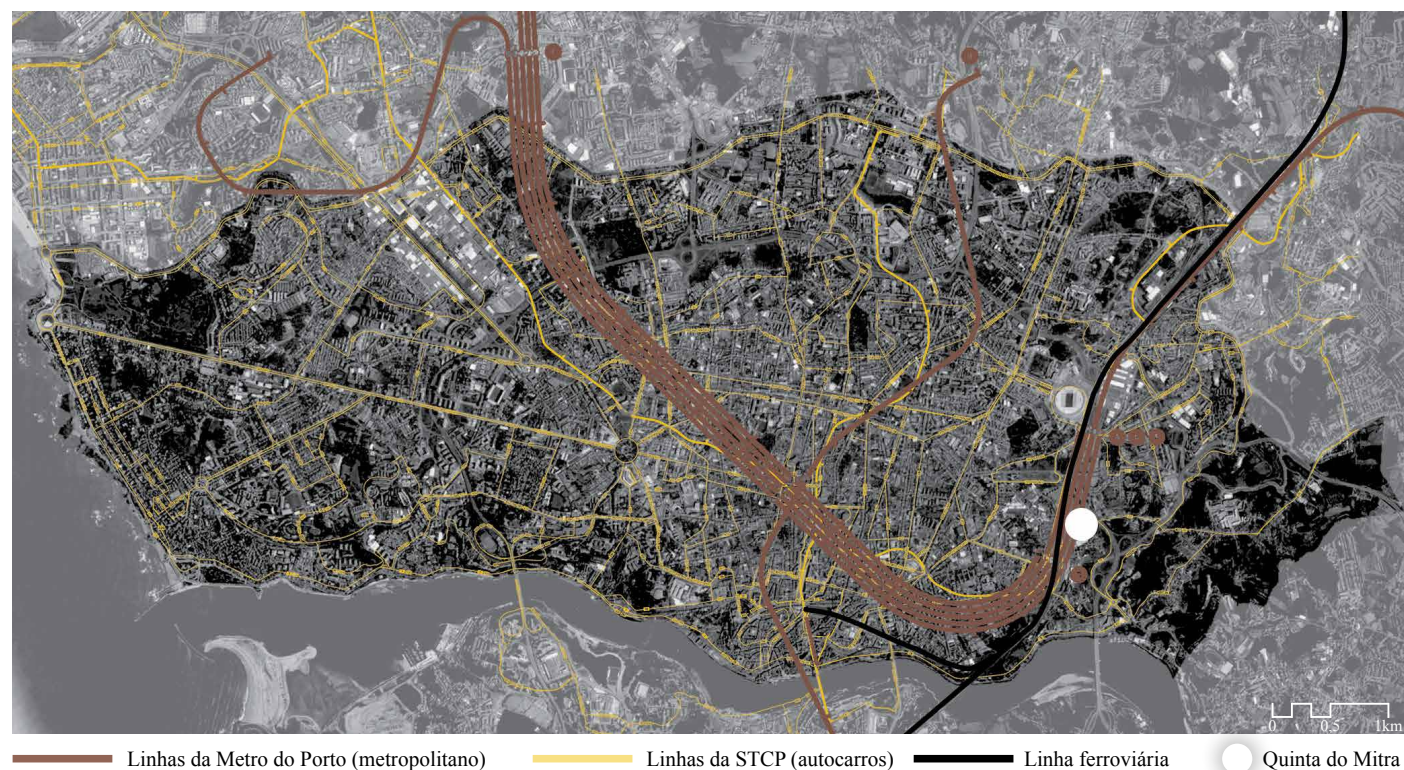


Figura 422 - Acessibilidade de transportes públicos - metropolitano, autocarros e comboios, 2016

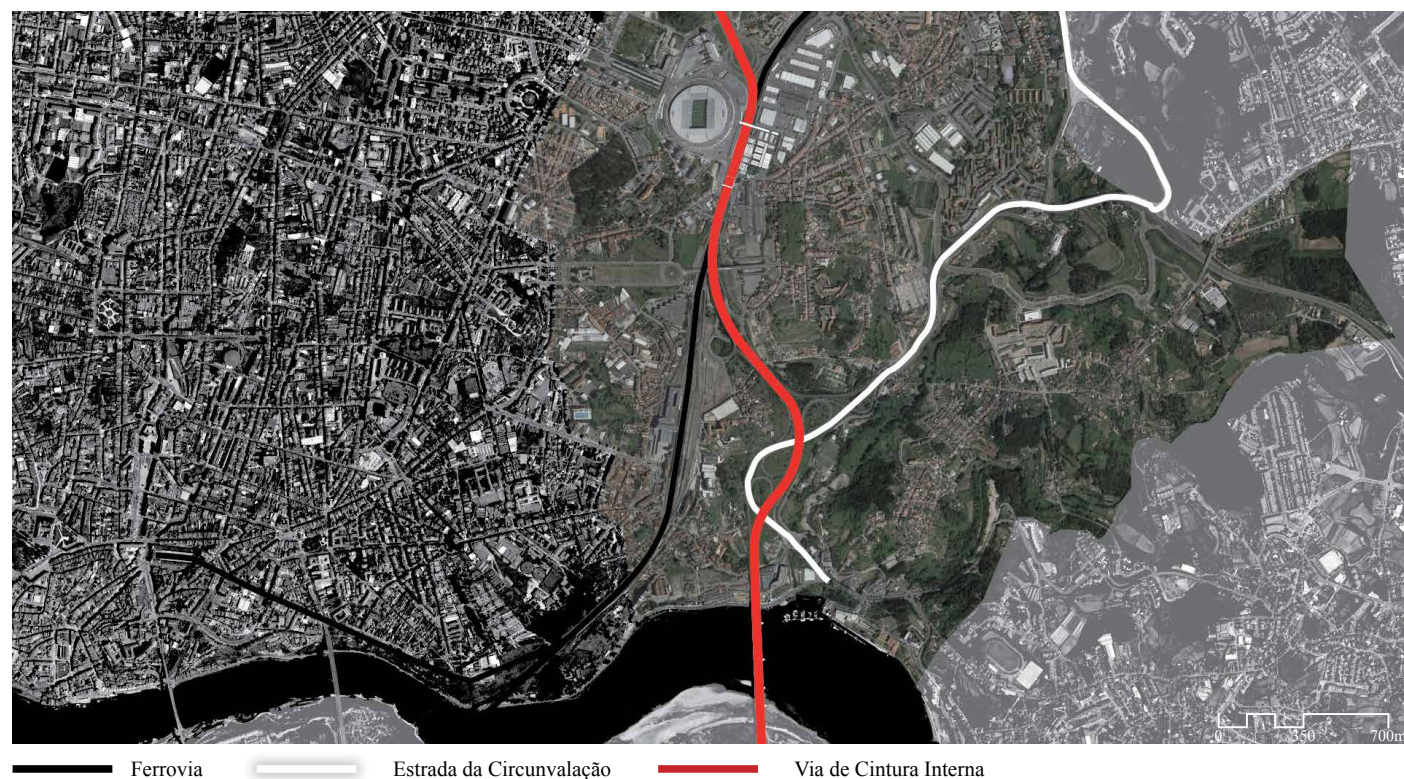


Figura 423 - Indicação das infraestruturas de comunicação, 2016

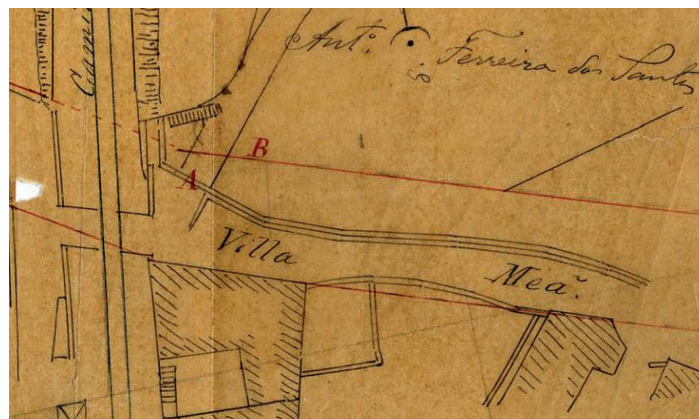


Figura 424 - Licença de obra n.º: 239/1915, 1915



Figura 425 - Licença de obra n.º: 858/1922, 1922

A área envolvente da Estação de Campanhã encontra-se munida de uma série de transportes que ligam a zona ao resto da cidade, aos seus arredores, ao resto do território e mesmo a outros países, com a ligação da linha de metropolitano ao aeroporto. Enquanto a estação Ferroviária de Porto-Campanhã faz a ligação a S. Bento e Minho pela conexão com a Linha do Norte, a paragem de metro permite a ligação com o centro da cidade, arredores e Norte. Já a ligação internacional ao aeroporto é efectuada pela via de interface com a Metro do Porto.

Em paralelo, a vasta distribuição das linhas de autocarros da STCP permite o acesso a qualquer zona do concelho do Porto e zonas limítrofes. Porém, a zona mais oriental da cidade - que envolve localidades como Areias, Azevedo e Granja - sofre de um défice de oferta, visto apenas contarem com duas linhas (400 e ZR), que chegam a ser coincidentes em algumas zonas do percurso (fig. 422). Apesar da principal justificação para o estado actual se dever a uma baixa densidade populacional, este factor dificulta o acesso a determinados equipamentos públicos, como, por exemplo, o Parque Oriental.

A principal entrada oriental da cidade, feita pela Rua do Freixo, tem um calibre insuficiente para a densidade de tráfego rodoviário ou mesmo para o trânsito em dois sentidos: a escassa largura da via, que ronda os 6 metros, aliada às suas curvas pronunciadas, cria pontos em que viaturas pesadas entram em contramão para efectuarem as manobras. Como consequência, esta via torna-se desconfortável ou mesmo perigosa para a utilização pedonal, o que afecta a vivência dos espaços ao longo da rua.

Além disso, a entrada Este da Estação de Campanhã, pela Rua Pinheiro de Campanhã - indicada como provisória há alguns anos -, sofre de um congestionamento constante. O perfil da rua não se encontra preparado para este tipo de utilização intensiva, e a falta de um local de paragem para a descarga de passageiros motiva o estacionamento em segunda fila, o que dificulta ou, em muitos casos, impossibilita a passagem.

Por outro lado, como foi já referido e se pode verificar graficamente nas figuras 422 e 423, a profusão de infraestruturas de transporte, iniciadas com o caminho ferroviário e mais tarde a Estrada da Circunvalação e VCI, apesar de terem contribuído para a evolução da freguesia, provocaram um corte entre as margens criadas pelos seus rasgamentos.

4.1.1 Inventário da documentação existente

A representação da Quinta é escassa, estando referida somente como Vila Meã ou Casal de Vila Meã até ao ano de 1873, na “Planta da Quinta da Villa-Meã”, a mais detalhada até essa data. Aparece também mencionada em



Figura 426 - Axonometria geral, 2015

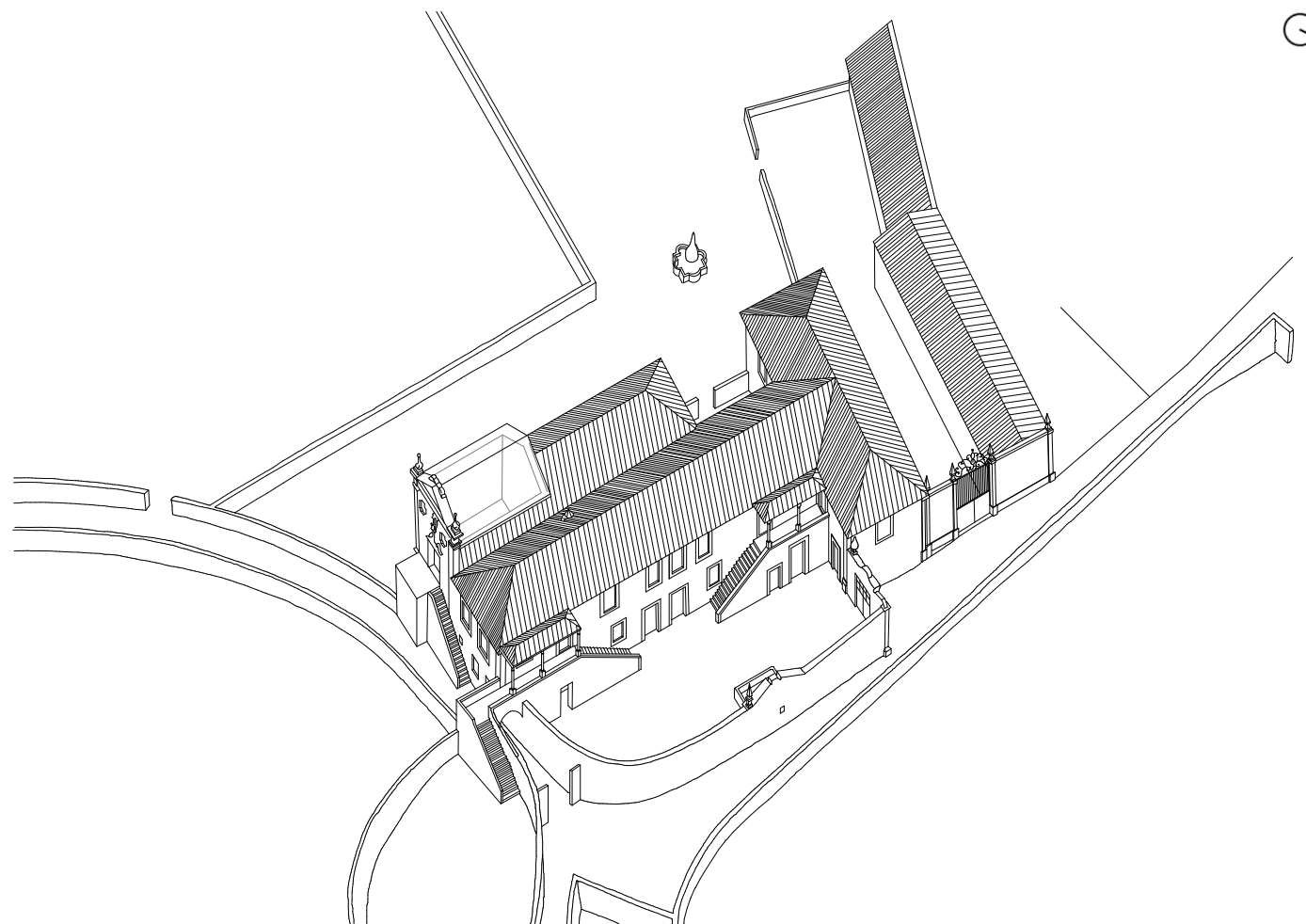


Figura 427 - Axonometria da casa, dos murados, chafariz e fonte, 2015

apontamentos à quinta em licenças de obra para alterações no próprio espaço ou para construção de cariz industrial nas suas imediações, como foi indicado no capítulo 2.2.1 “Evolução da Quinta de Vila Meã”.

O primeiro levantamento mais detalhado da Quinta foi efectuado por uma equipa do Inventário do Património Arquitectónico do Porto (IPAP) entre 1998 e 1999 (figs. 426-432). A este respeito, Cunha (Anexos, 2016, p. 335) informa:

“Esta quinta foi referenciada em sede de Inventário do Património Arquitectónico do Porto como Quinta de Vila Meã ou Quinta do Mitra, datável do século XVIII, com valor arquitectónico – edifício que pelas suas qualidades estéticas/arquitetónicas se distingue na imagem urbana, assumindo uma identidade própria –, artístico – imóvel com intervenções artísticas de especial significado (obras de arte), ou com elementos decorativos de particular valor artístico –, e histórico – arquiteturas representativas de determinados períodos que marcaram a História da Cidade ou o seu desenvolvimento urbanístico.”

Dado que a expansão da linha ferroviária e a construção da VCI ainda não tinham delapidado o terreno da quinta, pode-se verificar a persistência dos caminhos já apresentados nas plantas, que a ligavam quer ao resto do terreno da propriedade quer a outras quintas nas proximidades. A Oeste da casa verifica-se a existência de uma série de construções, que deveriam servir de arrumos agrícolas, e da eira anexa a estes. Nota-se também a distinção entre as zonas de lazer, com um desenho mais decorativo, e aquelas relacionadas com a actividade agrícola, como prados e pomares.

A axonometria da figura 426 é legendada por Cunha (Anexos, 2016, p. 335) como “Desenho IPAP referenciado à Carta de 1892 de Teles Ferreira”, pelo que se depreende que a representação das imediações remete para a data referida e não para a condição em que se encontrava na altura em que o levantamento foi efectuado. Em contrapartida, nos desenhos da capela verifica-se a indicação a cinzento cheio dos elementos que ruíram, mais precisamente, a cruz da frontaria, a empena e respectiva cornija.

Em Agosto de 2016, no âmbito do lançamento do concurso para o projecto do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC), as Peças do Procedimento (GOP, 2016) incluem plantas e alçados da quinta nos documentos “Levantamentos - Cartografia” (figs. 433-436), onde se pode verificar algumas das alterações que a casa sofreu num período de cerca de 17 anos.

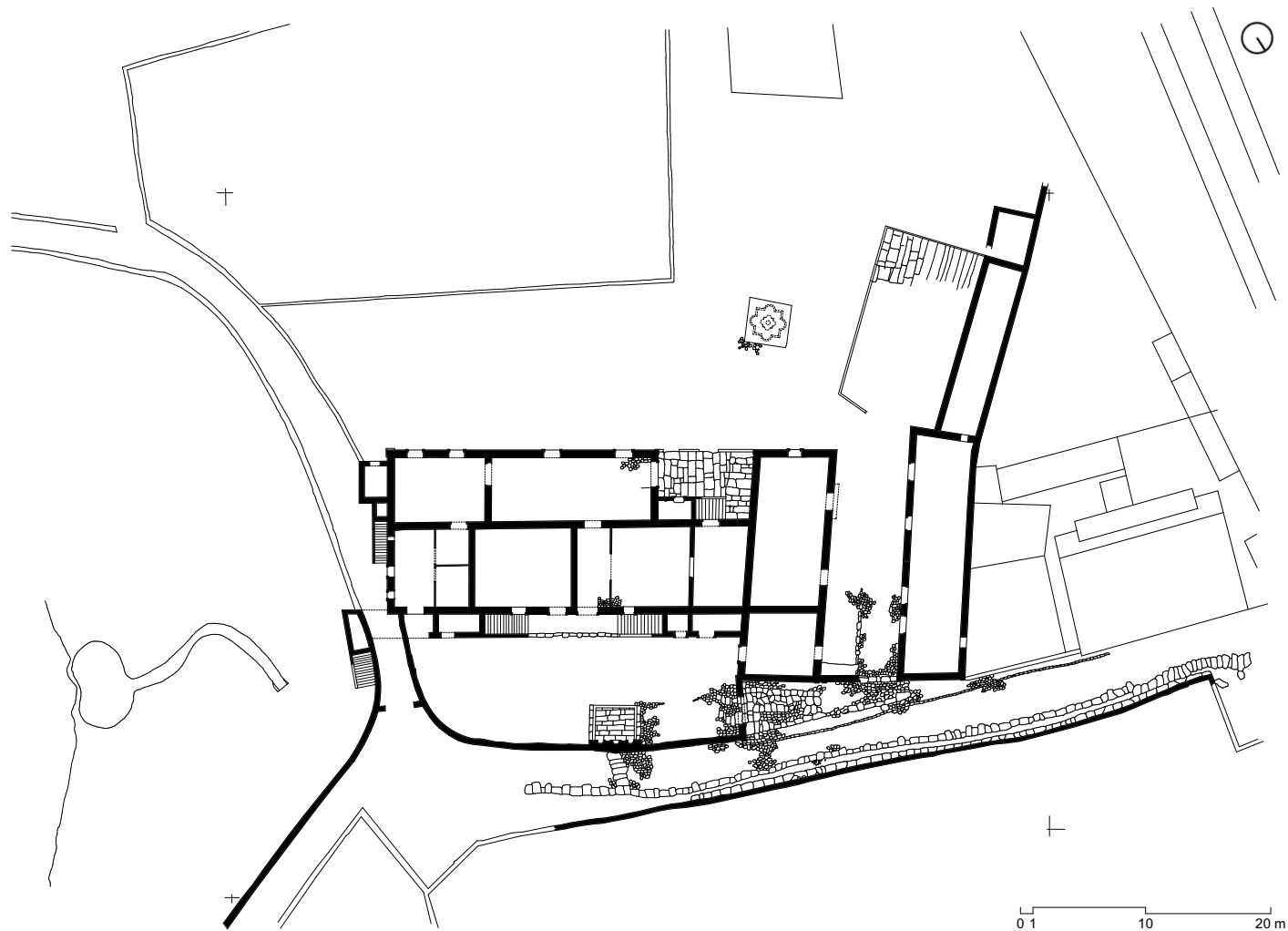


Figura 428 - Planta do piso térreo, 2015

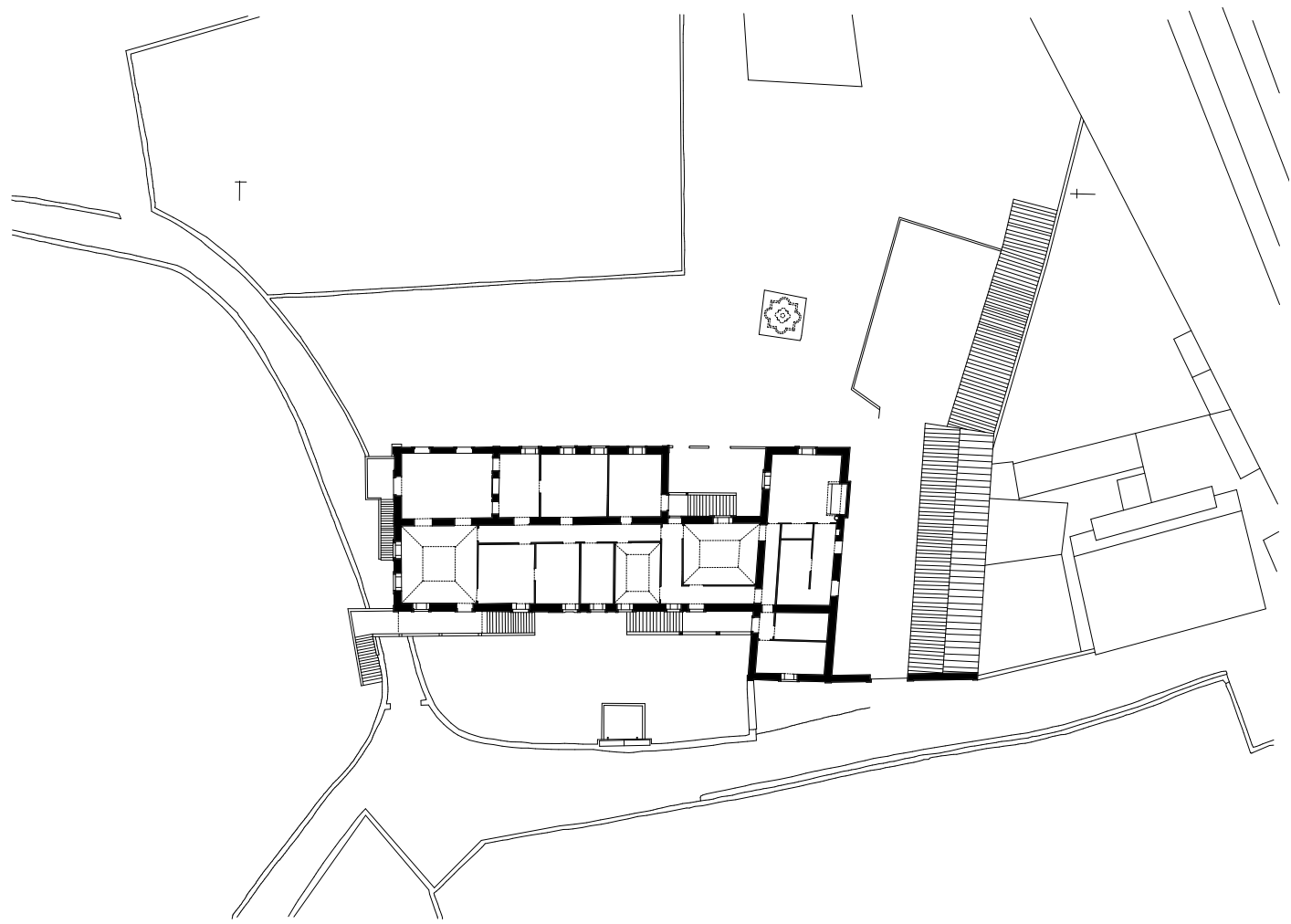


Figura 429 - Planta do primeiro piso (andar sobradado), 2015

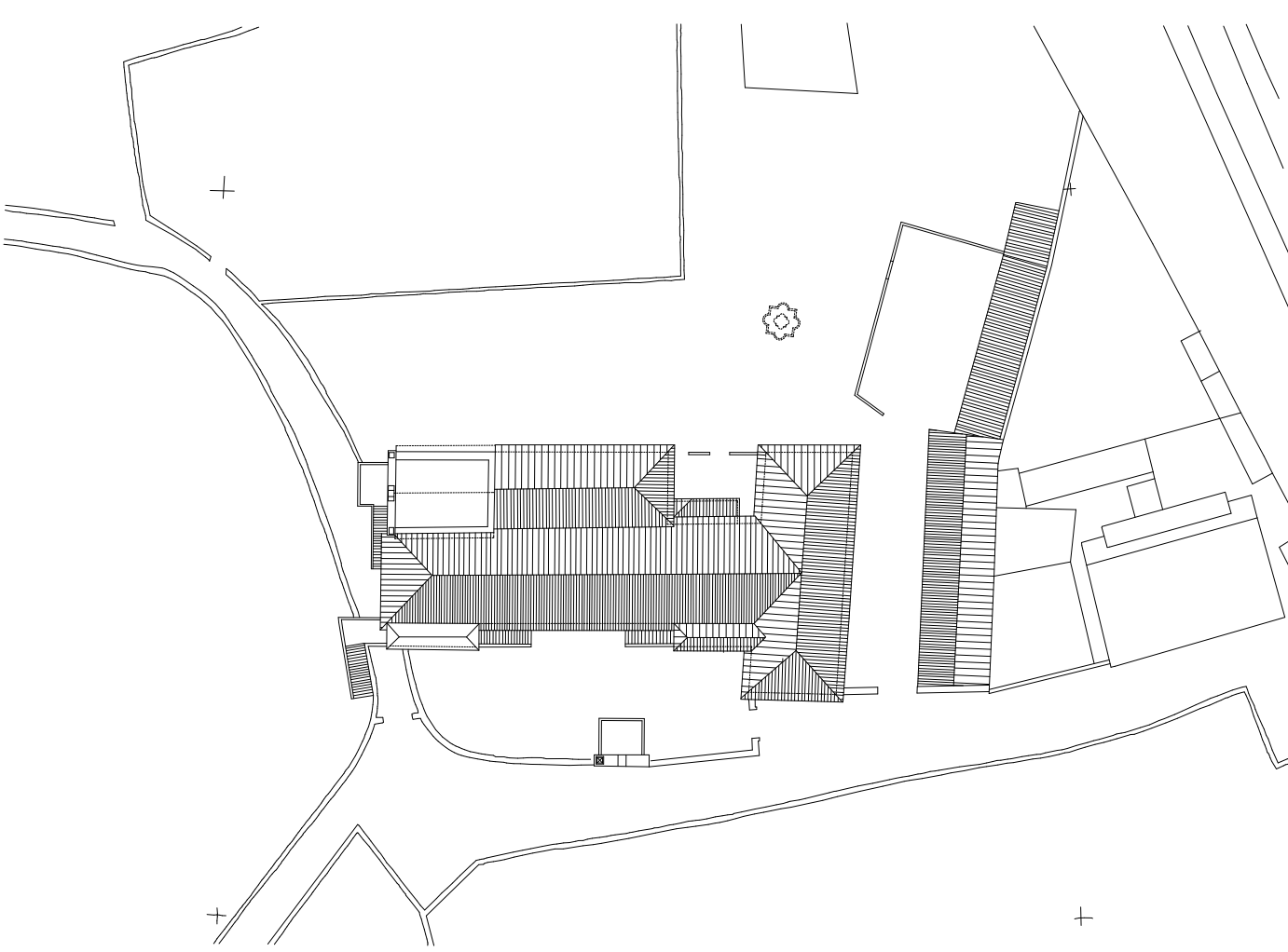


Figura 430 - Planta de coberturas, 2015

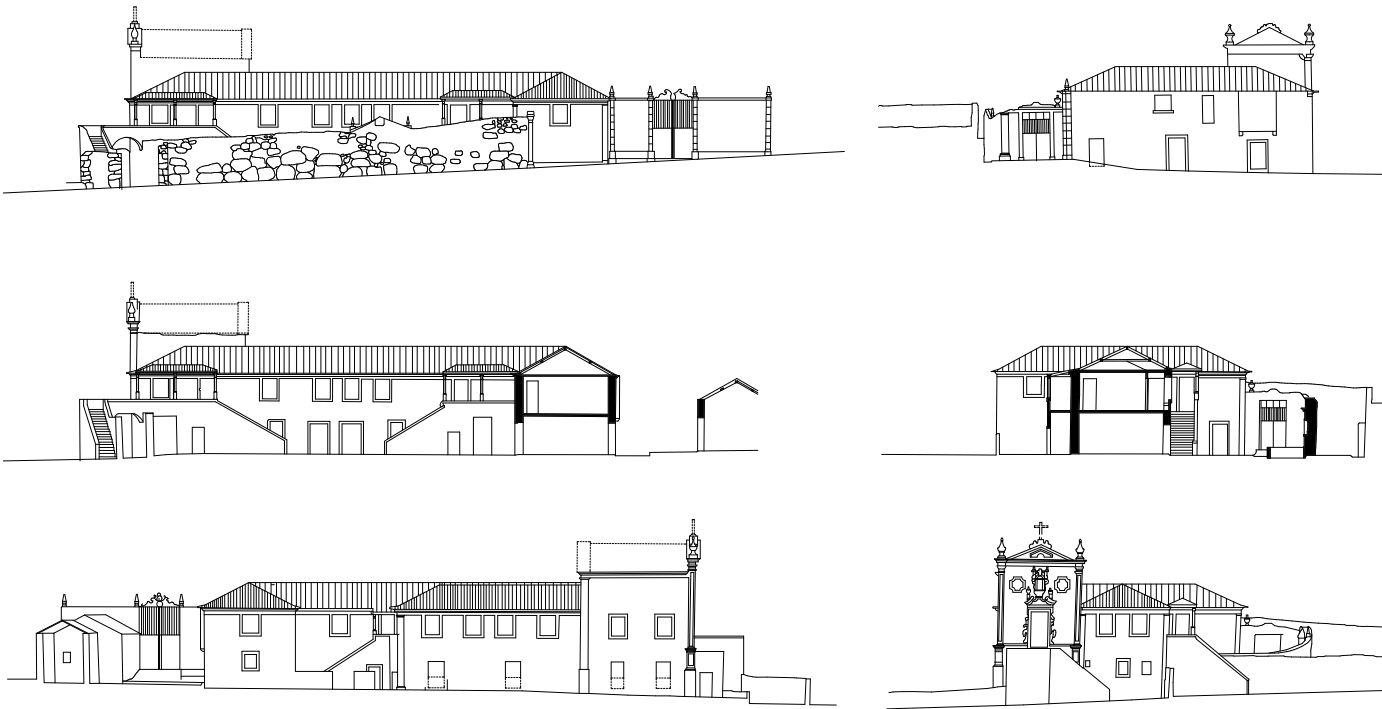


Figura 431 - Cortes, 2015

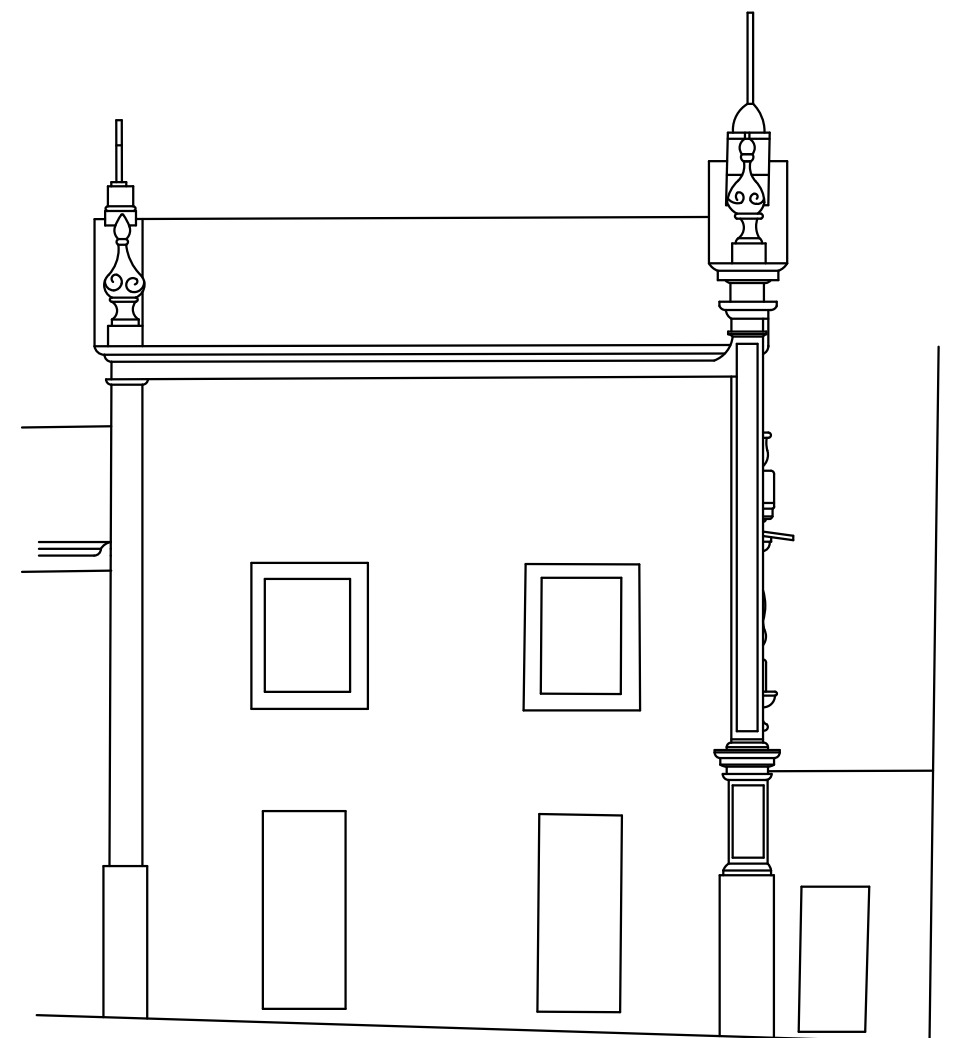
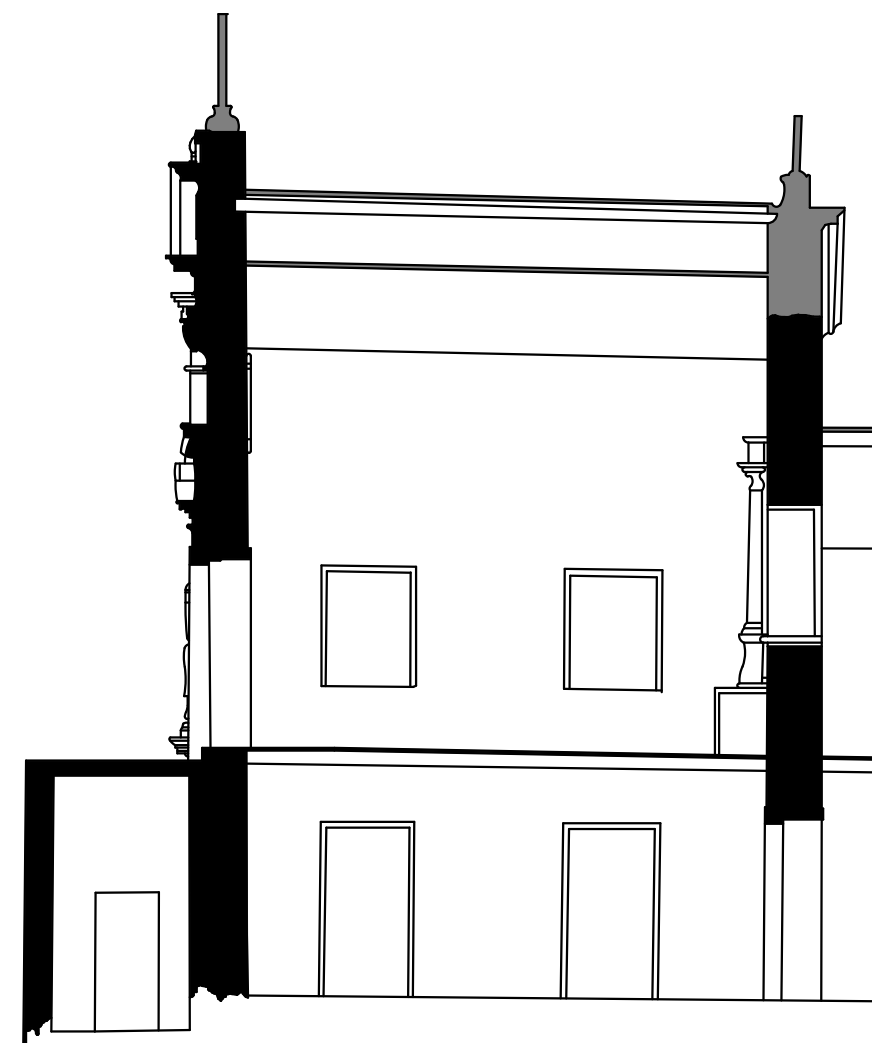
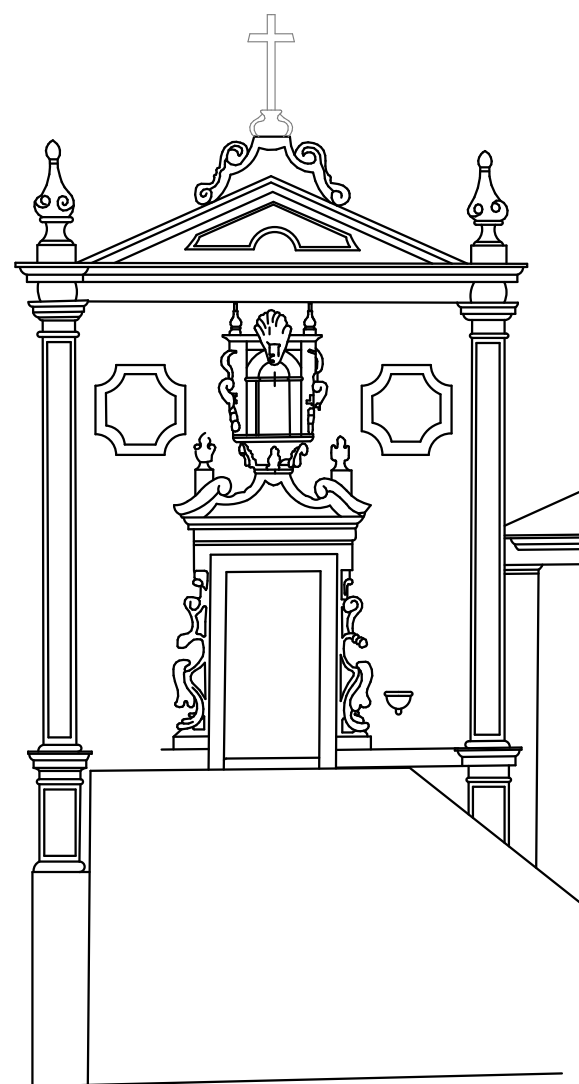
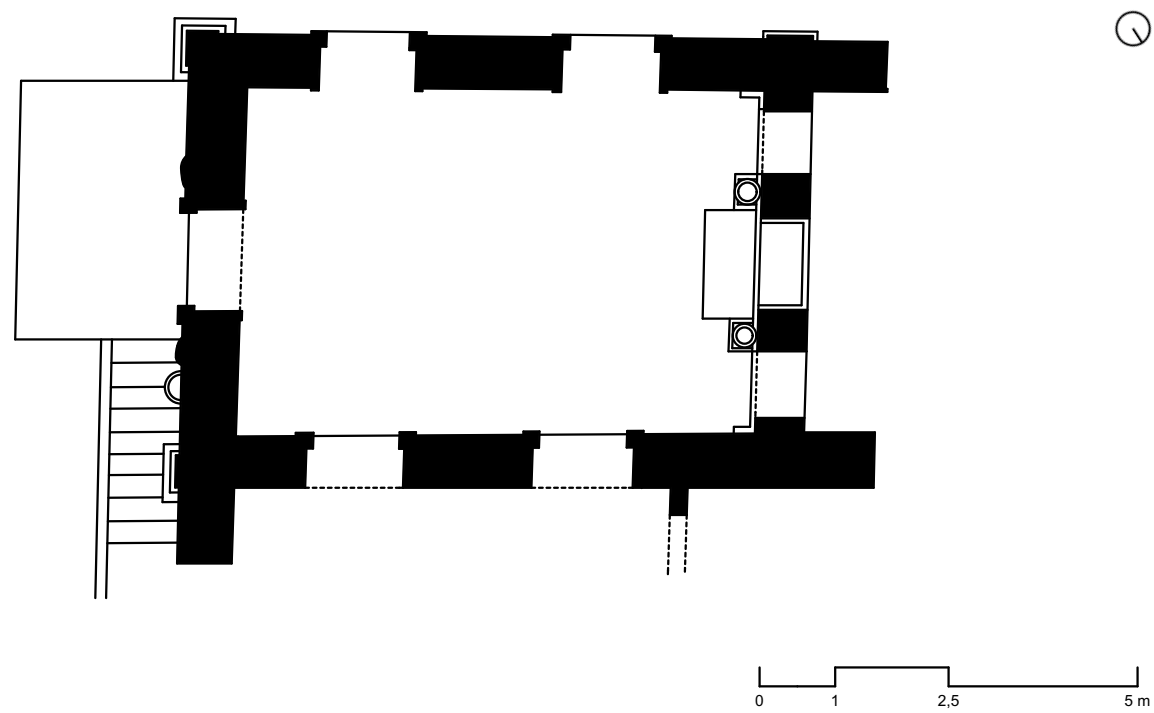


Figura 432 - Planta, alçado Sudeste, corte transversal e alçado Sudoeste da capela, 2015

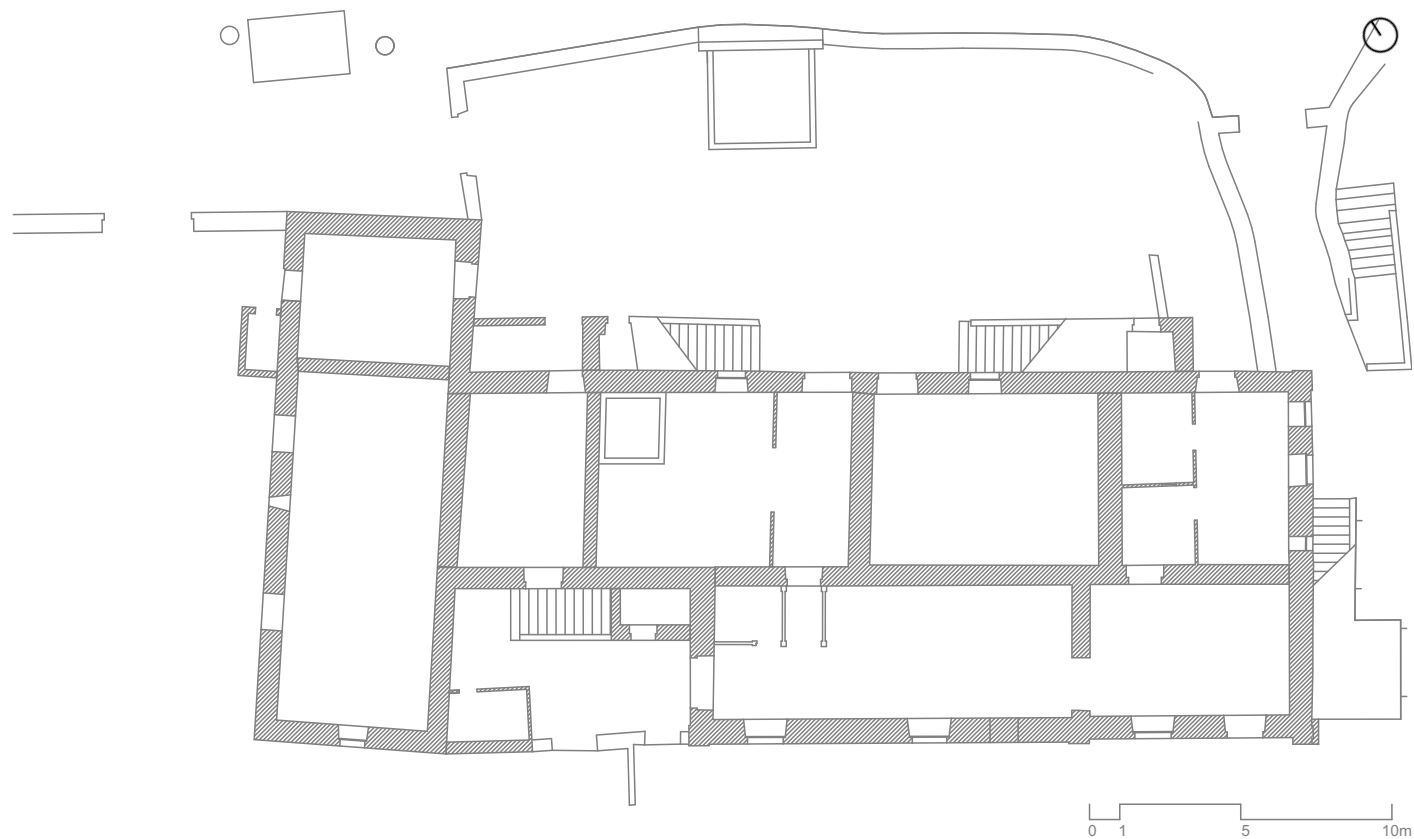


Figura 433 - Planta do piso térreo, 2016

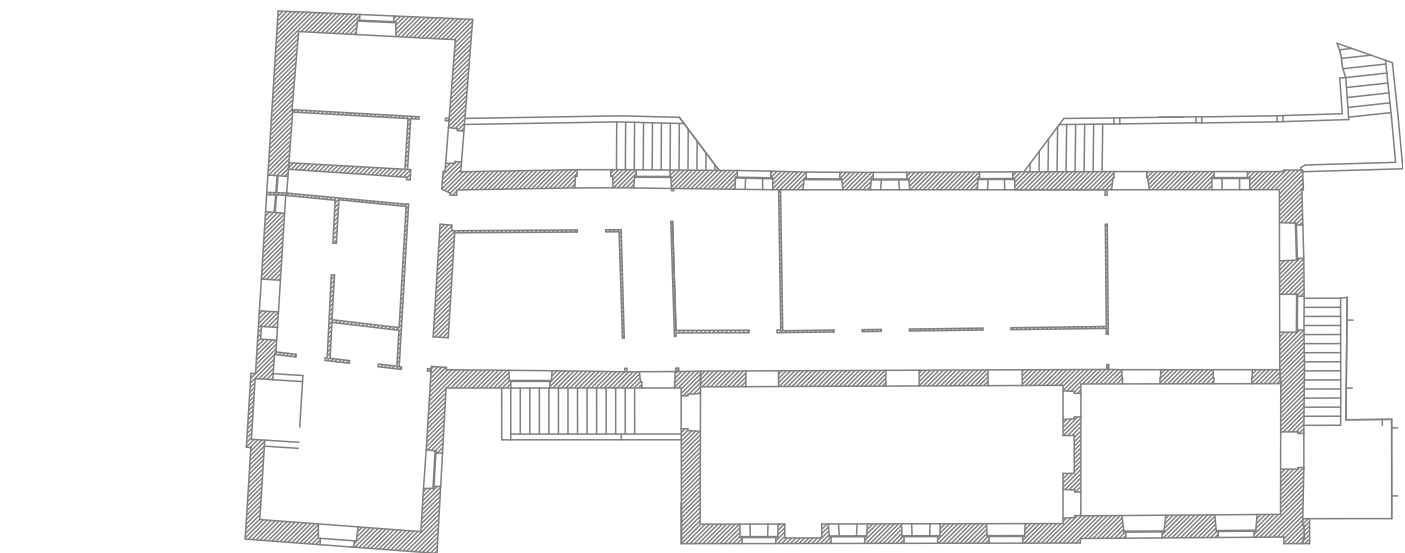


Figura 434 - Planta do primeiro piso (andar sobradado), 2016

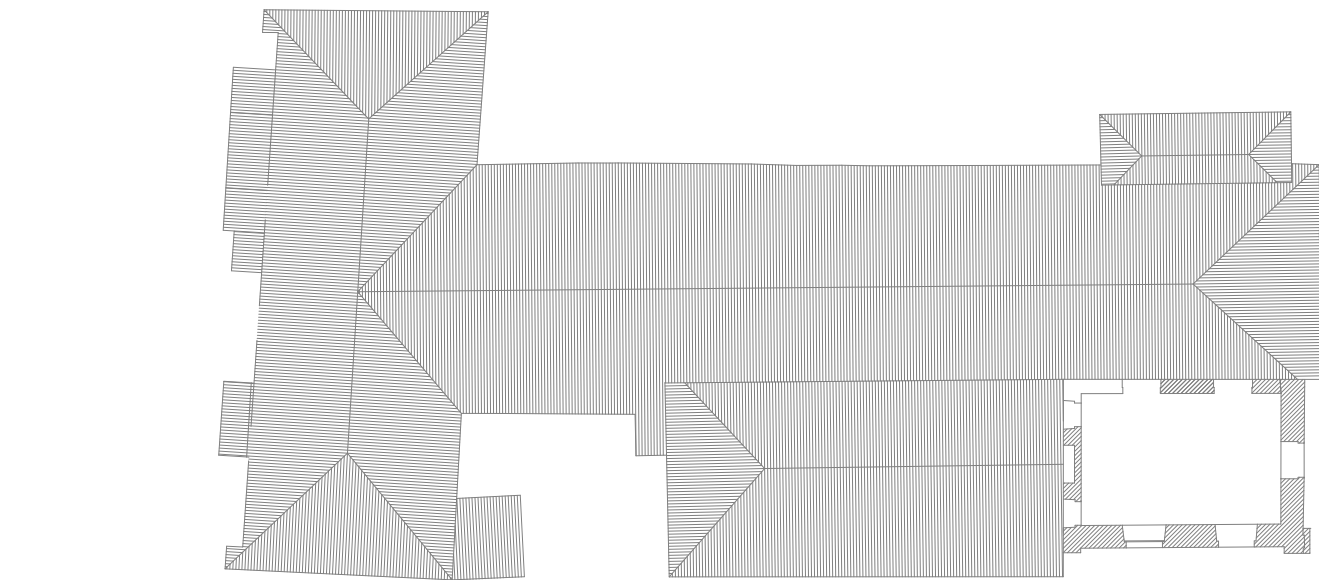


Figura 435 - Planta de coberturas, 2016



Figura 436 - Cortes, 2016



1 - R. de Justino Teixeira 2 - R. Monte da Estação 3 - R. de Godim 4 - R. Pinto Bessa 5 - R. do Heroísmo 6 - R. do Freixo
7 - R. Pinheiro de Campanhã 8 - R. de Bonjóia 9 - Nó de Bonjóia 10 - R. Dr. Maurício Estêves Pereira Pinto 11 - VCI 12 - Circunvalação

Figura 437 - Acessos principais à Quinta do Mitra, 2016



Figuras 438 e 439 - Acesso Sul-Norte pela via rodoviária, pela Rua Pinheiro de Campanhã. No segundo registo observa-se a Rua de Bonjóia, cuja largura permite somente a passagem alternada, controlada por sinalização vertical luminosa.



Figuras 440 e 441 - Vista da via que dá acesso à denominada Rotunda de Bonjóia, de onde se pode observar a relação da casa com a envolvente a Este, com destaque para o viaduto da VCI. Apesar da inexistência de passeios, as vias das últimas três imagens são utilizadas frequentemente por peões.

4.1.2 Alterações introduzidas, elementos de valor e identificação das anomalias existentes

A caracterização destes elementos será efectuada pela via de um percurso fotográfico - semelhante ao efectuado pela Direcção dos Serviços Centrais e Culturais, em 1993 -, estabelecendo-se um comparativo com 23 anos de diferença.

Com esta análise não se pretende um estudo acerca das utilizações dos vários espaços, salvo os que têm uma função evidente, como a capela, a cozinha, o lagar ou espaços convertidos em lavabos. Por outro lado, procura-se identificar as qualidades e as alterações efectuadas no edificado, com base nas fotografias registadas entre o fim de Maio e o início de Junho de 2016, recorrendo a imagens criadas por terceiros referentes a datas anteriores e a outro tipo de representações como desenhos ou vistas aéreas, quando necessário para explicitar a informação.

Para se realizar a identificação e caracterização e para se garantir o uso da nomenclatura correcta, recorreu-se às obras de Oliveira e Galhano (1992), Oliveira et al. (1995) e Teixeira (2004). Em contrapartida, e de forma a facilitar a localização da recolha das imagens, o início de cada página conta com uma planta da casa com manchas de cor, que indicam, sensivelmente, o campo de visão.

Pela via rodoviária, a partir do centro da cidade, a quinta pode ser acedida a partir da Rua de Pinto Bessa ou Rua do Heroísmo, convergindo em seguida para a Rua do Freixo, Rua Pinheiro de Campanhã, Rua de Bonjóia e Nó de Bonjóia. A partir da VCI, o acesso é directo desde o Nó de Bonjóia.

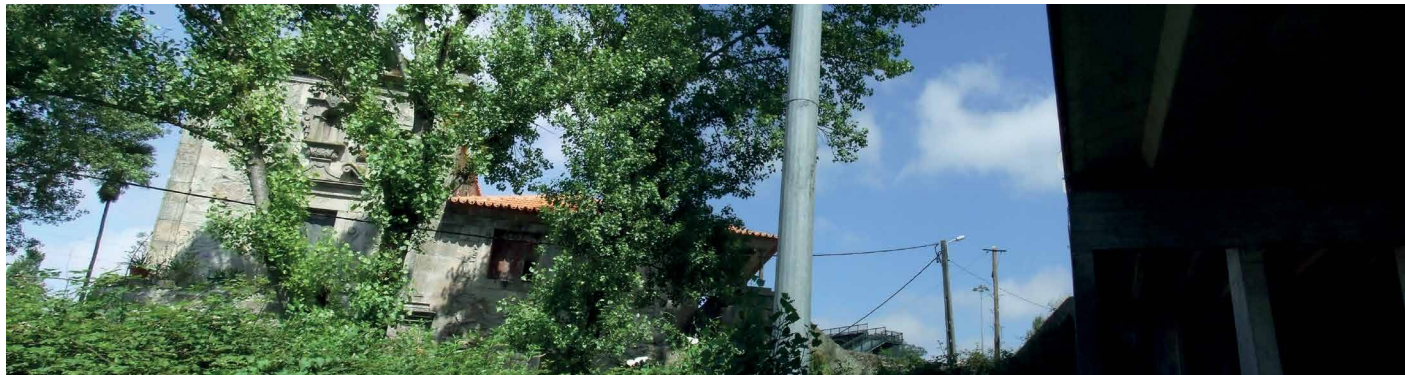
Por outro lado, pela via pedonal, partindo da estação de comboios, é necessário seguir em direcção Norte, pela Rua de Justino Teixeira, Rua Monte da Estação, convergindo com a Rua de Godim, para depois se atravessar a ponte pedonal sobre as linhas de caminho de ferro.

A partir da zona Este de Campanhã, o espaço pode ser acedido de forma pedonal e rodoviária através da Rua Dr. Maurício Estêves Pereira Pinto, que o liga directamente à Praça da Corujeira, e de forma exclusivamente rodoviária através da Estrada da Circunvalação (N12).

A apresentação do percurso será iniciada com a alternativa rodoviária, demonstrada a partir da Rua Pinheiro de Campanhã, perpendicular à Rua do Freixo (figs. 437 e 438).

Método de caracterização do edificado

Descrição dos percursos



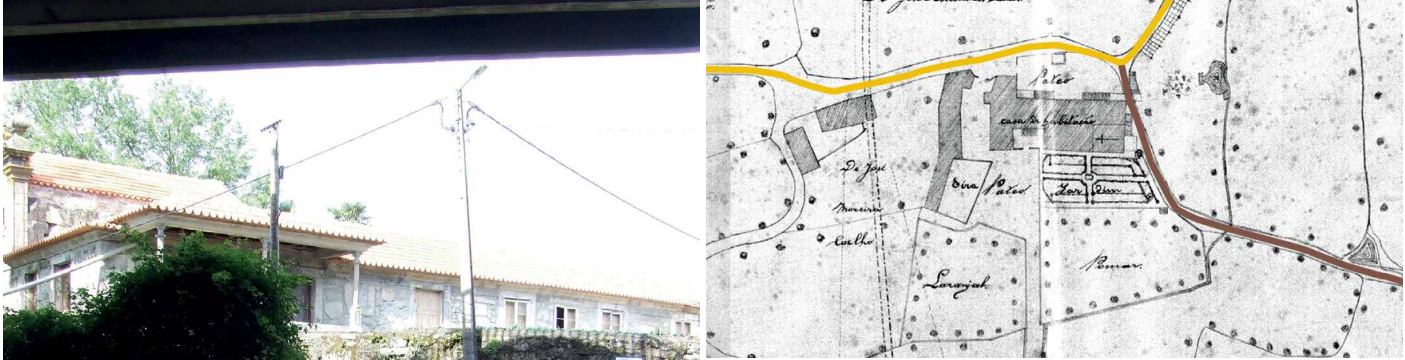
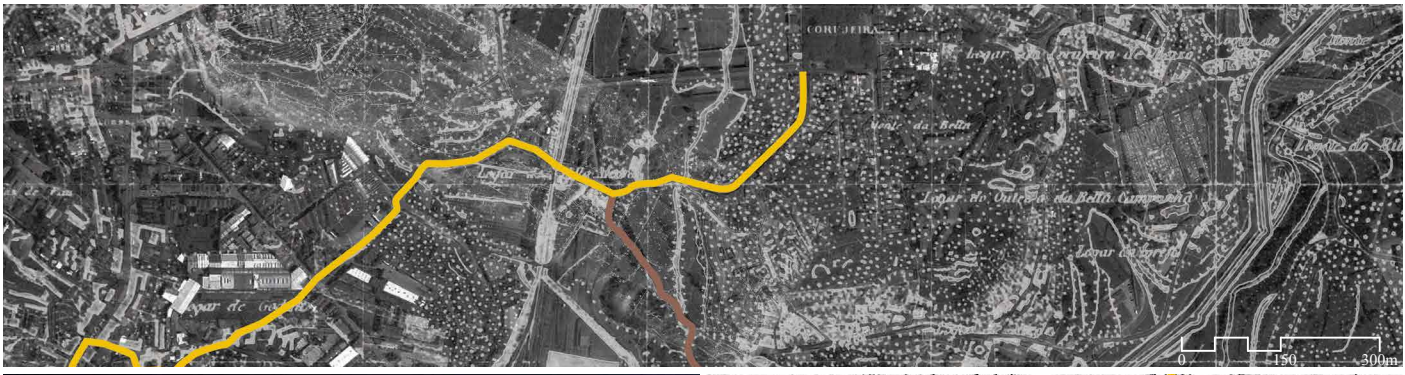
Figuras 442 e 443 - A chegada por nascente à quinta é efectuada por baixo do viaduto da VCI. A falta de limpeza, manutenção e luminosidade tornam este acesso pouco convidativo ou atractivo aos automobilistas. Por outro lado, o atravessamento pedonal desta via revela-se perigoso devido à fraca visibilidade e à velocidade dos veículos que aumenta com a proximidade do ramal de acesso à estrada.



Figuras 444 e 445 - A vista a Sul debaixo do viaduto revela a sua extensão e a existência de um caminho de pavimento em calçada. Seguindo-se em frente e olhando-se para trás verifica-se a relação da cota da Rua Dr. Maurício Estêves Pereira Pinto (antiga Rua de Vila Meã) com o espaço residual entre esta e a rotunda.



Figuras 446 e 447 - No referido espaço, com cerca de 650 metros quadrados, observa-se a monumentalidade e uma certa crueza que a estrutura do viaduto possui, em contraste com a escala humana da casa. Por outro lado, na primeira figura é ainda evidente a tensão Nascente-Poente que a fileira de pilares provoca.



— Caminho de ligação ao centro — Caminho de ligação ao Lugar de Bonjóia

Figuras 448-451 - Debaixo do viaduto e olhando para o portão do extremo Nascente da quinta, observa-se a calçada do que seria o caminho que atravessava longitudinalmente a zona Norte do Casal de Baixo. Nas mesmas figuras pode-se verificar que o muro que definia este caminho terá sido demolido aquando da construção do viaduto da VCI. Vê-se também o portão de acesso que, além de permitir o acesso directo à capela, possibilitaria a chegada à Quinta da Bonjóia, situada a Sudeste da Quinta de Vila Meã; o que se comprova sobrepondo a Folha 6 da Carta de Telles Ferreira, de 1892, e a Planta da Quinta de Vila Meã sobre um levantamento actual.



Figuras 452 e 453 - Após a passagem por baixo do viaduto, é visível o muro de granito que desenha o limite Norte da quinta, o portão de acesso ao volume mais antigo da casa e o limite Oeste, definido pelo muro de delimitação dos caminhos de ferro. Por cima desta última estrutura, a ponte pedonal que permite o acesso Poente à quinta.



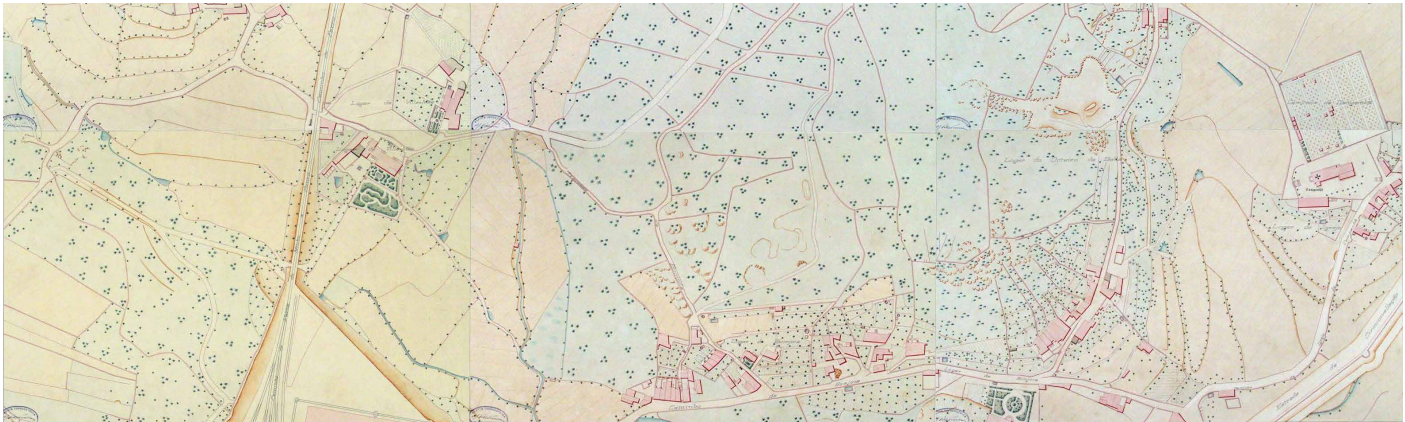
Figuras 454 e 455 - Iniciando-se o percurso pedonal a partir da Rua de Justino Teixeira, junto à estação “Campanhã” da Metro do Porto, segue-se em direcção a Norte. Após umas vias sinuosas sobe-se a Rua Monte da Estação onde a densidade do edificado diminui ligeiramente e aumenta a área de terrenos não impermeabilizados.



Figuras 456 e 457 - É na Rua de Godim que se verifica o maior contraste com o ponto de partida e a envolvente. Contudo, apesar da vegetação e das azinhagas, a relação visual com infraestruturas viárias é constante.



Figuras 458-461 - No lado Poente do caminho observa-se um curso de água que se deverá tratar da Ribeira de Vila Meã, cuja foz se pode observar na última figura, registada em Outubro de 2007.



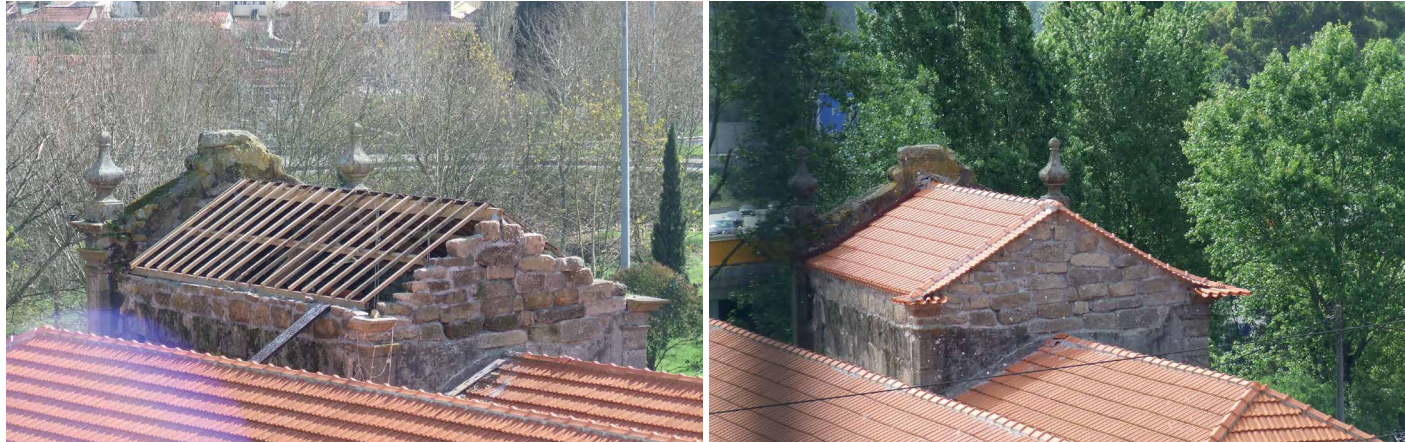
Figuras 462 e 463 - Com o curso da Ribeira de Vila Meã, indicado a cheio, e do Rio Tinto, a traço interrompido, é salientada a presença de recursos hídricos na zona. A circunferência a castanho demonstra a relação entre o local em que a ribeira se encontra a descoberto e a quinta, com os respectivos pontos de aproveitamento recreativo da água destacados com círculos amarelos. Este recursos eram sobejamente utilizados pela população, como se constata pela presença de lagos, fontes, chafarizes, entre outros, na Folha 6 da carta de Telles Ferreira, de 1892.



Figuras 464 e 465 - Prosseguindo-se o caminho em direcção a Nordeste, chega-se ao fim do percurso rodoviário, sendo o resto do caminho estritamente pedonal.



Figuras 466 e 467 - Dado que não é possível (nem seguro) atravessar a pé a linha ferroviária, o acesso é feito por uma ponte pedonal que facilita o atravessamento a uma cota superior, onde se observa o corte incisivo que a linha ferroviária provocou na quinta.



Figuras 468-473 - Neste ponto, recorrendo às figuras recolhidas entre Abril de 2013 e Junho de 2016, verifica-se que a alteração de maior escala foi a substituição integral da cobertura e a reconstrução livre do aparelho de granito da capela, de modo a suportar a estrutura do telhado. Esta solução não inclui as cornijas ou elementos decorativos, como coruchéus, que se podem observar no registo de 1972, onde além do chafariz em primeiro plano, se observa um murete a separar o pátio Sul do jardim anexo à casa.



Figuras 474 e 475 - Na vista do topo Norte observa-se o portão de acesso ao volume mais antigo da casa, com a eira, um pátio e um laranjal no enfiamento. No topo Norte do edifício observa-se a adição de uma persiana e o revestimento recente da alvenaria de granito com reboco.



Figuras 476-480 - Após a passagem pelo portão, observa-se a frente Noroeste do volume mais antigo da casa, onde, no beirado, faltam as cornijas, que ainda deverão estar espalhadas pelo terreno, como se verifica na quarta figura. Ademais, verifica-se também a divisão de um vão com tijolo burro e a adição de uma construção sob um telheiro existente. Por outro lado, no extremo direito da fachada observa-se a saliência do volume da lareira da cozinha (cujas juntas aparentam ter sido preenchidas com argamassa cimentícia), suportado por duas mísulas. Junto a este volume encontra-se um elemento em granito, partido, que aparenta ter sido um anel circular. O vão de tensão vertical, com proporção de porta, poderia ter sido onde se encostava a escadaria de acesso ao piso superior quando só existia este volume.



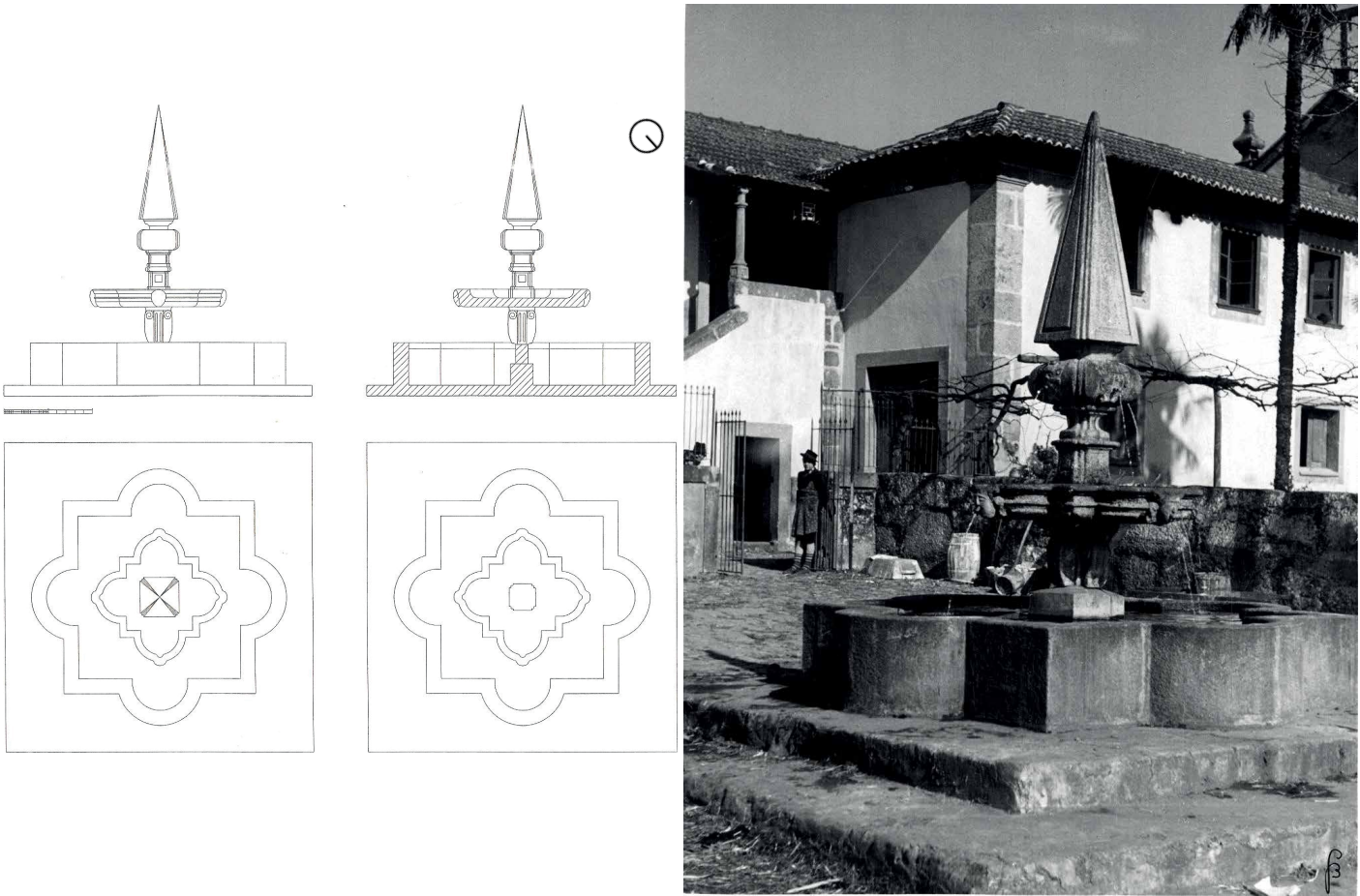
Figuras 481 e 482 - Junto ao portão existe um espaço, a uma cota inferior, cujo tecto aparenta ter tido uma intervenção recente, e que permite o acesso directo ao pátio Norte da quinta.



Figuras 483 e 484 - Entrando no espaço ao lado, verifica-se uma espacialidade ampla de onde deverá ter sido o espaço de adega ou loja para animais. Possivelmente, estaria compartimentado, visto que além de ter dois acessos, tem de um lado, um vão com janela, enquanto que do outro tem apenas uma fresta.



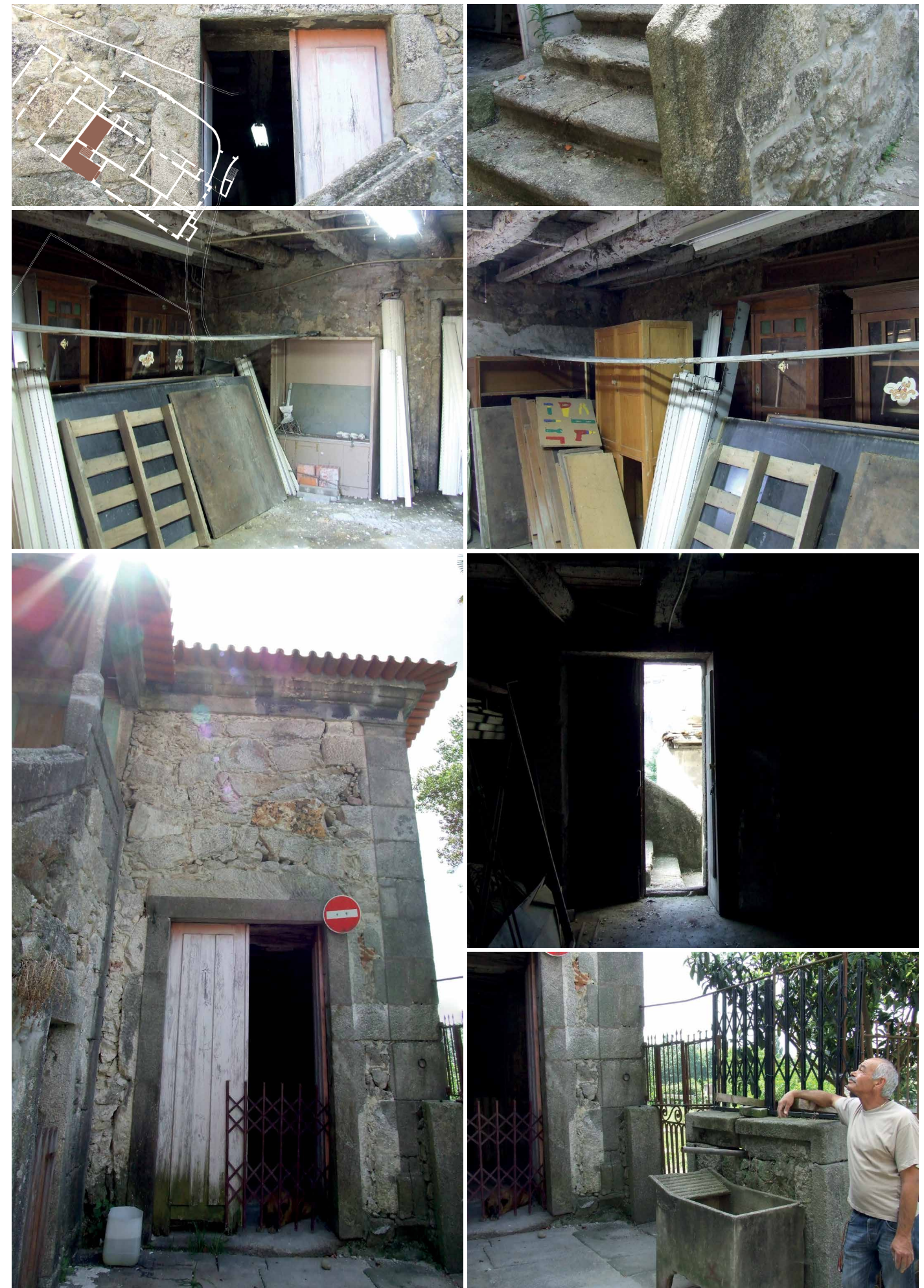
Figuras 485 e 486 - Ao seguir na direcção Sul, para onde se localizaria a eira, e olhando-se para a frente Sudoeste da casa, nota-se a adição de um elemento junto à casa, que de momento serve de casota de cão. Seria sensivelmente neste ponto onde se localizava o chafariz.



Figuras 487-491 - O referido chafariz foi realocado para o lado Sul dos jardins do Palácio de Cristal. Este ainda se encontrava na quinta em 1943, data do registo da segunda figura.



Figuras 492-494 - Este ponto permite o acesso à zona do lagar, no piso térreo, bem como a subida ao piso superior pela escadaria rematada pelo patim alpendrado, cujas guardas são de pedra afeiçãoada à mão. Neste alpendre, as cantarias de granito das portas de acesso ao interior têm vestígios de tinta verde, como se verifica noutros pontos da casa. Nesta série é também de salientar a ausência de cunhal no volume mais antigo da casa, comparativamente com o mais recente, cujas esquinas são rematadas por cunhais em granito.



Figuras 495-501 - A entrada para o espaço demonstrado situa-se na escadaria, após a subida de dois degraus, pelo que se depreende que a cota do terreno seja mais baixa do lado Sul. Junto ao muro de delimitação deste espaço encontra-se a porta de acesso ao corredor largo de acesso ao lagar e ao pátio Norte da casa.



Figuras 502-509 - No alçado Sul nota-se a colocação de um tubo com algum diâmetro na alvenaria, que se supõe destinar-se a ventilação. No piso térreo, como a pedra se encontra exposta, verifica-se que houve o fechamento de metade dos vãos das janelas, facto referido no levantamento do IPAP. Enquanto o muro de separação entre o pátio e o jardim foi retirado, o lago central persistiu, alterado depois de Março de 2014.



Figuras 510-513 - Como já referido, a cobertura da capela foi reconstruída sem os elementos que a constituíam. Contudo, nas suas imediações ainda existem várias peças danificadas que, notoriamente, terão pertencido à sua estrutura.



Figuras 514-521 - Esta é a vista aproximada daquela que se poderá ter a partir da VCI. As principais alterações a registar são a ausência de dois coruchéus, do sino a rematar a cornija do alçado Sudoeste e da cruz de remate do frontão. A igreja destacar-se-ia ainda mais quando se encontrava rebocada, acentuando o contraste da superfície pintada com os ornamentos em granito, como se verifica no registo de 1972. Deduz-se que terá havido algum deslocamento do aparelho, consolidado com argamassa cimentícia. Neste alçado verifica-se novamente a aplicação de tubos, neste caso, nos elementos de cantaria.



Figuras 522-528 - Apesar de ser evidente a qualidade do desenho da capela, com elementos decorativos tipicamente barrocos, esta apresenta um avançado estado de degradação. Todavia, ainda se pode observar a pia baptismal que seria utilizada nas missas públicas, celebradas do topo do patamar para a população.



Figuras 529-535 - Deste ponto é possível observar-se a escadaria que, em salto sobre o muro, permitia o acesso aos terrenos agrícolas e o local onde estaria o portão, tapado por uma parede e um vão que possibilitaria a relação visual entre os dois lados da casa. Recuando, existe uma relação visual directa com o espaço por baixo do viaduto e a denominada rotunda de Bonjóia.



Figuras 536-542 - Seguindo para Sul e descendo pelos seis degraus para vencer a cota entre o jardim e o terreno de cultivo, destaca-se a fonte de aspecto barroco no muro de contenção de terreno. Afastando-se progressivamente até ao extremo Sul da propriedade, verifica-se o enquadramento da casa com o muro da linha ferroviária a Poente e a VCI a Nascente. É igualmente observável o espaço de cultivo a Sul da casa e a estufa em construção junto ao muro.



Figuras 543-546 - De seguida, ao seguir na direcção Poente, pode observar-se os terrenos agrícolas, a estufa, a casa na árvore e os degraus de acesso ao pátio.



Figuras 547-549 - Sobre o portão, observam-se em falta os elementos já referidos, tais como o brasão de família e os coruchéus. Após a passagem pelo portão acede-se ao que poderia ser classificado como a zona nobre da casa, com a fonte junto ao muro e as escadarias simétricas de acesso ao piso superior.



Figuras 550-553 - Comparando com o registo de Setembro de 2012 da fachada Nordeste observa-se a adição de um telheiro sobre a porta, criando um compartimento protegido e o destacamento do asfalto e dos rebocos das paredes.



Figuras 554-556 - Após subir a escadaria Nascente, observa-se a existência uma parte de cornija pousada sobre o patamar e os pilares encontram-se grampeados aquando da recuperação da casa.



Figuras 557-560 - Após a entrada na casa, observa-se uma guarnição em madeira com um desenho boleado, de remate de uma parede, suavizando uma esquina. Ao dirigir-se para a cozinha, a parede de granito do lado esquerdo contém um vão fechado que remete à existência deste volume como elemento único, sem a parte mais recente, visível por não ter reboco, o que ainda não se verificava em Novembro de 2012, como se pode observar na última figura.



Figuras 561-563 - No registo de Agosto de 2014, a cozinha encontrava-se destelhada, enquanto em Outubro 2015 aparentava já se encontrar coberta.



Figuras 564-566 - Apesar da deterioração, neste espaço destacam-se a chaminé em granito, um pequeno forno ao seu lado e as portas de armário decoradas com pinturas de motivos vegetais.



Figuras 567 e 568 - Pormenor das portas de armário.



Figuras 569-572 - Passando pela porta à esquerda do armário, encontram-se dois espaços: um que contém a janela subdividida e, dentro deste, do lado direito, outro espaço, sem luz directa. Ao voltar para trás vê-se uma janela enquadrada por duas folhas de portada e por duas namoradeiras.



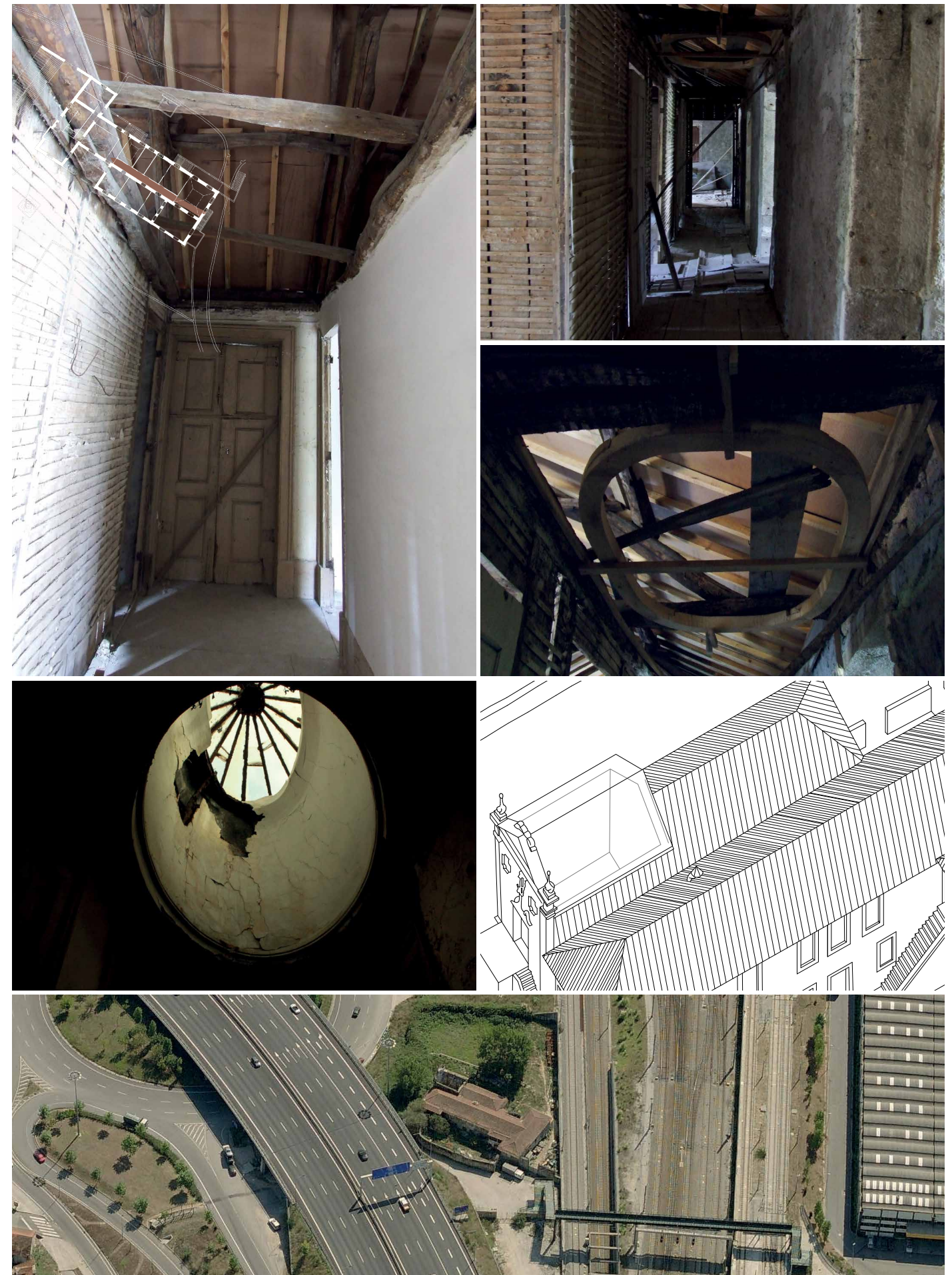
Figuras 573-575 - Por detrás da primeira porta do corredor encontra-se o espaço exíguo que resultou da construção de uma parede a meio do vão, o que, por outro lado, permitiu a entrada de luz natural no que aparentam ser uns lavabos. A mesma procura de luz deverá ter levado igualmente à abertura de um vão para um espaço que seria usado como quarto, criando uma suite.



Figuras 576-579 - A partir deste ponto é explorada a parte mais recente da casa. À semelhança do primeiro elemento de canto à entrada, nota-se uma maior riqueza no desenho dos elementos em madeira, designadamente das caixilharias, rodapés e portadas.



Figuras 580-585 - No tecto em masseira desta sala foi claramente iniciado um processo de restauro (compare-se com o registo de Novembro 2012 na quarta figura). Destaque para o ornato em estuque que representa, em cruz, taças de fruta.



Figuras 586-591 - Ao sair da sala anterior, encontra-se uma porta de acesso ao patim alpendrado que leva ao pátio Sul da casa e, virando-se à esquerda em direcção a Poente, chega-se ao corredor de distribuição principal. A partir deste ponto de vista verifica-se que a parede de alvenaria de pedra serve de apoio aos dois telhados, sensivelmente paralelos, libertando o resto do espaço, que se subdivide com recurso a paredes de tabique. Contudo, este espaço teria uma qualidade diferente visto que se encontrava iluminado por uma clarabóia elíptica, como é possível observar no registo de Março 2014, na axonometria efectuada pelo IPAP e na vista aérea. Actualmente encontra-se somente a aduela sobre a estrutura do tecto.



Figuras 592-598 - As situações de maior destaque neste espaço relacionam-se directamente com as alterações sofridas. Os três vãos que fazem lembrar uma serliana resultam de duas portas que davam acesso ao interior da capela, enquanto o vão central resulta do espaço onde se encontrava o altar. Por outro lado, a profundidade desta zona da casa deve-se à demolição de duas paredes de tabique que a subdividiam em três espaços diferentes, de menor pé direito, dado que teria tecto sobre eles. Enquanto a estrutura do telhado recorre a asnas simples com nível, é de notar alguma riqueza no trabalho da madeira nas portas pousadas, cujo desenho das almofadas forma um quarto de círculo no encontro com a couceira intermédia. Junto às janelas de batente de peito é possível confirmar a abertura que se observou na frente Sudoeste deste volume.



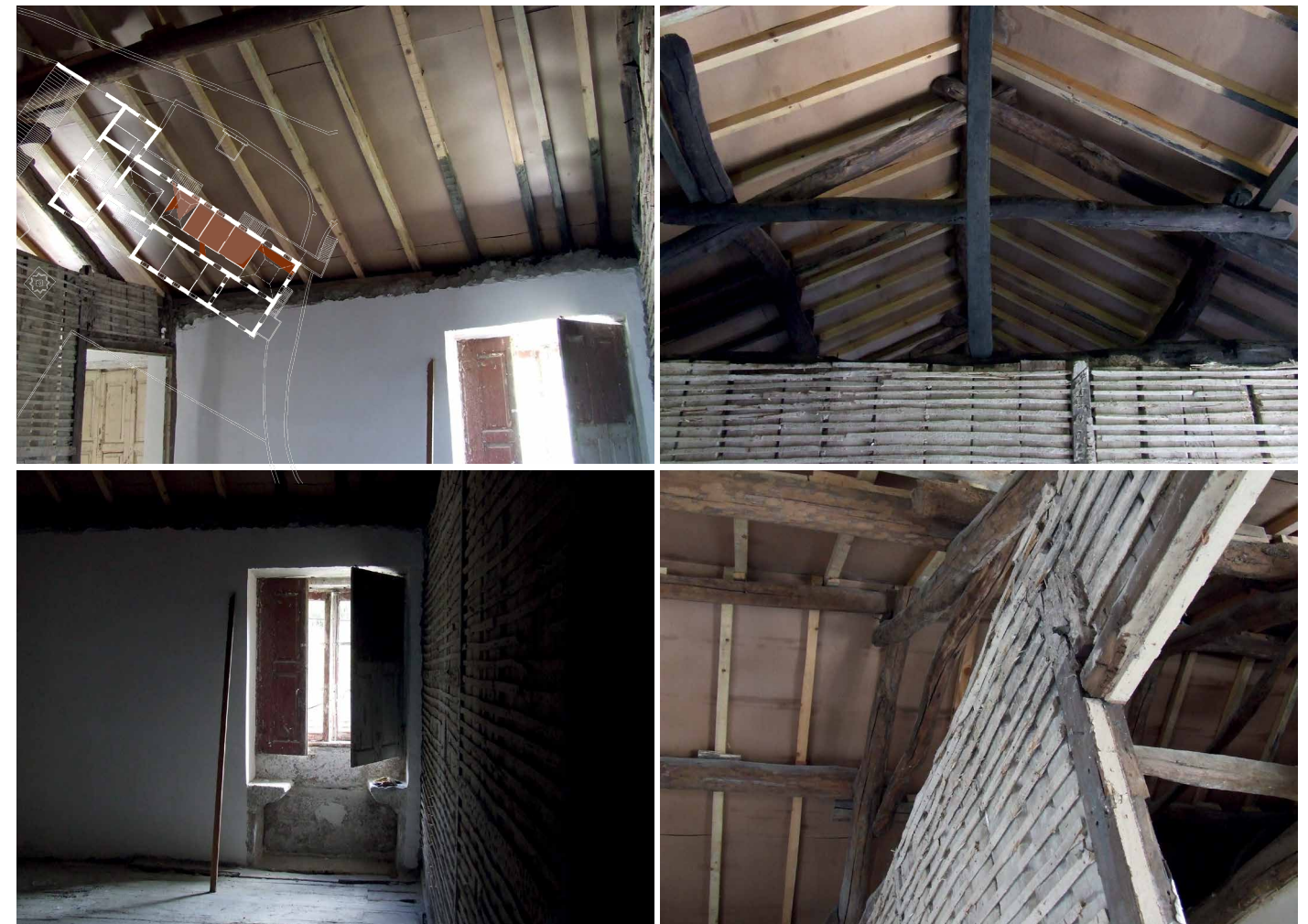
Figuras 599-603 - Apesar de não terem sido encontrados registos nesse sentido, o vão da primeira figura leva a especular que este volume terá sido o segundo a ser construído, enquanto o adjacente, paralelo e de maior comprimento, poderia ter sido adicionado para ampliar a casa de habitação e, ao mesmo tempo, efectuar a ligação à casa primitiva. Contudo, poderá tratar-se somente de uma janela interior, comunicante com o corredor de distribuição. A partir deste ponto é igualmente possível ver um elemento em madeira que pertencia claramente ao altar e, através desse mesmo vão, obtém-se uma relação visual com o que era a nave da capela e respectivo acesso pela escadaria exterior, com os óculos que se observam do exterior e com o que aparenta tratar-se de um pequeno nicho junto a um acesso lateral. A estrutura do telhado aparenta ser integralmente nova.



Figuras 604-606 - Observando-se as paredes ao nível do sobrado desaparecido, notam-se as entregas do seu vigamento. Ao nível inferior, encontra-se em execução o revestimento do seu pavimento através de elementos hexagonais prefabricados em betão. Do lado direito, orientado a Sudoeste, encontram-se duas janelas de peito com duas namoradeiras cada. Virando-se o campo de visão para o lado oposto, tem-se a leitura do espaço percorrido até à capela.



Figura 607 - Voltando ao corredor e acedendo-se ao espaço mais a Norte, encontra-se um compartimento definido por paredes de tabique simples.



Figuras 608-611 - Olhando para a estrutura do telhado, depreende-se que se mantiveram o pau de fileira, as madres, as pernas e os níveis, e que se substituíram as varas, tendo-se aplicado um guarda pó que aparenta ser constituído por painéis em *platex*. Como é possível constatar no levantamento efectuado pelo IPAP, quer este espaço quer o que se situa no extremo Sudeste, no mesmo enfiamento, também continham tectos em masseira. Segundo o responsável da Junta de Freguesia de Campanhã, os painéis foram retirados para serem restaurados e colocados novamente pela equipa que se encontrava a ter formação no espaço da casa, para isso colocando o revestimento a preto, visível sobre alguns elementos em madeira (possivelmente tinta de óleo, zarcão ou alcatrão). No geral, o sobrado da casa aparenta estar em boas condições, havendo somente alguns pontos em que o tabuado abateu.



Figuras 612 e 613 - A profundidade do espaço que se segue, à semelhança da adjacente à capela, foi ampliada pela demolição de duas paredes que o subdividiam. Contudo, os elementos de maior destaque são os vãos emparedados, a descoberto, na parede Norte, barrada com o que aparenta tratar-se de argamassa cimentícia. Para além da peculiaridade do desenho do primeiro, existem vestígios de cor sobre as suas cantarias de granito.



Figuras 558-560 - Outras vistas e pormenores do espaço.



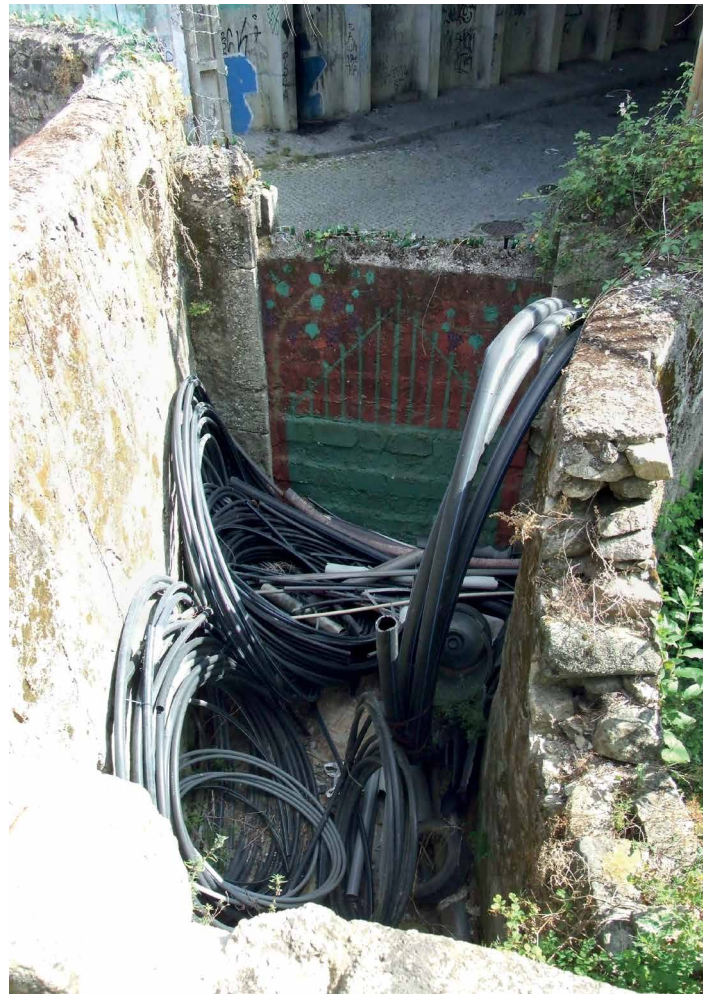
Figuras 614-619 - A planta quadrangular, a profusão de janelas (três) e a entrada directa e diferenciada a partir do exterior, conferem a este espaço uma singularidade pertinente quando comparada com outros dentro da casa. Isto poder-se-á dever ao facto desta sala ser contígua à capela.



Figuras 620 e 621 - De seguida, irá efectuar-se a descida pelo referido acesso.



Figuras 622-625 - Deste ponto tem-se uma vista ampla sobre as imediações a Norte e a Nascente da quinta - nomeadamente até à zona de Godim (para lá da ponte pedonal), à qual correspondia a sua extensão -, bem como a constatação da proximidade do viaduto. Já olhando para o pátio, é possível percepçionar a sua relação com a casa. Junto à fonte, encontra-se uma pilha de madeira, correspondente ao que terão sido as varas entretanto substituídas. Adjacente e perpendicular à casa, localiza-se uma ruína de uma parede em alvenaria de granito esventrada por um vão, elemento que não se encontra referenciado em nenhum dos levantamentos consultados. Seguindo pelo patim prolongado, encontra-se a escadaria que daria a uma zona agrícola, de arvoredos e o acesso a um lago.



Figuras 625-631 - Recuando e descendo pela escadaria simétrica do lado Nascente, observa-se a existência de um aproveitamento do espaço por debaixo do vão da escadaria, junto à ruína anteriormente referida. Ao passar pelo vão que permite a comunicação visual entre o pátio Norte e o caminho que conduz à capela, verifica-se a existência de vários elementos decorativos e estruturais em granito espalhados pelo solo.



Figuras 632-635 - Ao passar a porta protegida pelo patim prolongado, deparamo-nos com uma série de três espaços comunicantes entre si, que, apesar da deterioração, ainda conservam a maior parte dos revestimentos das paredes e tectos, deixando ver o fasquiado por detrás do reboco e a pintura de acabamento.



Figuras 636-638 - Ao sair deste espaço, nota-se a relevância da fluidez da curvatura do muro, que encaminha para a zona do pátio, a partir do qual se entrará no próximo espaço, junto ao sopé da escadaria descida há pouco.



Figuras 639-642 - À semelhança do espaço anterior, este ainda contém vestígios dos acabamentos (ainda que o tecto tenha caído parcialmente), permitindo observar a estrutura do sobrado e dos barrotes com as marcas dos fasquios. Ao fundo encontra-se o que deverá ser o lanternim da clarabóia anteriormente referida, junto de uma aduela com a forma condizente.



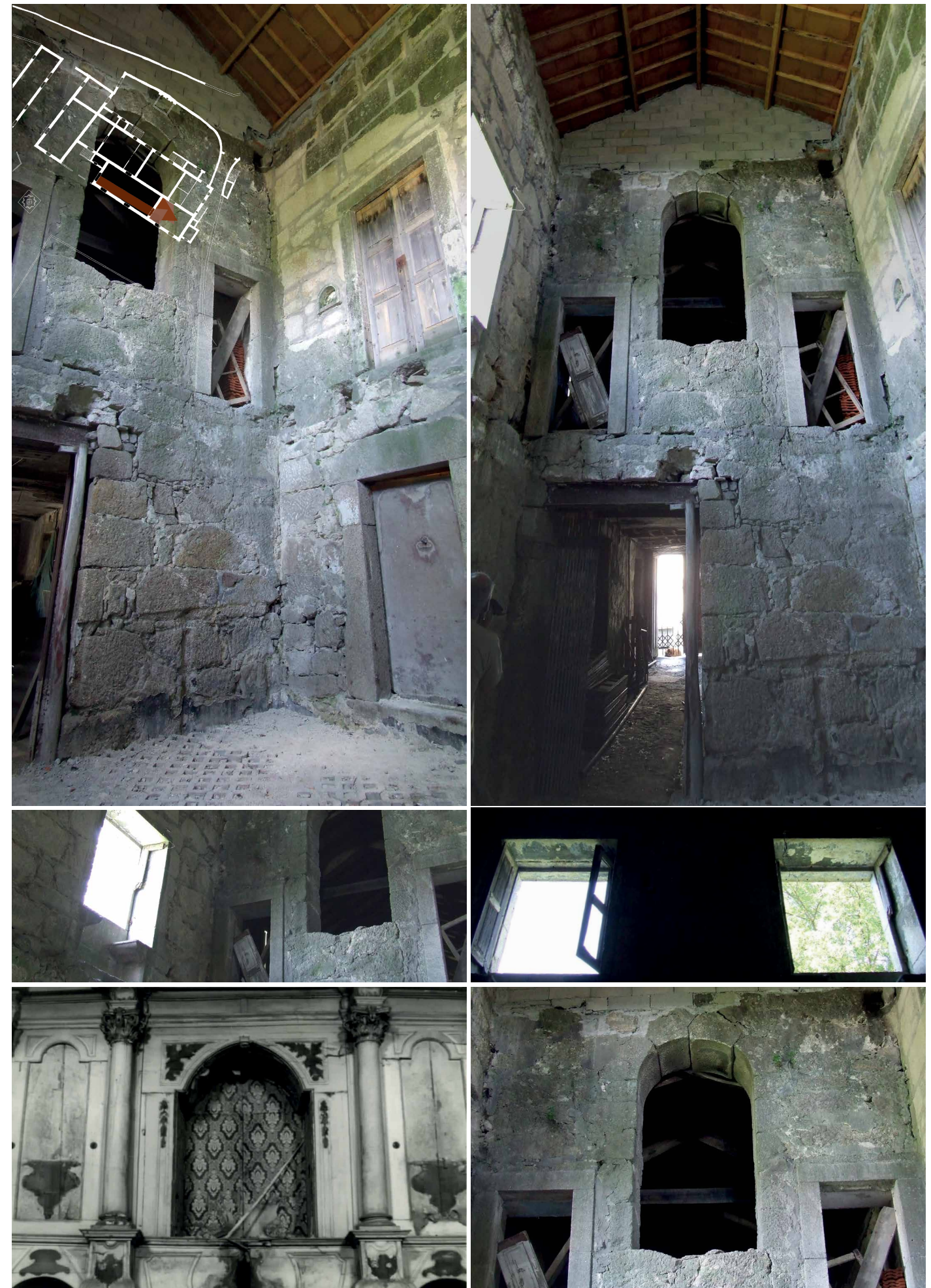
Figura 643 - Após a entrada pela porta contígua à anterior e ao chegar a um corredor largo, encontra-se, do lado direito, o lagar. Ao fundo deste espaço terá existido uma abertura ou passagem, que aparenta ter tipo emparedada, apesar de não ser completamente verificável, visto esta parede ainda conservar a maior parte do reboco. Nota-se que esta parte da casa tem um tratamento mais austero, dado ligar-se mais directamente com as actividades agrícolas da quinta.



Figuras 644-649 - A partir deste momento, encontra-se um corredor largo de acesso ao pátio Sul, ao jardim e ao espaço por baixo da capela. A enquadrar esta passagem existe um elemento que define a entrada e um espaço adjacente que teria uma cancela a fechá-lo. Os topos aparentam ter sido adicionados posteriormente. Poderá ter sido utilizada para acondicionar animais de pequeno porte. Do outro lado, encontra-se uma porta de acesso ao pátio e uma das janelas tapadas com tijolo burro que se observou anteriormente a partir do exterior.



Figuras 650-654 - Ao seguir-se para Sudeste, afere-se que foi colocada uma viga metálica no apoio do vão que liga o corredor ao espaço da capela. Este poderá ter sido colocado em substituição de um lintel em pedra danificado ou então resultou da necessidade de se efectuar uma nova abertura de comunicação entre estes espaços. Por outro lado, deste ponto de vista observam-se os óculos, que contêm vestígios de tinta azul nas faces internas, e a face interna dos vãos semi-emparedados com tijolo burro.



Figuras 655-660 - Dando-se meia volta, destaca-se claramente a reconstrução da empena, no interior, com o auxílio de blocos pré-fabricados de betão. É a partir do piso térreo que se obtém a constatação mais directa do estado de ruína em que se encontra a capela, principalmente quando se compara com a fotografia do que era o altar, em 1972, com o que resta dele no presente.



Figuras 561 e 562 - Plantas de vermelhos e amarelos da casa. Rés-do-chão e andar sobradado, 2016

Concluindo a análise às alterações introduzidas, aos elementos de valor e à identificação das anomalias existentes, depreende-se que a condição em que a casa se encontra no período do registo está directamente relacionada com a intervenção efectuada pela Junta de Freguesia de Campanhã (JFC). Segundo Santos, presidente da JFC (Anexos, 2016, pp. 325 e 326), surgiu a oportunidade, através do Centro de Formação que se encontra sediado em Campanhã, de se criar uma turma à base de desempregados da Construção Civil. No âmbito desta formação para a recuperação de edifícios públicos, foi efectuada a estabilização do edifício, através da colocação de um novo telhado, de forma a impedir que o interior ruísse.

O autarca afirma que quando se dirigiu ao Gabinete de Urbanismo da CMP e conversou com o vereador à data (arquitecto Manuel Correia Fernandes) este entendeu que o edifício era de grande relevância e que deveria ser recuperado. Entretanto, para que arrancassem outros processos de recuperação com recurso à mesma fórmula, seria necessário o desenho de processos na especialidade. Visto a junta não ter a capacidade financeira para contratar esse serviço, o mesmo foi solicitado à CMP. Neste processo, a junta é informada pela CMP de que a recuperação da casa deveria ser suspensa, dado que a mesma iria constar na candidatura do projecto do interface de Campanhã.

Com base na reportagem fotográfica e nas informações obtidas na entrevista com Ernesto Santos conclui-se que, se por um lado, o método utilizado pela JFC se revelou pertinente e eficaz na consolidação da estrutura da casa, esta contém alguns pontos que merecem uma reflexão. Em primeiro lugar, a questão arquitectónica e patrimonial, nomeadamente, a utilização de argamassas cimentícias sobre a alvenaria de pedra de granito e a reconstrução da empena da capela com recurso a blocos de betão no seu interior. Entendendo-se que este se tratou de um procedimento informal de recuperação, seria necessário, de qualquer modo, o acompanhamento técnico. O outro ponto relaciona-se com a avaliação do recurso à mão de obra, para que se efectue a distinção clara entre o que se entende como voluntariado, formação e prestação de serviços.

Por fim, cabe ainda informar que a análise da reportagem fotográfica realizada culminou na elaboração de plantas de vermelhos e amarelos sobre o levantamento efectuado pelo IPAP (figs. 561 e 562).



1 - Ass. Rec. Os Malmequeres de Noêda 2 - Centro Cultural de Atletismo de Bonjóia 3 - Ass. Desp. e Rec. do Bairro Monte da Bela
4 - Ass. Nun'Álvares de Campanhã 5 - Ass. Movimento Terra Solta 6 - Junta de Freguesia de Campanhã

Figuras 663 - Planta de localização dos inquiridos

Conhecimento da Quinta do Mitra	Necessidades da associação	Necessidades na zona
Ass. Rec. Os Malmequeres de Noêda	sim	todos os eventos são realizados no espaço da associação
Centro Cultural de Atletismo de Bonjóia	sim	requerem ajuda e produção à junta quando necessário
Ass. Desp. e Rec. do Bairro Monte da Bela	sim	se necessário, utilizariam o auditório da junta
Ass. Nun'Álvares de Campanhã	sim	-
Ass. Movimento Terra Solta	-	utilização do espaço e usufruto de água e electricidade

Figura 664 - Tabela-resumo do questionário às associações



Figura 665 - Associação Recreativa Malmequeres Noêda, 2015



Figura 666 - Centro Cultural de Atletismo de Bonjóia, 2011



Figura 667 - Associação Nun'Álvares Campanhã, 2015



Figura 668 - Auditório da Junta de Freguesia de Campanhã, 2015

4.2 Proposta de Programa

4.2.1 Levantamento e análise das necessidades das associações e da Junta de Freguesia de Campanhã

Tal como foi explorado nos casos de estudo apresentados, o envolvimento da população é crucial na resolução de problemas ao nível urbanístico, social, económico, ecológico ou outros. Visto que, para se obter uma amostragem representativa seriam necessários meios de maior escala, procurou-se chegar à fala com entidades que contactassem directamente com a comunidade, como as associações e a autarquia locais, para se obter uma percepção mais alargada no próprio terreno.⁹⁰

De forma a promover a percepção e o entendimento do que a comunidade local necessita, foi efectuado um pequeno inquérito⁹¹ a quatro associações nas imediações da quinta - nomeadamente a Associação Recreativa Os Malmequeres de Noêda, o Centro Cultural de Atletismo de Bonjóia, a Associação Desportiva e Recreativa do Bairro Monte da Bela e a Associação Nun'Álvares de Campanhã - e à Junta de Freguesia de Campanhã, na figura de Ernesto Santos, presidente à data (figs. 663-668).

Associação Recreativa Os Malmequeres de Noêda

- Não sentem necessidade de mais espaço. O espaço da associação é utilizado para reuniões ou outro tipo de eventos. Contudo, defendem que possam existir outras associações, mais pequenas, que necessitem.

- Este pólo (junto à Estação de Campanhã) necessitava de um pavilhão. O que existe na freguesia é em Azevedo, mais para a zona oriental, o que fica fora de mão.

Centro Cultural de Atletismo de Bonjóia

- Quando necessitam de qualquer tipo de produção ou ajuda têm mantido o contacto com a junta de freguesia.

- Indicam que fariam falta parques infantis. O mais próximo que existe é em S. Roque, o que se demonstra inviável para o habitantes desta zona. Indicam

⁹⁰ De qualquer forma, salienta-se que, no caso da aplicação efectiva da proposta, seria necessário e aconselhável um movimento alargado que envolvesse a comunidade e as entidades da freguesia, quer no entendimento das suas necessidades, quer no acompanhamento da obra durante as várias fases.

⁹¹ As perguntas e respectivas respostas encontram-se disponíveis nos Anexos (2016, pp. 315-326).

que apesar de neste momento residirem ali poucas crianças, poderia ser uma oportunidade para se criarem condições que atraíssem essa faixa da população.

Associação Desportiva e Recreativa do Bairro Monte da Bela

- Os eventos que realizam, como festas, bailes, aniversários e assembleias, são efectuados no próprio espaço da associação. Contudo, se necessitassem de algo com maior dimensão, contactariam a junta para utilizar o auditório, por exemplo.

- Apontam que a freguesia tem sido negligenciada pela autarquia e que mesmo os investimentos já realizados se têm dirigido a zonas que já têm alguma ligação com o resto da cidade. Apesar da tranquilidade que traz este afastamento físico do resto da cidade (ou mesmo da freguesia), quer o Bairro Monte da Bela quer o Bairro do Falcão necessitam de maior manutenção, visto que a potencialidade dos espaços verdes em volta deles se revela quando esta é feita amiúde, no Inverno. Por outro lado, afirmam que, se este afastamento é inflacionado pela VCI, as zonas que estão para lá da Estrada da Circunvalação, como Azevedo, sofrem de um completo isolamento em relação ao resto da freguesia.

Associação Nun'Álvares de Campanhã

- Indicam que têm parcerias com outras instituições, como a Câmara Municipal do Porto e escolas, e também com outras associações da freguesia, havendo reuniões frequentes entre as mesmas.

- Devido à relação de vizinhança com a Quinta de Bonjóia, a instituição, pela via da Porto Social, têm tido uma relação de proximidade com a CMP, o que diminui a distância.

Associação Movimento Terra Solta

- Apontam que necessitam de menos entraves à realização de iniciativas. De resto, indicam que apenas necessitam do espaço em si, do fornecimento de água e electricidade, serviços já disponibilizados pela junta. Por outro lado, afirmam de pretendem alargar o trabalho a outras quintas de Campanhã que se encontrem abandonadas.

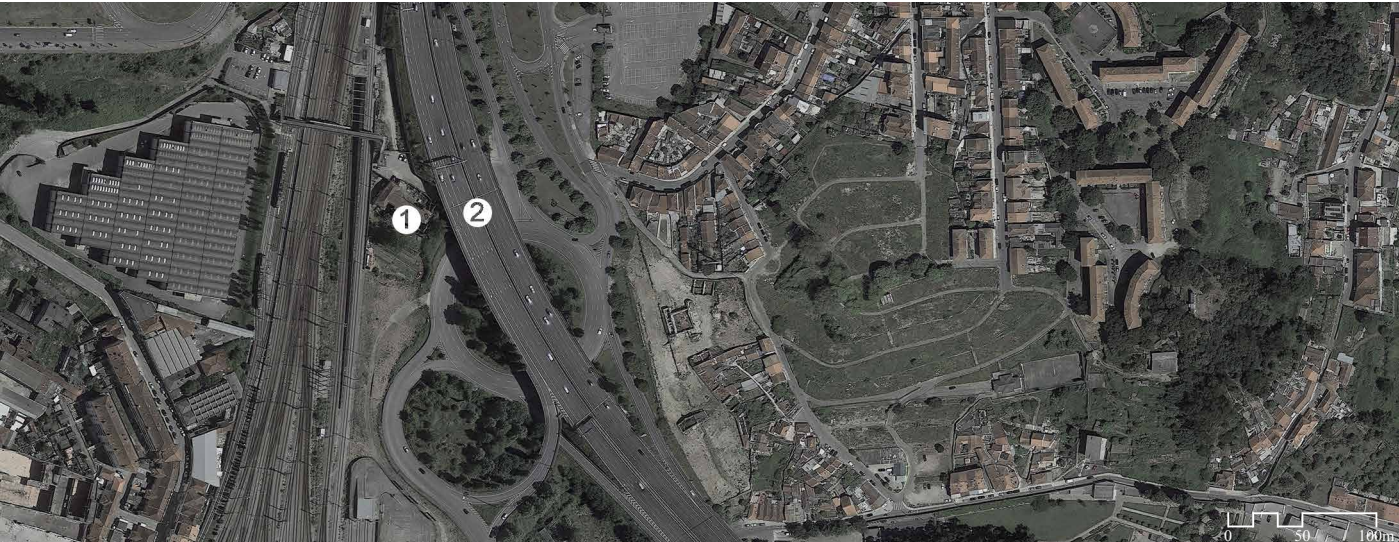
Junta de Freguesia de Campanhã

- Afirmam que, apesar da VCI ter interferido com o terreno da quinta (algo que tinha já acontecido de forma mais intrusiva com a linha férrea), permite que se efectue a ligação rápida com outros pontos da cidade, em detrimento dos arruamentos interiores, que impossibilitariam este tipo de comunicação viária.

Por outro lado, reforça que a Estrada da Circunvalação levou ao abandono das zonas de São Pedro, Azevedo, Areias, Lagarteiro, pelo que seria necessário a criação de uma rede viária estável que efectuasse a ligação, apoiada por uma rede de transportes públicos eficaz.

Para além da provável necessidade de um plano de emergência social, é salientada a necessidade da criação de um Plano de Pormenor para a zona, de forma a serem definidas e determinadas as utilizações de cada espaço, com vista à captação de investimento, especialmente na habitação. Neste contexto, o rejuvenescimento da população poderia ser alcançado mediante a criação de cooperativas de habitação para jovens, com custos controlados, através da cedência de terrenos da CMP a projectos criados nesse âmbito.

Relativamente à Quinta do Mitra, é referido que o ideal, após a intervenção da CMP, seria a criação do que foi denominado como Casa da Cultura, Casa da Juventude ou Casa do Associativismo, onde poderia ser criado um auditório para cerca de 50 pessoas que comportasse a possibilidade de albergar vários tipos de actividades. Contudo, é indicado que só depois da recuperação se poderiam ter ideias mais aprofundadas para o programa.



1 - Casa do Associativismo 2 - Pólo IV da UP

Figura 669 - Planta de localização das intervenções-chave, 2016

Casa do Associativismo

- público
- cafetaria
 - loja
 - sala de exposições
 - biblioteca
 - auditório
 - lavabos

- administração
- espaço AMTS
 - gabinetes
 - sala de reuniões
 - arquivo
 - balneários
 - arrumos

- residência
- cozinha
 - 2 quartos
 - lavabos

espaço exterior

Polo IV da Universidade do Porto

- laboratórios de investigação
- núcleo de serviços
- pátio

4.2.2 Definição do Programa Base

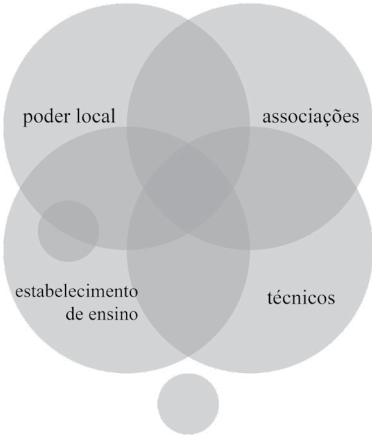
Esta proposta pretende enquadrar um projecto de reabilitação integrada com impacto urbano, interligado com entidades e equipamentos da zona do Vale de Campanhã, envolvendo a participação do poder local, através da Câmara Municipal do Porto e da Junta de Freguesia de Campanhã, das associações, em representação da comunidade, de estabelecimentos de ensino, nomeadamente a Universidade do Porto e de técnicos, como arquitectos, urbanistas, biólogos, sociólogos, entre outros. Pretende-se a criação de uma rede auto-suficiente, que promova uma economia de escala com um sistema cíclico e que fomente o desenvolvimento urbanístico, arquitectónico, social e ecológico da zona.

O financiamento seria responsabilidade do poder local e do estabelecimento de ensino (pela via do Estado), com recurso a fundos comunitários. Visto que o projecto para o interface de Campanhã, segundo Santos (Anexos, 2016, p. 326), irá incluir a reabilitação da Quinta do Mitra, esta seria uma oportunidade de usar este fundo de uma forma dinâmica e participada. Relativamente à dimensão urbana da proposta, esta teria que ser pensada a médio prazo e estudados os fundos disponíveis para a sua aplicação faseada.

Com base nestes preceitos, o Programa Base desenvolve-se em duas intervenções-chave: a reabilitação participada da Quinta do Mitra para acolher a Casa do Associativismo e a construção de um volume de raiz por baixo do viaduto da VCI, adjacente à quinta, com vista a acolher um espaço de estudo e ensino de técnicas de reabilitação e estudo da biodiversidade, denominado Pólo IV da UP. Mediante determinadas contrapartidas, a UP teria a responsabilidade de desenvolver trabalhos académicos de investigação, além de proporcionar formação a profissionais da construção civil na área da reabilitação do património edificado.

A intervenção na Quinta deveria compreender o equilíbrio entre os objectivos da CMP, da JFC e da comunidade local. Enquanto a primeira pretende a reabilitação do edificado para acolher actividades que dinamizem a ARU, proporcionando um lugar aberto ao público e que tire partido do espaço exterior; a segunda preconiza o que poderia ser a Casa da Cultura, a Casa da Juventude ou a Casa do Associativismo. Esta última sugestão, no contexto do legado histórico que as colectividades representam para a freguesia, como já explanado neste trabalho, torna-se uma proposta de programa relevante para a quinta.

Por outro lado, as sugestões recolhidas nas associações indicam a necessidade de criação de equipamentos pontuais que, no âmbito da proposta, se poderão demonstrar determinantes na consolidação de uma rede de comunicação entre lugares. Visto que as associações inquiridas não apontaram a falta de espaços



Financiamento

Descrição do programa

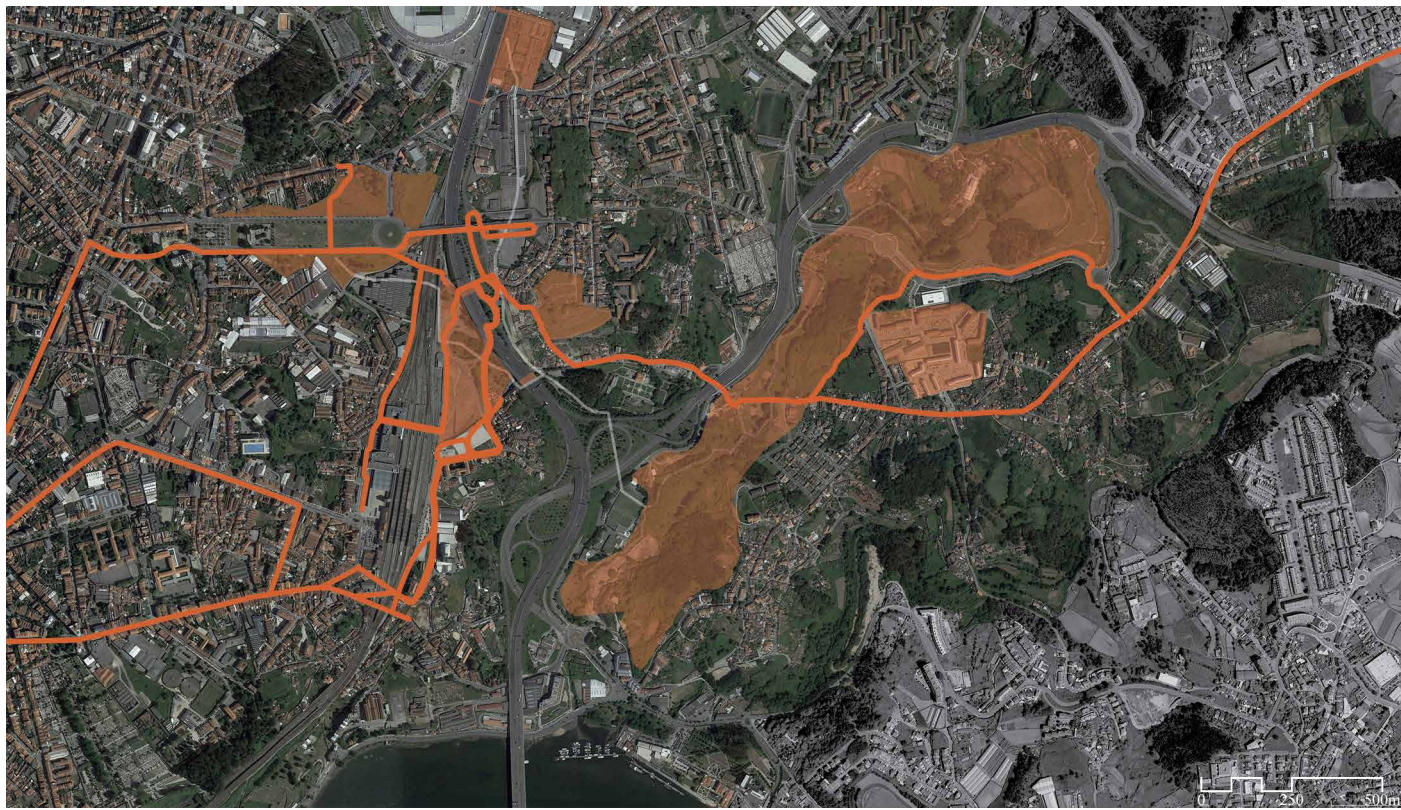


Figura 670 - Planta-síntese dos elementos contemplados na proposta de intervenção, 2016



Figura 671 - Vista aérea da ligação entre o Parque de S. Roque, Quinta do Mitra e Quinta de Bonjóia, 2016



Figura 672 - Planta-síntese das ligações propostas, 2016

suplementares como uma das necessidades, exclui-se a criação de um espaço directamente relacionado com as actividades habituais destas entidades. Tendo por base que as actividades e espaços das associações possuem uma escala semelhante, seria pertinente a criação de um espaço que valorizasse o seu papel na freguesia, demonstrando-o ao público geral, mas que ao mesmo tempo tivesse uma vertente de apoio e de formação dos constituintes das colectividades.

Relativamente ao programa do que poderia ser denominado como Pólo IV da Universidade do Porto (UP), cria-se um espaço que tem em vista a pesquisa e o estudo de técnicas de reabilitação (em consonância com as pretensões de estímulo à reabilitação, como as já referidas ARU, ou o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado⁹²) e de pesquisa da biodiversidade da zona.

4.2.3 Impacto urbano

Como indicam Paiva et al. (2006, pp. 153 e 154), é essencial a organização de uma mobilidade sustentável por intermédio de um plano de mobilidade e pelo reordenamento do trânsito e das acessibilidades (fig. 670). O investimento em zonas-motor, além de ineficaz, provocou disparidades ao nível do território, às quais o desenvolvimento local se apresentaria como resposta. Como tal, pretende-se uma ocupação racional do solo que, tal como preconizam os mesmos autores (Paiva et al., 2006, p. 255), utilize a protecção do território, a densificação e a reabilitação, para assegurar uma implantação compacta, com acesso solar e planeamento, tendo em consideração o microclima.

Como referido, além da reabilitação propriamente dita da Quinta do Mitra, pretende-se que o Pólo IV crie uma conexão entre as duas margens deste ponto da VCI. Apesar de se pretender que estes espaços funcionem como entidades independentes, subordinadas à respectiva administração, estes devem estar enquadrados num sistema que os interligue ao resto da cidade. Enquanto o programa lhes confere um lugar funcional, a inserção numa intervenção de maior escala confere-lhes um lugar na rede urbana da cidade. Com efeito, é criado um percurso pedonal e ciclável que envolve, além da Quinta do Mitra, o Parque de São Roque (antiga Quinta da Lameira) e a Quinta de Bonjóia, unindo estas três quintas que pertencem à CMP e servindo de linha de chamada a uma via que efectua a ligação ao extremo Oriental da freguesia (figs. 671 e 672).

⁹² “O Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, «aberto a todo o País», destina-se a recuperar 7500 fogos nos próximos 10 anos para reabilitar edifícios e regenerar centros urbanos, combatendo o seu despovoamento, promover o acesso à habitação, em especial a classe média, e dinamizar o arrendamento habitacional e o comércio local.” (República Portuguesa, 2016)

“(...)Quando você me diz: «Gosto muito de quintas», eu posso perguntar-lhe de imediato: «Tem alguma?» E você responde-me: «Tenho uma!» Então eu desconfio que isso não tem nada a ver com amor... É simplesmente o lucro, é a comodidade, qualquer coisa do género... Se, por outro lado, você me diz: «Não tenho nenhuma quinta nem quero!», então aí já eu penso: «Este sabe o que é amar.» Como vê, são dois verbos distintos, o verbo «amar» e o verbo «ter»; a posse destrói sempre o amor.”

Agostinho da Silva (1995, p. 79)

5 Proposta de intervenção (metodologia)



Figura 673 - Planta do percurso da ecopista oriental da cidade, 2016

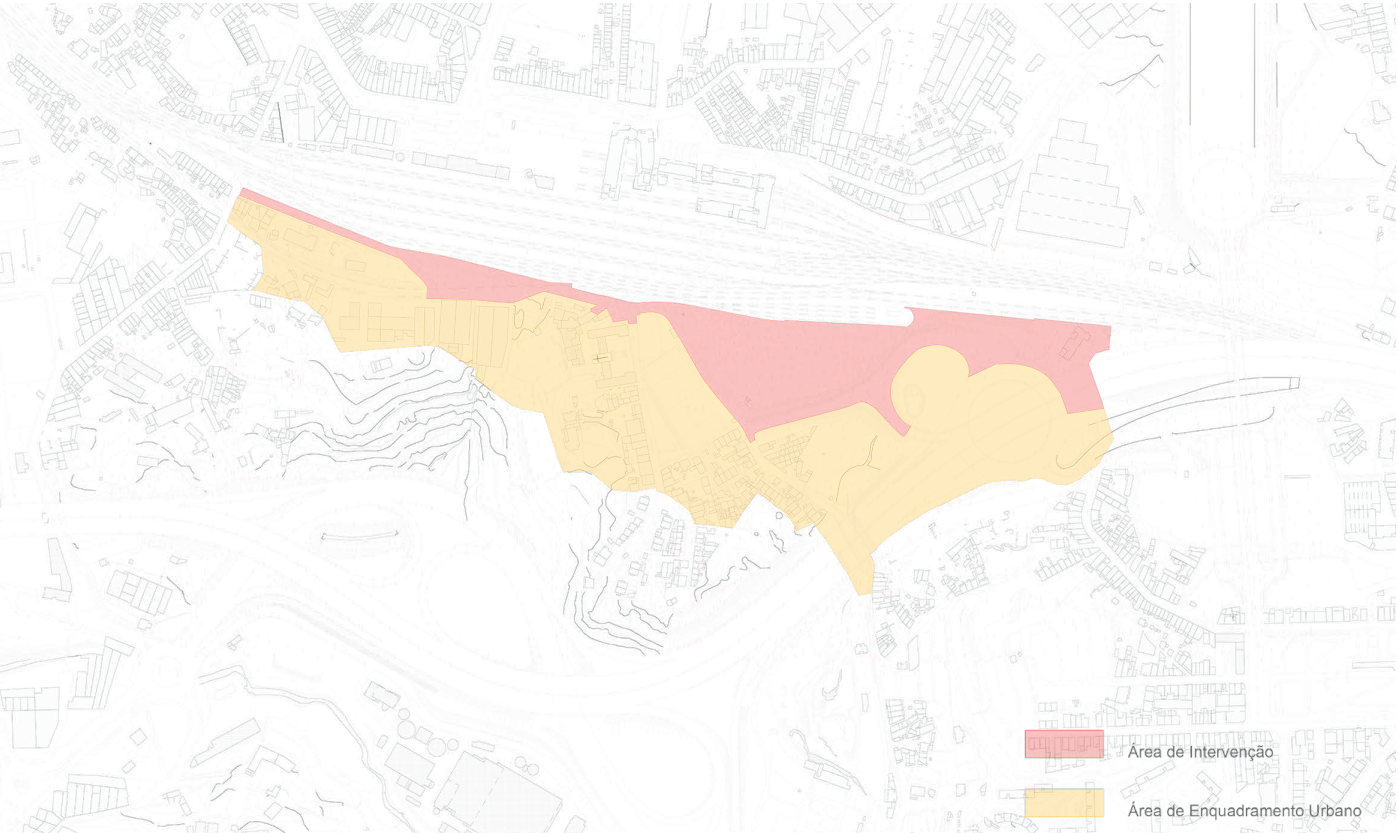


Figura 674 - Planta de implantação do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC), 2016

Impactos nos Eixos Estratégicos				
EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
Promover a dinamização e a instalação de atividades económicas e a multifuncionalidade do território	Promover a mobilidade sustentável e reforçar a integração e a conectividade	Qualificar o ambiente urbano e promover vivências urbanas diferenciadas	Promover a sustentabilidade ambiental, valorizar a paisagem e a continuidade ecológica	Promover a inclusão social e a cidadania ativa

Figura 675 - Impactos nos Eixos Estratégicos dos Projectos Estruturantes na ORU Campanhã, 2016

5 Proposta de intervenção (metodologia)

No dia 2 de Agosto de 2016, quando o presente capítulo já se encontrava concluído, foi lançado pela CMP o concurso para o projecto do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC). Nesta comunicação é indicado que as propostas deveriam ser enviadas até ao fim de Setembro e que a estimativa geral da obra, que se pretende concluída no primeiro trimestre de 2019, não deveria ultrapassar o limite de 6,4 milhões de euros (CMP, 2016a). Neste prefácio ao capítulo, irá destacar-se alguns pontos contidos nos documentos publicados no portal Gestão Obras Públicas (GOP) (2016a):

Ao nível da escala urbana, o traçado que será proposto neste capítulo, e que se designará como Via Oriental, coaduna-se, de acordo com as informações dadas pela CMP (Anexos, 2016, p. 329), com o desenho da ecopista oriental publicado no âmbito do concurso (fig. 673). A ecopista oriental consiste numa ciclovia que contempla espaços de percurso pedonal e faz a ligação entre a Alfândega e o Bairro do Lagarteiro/Parque Oriental. Esta ecopista, apesar de diferir na maior parte do seu percurso, vai ao encontro dos objectivos da Via Oriental, podendo servir-lhe de complemento:

“Esta ecopista formaliza e constitui um percurso alternativo às deslocações da população residente no território, facilitando a articulação com o interface de Campanhã, com o centro da cidade e com outros núcleos urbanos (Azevedo, bairros do Lagarteiro e do Falcão e outros).” (GOP, 2016c, p. 15).

Ainda sobre o campo de intervenção alargado, valoriza-se as componentes exploradas no âmbito do denominado “ORU de Campanhã”⁹³ (fig. 675), que engloba uma série de projectos estruturantes de requalificação de vias e de património edificado (GOP, 2016c).

Por outro lado, é indicado no Plano Preliminar (GOP, 2016b, p. 6) que a elaboração do Projecto do TIC - composto pelo Terminal Rodoviário, pelo Parque de Estacionamento Automóvel e pelos acessos a ambos -, deverá ainda contemplar em articulação a Requalificação da Quinta do Mitra como edifício com serviços de apoio ao próprio TIC, assegurando simultaneamente os espaços necessários para serviços de acção social da Junta de Freguesia. Não obstante de se entender que a flexibilidade seja um factor determinante para a durabilidade do património edificado, acredita-se que este espaço deveria ser dotado de uma identidade distinta, em detrimento de conjugar elementos com função dispar.⁹⁴ Por fim, da consulta do Programa Preliminar destaca-se a falta da componente

93 O significado da abreviatura “ORU” não é fornecido no documento.

94 Contactado via telefone no dia após o lançamento do concurso (03/07/2015), Ernesto Santos reafirma que ainda não existe programa definido para a Quinta do Mitra. Indica que uma parte será para acção social e outra para a JFC, ainda que só seja definido o programa específico após as obras de reabilitação. Pelo que se depreende, o programa não se encontra completamente fechado, pelo que a Casa do Associativismo poderia enquadrar-se nas pretensões da CMP e da JFC para a Quinta do Mitra.

Quinta do Mitra

Figura 676 - Planta de relações entre o centro e o extremo Oriental da Freguesia de Campanhã, 2016

Figuras 677 e 678 - Carta de Hierarquia Rodoviária do Plano Director Municipal (PDM), 2012

de discussão pública com a comunidade, de modo a que, por um lado, se tenha em conta as suas necessidades e, por outro, conseguir a identificação da mesma com a intervenção através da sua integração no processo decisório. Apesar de, nos documentos do concurso, se referir a necessidade de revitalizar a zona no âmbito social e ecológico, acredita-se que esta poderia ser uma oportunidade de consulta à comunidade e experimentação de uma metodologia de obra, pelo que se salienta a pertinência da proposta de intervenção apresentada.⁸⁶

Em consonância com o Programa Base delineado, esta intervenção envolve a escala local, com a Casa do Associativismo e o Pólo IV da UP, bem como a dimensão urbana, mediante a criação do eixo de ligação entre quintas. Esta tomada de posição é efectuada em consonância com as intenções da CMP, nomeadamente, com a reabilitação do Antigo Matadouro Industrial - que cria duas passagens aéreas sobre a VCI, ligando este equipamento à margem Poente desta auto-estrada -, com a conclusão do Parque Oriental, e com o TIC.

Em primeiro lugar, é necessário que a intervenção qualifique as vias circundantes à Estação de Campanhã. Para tal, com base na Carta de Hierarquia Rodoviária e no Programa Preliminar do TIC, são traçados os acessos rodoviários e pedonais à Quinta do Mitra (figs. 676-678). Estes coincidem maioritariamente com os desenhados pela CMP, dando-se preferência, contudo, à opção traçada no âmbito do PDM (ponto 2 da fig. 677), em detrimento da do interface, visto entender-se que a Rua da Estação tem um perfil mais indicado para escoar o trânsito para a Rua Pinheiro de Campanhã do que a Rua do Freixo (ponto 3). Acrescente-se a proposta de abertura de uma ligação entre a Rua Justino Teixeira e a Rua de Godim (ponto 4 da fig. 678), que facilitaria o acesso rodoviário e pedonal à Quinta e à Av. 25 de Abril.

Assim como o Parque Oriental integra o Rio Tinto, a anteriormente referida ribeira de Vila Meã poderia ser alvo de intervenção em consonância com os objectivos do Projecto Ribeiras da Empresa Municipal Águas do Porto.* Afluente da margem direita do rio Tinto, esta ribeira tem origem na freguesia de Campanhã e conta com uma extensão de aproximadamente 2,2 km, que hoje se encontra totalmente entubada (Águas do Porto, 2014). Além de não sofrer dos problemas que outros cursos de água localizados na cidade consolidada poderão apresentar - tapados por arruamentos-chave, edificações ou outro tipo de construções - seria uma forma de aumentar a biodiversidade e de qualificar um percurso junto ao leito da ribeira, favorecendo a vivência do espaço

95 A única alteração efectuada neste capítulo tratou-se da adição do percurso da ecopista oriental nas figuras para que se obtenha uma melhor percepção do seu enquadramento e promover uma comparação intuitiva entre esta e a proposta da Via Oriental.

96 “Através da reabilitação das linhas de água é impressa expressividade renovada no tecido urbano através da construção de percursos pedonais e/ou cicláveis contínuos ao longo da linha de água e de um maior envolvimento da população. Estes caminhos interligam locais de interesse cultural e áreas verdes públicas na sua proximidade. Os rios e as ribeiras reabilitados passam, assim, a ser o conceito potenciador de novas artérias de mobilidade que favorecem a circulação do peão e do ciclista, facilmente integráveis nos seus quotidianos, contribuindo para a sustentabilidade da cidade e qualificação territorial.” (Aguas do Porto, 2014)

Proposta de intervenção

Ribeira de Vila Meã



Figura 679 - Vista aérea das relações entre o centro e o extremo Oriental da Freguesia de Campanhã, 2016

público com características diferenciadas. Poder-se-ia fomentar a inclusão de um percurso educativo e formativo como exemplo prático para interessados, investigadores e estudantes (ligados ao Pólo da UP ou outros), que englobasse a componente ambiental e histórica, dada a relevância dos cursos de água para o desenvolvimento de Campanhã, como referido no primeiro capítulo.

Com o estabelecimento do caminho entre quintas pretende-se, ao mesmo tempo, a valorização do património rural da freguesia, com a reactivação do caminho entre a Quinta do Mitra e a Quinta de Bonjóia, e a resposta a um problema urbano contemporâneo de ligação entre zonas cortadas por vias. A inclusão do braço até ao Parque de S. Roque - não pertencente à antiga rede de caminhos⁹⁷ - deve-se essencialmente a duas intenções da CMP, designadamente:

- à criação de uma galeria de arte contemporânea no Parque de S. Roque;
- às intervenções a efectuar no âmbito do interface rodoviário.

Segundo Carvalho (em Público, 2016b), a CMP pretende ceder, por quinze anos, a Quinta da Lameira e área circundante, que se insere no Parque de S. Roque, à Associação Vivercidade. Como contrapartida, esta colectividade irá proceder à reabilitação do edifício do séc. XVIII para nele disponibilizar e expor a sua colecção de arte contemporânea. A obra deverá estar concluída até ao final de 2019 e posteriormente a associação ficará incumbida do pagamento de uma renda simbólica de dois mil euros por ano pelo usufruto do espaço. Neste protocolo consta também a responsabilidade da associação pela coordenação geral da exposição permanente, assim como a promoção de exposições temporárias e de outros eventos a alojar na casa e no parque. Segundo o município, esta será a melhor forma de conciliar a reabilitação necessária com a criação de um novo pólo de atracção na zona Oriental da cidade.

Por outro lado, salienta-se a intenção da CMP de prolongar o viaduto pedonal que dá acesso à Quinta do Mitra, inserindo-o de nível na encosta a sul da Avenida 25 de Abril e possibilitando, deste modo, a criação, a norte, de uma ligação directa entre zona nascente e poente da ARU e, em particular, com o novo interface rodoviário. A CMP refere também a articulação da zona da estação (interface rodoviário) com a Av. 25 de Abril e com a zona oriental (Corujeira), através da requalificação do espaço público envolvente à Quinta do Mitra e da criação de novos espaços verdes públicos estruturados no talude da Avenida 25 de Abril (Anexos, 2016, p. 329).

O topo Nordeste do caminho entre quintas beneficia da proximidade da estação de metro Estádio do Dragão, que permite o transporte de bicicletas no

Caminho entre quintas

Parque de S. Roque

Interface

⁹⁷ Porém, tal como apontado anteriormente, Quaresma (p. 53, 1995) refere que a desaparecida Quinta de S. Roque era uma das propriedades que formavam a Quinta de Vila Meã. Dado que se trata do único registo encontrado a denominar a Quinta da Lameira, mais conhecida actualmente como Parque de São Roque, como Quinta de S. Roque, entende-se que esta será a mesma (Carvalho, em Público, 2016b).

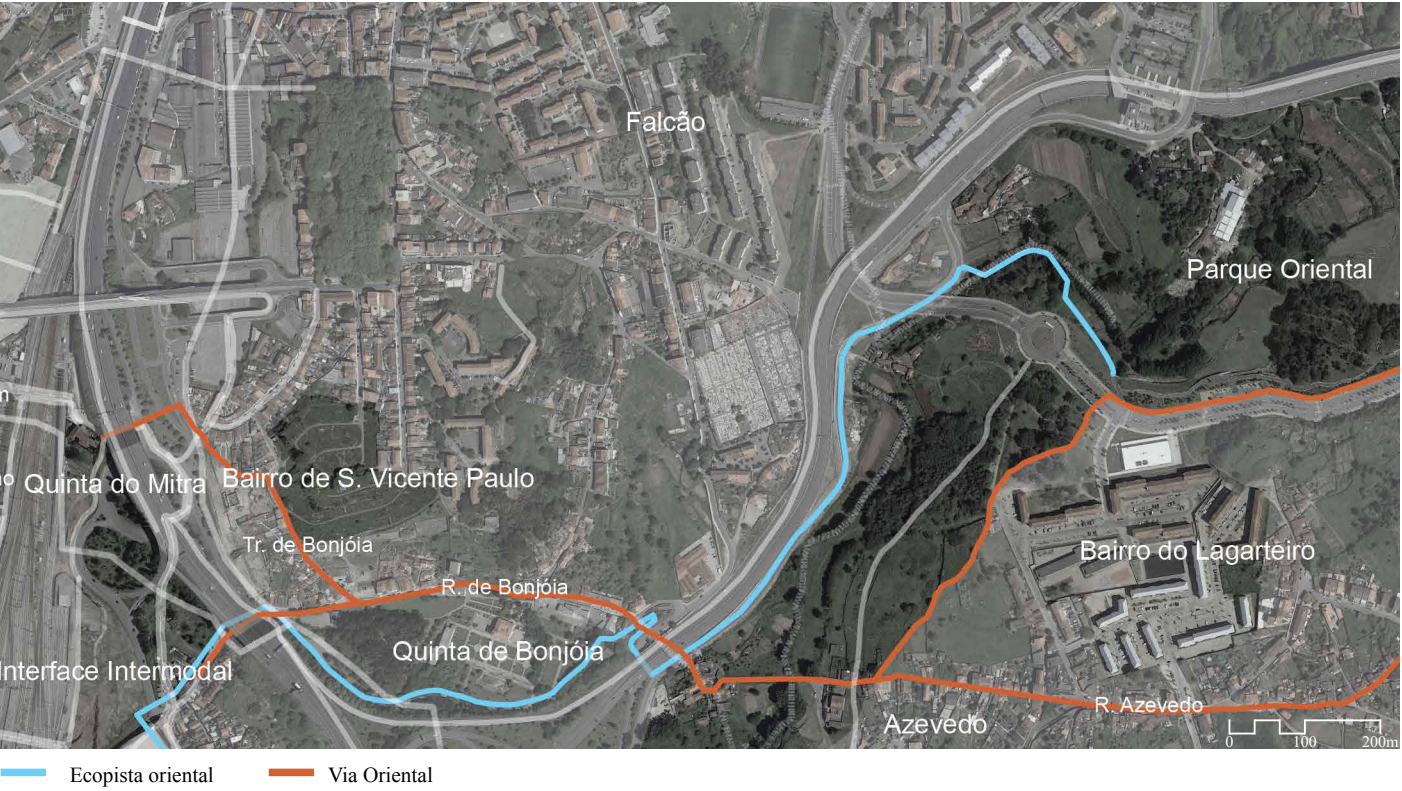


Figura 680 - Planta de enquadramento da intervenção, 2016



Figura 681 - Vista da Rua Azevedo, 2015



Figura 682 - Vista da Travessa Azevedo, 2015



Figura 683 - Vista da Rua das Areias, 2015



Figura 684 - Caminho entre a Rua das Areias o Parque Oriental, 2015



Figura 685 - Vista do lado Sul do Parque Oriental, demonstrando a relação com o Bairro do Lagarteiro, à direita, 2015

interior dos veículos.* Este caminho seria, simultaneamente, a conexão entre estes espaços e o ponto de partida de uma via que, respeitando a maioria do traçado da Rua Azevedo, Travessa Azevedo e Rua das Areias, pré-existent, provocaria a ligação ao extremo Oriental da freguesia (figs. 680-685).

Esta via, que será denominada de Via Oriental⁹⁸ para efeitos de facilidade de comunicação, seria a continuação do caminho entre quintas na sua vertente pedonal e ciclável, conciliando ao mesmo tempo o trânsito rodoviário. Para tal, seria necessária a realização de estudos que permitissem conciliar os diferentes meios de transporte. Entende-se que esta via deverá responder ao que a CMP denomina de “ecopista”, quando indica que pretende a articulação do espaço público junto à Quinta do Mitra com a envolvente da estação rodoviária, naquele que deverá ser o arranque do troço norte da ecopista oriental da cidade (Anexos, 2016, p. 329).

Parte do percurso pedonal e ciclável poderia ser colocado na orla Sul do Parque Oriental, levando ao usufruto das suas qualidades. Além do papel de conector viário, pretende-se que esta via seja apoiada por intervenções ao longo da sua extensão, dado que se pretende não somente a regeneração urbana e ambiental, mas também a social e económica. Esta via poderia, no decorrer do processo, motivar o envolvimento da Associação de Cicloturismo do Norte e do Clube Cicloturismo de Campanhã, sediados na freguesia (Anexos, 2016, p. 312).

Para a reabilitação da Quinta do Mitra, e como linha condutora do que deveriam ser os princípios de intervenção, salientam-se dois artigos da Carta de Veneza de 1964:

“Artigo 5.º

A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade. Tal afectação é desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

(...)

Artigo 9.º

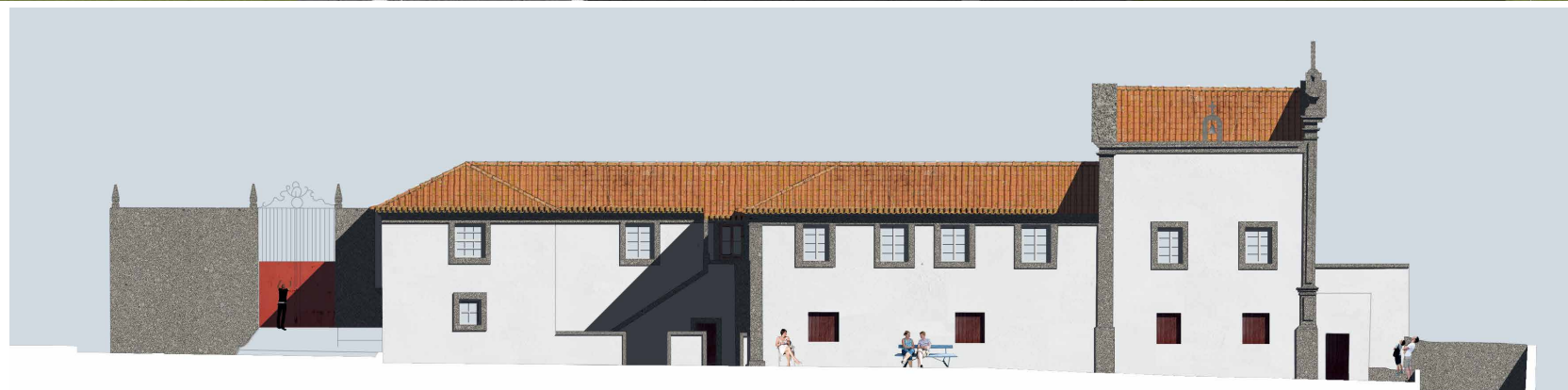
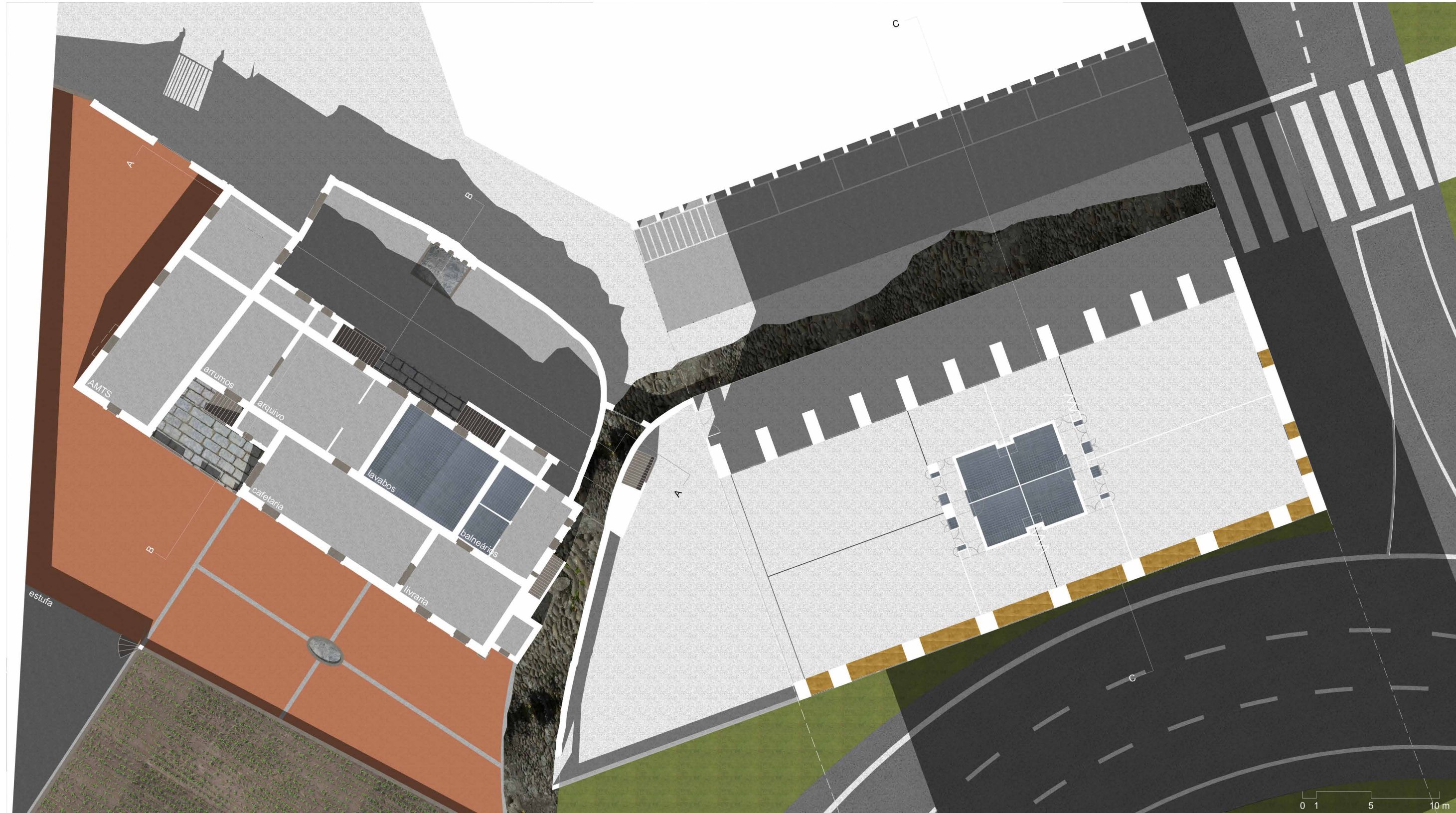
O restauro é uma operação altamente especializada que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos. Não devem ser empreendidos restauros quando se está em presença de hipóteses visando reconstituições conjecturais. Nestes casos, qualquer acréscimo ou complemento, que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitectonicamente com o existente e deixar clara a sua contemporaneidade. O restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.” (Icomos, 2015).

98 “Para além de cadeiras de rodas e equiparados, o Metro do Porto permite a entrada nos seus veículos de bicicletas, pranchas de surf e body-board e outros equipamentos de lazer.” (Metro do Porto, s.d.)

99 Nome que advém da pretensão de se referenciar na proposta a presença romana na freguesia.

Via Oriental

Casa do Associativismo



Figuras 686-688 - Planta do piso térreo e alçados Noroeste e Sudoeste, 2016

O destaque dado a estes artigos deve-se, mais do que à importância implícita do respeito pelas Cartas e Convenções, à sua relação com o caso da Quinta do Mitra. Entende-se que o processo de reabilitação desta casa deveria evitar qualquer mimetismo ou reconstrução estilística, visto os elementos eventualmente desaparecidos e o processo de degradação, por serem determinantes na história da quinta, se devem poder ler no próprio edificado. É por estas razões que se entende que é de extrema importância a distinção clara entre os elementos pré-existentes e os adicionados, salvo em situações que o uso das técnicas tradicionais seja o mais indicado do ponto de vista patrimonial, estrutural ou formativo.

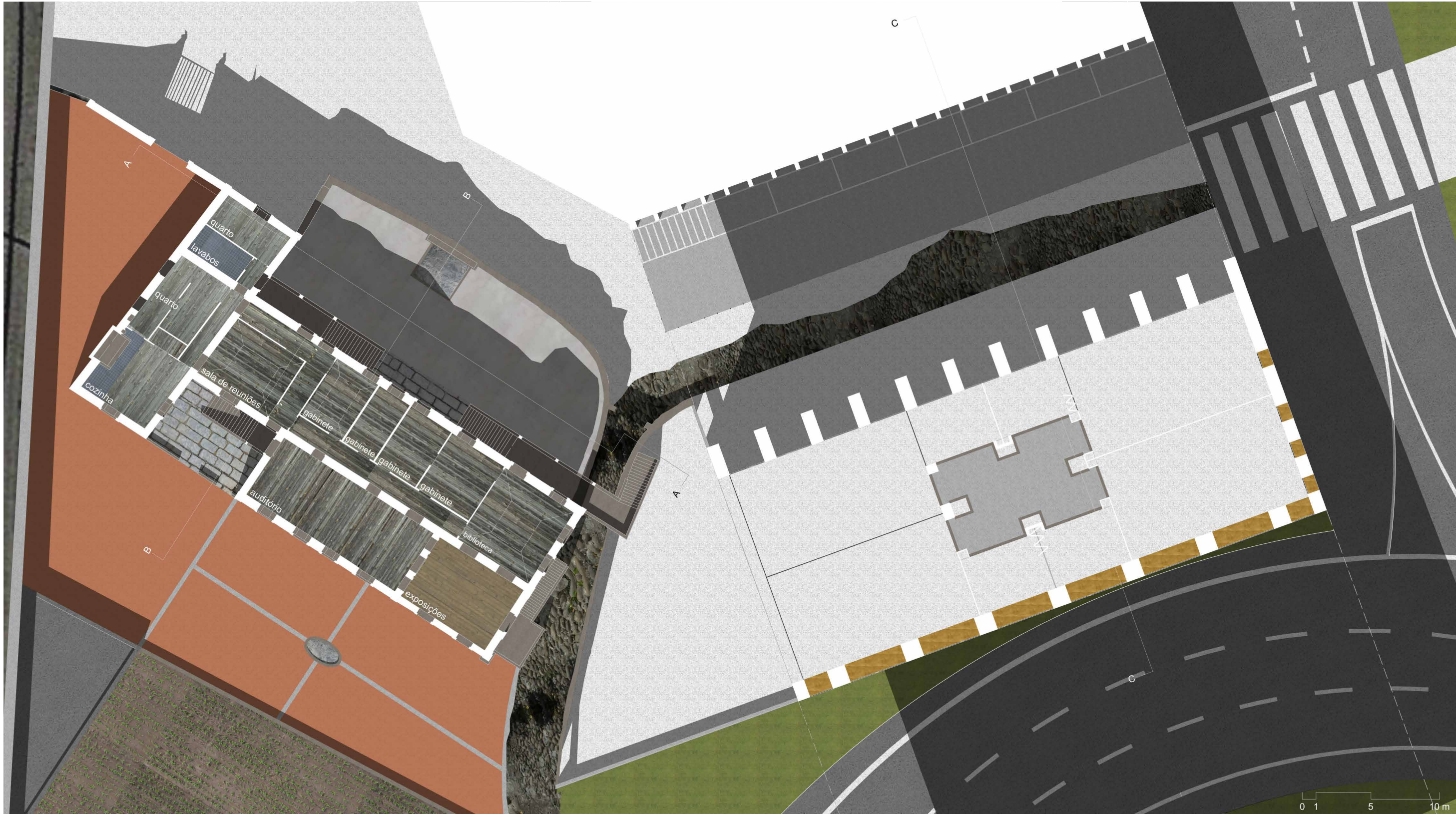
Sugere-se, por exemplo, a reconstrução de duas paredes de tabique simples para efeitos de formação deste tipo de construção e a reprodução de elementos desaparecidos com materiais que difiram dos originais ou a sua interpretação contemporânea caso não surjam registos documentais. Apesar desta proposta de intervenção não se tratar de um projecto de reabilitação, o que requeria um levantamento geométrico aprofundado, tal como o estudo das estruturas e das possíveis patologias construtivas, entende-se que o programa deverá conciliar o valor patrimonial do edificado com as condições de conforto actuais.

A proposta pretende conciliar o papel histórico inerente às quintas de recreio, com a interpretação contemporânea do uso desta tipologia de espaços e, mais propriamente, da Quinta do Mitra. Pretende-se que as três entradas a Norte da quinta assumam o cariz que terão tido quando esta era utilizada como “quinta de ir a ares”. Desta feita, a entrada do extremo Poente estará intrinsecamente ligada às funções agrícolas da quinta, dando acesso ao espaço, no piso térreo, utilizado pela Associação Movimento Terra Solta como local de reunião, formação e delineamento das actividades (fig. 686)¹⁰⁰. Por outro lado, a entrada central assume um cariz mais cerimonial, dando acesso ao pátio ladeado pela fonte, que distribui para os espaços do andar sobradado virados a Norte, destinados à componente administrativa da casa, com gabinetes e salas de reunião.¹⁰¹

Já a entrada do lado Nascente (que necessitaria do desenho de um novo portão, ou dispositivo que definisse o seu encerramento) possui uma componente de usufruto público, dando ligação directa ao jardim adjacente à fachada Sudoeste da casa, para onde, no piso térreo, se viram a livraria e a cafetaria. Com estes espaços pretende-se captar a atenção da população da zona para as actividades da Casa, o que, segundo Nuno Moutinho, presidente a AMTS à data, é uma das dificuldades da associação (Anexos, 2016, p. 315). Através destes serviços mais informais, que não subentendem um programa ou horário específico, como o caso de formações ou outras iniciativas semelhantes, tenciona-se dar a conhecer o espaço e, simultaneamente, obter mais receita.

¹⁰⁰ Os desenhos que ilustram a proposta de intervenção da Casa do Associativismo e do Pólo IV da UP foram efectuados através do cruzamento efectuado pelo IPAP com levantamento geométrico parcial, levantamento fotográfico e dimensionamento obtido a partir do programa informático Google Earth Pro.

¹⁰¹ Os serviços como lavabos, banheiros, arquivo e arrumos encontram-se em zonas do piso térreo que não possuem luz natural directa ou em que esta é reduzida.



Figuras 689-691 - Planta do piso 1, corte A e alçado Sudeste, 2106

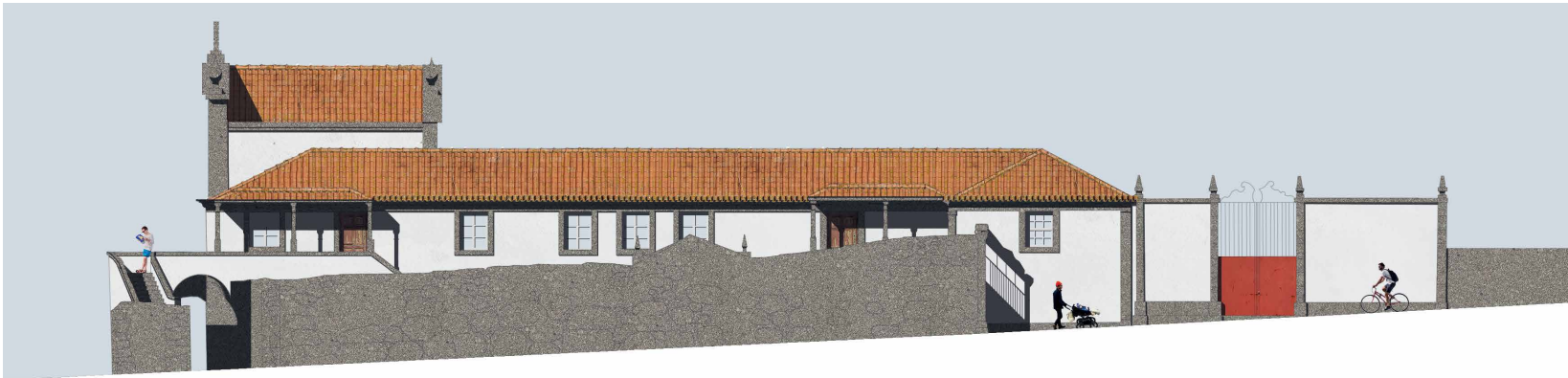
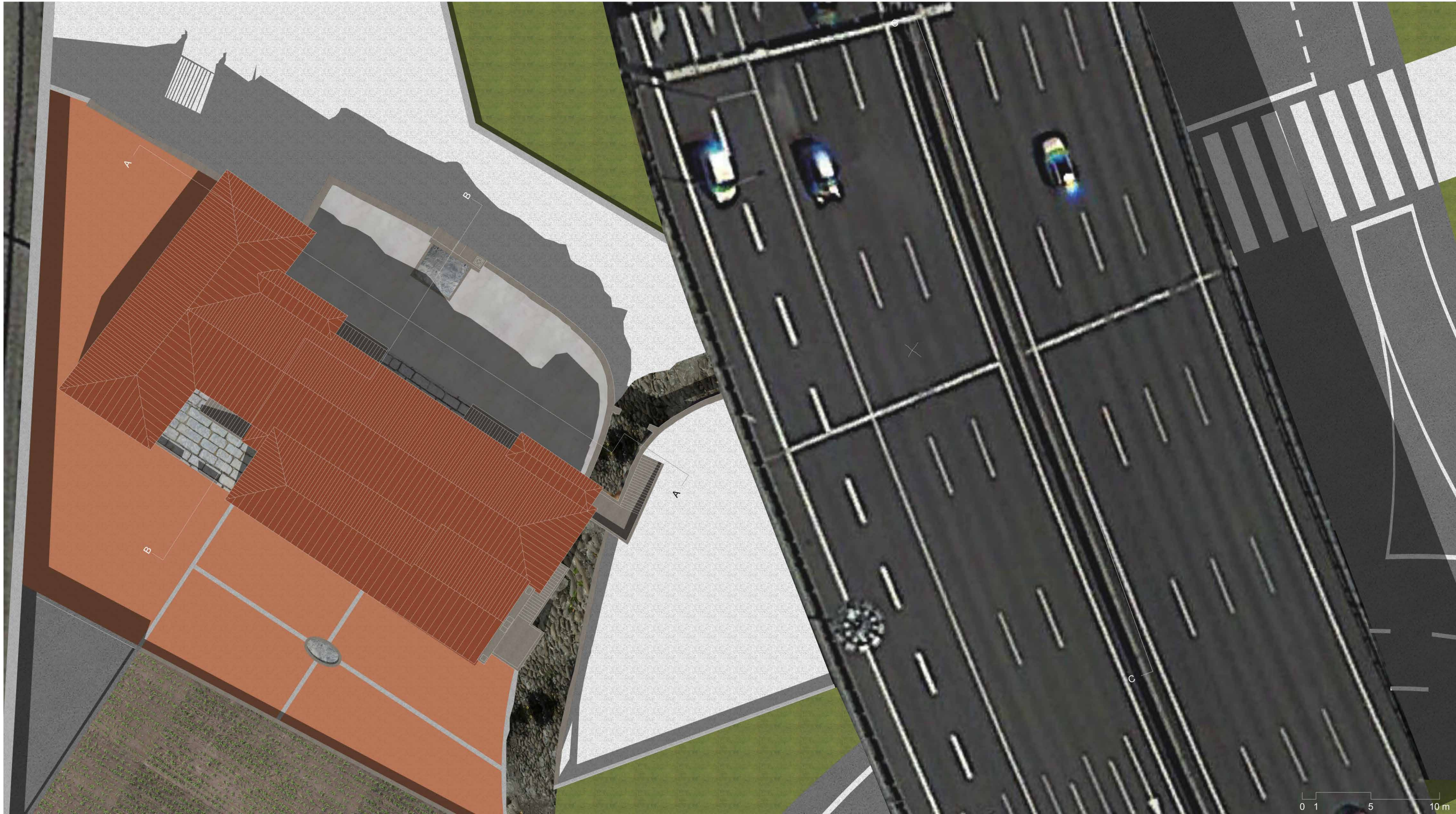
Pretende-se que o programa da Casa integre a continuidade e ampliação do trabalho realizado pela AMTS, mantendo esta associação alojada no mesmo espaço que ocupa actualmente. Dado que as necessidades demonstradas pela associação (Anexos, 2016, p. 317) se centram no usufruto do terreno, as suas funções no edifício seriam semelhantes às actuais, proporcionando-se zonas para leccionar conteúdos teóricos, para jantares comunitários, para os ensaios da Orquestra Comunitária Mundo em Campanhã, bem como para o armazenamento de alfaías agrícolas. Contudo, salienta-se que a integração destas actividades neste espaço, com este programa, possibilitariam o usufruto, por parte da AMTS e mediante as necessidades, dos espaços restantes da Casa, aumentando a facilidade de realização e divulgação das actividades desenvolvidas, através dos meios de comunicação oficiais da JFC.

O extremo Sul do terreno da quinta seria dedicado ao cultivo, nos moldes semelhantes aos efectuados presentemente pela associação (fig. 689). Para apoiar esta actividade, propõe-se redesenhar a estufa - cuja construção não foi terminada (Anexos, 2016, p.316) -, de forma a rematar o muro e a permitir o armazenamento de alfaías ou outros meios necessários aos trabalhos. Abre-se igualmente a possibilidade de ampliar a área de cultivo para terrenos adjacentes ou para outras quintas e terrenos baldios pertencentes à CMP, fomentando-se a rentabilização destas áreas, e atenuando-se, ao mesmo tempo, a pressão imobiliária.

Relativamente ao espaço adjacente a Sul da casa, destinado a acolher a esplanada da cafetaria, seria redefinida a forma do jardim em volta do lago, através da sua simplificação, consistindo em duas linhas de guias em granito a replicar o desenho original que consta nas cartas e plantas já referidas.

Subindo para o andar sobradado, encontram-se a biblioteca, a sala de exposições e o auditório. Enquanto a livraria e a cafetaria providenciariam uma relação mais directa com o público geral, mediante o usufruto do espaço aberto, protegido da VCI pelo corpo da casa, os espaços no piso superior conciliam uma componente mais íntima, quer ao nível da escala quer das funções propriamente ditas. O andar sobradado do volume Poente, o mais antigo, que possui uma escala mais doméstica, comportaria uma cozinha, dois quartos e quarto de banho. Esta zona, a mais residencial da casa, destina-se a acolher oradores externos que venham participar em formações, evitando custos de estadia.

A sala de reuniões destina-se ao uso interno, mas poderá abrir-se a associações que necessitem de um espaço. Esta sala faz a transição entre volumes, estabelecendo a ligação com o corredor de distribuição dos gabinetes, compartimentados pela reconstrução das duas paredes de tabique anteriormente demolidas. Este corredor serve de filtro entre as zonas públicas e administrativa, comunicando directamente com o auditório cuja área (com cerca de 65 m²) decorre das duas paredes de tabique também anteriormente demolidas, e cuja localização se deverá manter simbolicamente marcada no pavimento.



Figuras 692-694 - Planta de coberturas, corte B e alçado Nordeste, 2016

Este espaço comunica directamente com a sala de exposições, antiga área da capela, acessível também a partir da escadaria exterior. Procurando manter alguma da cerimonialidade inerente, este poderá ser um espaço destinado a acolher exposições que reflectam a cultura da freguesia. Por fim, entende-se a biblioteca como um ponto de recolha e distribuição de bibliografia relativa à freguesia, às suas associações, e a outras temáticas de potencial interesse dos utentes. Esta biblioteca poderia também servir o Pólo IV, dada a comunicação privilegiada com este através da escadaria.

Paiva et al. (2006, pp. 258-261) referem que a eficiência e autonomia energética pode ser obtida com a redução das necessidades de energia e o recorrer a fontes renováveis locais tais como a importância da gestão do ciclo hidrológico, mediante a recolha e aproveitamento das águas pluviais, e o tratamento das águas residuais e da gestão de resíduos e materiais, através da selecção dos materiais e do minimizar dos resíduos domésticos.

O tratamento de resíduos orgânicos produzidos pelos membros activos na quinta pode ser efectuado por compostagem, fornecendo assim adubo orgânico para fertilizante dos solos. A obtenção de energia pode ser efectuada através de colocação de painéis solares ou aerogeradores, procurando um acordo de consultoria com a APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis) para este efeito.

Apesar do aparente cariz periférico, este pólo teria uma ligação efectiva com os restantes pólos através da VCI, designadamente com o Pólo III (Campo Alegre), com o Pólo II (Asprela) e, através das vias internas, com o Pólo I (Centro da Cidade). Envolvendo a Faculdade de Arquitectura, a Faculdade de Engenharia e a Faculdade de Ciências, a UP efectuará uma afirmação académica e urbanística acerca do lugar da Universidade no contexto urbano, contrariando assim o relativo isolamento das universidades em pólos universitários.

Paulo Mendes da Rocha, em entrevista ao El País (2015), afirmava que a grande universidade, do ponto de vista do espaço físico, é a própria cidade, quando falava acerca da retirada do ensino universitário da cidade de São Paulo para a Cidade Universitária, fundada para o efeito, na região do Butantã. Desta forma, o arquitecto salientava a importância da relação dos estudantes com o quotidiano da cidade.

A adição de um volume debaixo do viaduto da VCI, que faz a mediação entre a estrada, permitirá:

- a transição de escala entre a via e a quinta;

- anunciar a existência da quinta ao trânsito que utiliza a rotunda e o ramal de acesso, dado que, actualmente, a ligação mostra-se desqualificada e ambígua;

Eficiência energética e impacto ambiental

Polo IV



Figuras 695 e 696 - Fotomontagem da vista Nordeste do Pólo IV durante o dia e noite, 2016

- dar função aos espaços existentes sob o viaduto;

- dividir funções, mantendo-se a produção de bens agrícolas, a formação, e outros serviços no interior da quinta, e evitando que seja necessário efectuar alterações de acessibilidade, higiene e segurança, necessárias legalmente ao funcionamento do Pólo IV, que poderiam vir a descaracterizar a Casa;

- proteger a calçada em granito existente neste espaço que, actualmente, se encontra desprotegida do trânsito rodoviário;

- reduzir a velocidade de circulação dos veículos neste ponto, aumentado a segurança no atravessamento.

Devido ao cariz peculiar da intervenção, inquiriu-se a CMP no sentido de avaliar se a solução proposta seria passível de ser aceite pelos serviços de Urbanismo da câmara, no âmbito do enquadramento legal em vigor. Em sequência, Arq. José Dinis Machado (Anexos, 2016, pp. 332-333), da Direcção Municipal do Urbanismo, emitiu um parecer técnico de enquadramento territorial, no qual é indicado que, no que àquela Divisão diz respeito, se propõe a emissão de parecer favorável à pretensão, visto não se colocar em causa os objectivos estabelecidos para as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG). Contudo, visto o local ser abrangido pela Zona de Alinhamento Especial ao IP1, a proposta teria que ser sujeita a parecer pela Infraestruturas de Portugal, S.A., de acordo com a Carta de Condicionantes do PDM do Porto.

Por outro lado, existem pontos de convergência referidos no mesmo documento que reforçam a pertinência desta solução:

“A nível do PDM, esta parcela enquadra-se em “Sistema de Circulação e Mobilidade” (Carta de Qualificação do Solo) e integra a UOPG 13 (Via de Cintura Interna), que tem os seguintes objetivos:

a1) Esta ação pretende minorar o impacte negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído e uma rutura nos tecidos urbanos da cidade;

a2) Os estudos a efetuar deverão eliminar estes inconvenientes, promovendo a reconversão da área através de obras de urbanização que diminuam o efeito de «rutura» e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana;

a3) Deverão ser elaborados planos de redução de ruído de forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis definidos na legislação em vigor.”

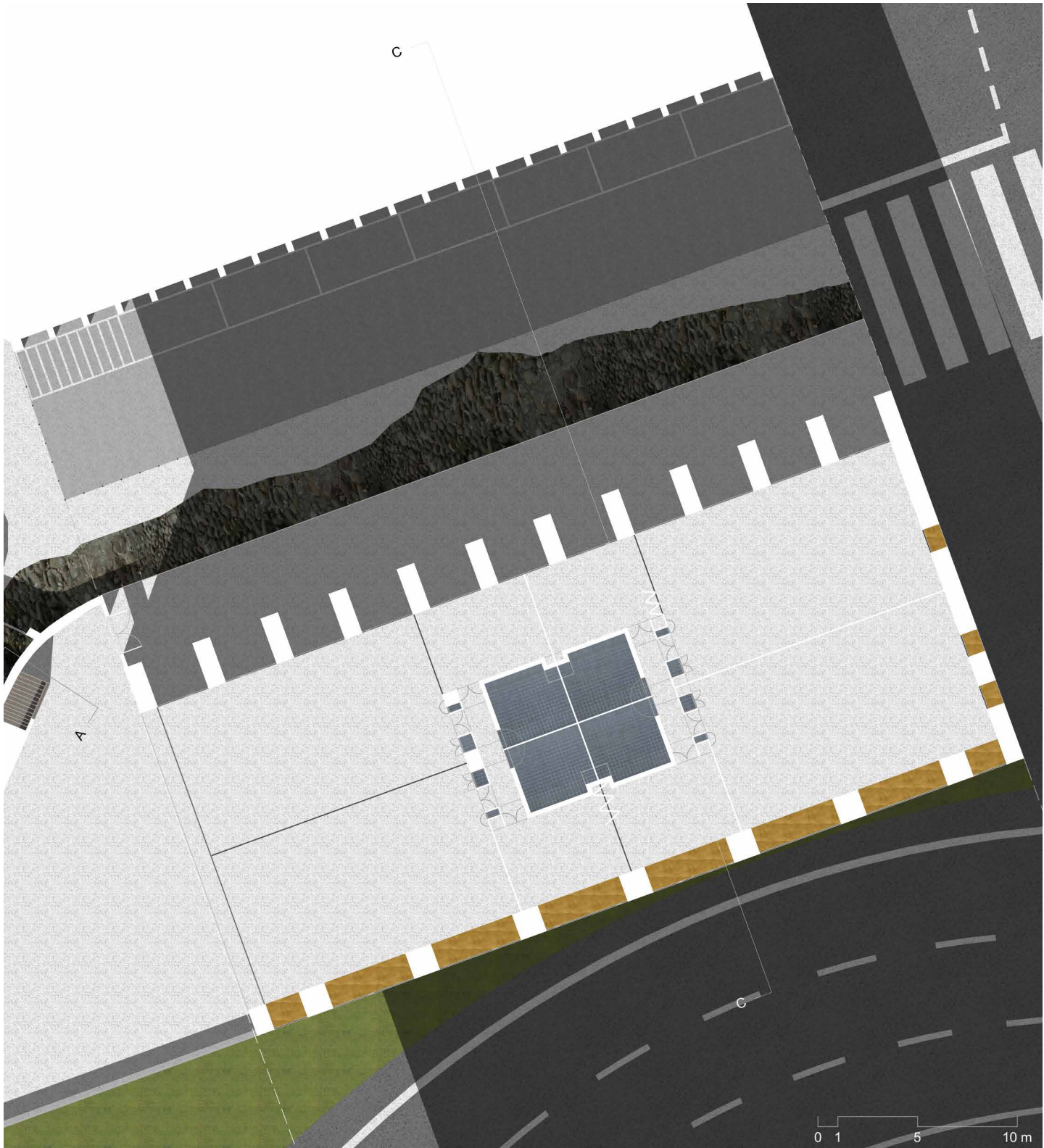
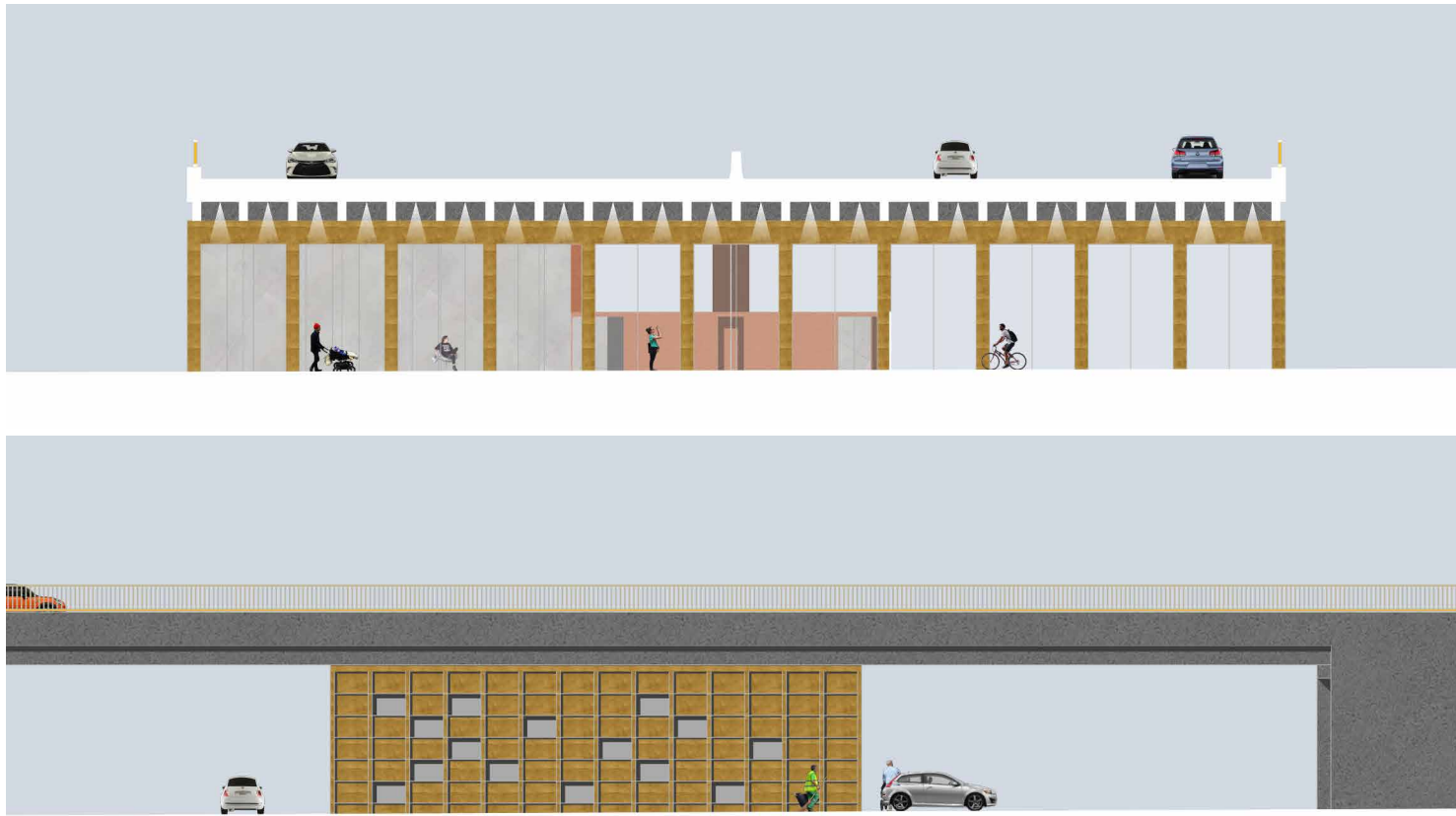


Figura 697 - Planta do piso térreo do Pólo IV, 2016



Figura 698 - Corte C, 2016



Figuras 699 e 700 - Alçado Noroeste e Nordeste do Pólo IV, 2016



Figura 701 - Edifício Burgo, Eduardo Souto de Moura, 2006

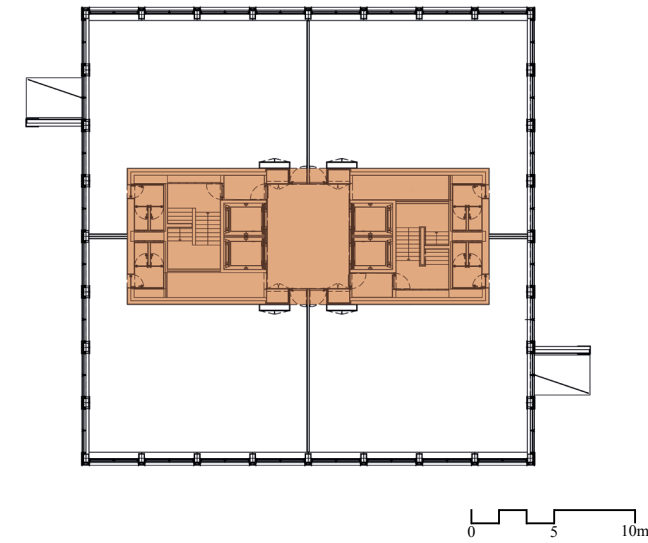


Figura 702 - Edifício Burgo, Eduardo Souto de Moura, 2007



Figura 703 - Scotland Street School Museum, 2013

Através da aplicação de resina branca sobre o pavimento, pretende-se a unificação do espaço público, a iluminação, através da reflexão da luz, do espaço inferior, a separação clara entre as zonas pedonal e rodoviária e o destaque e protecção da calçada de granito. Esta permite também o aumento da sensação de continuidade para o interior do espaço do Pólo IV (figs. 697-700).

Por outro lado, apesar da estratégia se basear no preenchimento do espaço vazio entre a cota da VCI e a da Rua Doutor Maurício Estêves Pereira Pinto, rentabilizando a própria estrada como cobertura do edificado, considera-se que o volume se deve destacar desta estrutura de forma a não se diluir na linguagem pré-existente. Por conseguinte, optou-se por uma presença forte do edifício através da aplicação de uma placagem de zinco pintado a envolver a estrutura de pilares do viaduto. Enquanto o alçado Nascente é mais opaco, com uma expressão mais pesada e demarcada perante a rua com trânsito rodoviário mais intenso, os restantes alçados são compostos pelo preenchimento dos espaços entre pilares com fachadas tipo cortina, procurando deste modo tirar maior proveito da luz natural.

A distribuição do espaço interno assume, de forma directa, a estratégia de colocação dos serviços num núcleo central, à semelhança do Edifício Burgo ou do bloco de habitações na Maia, de Eduardo Souto de Moura (figs. 701 e 702), pretendendo-se libertar a restante área para espaços que necessitem de luz directa. Com o auxílio de painéis deslizantes, rebatíveis ou amovíveis, inspirados na obra Scotland Street School Museum, de Charles Rennie Mackintosh (fig. 703), seria possível a subdivisão da infra-estrutura consoante as necessidades dos ocupantes: da pequena escala, com salas e escritórios, à grande escala, para utilizações que requeiram maior área.

A criação de oficinas neste espaço proporcionaria um espaço de aprendizagem prática para interessados na área da reabilitação, que usariam a Casa do Associativismo como laboratório prático da formação, através da monitorização e manutenção do espaço. Desta forma, conseguir-se-ia um recenseamento dos artesãos ainda existentes na zona de Campanhã (carpinteiros, serralheiros, ferreiros, entre outros), passíveis de partilharem o conhecimento ou mesmo de receberem formação contínua de actualização de conhecimentos, através de programas criados pela UP para o efeito, em parceria com o antigo Matadouro. Esta seria uma medida de combate ao desemprego que se verifica na freguesia, procurando dar continuidade à metodologia iniciada com a reabilitação da Quinta do Mitra.

Note-se que existe um vazio urbano adjacente à Travessa de Bonjóia, resultante da demolição de grande parte do Bairro de São Vicente Paulo, onde, de acordo com a Domus Social (2014), residem actualmente 39 pessoas no único bloco existente, requalificado em 2015 (figs. 704-707, pág. seguinte).



Figura 704 - Vista aérea sobre a passagem pela Traversa de Bonjóia e antigo Bairro de São Vicente Paulo, 2016



Figuras 705-707 - Traversa da Bonjóia e zonas adjacentes ao antigo Bairro de São Vicente Paulo, 2015



Figuras 708 e 709 - Edifício A. Vieira Pinto e Casa de férias na Corujeira, s.d.

Dada a já referida alta concentração de bairros sociais na freguesia e, em particular, neste local, com o bloco que sobreviveu à demolição e o Bairro Monte da Bela, a Nordeste, descarta-se a hipótese de aplicação do mesmo tipo de programa. Contudo, sendo este terreno propriedade da autarquia, poderia destinar-se à aplicação do conceito de habitação sugerido por Ernesto Santos (Anexos, 2016, pp. 321 e 322), presidente da JFC, para fomentar o rejuvenescimento da população residente: a criação de cooperativas direccionadas para a construção de habitação jovem a custos controlados, em terrenos cedidos pela CMP para o efeito.

Este poder-se-ia tratar do projecto-piloto deste conceito, testando a exequibilidade da sua aplicação. Contudo, saliente-se a importância de um estudo aprofundado acerca dos usos (contemplando, por exemplo, comércio, equipamentos culturais ou lúdicos), de modo a evitar a monofuncionalidade do edificado e das comunicações terrestres, nomeadamente, da revisão da rede de transportes públicos.

Os espaços da Casa do Associativismo poderiam conter, provisória ou permanentemente, um centro de aconselhamento e monitorização do projecto, ou mesmo como local de acolhimento para determinada cooperativa, seleccionada por concurso público. Desta forma, obter-se-ia uma relação de proximidade institucional (com a junta de freguesia) e física (com o local em si), facilitando-se o acompanhamento do processo da obra e evitando-se a sobrecarga de funções dentro da sede da junta.

Como indicam Magri e Tavares (2011. pp. 42-85), a Este deste bairro situam-se duas obras de Arménio Losa e Cassiano Barbosa, designadamente o Edifício A. Vieira Pinto (1958-62), de habitação colectiva, e a Casa de férias na Corujeira (1950-52), edifício de habitação unifamiliar (figs. 708 e 709). Esta última, devoluta e em avançado estado de degradação, é circundada por um terreno arborizado. Salienta-se a pertinência da sensibilização acerca do estado desta habitação para que não se perca o património destes arquitectos, como tem acontecido, no passado e recentemente, na cidade do Porto.¹⁰²

O Centro Cultural de Atletismo de Bonjóia indicou como uma das necessidades da zona a criação de parques infantis (Anexos, 2016, pp. 317 e 318). A CMP tem vindo a criar este tipo de equipamentos ao longo da cidade, como é exemplo o Jardim da Cordoaria ou o Largo Soares dos Reis, situado junto ao extremo Nascente da Avenida de Rodrigues de Freitas.

O parque infantil poderia ser colocado num dos pontos em que a VCI passa em viaduto, nomeadamente, no ponto em que esta estrada intersecta a Rua

¹⁰² Nomeadamente, a demolição dos interiores e reconversão em garagem e armazém da Casa Mário Amaral (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.).

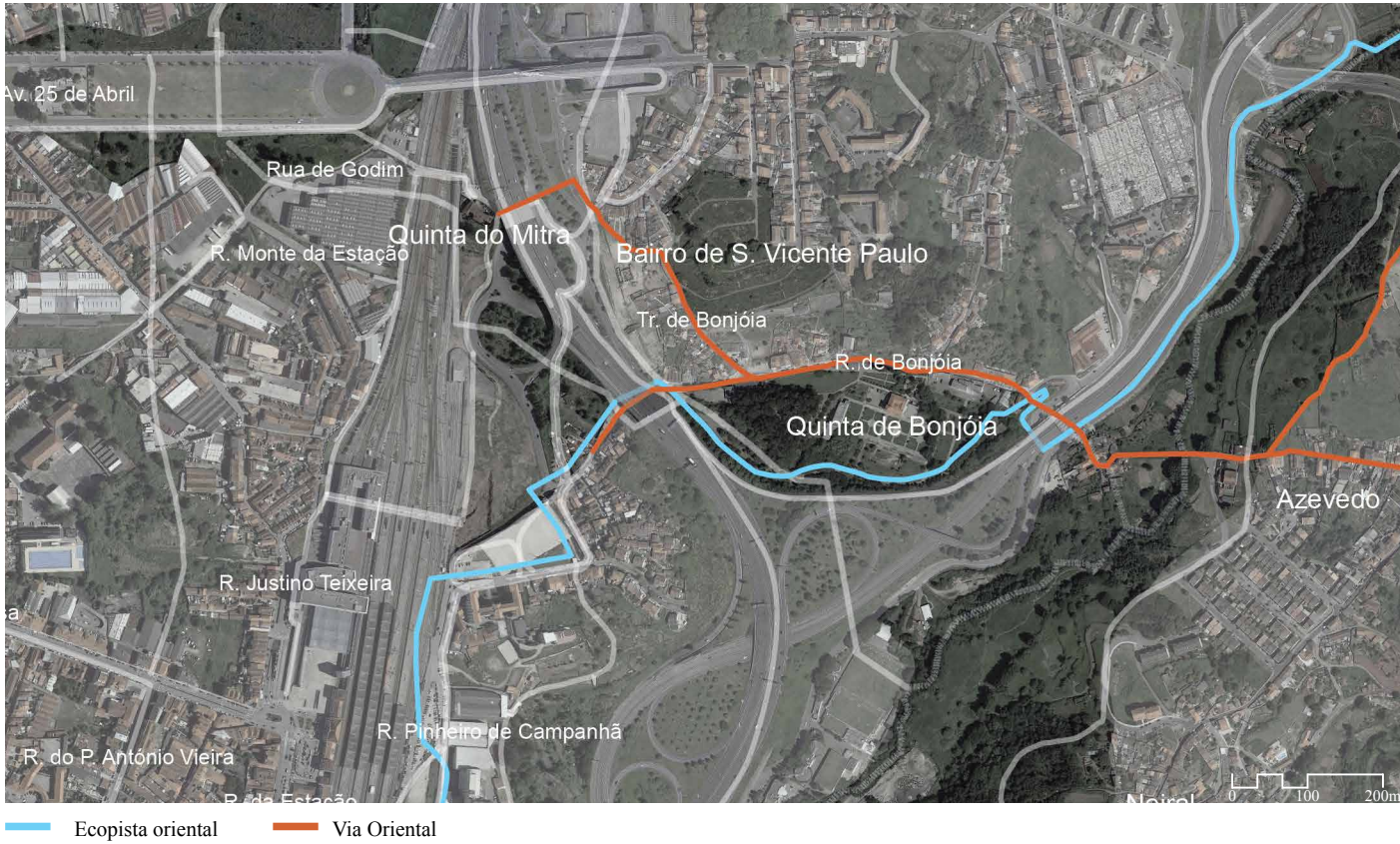


Figura 710 - Planta de contexto, 2016

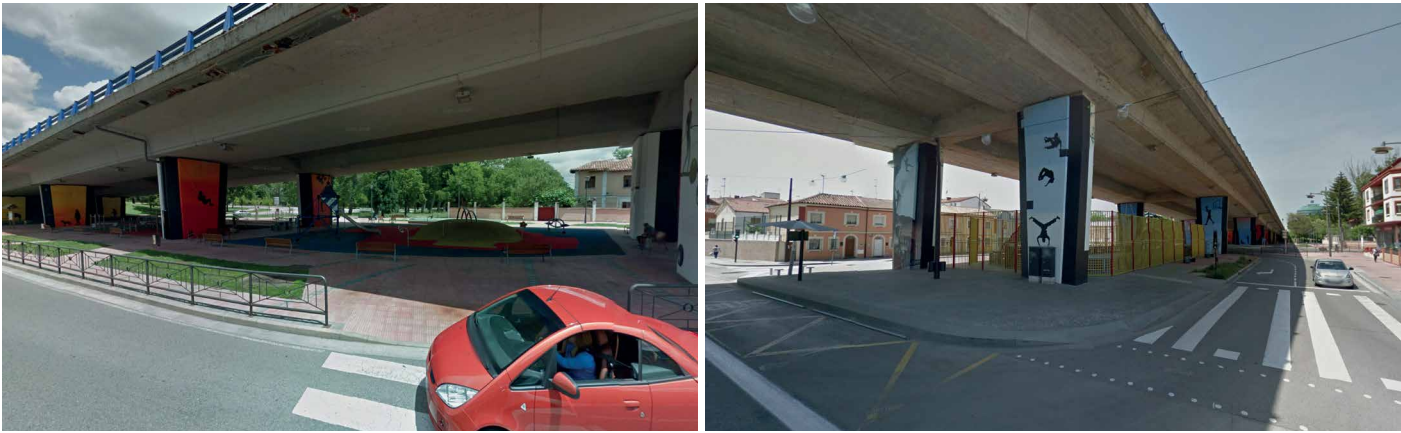


Figura 711 - Vista do viaduto no sentido Oeste-Este, 2016

Figura 712 - Aqueduto e muro pertencente à Quinta de Bonjôia, s.d.



Figuras 713-716 - Registos da passagem sob o viaduto, 2016



Figuras 717 e 718 - Aproveitamento dos espaços para criação de parque infantil e campos de jogos, Burgos, Espanha, s.d.



Figuras 719-724 - Vistas do atravessamento em túnel entre Bonjôia e Azevedo, s.d.

de Bonjôia (figs. 710-716). Nesta rua, esse mesmo viaduto sobrepõe-se a um aqueduto, que corresponde ao muro de definição do antigo limite da Quinta de Bonjôia, local até onde a Quinta do Mitra se prolongava. Para lá da linha do passeio, do lado Este, existe uma zona com lavadouros, que possui um vazio em terra batida, a Sul. Este espaço encontra-se com um aspecto abandonado, com sinais de degradação e de escassez de manutenção, e sem um uso específico. Caso fosse construído o parque infantil, além das razões referidas pela entidade, fomentar-se-ia a ligação do interface à Quinta de Bonjôia¹⁰³ e, consequentemente, à Via Oriental.

Aplicando-se o conceito explorado no caso de estudo A8erna, ou mesmo o espaço sob o viaduto perpendicular à Bulevar del Ferrocarril, em Burgos, Espanha (figs. 717 e 718), o viaduto é novamente encarado como objecto de solução da problemática urbana por ele criada, embora de uma forma mais directa e simples, procurando-se potenciar as suas características que poderão contribuir para essa resolução. Se, por um lado, este caso não contém a espacialidade do que se encontra adjacente à Quinta do Mitra, o facto de conter as ruínas de um aqueduto valoriza-o tanto ao nível patrimonial como ao nível estético.

No dia 13 de Agosto de 2016 foi anunciado que em Setembro do mesmo ano, o Museu das Marionetas do Porto se iria mudar para a Rua do Belomonte e que um pólo expositivo iria para a Casa da Brincad'Eira, situada na Quinta de Bonjôia. Neste espaço, a companhia teatral Teatro de Marionetas do Porto irá desenvolver um conjunto de actividades culturais de cariz gratuito, contratualizadas com a CMP, e com vista no desenvolvimento social (Carvalho, em Público, 2016a). Esta tomada de posição irá fazer com que esta zona seja frequentada por mais crianças, o que reforça a utilidade do parque infantil.

Como anteriormente referido, a Estrada da Circunvalação foi o segundo elemento (a seguir à ferrovia) a criar um corte no espaço da freguesia de Campanhã. Apesar da maior parte da sua extensão definir os limites da cidade do Porto, uma parte da freguesia - cerca de 2,30 dos 8,13 km² totais - fica para lá desta via, sofrendo de marginalização física e administra.

No ponto de intersecção entre a Rua de Bonjôia e a Circunvalação, esta última é atravessada por intermédio de uma passagem sob a estrada (figs. 719-724). Este atravessamento, além de pouco qualificado, não constitui uma solução que ofereça um sentido de continuidade que fomente a passagem. Neste contexto, sugere-se a criação de uma ponte sobre a estrada que facilite a ligação entre as margens. Esta conexão deveria assumir um papel de destaque, como se de

¹⁰³ Na Quinta de Bonjôia, são realizados semanalmente os denominados Serões da Bonjôia que, desde 2003, como indicado pela Fundação Porto Social (2014), pretendem reviver as tertúlias à moda portuense, com conferências, encontros, concertos e debates regulares e com diversidade de temas e actividades. Estes eventos, de entrada livre, têm o objectivo de contribuir para a formação e informação do público geral e promover a dinamização de uma zona menos conhecida da cidade.



Figuras 725 e 726 - Vistas da ponte pedonal e ciclável sobre a Segunda Circular, Lisboa, MXT Studio, 2015

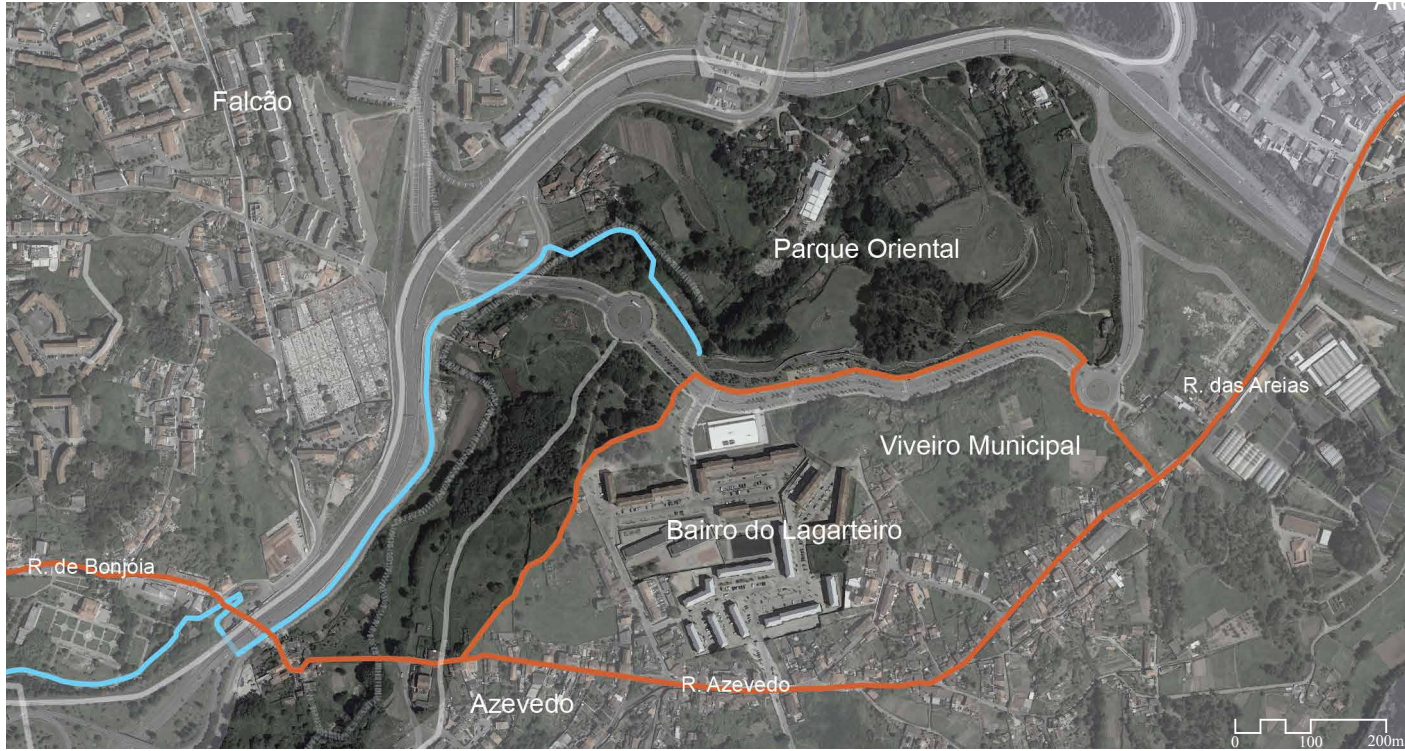


Figura 727 - Planta de contexto, 2016



Figuras 728 e 729 - Vistas do Parque Oriental, 2014

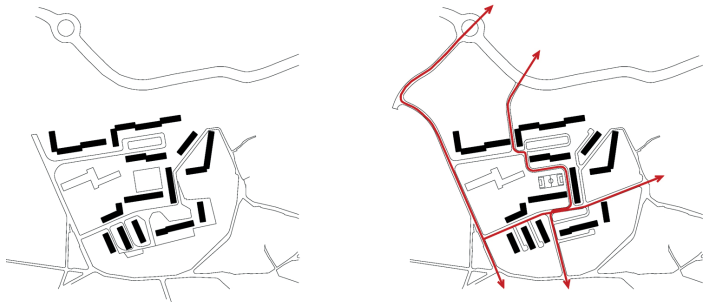


Figura 730 - Antes e depois da intervenção, s.d.



Figura 731 - Vista do bairro reabilitado, s.d.

um objecto escultórico se tratasse, à semelhança da ponte pedonal e ciclável sobre a Segunda Circular, em Lisboa, projectada pelo gabinete MXT Studio (figs. 725 e 726). Desta forma, procura-se estimular o seu atravessamento e destacar a sua presença aos condutores da Circunvalação, despertando a curiosidade acerca deste elemento.

Esta ponte permitirá ainda uma ligação directa ao Parque Oriental, aproximando-o ao centro da cidade, integrando-o na sua rede viária, e motivando a possibilidade da criação de pontos de passagem em outros trechos da Circunvalação. Por outro lado, esta proximidade beneficiaria igualmente as actividades do Pólo IV, ligadas ao estudo e conservação da biodiversidade (figs. 727-729).

A Sul da parte já concluída do parque encontra-se o Viveiro Municipal da CMP¹⁰⁴, situada na Quinta das Areias (antiga Quinta de Furamontes), na qual, segundo Costa (1991, pp. 271-273), não existem vestígios de casa ou palacete senhorial, apesar de nela ter existido uma capela do séc. XVIII, que foi desmontada e reconstruída no Amial, e casas de caseiros, transformadas e adaptadas a outras funções. Apesar do seu cariz técnico, este espaço encontra-se aberto a visitas por marcação (CMP, 2014b). A aposta nesta faceta poderia aproximar o público em geral à forma como os serviços camarários funcionam neste domínio.

Adjacente à Via, a Sul da área já concluída do Parque Oriental, encontra-se o Bairro do Lagarteiro (figs. 727, 730 e 731). Apesar de ter sido reabilitado, num processo concluído no final de 2015 (Neves, em Público, 2015), a sua localização e a falta de acessos e de transportes públicos acentuam o seu cariz limítrofe. Para além desta questão, o estigma associado ao bairro cria dificuldades no acesso ao emprego dos seus residentes.¹⁰⁵ Neste contexto, seria adequada a criação de sinergias entre a Associação de Moradores para o Desenvolvimento do Lagarteiro e entidades públicas ou privadas, no sentido de promover a ligação entre os habitantes do bairro e a cidade, processo que seria facilitado com a requalificação da rede viária.

104 “Trata-se de uma infra-estrutura de 70 000m² de apoio à actividade da Divisão Municipal de Jardins, que proporciona a produção de 90% das plantas (árvores, arbustos e herbáceas) utilizadas na cidade. É a sua operacionalidade que permite a manutenção e criação de novos jardins, em qualquer estação do ano.” (CMP, 2014b)

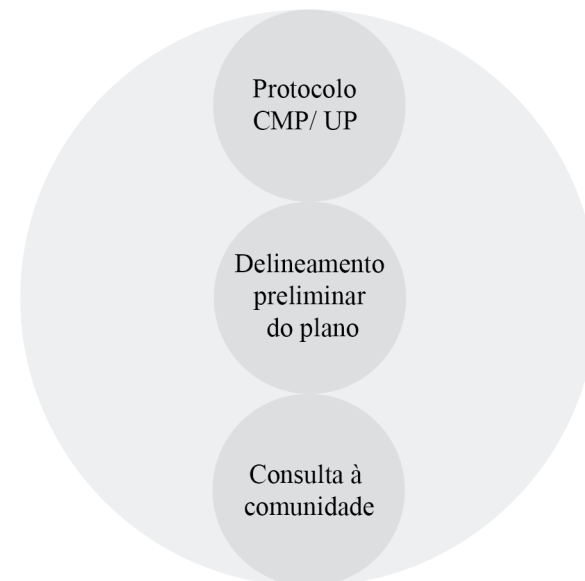
105 “Quando alguém vai a uma entrevista de emprego e diz que é do Lagarteiro é logo colocado de parte. O bairro tem má fama, estamos marcados” Fernanda Gomes, presidente da Associação de Moradores para o Desenvolvimento do Lagarteiro (em Porto24, 2015).

Tentou-se o contacto com esta associação, contudo, o processo de mudança de direcção da mesma dificultou o inquérito.

Parque Oriental

Bairro do Lagarteiro

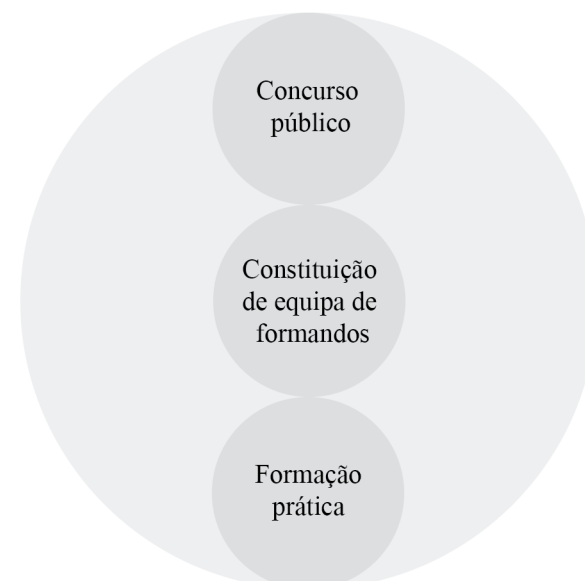
1ª fase (plano)



2ª fase (projecto)



3ª fase (obra)



A proposta que aqui se apresentou consiste num ensaio da metodologia de intervenção que se pretendeu desenvolver. Para que esta conjuntura de intenções seja aplicada, seria necessário traçar um programa que esquematizasse e agendasse os passos necessários à sua concretização.

Apesar de certamente existirem várias lacunas ao nível legal, dado o número de intervenientes e complexidade do processo, expõe-se, de seguida, uma proposta de faseamento da intervenção que engloba a Casa do Associativismo e o Pólo IV da UP:

Em primeira instância seria necessário precaver o entendimento e a convergência de interesses entre a CMP e a UP, que estipularia a responsabilidade da UP na construção do Pólo IV, e na formação em técnicas de reabilitação, constituindo equipas de trabalho que efectuariam a intervenção na Quinta do Mitra, mediante contrapartidas a definir.

Após o delineamento preliminar do plano urbanístico por parte da CMP, seguir-se-ia um programa de consulta à comunidade, pela via dos meios municipais (site oficial da CMP e Assembleia Municipal), com o apoio local da Junta de Freguesia de Campanhã e das associações da zona.

De seguida, seria efectuado o concurso público para a selecção do plano de desenho urbano e, consequentemente, dos projectos de arquitectura decorrentes. As propostas seriam apresentadas publicamente e, à semelhança da 1ª fase, seriam sujeitas a discussão entre as entidades e a comunidade, de forma a que selecção fosse um processo participado e que a proposta seleccionada conciliasse da melhor forma possível os objectivos da autarquia com as ambições dos residentes.

A construção do Pólo IV, dado tratar-se de uma obra de raiz, poderia ser efectuada segundo os processos convencionais, mediante concurso público para a escolha da empresa construtora. A reabilitação da Quinta do Mitra para acolher a Casa do Associativismo poderia ser uma janela de oportunidade para se efectuar um projecto-piloto de parceria entre a CMP, JFC, UP, associações locais, entre outras entidades, se necessário.

Os problemas de desemprego apontados ao longo deste trabalho poderiam ser atenuados com a concepção de um vínculo entre a necessidade de emprego dos habitantes de Campanhã e a urgência da reabilitação do património edificado desta freguesia.

Fazendo um paralelismo com o exemplo da já referida intervenção na casa, relatada por Santos (Anexos, 2016, pp. 325 e 326), efectuar-se-ia a obra de reabilitação aprovada, através da constituição de equipas de formandos em

1ª fase (plano)

2ª fase (projecto)

3ª fase (obra)

técnicas de reabilitação, constituídas por profissionais da construção que pretendessem efectuar uma actualização de conhecimentos, de empresas deste sector que entendessem esta formação como uma aposta nos seus profissionais, ou mesmo por outros interessados na temática.¹⁰⁶

Com esta metodologia pretende-se que os interessados obtenham formação prática por parte de docentes ou de convidados especializados no tema, utilizando o estaleiro de obra como caso prático das metodologias de restauro e conversação de edifícios.

Outras aplicações da metodologia

Após a aplicação deste projecto-piloto, seria pertinente o estudo da aplicação da metodologia ao edificado privado. Se por um lado seria uma forma de os proprietários com dificuldades económicas usufruírem de melhores condições de habitabilidade e das regalias das ARU definidas pela CMP, por outro, proporcionaria casos de estudo práticos ao Pólo IV (o que aumentaria os períodos históricos contemplados nos conteúdos a leccionar) e auxiliaria a conservação do património edificado. Este processo poderia levar à sensibilização para a transversalidade da reabilitação necessária tanto no património monumental como no edificado corrente.

Este processo poderia ter como exemplo o procedimento do projecto Habitar Bonfim, na freguesia vizinha¹⁰⁷, e ao mesmo tempo servir de plataforma de oportunidade dos profissionais do sector da arquitectura.

Manutenção do património corrente

Salienta-se que este trabalho de parceria poderia também abranger a manutenção do edificado corrente, de forma a aumentar o conforto e a evitar a sua degradação, sensibilizando para a importância deste tipo de acompanhamento. É de notar que, em 2011, o tema da manutenção foi mote do seminário “Cuidar das casas. A manutenção do património corrente”, organizado pelo Núcleo do Porto do ICOMOS Portugal e pela FEUP (OERN, 2016). Este evento teve intervenções tais como “Inspeção e diagnóstico de estruturas. Contributo para a sua preservação”, “Manutenção e Património corrente. Conceitos e perspectivas” e “Reabilitação de edifícios correntes de valor patrimonial. Uma proposta de aproximação metodológica” (FAUP, 2016).

¹⁰⁶ Saliente-se que em todos os casos se deveria ter em atenção a monitorização dos processos, procurando um rácio entre o custo de formação e o salário, de modo a que este processo não estimulasse ou contemplasse trabalho não remunerado, injustamente remunerado ou voluntariado, procurando-se a valorização do trabalho efectuado e a melhoria das condições de vida dos interessados e dos profissionais.

¹⁰⁷ “O Programa Habitar visa apoiar os proprietários, inquilinos e profissionais do setor da construção a atingir três objetivos: facilitar os processos de recuperação, disponibilizar habitação a preço justo e criar emprego à escala local. (...) É uma iniciativa integrada por uma rede de profissionais na área da construção, do urbanismo e do social, apoiada pela Junta de Freguesia do Bonfim e desenvolvida em parceria com o Serviço de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto. (...) Damos assistência técnica (bolsa de técnicos e empreiteiros), jurídica (assistência legal) e burocrática (centralizamos os apoios) para que possa usufruir das ferramentas públicas para a reabilitação urbana. Aliás, estamos à sua disposição para criarmos novos instrumentos mais apropriados para o seu caso específico (Habitar Bonfim, 2016).

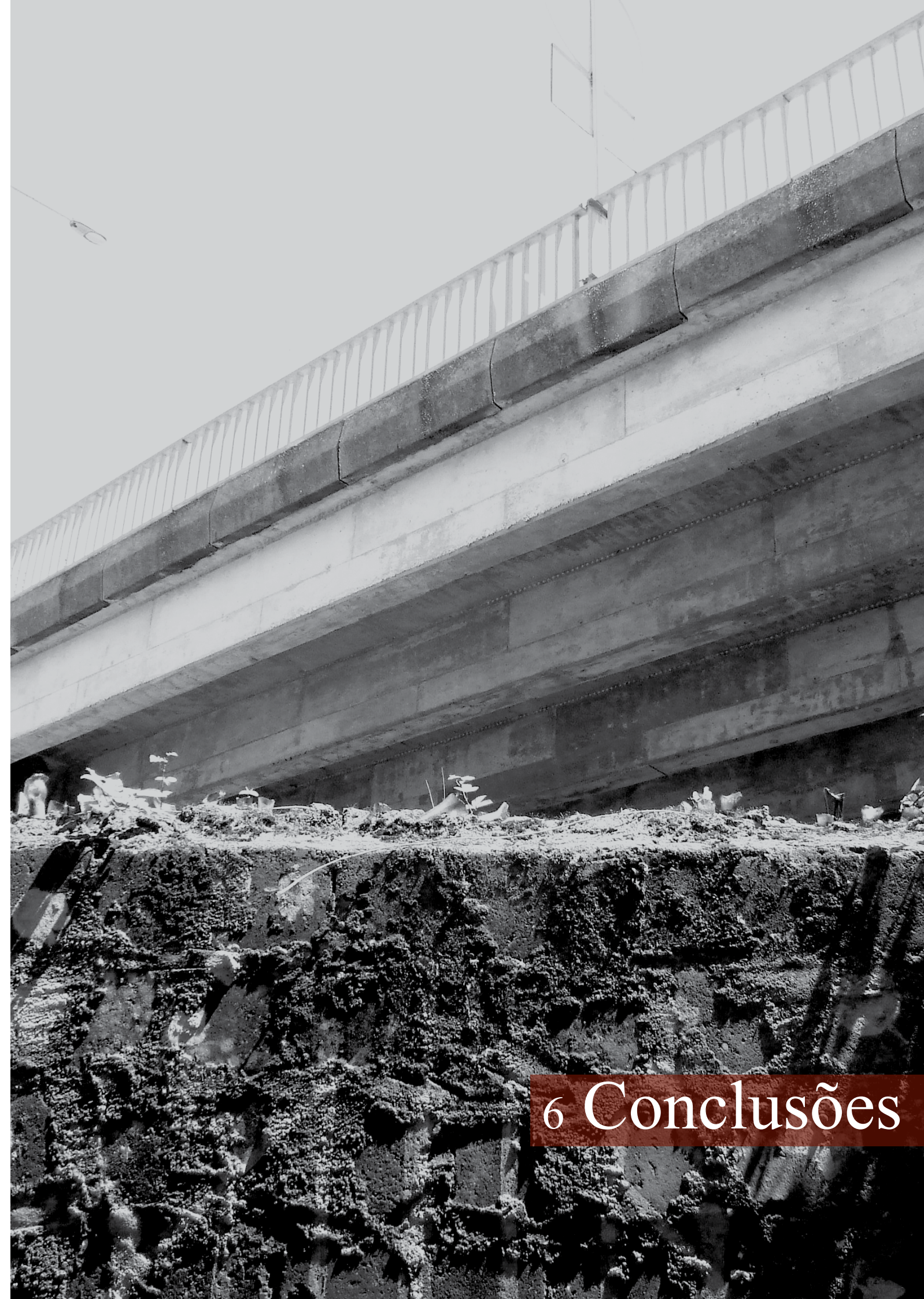
As entidades envolvidas - Junta de Freguesia de Campanhã, as associações locais e o Pólo IV -, em conjunto com os intervenientes interessados, poderiam facultar esta informação directamente aos proprietários através de um programa criado para o efeito, de forma a que os proprietários pudessem eliminar o surgimento de patologias no edificado, evitando intervenções futuras mais dispendiosas e/ou incomportáveis.

O acompanhamento científico por parte da UP, além de proporcionar a troca de conhecimentos, permitiria evitar que se efectuassem intervenções potencialmente danosas para determinado sistema construtivo do património edificado. Com este programa, também se pretenderia motivar a aproximação da comunidade académica à cidade e a visão do arquitecto como um membro desse quotidiano, com o qual a actividade se relaciona directamente.

“(...)projectar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem.”

(Távora, 2006, p. 74)

6 Conclusões



6 Conclusões

Numa cena do filme Fahrenheit 451 (1966), de François Truffaut, a personagem Mildred Montag fica extasiada por ser convidada a participar num programa de televisão a partir do seu domicílio. Esta participação consistia em intervir numa espécie de peça de teatro e o papel de Mildred seria o de responder, com pequenas linhas de diálogo previamente decoradas, sempre que interpelada pelas personagens que a ela se dirigiam do outro lado do ecrã. Porém, para o espectador do filme, esta aparente interactividade revelou ser notoriamente uma ilusão, visto que quando Mildred se atrapalha com o nervosismo e não responde à primeira pergunta durante a pausa criada para o efeito, os actores prosseguem como se ela o tivesse feito.

Apesar da realidade contemporânea não se aproximar à distopia desta obra inspirada no romance de Ray Bradbury, a utilização de termos como ecologia, sustentabilidade ambiental, reabilitação, comunidade, entre outros, que deveriam conter uma cadeia de pensamento que suportasse a sua aplicação, são, por diversas vezes, resumidos a meras comunicações de intervenção, em detrimento da sua aplicação efectiva, como referido anteriormente.

No entanto, a escolha da Quinta do Mitra como objecto de estudo não incluía, numa fase embrionária, a possibilidade de uma intervenção participada. Foi mais tarde, com o decorrer da investigação, que se percebeu a influência do trabalho das associações no contexto da freguesia de Campanhã, em especial, por ser uma associação a responsável pela utilização dos espaços da quinta. Com o desenvolvimento do trabalho veio um entendimento mais aprofundado dos benefícios da participação da comunidade nos processos decisórios das intervenções urbanas, e que estes não se esgotavam no caso do objecto de estudo. Assim sendo, entende-se que a temática estudada nesta dissertação contém pontos de partida para investigações futuras, especialmente quando confrontada com o estado da actividade da arquitectura, particularmente da questão das altas taxas de desemprego provocadas pela conjuntura do país. A análise dos casos de estudo fez salientar a necessidade de criação de momentos de relação entre a população e o exercício da arquitectura, procurando benefícios para ambas as partes.

Desta forma, seria pertinente o estudo e desenvolvimento de um sistema de aplicação desta lógica de intervenção, seja na freguesia de Campanhã, na cidade do Porto, ou em outros contextos urbanos. A análise da experiência proporcionada pelo Gabinete Mercado do Bolhão, criado no interior do mercado aquando do restauro e modernização do equipamento, responsabilidade do gabinete Nuno Valentim, Arquitectura e Reabilitação, poderia servir de caso de estudo, num futuro próximo.¹

¹ No âmbito desta iniciativa, foram efectuadas entrevistas individuais com todos os comerciantes e explicados todos os passos do processo de transformação do mercado. Além disso, de forma a garantir a continuidade dos comerciantes no espaço, identificaram-se as alterações que cada um teria que fazer para ficarem em conformidade com as regras e foram apresentadas opções de alteração de actividade aos que, àquela data, não as cumprissem, para que pudessem participar na nova fase do mercado (portoponto, 2016).

A condição da arquitectura

Gabinete Mercado do Bolhão

Para tal, seria oportuno o aprofundamento do estudo de determinadas propostas de intervenção mencionadas no capítulo anterior, designadamente o desenvolvimento do plano de habitação para jovens em São Vicente Paulo, com tipologias flexíveis e contemplando a integração do complexo a construir na rede urbana.

Quanto à escala urbana, poder-se-iam estudar outros meios de fomento da ligação do centro da cidade à freguesia de Campanhã, ou mesmo da comunicação intermunicipal entre o Porto e outras localidades. Dado o afastamento da freguesia em relação aos seus cursos de água, seria relevante o estudo das possibilidades de incentivo a esta ligação. Este recurso poderia ser potencializado pela já referida iniciativa da autarquia “Ribeiras do Porto”, ou pela parceria com Gondomar, cujo prolongamento da marginal, recentemente requalificada, facilitaria o acesso pedonal entre o concelho do Porto e os equipamentos próximos da margem do rio Douro, como é exemplo a Fundação Júlio Resende. Na esfera das comunicações terrestres, poder-se-ia enveredar pelo estudo do impacto efectivo da carência de transportes colectivos em determinadas zonas de Campanhã, principalmente nas mais desfavorecidas, e o modo como a sua redefinição as poderia qualificar.

Seria também pertinente o levantamento do património edificado que esteja abandonado ou degradado, seja ele industrial habitacional ou relativo a quintas de recreio. Com esta base de dados, poderia desenvolver-se um plano à escala da freguesia ou do concelho que estudasse a possibilidade de reabilitação e de atribuição de novos usos e que delineasse uma estratégia de intervenção com repercussão ao nível social e ambiental.

Em ambas as escalas poder-se-ia efectuar o levantamento da área de influência de determinadas associações da freguesia que se relacionassem com o tema a investigar, procurando-se que estas fossem parte integrante do processo.

Esta metodologia de intervenção torna-se ainda mais pertinente com o entendimento do contexto da freguesia entre o fim do ano de 2013 e início de 2014, quando esta dissertação foi iniciada. Campanhã encontrava-se num estado de letargia, e apesar de existirem intenções estipuladas para a zona, estas careciam de um plano de conjunto que as agregasse e as planificasse de um modo aplicável e exequível. Contudo, as eleições autárquicas de Setembro de 2013 levaram a uma mudança na abordagem da autarquia perante a freguesia, situação que se começou a fazer sentir em 2015.

Contudo, apesar dos vários anúncios realizados nos últimos dois anos, não deverão existir alterações de maior até ao fim do ano corrente, salvo os processos relativos ao concurso para o projecto do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC). Com efeito, prevê-se que as principais mudanças na freguesia se irão verificar nos anos que se seguirão a 2019, ano em que se prevê a conclusão da obra.

Com a possível aproximação ao resto da cidade, espera-se que se altere a percepção distorcida com que os cidadãos portuenses ainda vêem a freguesia. Existe a expectativa de que a ORU Campanhã possa vir a colmatar a falta de interligação entre intenções dispersas que foram referidas ao longo do trabalho. Contudo, apesar de se desejar que estes avanços no planeamento procurem colmatar o processo de degradação a que a freguesia tem vindo a ser sujeita, espera-se que este procedimento seja sensível ao trabalho das diversas entidades (entre as quais as associações, nomeadamente a Movimento Terra Solta) que, à escala local, têm trabalhado para manter o tecido social activo e participativo, tomando o lugar vazio deixado pela administração da cidade. Para uma intervenção pertinente, é decerto relevante o testemunho das pessoas e das entidades de Campanhã, que mantêm uma relação de acompanhamento contínuo do contexto.

Para tal, é essencial que não haja lugar para uma situação de gentrificação e que o processo de desenvolvimento não venha a substituir um quadro de negligência pelo de expulsão dos habitantes mais vulneráveis das zonas susceptíveis de serem alvo de especulação imobiliária. Foi precisamente esta localização privilegiada que levou a que a freguesia fosse escolhida por burgueses e nobres para nela construírem as suas quintas de veraneio.

Efectuando-se um balanço final do ponto nuclear deste estudo, cresce a expectativa da dissolução do estigma associado à arquitectura com explícitas preocupações sociais ou ecológicas. É certo que Távora já preconizava este papel do arquitecto na sua obra “Da Organização do Espaço”:

“Não se suponha ele o demiurgo, o único, o génio do espaço organizado - outros participam também na organização do espaço. Há que atendê-los e colaborar com eles na obra comum.

Para além da sua preparação especializada - e porque ele é homem antes de arquitecto - que ele procure conhecer não apenas os problemas dos seus mais directos colaboradores, mas os do homem em geral. Que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo.

Que seja assim o arquitecto - homem entre os homens - organizador do espaço - criador de felicidade.” (Távora, 2006, pp. 74-75)

Contudo, com a atribuição do Pritzker Prize 2016 ao chileno Alejandro Aravena, este tema é posto em destaque na discussão pública actual:

“O júri escolheu um arquitecto que aprofunda a nossa compreensão do que é verdadeiramente o projecto notável. Alejandro Aravena foi pioneiro de uma prática de colaboração que produz obras poderosas de arquitectura e que também aborda os principais desafios do século XXI. A sua obra construída dá a oportunidade económica aos menos privilegiados, atenua os efeitos

dos desastres naturais, reduz o consumo de energia e fornece espaço público acolhedor. Inovador e inspirador, mostra como a arquitectura no seu melhor pode melhorar a vida das pessoas.” (The Pritzker Architecture Prize, 2016)

Desta forma, espera-se que o *statu quo* da arquitectura venha a ter como intrínseca à sua actividade a problemática referida ao longo deste trabalho e que possa vir a ser encarada não com o destaque de algo que não se enquadra na norma, mas algo que lhe seja inerente e tão habitual como o próprio acto de desenhar.





Fontes Bibliográficas

Fontes Bibliográficas

Monografias

ANDRESEN, Teresa; MARQUES, Teresa Portela - Jardins históricos do Porto. Lisboa : Inapa, 2001. ISBN 972-8387-95-4.

AUGÉ, Marc - El tiempo en ruinas. Barcelona : Gedisa Editorial, 2003. ISBN 84-7432-993-0. [Consult. 16 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://antroporecursos.files.wordpress.com/2009/03/auge-m-2003-el-tiempo-en-ruinas.pdf>.

AZEVEDO, Maria José; MARTINS, Manuela; COSTA, Cláudia; RIBEIRO, Susana; AMARAL, Rui Manuel - Associações com história: o património associativo do Vale de Campanhã. Porto : Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã. coord. Manuela Martins e Cláudia Costa, 2000. ISBN 972-97704-9-2.

AZEVEDO, Maria José; SOUSA, Maria Virgínia; RODRIGUES, Fernanda; PIMENTA, Manuel; FIGUEIREDO, António; MONTEIRO, Margarida; ESPINHA, Paulo; MARTINS, Ana Paula. - Vale de Campanhã [texto policopiado]: Intervenção Urban: Projecto. Porto : Pelouro de Acção Social e Protecção Civil da Câmara Municipal do Porto, 1994

BLANCO, Javier Rivera - Restauración arquitectónica desde los orígenes hasta nuestros días. Conceptos, teoría e historia. In COAATM - Teoría y historia de la restauración. Madrid : Editorial Munilla-Lería, 1997. ISBN 84-89150-14-1.

CAPELA, José - Conde de Ferreira & C.a: traficantes de escravos. Biblioteca das Ciências Sociais. Porto : Afrontamento, 2012. ISBN 978-972-36-1258-5.

CARLO, Giancarlo de - Uma arquitectura da participação. In Teoria e crítica de arquitectura: século XX. coord. José Manuel Rodrigues. Lisboa : Ordem dos Arquitectos : Caleidoscópio, 2010. ISBN 978-989-658-065-0.

CHOAY, Françoise - A alegoria do património. Lisboa : Edições 70 ed. 2000. ISBN ISBN 972-44-1037-4.

COSTA, Agostinho Rebêlo da - Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto, 2ª ed. Porto : Livraria Progredior, 1945.

COSTA, Júlio - Parte III. Património natural e edificado. In Campanhã: Estudos Monográficos. coord. Miguel Meireles e Agostinho Rodrigues. Porto : Junta de Freguesia de Campanhã, 1991

FERNANDES, José Alberto V. Rio - Porto : cidade e comércio. Porto : C.M., 1997. ISBN 972-605-045-6

FREITAS, Andrea Da Cunha e - Toponímia Portuense. Porto : Contemporânea, 1999. ISBN 972-8305-67-2.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DE CAMPANHÃ (FDVC) - O Vale de Campanha e suas Associações. Porto : Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, 1997

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio - Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas. 6ª ed. ed. Madrid : Cátedra, 2008. ISBN 978-84-376-1721-3.

HUNDERTWASSER, Friedensreich; RESTANY, Pierre - Hundertwasser : the painter-king with the 5 skins : the power of art. Köln : Taschen, 2003. ISBN 3822859842

MAGRI, Lúcio; TAVARES, José Luís - Arménio Losa e Cassiano Barbosa : 1908-1988 : 1911-1998. Arquitectos Portugueses nº 13. Vila do Conde : Quidnovi, 2011. ISBN 978-989-554-901-6.

MARTINS, A. Tavares - Paróquia de Santa Maria de Campanhã (subsídios para uma monografia). Porto : Edições Maranus, 1964

JUSTICIA, Mª José Martínez - Historia y Teoría de la Conservacion y la Restauracion Artística. 3ª. ed. Madrid : Editorial Tecnos, 2008. ISBN 978-84-309-4777-5.

MONTORO, R. Bustamante - Cartas y Convenios internacionales para la Conservación del Patrimonio Cultural. In Tratado de rehabilitación - Tomo 1 - Teoría e historia de la rehabilitación/ ed. Departamento de Construcción y Tecnologia Arquitectonicas. Madrid : Munilla-Lería, 1999. ISBN 84-89150-23-0.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga De; GALHANO, Fernando - Arquitectura tradicional portuguesa. 1ª. ed. Lisboa : Dom Quixote, 1992. ISBN 72-20-0959-1.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga De; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - Alfaia agrícola portuguesa. 1ª. ed. Lisboa : Dom Quixote, 1995. ISBN 972-20-12-1335-5.

PACHECO, Elsa - Parte II. Campanhã ao encontro da cidade. Uma perspectiva geográfica. In Campanhã: Estudos Monográficos. coord. Miguel Meireles e Agostinho Rodrigues. Porto : Junta de Freguesia de Campanhã, 1991

PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana - Guia técnico de reabilitação habitacional. Lisboa : Instituto Nacional de Habitação, 2006. ISBN 978-972-49-2081-8.

PATRÍCIO, Ana - Parte I. Campanhã: Sondagem ao passado da freguesia. In Campanhã: Estudos Monográficos. coord. Miguel Meireles e Agostinho Rodrigues. Porto : Junta de Freguesia de Campanhã, 1991

PEIXOTO, José Luís - A casa, a escuridão. 2. ed. Lisboa : Temas e Debates, 2002. ISBN 978-972-759-561-7.

SAMPAIO, Alberto - Estudos históricos e económicos. vol. 1: As vilas do Norte de Portugal. Lisboa : Vega, 1979. ISBN 972-699-063-7.

SOUSA, Virgínia de; PIMENTA, Manuel - Urban do Vale de Campanhã. Relatório Final. coord. Manuel Pimenta e Cláudia Costa. Porto : Fundação do vale de Campanhã, 2001. ISBN 972-98760-0-2.

PINTO, Ana Lídia; MEIRELES, Fernanda; CAMBOTAS, Manuela Cernadas - Cadernos de História da Arte 6. Porto : Porto Editora, 2000. ISBN 972-0-42474-5.

QUARESMA, Maria Clementina De Carvalho - Inventário Artístico de Portugal. Cidade do Porto – XIII. Lisboa : Academia Nacional de Belas-Artes, 1995

REIS, António - Villae. In Grande enciclopédia portuguesa e brasileira: actualização de história universal e de Portugal. Porto : Página Editora, 2001. ISBN 972-8258-13-5.

RIBEIRO, Susana; AMARAL, Rui Manuel - O Vale de Campanhã na Memória da Gente. coord. Helder Pacheco ed. Porto : Fundação para o desenvolvimento do Vale de Campanhã, 1999a. ISBN 972-97704-5-X.

RIBEIRO, Susana; AMARAL, Rui Manuel - Roteiro do Vale de Campanhã. Porto : Fundação para o desenvolvimento do vale de Campanhã, 1999b. ISBN 972-97704-4-7.

RODRIGUES, Fernando Matos - A cidade como processo de conservação e de transformação urbana - O exemplo do Parque Oriental da Cidade do Porto/Campanhã. In Conservar para quê? 8ª mesa-redonda de Primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. coord. Vítor Oliveira Jorge. Porto : FLUP, 2005. ISBN 972-9350-87-6.

SAMAGAI0, Estevão Zulmiro - Joaquim Ferreira dos Santos: Conde de Ferreira. Porto : Santa Casa da Misericórdia, 2008. ISBN 978-972-98920-2-8.

SILVA, Agostinho da - A última conversa Agostinho da Silva. entrev. por Luís Machado. Lisboa : Notícias, 1995. ISBN 978-972-46-0841-9.

SILVA, Germano - Fontes e chafarizes do Porto. Porto : Serviços Municipalizados de Aguas e Saneamento do Porto, 2000. ISBN 972-95343-1-4.

SIZA, Álvaro - Imaginar a evidência / pref. Vittorio Gregotti. Lisboa : Edições 70, 2000. ISBN 972-44-1033-1.

SIZA, Álvaro - Uma questão de medida, entrev. por Dominique Machabert, Laurent Beaudouin. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2009. ISBN 978-989-658-010-0.

SOUSA, Armindo de - Tempos Medievais. In História do Porto. dir. Luís A. de Oliveira Ramos. Porto : Porto Editora, 1994. ISBN 978-972-0-06276-5.

STEEL, Miranda (ED.) Steel. In Oxford wordpower dictionary. 11. impr ed. Oxford : Oxford Univ. Press, 2004. ISBN 978-0-19-431516-6.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António - Zona 1 Minho. In Arquitectura Popular em Portugal. 1º volume. 3ª edição ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988

VELASQUES, Gabriel Pedro - Memórias d’água: fontes, fontanários e chafarizes. Matosinhos : Contemporânea, 2001. ISBN 972-8305-91-5.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; CARLOS, João; SILVA, J. R. - Nobreza de Portugal e do Brasil: Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática. Volume Segundo. Lisboa, Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia, 1989

Teses, dissertações e outras provas académicas

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Vias medievais Entre Douro e Minho. Porto : [Edição do Autor]. 1968. [Consult. 15 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a22_1/apache_media/TYAVG872ATP8V3Y8KQ4HE7JPS8SG2L.pdf>. Dissertação de Licenciatura.

JOKILEHTO, Jukka - A history of architectural conservation. 1ª. ed. Oxford : Butterworth-Heinemann, 1999. ISBN 07506 3793 5. Dissertação de Doutoramento.

PINHO, Ana - Conceitos e políticas de reabilitação urbana : análise da experiência portuguesa dos gabinetes locais. Lisboa : Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 2009 [Consult. 9 out. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.repository.utl.pt//handle/10400.5/1439>. Dissertação de Doutoramento (Ed. policopiada).

RODERS, Ana - RE-ARCHITECTURE Lifespan rehabilitation of built heritage, basis. Eindhoven : Bouwstenen Publicatieburo, 2007 [Consult. 24 nov. 2013]. Disponível em WWW:<URL:https://pure.tue.nl/ws/files/2279686/200712090.pdf>. ISBN ISBN-10: 90-386-1786-0. Dissertação de Doutoramento.

TÁVORA, Fernando - Da organização do espaço. 3ª. ed. Porto : Faup Publicações, 2006. ISBN 972-9483-22-1. Prova de dissertação para o Concurso de Professor.

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes - Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica (Ed. policopiada).

Objectos documentais

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Proposta nº 44/99/DMS - Processo de cedência da Quinta do Mitra à Junta de Freguesia de Campanhã 16B/99 pela Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal do Porto, 1999.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (DSU-CMP) - Quinta de Vila Meã - Antiga Quinta da Mitra 1996.07.04 53/93 S.P., Divisão Municipal de Informação Geográfica da Câmara Municipal do Porto, 1990.

DIVISÃO DE MUSEUS DA DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRAIS E CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (DMDSCC-CMP) - A Quinta de Vila Meã - Propriedade Municipal - Divisão Municipal de Informação Geográfica da Câmara Municipal do Porto, 1996.

DIVISÃO MUNICIPAL DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (DMMPC-CMP) - Processo COMP0208 Quinta de Vila Meã - Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, s.d.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime Barros - Parecer - Quinta de Vila Meã - Antiga Quinta da Mitra 1996.07.04 53/93 S.P. - Divisão Municipal de Informação Geográfica da Câmara Municipal do Porto, 1993.

AZEREDO, Luís de - Quinta de Vila Meã, ou Quinta da Mitra, na Freguesia de Campanhã - Divisão Municipal de Informação Geográfica da Câmara Municipal do Porto - 01 - Quinta de Vila Meã - Antiga Quinta da Mitra 1996.07.04 53/93 S.P., 1993.

Publicações em série

ALVES, Jorge Fernandes - Percursos de um brasileiro do Porto - o Conde de Ferreira. In História: Revista da FLUP. Série II, Vol. 09. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 1992. pp. 156-213

ARAÚJO, Ilídio de - Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto Revista de História. In Actas do Colóquio «O Porto na Época Moderna». Porto : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1979 Disponível em WWW:<URL:http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6347.pdf>. pp. 375-387.

COSTA, Alexandre Alves - Notas soltas sobre arquitectura, história, nostalgia e construção. In Architectura Ibérica. 18 (2007) 5–6. ISSN 1645-9415. INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DO PORTO (IPAP) - Quinta de Vila Meã entre Godim e Bonjôia. In Jornal de Notícias. (10 jun. 1999). p. 4.

SILVA, Fernando J. Moreira Da - Quinta de Vila Meã. In O Tripeiro. Série Nova, Ano VIII:(2) (1989). pp. 45 e 46.

Documentos electrónicos

Monografias

FUNDAÇÃO ROBINSON - Portalegre na rota do desenvolvimento - Parcerias para a Regeneração Urbana, 2013l [Consult. 26 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://issuu.com/fundacaorobinson/docs/brochura_regeneracao_urbana>.

RUIVO, Ana; CARVALHO, Pedro; CARVALHO, Samuel; RODRIGUES, Samuel - Fábrica Social, 2008 [Consult. 18 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://issuu.com/pedrocarvalho/docs/fabrica_social>.

SOUTO DE MOURA, Eduardo; CORREIA, Graça - Memória Descritiva, 2005 [Consult. 26 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/multimedia/ficheiros/14_projecto_arquitectura/arquitectura_memoria_descritiva.pdf>.

WILLIAMS, Richard - Remembering, forgetting, and the indusrtal gallery space, Urban Memory - History and amnesia in the modern city. Mark Crinson ed. Londres : Routledge, Taylor & Francis Group, 2005 Disponível em WWW:<URL:http://ieas.unideb.hu/admin/file_8246.pdf>. ISBN 0-415-33405-5.

Objectos documentais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO - Área de Reabilitação Urbana de Campanhã - Estação, 2015. [Consult. 27 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Reabilita%C3%A7%C3%A3o%20urbana/%C3%81rea%20de%20Reabilita%C3%A7%C3%A3o%20Urbana%20de%20Campanh%C3%A3%20-%20Esta%C3%A7%C3%A3o/Paginas/default.aspx>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Área de Reabilitação Urbana de Campanhã - Estação, 2015a. [Consult. 25 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Reabilita%C3%A7%C3%A3o%20urbana/%C3%81rea%20de%20Reabilita%C3%A7%C3%A3o%20Urbana%20de%20Campanh%C3%A3%20-%20Esta%C3%A7%C3%A3o/Paginas/default.aspx>.

FLÓRIDO, Francisco - Permacultura Urbana, 31 Out. 2010. [Consult. 30 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://pt.slideshare.net/terrasolta/permacultura-urbana-03>.

GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS (GOP) - Peças do Procedimento - Terminal Intermodal Campanha, 2016a. [Consult. 27 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.gopcmp-em.pt/terminal-intermodal-campanha/pecas-do-procedimento>.

GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS (GOP) - Programa Preliminar, 2016b. [Consult. 27 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.gopcmp-em.pt/assets/misc/img/terminal_intermodal_campanha/pe%C3%A7as_procedimento/Programa%20Preliminar.pdf>.

GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS (GOP) - Programa Preliminar - Anexo 4 - Projetos estruturantes na ORU Campanhã, 2016c. [Consult. 27 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.gopcmp-em.pt/assets/misc/img/terminal_intermodal_campanha/pe%C3%A7as_procedimento/Programa%20Preliminar%20Anexo%204%20-%20Projetos%20Estruturantes%20na%20ORU%20

Campanh%C3%A3.pdf>.

GLASGOW CANAL REGENERATION PARTNERSHIP (GCRP) - Scottish Sustainable Communities Initiative Speirs Locks Glasgow, 2008. [Consult. 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.gov.scot/resource/doc/212607/0083316.pdf>.

CUNHA, Marta - Proc.: 180841/16, 16 jun. 2016. Disponível em WWW:<URL:https://mail.google.com/mail/u/0/?shva=1#label/trab%2Fdisserta%C3%A7%C3%A3o/1559148c1bad93a4>.

GRAÇA, Manuel De Sampayo Pimentel Azevedo - As Quintas da Zona Oriental, 2001. [Consult. 25 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/patrimoniocultural/patrimonioarquitetonico/atividadesprojetos/jornadas%20europeias%20do%20patrimonio/Documents/Folheto_As%20Quintas%20da%20zona%20oriental.pdf>.

ICOMOS - Carta de Veneza, 2015. [Consult. 25 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:www.icomos.org/charters/Venice%20Charter%20-%20Portuguese.DOC>.

PATRIMÓNIO CULTURAL - Carta Europeia do Património Arquitectónico, 2009. [Consult. 14 jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>.

Dicionários

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de abegoaria no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013a. [Consult. 19 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/abegoaria>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de agra no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013b. [Consult. 27 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/agra>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de caseiro no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013c. [Consult. 12 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/caseiro>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de fundação no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013d. [Consult. 11 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/funda%C3%A7%C3%A3o>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de ilharga no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013e. [Consult. 13 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/ilharga>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de meã no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013f. [Consult. 3 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/me%C3%A3>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de permacultura no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013g. [Consult. 19 dez. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/permacultura>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de reguengo no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013h. [Consult. 7 ago. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/DLPO/reguengo>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de ripícola no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013i. [Consult. 18 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/rip%C3%ADcola>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de sector no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013j. [Consult. 19 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/sector>.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA - Significado / definição de solarengo no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2013k. [Consult. 3 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.priberam.pt/dlpo/solarengo>.

INFOPÉDIA - agricultura, 2016. [Consult. 29 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/agricultura>.

Meios de comunicação

BENMAKHOULF, Adam - The Whisky Bond: Meet the studioholders, 19 nov. 2015. [Consult. 28 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.theskinny.co.uk/art/features/the-whisky-bond-glasgow-studioholders>.

BOAVENTURA, Inês - Em Lisboa há barcos inclusivos e um quiosque que simplifica a saúde. PÚBLICO. (31 mai. 2015). . [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/local/noticia/em-lisboa-ha-barcos-inclusivos-e-um-quiisque-que-simplifica-a-saude-1697330>.

CARVALHO, Patrícia - Urbanização Quinta da China com prédios até cinco pisos. PÚBLICO. (29 fev. 2008). . [Consult. 21 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/local-porto/jornal/urbanizacao-quinta-da-china-com-predios--ate-cinco-pisos-251186>.

CARVALHO, Patrícia - Centro de Recursos Sociais na antiga escola da Fontinha. PÚBLICO. (19 jan. 2013). . [Consult. 21 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.publico.pt/local-porto/jornal/centro-de-recursos-sociais-na-antiga-escola-da-fontinha-25919966>.

CARVALHO, Patrícia - Acordo do Porto chega aos 40 milhões de euros e põe fim a contenciosos antigos. PÚBLICO. (15 jul. 2015). [Consult. 22 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.publico.pt/local/noticia/camara-do-porto-e-estado-sanam-contenciosos-com-acordo-de-35-milhoes-de-euros-1702137>.

CARVALHO, Patrícia - Museu das Marionetas do Porto na Rua de Belomonte e Quinta da Bonjóia. PÚBLICO. 2016a. [Consult. 15 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/local/noticia/museu-das-marionetas-do-porto-na-rua-de-belomonte-e-quinta-da-bonjoia-1741153>.

CARVALHO, Patrícia - Parque de S. Roque, no Porto, vai ter centro de exposição de arte contemporânea. PÚBLICO. 2016b. [Consult. 25 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/local/noticia/parque-de-s-roque-no-porto-vai-ter-centro-de-exposicao-de-arte-contemporanea-1732162>.

COENTRÃO, Abel - Futuro interface de Campanhã pode custar 6,8 milhões de euros. PÚBLICO. (2 dez. 2015). [Consult. 22 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.publico.pt/local/noticia/futuro-interface-de-campanha-pode-custar-68-milhoes-de-euros-1716289>.

EL PAÍS - «O que está em debate em São Paulo é a estupidez do automóvel». EL PAÍS. (9 fev. 2015). [Consult. 22 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/04/politica/1423084557_163097.html>.

FERREIRA, Rafael - Movimento Terra Solta propõe solução energética para o Lagarteiro. Porto24. (6 dez. 2013). . [Consult. 30 jan. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto24.pt/cidade/movimento-terra-solta-encontra-solucao-para-os-problemas-electricos-no-lagarteiro/>.

FUNDAÇÃO PORTO SOCIAL - Serões da Bonjóia - Projetos - Fundação Porto Social, 2014. [Consult. 25 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.bonjoia.org/projetos/seroes-da-bonjoia>.

GOMES, Fernanda- Campanhã, a freguesia que não se sente parte do Porto. entrev. por Pedro Emanuel Santos. Porto24. (29 jul. 2015). [Consult. 26 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto24.pt/cidade/campanha-freguesia-que-nao-se-sente-parte-porto/>.

GONÇALVES, António - Ambiente: Associação Mãos à Obra quer «Florestar Portugal» -. JPN - JornalismoPortoNet. (16 nov. 2012). . [Consult. 17 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://jpn.up.pt/2012/11/16/ambiente-associacao-maos-a-obra-quer-florestar-portugal/>.

HERALD SCOTLAND - Scottish Ballet proposes Tramway solution. Herald Scotland. (17 nov. 2003). . [Consult. 13 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.heraldscotland.com/news/12527115.Scottish_Ballet_proposes__Tramway_solution/>.

JOHANSEN, Martin; HVID, Jonas - Beboere kan vælte plan - Aarhus. Jyllands-Posten. (31 jan. 2010). . [Consult. 28 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://jyllands-posten.dk/aarhus/ECE4465781/Beboere-kan-v%C3%A6lte-plan/>.

LUSA - Bairro de autoconstrução ganha anfiteatro e novos acessos em Marvila, Lisboa. PÚBLICO. (30 jul. 2015). . [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/local/noticia/bairro-de-autoconstrucao-ganha-anfiteatro-e-novos-acessos-em-marvila-lisboa-1703618>.

LUZ, Carla - Acção para travar Quinta da China. Jornal de Notícias. (1 jun. 2006). [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:www.

jn.pt/arquivo/2006/interior/accao-para-travar-quinta-da-china-553509.html%3Fid%3D553509+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>.

MANDIM, David - Quinta da China aprovada pela Câmara do Porto. DN. (5 abr. 2006). [Consult. 21 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dn.pt/arquivo/2006/interior/quinta-da-china-aprovada-pela-camara-do-porto-638597.html>.

MCCALL, Amanda - Whisky Bond transformation - From whisky to mushrooms to art, (10 set. 2012). [Consult. 28 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://news.stv.tv/west-central/189200-whisky-bond-transformation-from-whisky-to-mushrooms-to-art/>.

MILLER, Phil - National Theatre of Scotland to create first permanent HQ in former Glasgow cash and carry warehouse. Herald Scotland. (30 mar. 2015). [Consult. 5 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.heraldscotland.com/news/13207945.National_Theatre_of_Scotland_to_create_first_permanent_HQ_in_former_Glasgow_cash_and_carry_warehouse/>.

NEVES, Adriana - Bairro do Lagarteiro reabilitado até ao final do ano, (1 abr. 2015). [Consult. 26 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/local/noticia/ha-obras-a-comecar-e-a-acabar-no-bairro-do-lagarteiro-1691113>.

PEREIRA, Ana Isabel - A Fábrica Social recebeu 7 mil pessoas em 2010. Porto24. 2011a [Consult. 8 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto24.pt/cidade/a-fabrica-social-recebeu-7-mil-pessoas-em-2010/>.

PEREIRA, Ana Isabel - Galeria de graffiti na Fábrica Social. Porto24. 2011b. [Consult. 15 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto24.pt/praca/galeria-de-graffiti-na-fabrica-social/>.

PEREIRA, Ana Isabel - Primeiros edificios reabilitados recebem moradores do Aleixo em Outubro. Porto24. (2013c). . [Consult. 15 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto24.pt/cidade/primeiros-edificios-reabilitados-recebem-moradores-do-aleixo-em-outubro/>.

PINTO, Joaquim - Quinta abandonada de Aveiro transformada em espaço de educação ambiental. entrev. por Maria José Santana. PÚBLICO. (4 abr. 2015). . [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.publico.pt/local/noticia/quinta-abandonada-de-aveiro-transformada-em-espaco-de-educacao-ambiental-1691295>.

REDAÇÃO, COM LUSA - Autarca do Porto quer reindustrializar cidade a partir do Bonfim e Campanhã. Porto24. (25 mai. 2015). [Consult. 22 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto24.pt/cidade/autarca-porto-quer-reindustrializar-cidade-partir-bonfim-e-campanha/>.

RODRIGUES, José - José Rodrigues requalifica fábrica de bairro degradado do Porto. entrev. por Francisco Mangas. DN. (12 mai. 2008). [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dn.pt/arquivo/2008/interior/jose-rodrigues-requalifica-fabrica-de-bairro-degradado-do-porto-999382.html>.

SARAIVA, Tiago Mota - Em Lisboa há barcos inclusivos e um quiosque que simplifica a saúde. entrev. por Inês Boaventura. PÚBLICO. (31 mai. 2015). . [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.publico.pt/local/noticia/em-lisboa-ha-barcos-inclusivos-e-um-quiisque-que-simplifica-a-saude-1697330>.

STEWART, Ian - Glasgow «a city that loved trams». BBC News. (4 set. 2012). . [Consult. 10 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.bbc.com/news/uk-scotland-glasgow-west-19474957>.

WAITE, Richard - Malcolm Fraser Architects goes into liquidation, (25 ago. 2015). [Consult. 13 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.architectsjournal.co.uk/home/malcolm-fraser-architects-goes-into-liquidation/8688083.fullarticle>.

WATT, David - Whisky Bond transformation - From whisky to mushrooms to art. entrev. por Amanda McCall. STV News (10 set. 2012). [Consult. 28 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://news.stv.tv/west-central/189200-whisky-bond-transformation-from-whisky-to-mushrooms-to-art/>.

WATT, Gary - Half of business hub already filled with start-ups, entrev. por Scott Wright. Herald Scotland. 3 nov. 2014. [Consult. 5 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.heraldscotland.com/business/13187550.Half_of_business_hub_already_filled_with_start_ups/>.

WRIGHT, Scott - Half of business hub already filled with start-ups, 3 nov. 2014. [Consult. 5 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.heraldscotland.com/business/13187550.Half_of_business_hub_already_filled_with_start_ups/>.

Sítios

7N ARCHITECTS - About Us, s.d.a. [Consult. 11 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.7narchitects.com/studio/>.

7N ARCHITECTS - Garscube Link, s.d.b. [Consult. 19 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.7narchitects.com/projects/garscube-link/>.

7N ARCHITECTS - Speirs Locks, s.d.c. [Consult. 19 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.7narchitects.com/projects/speirs-locks/>. A ABELHA AZUL - A abelha azul, 2016. [Consult. 17 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/aabelhaazul/timeline>.

AARHUS KOMMUNE - Masterplan, 13 jan. 2012. [Consult. 27 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.helhedsplangellerup.dk/da/Gellerup-in-English.aspx>.

AGILE CITY - Community Project, 2016. [Consult. 5 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://agile-city.com/community-project/>.

ÁGUAS DO PORTO, E.M. - Ribeiras - Áreas de Intervenção, 2014. [Consult. 27 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.aguasdoporto.pt/areas-de-intervencao/ribeiras>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - A Associação, 2014a. [Consult. 16 set. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://terrasolta.org/sobre-amts/associa%C3%A7%C3%A3o>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS (APRH) - Glossário das Zonas Costeiras - escorrência, 2007. [Consult. 31 mar. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.aprh.pt/rgci/glossario/aguadeescorrencia.html>.

ATELIERMOB - Anfiteatro ao ar livre / Open air theater, 2015a. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ateliermob.com/anfiteatro-ao-ar-livre-open-air-467656>.

ATELIERMOB - Enquanto há força, 2015b. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ateliermob.com/enquanto-ha-forca-463205>.

ATELIERMOB - Entrega dos últimos processos de regularização das casas do bairro da Prodac Sul, 2015c. [Consult. 26 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ateliermob.com/entrega-dos-ultimos-processos-de-473803>.

ATELIERMOB - Ontem, no Bairro Prodac Norte, 2013a. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ateliermob.com/412669.html>.

ATELIERMOB - Participação, 2014a. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ateliermob.com/participacao-429805>.

ATELIERMOB - Prémios Construir 2014 | Melhor projecto público, 2014b. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ateliermob.com/premios-construir-2014-melhor-projecto-445554>.

ATELIERMOB - Working with the 99% (#2), 2013b. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ateliermob.com/377909.html>.

ATELIERMOB - ateliermob - Arquitectura, Design e Urbanismo Lda., 14 out. 2005. [Consult. 30 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ateliermob.com/tag/sobre++about>.

BRITISH WATERWAYS - Welcome, 2012. [Consult. 8 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.britishwaterways.co.uk>.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CML) - Autorização De Utilização - Legalização No Bairro «Prodac», 2013a. [Consult. 5 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-lisboa.pt/servicos/por-temas/urbanismo-e-reabilitacao-urbana/autorizacoes-de-utilizacao-conservacao-de-imoveis-e-vistorias/autorizacao-de-utilizacao-legalizacao-no-bairro-prodac>.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CML) - Legalização das casas do Bairro PRODAC Norte na reta final, 2013b. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/legalizacao-das-casas-do-bairro-prodac-norte-na-reta-final>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Abriu hoje o concurso para o projeto do Terminal Intermodal de Campanhã, 2016a. [Consult. 3 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto.pt/http://www.porto.pt/noticias/abriu-hoje-o-concurso-para-o-projeto-do-

terminal-intermodal-de-campanha>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Freguesias - Cidade, 2014a. [Consult. 15 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-porto.pt/cidade/freguesias_4>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Inventário do Património Arquitetónico do Porto, s.d. [Consult. 23 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/patrimoniocultural/patrimonioarquitetonico/atividadesprojetos/ipap/Paginas/ipap.aspx>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Novas áreas de reabilitação - Notícias - Portal de notícias do Porto. Ponto, 2015b. [Consult. 26 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto.pt/noticias/novas-areas-de-reabilitacao-urbanas-aprovadas-pelo-executivo>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Participação na revisão do PDM - Notícias - Portal de notícias do Porto. Ponto, 2016b. [Consult. 27 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto.pt/noticias/sesoes-tematicas-e-inquerito-promovem-participacao-publica-na-revisao-do-pdm-do-porto>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Projeto revolucionário para antigo Matadouro de Campanhã apresentado hoje em Milão - Notícias - Portal de notícias do Porto. Ponto, 2016c. [Consult. 14 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto.pt/noticias/projeto-revolucionario-para-o-matadouro-de-campanha-apresentado-hoje-na-trienal-de-milao>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Terminal pronto até 2019 - Notícias - Portal de notícias do Porto. Ponto, 2015c. [Consult. 14 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.porto.pt/noticias/terminal-de-campanha-ficara-concluido-ate-2019>.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (CMP) - Viveiro Municipal, 2014b. [Consult. 25 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-porto.pt/jardins-e-parques-urbanos/viveiro-municipal>. CANMORE - Glasgow, 522 Pollokshaws Road, Coplaw Horse-tram Depot, s.d. [Consult. 12 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://canmore.org.uk/site/150610/glasgow-522-pollokshaws-road-coplaw-horse-tram-depot#mycanmore-text-fragment>.

CELESTE PRIZE - Working with the 99% - ateliermob, 2015. 2012. [Consult. 23 ago. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.celesteprize.com/artwork/ido:134604/>.

CENTRO PORTUGUÊS DE FUNDAÇÕES - O Que é uma Fundação, s.d. [Consult. 15 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cpf.org.pt/paginas/8/o-que-e-uma-fundacao/8/>.

CHARCOS COM VIDA - Sobre nós, s.d. [Consult. 18 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.charcoscomvida.org/quem-somos/sobre-nos>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (DGPC) - Casa Mário Amaral, s.d. [Consult. 27 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/9151245/>.

DOMUS SOCIAL - Bairros - Habitações, 2014. [Consult. 19 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.domussocial.pt/habitacoes/c/bairros>.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA - Pax Romana | Roman history, 27 abr. 2015. [Consult. 12 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://global.britannica.com/event/Pax-Romana>.

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (FAUP) - Seminário «Cuidar das casas. A manutenção do património corrente», 2016. [Consult. 2 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=16751>.

F-IND - Maryhill Community Gardens, 2013. [Consult. 28 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://cargocollective.com/f-ind/Maryhill-Community-Gardens>.

FLÓRIDO, Francisco - Como ajudar o Terra Solta no «Semear para Alimentar», na Quinta do Mitra?, 2014. [Consult. 31 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://terrasolta.org/03/2014/blogues/como-ajudar-o-terra-solta-no-%E2%80%9Csemear-para-alimentar%E2%80%9D-na-quinta-do-mitra>.

FUNDAÇÃO ESCULTOR JOSÉ RODRIGUES (FEJR) - Fundação Escultor José Rodrigues, 2015a. [Consult. 9 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fejoserodrigues.pt/fejrr.html>.

FUNDAÇÃO ESCULTOR JOSÉ RODRIGUES (FEJR) - Serviço Educativo, 2015b. [Consult. 2 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fejoserodrigues.pt/servicoseducativos.html>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Conceito, 2013a. [Consult. 24 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,105.aspx#>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Conviver na Arte, 2013b. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,24.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Dia 17 Acontece, 2013c. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,154.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Dia Robinson, 2013d. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,144.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Financiamentos, 2013e. [Consult. 24 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,5,17.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - História, 2013f. [Consult. 24 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,5,88.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Missão, Visão, Valores, 2013g. [Consult. 24 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,5,14.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Novos habitantes, 2013h. [Consult. 24 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,22.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Objectivos Estratégicos, 2013i. [Consult. 24 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,5,83.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Parcerias e Protocolos, 2013j. [Consult. 24 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,5,95.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Plano de ordenamento, 2013k. [Consult. 26 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,21.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Prémios, 2013m. [Consult. 24 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,5,96.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Projecto de Arquitectura, 2013n. [Consult. 26 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,106.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Projecto de Arquitectura - Abóbadas, 2013o. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,112.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Projecto de Arquitectura - Associações Culturais, 2013p. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,115.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Projecto de Arquitectura - Auditório A - A Máquina, 2013q. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,114.aspx>.

FUNDAÇÃO ROBINSON - Projecto de Arquitectura - Oficina Artes e Auditório B, 2013r. [Consult. 27 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,113.aspx>.

GEOGRAFIA 7 - Calcular temperaturas médias e amplitudes térmicas, 2015. [Consult. 30 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.geografia7.com/calculos-com-temperaturas.html>.

GLASGOW’S CANAL - Bigman Festival - Maryhill Bigman Event, s.d.a. [Consult. 19 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/bigman-festival>.

GLASGOW’S CANAL - Challenges and Constraints, s.d.b. [Consult. 6 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowcanal.co.uk/about-the-canal/challenges-and-constraints>.

GLASGOW’S CANAL - Forth & Clyde Canal Action Plan 2014, s.d.c. [Consult. 6 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/forth-and-clyde-canal-action-plan>.

GLASGOW’S CANAL - History of the Canal, s.d.d. [Consult. 6 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowcanal.co.uk/about-the-canal/history-of-the-canal>.

GLASGOW’S CANAL - Landscape Link Project - Safe cycling & walking routes Glasgow, s.d.e. [Consult. 4 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/landscape-link>.

GLASGOW’S CANAL - Speirs Locks Studios at Royal Conservatoire of Scotland (RSAMD), Glasgow, s.d.f. [Consult. 20 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/royal-conservatoire-scotland>.

GLASGOW’S CANAL - Scottish Canals - Waterspace Consultation, 17 fev. 2012. [Consult. 6 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/waterspace-consultation>.

GLASGOW’S CANAL - Community Invited to Design Workshop, 3 fev. 2015. [Consult. 6 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/community-invited-to-design-workshop>.

HABITAR BONFIM - Que, Quem e Como, 2016. [Consult. 31 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.habitarbonfim.pt/html/solu%C3%A7oes/menu_solu%C3%A7oes.html>.

HOSKINS ARCHITECTS - About, atual. s.d.a. [Consult. 22 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.hoskinsarchitects.com/projects/arts-heritage/national-theatre-of-scotland-headquarters-7sdx>.

HOSKINS ARCHITECTS - National Theatre of Scotland Headquarters, atual. s.d.b. [Consult. 5 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.hoskinsarchitects.com/projects/arts-heritage/national-theatre-of-scotland-headquarters-7sdx>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) - Instituto Nacional De Estatística - Quadro 101, 2011a. [Consult. 20 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ine.pt/investigadores/Quadros/Q101.zip>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) - Instituto Nacional De Estatística - Quadro 102, 2011b. [Consult. 20 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ine.pt/investigadores/Quadros/Q102.zip>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) - Instituto Nacional De Estatística - Quadro 104, 2011c. [Consult. 20 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ine.pt/investigadores/Quadros/Q104.zip>.

ISIS WATERSIDE REGENERATION - ISIS Approach, 2013. [Consult. 5 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.isisregeneration.co.uk/isis-approach/>.

JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ - Roteiro Turístico, 2016. [Consult. 18 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.campanha.net/index.php/roteiro-turistico>.

JUNTA DE FREGUESIA DE MARVILA - Vale fundão e Bairro da PRODAC, 2015. [Consult. 21 ago. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia/marvila-e-a-nossa-historia-2/vale-fundao-e-bairro-da-prodac>.

METRO DO PORTO - Acessibilidade, s.d. [Consult. 27 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.metroporto.pt/pages/316>.

MOAGEM CERES - Empresa, s.d. [Consult. 30 jan. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.moagemceres.pt>.

MOMA PS1 - Profile, 2015. [Consult. 5 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://momaps1.org/about/>.

N5A NETWORK FIVE ARCHITECTURE - The Whisky Bond, Spiers Locks, Glasgow (RICS Awards 2015 Regeneration - Highly Commended), 28 mar. 2013. [Consult. 28 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.n5a.co.uk/the-whisky-bond-glasgow/>.

NL ARCHITECTS - A8ernA, s.d. [Consult. 29 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.nlarchitects.nl/slideshow/82/>.

OPEN BUILDINGS - Tramway Theatre, 2012. [Consult. 11 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://openbuildings.com/buildings/

tramway-theatre-profile-1835>.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS - O que é uma Associação - , s.d. [Consult. 11 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cm-matosinhos.pt/pages/214>.

ORDEM DOS ENGENHEIROS REGIÃO NORTE (OERN) - Seminário Cuidar das Casas – A Manutenção do Património Corrente, 2016. [Consult. 2 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.oern.pt/noticia.php?id=440>.

PLANNING PORTAL - Supplementary Planning Guidance, 2015. [Consult. 10 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.planningni.gov.uk/index/policy/supplementary_guidance.htm>.

PORTUGAL 2020 - O que é o Portugal 2020, s.d. [Consult. 27 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>.

PROJECTO RIOS - Quem Somos, s.d. [Consult. 17 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.projectorios.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=8>.

QUINTA ECOLÓGICA DA MOITA (QEM) - Equipamentos, 2015a. [Consult. 15 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.quintaecologicadamoita.org/#!equipamentos--/h2bx7>.

QUINTA ECOLÓGICA DA MOITA (QEM) - Quem Somos, 2015b. [Consult. 15 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.quintaecologicadamoita.org/#!quinta-ecol-gica-da-moita-qem---/c1d72>.

QUINTA MUSAS DA FONTINHA - Apresentação da Quinta Musas da Fontinha, 2015. [Consult. 1 ago. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://quintamusasdafontinha.wikispaces.com/>.

REPÚBLICA PORTUGUESA - Novo Programa do Governo Para a Reabilitação Urbana, 6 abr. 2016. [Consult. 25 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mamb/noticias/20160406-mamb-fnredificado.aspx>.

SCOTLAND’S HEALTH ON THE WEB - About NHS Scotland, 2015. [Consult. 10 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.show.scot.nhs.uk/about-nhs-scotland/>.

SCOTTISH BALLET - About the Tramway project, 2013. [Consult. 2 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowarchitecture.co.uk/scottish-ballet>.

SIGARRA - Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto - Antão de Almeida Garrett, 2014. [Consult. 13 jul. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1016415>.

SPEIRS LOCKS STUDENT CAMPUS - Concept sketches, 2012a. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://speirslocksstudentcampus.com/design/concept-sketches/>.

SPEIRS LOCKS STUDENT CAMPUS - Design, 2012b. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://speirslocksstudentcampus.com/design/>.

SPEIRS LOCKS STUDENT CAMPUS - Masterplan, 2012c. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://speirslocksstudentcampus.com/design/masterplan/>.

SPEIRS LOCKS STUDENT CAMPUS - City planners give Speirs Locks Student Campus the go-ahead, 2013a. [Consult. 2 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://speirslocksstudentcampus.com/2013/06/city-planners-give-speirs-locks-student-campus-the-go-ahead/>.

SPEIRS LOCKS STUDENT CAMPUS - New app unlocks story of Forth and Clyde Canal, 2013b. [Consult. 2 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://speirslocksstudentcampus.com/2013/03/new-app-unlocks-story-of-forth-and-clyde-canal/>.

SPEIRS LOCKS STUDENT CAMPUS - Planning application now submitted, 2013c. [Consult. 2 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://speirslocksstudentcampus.com/2013/02/planning-application-now-submitted/>.

SPEIRS LOCKS STUDENT CAMPUS - Student campus proposals positively received, 2012d. [Consult. 2 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://speirslocksstudentcampus.com/2012/10/student-campus-proposals-positively-received/>.

SPEIRS LOCKS STUDENT CAMPUS - Sustainability, 2012e. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://speirslocksstudentcampus.com/sustainability/>.

S.P.O.T. - about : S.P.O.T., s.d. [Consult. 24 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.thisisthespot.eu/index.php/?sobre/>.

THE GLUE FACTORY - About, 8 set. 2014. [Consult. 11 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://thegluefactory.org/about/>.

THE PRITZKER ARCHITECTURE PRIZE - Announcement: Alejandro Aravena, 2016. [Consult. 13 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.pritzkerprize.com/2016/announcement>.

THE SCOTTISH GOVERNMENT - Scottish Sustainable Communities Initiative, 7 set. 2015. [Consult. 8 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.gov.scot/Topics/Built-Environment/AandP/Projects/SSCI>.

THE THEATRES TRUST - Tramway, s.d. [Consult. 12 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.theatrestrust.org.uk/resources/theatres/show/2770-tramway>.

TIMBERBEE - A Empresa, 27 set. 2012. [Consult. 17 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.timberbee.com/a-empresa/>.

TRAMWAY - Tramway - A History, s.d. [Consult. 8 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.tramway.org/Pages/Tramway---A-History.aspx>.

URBAN REALM - National Theatre of Scotland to build £6m Speirs Locks HQ, 2014a. [Consult. 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.urbanrealm.com/news/4975/National_Theatre_of_Scotland_to_build_>.

URBAN REALM - Stallan-Brand submit phase II Speirs Locks plan, 2014b. [Consult. 4 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.urbanrealm.com/news/5063/Stallan-Brand_submit_phase_II_Speirs_Locks_plan.html>.

URBAN REALM - Fraser submits Speirs Locks studio plans, 19 nov. 2012. [Consult. 24 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.urbanrealm.com/news/3861/Fraser_submits_Speirs_Locks_studio_plans.html>.

VISIT SCOTLAND - Key Partners, 2016. 2010. [Consult. 7 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.visitscotland.org/about_us/our_focus/our_partners/key_partners.aspx>.

WORLDOMETERS - World Population Clock, 2014. [Consult. 4 nov. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.worldometers.info/world-population/>.

Blogs

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Nota de Imprensa - Replantar para Alimentar e Construção de CharcoAssociação Movimento Terra Solta, 2013a. [Consult. 17 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://terrasolta.org/2013/09/nota-de-imprensa-replantar-para-alimentar-e-construcao-de-charco>.

ATELIERMOB - «Working with the 99%» wins Future Cities Prize in VeniceArchDaily, entrev. por Karissa Rosenfield .1 Set. 2012. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.archdaily.com/269245/working-with-the-99-wins-future-cities-prize-in-venice/>.

BIODINÂMICA PORTUGAL - Biodinâmica, s.d. [Consult. 29 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.biodinamicaportugal.com/?page_id=342>.

CONTEMPORIST - Phoenix Flowers by RankinFraser and 7N ArchitectsContemporist, 16 Jul. 2010. [Consult. 31 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.contemporist.com/2010/07/16/phoenix-flowers-by-rankinfraser-and-7n-architects/>.

ECOSISTEMA URBANO - Casa Vargas Urban Reactivation, 2011. [Consult. 28 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://ecosistemaurbano.com/portfolio/casa-vargas-urban-reactivation/>.

FLÓRIDO, Francisco - Semear para AlimentarAssociação Movimento Terra Solta, 2013. [Consult. 31 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://terrasolta.org/2013/01/semear-para-alimentar>.

MONUMENTOS DESAPARECIDOS - Quinta de Vila Meã / Quinta do Mitra. (Porto)Monumentos Desaparecidos, 8 Nov. 2013. [Consult. 8 nov. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2013/11/quinta-de-vila-mea-quinta-do-mitra-porto.html>.

NETO, Patrícia - Retomámos os trabalhos na estufaAssociação Movimento Terra Solta, 23 Mai. 2014. [Consult. 9 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://terrasolta.org/05/2014/blogues/retom%C3%A1mos-os-trabalhos-na-estufa>.

PORTOJO, Jorge - A Vida em Fotos: 157 - Campanhã, a Oriente da Cidade do PortoA Vida em Fotos, 29 Abr. 2013. [Consult. 8 nov. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://portojofotos.blogspot.pt/2013/04/157-campanha-oriente-da-cidade-do-porto.html>.

PORTO VERDE - Porto VerdePorto Verde, 2013. [Consult. 15 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://portoverde.wordpress.com/>.

QUINTA ECOLÓGICA DA MOITA (QEM) - Quinta Ecológica da Moita (QEM) - Um espaço fora de portas para a Educação AmbientalQuinta Ecológica da Moita | Aveiro | Centro de Educação Ambiental, 2015c. [Consult. 15 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.quintaecologicadamoita.org/#!Quinta-Ecológica-da-Moita-QEM-Um-espaço-fora-de-portas-para-a-Educação-Ambiental/m96z0/1>.

ROSENFELD, Karissa - «Working with the 99%» wins Future Cities Prize in VeniceArchDaily. 1 Set. 2012. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.archdaily.com/269245/working-with-the-99-wins-future-cities-prize-in-venice/>.

SOUSA, Daniel V. - AMTS na Quinta do MitraAssociação Movimento Terra Solta, 14 Out. 2012. [Consult. 26 fev. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://terrasolta.org/2012/10/amts-na-quinta-do-mitra>.

SOUSA, Daniel V. - Vamos levar as Crianças à Quinta da Mitra- Dia do EspantalhoAssociação Movimento Terra Solta, 20 Abr. 2013. [Consult. 26 fev. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://terrasolta.org/2013/04/vamos-levar-as-criancas-a-quinta-da-mitra-dia-do-espantalho>.

SOUTINHO, Pedro - Via CALE ad TONGOBRIGA, 2015 2004. [Consult. 13 mar. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://viasromanas.planetaclix.pt/#portofreixo>.

STALLAN, Paul - Speirs Locks Masterplan DevelopmentGlasgow Architecture. entrev. por Adrian Welch. 2013. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowarchitecture.co.uk/speirs-locks-masterplan>.

TERRAS DE PORTUGAL - Campanhã - Memória Portuguesa, 2010. [Consult. 26 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://terrasdeportugal.wikidot.com/campanha>.

THE WHISKY BOND - About The Whisky Bond, Glasgow, 2016. [Consult. 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.thewhiskeybond.co.uk/about>.

THE WHISKY BOND - Maryhill Community GardenThe Whisky Bond, 11 Out. 2014. [Consult. 26 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.thewhiskeybond.co.uk/maryhill-community-garden/>.

WELCH, Adrian - Speirs Locks Masterplan DevelopmentGlasgow Architecture, 2013a. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowarchitecture.co.uk/speirs-locks-masterplan>.

WELCH, Adrian - Speirs Locks Masterplan NewsGlasgow Architecture, 2013b. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowarchitecture.co.uk/speirs-locks-masterplan>.

WELCH, Adrian - Speirs Locks MasterplanGlasgow Architecture, 9 Jul. 2008. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowarchitecture.co.uk/speirs-locks-development>.

WELCH, Adrian - Speirs LocksGlasgow Architecture, 2 Abr. 2009. [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.glasgowarchitecture.co.uk/speirs-locks-development>.

Redes sociais

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - A Desfolhada, 2015a. [Consult. 9 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/events/1629148483968893/>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Aulas de guitarra e cavaquinho, 2015b. [Consult. 16 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.141210919243095.18365.138493009514886/907933625904150/?type=1&theater>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Cartazes Actividades Terra Solta, 2015c. [Consult. 16 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.496507417046775.114212.138493009514886/676084032422445/?type=1&permPage=1/>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Oficina de Costura: Bainhas e Acabamentos, 2014b. [Consult. 16 set. 2014]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.141210919243095.18365.138493009514886/818129094884604/?type=1>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRASOLTA (AMTS)- Projeto Sinergias- Visita a Quinta Pedagógica do Mitra, 2014c. [Consult. 16 set. 2014]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/media/set/?set=a.786148294749351.1073741868.138493009514886&type=3>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Replantar para Alimentar, 2013b. [Consult. 16 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/events/232940550190183/>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Sopa de Pedra, 2015d. [Consult. 16 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.141210919243095.18365.138493009514886/952795258084653/?type=1>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Visita da Obra ABC à Quinta Pedagógica do Mitra, 2015e. [Consult. 16 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/media/set/?set=a.999359066761605.1073741907.138493009514886&type=3>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Movimento Terra Solta na Quinta Musas da Fontinha. Evento Hortas Biológicas na cidade do Porto, 2011. [Consult. 15 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/terrasolta.org/timeline/story?ut=43&wstart=1293868800&wend=1325404799&hash=-57923469903694428&pagefilter=3>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - CCV musas da fontinha, 2012. [Consult. 15 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.141210919243095.18365.138493009514886/448497141847803/?type=1>.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO TERRA SOLTA (AMTS) - Festival Sons de Vila Meã, 2016. [Consult. 13 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.facebook.com/events/1024859040896238/>.

Vídeo

ATELIERMOB - Working with the 99%, | promo reel, 2012. [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:https://vimeo.com/48727908>.

PORTOPONTO - Obras de restauro e modernização do Mercado do Bolhão arrancam a 1 de agosto, 27 Jul. 2016. [Consult. 4 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.youtube.com/watch?v=tUgzkG9Knus>.

Créditos iconográficos

Separador do capítulo «1 Introdução» Metro do Porto (convertida para escala de cinzas pelo autor), Piqueiro F, Foto Engenho. . Porto: Normetro; 2004. p. 62. (Um túnel sob a cidade: conclusão da primeira linha = A tunnel under the city : conclusion of the first line).

Separador do capítulo «2 Contexto existente» Câmara Municipal do Porto (CMP). [Internet]. Arquivo Municipal do Porto. s.d. [citado 8 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/534940/>

1. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e do Portal de Informação Geográfica - MipWeb. Limites do concelho do Porto e da freguesia de Campanhã na actualidade [Internet]. 2015 [citado 16 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: http://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/MuniSIGViewer/Index.html?configBase=http://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/REST/sites/Urbanismo/viewers/Mipweb_-_Mobile/virtualdirectory/Resources/Config/Default
2. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e da Monografia Campanhã: Estudos Monográficos. Mapa Hipsométrico de Campanhã com indicação das linhas de água da zona em destaque. Carta Militar de Portugal; Serviço Cartográfico do Exército, 1974 [Internet]. 2015 [citado 25 de Agosto de 2015]. Disponível em: <http://www.j-f.org/monografia/pagina27.htm>
3. Henriques J. Vista de Campanhã junto ao Rio Douro [Internet]. s.d. [citado 2 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.jorge-henriques.com/>
4. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e da Monografia Campanhã: Estudos Monográficos. Toponímia antiga [Internet]. 2015 [citado 24 de Abril de 2015]. Disponível em: <http://www.j-f.org/monografia/pagina5.htm>
5. José M. Descarga de lenha no esteiro de Campanhã [Internet]. s.d. [citado 24 de Abril de 2015]. (Porto, de Agostinho Rebelo da Costa aos nossos dias). Disponível em: <http://portoarc.blogspot.pt/2015/09/rio-douro-viii.html>
6. Muller N. Barcos valboeiros, escadas das padeiras, Ribeira [Internet]. 1939 [citado 2 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://portoarc.blogspot.pt/2015/10/rio-douro-xv.html>
7. Arquivo Municipal do Porto. Foz do Rio Tinto, Campanhã [Internet]. 1890 [citado 8 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/304916/?>
8. Arquivo Municipal do Porto. Ponte romana de Tirares [Internet]. s.d. [citado 29 de Abril de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/534954/>
9. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e da planta de Pedro Soutinho, contida no portal Itinerários das Vias Romanas em Portugal. Traçado das vias romanas [Internet]. 2015 [citado 13 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://www.viasromanas.pt/>
10. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e da monografia Campanhã: Estudos Monográficos. Demarcação das áreas coutadas, segundo Rogério de Azevedo. Planta do Couto Episcopal [Internet]. 2016 [citado 13 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://www.j-f.org/monografia/pagina6.htm>
11. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e do Portal de Informação Geográfica - MipWeb. Zonas verdes da cidade do Porto com freguesia de Campanhã em evidência [Internet]. 2015 [citado 23 de Abril de 2015]. Disponível em: http://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/MuniSIGViewer/Index.html?configBase=http://mipweb.cm-porto.pt/MuniSIG/REST/sites/Urbanismo/viewers/Mipweb_-_Mobile/virtualdirectory/Resources/Config/Default
12. Grandes Armazéns Herminios. Sacha do milho nos arredores do Porto [Internet]. s. d. [citado 2 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48284/>
13. Rodrigues Z. Celeiro e seca de milho, arredores do Porto [Internet]. s.d. [citado 2 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48428/?>
- 14-15. Elaboradas pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. 2015.
16. Rego T. Vista panorâmica da Quinta da China, rio Douro e Gaia [Internet]. s.d. [citado 8 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/314178/?>
17. Rego T. Casa da Quinta da Revolta, 1961 [Internet]. 1961 [citado 16 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/338157/?>
18. Rego T. Casa da Quinta da Bonjóia [Internet]. 1969 [citado 16 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/326806/?>
19. Araújo P. Quinta Vilar D’Allen [Internet]. 2010 [citado 2 de Fevereiro de 2016]. (Dias com árvores). Disponível em: <http://dias-com-arvores.blogspot.pt/2010/01/museu-com-arvores.html>
20. Maldonado T de S. Alinhamento da Estrada de Reimão na 1ª metade do séc. XIX. Código parcial F.P:CMP:10:280:1 Arquivo Municipal do Porto [Internet]. s.d. [citado 26 de Agosto de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/326507/?>
21. Meireles MF, Rodrigues ABV. Lápide comemorativa do Cerco do Porto, Contumil - Campanhã: Estudos Monográficos [Internet]. Campanhã: Estudos Monográficos. s.d. [citado 29 de Abril de 2015]. Disponível em: <http://www.j-f.org/monografia/pagina14.htm>
22. Litografia da Imprensa Nacional. Lisboa. Carta do distrito do Porto. Código parcial D.CDT.B2.2 Arquivo Municipal do Porto [Internet] 1885 [citado 29 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/535294/?>.pdf

23. Meireles MF, Rodrigues ABV. Evolução da Mancha Construída, Campanhã, 1813 a 1980 - Campanhã: Estudos Monográficos [Internet]. Campanhã: Estudos Monográficos. s.d. [citado 2 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.j-f.org/monografia/pagina29.htm>
24. Le Temps Perdu. Vendedor de porcos, Feira dos Moços, P. da Corujeira [Internet]. 1913 [citado 2 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49770/>
25. Teixeira MC. Ilha da rua de Vila Meã. Habitação popular na cidade oitocentista : as ilhas do Porto / prefácio de Fernando Távora. Lisboa: F.C.G.; 1996. p. 292.
26. Origens. Trajes típicos no trabalho agrícola em Campanhã [Internet]. 1905 [citado 2 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.origens.pt/explorar/doc.php?id=4261>
27. Grandes Armazéns Herminios. Palhoça e carro de terra, Campanhã [Internet]. 1910 [citado 16 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48384/?>
28. Foto Guedes. Zona de Campanhã [Internet]. s.d. [citado 8 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/300341/?q=Campanh%C3%A3>
29. Rodrigues. Lavadeiras em Pego Negro, Campanhã [Internet]. s.d. [citado 8 de Outubro de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48476/>
30. Ferreira T. Carta Topographica da Cidade do Porto. Folha 6. 1892. Arquivo Municipal do Porto
31. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Relação da Estrada da Circunvalação e via ferroviária com a freguesia de Campanhã. 2015.
32. Foto Guedes. Fachada Oeste da Estação Ferroviária de Campanhã [Internet]. s.d. [citado 16 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/303223/?q=titulo%3A%28Campanh%C3%A3%29+objetos%3Asim>
33. de Campos E. Prólogo ao Plano da Cidade do Porto [Internet]. 1932 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. (Figueiredo R. do Porto e não só...). Disponível em: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>
34. Garrett A de A. Plano Regulador da Cidade do Porto - zonamento - 4.6 - As práticas urbanísticas vigentes no período de 1930-1960 [Internet]. 1952 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9361.PDF>
35. Auzelle R. Plano Director da Cidade do Porto, documento 2 – Sistemas Viários do Plano Director e do Plano Regulador II Volume (detalhe) - Os Planos para o Porto—dos Almadas aos nossos dias 8 (I parte) [Internet]. 1962 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. (Figueiredo R. do Porto e não só...). Disponível em: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/04/os-planos-para-o-portodos-almadas-aos.html>
36. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Primeiros Bairros Sociais do século XX em Campanhã. 2015.
37. Martins JP. Concurso para o Parque Lúdico e Tecnológico do Freixo, 2º Prémio (1º prémio não foi atribuído), Arq. Jorge Patrício Martins [Internet]. 1994 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. (Jorge Patrício). Disponível em: <http://jorgepatriciomartins.blogspot.pt/2007/04/concurso-para-o-parque-ldico-e.html>
38. Câmara Municipal do Porto - Gabinete de Estudos e Planeamento - Departamento de Estudos Zona de enquadramento do Parque Oriental. Parque Oriental Cidade do Porto [Internet]. 2009 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://nucleoap.blogspot.pt/2010/11/parque-oriental-cidade-do-porto.html>
39. Fernandes TA. Vista do Parque Oriental - De: TAF - «Hoje à tarde, no Porto Oriental» [Internet]. 2011 [citado 26 de Abril de 2016]. (TAF Porto). Disponível em: <http://porto.taf.net/dp/node/7477.html>
40. Núcleo de Arquitectura Paisagista. Planta do limite da área do Parque Oriental - Parque Oriental Cidade do Porto [Internet]. 2010 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://nucleoap.blogspot.pt/2010/11/parque-oriental-cidade-do-porto.html>
41. Vitor Martins Architects. Representação da proposta das Calçadas do Douro [Internet]. 2005 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: www.vma.pt-default.aspx?lang=pt&p=projectos&cat=1&id=50
42. Vitor Martins Architects. Representação da proposta das Calçadas do Douro [Internet]. 2005 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: www.vma.pt-default.aspx?lang=pt&p=projectos&cat=1&id=51
- 43-44. Porto. [Internet]. 2015 [citado 22 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.porto.pt/noticias/novas-areas-de-reabilitacao-urbanas-aprovadas-pelo-executivo>
45. Andrade JP. Fábrica de Esmaltagem Mário Navega, demolida em 2011 [Internet]. s.d. [citado 9 de Maio de 2016]. Disponível em: <http://www.pbase.com/jandrade/image/97025134>
46. Porto. Planta do limite da ARU de Campanhã - Estação [Internet]. 2015 [citado 22 de Abril de 2016]. Disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/Campanh%C3%A3%20-%20ARU_Campanh%C3%A3_Esta%C3%A7%C3%A3o%20\(projeto_delimita%C3%A7%C3%A3o\).pdf](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/Campanh%C3%A3%20-%20ARU_Campanh%C3%A3_Esta%C3%A7%C3%A3o%20(projeto_delimita%C3%A7%C3%A3o).pdf)
47. Bing Maps. Vista aérea abrangendo as antigas Central Termoelétrica do Freixo, ao centro e Instituto Empresarial do Porto [Internet]. Bing Maps. 2015 [citado 9 de Maio de 2016]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps/>
48. Portujo J. Relação entre aqueduto e viaduto da VCI [Internet]. 2013 [citado 9 de Maio de 2016]. (A Vida em Fotos). Disponível em: <http://portojofotos.blogspot.pt/2013/04/29/archive>
49. Magalhães J. Rua do Freixo [Internet]. 2015 [citado 10 de Maio de 2016]. (A Viagem dos Argonautas). Disponível em: <https://aviagemdosargonautas.net/2015/03/12/uma-carta-do-porto-por-jose-magalhaes-78/>
50. Pina A. Antigo Matadouro Industrial do Porto [Internet]. 2015 [citado 9 de Maio de 2016]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/kuartzo/19275018830>
51. Andrade JP. Ramal de Campanhã [Internet]. s.d. [citado 9 de Maio de 2016]. Disponível em: <http://www.pbase.com/jandrade/>

image/97025140

52. Castro Calapez Arquitectos. Vista aérea da proposta de Castro Calapez [Internet]. s.d. [citado 20 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.castrocalapezarquitectos.com/#!estacao-de-campanha/c24en>

53. Bing Maps. Vista aérea da Estação de Campanhã [Internet]. Bing Maps. 2011 [citado 10 de Maio de 2016]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps/>

54-57. portoponto. Programa Preliminar do Terminal Intermodal [Internet]. 2015 [citado 24 de Abril de 2016]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKr72jLbTnc>

58-64. Porto. Renderização de vista aérea [Internet]. 2016 [citado 15 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.porto.pt/noticias/projeto-revolucionario-para-o-matadouro-de-campanha-apresentado-hoje-na-trienal-de-milao>

65. Risco. Maquete do Plano Pormenor das Antas, 1999-2003 [Internet]. s.d. [citado 10 de Maio de 2016]. Disponível em: http://www.risco.org/pt/02_03_ppantas.jsp#

66 e 67. Távora F, Pimentel R, Menéres A. Relevô e hidrografia. In *Arquitectura Popular em Portugal* - 3ª edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses; 1988. pp. 14 e 15.

68. Elaborada pelo autor a partir de desenho de Távora F, Pimentel R, Menéres A. Carta Pré-histórica. In *Arquitectura Popular em Portugal* - 3ª edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses; 2016. p. 16.

69. Castelhães, Álvaro de. Lithographia da Imprensa Nacional, 1892. Estampa nº XI da “Historia do Exercito Portuguez”. Planta da Citânia de Briteiros [Internet]. 1892 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. (Pedra Formosa). Disponível em: <http://pedraformosa.blogspot.pt/2006/03/planta-da-citnia-de-briteiros-em-1892.html>

70. A Terceira Dimensão - Fotografia Aérea. Vista aérea da citânia de Briteiros [Internet]. 2014 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://portugal.fotografiaaerea.blogspot.pt/2014/07/citania-de-briteiros.html>

71-75. Távora F, Pimentel R, Menéres A. In *Arquitectura Popular em Portugal* - 3ª edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses; 1988. pp. 31-45.

76. Elaborada pelo autor a partir da Folha 6 da Carta Topographica da Cidade do Porto, de Telles Ferreira, 1892. Arquivo Municipal do Porto Esquema de povoamento do Vale de Campanhã (estudo). 2015.

77. Oliveira E. V. de, Galhano F. Fotografia de casa em Aldoar, Porto. *Arquitectura tradicional portuguesa* - 1ª. Lisboa: Dom Quixote; 1992. p. 99.

78. Oliveira E. V. de, Galhano F. Fotografia, plantas e cortes de casa em Aldoar, Porto. *Arquitectura tradicional portuguesa* - 1ª. Lisboa: Dom Quixote; 1992. p. 47.

79-80. Elaborada pelo autor a partir do levantamento do IPAP. 2016.

81. Arquivo Municipal do Porto. Escadaria da casa da Quinta de Vila Meã [Internet]. s.d. [citado 8 de Outubro de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/534970/?>

82. Elaborada pelo autor a partir do levantamento do IPAP. Cortes da Casa com acessos verticais destacados. 2016.

83. Arquivo Municipal do Porto. Capela da Quinta de Vila Meã [Internet]. s.d. [citado 8 de Outubro de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/534970/?>

84. Clarke WB. Planta da cidade do Porto (detalhe “The environs of Oporto”). Arquivo Municipal do Porto. 1833.

85 e 86. Araujo, José de Macedo; Costa, Alberto. Planta da Quinta de Villa-Meã. Arquivo Distrital do Porto. Código de referência PT/ADPRT/AC/CAAABC/00056. 1873.

87. Arquivo Municipal do Porto. Registo da Quinta da Villa Mião [Internet]. 1890 [citado 2 de Março de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/304940/>

88. Ferreira T. Carta Topographica da Cidade do Porto. Folha 6. Quinta de Vila Meã em evidência. Arquivo Municipal do Porto. 1892.

89. Arquivo Municipal do Porto. Planta cadastral com a Quinta de Vila Meã. 1909. [citado 2 de Março de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/407424/?q=wenceslau+de+lima>

90. Meireles MF, Rodrigues ABV. Vista do Bairro do Mitra. Campanhã: Estudos Monográficos. s.d. p. 283.

91. Câmara Municipal do Porto. Fotografia aérea fiada 25, nº 600 e fiada 25, nº 598. Arquivo Municipal do Porto. [Internet]. 1939-1940 [citado 29 de Abril de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/589719/?q=Fotografia+a%C3%A9rea+da+cidade+do+Porto+vila+me%C3%A3> e em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/589717/?q=Fotografia+a%C3%A9rea+da+cidade+do+Porto+vila+me%C3%A3>

92-95. C.M.P. D.S.U.O. Terreno Municipal - Proc. Aquis. 96/71; 1972.

96. Elaborada pelo autor a partir do levantamento do IPAP. Sentido do percurso fotográfico contrário ao dos ponteiros do relógio, iniciado no topo Nordeste da quinta. 2016.

97-129. Luís de Azeredo. Quinta de Vila Meã, ou Quinta da Mitra, na Freguesia de Campanhã - Divisão Municipal de Informação Geográfica da Câmara Municipal do Porto - 01 - Quinta de Vila Meã - Antiga Quinta da Mitra 1996.07.04 53/93 S.P. 1993

130. Guerra F. Empreendimento SAAL Bouça, Porto [Internet]. Cultour. 2006 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://cultour.com.pt/tours/habitacao-social>

131. Campos J. Centro de Artes Contemporâneas, Ribeira Grande [Internet]. 2015 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: http://josecamposphotography.com/arquipelago-contemporary_arts_center_menos_mais_joao_mendes_ribeiro_jose_campos/

132. Centro de Documentação 25 de Abril. Autocolante produzido por Associações de Moradores [Internet]. s.d. [citado 14 de Maio de 2015]. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=288&album=GaleriaAutocolantes>

133. Caldas AC. Estudo para carro alegórico, Assembleia de Campanhã [Internet]. 1954 [citado 16 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/426255/?q=titulo%3A%28Campanh%C3%A3%29+objetos%3Asim.pdf>

134. Assembleia de Campanhã. Baile da Assembleia de Campanhã [Internet]. 1961 [citado 20 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/494570/?>

135. Caldas C. Postal comemorativo da Assembleia de Campanhã [Internet]. 1967 [citado 8 de Outubro de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/494551/?>

136. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Associações da freguesia. 2015.

137. Arquivo Municipal do Porto. Instalações da Associação Nun’Álvares de Campanhã [Internet]. s.d. [citado 23 de Junho de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/534965/?q=nun%C2%B4alvares>

138. Associação Nun’Álvares de Campanhã. Instalações da Associação Nun’Álvares de Campanhã [Internet]. s.d. [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.anc.com.pt/galeria/6>

139. Zangados de Campanhã. Os Zangados de Campanhã, passeio [Internet]. Facebook. 2011 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=189429927792813&set=a.189391374463335.41058.100001774220619&type>

140. Associação Recreativa Os Malmequeres de Noêda. Associação Recreativa Os Malmequeres de Noêda [Internet]. Facebook. 2015 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/armalmequeresnoeda/photos/a.791349200974532.1073741827.791349090974543/791349314307854/?type=3&theater>

141. Terra Solta. Vistas da cota inferior para lote de cota intermédia [Internet]. Facebook. 2010 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.165826960114824.34000.138493009514886/165827053448148>

142. Horta «Quinta Musas da Fontinha». Vista da Avenida Principal da Quinta Musas da Fontinha [Internet]. Facebook. 2013 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/hortaquintamusasdafontinha/photos/a.633322496703839.1073741830.181536268549133/633325703370185/?type=1&theater>

143. Quinta Musas da Fontinha. Planta da Horta, 8 de Abril [Internet]. 2011 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://quintamusasdafontinha.wikispaces.com/Planta+da+Horta+%2808.04.2011%29>

144. S.P.O.T. Domingo Comunitário, Horta da Lada de Cima [Internet]. Facebook. 2011 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/151065898283685/photos/a.233182583405349.59203.151065898283685/242630325793908/?type=1&permPage=1>

145. S.P.O.T. Vista da Horta da Lada de Baixo [Internet]. Facebook. 2013 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/151065898283685/photos/a.602621383128132.1073741830.151065898283685/602621463128124/?type=1&permPage=1>

146. Flório F. Limpeza para criação da Horta do Barredo [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.fbid=3793523356991&set=a.3789037364844.2143929.1244389998&type=1&permPage=1>

147. S.P.O.T. Vista da Horta da Vitória [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/151065898283685/photos/a.254788091244798.63655.151065898283685/307197426003864/?type=1&theater>

148. Flório F. Panorâmica Norte da quinta antes da intervenção da AMTS, Julho [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3487863675690&set=a.3448416489535.2135615.1244389998&type=3&theater>

149. Flório F. Panorâmica Sul da quinta antes da intervenção da AMTS, Julho [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3451530047372&set=a.3448416489535.2135615.1244389998&type>

150. Flório F. Panorâmica Sul da quinta antes da intervenção da AMTS, Julho [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3487869915846&set=a.3448416489535.2135615.1244389998&type=3&theater>

151. Bing Maps. Vista aérea, lado Norte [Internet]. Bing Maps. 2015 [citado 18 de Janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps/>

152. Terra Solta. Iniciativa Semear para Alimentar, Janeiro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.532865946744255.120296.138493009514886/532866053410911/?type=1&permPage=1>

153. Terra Solta. Agricultura Biodinâmica para crianças, Outubro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.659300714100777.1073741844.138493009514886/659300990767416>

154. Bing Maps. Espaços utilizados e recuperados pela associação [Internet]. Bing Maps. 2015 [citado 18 de Janeiro de 2015]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps/>

155. Flório F. Proposta de utilização do terreno, Francisco Flório [Internet]. Facebook. 2011 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.fbid=10203053488038498&set=a.3448416489535.2135615.1244389998&type=3&theater>

156. Flório F. Propostas de utilização do terreno, Francisco Flório [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.fbid=10203053488478509&set=a.3448416489535.2135615.1244389998&type=3&theater>

157. Flório F. Remoção dos revestimentos interiores, Setembro [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3759314221784&set=a.3448416489535.2135615.1244389998&type=3&theater>

158. Terra Solta. Recuperação do telhado e interiores, Agosto [Internet]. Facebook. 2014 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.813301682034012.1073741882.138493009514886/813302082033972/?type=3&theater>

159. Terra Solta. Recuperação do telhado e interiores, Agosto [Internet]. Facebook. 2014 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.813301682034012.1073741882.138493009514886/813301815367332/?type=3&theater>

160. Vadea. Iniciativa Replantar para Alimentar, Setembro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em:

<https://www.facebook.com/VadecaGrupo/photos/a.348687991932657.1073741830.231111293690328/349014538566669/?type=3&theater>
161. Terra Solta. Feira Livre de Natal, Dezembro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.872332776130902.1073741896.138493009514886/872335702797276/?type=3&theater>
162. Locomotiva. Iniciativa Sopa de Pedra, Maio [Internet]. Facebook. 2015 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/portolocomotiva/photos/a.1568800956707542.1073741866.1514482132139425/1568802283374076/?type=1&theater>
163. Terra Solta. Desfolhada, Setembro [Internet]. Facebook. 2015 [citado 22 de Setembro de 2015]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.1024441320920046.1073741911.138493009514886/1024441417586703/?type>
164. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Vista aérea da Quinta. 2007.
165. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Vista aérea da Quinta. 2015.

Separador do capítulo «3 A evolução do conceito de Património nas suas componentes cultural, ecológica e social» Piranesi GB. [Internet]. WikiArt. 1769 [citado 26 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://www.wikiart.org/nl/giovanni-battista-piranesi/ruins-of-a-gallery-of-statues-in-hadrian-s-villa-at-tivoli>

166. Collier’s New Encyclopedia. Destruição provocada pela 1ª Guerra Mundial, Ypres, Bélgica [Internet]. Metropolis Magazine. 1921 [citado 7 de Setembro de 2016]. Disponível em: <http://www.metropolismag.com/September-2014/The-Ghosts-of-1914/>
167. Al Arabiya English. Destruição intencional de património, Hatra, Iraque [Internet]. Al Arabiya English. 2015 [citado 8 de Setembro de 2016]. Disponível em: <http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2015/08/22/ISIS-systematically-destroying-heritage-sites.html>
168. Monteforte F. Destruição provocada por desastre natural, Amatrice, Itália [Internet]. artnet news. 2016 [citado 8 de Setembro de 2016]. Disponível em: <https://news.artnet.com/art-world/devastation-cultural-heritage-italy-earthquake-621044>
169. Público. Notícia acerca de críticas a intervenções no património edificado. Público [Internet]. 2013 [citado 7 de Setembro de 2016]; Disponível em: <https://www.publico.pt/local/noticia/relatorio-do-icomosportugal-arrasa-intervencao-nas-cardosas-do-porto-1589749>
170. Público. Notícia acerca de críticas a intervenções no património edificado. Público [Internet]. 2015 [citado 7 de Setembro de 2016]; Disponível em: <https://www.publico.pt/local/noticia/reabilitacao-em-edificios-apagou-identidade-historica-da-alta-de-coimbra-1681305>
171. Viollet-le-Duc E. E. Cortes com a proposta de restauro (primeira imagem) [Internet]. Hugo Chan Architecture. 1840 [citado 26 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://archugotecture.weebly.com/perspectives/archives/09-2014>
172-174. Fichot C. Desenhos incluído no “Itinéraire archéologique de Paris. pp. 222, 140 e 12 [Internet]. Internet Archive. 1855 [citado 23 de Outubro de 2015]. Disponível em: <https://archive.org/details/itinerairearcheo00guil>
175. Marville C. Rio Bièvre, Paris [Internet]. Wikipedia. 1865 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Haussmann%27s_renovation_of_Paris#/media/File:Charles_Marville,_La_Bi%C3%A8vre,_ca._1865.jpg
176. Pretty As A Postcard. Avenue des Champs-Élysées [Internet]. Pretty As A Postcard. 1952 [citado 4 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://prettyasapostcard.blogspot.pt/2009/08/paris-en-flanant-avenue-des-champs.html>
177. Anónimo. Edifícios em ruínas após bombardeamento, Londres [Internet]. Wikipedia. 1945 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/V-2_rocket#/media/File:Damage_Caused_by_V2_Rocket_Attacks_in_Britain,_1945_HU88803.jpg
178. Foundation for Relief and Reconciliation in the Middle East. Remoção de detritos, Dresden, Alemanha [Internet]. FRRME. 1945 [citado 26 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://frmr.org/from-coventry-to-baghdad-1/2/>
179-180. Jedefiscalise.Renovação da Place Plumereau, Tours [Internet]. Jedefiscalise. s.d. [citado 26 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://www.jedefiscalise.com/malraux/histoire-malraux/>
181. Clerval A. Evolução da gentrificação em Paris [Internet]. Cybergeogeo. s.d. [citado 26 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://cybergeogeo.revues.org/23745>
182. City Space Architecture. Plano de intervenção no centro histórico de Bolonha [Internet]. City Space Architecture. 1969 [citado 26 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://www.cityspacearchitecture.org/?p=bologna>
183-186. Rising Free Bookshop. [Internet]. Londres; 1974 [citado 25 de Novembro de 2015]. p. 4. Disponível em: <https://libcom.org/files/TakeOverTheCity.pdf>
187. Kovarik P. Smog em Paris [Internet]. The Guardian. 2014 [citado 25 de Novembro de 2015]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2014/mar/17/paris-worse-air-pollution-beijing>
188. Ferrand J. Colocação da estrutura de madeira da cobertura e respectivo isolamento térmico, Casa Andresen, Porto [Internet]. Revista Punkto. 2011 [citado 26 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://www.revistapunkto.com/2012/10/para-que-tudo-permaneca-igual-e.html>
189. Sbw01f. Planta demonstrativa da percentagem de cidadãos que vivem em ambiente urbano em 2005 [Internet]. Wikipedia. 2008 [citado 2 de Setembro de 2016]. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Urban_population_in_2005_world_map.PNG
190. Bundesinstitut für Bau-, Stadt- und Raumforschung (BBSR). Pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social em 2013 [Internet]. p. 10; 2015 [citado 2 de Setembro de 2016]. Disponível em: http://www.bbsr.bund.de/BBSR/EN/Publications/ResearchNews/2011_2015/2015_1.pdf?__blob=publicationFile&v=2
191-192. University of Heidelberg. Internet]. EOedu. 2004 [citado 2 de Setembro de 2016]. Disponível em: <http://eoedu.belspo.be/en/profs/vgt-europe-airpollution.asp?section=1.3.3>
193. Lusa. Notícias acerca da concentração de poluição nas cidades. TSF [Internet]. 2016 [citado 2 de Setembro de 2016]; Disponível em: <http://www.tsf.pt/sociedade/ambiente/interior/seis-cidades-portuguesas-excediam-limite-da-oms-para-poluente-do-ar-pm25-5170123.html>

194. Jardine N. Notícias acerca da concentração de pobreza nas cidades. Business Insider [Internet]. 2011 [citado 2 de Setembro de 2016]; Disponível em: <http://www.tsf.pt/sociedade/ambiente/interior/seis-cidades-portuguesas-excediam-limite-da-oms-para-poluente-do-ar-pm25-5170123.html>
195. Aarhus Kommune.magem do folheto acerca do progresso do plano [Internet]. Aarhus Kommune. 2014 [citado 28 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.helhedsplangellerup.dk/da/Gellerup-in-English/Vision.aspx>
196. Aarhus Enhedslisten. Protesto com cartaz «não à demolição» [Internet]. Aarhus Enhedslisten. 2010 [citado 28 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://aarhus.enhedslisten.dk/nyheder/2009/11/enhedslisten-protesterer-mod-nedrivninger>
197-198. ecossistema urbano. Esquema de integração urbana da Casa Vargas [Internet]. ecossistema urbano. 2011 [citado 4 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://ecossistemaurbano.com/portfolio/casa-vargas-urban-reactivation/>
199. Brito F. Quinta de Bonjoia, sede da fundação Porto Social [Internet]. Porto. 2015 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.porto.pt/http://www.porto.pt/noticias/feira-solidaria-na-quinta-da-bonjoia>
200. Pestana Hotel & Resorts. Quinta do Freixo, Pousada do Porto [Internet]. Pousada Palácio do Freixo. s.d. [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.pousadapalaciodefreiro.com/pt/image-galleries.html>
201. Companhia das Lezírias. Quinta Pedagógica da Companhia das Lezírias [Internet]. Companhia das Lezírias. s.d. [citado 4 de Abril de 2016]. Disponível em: http://www.cl.pt/htmls/pt/pequenacl_quinta-pedagogica.shtml
202. Quinta Pedagógica Portimão. Quinta Pedagógica Portimão [Internet]. Facebook. 2015 [citado 5 de Abril de 2016]. Disponível em: <www.facebook.com/quintapedagogica.portimao/photos/a.301100966659907.46479.301094483327222/650003055103028/?type=3&theater>
203. Catete92. Catete92, espaço criativo auto-gerido, Rio de Janeiro [Internet]. Agile City. 2015 [citado 21 de Março de 2016]. Disponível em: <http://agile-city.com/finance/catete92-self-managed-creative-space-in-rio-de-janeiro/>
204. Kickstarter. The WabashLights, Chicago [Internet]. Agile City. 2015 [citado 21 de Março de 2015]. Disponível em: <http://agile-city.com/architecture/the-wabash-lights-crowdfunded-light-installation-to-transform-chicagos-iconic-train-lines/>
205. unMonastery. Unmonastery, Matera, Itália [Internet]. Agile City. 2015 [citado 21 de Março de 2016]. Disponível em: <http://agile-city.com/community-project/unmonastery-a-network-of-social-innovators/>
206. MoMA PS1. Summer School 2012 Open House, com Marina Abramović [Internet]. Agile City. 2012 [citado 3 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://momaps1.org/slideshow/view/306/>
207. The Whisky Bond. Vista sobre o Glasgow Canal [Internet]. The Whisky Bond. s.d. [citado 31 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.thewhiskybond.co.uk/view-from-the-whisky-bond-glasgow/>
208. Fundação Escultor José Rodrigues. Galeria da Fábrica Social [Internet]. Facebook. 2016 [citado 31 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fejoserodrigues/photos/a.973621756045640.1073741838.188832991191191/973622166045599/?type=3&theater>
209. Time Out. Entrada do Tramway Theatre [Internet]. Time Out. 2016 [citado 31 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.timeout.com/glasgow/theatre/tramway>
210. Firix F. Fábrica Robinson vista do miradouro, Portalegre [Internet]. Panoramio. 2014 [citado 31 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/102876986>
211. Ateliernob. Vista do bairro Prodac [Internet]. ArchDaily. 2012 [citado 31 de Março de 2016]. Disponível em: http://www.archdaily.com.br/br/01-69567/bienal-de-veneza-2012-premio-future-cities-working-with-the-99-porcento-ateliernob/69567_69570
212. dutch water design. Vista do A8erna [Internet]. dutch water design. s.d. [citado 31 de Março de 2016]. Disponível em: <http://dutchwaterdesign.com/portfolio-item/nl-architects-a8erna-4/>
213. Quinta Ecológica da Moita. Quinta Ecológica da Moita [Internet]. Facebook. 2015 [citado 31 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.719609271409891.1073741846.563453277025492/907163155987834/?type=3&theater>
214. DR. Localização do bairro [Internet]. P3. s.d. [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/4265/ateliernob-esta-trabalhar-no-bairro-prodac-e-vai-bienal-de-veneza-por-isso>
215-217. Junta de Freguesia de Marvila. Vale Fundão antigamente [Internet]. Junta de Freguesia de Marvila. s.d. [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia/marvila-e-a-nossa-historia-2/vale-fundao-e-bairro-da-prodac>
218. Câmara Municipal de Lisboa. Bairro PRODAC Norte [Internet]. Câmara Municipal de Lisboa. 2013 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/articulo/legalizacao-das-casas-do-bairro-prodac-norte-na-reta-final>
219. ateliernob. Assembleia de Moradores do Bairro da Prodac Norte [Internet]. ateliernob. 2013 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliernob.com/374599.html>
220. ateliernob. Planta exemplificativa dos trabalhos, Prodac Norte. arqa. 2015;117(Portugal Habitacional);p. 86.
221. D’Aires N. Reabilitação do espaço público [Internet]. ateliernob. 2014 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliernob.com/premios-construir-2014-melhor-projecto-445554>
222. D’Aires N. Reabilitação do espaço público [Internet]. ateliernob. 2014 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliernob.com/reabilitando-o-espaco-publico-de-uma-436746>
223. ateliernob. Reabilitação dos Espaços Públicos da Prodac Norte [Internet]. ateliernob. 2014 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliernob.com/reabilitacao-dos-espacos-publicos-da-449217>

224-226. ateliermob. Reabilitação dos Espaços Públicos da Prodac Norte [Internet]. ateliermob. 2014 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliermob.com/reabilitacao-dos-espacos-publicos-da-449217>

227. ateliermob. Votação das propostas para o Prodac Sul. 2014.

228-229. D'Aires N. Assembleia de Moradores do Bairro Prodac Sul [Internet]. ateliermob. 2014 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliermob.com/assembleia-de-moradores-residents-450012>

230-231. D'Aires N. Construção do anfiteatro, Prodac Sul [Internet]. ateliermob. 2015 [citado 27 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliermob.com/first-photos-by-nelson-daires-462223>

232-235. D'Aires N. Inauguração do anfiteatro, Prodac Sul [Internet]. ateliermob. 2015 [citado 27 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliermob.com/anfiteatro-ao-ar-livre-open-air-467656>

236. ateliermob. Assembleia de moradores de 12 de Abril de 2014 [Internet]. ateliermob. 2014 [citado 29 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://ateliermob.com/participacao-429805>

237. ateliermob. Processos de regularização das casas [Internet]. ateliermob. 2015 [citado 26 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://ateliermob.com/entrega-dos-ultimos-processos-de-473803>

238. Ruivo A, Carvalho P, Carvalho S, Rodrigues S. Planta de localização da fábrica [Internet]. p. 45; s.d. [citado 8 de Setembro de 2016]. Disponível em: https://issuu.com/pedrocarvalho/docs/fabrica_social

239. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Planta de localização da fábrica. 2013.

240-244. Ruivo A, Carvalho P, Carvalho S, Rodrigues S. [Internet]. pp. 39-116; 2008 [citado 8 de Setembro de 2016]. Disponível em: https://issuu.com/pedrocarvalho/docs/fabrica_social

245. Branco R. Atelier de José Rodrigues [Internet]. O Porto encanta... (e outras viagens). 2012 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.oportoencanta.com/2012/07/fabrica-social-fantastica-fabrica-de.html>

246. Lauren Maganete Photography. Peça «Solos para um dó maior» [Internet]. Facebook. 2015 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fejoserodrigues/photos/a.935847153156434.1073741836.188832991191191/935847376489745/?type=3&theater>

247. Fundação Escultor José Rodrigues. Aula na Professional Ballet School of Porto [Internet]. Facebook. 2015 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fejoserodrigues/photos/a.199888586752298.49791.188832991191191/875032439237906/?type=3&theater>

248. Fundação Escultor José Rodrigues. Cafeteria da fundação [Internet]. Facebook. 2015 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fejoserodrigues/photos/a.199888586752298.49791.188832991191191/908305699243913/?type=3&theater>

249. Nogueira M. Inauguração da exposição «Retrato de uma amizade» [Internet]. Porto. 2015 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.porto.pt/noticias/o-beijo-da-amizade-na-fabrica-social>

250. Visual Street Performance. Pintura ao vivo com Mar [Internet]. Visual Street Performance. 2010 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <http://visualstreetperformance.blogspot.pt/2010/04/pinturas-ao-vivo-e-noite-dj-dizzy.html>

251. Armalite. Galeria de graffiti [Internet]. Le rose et le noir. 2015 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://leroseetlenoir.blogspot.pt/2015/01/porto-la-fabrica-social-street-art.html>

252. Fundação Escultor José Rodrigues. Entrada da fundação [Internet]. Facebook. 2015 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fejoserodrigues/photos/a.199888586752298.49791.188832991191191/901962456544904/?type=3&theater>

253. Fundação Escultor José Rodrigues. Alçado Sul da fundação [Internet]. Facebook. 2015 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fejoserodrigues/photos/a.199888586752298.49791.188832991191191/773930256014792/?type=3&theater>

254. Visual Street Performance. Rua das Musas [Internet]. Visual Street Performance. 2010 [citado 15 de Março de 2016]. Disponível em: <http://visualstreetperformance.blogspot.pt/2010/04/como-chegar-fabrica-social.html>

255. Farinha R. Centro de Recursos Sociais. Público [Internet]. 2013 [citado 7 de Abril de 2016]; Disponível em: <https://www.publico.pt/local-porto/jornal/centro-de-recursos-sociais-na-antiga-escola-da-fontinha-25919966>

256. Fundação Escultor José Rodrigues. Atelier de José Rodrigues [Internet]. Facebook. 2015 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fejoserodrigues/photos/a.199888586752298.49791.188832991191191/905071166234033/?type=3&theater>

257. Romão C. Atelier de José Rodrigues [Internet]. A Cidade Surpreendente. 2015 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://cidadesurpreendente.blogspot.pt/2015/05/o-atelier-de-jose-rodrigues.html>

258. Fundação Escultor José Rodrigues. Conversas na Fábrica Social [Internet]. Facebook. 2013 [citado 1 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fejoserodrigues/photos/a.199888586752298.49791.188832991191191/522102107864276/?type=3&theater>

259. Estúdio Mário Novais. Vista panorâmica do exterior da fábrica [Internet]. Flickr. s.d. [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarde/22696111329>

260. Estúdio Mário Novais. Exterior da fábrica [Internet]. Flickr. s.d. [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarde/22465593554/>

261. Estúdio Mário Novais. Interiores da fábrica - selecção de rolhas [Internet]. Flickr. s.d. [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarde/22669986267/>

262. Fundação Robinson. Registo do espaço interior [Internet]. Fundação Robinson. s.d. [citado 5 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.fundacaorobinson.pt/noticias,12,7,lista,20.aspx>

263-268. Souto de Moura E, Correia G. [Internet]. HIC> arquitectura. s.d. [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://hicarquitectura.com/2012/09/souto-de-moura-graca-correia-reconversion-of-the-robinson-factory-and-space/>

269. Guias de Arquitectura. Vista das abóbadas [Internet]. Guias de Arquitectura. s.d. [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://guiasdearquitectura.com/pt/productos/packs/souto-moura-author/robinson-plan-and-ndash-requalification-of-the-old-robinson-factory-portalegre-hospitality-school>

270. Fundação Robinson. Queima das Fitas e Semana Académica nas abóbadas [Internet]. Fundação Robinson. 2013 [citado 2 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.fundacaorobinson.pt/noticias,12,7,lista,22.aspx>

271. Souto de Moura E, Correia G. Silo industrial [Internet]. Fundação Robinson. s.d. [citado 5 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,6,114.aspx>

272. Guias de Arquitectura. Auditório A - A Máquina [Internet]. Guias de Arquitectura. s.d. [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://guiasdearquitectura.com/pt/productos/packs/souto-moura-author/robinson-plan-and-ndash-requalification-of-the-old-robinson-factory-portalegre-hospitality-school>

273-274. Souto de Moura E, Correia G. [Internet]. HIC> arquitectura. s.d. [citado 25 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://hicarquitectura.com/2012/09/souto-de-moura-graca-correia-reconversion-of-the-robinson-factory-and-space/>

275. Dias J. Performance no âmbito do IX Dia Robinson [Internet]. Facebook. 2015 [citado 19 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fundacao.robinson/photos/a.886942554731891.1073742021.313312702094882/886943898065090/?type=3&theater>

276. Fundação Robinson. Conversa «As Chaminés da Fábrica», Dia 17 Acontece [Internet]. Facebook. 2015 [citado 19 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fundacao.robinson/photos/a.770601269699354.1073741981.313312702094882/774574212635393/?type=3&theater>

277-278. Elaboradas pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. 2011.

279. Almeida C. Lago da quinta [Internet]. Behance. 2015 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/28492843/Herpetilia>

280. Quinta Ecológica da Moita. Divulgação do projecto Adote uma Horta na QEM [Internet]. Quinta Ecológica da Moita. s.d. [citado 16 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.quintaecologicadamoita.org/adote-uma-horta-na-quinta-ecol-gica>

281. Quinta Ecológica da Moita. Biodiversidade da QEM, Novembro [Internet]. Facebook. 2014 [citado 8 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.915996041771212.1073741850.563453277025492/915997931771023/?type=3&theater>

282. Neves C, Flório M, Fernandes MJ, Pais R, Jesus C, Araújo A. Dossier de Projecto, Herpetilia [Internet]. Behance. 2015 [citado 17 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/29233245/QEM-Herpetilia>

283. Conde B. Apresentação pública do projecto Herpetilia, Julho [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.697931933577625.1073741845.563453277025492/697931960244289/?type=3&theater>

284. Conde B. Apresentação pública do projecto Herpetilia, Julho [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.697931933577625.1073741845.563453277025492&type=3>

285. Quinta Ecológica da Moita. Recuperação e manutenção dos charcos, Setembro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.565211946849625.1073741829.563453277025492/565211956849624/?type=3&theater>

286. Quinta Ecológica da Moita. Reparação e limpeza da casa dos caseiros, Setembro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.565569680147185.1073741830.563453277025492/565569923480494/?type=3&theater>

287. Quinta Ecológica da Moita. Inauguração da exposição de fotografia, Novembro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.596947333676086.1073741840.563453277025492/596948537009299/?type=3&theater>

288. Quinta Ecológica da Moita. Inauguração da exposição de fotografia, Novembro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.596947333676086.1073741840.563453277025492/596948827009270/?type=3&theater>

289. Quinta Ecológica da Moita. Construção da casa de banho, Outubro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.584851781552308.1073741834.563453277025492/584852288218924/?type=3&theater>

290. Quinta Ecológica da Moita. Actividades no Bambuzal, Agosto [Internet]. Facebook. 2015 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.877379975632819.1073741848.563453277025492/877380205632796/?type=3&theater>

291. Quinta Ecológica da Moita. Eco Outono Festival, Outubro [Internet]. Facebook. 2015 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.904541679583315.1073741849.563453277025492/904541889583294/?type=3&theater>

292. Quinta Ecológica da Moita. Eco Outono Festival, Outubro [Internet]. Facebook. 2015 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.904541679583315.1073741849.563453277025492/904543776249772/?type>

=3&theater

293. Quinta Ecológica da Moita. Desenho da Horta Mandala pedagógica, Novembro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.594251030612383.1073741839.563453277025492/595083600529126/?type=3&theater>

294. Quinta Ecológica da Moita. Construção da Horta Mandala, Novembro [Internet]. Facebook. 2013 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.594251030612383.1073741839.563453277025492/594251333945686/?type=3&theater>

295. Conde B. Instalação do Apiário Pedagógico da QEM, Fevereiro [Internet]. Facebook. 2014 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.633665066670979.1073741842.563453277025492/633665096670976/?type=3&theater>

296. Quinta Ecológica da Moita. Inauguração do Apiário Pedagógico da QEM, Março [Internet]. Facebook. 2014 [citado 18 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.637664942937658.1073741843.563453277025492/637669269603892/?type=3&theater>

297. Quinta Ecológica da Moita. Exposição Canina e Felina de Aveiro, Setembro [Internet]. Facebook. 2014 [citado 18 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.719609271409891.1073741846.563453277025492/719609258076559/?type=3&theater>

298. Quinta Ecológica da Moita. Desenho de planeamento do Projecto Hortas [Internet]. Quinta Ecológica da Moita. s.d. [citado 16 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.quintaecologicadamoita.org/adote-uma-horta-na-quinta-ecol-gica>

299. Freitas S. Apresentação do livro «A Menina e a Sábia», Março [Internet]. Sana. 2015 [citado 16 de Março de 2016]. Disponível em: <http://sanafreitas.blogspot.pt/2015/03/a-menina-e-sabia-na-quinta-ecologica-da.html>

300. Quinta Ecológica da Moita. Actividade Há Vida na Água, Janeiro [Internet]. Facebook. 2016 [citado 16 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.944274825610000.1073741851.563453277025492/944274885609994/?type=3&theater>

301. Quinta Ecológica da Moita. Trilhos, Janeiro [Internet]. Facebook. 2016 [citado 12 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.944274825610000.1073741851.563453277025492/944275012276648/?type=3&theater>

302. Quinta Ecológica da Moita. À Descoberta da Mata com Arte, Janeiro [Internet]. Facebook. 2016 [citado 12 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/QuintaEcologicadaMoita/photos/a.944274825610000.1073741851.563453277025492/944276528943163/?type=3&theater>

303. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Relação territorial do Great Canal com Glasgow e Edimburgo, Escócia. 2016.

304. Caingram. Canal Forth and Clyde em Lambhill, Glasgow [Internet]. Caingram. s.d. [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: http://www.caingram.info/Scotland/Pic_htm/forth_clyde_canal_2.htm

305. interestingengineering.com. Falkirk Wheel, Falkirk, Escócia [Internet]. Goista.com. 2013 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://goista.com/falkirk-home-of-falkirk-wheel-the-worlds-only-rotating-boat-lift/>

306. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Relação entre o Forth and Clyde Canal e Speirs Locks. 2016.

307. Maryhill Burgh Halls. Forth & Clyde Canal [Internet]. Flickr. 2011 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/maryhillburghhalls/6177236139/>

308. Glasgow Punter. Caminho marginal junto ao Glasgow Canal, Outubro [Internet]. Glasgow Punter. 2015 [citado 31 de Março de 2016]. Disponível em: <http://glasgowpunter.blogspot.pt/2015/10/the-turner-prize-and-other-exhibitions.html>

309. coldwaterjohn. Speirs Wharf, Port Dundas [Internet]. Panoramio. 2007 [citado 8 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/3060375>

310-311. Elaboradas pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. 2016.

312. UK Pinterest. Construção da M8, Garscube Road, Cowcaddens [Internet]. Pinterest. 1970 [citado 31 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://uk.pinterest.com/pin/405957353881202592/>

313. Bing Maps. Vista de Speirs Locks [Internet]. Bing Maps. 2012 [citado 2 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps/>

314. Glasgow Canal Regeneration, Partnership (GCRP). Planta com esquema de circulação [Internet]. p. 27; 2008 [citado 26 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.gov.scot/resource/doc/212607/0083316.pdf>

315. Glasgow’s Canal. Landscape Link [Internet]. Glasgow’s Canal. s.d. [citado 24 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/landscape-link>

316. Architecture + Design Scotland/wearesnook.com. Frase «Dar aos forasteiros uma razão para virem.» [Internet]. David Barrie. 2010 [citado 28 de Março de 2016]. Disponível em: http://davidbarrie.typepad.com/david_barrie/2010/11/re-framing-urban-renewal-the-movie.html

317. Architecture + Design Scotland/wearesnook.com. Esquema «Interagir, Colaborar, Mudar» [Internet]. David Barrie. 2010 [citado 28 de Março de 2016]. Disponível em: http://davidbarrie.typepad.com/david_barrie/2010/11/re-framing-urban-renewal-the-movie.html

318. Rankin C. Garscube Landscape Link sobre construção da M8 [Internet]. p. 8; s.d. [citado 26 de Março de 2016]. Disponível em: http://www.research.ed.ac.uk/portal/files/10848459/Final_Portfolio.pdf

319. Scottish Canals. Marginal do Forth & Clyde Canal [Internet]. Scottish Canals. s.d. [citado 4 de Abril de 2016]. Disponível em: <https://www.scottishcanals.co.uk/activities/cycling/forth-clyde-canal/>

320. Glasgow Canal Regeneration, Partnership (GCRP). Marginal do Forth & Clyde Canal [Internet]. p. 39; 2008 [citado 26 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.gov.scot/resource/doc/212607/0083316.pdf>

321. Glasgow Canal Regeneration, Partnership (GCRP). Corte transversal do plano [Internet]. p. 28; 2008 [citado 26 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.gov.scot/resource/doc/212607/0083316.pdf>

322 e 223. 7N Architects. Speirs Locks Regeneration Framework and Masterplan [Internet]. 7N Architects. s.d. [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.7narchitects.com/projects/speirs-locks/>

324. Glasgow’s Canal. Apresentação do plano no Bigman Festival [Internet]. Glasgow’s Canal. s.d. [citado 29 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/bigman-festival>

325. Rankin C. Garscube Underpass [Internet]. p. 8; s.d. [citado 26 de Março de 2016]. Disponível em: http://www.research.ed.ac.uk/portal/files/10848459/Final_Portfolio.pdf

326. RankinFraser Landscape Architecture. Garscube Landscape Link [Internet]. RankinFraser Landscape Architecture. 2010 [citado 4 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.landezine.com/index.php/2010/09/garscube-landscape-link/>

327. 7N Architects, Rankin Fraser Landscape Architecture. Corte transversal [Internet]. Glasgow’s Canal. s.d. [citado 24 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.glasgowcanal.co.uk/regeneration-projects/phoenix-flowers>

328. RankinFraser Landscape Architecture. Representação axonométrica do Landscape Link [Internet]. RankinFraser Landscape Architecture. 2010 [citado 4 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.landezine.com/index.php/2010/09/garscube-landscape-link/>

329. Cilento K. Garscube Landscape Link [Internet]. ArchDaily. 2010 [citado 3 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.archdaily.com/69178/garscube-landscae-link-7n-architects-rankinfraser-landscape-architecture>

330. Pudsey Diamond Engineering Ltd. Garscube Landscape Link [Internet]. Facebook. 2011 [citado 24 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/pudseydiamond/photos/a.206944822650894.55855.205674242777952/206945319317511/?type=3&theater>

331. Watt G. Empena do The Glue Factory [Internet]. Scotregen. 2013 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.scotregen.co.uk/scotregen/gluing-it-all-together/>

332. The Glue Factory. The Glue Factory Bazaar, Glue Factory [Internet]. The Glue Factory. 2011 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://thegluefactory.org/sunday-bazaar/>

333. The Glue Factory. Holography Unit exhibition, Glue Factory [Internet]. The Glue Factory. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://thegluefactory.org/holography-unit/>

334. George Thompson. Bar do Glue Factory [Internet]. George Thompson. 2012 [citado 22 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.george-thompson.net/index.php?-work-glue-factory-bar>

335. Malcolm Fraser Architects. Armazéns da BBC antes da intervenção, Glasgow [Internet]. archello. s.d. [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.archello.com/en/project/speirs-locks-studios-%E2%80%93-phase-2-rs-project-glasgow>

336. Malcolm Fraser Architects. Royal Conservatoire of Scotland, Glasgow [Internet]. archello. 2010 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.archello.com/en/project/speirs-locks-studios-%E2%80%93phase-2-rs-project-glasgow>

337. Malcolm Fraser Architects. Cortes transversais [Internet]. Urban Realm. s.d. [citado 26 de Março de 2016]. Disponível em: http://www.urbanrealm.com/news/3861/Fraser_submits_Speirs_Locks_studio_plans.html

338. dapple photography. Sala de ensaios [Internet]. dapple photography. 2015 [citado 26 de Março de 2016]. Disponível em: <http://dapplephotography.co.uk/news/speirs-lock-studios-malcolm-fraser-architects/>

339. Network Five Architecture. The Whisky Bond, Speirs Locks, Glasgow [Internet]. Network Five Architecture. 2015 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.n5a.co.uk/the-whisky-bond-glasgow/>

340. Network Five Architecture. Oficina de madeiras do Glasgow Sculpture Studios [Internet]. Network Five Architecture. 2015 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.n5a.co.uk/the-whisky-bond-glasgow/>

341. Ag Architectural. Estúdio do gabinete Fearsomengine [Internet]. Facebook. 2013 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://www.facebook.com/whiskybond/photos/a.721918234509337.1073741827.338667062834458/721918597842634>

342. Josephine Sweeney. Exposição de Josephine Sweeney [Internet]. Josephine Sweeney. 2014 [citado 8 de Abril de 2016]. Disponível em: www.josweeney.co.uk/the-whisky-bond-glasgow-2014/josephine-sweeney-05

343-346. Tsirogianni K. [Internet]. pp. 24 e 25; 2014 [citado 6 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://issuu.com/k.tsirogianni/docs/intervention>

347. The Whisky Bond. Summer Party 2015, Maryhill Community Garden [Internet]. The Whisky Bond. 2015 [citado 22 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.thewhiskybond.co.uk/summer-party-summary-2015/>

348. The Whisky Bond. Festa de corredor [Internet]. The Whisky Bond. 2014 [citado 22 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.thewhiskybond.co.uk/graphic-design-festival-scotland/>

349. The Whisky Bond. The Distillery, The Whisky Bond [Internet]. The Whisky Bond. s.d. [citado 9 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.thewhiskybond.co.uk/the-distillery/>

350. The Whisky Bond. The Whisky Bond Summer Party, Glasgow [Internet]. The Whisky Bond. 2015 [citado 16 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.thewhiskybond.co.uk/summer-party-summary-2015/>

351. Speirs Locks Student Campus. Modelação 3d com vista aérea da proposta [Internet]. Speirs Locks Student Campus. 2012 [citado 30 de Março de 2016]. Disponível em: <http://speirslocksstudentcampus.com/design/phased-delivery/>

352. Stallan-Brand. Fotomontagem com vista a partir de Speirs Warf [Internet]. ArchDaily. 2013 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível

em: <http://www.archdaily.com/340324/speirs-locks-student-campus-proposal-stallan-brand/5136634db3fc4ba663000200-speirs-locks-student-campus-proposal-stallan-brand-image>

353. Stallan-Brand. Fases de desenvolvimento do Speirs Locks Students Campus [Internet]. ArchDaily. 2013 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.archdaily.com/340324/speirs-locks-student-campus-proposal-stallan-brand>

354. Stallan-Brand. Diagramas da estratégia para o Speirs Locks Students Campus [Internet]. ArchDaily. 2013 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.archdaily.com/340324/speirs-locks-student-campus-proposal-stallan-brand>

355. Stallan-Brand. Planta da proposta [Internet]. ArchDaily. 2013 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.archdaily.com/340324/speirs-locks-student-campus-proposal-stallan-brand>

356. Speirs Locks Student Campus. Fases da obra [Internet]. Speirs Locks Student Campus. 2012 [citado 30 de Março de 2016]. Disponível em: <http://speirslocksstudentcampus.com/design/phased-delivery/>

357. Speirs Locks Student Campus. Desenho de estudo do enquadramento urbano [Internet]. Speirs Locks Student Campus. 2012 [citado 9 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://speirslocksstudentcampus.com/design/urban-design/>

358 e 359. Stallan-Brand. [Internet]. ArchDaily. 2013 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.archdaily.com/340324/speirs-locks-student-campus-proposal-stallan-brand>

360. Stallan-Brand. Fotomontagem com vista aérea [Internet]. Speirs Locks Student Campus. 2013 [citado 9 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://speirslocksstudentcampus.com/design/>

361. Stallan-Brand. Fotomontagem que demonstra o espaço público [Internet]. ArchDaily. 2013 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.archdaily.com/340324/speirs-locks-student-campus-proposal-stallan-brand>

362. Scottish Canals. Imagem promocional do NTS «Teatro sem paredes» [Internet]. Scottish Canals. 2015 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.scottishcanals.co.uk/news/the-national-theatre-of-scotland-to-create-a-5-8m-permanent-headquarters-in-the-speirs-wharf-regeneration-area-of-glasgow/>

363. Morozzo T. Performance na South Rotunda, Glasgow [Internet]. The Tin Forest. s.d. [citado 9 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.thetinforest.com/in-pictures-international-performing-company-at-the-south-rotunda/>

364. Gareth Hoskins Architects. Fotomontagem de representação do NTS [Internet]. The Architect's Journal. 2015 [citado 24 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.architectsjournal.co.uk/news/gareth-hoskins-designs-58m-national-theatre-of-scotland-hq/8680772-article>

365. Gareth Hoskins Architects. Renderização dos interiores do NTS [Internet]. Urban Realm. 2014 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: http://www.urbanrealm.com/news/4975/National_Theatre_of_Scotland_to_build_%C2%A36m_Speirs_Locks_HQ.html

366. Luddon. Vista do armazém a converter no NTS, Outubro [Internet]. Luddon. 2015 [citado 24 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.luddon.co.uk/news/2015/october/20/stage-set-for-major-redevelopment/?page=2>

367. leftmidfielder. Obras do National Theatre of Scotland, Janeiro [Internet]. Flickr. 2015 [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/leftmidfielder/23956961013>

368. Partick Camera Club. Speirs Wharf [Internet]. The Glasgow Story. 1955 [citado 11 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.theglasgowstory.com/image/?inum=TGSE01388>

369. Upson C. Braço de Glasgow do Forth Clyde Canal [Internet]. geograph. 2005 [citado 11 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.geograph.org.uk/photo/50008>

370. Speirs Locks Student Campus. Fotomontagem com vista junto a Speirs Wharf [Internet]. Speirs Locks Student Campus. 2012 [citado 9 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://speirslocksstudentcampus.com/design/concept-sketches/>

371. STV. Colocação de ponte em Speirs Wharf [Internet]. STV Glasgow. 2014 [citado 11 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://glasgow.stv.tv/articles/270228-scottish-canals-boost-glasgow-2014-with-clyde-and-forth-canal-upgrade/>

372. Ag Architectural. Oficina de metais dos Glasgow Sculpture Studios [Internet]. Facebook. 2013 [citado 22 de Março de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/whiskybond/photos/a.721918234509337.1073741827.338667062834458/721918254509335>

373. PocketQube. The Whisky Bond, Speirs Locks, Glasgow [Internet]. PocketQube. s.d. [citado 22 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.pocketqubeshop.com/contact-us-1/>

374. STV. Desportos náuticos no Glasgow Canal [Internet]. STV Glasgow. 2014 [citado 11 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://glasgow.stv.tv/articles/270228-scottish-canals-boost-glasgow-2014-with-clyde-and-forth-canal-upgrade/>

375. NL Architects. Planta geral do terreno [Internet]. ArchDaily. s.d. [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-135024/projeto-urbano-a8erna-ativar-o-terrain-vague>

376. NL Architects. Construção da auto estrada [Internet]. NL Architects. s.d. [citado 30 de Julho de 2015]. Disponível em: <http://www.nlarchitects.nl/slideshow/82/>

377 e 378. NL Architects. [Internet]. ArchDaily. 2004 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-135024/projeto-urbano-a8erna-ativar-o-terrain-vague>

379. Kramer L. Vista do estacionamento e supermercado [Internet]. Architonic. 2009 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://www.architonic.com/en/project/nl-architects-a8erna/5100103>

380. Kramer L. Mercado de frescos [Internet]. Architonic. 2009 [citado 30 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://www.architonic.com/en/project/nl-architects-a8erna/5100103>

381-383. NL Architects. [Internet]. NL Architects. s.d. [citado 30 de Julho de 2015]. Disponível em: <http://www.nlarchitects.nl/slideshow/82/>

384. Musch J. Skatepark [Internet]. ArchDaily. 2013 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-135024/projeto-urbano-a8erna-ativar-o-terrain-vague>

135024/projeto-urbano-a8erna-ativar-o-terrain-vague

385. NL Architects. Corte transversal mostrando a relação entre os dois níveis [Internet]. ArchDaily. s.d. [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-135024/projeto-urbano-a8erna-ativar-o-terrain-vague>

386. NL Architects. +Supermercado com o respectivo estacionamento [Internet]. ArchDaily. 2013 [citado 29 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-135024/projeto-urbano-a8erna-ativar-o-terrain-vague>

387. Strathbungo Village. Coplawhill horse tram depot [Internet]. Strathbungo Village. 1894 [citado 1 de Abril de 2016]. Disponível em: http://strathbungo.blogspot.pt/2013_04_01_archive.html

388. Transport Heritage. Vista do alçado Sudoeste [Internet]. Transport Heritage. s.d. [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.transportheritage.com/find-heritage-locations.html?sobi2Task=sobi2Details&catid=128&sobi2Id=793>

389. Glasgow Transport Memorabilia. Vista aérea sul do complexo, Coplawhill, Glasgow [Internet]. Glasgow Transport Memorabilia. 1966 [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://glasgowtransport.co.uk/depots.html>

390. creativity in abundance. Interior do complexo [Internet]. creativity in abundance. s.d. [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://scarcityinabundance.wordpress.com/precedents/tramway-theater-glasgow/>

391. Canmore. Vista da zona Oeste do complexo [Internet]. Canmore. 1970 [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://canmore.org.uk/site/150610/glasgow-522-pollokshaws-road-coplaw-horse-tram-depot>

392. Canmore. Museu dos Transportes [Internet]. Canmore. 1974 [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://canmore.org.uk/site/150610/glasgow-522-pollokshaws-road-coplaw-horse-tram-depot>

393. Urban Reuse. Planta e corte do Tramway 1 [Internet]. Urban Reuse. s.d. [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: http://www.urban-reuse.eu/?pageID=casi_internazionali&cID=tramway

394. Bing Maps. Vista aérea das margens do rio Clyde [Internet]. Bing Maps. 2012 [citado 2 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps/>

395. Creative Clyde. Vista do alçado Sudoeste [Internet]. Creative Clyde. 2013 [citado 1 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.creativeclyde.com/news--events/2013/january/glasgow-tramway-will-present-turner-prize>

396. MeetingsBooker. Tramway 2 [Internet]. MeetingsBooker. s.d. [citado 5 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.meetingsbooker.com/uk/en/meeting-rooms-conference-facilities-in/tramway>

397. Tramway. Performance de teatro no Tramway 1 [Internet]. Tramway. s.d. [citado 14 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.tramway.org/spaces/Pages/Tramway-1.aspx>

398. Urban Reuse. Corte do Tramway 1 [Internet]. Urban Reuse. s.d. [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: http://www.urban-reuse.eu/?pageID=casi_internazionali&cID=tramway

399. Malcolm Fraser Architects. The Hidden Gardens, The Tramway, Glasgow [Internet]. SkyscraperCity. 2010 [citado 30 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showpost.php?p=58219591&postcount=175>

400. Hospitality & Catering News. Compostagem nos The Hidden Gardens [Internet]. Hospitality & Catering News. 2013 [citado 5 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.hospitalityandcateringnews.com/2013/07/growing-success-at-tramway-and-the-hidden-gardens/>

401. Fife Contemporary Art & Craft. Tramway 2 com obra de David Mach [Internet]. Fife Contemporary Art & Craft. 1990 [citado 11 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.fcac.co.uk/artist/david-mach/>

402. Tramway. Tramway 2 com obra de Richard Hughes [Internet]. Tramway. 2012 [citado 11 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.tramway.org/events/Pages/Richard-Hughes-.aspx>

403. Canmore. Vista da rampa de acesso aos estábulos [Internet]. Canmore. 1987 [citado 24 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <https://canmore.org.uk/site/150610/glasgow-522-pollokshaws-road-coplaw-horse-tram-depot>

404. Open Buildings. Vista da antiga rampa de acesso aos estábulos [Internet]. Open Buildings. s.d. [citado 30 de Março de 2016]. Disponível em: <http://openbuildings.com/buildings/tramway-theatre-profile-1835>

405. Briony C. Café Bar [Internet]. Yelp. s.d. [citado 23 de Março de 2016]. Disponível em: https://www.yelp.co.uk/biz_photos/tramway-glasgow?select=HR8MU_DEFdPFys5GD_YerQ

406. Tramway. Piso superior, Tramway Theatre [Internet]. Tramway. s.d. [citado 5 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.tramway.org/spaces/Pages/Upstairs-at-Tramway.aspx>

407. Tramway. Vista do Tramway 1, Tramway Theatre [Internet]. Tramway. s.d. [citado 16 de Dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.tramway.org/spaces/Pages/Tramway-1.aspx>

408. McAteer A. Exposição de Bedwyr Williams no Tramway 2 [Internet]. Tramway. 2014 [citado 11 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.tramway.org/events/Pages/Bedwyr-Williams.aspx>

409. Tramway. Vista do Tramway 3, Tramway Theatre [Internet]. Tramway. s.d. [citado 5 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.tramway.org/spaces/Pages/Tramway-3.aspx>

410. Tramway. Vista do Tramway 4, Tramway Theatre [Internet]. Tramway. s.d. [citado 5 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.tramway.org/spaces/Pages/Tramway-4.aspx>

411. Tramway. Vista do Tramway 5, Tramway Theatre [Internet]. Tramway. s.d. [citado 5 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.tramway.org/spaces/Pages/Tramway-5.aspx>

412. Tramway. The Work Room, Tramway Theatre [Internet]. Tramway. s.d. [citado 5 de Abril de 2016]. Disponível em: <http://www.tramway.org/spaces/Pages/Upstairs-at-Tramway.aspx>

413. Malcolm Fraser Architects.Relação do Scottish Ballet com o Tramway Theatre. Pinterest. s.d.
414. My Place Awards. Vista do lado Este do Scottish Ballet [Internet]. My Place Awards. 2011 [citado 30 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.myplaceawards.org.uk/galleries/2011-gallery-of-entrants/scottish-ballet-at-tramway.aspx>

Separador do capítulo «4 Proposta de intervenção».Elaborada pelo autor. 2016.

415. Câmara Municipal do Porto (CMP). Quinta classificada como Área Verde Privada a Salvar na Carta de Qualificação do solo [Internet]. Balcão Virtual CMP. 2014 [citado 19 de Abril de 2016]. Disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20\(PDM\)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20(PDM)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx)
416. Câmara Municipal do Porto (CMP). Carta do Património [Internet]. Balcão Virtual CMP. 2012 [citado 2 de Março de 2016]. Disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20\(PDM\)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20(PDM)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx)
417. Câmara Municipal do Porto (CMP).Planta de Condicionantes [Internet]. Balcão Virtual CMP. 2012 [citado 2 de Março de 2016]. Disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20\(PDM\)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20condicionantes/Paginas/default.aspx](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20(PDM)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20condicionantes/Paginas/default.aspx)
418. Câmara Municipal do Porto (CMP). Carta de Hierarquia Rodoviária [Internet]. Balcão Virtual CMP. 2012 [citado 21 de Janeiro de 2015]. Disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20\(PDM\)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20(PDM)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx)
419. Imagem obtida a partir do programa informático Google Earth Pro. Imagem da apresentação do Programa Preliminar do Terminal Intermodal de Campanhã. 2016.
420. Imagem obtida a partir dos documentos da ARU Campanhã. Zonamento da ARU de Campanhã - Estação [Internet]. p. 16; 2015 [citado 14 de Julho de 2015]. Disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/Campanh%C3%A3%20-%20ARU_Campanh%C3%A3_Esta%C3%A7%C3%A3o%20\(projeto_delimita%C3%A7%C3%A3o\).pdf](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/Campanh%C3%A3%20-%20ARU_Campanh%C3%A3_Esta%C3%A7%C3%A3o%20(projeto_delimita%C3%A7%C3%A3o).pdf)
421. portoponto. Imagem da apresentação do Programa Preliminar do Terminal Intermodal de Campanhã [Internet]. 2015 [citado 24 de Abril de 2016]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKr72jLbTnc>
422. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro, da planta da STCP e da Metro do Porto. Acessibilidade de transportes públicos - metropolitano, autocarros e comboios [Internet]. 2016 [citado 15 de Março de 2016]. Disponível em: <http://www.visitporto.travel/Visitar/Paginas/Viagem/SistemaTransportes.aspx>
423. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Indicação das infraestruturas de comunicação. 2016.
424. Câmara Municipal do Porto. Licença de obra n.º: 239/1915. Arquivo Municipal do Porto. 1915.
425. Câmara Municipal do Porto. Licença de obra n.º: 858/1922. Arquivo Municipal do Porto. 1922.
426-432. Elaboradas pelo autor a partir de desenho realizado pelo IPAP. 2015.
433. Gestão Obras Públicas (GOP). Planta do piso térreo [Internet]. 2016 [citado 3 de Agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.gopcmp-em.pt/terminal-intermodal-campanha/pecas-do-procedimento>
434. Gestão Obras Públicas (GOP). Planta do primeiro piso (andar sobradado) [Internet]. 2016 [citado 3 de Agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.gopcmp-em.pt/terminal-intermodal-campanha/pecas-do-procedimento>
435. Gestão Obras Públicas (GOP). Planta de coberturas [Internet]. 2016 [citado 3 de Agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.gopcmp-em.pt/terminal-intermodal-campanha/pecas-do-procedimento>
436. Gestão Obras Públicas (GOP). - Cortes [Internet]. 2016 [citado 3 de Agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.gopcmp-em.pt/terminal-intermodal-campanha/pecas-do-procedimento>
437. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Acessos principais à Quinta do Mitra. 2016.
438-440. Elaboradas pelo autor. 2015.
441-443. Elaboradas pelo autor. 2016.
444. Elaborada pelo autor. 2015.
445-447. Elaboradas pelo autor. 2016.
448. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e da Folha 6 da Carta de Telles Ferreira, de 1892, Arquivo Municipal do Porto, 2016.
449. Elaborada pelo autor. 2016.
450. Elaborada pelo autor a partir da Planta da Quinta de Villa-Meã de José de Macedo Araujo e Alberto Costa. Código de referência PT/ADPRT/AC/CAAABC/00056. 1873. Arquivo Distrital do Porto. 2016.
451 e 452. Elaboradas pelo autor. 2016.
453. Elaborada pelo autor. 2015.
454-456. Elaboradas pelo autor. 2016.
457. Elaborada pelo autor. F2015.
458-460. Elaboradas pelo autor. 2016.
461. Ribeiras do Porto. [Internet]. Ribeiras do Porto. 2016 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: www.ribeirasdoporto.pt/Tinto/

[imagens/img5](#)
462. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e da planta fornecida pela Águas do Porto. 2015.
463. Ferreira T. Carta Topographica da Cidade do Porto. Folha 6. 1892. Arquivo Municipal do Porto
464-467. Elaboradas pelo autor. 2016.
468. Portojo J. [Internet]. 2013 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://portojofotos.blogspot.pt/2013/04/157-campanha-orienta-da-cidade-do-porto.html>
469 e 470. Elaboradas pelo autor. 2016.
471. C.M.P. D.S.U.O. Vista Sudoeste da casa. Terreno Municipal - Proc. Aquis. 96/71; 1972.
472-477. Elaboradas pelo autor. 2016.
478. Terra Solta. F[Internet]. 2016 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.794428783921302.1073741871.138493009514886/794429090587938/?type=1&theater>
479-486. Elaboradas pelo autor. 2016.
487. Velasques GP. Memórias d'água: fontes, fontanários e chafarizes. Matosinhos: Contemporânea; 2001. p. 127.
488. Barreiros GB. [Internet]. Arquivo Municipal do Porto. 1943 [citado 6 de Fevereiro de 2015]. Disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332602/?q=chafariz+numa+casa+da+Rua+de+Vila+Mea%CC%83>
489. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. 2015.
490-505. Elaboradas pelo autor. 2016.
506. Terra Solta. [Internet]. Facebook. 2016 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.794428783921302.1073741871.138493009514886/794429433921237>
507-520. Elaboradas pelo autor. 2016.
521. C.M.P. D.S.U.O. Fachada da capela. Terreno Municipal - Proc. Aquis. 96/71; 1972.
522-549. Elaborada pelo autor. 2016.
550. Flório F. [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3759311661720&set=a.3448416489535.2135615.1244389998&type=3&theater>
551. Flório F. [Internet]. Facebook. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3535169498306&set=a.3448416489535.2135615.1244389998&type=3&theater>
552-559. Elaboradas pelo autor. 2016.
560. Cunha JF. [Internet]. Pinterest. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://uk.pinterest.com/pin/485614772291581590/>
561. Terra Solta. [Internet]. Facebook. 2014 [citado 5 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/terrasolta.org/photos/a.808745332489647.1073741880.138493009514886/808744722489708/?type=1&permPage=1>
562 e 563. Magalhães J. [Internet]. A Viagem dos Argonautas. 2015 [citado 1 de Junho de 2016]. Disponível em: <https://aviagemdosargonautas.net/2015/10/15/uma-carta-do-porto-por-jose-magalhaes-105/>
564-572. Elaboradas pelo autor. 2016.
573. Magalhães J. [Internet]. A Viagem dos Argonautas. 2015 [citado 1 de Junho de 2016]. Disponível em: <https://aviagemdosargonautas.net/2015/10/15/uma-carta-do-porto-por-jose-magalhaes-105/>
574-582. Elaboradas pelo autor. 2016.
583. Cunha JF. [Internet]. Pinterest. 2012 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <https://uk.pinterest.com/pin/485614772291581609/>
584-588. Elaboradas pelo autor. 2016.
589. Terra Solta. [Internet]. Facebook. 2014 [citado 3 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: www.facebook.com/terrasolta.org/photos-a.737510182946496.1073741860.138493009514886-737510986279749-?type
590. Elaborada pelo autor a partir de desenho realizado pelo IPAP. 2015.
591. Bing Maps. [Internet]. Bing Maps. 2012 [citado 13 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps/>
592-658. Elaboradas pelo autor. 2016.
659. C.M.P. D.S.U.O. - Interior da capela. Terreno Municipal - Proc. Aquis. 96/71; 1972.
660. Elaborada pelo autor. 2016.
661 e 662. Elaboradas pelo autor a partir de desenho realizado pelo IPAP. 2016.
663. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. 2016.
664. Elaborada pelo autor. Tabela-resumo do questionário às associações. 2016.
665. Associação Recreativa Malmequeres Noêda. Associação Recreativa Malmequeres Noêda [Internet]. Facebook. 2015 [citado 30 de Agosto de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/armalmequeresnoeda/photos/a.791349200974532.1073741827.791349090974543/791349314307854/?type=3&theater>
666. Ferreira R. Centro Cultural de Atletismo de Bonjóia [Internet]. Núcleo de Xadrez de Santo Tirso. 2011 [citado 30 de Agosto de 2016]. Disponível em: <http://nxsts.blogspot.pt/2011/04/ii-torneio-do-centro-cultural-de.html>
667. Augusto Q. Associação Nun'Álvares Campanhã [Internet]. Facebook. 2016 [citado 30 de Agosto de 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=935915033110771&set=p.935915033110771&type=3&theater>
668. Maia N. Auditório da Junta de Freguesia de Campanhã [Internet]. Flickr. 2015 [citado 30 de Agosto de 2016]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/126181604@N05/23480761780/in/album-72157662308615091/>

669. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Planta de localização das intervenções-chave. 2016.

670. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Planta-síntese dos elementos contemplados na proposta de intervenção. 2016.

671. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Vista aérea da ligação entre o Parque de S. Roque, Quinta do Mitra e Quinta de Bonjóia. 2016.

672. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro. Planta-síntese das ligações propostas. 2016.

Separador do capítulo «5 Proposta de intervenção (metodologia)».Elaborada pelo autor. 2016.

673. Gestão Obras Públicas (GOP). lanta do percurso da ecopista oriental da cidade [Internet]. 2016 [citado 3 de Agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.gopcmp-em.pt/terminal-intermodal-campanha/pecas-do-procedimento>

674. Gestão Obras Públicas (GOP). Planta de implantação do Terminal Intermodal de Campanhã [Internet]. 2016 [citado 3 de Agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.gopcmp-em.pt/terminal-intermodal-campanha/pecas-do-procedimento>

675. Gestão Obras Públicas (GOP). Impactos nos Eixos Estratégicos dos Projectos Estruturantes na ORU Campanhã [Internet]. Programa Preliminar Anexo 4 - Projetos Estruturantes na ORU Campanhã, p. 3; 2016 [citado 3 de Agosto de 2016]. Disponível em: <http://www.gopcmp-em.pt/terminal-intermodal-campanha/pecas-do-procedimento>

676. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro, do Balcão Virtual da CMP e do GOP. Planta de relações entre o centro e o extremo Oriental da Freguesia de Campanhã. 2016.

677. Câmara Municipal do Porto (CMP). Carta de Hierarquia Rodoviária do Plano Director Municipal (PDM) [Internet]. Balcão Virtual CMP. 2012 [citado 21 de Janeiro de 2015]. Disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20\(PDM\)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20(PDM)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx)

678. Câmara Municipal do Porto (CMP). Carta de Hierarquia Rodoviária do Plano Director Municipal (PDM) [Internet]. Balcão Virtual CMP. 2012 [citado 21 de Janeiro de 2015]. Disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20\(PDM\)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Plano%20Diretor%20Municipal%20(PDM)/PDM%20%E2%80%93%20Em%20vigor/Planta%20de%20ordenamento/Paginas/default.aspx)

679. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro, do Balcão Virtual da CMP e do GOP. Vista aérea das relações entre o centro e o extremo Oriental da Freguesia de Campanhã. 2016.

680. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro, do Balcão Virtual da CMP e do GOP. Planta de enquadramento da intervenção. 2016.

681-685. Google Earth Pro. 2015.

686. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e de desenho realizado pelo IPAP. Planta do piso térreo. 2016.

687 e 688. Elaboradas pelo autor a partir de desenho realizado pelo IPAP. 2016.

689. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e de desenho realizado pelo IPAP. Planta do piso 1. 2016.

690 e 691. Elaboradas pelo autor a partir de desenho realizado pelo IPAP. 2016.

692. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e de desenho realizado pelo IPAP. Planta de coberturas. 2016.

693. Elaborada pelo autor a partir de desenho realizado pelo IPAP. Corte B. 2016.

694. Elaborada pelo autor a partir de desenho realizado pelo IPAP. Alçado Nordeste. 2016.

695 e 696. Elaboradas pelo autor. Fotomontagem. 2016.

697. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro e de desenho realizado pelo IPAP.Planta do piso térreo do Pólo IV. 2016.

698-700. Elaboradas pelo autor. 2016.

701. Souto de Moura E. Edifício Burgo, Eduardo Souto de Moura [Internet]. Tájvédelem. 2006 [citado 7 de Julho de 2016]. Disponível em: http://tajvedelem.hu/Tankonyv/TH_en/ch05.html#d6e9179

702. Souto de Moura E. Edifício Burgo, Eduardo Souto de Moura [Internet]. Tájvédelem. 2007 [citado 7 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.douroatlantico.com/burgo.html>

703. Lopes C. Scotland Street School Museum. 2013.

704. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro, do Balcão Virtual da CMP e do GOP. Vista aérea sobre a passagem pela Travessa de Bonjóia e antigo Bairro de São Vicente Paulo. 2016.

705-707. Google Earth Pro. 2015.

708. d’Orey I. FEdifício A. Vieira Pinto. Arménio Losa e Cassiano Barbosa : 1908-1988 : 1911-1998. Vila do Conde: Quidnovi; s.d. (Arquitectos Portugueses).

709. d’Orey I. Casa de férias na Corujeira. Arménio Losa e Cassiano Barbosa : 1908-1988 : 1911-1998. Vila do Conde: Quidnovi; s.d. (Arquitectos Portugueses).

710. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro, do Balcão Virtual da CMP e do GOP. Planta de contexto. 2016.

711. Elaborada pelo autor.Vista do viaduto no sentido Oeste-Este. 2016.

712. Meireles MF, Rodrigues ABV. Aqueduto e muro pertencente à Quinta de Bonjóia [Internet]. Campanhã: Estudos Monográficos. s.d. [citado 25 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.j-f.org/monografia/pagina47.htm>

713-716. Elaboradas pelo autor. Registo da passagem sob o viaduto. 2016.

717 e 718. Google Earth Pro. Aproveitamento dos espaços para criação de parque infantil e campos de jogos, Burgos, Espanha. s.d.

719-724. Google Earth Pro. Vista do atravessamento em túnel entre Bonjóia e Azevedo. s.d.

725. Morgado J. Vista da ponte pedonal e ciclável sobre a Segunda Circular, Lisboa, MXT Studio [Internet]. designboom. 2015 [citado 21 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.designboom.com/architecture/maximina-almeida-telmo-cruz-pedestrian-cycle-bridge-lisbon-09-02-2015/>

726. Morgado J. Vista da ponte pedonal e ciclável sobre a Segunda Circular, Lisboa, MXT Studio [Internet]. designboom. 2015 [citado 21 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.designboom.com/architecture/maximina-almeida-telmo-cruz-pedestrian-cycle-bridge-lisbon-09-02-2015/>

727. Elaborada pelo autor a partir do programa informático Google Earth Pro, do Balcão Virtual da CMP e do GOP. Planta de contexto. 2016.

728. Romão C. Vista do Parque Oriental [Internet]. A Cidade Surpreendente. 2014 [citado 29 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://cidadesurpreendente.blogspot.pt/2010/06/o-parque-oriental.html>

729. Romão C. Vista do Parque Oriental [Internet]. A Cidade Surpreendente. 2014 [citado 29 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://cidadesurpreendente.blogspot.pt/2010/06/o-parque-oriental.html>

730. Domitianus Arquitectura Lda. Antes e depois da intervenção [Internet]. Habitar Portugal. s.d. [citado 27 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.habitarportugal.org/PT/projecto/bairro-do-lagarteiro-reabilitacao-do-espaco-publico/>

731. Domitianus Arquitectura Lda. Vista do bairro reabilitado [Internet]. Habitar Portugal. s.d. [citado 27 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.habitarportugal.org/PT/projecto/bairro-do-lagarteiro-reabilitacao-do-espaco-publico/>

Separador do capítulo «6 Conclusões» Elaborada pelo autor. . 2016.

732. Elaborada pelo autor. Registo do Festival Sons de Vila Meã. 2016.

Separador do capítulo «Fontes Bibliográficas» Elaborada pelo autor. . 2016.

Separador do capítulo «Anexos» Elaborada pelo autor. . 2016.

Tem conhecimento do que é a Quinta do Mito?

Existe a falta de um local que possibilite as comunicações entre as associações da zona? Que tipo de espaço poderia facilitar alguns dos objectivos que tenham?

Que tipo de melhorias é que esta zona poderia ter ao nível dos equipamentos, infraestruturas?

~~III~~

~~Ad~~ Adjacente a este eixo encontra-se o Bairro da Lagarteira. Apesar de ter sido alvo de uma intervenção de reabilitação, a sua localização e falta de acesso e transportes públicos acentua o seu cariz limitador. Para além desta questão o estigma associado ao bairro cria dificuldades no acesso ao emprego dos seus residentes.²⁴

Tendo este contexto ~~em~~ em conta, seria pertinente a criação de sinergias entre a entidade, que criassem uma ligação entre os habitantes do bairro e a cidade.

Anexos

Tabela descritiva das associações da Freguesia de Campanhã. Construída com base em: (Ribeiro e Amaral, 1999b) (Azevedo et al., 2000) (FDVC, 1997)

	nome	ano	morada	morada antiga	telefone	email / página net	função	espaços	estado
1	Centro Juvenil de Campanhã		Rua Pinheiro de Campanhã 468, 4300-415		225370340	cjc@cjc.com.pt www.centrojuvenildecampanha.org	Internato - Lar de Crianças e Jovens, Regime aberto - Creche e Jardim de Infância		activa
2	Associação Nun’Alvares de Campanhã	1934	Rua do Falcão 555, 4300-182		225370340	nunalvares.campanha@sapo.pt	teatro e mini-basquete	sala de convívio, auditório, ringues desportivos, centro de dia para idosos, jardim de infância, ATL	activa
3	Associação de Surdos do Porto		Rua Dr. José Marques 113-C, 4300 Porto		225102390	asurdosporto@asurdosporto.org.pt www.asurdosporto.org.pt	Representação, defesa e apoio social. Ensino e formação profissional		
4	Clube do Bairro de S. Roque da Lameira	1942	Rua Navas de Tolosa 102, 4350-250		225378439		futebol de salão, ténis de mesa e música ao vivo	sala de convívio e bar	no. não atribuído
5	Clube de Pesca do Bairro do Cerco do Porto	1966	Rua Cerco do Porto Bl. 2 cave 5, 4300-499		225362626 /01		pesca desportiva	bar	no. não atribuído
6	Corpo Nacional de Escutas - 9.º Agrupamento	1931	Rua do Falcão 555, 4300-182		2253703 40 (fãx)		acampamentos e desportos radicais	sala de convívio	activa
7	Futebol Clube do Cerco do Porto	1966	Bairro do Cerco do Porto Bl. 19 - Cave11, 4300-499		225372440		futebol	sala de convívio, bar e ringue desportivo	no. não atribuído
8	Grupo Associativo Campanhã Novo Trilho	1995	Rua da Corujeira de Baixo 11 C3, 4300-151				música ligeira, dança e futebol de salão	salão de festas (cedido)	no. não atribuído
9	Grupo Cultural e Recreativo Os Amigos do 14 de Março	1987	Rua do Meiral 63 (provisória), 4300-340		225303527		festas e convívios para idosos	sala de convívio, bar e palco	suspenso (morte do presidente)
10	Grupo Desportivo e Recreativo ”Os Zangados de Campanhã”	1934	Rua Alto da Bela 308, 4300-023		225361693		futebol sénior e pesca	sala de convívio e bar	no. não atribuído
11	Iniciação Desportiva e Estrelas do Bairro de S. Roque da Lameira	1979	Rua Conde Castelo Melhor Bl. 35 Cave, 4300		225028887		futebol, dança de salão e cicloturismo	sala de convívio, bar e carrinha	contacto errado
12	Rancho Folclórico Danças e Cantares de Campanhã	1994	Rua 5 - Bairro São Vicente Paulo 101, Porto 4300	Rua de Tirares 263 C/20 B, 4300-489	225100600 225100486		folclore	salão de festas (cedido)	contacto errado
13	Sociedade Columbóbila de Azevedo	1929	Rua do Meiral 637, 4300-328		225303647		columbofilia, cartas, bilhar	sala de convívio e bar	não atendem
14	Vitória Sport Clube de Campanhã	1960	Largo de S. Pedro 54, 4300	(Pavilhão Desportivo) Rua da Levada 2, 4300 22530 01 51	225304638		futebol	sala de convívio, bar, ringue desportivo e posto médico	no. não atribuído
15	Associação Cultural e Desportiva do Bairro do Falcão	1979	Bairro do Falcão Bl. 4 - 149 - A Cave C, 4300		225374008		futebol	salão de festas, bar e ringue desportivo com balneários	activa
16	Associação Cultural Desp. e Recreativa de S. Roque da Lameira	1996	Bairro S. Roque da Lameira Bl. 14 - C/23, 4300		225091692		biblioteca, actividades lúdicas e banco alimentar	sala de convívio	contacto errado
17	Associação Desportiva e Recreativa do Bairro Monte da Bela	1976	Rua Dr. José Marques Bl. 2 2 - Cave, 4300		225103467		futebol de salão	ringue desportivo, bar e sala polivalente	activa
18	Associação Gabinete e Recreio de Azevedo de Campanhã	1908	Rua das Areias 59, 4300-038		225300945		projectos de integração comunitária atletismo. artes marciais e ténis de mesa	sala de convívio, bar e balneários	no. não atribuído
19	Associação CAOS Juvenil		Rua Lagarteiro (Ed. Escola), 4300-000	Praça da Corujeira, 4300	225898590		projectos de integração comunitária		não atendem
20	Associação Recreativa “Os Bem Entendidos” de Azevedo de Campanhã	1936	Rua das Areias 13, 4300-038		229780502		jogos de salão	sala de convívio e bar	no. não atribuído
21	Associação Recreativa “Os Bem Entendidos” de Pego Negro	1943	Rua Pego Negro 6, 4300		225379658		organização de excursões	sala de convívio e bar	não atendem
22	Associação Recreativa da Cooperativa de Campanhã	1920	Praça da Corujeira 2-38, 4300-144		5375797		ramo alimentar, ténis de mesa, bilhar	sala de convívio e bar	activa
23	Associação Recreativa e Cultural Os Iniciadores	1932	Largo de S. Pedro 49, R/C 4300-473		225305988		Pesca, ténis de mesa	sala de convívio e bar	não atendem
24	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Os Columbófilos de Campanhã	1934	Rua de S. Roque da Lameira 723, 4350-311		225180914		jogos de salão	sala de convívio e bar	tentar novamente
25	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Rancho Típico do Ilhéu	1957	Rua de S. Roque da Lameira 470 - 1º, 4350-299		225370232		folclore, música e grupo de palhaços	sala de convívio e bar	não atendem
26	Atlético Clube de Azevedo	1952	Rua do Calvário 91 - A, 4300-081		225301271		convívio e recreio	sala de convívio e bar	activa
27	Centro Cultural de Atletismo de Bonjóia	1981	Travessa de Bonjóia 16, 4300-085		225101076		atletismo e grupo de música e dança	sala de convívio, bar, salão de festas e balneários	
28	Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Cerco do Porto	1995	Rua Cerco do Porto Bl. 33, 4300-122		225107170		desenvolvimento de projectos de intervenção comunitária, boletim informativo e fanfarra	sala polivalente	no. não atribuído
29	Futebol Clube “Os Amigos de Campanhã”		Rua de Diogo Macedo Bl. 3 Ent. 29 Cave 21, 4300		225360604		futebol		contacto errado

	nome	ano	morada	morada antiga	telefone	email / página net	função	espaços	estado
30	Associação Cruzada “Bem Fazer de Campanhã”		Rua Pinto Bessa 97, 4300		225106243	bemfazercampanha@gmail.com / www.cruzadabemfazerdecampanh.blogspot.com	apoio social, distribuição de alimentos	escritórios, cantina, posto CTT	
31	Associação Rec. Cultural “Os Vikings”		Bairro S. João de Deus Bloco 2, 4300						
32	Associação Recreativa Cultural Os Fluminenses	1953	Praça Flores 168, 4300-401		225375554		futebol	snack bar	
33	Assoc. Desportiva Cultural “Os Canarinhos”		Rua Lameira de Cima 368, 4300						
34	Associação Paraquedistas do Norte		R. Daniel Constant 41	Rua Conselheiro Correia Barros 114 r/c, 4300	225490438				
35	Associação de Jovens de Campanhã		Praça das Flores 49, 4300						
36	Atlético Clube do Porto		Rua Nau Vitória 1617, 4300		225487357				no. não atribuído
37	Coop. Construção e Habitação “A Tripeira”		Rua Passos Manuel 59 1º, 4000-384	Rua Vasques Mesquita, 4300	222088761				
38	Clube Desportivo de Campanhã		Rua da Formiga 255, 4300		225362247				no. não atribuído
39	Clube Desportivo Cultural das Antas		Rua das Antas 342, 4300		225367656				no. não atribuído
40	Clube Desportivo de Contumil	1946	Rua Contumil 418, 4300		225497301		cartas		no. não atribuído
41	Clube Desportivo de Portugal	1925	Rua Pinto Bessa 293, 4300		225371886		futebol		no. não atribuído
42	Escola Dramática Musical Recreativa de Contumil	1909	Rua Fonte Contumil 113, 4350-179	Rua Contumil 418, 4300 Porto	225323501				no. não atribuído
43	Associação de Reformados Pensionistas e Idosos (ARPI)		Bairro de Contumil Bl. 1E-724 c/18, 4300		225501408				activa
44	Grupo Desportivo Recreativo e Cultural Unidos ao Bairro S. João Deus		Calada da Ranha 5, 4300		225402918				no. não atribuído
45	Grupo Desportivo Nau Vitória		Rua Nau Vitória 796-11, 4300						
46	Grupo Dramático Monte Aventino	1929	Rua Manuel Carqueja 50, 4300		225369526		Bailes, grupo de cantares-infantil, futebol, salão-amador, ténis de mesa		activa
47	Associação Internacional de Polícias (IPA)		Rua Bairro Comércio do Porto 15, 4300		225103521				activa
48	Juventude Desportiva de Contumil		Rua Prof. Bonfim Barreiros Bl. -10E 206, 4300						
49	Sociedade Columbófila Invicta	1929	Rua Fonte de Contumil 354, 4300		225326389		columbofilia		contacto errado
50	Unidos ao Porto Futebol Clube		Bairro S. João de Deus Bl. 4 - Caves, 4300		225492634				no. não atribuído
51	Associação de Moradores do Bairro da Maceda	1974	Travessa da Maceda 121, 4300-310		5366043		gestão de condomínios	sala de convívio	no. não atribuído
52	Associação de Moradores do Freixo, Noeda e Formiga		Travessa Presa da Agra 53, 4300-442		5364283		resolução de problemas habitacionais		no. não atribuído
53	Assembleia de Campanhã		Rua do Heroísmo 3, 3, 4300-258						
54	Associação Recreativa Os Malmequeres de Noêda	1952	Travessa de Miraflor 17		225376712		Grupo folclórico, biblioteca, bilhares		
55	Associação Recreativa Os Verdinhos de Campanhã	1956	Rua de Bonjóia				Futebol, cartas, excursões		
56	Associação de Moradores para o Desenvolvimento do Lagarteiro (ADML)	2011	Rua José Brito, Bloco 8 Entrada 61 Casa 41, 4300-268 Bairro do Lagarteiro				Sociabilidade e integração social através da promoção de acções que contemplem o incentivo e o apoio às famílias, aos jovens e à terceira idade		
57	Clube Desportivo dos Ferroviários de Campanhã	1930	Rua do Ferroviário, s/nº – Gatões	Oficinas Gerais da CP	22 1052903		Basquetebol, futebol, andebol, atletismo, pesca, ténis de mesa		
58	Associação de Atletas Veteranos do Norte As Árvores Morrem de Pé	1975	Bairro Cerco do Porto bloco 33 1121, 4300-112		225106671	aavnorte@sapo.pt / www.aavnorte.pt	futebol	galeria de troféus, biblioteca	
59	Associação Cultural Futebol Veteranos de Campanhã	2002	R A Bloco 1-2 Entrada 116-130 Caves 110 A 124, 4000, Bairro São João De Deus				Pratica de futebol de individuo de idade superior a 30 anos.		
60	Associação de Moradores da Zona de Pêgo Negro	1976	R. Pedras Salgadas, 122 - Cave 4300-399		225377099				
61	Associação de Cicloturismo do Norte	1979	Praça das Flores nº 23 s/ 49 4300-401		225 103 641	acicltnorte@gmail.com / www.acnorte.pt	cicloturismo	sala de reuniões, arquivo	activa
62	Clube Cicloturismo de Campanhã (Ccdc)		Rua da Cooperativa Do Pego Negro 71, 4300-142						
63	Conferência de S. Vicente de Paulo de Sto. António das Antas	1942					apoio domiciliário		
64	Associação Portuguesa de Deficientes - APD	1981	Rua Cerco do Porto, EDF. 33, 1057 Cv. Tras. 4300-122		225107036	apd.porto@gmail.com / http://www.apd-porto.org.pt/			

Listagem das associações de Campanhã, fornecida pela Junta de Freguesia de Campanhã via correio electrónico a 12/07/2016.

ASSOC. MORADORES ZONA PÊGO NEGRO RUA PEDRAS SALGADAS, 122 CV 4300-399 PORTO	ASSOC. MORADORES DE CONTUMIL RUA NASCENTE DA QUINTA DO ALMOR 4350 PORTO
ASSOC. MORADORES CHAVES OLIVEIRA RUA CHAVES DE OLIVEIRA, 214 4350-103 PORTO	CLUBE DESP.REC. “OS ZANGADOS DE CAMPANHÃ” R.ALTO DA BELA. 308 4300-023 PORTO
I.P.A. R.BAIRRO COMERCIO DO PORTO.15 4350-063 PORTO	ASSOC. CULT. DESP. BAIRRO DO FALCÃO BAIRRO DO FALCÃO, BL4-149 A - CV 4300-098 PORTO
ATLÉTICO CLUBE DE AZEVEDO RUA DO CALVÁRIO, 91 A 4300-091 PORTO	ASSOC. MORADORES DE TIRARES RUA CERCO DO PORTO, 1002 4300-122 PORTO
ASSOC. REC. CULT. “OS INICIADORES” LARGO DE S. PEDRO, 49 4300-473 PORTO	ASSOC. MORADORES BAIRRO DA MACEDA TRAVESSA DA MACEDA, 126 4300-310 PORTO
ASSOC. REC. CULT. “OS FLUMINENSES” PRAÇA DR. TEOTÔNIO PEREIRA, 168 4300-401 PORTO	CLUBE DESP. E CULT. DAS ANTAS RUA DAS ANTAS, 342 4350-041 PORTO
CLUBE DESPORTIVO DE PORTUGAL RUA PINTO BESSA, 293 4300-431 PORTO	ASSOC. REC. CULT. RANCHO TÍPICO DO ILHÉU RUA S. ROQUE DA LAMEIRA, 470 - 1º 4350-299 PORTO
ASSOC.REC. CULT. COLUMBÓFILOS DE CAMPANHÃ RUA DE S. ROQUE DA LAMEIRA, 723 - 1º 4350-311 PORTO	RANCHO FOLCLÓRICO DANÇAS E CANTARES DE CAMPANHÃ RUA DE TIRARES, 263 - C/20 - B 4300-489 PORTO
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - 9º AGRUPA/ RUA DO FALCÃO, 555 4300-182 PORTO	CERPORTO BAIRRO CERCO DO PORTO BL-33-1069 4300-122 PORTO
ARPI – ASSOCIAÇÃO REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS RUA DE CONTUMIL.BL-1 ENT.724 CV 18 4350-130 PORTO	GRUPO DESPORTIVO NAU VITÓRIA RUA NAU VITÓRIA, 796 - 1º 4350-243 PORTO
INICIAÇÃO DESPORTIVA DE S. ROQUE Bº ENG. MACHADO VAZ, BL-35 CAVE 4350-095 PORTO	ASSOC. ATLETAS VETERANOS DO NORTE “AS ÁRVORES MORREM DE PÉ” BAIRRO CERCO DO PORTO, BL-33, n.º 1121 Traz. 4300-112 PORTO
GRUPO CULT. REC. “OS AMIGOS 14 MARÇO” RUA DO MEIRAL, 63 4300-326 PORTO	ESCOLA DRAMÁTICA MUSICAL E REC. DE CONTUMIL RUA FONTE DE CONTUMIL, 98 4350-177 PORTO

ASSOCIAÇÃO NUN’ ALVARES DE CAMPANHÃ RUA DO FALCÃO, 555 4300-182 PORTO	CENTRO CULT.ATLETISMO BONJÓIA TRAVESSA BONJÓIA, 20 4300-085 PORTO
FUTEBOL CLUBE DO PORTO, FUTEBOL SAD ESTÁDIO DO DRAGÃO-VIA F.C.P.-PISO 3 ENT POENTE 4350-415 PORTO	CLUBE PESCA BAIRRO CERCO DO PORTO BAIRRO CERCO DO PORTO BL-2 -CAVE 5 4300-112 PORTO
ASS. MORADORES P/DESENV. LAGARTEIRO (AMD L) RUA JOSÉ DE BRITO, BL.8 ENT.61 C/41 4300-268 PORTO	CLUBE DESPORTIVO DE CONTUMIL RUA DE CONTUMIL, 418 4350-128 PORTO
SOC. COLUMBÓFILA INVICTA RUA FONTE DE CONTUMIL, 354 4350-178 PORTO	GRUPO DRAMÁTICO MONTE AVENTINO RUA MANUEL CARQUEJA, 48/50 4350-223 PORTO
ASSOC. DESP. REC. BAIRRO MONTE DA BELA BAIRRO MONTE DA BELA BL-2 – CV 4300-271 PORTO	CLUBE CICLOTURISMO DE CAMPANHÃ RUA COOPERATIVA DE PEGO NEGRO, 71 4300-142 PORTO
CRUZADA DE BEM FAZER DE CAMPANHÃ TRAVESSA DE MIRAFLOR. N.º 25 4300-335 PORTO	ESTRELA E VIGOROSA SPORT RUA ESTRELA E VIGOROSA SPORT, 604 4200-286 PORTO
COOPERATIVA DE CAMPANHÃ (COOP. DOS MAQUINISTAS E FOGUEIROS DOS CAMINHOS DE FERRO DO MINHO E DOURO) RUA MONTE DA BELA, N. ° 205 4300-144 PORTO	SOC. COLUMBÓFILA DE AZEVEDO DE CAMPANHÃ RUA DO MEIRAL, 637 4300-328 PORTO
PORTO D’ARTES RUA PADRE ANTÓNIO VIEIRA, N.º 76 4300-030 PORTO	CLUBE DESPORTIVO DE CAMPANHÃ RUA DE MIRAFLOR, 10 4300-332 PORTO
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA “OS MALMEQUERES DE NOEDA” TV. DE MIRAFLOR, 17 4300-335 PORTO	GRUPO DESPORTIVO DOS FERROVIÁRIOS RUA DO FERROVIÁRIO, S/N 4300-393 PORTO
CLUBE CAFÉ BILHARES DA CORUJEIRA RUA MATIAS ALBUQUERQUE, 251 4350-230 PORTO	B.D.C.K.C- BUSHIDO DOJO CLUBE KARATÉ DE CAMPANHÃ RUA SENHORA DA HORA, N.º 281 – 1º 4300-483 PORTO
ASSOCIAÇÃO CAMPANHA XXI RUA DA LEVADA, N.º 2 4300-295 PORTO	ASS. CULT. FUTEBOL VETERENOS DE CAMPANHÃ Bº S.JOÃO DEUS, RUA A BL.1-2 ENT.116-130 CV 110 A 124 4350-011 PORTO
ESPAÇO MIRA / MIRA FORUM RUA DE MIRAFLOR, N.º 153 / 155 4300-334 PORTO	NOVO ACTO-ASSOCIAÇÃO DE ARTES PERFORMATIVAS TRAV. BONJOIA, N.º 24 4300-085 PORTO

Inquéritos

Os inquéritos foram efectuados presencialmente, excepto o caso da Associação Nuno Álvares de Campanhã, feito por via telefónica. A sessão com a Junta de Freguesia de Campanhã e com a Associação Movimento Terra Solta foi gravada em formato áudio com a autorização dos visados e transposta para texto. O mesmo não foi possível com as restantes associações dado serem espaços com mais movimentação e ruído. Nestes casos a conversa foi registada em tópicos e posteriormente transcrita.

Associação Movimento Terra Solta (AMTS) 11/06/2016

Inquérito efectuado a Nuno Moutinho, presidente da AMTS à data.

Além das parcerias já efectuadas com entidades como o IEFP ou a Orquestra Comunitária Mundo em Campanhã, têm em vista a realização de eventos ou iniciativas com outras associações da zona de Campanhã?

Sim, temos interesse em fazer parcerias com toda a gente. Elas têm acontecido mais com a Junta (de Freguesia de Campanhã) e com o IEFP, mas fora isso, tentámos que a comunidade local participe - o que é muito difícil -, e estamos também interessados em que outras associações venham usufruir do espaço sempre que necessitem.

Qual a importância das novas tecnologias para a divulgação das actividades da Quinta Pedagógica do Mitra?

A nossa divulgação é minimalista. Apostamos muito nas redes sociais e para isso elaboramos cartazes com os programas e difundimos através do Facebook. Fora isso, imprimimos alguma coisa para as instituições que normalmente são nossas parceiras, especialmente a junta. Achamos que a melhor publicidade é “boca a boca”, “amigo traz amigo”.

Estamos também em processo de mudança do nome: foi tirado o nome Vila Meã ao espaço e nós queremos voltar a pô-lo. Mitra era o último dono privado que a quinta teve. Neste lugar, o nome mais antigo é Vila Meã. Vila Meã é o local. Aliás, esta rua até à Corujeira tinha esse nome porque é ficava a meio ponto entre duas igrejas - a igreja de Campanhã e a igreja do Bonfim – e é uma das entradas mais antigas da cidade. Havia aqui uma passagem de nível,

havia uma fonte onde toda a gente vinha buscar água. Era óptimo que essa fonte voltasse para este espaço, mas tudo depende de outras pessoas. Havia ainda na quinta outro imóvel, uma casa de lavoura onde nasceu o Conde Ferreira, que foi abaixo por causa da VCI. Foi um crime que aqui fizeram porque era um sítio que se devia ter preservado mas, à época, a construção da VCI foi mais importante do que preservar esses monumentos. Nós, Terra Solta, só conseguimos que ele não fosse abaixo começando a recuperar o telhado, tendo depois vindo a junta fazer o resto.

As actividades realizadas na quinta são somente destinadas à comunidade local ou também são alvo de interesse internacional? Em caso afirmativo, como se realiza esse intercâmbio?

Acabamos por ter acesso a pessoas que estão a viver na cidade periodicamente por causa dos Erasmus, mas o que nós queremos aqui é acolher toda a gente da mesma maneira, quer sejam pessoas nacionais, quer sejam estrangeiras, quer sejam letradas, quer sejam iletradas. O objectivo é ter as classes sociais todas aqui a conviver de uma maneira muito democrática. Acima de tudo, temos um lema que é: “aqui tudo é possível”. Se vier aqui alguém com uma ideia, pode ser possível realiza-la, como aconteceu há pouco tempo com o Solstício de Verão, que vamos fazer. Portanto, dia 21 (de Junho) está toda a gente convidada a vir cá jantar e estar aqui durante a noite porque este espaço tem aqui uma áurea à noite. Os holofotes da estrada iluminam, portanto estamos aqui muito bem.

Quais foram os meios e os critérios utilizados na recuperação de elementos da casa? Houve algum tipo de apoio técnico (arquitecto, historiador, restaurador)?

Nós temos conhecimento mas não queremos estar a dar opinião. Será aconselhável falar com alguém do executivo (da junta). Nós estamos a usar um espaço que foi expropriado aquando a construção da VCI, do alargamento da linha férrea, e que há 20 anos que estava como um depósito de entulho da junta de freguesia, que entretanto fez um protocolo com a câmara e outro connosco. Nós usufruímos de parte do espaço: que é a terra. Limpámos, desmatámos, plantámos, fizemos a casa na árvore, o charco, a casa de banho seca, a casa de chá, o forno, a lareira e a estufa, que ficou em standby.

Quanto à casa, a junta disponibilizou-nos uma casa de banho e uma sala para nós darmos formação. Tivemos aqui os cursos (do IEFP), portanto tínhamos que ter essas condições

reunidas. Entretanto a casa foi coberta com dinheiros da junta, com o conhecimento da câmara. Pensa-se que o edifício agora vai ser restaurado pela câmara, através dos fundos comunitários no Projecto 2020, porque é património e porque é uma casa do século XVII e tem que se preservar o máximo possível daquilo que se tem hoje em dia. As obras vão ter dispendiosas, mas acima de tudo morosas. Para isso a junta não tem dinheiro, a associação muito menos, a câmara é a dona disto tudo, portanto será possivelmente a câmara a fazer esse trabalho. Que espaços ou equipamentos consideram necessários ao funcionamento pleno da Quinta de Vila Meã?

O que nós precisamos é que nos deixem fazer algumas iniciativas e, acima de tudo, propor algumas ideias. Acabámos por ter uma boa parceria com a junta, mas claro que precisamos, às tantas, de menos entraves para fazer alguma coisa. Isso seria o objectivo supremo. Não precisamos de dinheiro, nunca pedimos dinheiro às entidades. Pedimos o espaço, pedimos a manutenção do mesmo através de um furo de rega - que foi a junta que financiou -, através da electricidade e da água da companhia, que é também a junta que paga. Portanto, para nós, o nosso subsídio é esse: o usufruir dos espaços. O objectivo é fazer o que estamos aqui a fazer noutras quintas de Campanhã que sabemos que estão ao abandono e a precisar de muita manutenção. Como de pouco fazemos muito, não precisamos de muito mais.

Centro Cultural de Atletismo de Bonjória¹

Tem conhecimento do que é a Quinta do Mitra?

O entrevistado diz que se lembra da existência do Bairro do Mitra e, actualmente, da casa e a capela com ar de abandono.

Existe a falta de um local que possibilite a comunicações entre as associações da zona? Este tipo de espaço poderia facilitar alguns dos objectivos que tenham?

O entrevistado revelou que quando a associação necessita de qualquer tipo de produção ou ajuda, têm mantido o contacto com a junta de freguesia.

¹ Os inquéritos realizados às restantes associações foram realizados durante o mês de Julho de 2016

Que tipo de melhorias é que esta zona poderia ter ao nível dos equipamentos, infraestruturas?

O entrevistado salienta a falta parques infantis. O mais próximo que existe é em S. Roque, o que se demonstra inviável para o habitantes desta zona. Indica ainda que apesar de neste momento residirem ali poucas crianças, poderia ser uma oportunidade para que se criassem condições que atraíssem a faixa da população com crianças a cargo.

Associação Desportiva e Recreativa do Bairro Monte da Bela

Tem conhecimento do que é a Quinta do Mitra?

O entrevistado diz que se lembra da quinta, indicando que no local, há bastantes anos, se vendiam lá tripas. Lembram-se igualmente da posterior edificação do Bairro do Mitra e da diminuição significativa da área da quinta. Actualmente, dizem ter conhecimento do cultivo que acontece no terreno.

Existe a falta de um local que possibilite a comunicações entre as associações da zona? Este tipo de espaço poderia facilitar alguns dos objectivos que tenham?

Os entrevistados revelam que os eventos que realizam, como festas, bailes, aniversários, assembleias, são efectuados no próprio espaço da assembleia. Contudo, se necessitassem de algo com maior dimensão, dizem que contactariam a junta para utilizar o auditório, por exemplo.

Que tipo de melhorias é que esta zona poderia ter ao nível dos equipamentos, infraestruturas?

Os entrevistados apontam que a freguesia tem sido negligenciada pela autarquia, e que mesmo os investimentos já realizados têm sido dirigidos a zonas da freguesia que já contam com alguma ligação com o resto da cidade. Apesar da tranquilidade que traz este afastamento físico do resto da cidade ou mesmo da freguesia, quer o Bairro Monte da Bela quer o Bairro do Falcão necessitam de maior manutenção, visto que a potencialidade dos espaços verdes envolventes se revela quando esta é feita amiúde, no Inverno.

Por outro lado, afirmam que, se este afastamento é inflacionado pela VCI, as zonas que estão para lá da Estrada da Circunvalação, como Azevedo, sofrem de um completo isolamento em relação ao resto da freguesia.

Associação Recreativa Os Malmequeres de Noêda

Tem conhecimento do que é a Quinta do Mitra?

O entrevistado revela que apenas conhece a quinta superficialmente, do exterior.

Existe a falta de um local que possibilite a comunicações entre as associações da zona? Este tipo de espaço poderia facilitar alguns dos objectivos que tenham?

Neste caso, os entrevistados não sentem a necessidade de mais espaço. Seja para reuniões ou outro tipo de eventos, utilizam o espaço da associação. Contudo, revelam que poderão existir outras associações, mais pequenas, que necessitem.

Que tipo de melhorias é que esta zona poderia ter ao nível dos equipamentos, infraestruturas?

É da opinião dos entrevistados que este pólo (junto à Estação de Campanhã) necessitava de um pavilhão. Explicam que o que existe na freguesia é em Azevedo, mais para a zona oriental, o que fica fora de mão.

Associação Nun'Álvares de Campanhã

Tem conhecimento do que é a Quinta do Mitra?

O entrevistado revela que conhece a localização da quinta e tem também conhecimento do restauro de uma parte da quinta, nomeadamente da fachada.

Existe a falta de um local que possibilite a comunicações entre as associações da zona? Este tipo de espaço poderia facilitar alguns dos objectivos que tenham?

O entrevistado revela que a instituição tem parcerias com várias instituições que fazem a interligação entre freguesias. Portanto, ao fazerem parte da rede, têm sempre algumas relações entre os membros da mesma. Segundo o entrevistado, existem várias associações da freguesia que têm reuniões entre elas periodicamente. Sendo uma instituição que tem que ver com o terceiro sector, na prestação de serviços ao nível da comunidade, participam nas reuniões inter-freguesias ou com outro tipo de instituições, como a câmara, e têm ainda parcerias com as escolas, situações que proporcionam a relação de proximidade com as outras instituições.

Que tipo de melhorias é que esta zona poderia ter ao nível dos equipamentos, infraestruturas?

O entrevistado salienta a proximidade da sua instituição com a Quinta de Bonjóia, onde funcionava o departamento da câmara que faz a relação com a área oriental da cidade. Salienta o facto de ser uma área bastante desprotegida, mas que tem visto algum investimento: a instituição Nun'Álvares foi contemplada com um subsidio atribuído pela CMP no âmbito do primeiro programa URBAN. Revela que a instituição tem sempre a melhor relação com a câmara, e que quando foi o lançamento das festas de S. João, a instituição encarregou-se do catering. Revela que a esse nível poderá haver outras lacunas, mas que não pode dizer que haja distância. Diz que houve inclusive formação, por causa dos bairros críticos, e completa dizendo que é uma zona desprotegida, mas que a câmara está voltada para ela.

Junta de Freguesia de Campanhã (JFC)² 28/06/2016

A Estrada da Circunvalação e a VCI provocaram, desde início, um corte na freguesia, aumentando o cariz periférico da zona oriental da cidade. Existe alguma intenção ou plano para minorar os efeitos destas duas estradas?

Em relação às barreiras arquitectónicas e geográficas da freguesia, elas não são só duas, não é só a VCI e a Circunvalação. Tivemos, muito antes, os caminhos-de-ferro. Antigamente, a Quinta do Mitra, da qual me lembro perfeitamente dela – nasci na freguesia – estendia-se por

aqueles terrenos (dos caminhos de ferro) fora. O alargamento da via férrea, com o metro e etc, ditou muitas mudanças: aquele muro (de contenção dos caminhos de ferro) não existia, era uma passagem de nível onde atravessávamos a pé e que dava continuidade à Rua de Vila Meã, que entroncava na Rua do Godim. A Rua de Vila Meã acabava precisamente na linha, e do lado de lá da linha era a Rua do Godim que vinha dar quase já ao Bonfim. Tinha aí um campo de futebol mesmo em frente do lado direito da quinta, na Rua de Vila Meã, que era o Campo dos Ferroviários. Portanto, a principal barreira para a Quinta do Mitra foi exactamente a via férrea.

Em relação à VCI não há nada a fazer, mas devo dizer que se a VCI criou essas barreiras, também permitiu uma coisa: que se chegue ou que se saia de Campanhã com uma facilidade espantosa. Isso também trouxe os seus benefícios. No progresso, não podemos ver só prejuízos, temos que contrabalançar, ver também, os benefícios.

Quanto à Circunvalação, uma das principais fracturas que originou na freguesia foi o abandono daquela zona de São Pedro, Azevedo, Areias, Lagarteiro. Nesse sentido, tanto eu como os meus antecessores temos reivindicado a criação de uma rede viária estável e boa, melhor do que a actual, para aquela zona. Aliás, a criação de uma ligação directa, por exemplo do alto de Azevedo à Rotunda do Freixo é fácilima. Com uma boa rede de transportes, temos o problema daquela zona minorado. Portanto, queremos progresso para a zona, mas sem a descaracterizar muito. Ainda agora visitei um senhor que comprou quatro ou cinco casas lindíssimas praticamente em ruína. Já recuperou três delas e vai aluga-las a pessoas dali da zona, e também, preferencialmente, atrair jovens. Ali existem muitas casas abandonadas, e se calhar, uma recuperação, um plano de pormenor da CMP para aquela zona seria o ideal. Ainda não falei com o arquitecto sobre isso, mas se este PDM consagrar isso – e deve consagrar uma situação dessas – seria fazer um Plano de Pormenor para aquela zona e depois dizer: esta zona é para habitação, esta é zona verde, esta é zona de lazer, etc. E aí sim, permitia que os investidores, que os há, viessem.

Como há muitos terrenos livres naquela zona, há ainda outra coisa que se poderia fazer: começar a criar um processo de habitação. Os PER (planos de realojamento) acho que já acabaram, e bairros sociais na minha opinião, já chega os que temos. Em Campanhã temos quinze, alguns demasiado grandes para que a convivência seja sã, como o Bairro do Cerco, por exemplo.

² Inquérito efectuado a Ernesto Santos, presidente da JFC à data.

De qualquer das formas, o que eu advogo e gostaria que acontecesse ali, era criarem-se cooperativas viradas essencialmente para os jovens, para os trazer para esta freguesia, que está demasiado envelhecida. Campanhã perdeu cerca de 10 mil habitantes, todos eles jovens, que hoje estão na casa dos quarenta e que moram fora da freguesia por uma simples razão: as casas no Porto eram vendidas muito mais caras do que eram a 200 metros em Rio Tinto, em Valbom, na Maia, ou em Gaia. Na minha opinião ninguém comprou casa, alugaram as casas aos bancos. Hoje os bancos são os donos das casas que os jovens não puderam pagar.

Portanto, o que eu advogo são cooperativas de habitação para jovens, que, naturalmente, constroem a custos controlados em terrenos cedidos pela CMP. A CMP não precisa de vender os terrenos, precisa de doá-los a projectos fiáveis. Acho que, de certa forma, se resolveria aqui o rejuvenescimento da freguesia.

Qual o papel das associações existentes na freguesia?

O associativismo é algo que me é muito caro porque, como costumo dizer, sou político amador, assim como fui associativista amador durante muitos anos.

Aqui em Campanhã, concretamente, o associativismo tem sido paulatinamente recuperado, embora de forma lenta. Em 2001, o presidente que então tomou conta da câmara, o Dr. Rui Rio, disse uma frase que eu não esqueço: “É necessário acabar com o subsidiarismo.” Portanto, quem pagou foram as pequenas associações, porque as grandes associações, essas sobreviveram. Aliás, essas começaram a arranjar estratégias fáceis para arranjar protocolos, ou com o Estado ou com a câmara, foram sobrevivendo e mantêm-se. Agora, (essa política) acabou com aquelas associações que levavam mil, dois mil euros por ano, e que com isso conseguiam sustentar as actividades que iam tendo, nomeadamente com crianças, com a formação. Ainda nos anos 90, a cidade do Porto, só no campeonato distrital de amadores tinha vinte e tal equipas. Hoje subsiste S. Vítor e pouco mais.

Tudo foi acabando aos poucos porque, de facto, esses pequenos subsídios, que eram grandes dádivas para essas colectividades, deixaram de ser feitos e elas foram morrendo aos poucos. Entretanto, a junta não tinha as capacidades financeiras para aguentar tudo isto e deixou também que elas fossem morrendo. Hoje, temos tentado recuperar o associativismo: a junta paga à volta de 1500/mês à Porto Lazer pelo aluguer de campos e de pavilhões – se fossem as colectividades a pagar pela taxa da Porto Lazer não chegavam 7 ou 8 mil euros, mas é feito um

desconto, em alguns casos, de 66% – e ainda subsidia aquelas associações, como o Desportivo de Portugal, que tem campo próprio, mas gastam luz, água... No entanto, a junta só subsidia associações que trabalhem com formação. Podem trabalhar com seniores, mas têm que ter formação. Interessa-me sobretudo formar consciências, formar homens.

Há dez anos só havia futebol, mas neste momento temos dois clubes de karaté - não havia karaté em Campanhã -, temos andebol, temos uma escola de xadrez, essa mesmo patrocinada pela junta. Seja no desporto que for, desde que tenha formação, há sempre apoio da junta. Poderá não ser o apoio que as pessoas anseiam – e que se calhar até precisam –, mas há sempre uma tentativa de minimizar os gastos dessas colectividades. Pode parecer fácil numa outra zona que não Campanhã, porque os pais até podem pagar os 40 ou 50 euros por mês, mas para a maior parte das pessoas aqui em Campanhã, 40 euros é muito dinheiro.

Há a facilidade dos autarcas conhecerem bem uma grande parte da população de Campanhã. Saber como ela vive, saber do que vive, e portanto, minimiza todas essas situações. Este é o papel da junta de freguesia. Por exemplo, as juntas do Porto em relação às juntas de Lisboa têm muito pouca competência. Eu estive num programa de televisão, o Sociedade Civil, com o colega presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, uma freguesia com uma área mais pequena do que a minha e similar em população. Essa junta de freguesia tem mais ou menos os mesmos funcionários que eu, mas o orçamento dela é de 3 600 000€ (três milhões e seiscentos mil euros) e o meu orçamento não chega a um milhão. (Se tivesse esses fundos,) aí sim, o meu principal subsidiário era, sem dúvida, o associativismo sério.

As colectividades não são subsidiodependentes. Antes pelo contrário, estão a fazer um grande serviço ao Estado. A Constituição obriga o Estado a investir na formação da sua juventude, mas quem é que vai fazendo isso? São as associações locais. Por isso, quando se diz que uma associação deste tipo é subsidiodependente é querer assassinar o associativismo e arranjar uma desculpa à nascença. Também tento sensibilizar o sr. presidente da câmara para, num futuro próximo, isentar do pagamento de taxas algumas colectividades que, garantidamente, através da sua prestação e com provas dadas, prestem serviço público. Porque essas colectividades estão a prestar um serviço público. Há homens que chegam do seu emprego às 7-8 horas da tarde, entram naquele clube, naquela associação e estão lá até à meia noite, uma hora da manhã, todos os dias. Estão 365 dias num ano a dar aquelas horas voluntariamente e não têm estatuto de voluntário.

Acredita que os investimentos anunciados pela Câmara Municipal do Porto - nomeadamente a recuperação e reconversão do antigo Matadouro Industrial do Porto e a conclusão do Interface de Campanhã - podem vir a trazer benefícios para a zona envolvente à Quinta do Mitra?

Com (a conclusão do) interface, toda aquela zona da rotunda de Bonjóia até Campanhã vai ter que ser forçosamente alterada, o que vai trazer uma mais-valia. Aquela zona da Rua de Bonjóia, em que tem que passar um carro para lá e depois outro para cá, está afunilada. No século XXI isso já é completamente obsoleto. Tem, aliás, aquele campo do Desportivo de Portugal, também já obsoleto porque nem sequer tem as medidas oficiais. Portanto, tudo isso seria e parece que vai ser levado em linha de conta com o projecto do interface. Em Azevedo, acho que com boa vontade política se consegue resolver as barreiras que a zona tem.

O Matadouro esteve para ser vendido no mandato anterior. Aliás, não houve quem o comprasse, porque ele foi posto em hasta pública e foi depois a leilão até, mas ninguém o quis comprar. Portanto, estamos hoje, felizmente, a falar de um projecto que só é possível devido à vontade política. Isto é assim, quer queiramos quer não: quem dirige as cidades são os políticos e, de facto, uma cidade pode ser ou é, muitas das vezes, aquilo que o político quer que ela seja. A cidade do Porto teve um retrocesso muito grande nos últimos anos. Aliás, não digo retrocesso, porque não se retrocede na cidade, mas não se avançou, houve uma estagnação completa do desenvolvimento da cidade do Porto. Doze anos, por exemplo, é muito tempo, é uma eternidade no progresso.

Hoje, felizmente, a governação da cidade do Porto tem projectos concretos para a mesma e tem-nos anunciado. A questão era vermos: já se fez? O que se fez? O que não se fez? Mas a mim há uma coisa que me satisfaz sobretudo: é a vontade política que existe para se fazer. Pode não haver dinheiro no imediato, mas há projecto para se irem fazendo a médio ou longo prazo, e o Matadouro vai ser, sem dúvida, uma grande mais valia para esta zona de Campanhã. Pode trazer até mais empregabilidade, numa zona que tem, dentro do país, uma das taxas mais altas de desemprego e de subsidiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). A Junta gasta por ano à volta de 85 mil euros em acção social e isto é uma gota de água no oceano, porque para atender os pedidos necessários não chegaria um 1 milhão de euros anuais. Há muito pouco a que nós chegamos, mas é, de facto, o máximo até onde podemos ir.

Quando tomei conta desta junta, uma das coisas que pedi – e cheguei a falar com o sr. secretário de estado do governo anterior, com o deste governo ainda não tive a oportunidade de falar – foi o estabelecimento de um plano de emergência social no sentido de combater os estratos grande de pobreza que existem dentro da freguesia. Com regras, e com critérios muito rigorosos para que não se dê chance aos oportunismos. Quando foi anunciado que se deveriam acabar com os oportunismos dos RSI, eu aplaudi essa decisão. É, de facto, preciso acabar com os oportunismos do RSI, mas o que aconteceu foi um corte a régua e esquadro. Os oportunistas, embora menos, continuam a receber e os que precisavam recebem menos e têm mais fome. Nós sabemos que se tirarmos 10 euros que seja do RSI estamos a empobrecer mais o próprio beneficiário.

Segundo a Câmara Municipal do Porto, o edifício da quinta foi cedido à junta de Freguesia de Campanhã tendo em vista a Construção da Sede da Junta de Campanhã e Serviços de Apoio Sócio-cultural, mas tal nunca se chegou a concretizar. Actualmente, a quinta do mitra consta dos planos da CMP no âmbito da construção do intermodal de Campanhã. Tem conhecimento desses planos e existe alguma cooperação entre a junta e a câmara? Mantém-se no presente alguma destas intenções? Em caso afirmativo, quais os impedimentos à sua concretização?

Os 4 mil metros quadrados de terreno que compõe a quinta foram doados à junta, em 1996 ou 1997, com a intenção de lá se construir o edifício-sede da junta de freguesia. É claro que na altura ainda não havia a VCI e portanto aí até a mobilidade de e para o edifício da junta de freguesia seria muito mais simples. Com a construção da VCI, esse projecto torna-se um bocado obsoleto – pelo menos a construção do edifício-sede –, e deixa de fazer grande sentido porque a mobilidade não era assim tão simples e tão fácil para os campanhenses.

Acontece que se andou mais de 15 anos a falar sempre na recuperação da Quinta do Mitra, já não para ser o edifício-sede mas apenas como a Casa da Cultura. É claro que recuperar uma quinta daquelas fica por largas centenas de milhares de euros.

Há um ano atrás, eu disse no Plano de Actividades para Campanhã, que se não conseguíssemos naquele ano fazer qualquer coisa pela Quinta do Mitra, a devolveríamos à Câmara Municipal do Porto, que foi ela que a doou a quinta à junta por 75 anos. Devolver-se-ia o protocolo à Câmara do Porto e a câmara que fizesse o que muito bem entendesse.

No entanto, após uma conversa com o sr. director do Centro de Formação, que está aqui sediado em Campanhã, surgiu a oportunidade de desenvolver uma formação para a recuperação de edifícios públicos, e então fez-se uma turma à base de desempregados da Construção Civil para irem para a Quinta do Mitra. O que se conseguiu até hoje já não é mau: conseguiu-se estabilizar o prédio, pôr o telhado completamente novo, e conseguiu-se, no fundo, evitar que o prédio viesse abaixo. Da forma que aquilo estava, bastava uma das traves ruir e o prédio vinha todo atrás. Mais ano menos ano acabaria por vir abaixo.

Então, eu dirigi-me à câmara apenas e só para pedir os projectos na especialidade, saber onde haveria de meter o saneamento, saber onde haveria de meter a tubagem, etc, porque a junta não tinha dinheiro para pagar a arquitectos. Se pelo menos a câmara contribuísse com a parte técnica, a junta arrancaria, com outras turmas, para a recuperação do resto do edifício. Então, dirigi-me à câmara, ao Gabinete de Urbanismo, e falei com o senhor vereador do Urbanismo, o arquitecto e professor Manuel Correia Fernandes, que visitou o espaço, e achou-o magnífico, muito bonito e disse “oh pah, isto é uma pena, temos que tentar recuperar”. Acontece que, passado uns tempos, ele dá-me a notícia: “vamos estar parados porque vamos conseguir uma candidatura no edifício do projecto do interface de Campanhã”. Isto iniciativa dele e da sra. Vereadora da Mobilidade, que supreentendem conjuntamente o projecto do interface. Agora, aguardo que as obras acabem por ser feitas, e então depois a junta adquire o edifício para, não sei, uma Casa da Cultura, uma Casa da Juventude, ou uma Casa do Associativismo. Enfim, dará para uma série de eventos ou eventualidades. Depois de termos o prédio não vão faltar ideias para o nome e para as actividades. Poder-se-ão fazer boas salas de reunião e até um bom auditório, para levar 40 ou 50 pessoas à vontade. Recuperaremos, de certa forma, uma jóia da freguesia. Se não era a iniciativa da junta, aquilo tinha ruído. Tinha ido mesmo abaixo.

05/08/2015



Ricardo Fernandes <ricardojnogueirafernandes@gmail.com>
para Jose ▾

05/08/15 ☆  

Dear Jose Luis Vallejo,

Thank you very much for the answer and the permission.

I've got one more question if you don't mind:

I'd like to know if the Casa Vargas proposal is going to be applied on site or if it was an answer to an architecture ideas competition organized by the Municipality of Madrid.

Best regards,

Ricardo J. Nogueira Fernandes



Jose Luis Vallejo <jlv@ecosistemaurbano.com>
para mim ▾

05/08/15 ☆  

 inglês ▾ > português ▾ Traduzir mensagem Desactivar para mensagens em: inglês ✕

Hi Ricardo,

It was an ideas competition organized by the environmental department at the Municipality of Madrid. We won the competition.

Best regards,

jose luis vallejo | ecosistema urbano

estanislaio figueras 6 / 28008 madrid
[+34 911 731 420](tel:+34911731420) | [@jlvmateo](https://www.instagram.com/jlvmateo) / jlv@ecosistemaurbano.com
ecosistemaurbano.com / [@ecosistema](https://www.instagram.com/ecosistema)

08/01/2016



Ricardo Fernandes <ricardojnogueirafernandes@gmail.com>

2/01 ☆

para geral ▾

Exmos.,

Sou estudante de arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e encontro-me a realizar uma Dissertação de Mestrado "Reabilitação integrada da cidade consolidada a partir da sua periferia. O caso da Quinta do Mitra no Vale de Campanhã", orientada pelo professor [Joaquim Teixeira](#).

Dado que, no capítulo acerca dos casos de estudo - que servem como exemplo para a proposta de intervenção na referida quinta -, incluiu a Fábrica Social da Fundação José Rodrigues, gostaria de saber se é possível esclarecer uma dúvida:

Ao efectuar a pesquisa, pude verificar - entre outras informações contidas na vossa página online - que o espaço [foi comprado a um banco a um banco, pelo escultor](#), em meados de 1998, com o intuito de reabilitar o espaço. Contudo, não encontrei referência ao processo de reabilitação do mesmo (se existiu, por exemplo, algum gabinete de arquitectura, responsável pelo projecto de reabilitação), informação que decerto que enriqueceria a informação relativa à Fábrica e à actividade da Fundação.

Deste modo, gostaria de saber se existe alguma fonte que contenha a informação que referi.

Atentamente,

[Ricardo J. Nogueira Fernandes](#)



Fundação Escultor José Rodrigues <geral@fejoserodrigues.pt>

8/01 ☆

para mim ▾

Bom dia caro Ricardo Fernandes,

Desde já obrigado pelo contacto e interesse.

O projeto de reabilitação foi realizado pelo arquiteto Tiago Castro.

No entanto, o processo continua a decorrer pois a mudança de utilização de Fábrica para Fundação exigiu, por parte da Câmara Municipal do Porto, a construção de um parque de estacionamento, obra essa que está a decorrer.

Disponíveis para esclarecimentos,

Atenciosamente,

João Ferreira

03/06/2016



dmpot@cm-porto.pt <dmpot@cm-porto.pt>

3/06 ☆

para mim ▾

Exmo. Sr. Ricardo Jorge Nogueira Fernandes, bom dia, Agradecemos o seu contacto registado com o n.º154608/16/CMP, o qual mereceu a nossa melhor atenção.

Relativamente ao esclarecimento que pretende acerca das intenções do Município para a Quinta do Mitra, podemos adiantar o seguinte:

Os estudos em curso para a definição da Operação de Reabilitação Urbana de Campanhã (ARU de Campanhã-Estação), propõem que a Quinta do Mitra seja objeto de uma ação de reabilitação, cuja intervenção compreende:

- Reabilitação do edificado, para acolher atividades que dinamizem a ARU, um lugar aberto ao público e que possa tirar partido do espaço exterior;
- Atualmente a Quinta, com a colaboração da Junta de Freguesia de Campanhã, é gerida pelo Movimento Terra Solta com o objetivo de reabilitar e reconverter o espaço para transformá-la na Quinta Pedagógica da Mitra, explorando-a como local de cultivo biológico, respeitando os preceitos de maior coerência e sustentabilidade da agricultura urbana.
- Prolongamento do viaduto pedonal que liga à Quinta do Mitra, inserindo-o de nível na encosta a sul da avenida 25 de Abril, possibilitando a criação, a norte, de uma ligação direta entre zona nascente e poente da ARU e, particularmente, com o novo interface rodoviário.
- Articulação da zona da estação (interface rodoviário) com a avenida 25 de Abril e com a zona oriental (Corujeira), através da requalificação do espaço público envolvente à Quinta do Mitra e criação de novos espaços verdes públicos estruturados no talude da avenida 25 de Abril.
- Articular o desenho do espaço público junto à Quinta do Mitra com a envolvente da estação rodoviária, bem como contemplar o arranque do troço norte da ecopista oriental da cidade e espaço de ligação ao viaduto sobre a linha ferroviária.

Nota histórica da Quinta do Mitra

No ano de 1473 foi passado o primeiro foral da Quinta à data propriedade de João Vaz Lordelo Vieira Annes. No século XIX, em 1864 e após inúmeras alterações e demolições foi dividida pelos Casais de Cima e de Baixo, sendo esta esta última o que resta da casa nobre e capela da invocação a Nossa Senhora dos Anjos.

Com a construção da Estação ferroviária de Campanhã, em 1875, o Casal de Cima, foi totalmente destruído. Entretanto no ano de 1866 a Quinta foi adquirida pelo Comendador José Joaquim Pereira de Lima, de quem foi herdeiro o Conselheiro Wenceslau Pereira de Lima, Primeiro-Ministro de D. Manuel II, último rei de Portugal. Em 1920 passou para a posse da família Mitra, designação pela qual ainda hoje é reconhecida, apesar do seu lugar ser Vila Meã.

A partir do século XX, a Quinta do Mitra entra num processo de profunda degradação, vítima de vandalismo e mutilações que se agravou com a construção da VCI a acessos viários envolventes.

É, de momento, o que podemos adiantar sobre as intenções do Município do Porto acerca da Quinta do Mitra. Com os melhores cumprimentos,

Manuel Rocha Ribeiro, arqt.º / Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território/Departamento de Planeamento Urbano/Direção Municipal de Urbanismo

328

329

Parecer:	Despacho:

Data:12-01-2015

Referência:I/5161/15/CMP

Assunto: Informação sobre a dominialidade de terrenos municipais
Processo nº 2556/15/CMP
Rua Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto – Quinta do Mitra.

1. ENQUADRAMENTO

O presente processo foi iniciado através do registo NUD 2556/15/CMP, onde é solicitado pelo Sr. Ricardo Jorge Nogueira Fernandes, informação “acerca dos objectivos da CMP, a curto e longo prazo, para o espaço Quinta do Mitra (antiga Quinta de Vila Meã)”.



2. ANÁLISE

Consultados os elementos cadastrais existentes neste Serviço, verifica-se que o local foi municipal e cadastrado pelo processo 1270 parcelas 1, 2 e 10, este prédio veio à posse da Câmara Municipal do Porto através da Aquisição nº 96/71, tendo em vista o “Plano de Habitações da Fundação Salazar – Sector de Vila Meã - Bonjoia”.

Este prédio foi cedido à junta de Freguesia de Campanhã, tendo em vista a Construção da Sede da Junta de Campanhã e Serviços de Apoio Socio-cultural, através outorga de escritura de 14/04/2000, rectificada em 05/07/2002.

3. CONCLUSÃO/PROPOSTA

Assim, o presente processo, encontra-se em condições de ser remetido ao requerente.

Técnico Superior

(Violante Seabra)



Processo	116044/16/CMP
Porto, 03-05-2016 I/140071/16/CMP Titular do processo: Ricardo Jorge Nogueira Fernandes Local da obra: Dr. MAURICIO ESTEVES PEREIRA PINTO (R. do) 0	

Assunto: Parecer técnico - Enquadramento territorial

1. Enquadramento

A DMPGU solicita-nos a emissão de parecer relativamente a um pedido de esclarecimento, apresentado por um estudante da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, no âmbito da dissertação de mestrado “*Reabilitação integrada da cidade consolidada a partir da sua periferia - O caso da Quinta do Mitra no Vale de Campanhã*”, sobre a legalidade de uma das propostas sugeridas como exercício académico e que prevê a edificação sob o viaduto da VCI.

A nível do PDM, esta parcela enquadra-se em “Sistema de Circulação e Mobilidade” (Carta de Qualificação do Solo) e integra a UOPG 13 (Via de Cintura Interna), que tem os seguintes objetivos:

- a1) Esta ação pretende minorar o impacte negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído e uma rutura nos tecidos urbanos da cidade;
- a2) Os estudos a efetuar deverão eliminar estes inconvenientes, promovendo a reconversão da área através de obras de urbanização que diminuam o efeito de «rutura» e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana;
- a3) Deverão ser elaborados planos de redução de ruído de forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis definidos na legislação em vigor.

O local é abrangido pela Zona de Alinhamento Especial ao IP1, na Carta de Condicionantes do PDM do Porto, e como tal sujeita a parecer pela Infraestruturas de Portugal, S.A.

O âmbito da análise da nossa Divisão incide sobre o facto de estar inserida numa UOPG.

2. Antecedentes

O presente processo não possui antecedentes nesta Divisão.

3. Parecer

Analizada a proposta apresentada, consideramos que a mesma não coloca em causa os objetivos estabelecidos para esta UOPG.

4. Conclusão

Neste sentido, no que ao âmbito desta Divisão diz respeito, propõe-se a emissão de parecer favorável à presente pretensão.

À consideração superior,


Assinado digitalmente por JOSÉ MANUEL DINIS MACHADO
Data: 2016.05.03 12:11:12 +01:00
Local: Câmara Municipal do Porto

(José Dinis Machado, Arq.)

Proc.: **180841/16**
Porto, 16-06-2016
N/Ref.: I/184793/16/CMP
Req.^{te}: Ricardo Jorge Nogueira Fernandes
Local: Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto, 403

INFORMAÇÃO

Em resposta ao pedido registado com o NUD 180841/16, com a solicitação "*Vários funcionários da CMP e arquitectos indicaram-me que a Quinta do Mitra já se encontrou classificada na Carta do Património, tendo voltado a ser excluída há uns anos. Caso esta informação esteja efectivamente correcta, existe algum registo ou processo da sua inclusão e retirada da referida carta a que possa aceder?*", expõe-se informação relativa à Quinta do Mitra, sita à Rua do Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto, 403:

I

Algumas referências Históricas

1.1 «Quinta de Vila Meã entre Godim e Bonjóia. A casa-nobre rural portuguesa desde cedo assumiu duas vertentes de ocupação, uma residencial e outra económica»

«O povoamento do Vale de Campanhã remonta a épocas longínquas. Durante o período romano – no qual originou o topónimo Campaniana – organizava-se já com cariz iminentemente rural. Em 1169, o Bispo do porto, D. pedro Senior, deixou todos os seus bens à Mitra portuense, entre eles contando-se a Quinta de Vila Meã, assim chamada por se situar entre os lugares de Godim e de Bonjóia e Noeda. Em 1473, a Quinta foi aforada a Joam Vaz Lordello Vieyra Annes. Um seu sobrinho, Álvaro Vasques Diniz, deu origem a um ramo da Família – os Cunha Araújo -, que também ali viveu até 1866. Nesse ano, foi comprada pelo pai de Wenceslau Pereira de Lima, presidente do Conselho e marido de uma neta famosa D. António Ferreirinha. Depois de passar por outros proprietários, veio a ser adquirida pela Câmara Municipal do Porto.

Os espaços

A construção é composta por um corpo, sendo o do lado poente o mais antigo, desenvolvendo-se posteriormente em redor de dois pátios: um de recepção, com escadaria dupla e simétrica e alpendre suportados por colunas; outro, no lado sul, que se relaciona com o jardim, bosque e terrenos agrícolas. Um prolongamento em arco sobre um caminho conduz ao arvoredo da zona do lago. A capela, da invocação de Nossa Senhora dos Anjos, é o elemento de maior destaque, tanto pelo trabalho em cantaria barroca, como pela posição dominante, altaneira, que na sua relação com a envolvente confere prestígio ao edifício.

Finalmente, pertenciam, ainda, à Quinta 25 casas, situadas entre Godim e o Fojo) atualmente Praça das Flores), Lameiro, Corujeira, Monte Escoural e Bonjóia. Grande parte da Quinta foi cortada para a abertura do caminho-de-ferro de Campanhã e, mais recentemente, pela Via de Cintura Interna».

Artigo publicado no Jornal de Notícias a 10 de julho de 1999, da autoria da Câmara Municipal do Porto, Divisão Municipal do Património Cultural, Inventário do Património Arquitetónico do Porto.

1.2 «Quinta de Vila Meã ou do Mitra»

«As referências a esta Quinta são muito antigas, sempre relacionadas com a família Vieira. Em 1473, foi passado o primeiro foral da Quinta, então na posse de João Vaz Lordelo Vieira Annes. Em 1864, já depois de muitas mutilações, era composta pelos Casais de Cima e de Baixo (que eram a Casa Nobre), Capela de Nossa Senhora dos Anjos, jardim, pomar, lago, casas de caseiros e outras 25 propriedades, que ligavam a Praça das Flores a Bonjóia. Entretanto, o Casal de Cima foi destruído para a construção do caminho-de-ferro. Em 1866, a Quinta foi adquirida pelo Comendador José Joaquim Pereira de Lima, de quem a herdou o Conselheiro Wenceslau Pereira de Lima, Primeiro-Ministro de D. Manuel II. Por volta de 1920, foi vendida à família Mitra, nome porque é hoje conhecida. A partir de então, sofre um processo de degradação contínuo».

GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *As Quintas da Zona Oriental*. Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto / Departamento de Museus e Património Cultural / Divisão de Património Cultural, 2001.

1.3 «Quinta de Vila Meã e Quinta de S. Roque»

«Situada nas proximidades da Quinta de Bonjóia, e da de Vila Meã pertenceu, desde o 3º quartel do séc. XV, a um ramo da família Vieira e, em 1866, foi vendida a José Joaquim Pereira de Lima – presidente do conselho de Ministros no reinado de D. Manuel II -, que ali viveu.

Cerca de 1920, a Quinta de Vila Meã foi vendida à família Mitra e daí ser conhecida pela designação de Quinta da Mitra.

Uma das propriedades que formavam a Quinta de Vila Meã era a Quinta de S. Roque, a qual também desapareceu. O terreno está hoje ocupado pelo Matadouro Municipal, Fábrica Invencível, diversas construções e Rua de S. Roque».

QUARESMA, Maria Clementina de Carvalho – *Inventário Artístico de Portugal. Cidade do Porto – XIII*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1995, p. 53.

II

Outras referências

2.1 Esta quinta foi referenciada em sede de Inventário do Património Arquitetónico do Porto como *Quinta de Vila Meã ou Quinta do Mitra*, datável do século XVIII, com valor arquitetónico – *edifício que pelas suas qualidades estéticas/arquitetónicas se distingue na imagem urbana, assumindo uma identidade própria* -, artístico – *imóvel com intervenções artísticas de especial significado (obras de arte), ou com elementos decorativos de particular valor artístico* -, e histórico – *arquitecturas representativas de determinados períodos que marcaram a História da Cidade ou o seu desenvolvimento urbanístico*.



Desenho IPAP referenciado à Carta de 1892 de Teles Ferreira



Desenho IPAP implantação



Desenho IPAP axonometria

2.2 A publicação do Plano Diretor Municipal do Porto¹ ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2006, publicada em Diário da República, série 1, n.º 25, de 3 de fevereiro de 2006, disponibilizou a Planta de ordenamento do Território – Carta do Património. Neste documento, para além de outros aspetos, foram identificados *Imóveis de Interesse Patrimonial*, designação atribuída em sede de Regulamento do Plano Diretor Municipal, à salientação de um conjunto de construções pelas suas características de valor patrimonial. Deste conjunto fazia parte a Quinta de Vila Meã ou Quinta do Mitra, referenciada com o n.º de carta Ca30. Todas as fases do Plano Diretor acima descritas foram antecedidas por um período de discussão pública.

2.3 Em 2012, a 1ª Alteração ao Plano Diretor Municipal permitiu a atualização/correção da informação associada à sinalização dos Imóveis de Interesse Patrimonial em sede de Regulamento, dentro de parâmetros fixos simplificados como sejam as atualizações de números de polícia, correções de localizações e designações, desindexação de imóveis por alteração das suas características, entre outros aspetos.

2.4 Em relação à Quinta de Vila Meã, tratando-se de um imóvel municipal sobre o qual, já à época, recaía a intensão de realização de obras de conservação com vista à sua futura reutilização, foi opção estratégica a sua desindexação do Anexo I-A, lista dos Imóveis de Interesse Patrimonial do Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto. A sua despublicitação não diminuiu ou anulou o valor patrimonial anteriormente identificado.



DMMPC junho 2016



III Atualidade

A Quinta de Vila Meã tem sido alvo de obras de conservação e reabilitação no sentido da dinamização dos seus espaços construídos e utilização de terrenos, processo partilhado pela Junta de Freguesia de Campanhã e pela Associação Movimento Terra Solta.

Porto e Divisão de Museus e Património Cultural



Assinado digitalmente por MARTA TERESA
DA PALMA COSTA PEREIRA DA CUNHA

Data: 2016.06.16 12:06:10 +01:00
Local: Câmara Municipal do Porto

Marta Cunha (arquiteta)

¹ Plano Diretor Municipal do Porto, publicado em 2006 com 1ª Correção Material publicada em DR n.º 55, 2ª série, de 16 de março, Aviso n.º 4272/2012, 1ª Alteração publicada em DR n.º 207, 2ª série, de 25 de outubro, Aviso 14332/14, e 2ª Alteração (artigo 27.º), publicada em DR n.º 194, 2ª série, de 5 de outubro de 2015.

ORU Campanhã

Apresenta-se aqui, sumariamente, os pontos principais da ORU Campanhã (GOP, 2016c). Contudo, aconselha-se a consulta do documento original para um melhor entendimento dos locais de intervenção e a forma como se relacionam entre eles:

PE4 – Construção de uma estrutura verde articulada com a estrutura verde da cidade (EE4 – Promover a sustentabilidade ambiental, valorizar a paisagem e a continuidade ecológica)

Objectivos Estratégicos:

- Renovar a imagem da zona oriental desenvolvendo iniciativas e projectos inovadores;
- Estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos;
- Articular os espaços verdes, tendo em vista a criação de continuidades ecológicas e a melhoria da qualidade paisagística;
- Proteger, qualificar e dinamizar os espaços naturais existentes, potenciando o seu usufruto pela população;
- Melhorar a qualidade ambiental através da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do ruído;
- Melhorar a eficiência energética dos edifícios, espaços públicos e infraestruturas.

Acções prioritárias:

- Jardim do pólo desportivo de Godim;
- Jardim panorâmico de Campanhã;
- Criação de espaço público e reabilitação de espaço público da Quinta do Mitra, Avenida 25 de Abril e Praça da Corujeira;
- Jardim do rio Torto;
- Verdes de enquadramento nos principais eixos viários.

PE5 – Melhoria das condições de mobilidade interna, com as zonas adjacentes e com o centro da cidade (EE2 – Promover a mobilidade sustentável e reforçar a integração e a conectividade)

Objectivos Estratégicos:

- Estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos OE7. Melhorar a acessibilidade e mobilidade da população;

- Reforçar a ligação e a integração dos diversos núcleos urbanos do território;
- Incrementar a mobilidade pedonal, os meios suaves e o transporte público;
- Minimizar o impacto do automóvel no espaço urbano;
- Melhorar a qualidade ambiental através da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do ruído.

Acções prioritárias:

- Reperfilamento da Rua Pinheiro de Campanhã e da Rua de Bonjónia;
- Via de Godim;
- Acessos à Lomba e à Avenida 25 de Abril;
- Reperfilamento da Rua do Freixo.

PE6 – Requalificação do espaço público, das infraestruturas, equipamentos e edifícios notáveis (EE3 Qualificar o ambiente urbano e promover vivências urbanas diferenciadas)

Objectivos Estratégicos:

- Renovar a imagem da zona oriental desenvolvendo iniciativas e projectos inovadores;
- Estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos;
- Melhorar as condições habitacionais e de bem-estar dos atuais residentes, contribuindo para o reforço da atractividade residencial;
- Atrair e fixar novos residentes, promovendo a integração e a coesão social;
- Reabilitar e adequar o tecido edificado aos novos modelos habitacionais;
- Valorizar os espaços urbanos numa lógica de multifuncionalidade, reforçando as relações de proximidade e o sentimento de pertença;
- Reforçar e dinamizar a rede de equipamentos colectivos.

Acções prioritárias:

- Requalificação da Rua Pinto Bessa;
- Requalificação da Avenida Paiva Couceiro;
- Reabilitação da quinta localizada na Rua Barão de Nova Sintra;
- Reabilitação da Quinta da Mitra (reabilitação de edificado e reabilitação de espaço verde).

PE7 – Criação de uma rede pedonal e ciclável (EE2 Promover a mobilidade sustentável e reforçar a integração e a conectividade)

Objectivos Estratégicos:

- Estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade da população;
- Reforçar a ligação e a integração dos diversos núcleos urbanos do território;
- Incrementar a mobilidade pedonal, os meios suaves e o transporte público;
- Minimizar o impacto do automóvel no espaço urbano;
- Melhorar a qualidade ambiental através da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do ruído.

Acções prioritárias:

- Ecopista oriental da cidade;
- Prolongamento do viaduto pedonal existente a norte sobre a ferrovia;
- Viaduto pedonal da Rua Barão de Nova Sintra.